

# textos

---

4.º volume  
(1975-1977)



francisco sá carneiro



**TEXTOS**

**4.º VOLUME**

**(1975-1977)**

FRANCISCO SÁ CARNEIRO

# TEXTOS

4.º VOLUME

(1975-1977)



Todos os direitos de publicação em Portugal  
reservados por: © Instituto Sá Carneiro

ALÊTHEIA EDITORES  
Escritório na Rua do Século, n.º 13  
1200-433 Lisboa, Portugal  
Tel.: (+351) 21 093 97 48/49, Fax: (+351) 21 096 48 26  
E-mail: [aletheia@aletheia.pt](mailto:aletheia@aletheia.pt)  
[www.aletheia.pt](http://www.aletheia.pt)

Impressão e acabamento:  
Várzea da Rainha Impressores, Óbidos  
[www.varzeadarainha.pt](http://www.varzeadarainha.pt)

ISBN: 978-989-622-450-9  
Depósito Legal: 314494/11

Março de 2012

# Francisco Sá Carneiro – “Textos”

## Quarto Volume - 1975 -1977

<b>1. PARTE I - DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975 ÀS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS .....</b>	<b>3</b>
1.1. ENTREVISTA AO "TEMPO" - 25/11/75 .....	3
1.2. CONFERÊNCIA DE IMPRENSA - 28/11/75 .....	4
1.3. ENTREVISTA AO "EXPRESSO" - 6/12/75 .....	13
1.4. DISCURSO DE ABERTURA DO II CONGRESSO .....	16
1.5. DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO II CONGRESSO - 7/12/75 .....	24
1.6. ENTREVISTA AO "TEMPO" - 11/12/75 .....	25
1.7. DISCURSO NO COMÍCIO DE LISBOA - 22/12/75 .....	34
1.8. DEMOCRACIA JÁ! DEPOIS DO 25 DE NOVEMBRO - 7/1/76 .....	45
1.9. ENTREVISTA À R.D.P. - 9/1/1976 .....	49
1.10. DEMOCRACIA JÁ! O PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO E O RELATÓRIO DO 25 DE NOVEMBRO - DENÚNCIA ANTECIPADA - DEFESA DA DEMOCRACIA - 21/1/76 .....	60
1.11. DEMOCRACIA JÁ! - ELEIÇÕES - 27/1/76 .....	63
1.12. CONFERÊNCIA DE IMPRENSA - 28/1/1976 .....	67
1.13. DEMOCRACIA JÁ! - OS GOLPES E O PACTO - 4/2/1976 .....	79
1.14. DEMOCRACIA JÁ! - ELEIÇÕES LEGISLATIVAS E ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS - 9/2/1976 .....	83
1.15. ENTREVISTA À RTP - 10/2/1976 .....	88
1.16. ENTREVISTA A "O JORNAL" - 13/2/1976 .....	90
1.17. DEMOCRACIA JÁ! - A VIABILIDADE DO PACTO - 18/2/1976 .....	108
1.18. DEMOCRACIA JÁ! - AS IMPLICAÇÕES DE UM RECONHECIMENTO - 25/2/1976 .....	111
1.19. INTERVENÇÃO NO INSTITUTO DOS ALTOS ESTUDOS MILITARES - 25/2/1976 .....	117
1.20. ENTREVISTA A "O PAÍS" - 3/3/1976 .....	123
1.21. DECLARAÇÕES À RDP - 1/4/1976 .....	125
1.22. ENTREVISTA AO "EXPRESSO" - 15/4/1976 .....	134
1.23. ENTREVISTA AO "DIÁRIO DE LISBOA" - 20/4/1976 .....	151
1.24. CONFERÊNCIA DE IMPRENSA - 20/4/1976 .....	156
1.25. INTERVENÇÃO NO TEMPO DE ANTENA DO PPD - 21/4/1976 .....	159
1.26. ENTREVISTA AO JORNAL "A LUTA" 23/4/1976 .....	162
<b>2. PARTE II - DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS AO PEDIDO DE DEMISSÃO DO SR. SÁ CARNEIRO .....</b>	<b>167</b>
2.1. INTERVENÇÃO DURANTE A MESA REDONDA REALIZADA PELA RTP - 26/4/1976 .....	167
2.2. CONFERÊNCIA DE IMPRENSA - 29/4/1976 .....	172
2.3. DEPOIMENTO AO "JORNAL DE NOTÍCIAS" - 14/5/1976 .....	175
2.4. ENTREVISTA À "VIDA MUNDIAL" - 20/5/1976 .....	186
2.5. ENTREVISTA A "O PAÍS" - 21/5/1976 .....	193

2.6. ENTREVISTA A "OPÇÃO" - 3/6/1976.....	198
2.7. INTERVENÇÃO NA ABERTURA DA A.R. PUBLICADA NO "POVO LIVRE" - 4/6/1976 ....	212
2.8. DISCURSO DO COMÍCIO NO CAMPO PEQUENO - 9/6/1976.....	215
2.9. DEPOIMENTO PELO 100.º NÚMERO DO "POVO LIVRE" - 14/6/1976.....	219
2.10. ENTREVISTA AO "JORNAL NOVO" - 24/6/1976.....	223
2.11. DEPOIMENTO - 30/6/1976.....	232
2.12. ARTIGO PUBLICADO NO "JORNAL NOVO" - 22/7/1976.....	234
2.13. DISCURSO DE SÁ CARNEIRO NO VIMEIRO - 25/7/1976.....	237
2.14. ENTREVISTA A "O SÉCULO" - 5/8/1976.....	240
2.15. INTERVENÇÃO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA DISCUSSÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO - AGOSTO DE 1976.....	248
2.16. DISCURSO NO ENCERRAMENTO DOS DEBATES DO PROGRAMA DE GOVERNO - 12/8/1976.....	250
2.17. ENTREVISTA AO "TEMPO" - 19/8/1976.....	256
2.18. ENTREVISTA A "O DIA" - 25/9/1976.....	263
2.19. ENTREVISTA A "O JORNAL" - 15/10/1976.....	267
2.20. DISCURSO DE ENCERRAMENTO DAS I JORNADAS SOCIAIS-DEMOCRATAS SOBRE POLÍTICA DE ENSINO - 10/9/1976.....	276
2.21. DISCURSO DE ABERTURA DO III CONGRESSO DO PSD EM LEIRIA - 31/10/1976.....	278
2.22. ENTREVISTA AO "JORNAL DE NOTÍCIAS" - 5/11/1976.....	295
2.23. ENTREVISTA AO "TEMPO" - 16/12/1976.....	299
2.24. ENTREVISTA AO "EL PAÍS" - 11/1/1977.....	303
2.25. CONFERÊNCIA DE IMPRENSA - 19/1/1977.....	306
2.26. INTERVENÇÃO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - JANEIRO DE 1977.....	312
2.27. DISCURSO NO ENCERRAMENTO DAS JORNADAS MUNICIPAIS SOCIAIS DEMOCRATAS, REALIZADAS NO PORTO EM 29 E 30 DE JANEIRO DE 1977.....	313
2.28. INTERVENÇÃO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - 10/2/1977.....	319
2.29. ENTREVISTA AO "JORNAL NOVO" - 23/2/1977.....	322
2.30. ENTREVISTA AO "POVO LIVRE" - 1/3/1977.....	335
2.31. ENTREVISTA AO "TEMPO" - 3/3/1977.....	338
2.32. ENTREVISTA A "O JORNAL" - 11/3/1977.....	341
2.33. DISCURSO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - PUBLICADO NO "POVO LIVRE" - 23/3/1977.....	351
2.34. MENSAGEM DE SÁ CARNEIRO - "POVO LIVRE" - 4/5/1977.....	356
2.35. DISCURSO EM VISEU - 18/5/1977.....	357
2.36. DISCURSO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - 18/5/1977.....	360
2.37. ENTREVISTA AO "TEMPO" - 19/5/1977.....	364
2.38. II JORNADAS MUNICIPAIS SOCIAL-DEMOCRATAS - "POVO LIVRE" - 25/5/1977).....	367
2.39. MENSAGEM - "POVO LIVRE" - 15/6/1977.....	374
2.40. COMUNICADO CONJUNTO DO PSD E CDS APÓS A CIMEIRA DO PORTO - 17/6/1977.....	375
2.41. ENTREVISTA A "O PAÍS" - 8/7/1977.....	377
2.42. NOTÍCIA DA AUSÊNCIA DO DR. SÁ CARNEIRO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DIA 21/7/1977.....	390
2.43. DISCURSO NO COMÍCIO DE VALENÇA DO MINHO - 3/8/1977.....	391
2.44. INTERVENÇÃO NA CONVENTION NATIONALE ECONOMIE ET LIBERTÉ - PARIS.....	394
2.45. CONFERÊNCIA DE IMPRENSA APÓS O CONSELHO NACIONAL DE BRAGANÇA - 16/10/1977.....	397

## 1. PARTE I - Do 25 de Novembro de 1975 às Eleições Legislativas

### 1.1. Entrevista ao "Tempo" - 25/11/75

#### "NÃO TEMOS CHEFES MILITARES À ALTURA"

Na manhã do próprio dia 25 de Novembro, partiu Sá Carneiro para a Alemanha Federal, onde se foi avistar com Helmut Schmidt e Willy Brandt, numa viagem que não foi um encontro bilateral PPD-SPD, mas antes uma oportunidade de informação às autoridades alemãs das realidades da conjuntura política portuguesa, pelo líder do segundo maior partido português, a quem o Governo da RFA concedeu a honra de fazer regressar a Portugal num avião oficial.

Desloquei-me ao aeroporto, já podendo observar o aparato militar nas proximidades montado pelos sociais-fascistas do RALIS e com todo o país já alvoroçado pelo despoletar dos acontecimentos. E ali mesmo entrevistei brevemente Francisco Sá Carneiro.

- Nesta precisa altura, quando por essas entidades governamentais alemãs for solicitado a esclarecê-las sobre o que realmente se passa em Portugal, que lhes responderá?

- Pois, dir-lhe-ei exactamente aquilo mesmo que tenho dito aqui, em Portugal: que estamos a viver os efeitos de uma profunda crise militar, resultante da falta de autoridade militar. De facto, contra o que alguns responsáveis já têm afirmado, não é verdade que nós não tenhamos Forças Armadas; o que não temos tido são chefes à altura para essas Forças Armadas. E essa situação é que conduziu àquela falta de autoridade e a esta grave crise de carácter eminentemente militar, com reflexos políticos evidentes. Parece-me que a solução de tal crise passa, portanto, pela substituição de chefes militares, o que permitirá reencontrar a disciplina e coesão das Forças Armadas portuguesas.

#### O QUE "NÃO DEVE IMPRESSIONAR NINGUÉM", MAS IMPRESSIONOU O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Quanto à nomeação do capitão Vasco Lourenço para o comando da Região Militar de Lisboa...

- Regozijo-me muito com a decisão do Conselho da Revolução de manter a designação do capitão Vasco Lourenço para comandante da Região Militar de Lisboa.

- E quanto às consequências que de tal facto poderão advir, por reacção previsível das forças político-militares às quais isso contraria?

- As forças militares contrariadas por essa nomeação são claramente minoritárias e nem sequer têm uma autêntica força militar, mesmo aqui, em Lisboa. O RALIS, por exemplo, tem muito bom armamento, mas tem muito poucos homens operacionais; a meu ver, não representa qualquer problema militar; como não o representa a própria Polícia Militar.

Por outro lado, do lado civil, o que temos é um conjunto de trabalhadores que, a meu ver, têm sido instrumentalizados pelo Partido Comunista Português, na sua acção de oposição ao VI Governo Provisório e ao Conselho da Revolução engrossados por uma série de manifestantes profissionais, alguns dos quais estrangeiros, que têm feito, aqui, em Lisboa, algum barulho. Mas isso é um fenómeno meramente lisboeta, que não deve impressionar ninguém; e, por isso, me admira muito que tenha impressionado o senhor Presidente da República.

#### **GUERRA CIVIL, SE...**

- Não prevê, então, que estejamos na iminência de uma confrontação, do eclodir da guerra civil?

- Admitiria esse perigo se o Conselho da Revolução não restaurasse a autoridade militar; e, a meu ver, o primeiro passo que agora já deu para a restauração da autoridade militar foi a manutenção da nomeação do capitão Vasco Lourenço para o comando da Região Militar de Lisboa. E admitiria esse perigo se o Conselho da Revolução e as autoridades militares, a começar pelo próprio Presidente da República, não dessem todo o seu apoio ao VI Governo Provisório. Então, sim, seria grande o risco de guerra civil. Porque, então, já não seria Lisboa a contestar um Governo - seria todo o País a contestar e, possivelmente, com violência, um VII Governo Provisório constituído, decerto, em moldes semelhantes aos que presidiram à formação do V Governo Provisório de tão má memória.

## **1.2. Conferência de Imprensa - 28/11/75**

**NOTA:** Publicado no "Povo Livre" - 3/12/75

Agradeço em primeiro lugar a presença de representantes do Corpo Consular e dos órgãos de informação que manifestaram mais uma vez o interesse pelo nosso Partido e por aquilo que temos a dizer sobre problemas políticos.

A ideia de realizar esta Conferência de Imprensa foi sobretudo para vos dar a conhecer o resultado da visita que acabo de fazer a Bonn e também de dizer algo sobre a situação política e militar portuguesa e da sua possível evolução.

Fomos a Bonn por iniciativa do nosso Partido com a esperança de falarmos pelo menos com o ministro dos Negócios Estrangeiros, com o chanceler Schmidt e com o Presidente W. Brandt.

Tivemos efectivamente conversas com os três. A conversa com o chanceler Schmidt durou bastante mais do que estava previsto; foi uma conversa de cerca



de hora e meia. Todas elas de uma grande cordialidade, de uma grande receptividade para com o nosso partido e sobretudo, era isso que nos levava lá, uma grande compreensão pelos problemas do nosso país. Para além dos problemas nacionais que vivemos, também uma consciência muito clara que, neste momento, se está a jogar em Portugal e na defesa da sua democracia, da possibilidade dos portugueses construírem a sua democracia, a própria defesa da democracia na Europa.

O nosso ponto de vista é que o que está a acontecer em Portugal é fruto de uma estratégia soviética de avanço para a Europa que não parará em Portugal se for bem sucedida. Entendemos, e já temos dito, que na estratégia soviética, da qual é veículo e agente o PCP, interessa sobretudo que não haja em Portugal uma democracia estável e pluralista. E por isso estão empenhados como vimos denunciando desde há alguns meses, num plano de conquista antidemocrática do poder, pondo como alternativa, se esse plano falhar, provocar no nosso país uma espécie de novo Chile para provarem que não há alternativa para os partidos comunistas à tomada revolucionária do poder.

Infelizmente para nós, é o teste da estratégia soviética que aqui está a ser feito no nosso país e à custa do nosso povo e é também um teste para a União Soviética tentar superar dificuldades importantes que tem quanto aos partidos comunistas europeus. Se aqui conseguissem provar que não há possibilidade de construção, nos países do sul da Europa, de uma democracia, justificariam, por um lado, o comportamento antidemocrático do PCP e, por outro lado, levariam os partidos comunistas europeus que têm uma linha democrática e que pretendem ascender ao poder pelas eleições, pense-se sobretudo no Partido Comunista Italiano, levariam esses partidos a aceitarem a imposição daquilo que parece ser a linha preponderante da União Soviética, a linha de Ponourarev, Suslov e Zorodov, que recomenda uma tomada imediata do poder pelos partidos comunistas.

Foi por isso que, durante as nossas conversas, avançamos com a sugestão de que seria necessário, para uma eficaz defesa da democracia em Portugal e portanto na Europa, que o problema português não fosse encarado do ponto de vista do mero auxílio financeiro, técnico, económico e mesmo social, mas poderia e seria conveniente que houvesse primeiro uma reunião de cume em que os problemas da defesa da democracia da Europa fossem estudados por representantes de países democráticos europeus com a participação dos partidos políticos democráticos portugueses e, se assim o quisesse o nosso Governo, com representantes do Governo e do próprio MFA. Foi uma mera sugestão que apresentámos, mas que supomos terá alguma utilidade porque, como até aqui se tem provado, não basta a mera ajuda económica. De resto, Portugal perdeu algumas oportunidades de ajuda económica por nem sequer lhe ter sido possível concretizar os planos de que teria o financiamento prometido, por isso, também nos parece que a atitude de alguns políticos portugueses, que na Europa espalharam a ideia de que problemas nacionais ficariam resolvidos se houvesse suporte económico e financeiro, é errada. O que importa, sobretudo para sair da crise do nosso país, é que tenhamos uma democracia pluralista e estável e que a comecemos imediatamente a construir. E a construção da democracia passa, como o temos afirmado várias vezes, por a supremacia de um poder civil legitimado por eleições. Eleições por-

tanto, não apenas para o Parlamento, mas para a própria escolha do mais alto responsável da Nação, o Presidente da República. Sem isso afigura-se-nos que, mantendo-se as Forças Armadas no controlo do poder político, permaneceremos em instabilidade constante e perante o constante risco de guerra civil, visto que, tendo os militares o controlo do poder político e da vida política e implicando o exercício da política divisão e pluralismo de opção, eles tendem naturalmente a resolver as inevitáveis divisões pela força das armas.

Ainda quanto à visita à Alemanha, para além das conversas que referi, tivemos também o gosto de renovar o contacto com o ministro da Defesa, que havíamos encontrado aqui em Lisboa, e que muito amavelmente me pôs um avião da Força Aérea Alemã à disposição para regressar a Portugal, oferecimento que aceitei porque efectivamente achava necessário estar hoje aqui presente.

Encontrámo-nos também com o ministro do interior, Mainhofer, com o adjunto Bruno Friedrich, com responsáveis do SPD, da Fundação Herbert, onde estivemos num interessantíssimo jantar de debate. Tivemos ainda ocasião de estar num almoço com os embaixadores da Holanda e da Suécia, com o secretário-geral do CDU, com o responsável pela fundação do Partido Liberal, sr. Wurst, e com alguns outros membros do Governo. De todas estas conversas, muito intensas no ritmo e na duração, resultou, como disse, que algo de positivo, parece-me, se abriu em relação ao nosso país e à necessidade de construção de uma democracia imediata.

O papel dos militares na política foi também tema destas conversações e aí apresentámos as ideias que temos expandido e que nos parece terem tido bastante aceitação por parte dos "leaders" alemães. Não apenas corresponderam efectivamente àquilo que os políticos com uma grande experiência democrática pensam acerca do papel das Forças Armadas numa democracia e num país no estado do nosso. Alguns dos nossos militares, notámos nós, falam muito, sobretudo ou exclusivamente, de socialismo e quase nada, muito pouco ou mesmo nada de democracia. Parece-nos francamente nociva essa atitude de querer identificar a Revolução Portuguesa com a mera revolução socialista sem a democracia. Entendemos e está dito no nosso programa, de resto nesse ponto inspirado também pelo programa de Bad-Godsberg que não há democracia sem socialismo, nem socialismo sem democracia. Mas o que seja o socialismo português e inclusivamente, se o socialismo deve ou não ser imediato, é o povo português que deve decidi-lo, segundo os métodos democráticos do sufrágio directo, universal e secreto. Rejeitamos também inteiramente a ideia de um qualquer socialismo militar mais ou menos terceiro-mundista. Pode ser uma ideia com alguns atractivos para militares inegavelmente patriotas, mas que fizeram do socialismo e da democracia uma aprendizagem meramente teórica, quando não deficiente, sobretudo em contacto com movimentos de libertação nas nossas antigas colónias dos quais não se pode dizer, por enquanto, que tenham dado provas de socialismo, podendo pelo contrário dizer-se que deram francas provas de antidemocracia.

O socialismo do Mediterrâneo, ideia que tem sido ventilada por alguns políticos, especialmente franceses, pelo sr. Mitterrand, parece-nos também de afastar, visto que ela corresponde à ideia de uma certa superioridade dos países do Centro e do Norte da Europa, que poderá levar, inconscientemente por certo, a encarar os

países do Sul da Europa como países que, dado o seu subdesenvolvimento, requerem um socialismo mas não tanto democracia, para a qual seriam incapazes. Ora essa é uma ideia que terminantemente rejeitamos, porque o nosso povo, designadamente, deu provas mais que suficientes de desejar merecer a democracia. Por outro lado, não há qualquer fundamento político ou histórico para uma ideia "socialismo mediterrânico", porque os países da área do Mediterrâneo, na qual com um certo carácter forçado se quer incluir Portugal, não apresentam carácter de especificidade em relação aos países do Centro e do Norte da Europa. Para nós, portanto, e essa foi a ideia que sobre esse ponto transmitimos, o socialismo democrático identifica-se, em qualquer ponto da Europa, com a social-democracia, e é a social-democracia que melhor serve o nosso povo português e que em Portugal pode e deve iniciar-se já.

Tive ainda vastos contactos com os órgãos da informação que, de resto, traduziram estas conversas nos seus jornais e hoje em Bonn, ao meio-dia antes de sair, numa conferência de Imprensa que lá dei, ventilei longamente, estes assuntos na presença dos representantes dos órgãos de informação e de agências noticiosas.

Quanto à situação político-militar poderá para alguém ter parecido um pouco estranho, eventualmente, que não tivesse cancelado a minha visita e não tivesse regressado imediatamente. Tive perfeita consciência do que se estava a passar em Portugal e se mantive a minha visita foi depois de ouvir responsáveis do nosso Partido com a certeza de que servia melhor os interesses do nosso país mantendo as audiências que tinha marcado do que regressando ao País sem as ter tido. O partido, com o qual estive sempre em contacto, de resto, durante esta crise, esteve muitíssimo bem entregue, mostrou toda a sua vitalidade, toda a sua força, manteve os seus militantes permanentemente informados, soube mobilizar democraticamente os seus militantes, não podendo passar sem destaque a acção dos seus militantes da área de Leiria, junto da base de Monte Real que, por convicção, por persuasão, levaram a render-se os insurrectos da Base de Monte Real, que saíram depondo as armas por essa acção de persuasão da iniciativa e realizada pelos nossos militantes.

Tenho para mim que a actual crise militar que deu origem aos lamentáveis incidentes dos dias passados, para além de ter sido preparada por um plano de fundo, começou com os incidentes na manifestação, que conjuntamente com o PS, promovemos de apoio ao VI Governo Provisório, em Lisboa, no Terreiro do Paço, e com aqueles que os antecederam, os incidentes provocados com a manifestação das mulheres portuguesas do apoio ao VI Governo. Foi aí que mais uma vez se manifestou o papel criminoso da P.M. de Lisboa, que nós imediatamente denunciámos com veemência e ficou demonstrada a razão que nos assistia quando a seguir à manifestação do Terreiro do Paço nos dirigimos juntamente com representantes do PS a Belém, pedindo ao Presidente da República a imediata dissolução da P.M. O Presidente da República ordenou então um inquérito.

Foi depois o sequestro da Assembleia Constituinte e do VI Governo Provisório, a manifestação de fraqueza perante esses actos de insubordinação, a manifestação de Lisboa de apoio a figuras "otelvistas" e de franca oposição ao VI Governo Pro-

visório, a manifestação em Belém, acolhida e saudada pelo Senhor Presidente da República de oposição clara ao VI Governo Provisório e de clara insurreição e que apesar disso foi saudada como manifestação das forças trabalhadoras democráticas pelo Senhor Presidente da República.

Tudo isto foi uma sucessão de factos habilmente planeada e desenvolvida, na qual o PCP teve mais uma vez uma gravíssima responsabilidade, como seriíssima responsabilidade teve no próprio desenrolar dos acontecimentos de insubordinação militar. E assim que no domínio de alguns factos, vemos no comportamento da DORN já condenado pelo E.M.G.F.A., o PCP andou por Lisboa na madrugada de 25 a mobilizar as sedes para apoio à sublevação de elementos reaccionários. Na Marinha Grande, no dia 25, à tarde, 400 elementos mobilizados para apoiar os rebeldes em Monte Real, dispersaram quando a manifestação popular de apoio ao VI Governo se concentrou. Em Torres Vedras no dia 25, a célula do PCP local saiu para a rua a incitar a população a vir para a rua já depois do recolher obrigatório. Só dispersaram com a intervenção da GNR. Em Almeirim, no dia 27, o PCP distribuiu armas aos militantes. Em Benavente, o núcleo do PC mobilizou e promoveu uma barragem na ponte para evitar a passagem da coluna da Escola Prática de Cavalaria. Em Vila Franca de Xira parece mesmo ter havido uma tentativa falhada para cortar a ponte.

Por outro lado, essa acção foi acompanhada de mobilizações sindicais e organizações paralelas. O Sindicato dos Metalúrgicos do Porto mobilizou para apoiar a manifestação dos SUVs. A Intersindical de Lisboa, no dia 24, apoiou o auto-designado Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa na paralização de 2 horas de trabalho. Foi também apoiada pelo PCP, sendo um dos objectivos da paralização o apoio aos camaradas paraquedistas e a demissão de Morais e Silva, Jaime Neves e Pires Veloso, entre outros. O programa Alavanca, no dia 24, dá apoio directo aos paraquedistas rebeldes que já estavam em reunião. O RCP mobiliza as bases do PCP às 4 horas da manhã do dia 25 para as 10. O "Diário de Lisboa" do dia 25 apoia totalmente a rebelião titulando em primeira página, "Paras progressistas controlam a Força Aérea".

Se olharmos para a Assembleia Constituinte vemos que também aí todo este plano teve a sua preparação e os seus ecos. O Senhor Deputado do PCP, Vital Moreira, na sessão de 19 de Novembro, apoia o RALIS, a EPAM e outras unidades que apelidou de progressistas, antidemocráticas e contra-revolucionárias. Apoiou também Fabião, Otelo, Rosa Coutinho e outros, tendo esse apoio sido secundado pelo deputado do MDP/CDE, Marques Pinto. E na mesma sessão, o deputado Gusmão afirma mesmo que há que substituir os dirigentes administrativos e os comandos militares que têm dado mais que sobejas provas de não estarem com a revolução. Em 25 de Novembro o deputado Vital Moreira declara na Assembleia que não há qualquer razão para suspender a sessão, à hora exacta em que era declarado o estado de emergência pelo Senhor Presidente da República.

Estes, alguns dos factos que não deixam qualquer dúvida quanto à gravíssima responsabilidade do PCP na insurreição que ensanguentou, infelizmente, o País, nos últimos dias, causando a morte de autênticos heróis militares da Revolução Democrática do 25 de Abril, que alarmou enormemente o nosso país e o mundo



Europeu e em que constitui um gravíssimo sintoma da crise da falta de autoridade militar que havíamos denunciado repetidamente. Essa falta de autoridade militar foi patente quando o Conselho da Revolução viu rejeitada a nomeação do cap. Vasco Lourenço para comandante da Região de Lisboa sem que dessa atitude de rebeldia dos elementos do Conselho da Revolução adviessem quaisquer consequências. E é triste notar que nessa mesma reunião o Conselho da Revolução criticou o VI Governo Provisório por ter suspenso a sua actividade até ter condições de governo. Os factos provaram que estava certíssimo o VI Governo Provisório e bastante menos certo o Conselho da Revolução. O que se passou foi apenas um episódio trágico. A situação não está completamente esclarecida e há o perigo de termos assistido apenas àquilo que poderia ser um mero "16 de Março", de um "25 de Abril" ditatorial que estaria para vir. Há, por isso, a maior necessidade de não abrandar a vigilância democrática dos partidos democráticos, dos seus militantes e de todo o povo português. Não sabemos ainda como esta crise vai terminar. Devemos continuar a empenharmo-nos a fundo na defesa da democracia por todos os meios ao nosso alcance. Parece-me cada vez mais claro que tendo nós completa razão quando denunciámos o comportamento do PCP e quando pedimos a sua saída do Governo não podemos agora mudar de atitude, antes pelo contrário. Por isso estranho e o nosso Partido já o estranhou em alguns dos vários comunicados difundidos que haja oficiais responsáveis e membros do CR. que continuem a dizer que a participação do PCP no Governo é essencial para a construção do socialismo em Portugal. Poderá efectivamente ser essencial para a construção do socialismo em Portugal, mas não será certamente o socialismo que nós queremos. Será o socialismo marxista-leninista totalitário dos países de Leste e esse não o admitimos, não podemos tolerar sequer que haja forças empenhadas na sua construção visto que é anti-democrático, antinacional.

Por isso, parece-me essencial que se tirem todas as consequências militares e políticas da crise cuja primeira fase acabamos de viver e uma dessas consequências é a constituição de um Governo efectivo e eficaz. E não teremos em Portugal um Governo com essas finalidades ao serviço da democracia, enquanto o PCP nele participar. Isso é cada vez mais claro. Não compreendemos mesmo, de resto também já foi notado num comunicado nosso, como é que, por exemplo, o major Melo Antunes, que afirma na sua entrevista que é indispensável a participação do PCP no Governo, quando na entrevista dada ao "Nouvel Observateur" expõe que o PCP tem um plano de conquista violenta do poder. Há incompatibilidade total nestas declarações e o País e o povo português que já tem os olhos muito abertos, que sabe muito bem usar da sua liberdade, não admitem incoerências deste tipo que só por lapso se podem explicar.

A autoridade militar tem agora uma boa oportunidade para ser reconstituída e ela é indispensável para que haja uma autoridade política. Mas isto não basta. É indispensável também que constituído um governo de unidade, de salvação e acção nacionais se dêem imediatamente os passos seguintes que é a fixação das condições para a democracia. Essas condições são a rápida entrada em vigor da Constituição, com a realização de eleições para verdadeiro Parlamento e para escolha do Presidente da República. Isso põe em questão, por certo, o Pacto Constitucional assinado entre os partidos e o MFA, pacto esse que também já foi

posto em causa pelos próprios militares e de resto várias vezes violado e ultrapassado por decisões do MFA. Basta pensar no triunvirato, no próprio Plano de Acção Política, no Documento-Guia, no plano agora apresentado pelo G.D.E., a que me referi na última Conferência de Imprensa, e que era perfeitamente claro quanto à existência de um plano de instituição de uma "democracia popular".

É necessário que tenhamos imediatamente uma democracia pluralista e pluripartidária, que não aguardemos 3 a 5 anos com o regime de concentração do poder político no CR, um regime autoritário militar, pelo menos, e que não é por isso democrático.

O papel das Forças Armadas portuguesas é já histórico. O MFA entrou na História ao derrubar em 25 de Abril a longa ditadura salazarista e caetanista. Não precisa para reforçar esse papel de manter o seu controlo sobre o poder político. Muito pelo contrário, cremos que diminuirá a sua projecção histórica se se mantiver agarrado à política e ao poder. Já não é a primeira vez que o faço, mas creio que vale a pena repeti-lo, que não podemos esquecer a lição de 1926. Então os militares dominaram a política, agarraram-se ao poder, levaram o País à ruína e quando estávamos perante o caos entregaram o poder ao ditador cuja chegada tinham preparado. As condições são quase exactamente as mesmas. O "déficit" orçamental previsto para este ano, é, em termos absolutos, o maior da nossa história - 665 milhões de contos - e aproxima-se em termos percentuais do "déficit" de 1930, depois da desastrosa gestão de Sinel de Cordes que levou ao aparecimento de Salazar. Por outro lado, a economia portuguesa está praticamente destruída. A situação é catastrófica e só pode ser resolvida pela construção imediata, pela institucionalização imediata da democracia no nosso país. Perante estas realidades não nos podemos ater ao que consta do Pacto Constitucional porque, tanto o comportamento do MFA, como a evolução da realidade política, económica e social portuguesa de longe a ultrapassaram. É necessário reexaminar o papel das F.A. e não podemos admitir que nos imponham decisões unilaterais. Um novo acordo com o MFA, precisamente porque é um acordo, tem que ser negociado com todos os partidos democráticos e só pode chegar-se a ele mediante o consenso geral dos que tomem parte nas negociações.

As F.A. portuguesas, a nosso ver, deverão ser, como em qualquer democracia, o garante do cumprimento da Constituição, da soberania e da democracia, garante de tudo isso contra quaisquer ataques vindos do interior ou do exterior. Poderão, dado o condicionalismo particular em que vivemos, ter um papel mais relevante de fiscalizador da constitucionalidade e da democraticidade do comportamento das forças políticas e dos órgãos do Governo mediante uma participação, por exemplo, no Conselho de Estado, a quem incumbe, normalmente, essa função. Mas a sua tarefa não poderá continuar a ser ou pretender ser, o monopólio do poder político, ou o motor do processo político e da democracia portuguesa.

E perfeitamente claro que depois das eleições de 25.04.75 o motor da vida política portuguesa são os partidos políticos e entre eles avultam os dois maiores partidos: o PS e o nosso Partido. Esses é que são os verdadeiros representantes do povo português que lhes deu o seu voto. Os militares, apesar do seu papel

histórico, não podem pretender ignorar essa realidade, que é uma realidade política e nacional fundamental.

Apesar de tudo quanto aconteceu, tivemos há pouco a notícia de que saiu há horas para Cuba, para assistir a manobras militares, um grupo de militares portugueses do qual faria parte um diplomata, antigo membro da antiga 5.<sup>a</sup> Divisão das F.A. Portuguesas e um antigo ministro. Assistimos também ao que se passou aqui no Porto, com a manifestação dos SUV apoiada pelo PCP e isso mais nos reforça a ideia de que se não se puser imediatamente cobro a esta situação, se perdeu tudo quanto se ganhou neste dia com o sangue dos militares mortos. Foram finalmente dissolvidas unidades rebeldes, que há meses o deviam ter sido e foram presos oficiais insurrectos, que há muito deviam estar detidos. Foram afastados dos seus postos de comando graduados em generais e brigadeiros que há muito, e assim também o vínhamos dizendo, se mostravam não só incompetentes como incapazes de assegurar a chefia. Reafirmo o que disse há tempos em Lisboa, que nós felizmente, temos F.A. Portuguesas. É preciso que se escolham os chefes devidos e se substitua quem se tem de substituir. Esse, de resto, é um problema velho em Portugal, porque o povo português nunca teve os dirigentes que mereceu. É a altura do povo português poder escolher integralmente os seus dirigentes de entre os membros de seu próprio povo.

Falei há pouco na eleição do Presidente da República. Creio que seria muito salutar que reatássemos a tradição democrática do Presidente da República Portuguesa ser um civil e não um militar. Convém não esquecer, porque parece que está muito esquecido, que a tradição do Presidente da República ser um militar é uma tradição da ditadura e nós, até nisso não queremos ditaduras de qualquer espécie, não queremos que se facilite o caminho a uma ditadura da esquerda, a uma tomada de poder pelas minorias comunistas; não queremos tão pouco que a inconsciência, a incompetência de alguns dirigentes juntamente com o aventureirismo dessas minorias comunistas abra o caminho para uma ditadura de direita, para uma ditadura fascista. É contra tudo isso que combatemos, mas infelizmente não é isso que vimos suceder no desenrolar de acontecimentos a que o povo português é sensível mas que alguns chefes, alguns dirigentes parecem não perceber. É tempo de cada um fazer o exame das suas posições em face do que aconteceu, de cada um tomar atitudes claras sem se deixar enleiar por exemplos de esquerda que no fundo são complexos de infantilismo de quem não se soube, mesmo sendo marxista, libertar da pressão ou da atracção do marxismo-leninismo. É tempo de se desfazerem os complexos de alguns que para explicar uma derrota se identificam com o vencedor, num movimento inconsciente de psicologia das profundezas mas que está a ter consequências muito nocivas entre nós.

#### **DIÁLOGO COM OS JORNALISTAS**

Pergunta - Em que termos é que o PPD aceita uma reformulação ou não do MFA. Se a sua continuidade é de ser consagrada ou pelo contrário terminada?

Sá Carneiro - Na Conferência de Imprensa que dei antes de reassumir as funções de secretário-geral do Partido, disse que um fundamento análogo ao que aqui

expus, que os militares não tinham nem competência nem legitimidade para governar. Creio, efectivamente, que é indispensável que as F.A. retomem a sua função normal em qualquer democracia, em qualquer Estado democrático. Se isso implica ou não o fim do MFA, isso é um problema que às F.A. e ao MFA compete resolver, porque a nós, fundamentalmente, interessa, o problema democrático do papel das F.A. constituídas ou não em M.F.A. Isto parece-me uma questão secundária que respeita às próprias F.A., agora que a supremacia do poder político tem de ser do poder civil legitimado pelo voto, isso parece-me indiscutível. Já muitas vezes temos afirmado que não há democracias militares. E os dirigentes alemães com quem falámos mostraram-se, como é natural, perfeitamente conscientes disso. A hipótese que não se lhes põe sequer, a da possibilidade de uma qualquer democracia militar, ou de um qualquer socialismo militar. Creio portanto que seria indispensável que os militares assumissem as suas funções dentro daquele contexto que exprimi, embora tendo um papel um pouco especial dado o nosso condicionalismo.

- Acha que Rosa Coutinho está implicado na conjuntura?

- Não sei. Confesso que não sei, mas creio que importa averiguar a fundo o que se passou em toda esta conjuntura e todas as suas implicações. Há factos concretos; aponte alguns deles, e todos eles têm de ser coordenados e investigados. É indispensável também que se conheça a verdade do que se passou no 11 de Março. Não podemos admitir que ainda nem sequer tenha sido publicado o relatório dos acontecimentos de 11 de Março. É indispensável saber-se se se tratou de facto de uma "inventona", ou se houve, juntamente com isso algo mais. Não pode realmente permanecer-se neste mistério sobre o 11 de Março que não favorece nada a clarificação da situação político-militar portuguesa. E a ocasião é boa para se ir ao fundo das coisas, tanto no que respeita ao 11 de Março, como o que respeita ao 28 de Setembro, como no que respeita ao 25 de Novembro. Que se averigue quem são os responsáveis por mais alta que seja a sua posição e que os mesmos sejam devidamente punidos com as garantias que sempre defendemos para todos os acusados.

- Em que termos é que o 25 de Novembro permitirá uma viragem do ponto de rota do movimento do processo revolucionário, tendo em conta que o motor dessa mesma revolução terá de ser a via partidária?

- Eu creio que foi claro que até ao 25 de Novembro e já há uns tempos antes, a revolução andava sem motor, andava em "rota livre". E isso deu as lógicas consequências a que se assistiu. Parece-me que já há muito se devia ter reconhecido que os partidos democráticos devem ser os verdadeiros motores da política portuguesa. Depois das eleições de 25 de Abril deste ano, é um facto inegável, uma realidade política inegável e, portanto, há que adaptar toda a estrutura antes tratada, a essa realidade. Espero que a Assembleia Constituinte possa concluir os seus trabalhos mais rapidamente do que estava previsto, porque as eleições cuja urgência não é de mais salientar, dependem da entrada em vigor da Constituição.

- A Assembleia Legislativa sempre vai ser eleita ?



- Concerteza que tem de ser eleita, até o próprio Pacto Constitucional o prevê. Não podia deixar de haver eleições o mais rapidamente possível. A minha opinião pessoal é que essas eleições não deverão ser limitadas à Assembleia Legislativa, mas também incluir o Presidente da República.

- Há pouco falou de novo Governo; seria um VII Governo Provisório?

- Não concordo muito com a designação de novo Governo. Eu creio que se o PC fosse excluído deste Governo, teríamos o verdadeiro VI Governo Provisório, e as autênticas possibilidades de o seu programa ser realizado, o I Programa do Governo Provisório depois do 25 de Abril, que constitui uma visão realista para o progresso em relação à democracia para o progresso do nosso povo. Se a hipótese se vier a pôr da constituição de um novo Governo, nós continuaremos a sustentar que ele deve ser apenas a participação dos partidos democráticos portugueses que têm real peso em função das eleições e esses são apenas dois: o PS e o PPD.

- Pensa que os militares podem ser bons políticos?

- Entre todos há alguns militares que têm revelado altas qualidades políticas. Se efectivamente, estiverem interessados na democracia e se quiserem continuar a usar dessas qualidades políticas devem deixar a vida militar para ingressar na política. Há de resto um ministro que tem sido esquecido injustamente, o ministro Tomás Rosa que, é também membro do MFA. O que se passa no seu Ministério pode em parte explicar a movimentação contra ele, porque estava em curso e quase concluída uma sindicância em que se apuraram já gravíssimas irregularidades cometidas no Ministério Costa Martins - Carlos Carvalhas.

- Na Conferência de Imprensa que deu em Bonn foi levantado o problema sobre o auxílio concreto de Moscovo ao PCP?

- Já que aqui estão representantes da Reuter e France Press aproveito para esclarecer um ponto. Referi-me a uma afirmação do Presidente Wilson feita no fim de Agosto ou princípio de Setembro aquando da constituição do Comité Social Democrata e Socialista de Apoio a Portugal de que é presidente W. Brandt, no sentido de que o PCP estaria a receber de Moscovo o equivalente a 220 mil contos mensais. Falei em 400 milhões de libras, com alguma estranheza dos presentes. Há realmente um erro na minha informação dos 400 milhões de libras pois se trata de 4 milhões de libras mensais. O erro não foi devido a qualquer má tradução; o erro poderá ter sido meu na indicação das libras equivalentes a 220 mil contos.

### **1.3. Entrevista ao "Expresso" - 6/12/75**

#### **PCP - FORA OU DENTRO**

EXPRESSO - O PPD tem, desde o IGP, alinhado com o PC. Porque se recusa agora a permanecer num VI Governo, onde já está com o PC?

SÁ CARNEIRO - A partir do 25 de Novembro, deixa de haver motivos para transigir com a presença do Partido Comunista no Governo.

E - Quer dizer que antes havia?

S.C. - Antes havia, porque o VI Governo, no cumprimento do seu Programa podia ficar comprometido com uma exclusão radical do Partido Comunista Português. Agora, tendo em consideração, por um lado, que o PCP está gravemente comprometido com os acontecimentos do 25 de Novembro e por outro lado que nem sequer depois do 25 de Novembro, tem mostrado, antes pelo contrário, estar disposto a apoiar o Governo e em repudiar a tentativa de golpe, não vejo outra solução que não seja a da sua exclusão do Governo. Esta posição só poderia, a meu ver, ser reconsiderada, se as forças militares operacionais entendessem que expulsar o Partido Comunista do Governo implicaria sérias perturbações.

#### **GOVERNO SEM PCP - FUNCIONAL?**

E - Mas acha que um Governo PS-PPD, sem PC portanto, é um Governo funcional, neste momento?

S.C. - Penso que seria a solução conveniente para o país e que seria, sem dúvida, um Governo funcional.

O Partido Comunista Português tem estado sempre na oposição ao VI Governo provisório, não pode vir a estar mais na oposição do que aquilo que tem estado e, portanto, seria muito menos nocivo fora do Governo do que dentro dele.

Isto também porque a sua presença no Governo lhe serve para manter ou aumentar a sua penetração no aparelho de Estado e nos órgãos de Informação, para se revestir de uma auréola democrática e para se apresentar como partido de Governo ao serviço da revolução. Isso cairia pela base, se o PCP, como Partido anti-democrático e anti-nacional que é, fosse excluído do Governo. De resto é significativo que, quando Mário Soares, no "Frente a Frente", referiu a Álvaro Cunhal que o PCP tinha muito mais influência, ao nível do aparelho de Estado, dos órgãos de comunicação e da administração local, do que qualquer Partido Comunista Europeu, Cunhal retorquiu, com um ar glorioso, que, de todos os PCs da Europa, o PCP era o único no Governo. O Partido Comunista Português tem demonstrado que quer continuar a ser um Partido de Governo não para servir o Governo mas para se servir do Governo.

E - A oposição do PPD quanto à exclusão do PCP do Governo, não poderá ser lucrativa para o Partido, mas prejudicial para o País?

S.C. - De momento, o Partido ainda não decidiu a sua posição e as atitudes que tenho tomado são como secretário-geral. Ao tomá-las, tive em conta, não os interesses do Partido, nem interesses eleitorais, mas os interesses do povo português, do nosso país, das classes trabalhadoras e da construção de um socialismo democrático.

Isso é o que fundamentalmente importa e, se me provarem que a exclusão do PCP pode trazer dificuldades à construção da democracia em Portugal e à reconstrução de um país que foi destruído pelos comunistas, em especial pelos quatro Governos Provisórios de Vasco Gonçalves, não duvidarei em reconsiderar a minha posição. Serei especialmente sensível, repito, a quaisquer argumentos que ven-

ham da parte das forças militares operacionais em quem, neste momento, confio plenamente, para a reconstrução do nosso país, no aspecto militar, sendo a sua acção completada, no aspecto político, pelos partidos democráticos, entre os quais, como é evidente, não incluo o PCP.

#### **PPD E OPOSIÇÃO**

E - Há quem diga que o PPD está a ter este tipo de actuação, para ir para a oposição, o que nesta altura, seria mais cómodo?

S.C. - Ao PPD importa, acima de tudo, o interesse nacional. Se tivermos de ir para a oposição, não teremos, a meu ver quaisquer dificuldades. Continuaremos a seguir a mesma linha de construção de um socialismo democrático, de salvação nacional. Poderá ser complicado para o Partido, mas ele é suficientemente forte para aguentar o estar na oposição.

#### **PPD SÓ NO PODER**

E - E a hipótese de o PPD ficar a governar sozinho ou apenas com militares e independentes? Acha-a viável?

S.C. - Acho-a realizável pela nossa parte, mas não me parece ser viável neste momento.

#### **SÁ CARNEIRO E MÁRIO SOARES**

E - Na sua conferência de Imprensa de ontem, Mário Soares disse, a dada altura: "Advertimos os nossos amigos do PPD que não se devem deixar ser presas de um anti-comunismo retrógrado, não se devem deixar embarçar num triunfalismo que os leve a um alinhamento com a extrema-direita militar, o que criaria grandes dificuldades ao nosso país". Agradecia um comentário.

S.C. - Dispensio as advertências do secretário-geral do PS. Elas nem sequer atingem o alvo. Quanto ao triunfalismo e ao anti-comunismo, eu sorrio, porque as mesmas coisas, ditas pelo dr. Mário Soares ou por mim, são para ele, defesa da democracia e, quando na minha boca, qualificadas do triunfalismo e de anti-comunismo.

Também não esqueço que o dr. Mário Soares, logo a seguir às eleições do 25 de Abril, afirmou que a esquerda portuguesa tinha ganho porque o PS e o PCP tinham mais de 50% dos votos.

#### **COMO REVER O PACTO?**

E - Tem dito, quanto ao futuro do Pacto MFA - Partidos, que será o Congresso de Aveiro a decidir a posição do PPD, mas, de atitudes suas, recentes, parece que o que mais lhe interessaria seria que o Pacto fosse completamente abolido. Será assim?

S.C. - Entendo que há boas probabilidades de as Forças Armadas e o Conselho da Revolução, por sua iniciativa, deliberarem a revisão do Pacto e essa parece-me ser a melhor solução...

E - Mas a revisão não significa abolição...

S.C. - ...Revisão, no sentido de renegociação das condições entre as Forças Armadas e os Partidos políticos sobre o papel das Forças Armadas na democracia portuguesa.

E - Tentando concretizar: Como veria o papel futuro do Conselho da Revolução ou de órgão semelhante?

S.C. - Entendo que deveria ser o garante da independência nacional, da soberania nacional, da democracia e do comportamento democrático de todas as organizações e de todas as pessoas, bem como o garante do cumprimento integral da Constituição.

E - Mas garantir, como?

S.C. - Garantir através de uma vigilância que não se traduziria num poder jurisdicional, mas sim numa acção directa do Conselho da Revolução, dos Partidos e das várias entidades e numa presença consultiva junto do Presidente da República e ainda numa iniciativa judicial, podendo intentar ou interpor quaisquer procedimentos, no sentido de garantir a democracia e a observância da Constituição.

E - Uma acção, mais de fiscalização e não legislativa nem executiva?

S.C. - Exactamente. Nem acção legislativa, nem uma acção de controlo do poder político, ou sequer de uso do poder político, é evidente.

#### **1.4. Discurso de Abertura do II Congresso**

Logo após ter reassumido as funções como secretário-geral do nosso partido, expus na Comissão Política o que pensava dever ser a actuação dos Órgãos Nacionais do Partido. Foi aí discutida a estratégia a seguir e foi de harmonia com essa estratégia que os órgãos nacionais do Partido pautaram a sua actuação.

Logo de seguida foi exposto ao Grupo Parlamentar o pensamento da Comissão Política sobre a estratégia a seguir e feita a análise da mesma situação. E a estratégia a seguir resume-se em alguns pontos. Primeiro, resposta frontal e tão viva quanto necessária a todos os ataques à Social-Democracia que perfilhamos. Ataques que visavam atingir o nosso partido e o VI Governo Provisório e a desacreditar o nosso programa social-democrata, dificultando por si mesmo a construção da democracia no nosso país. Em segundo lugar defesa da democracia contra todos os comportamentos golpistas e anti-democráticos das minorias ou de quaisquer agrupamentos, e até mesmo de alguns militares se esse fosse o caso.

Considerando-se que era o Partido Comunista e organizações a ele ligadas que procuravam, desde há muito, por todos os meios, dificultar a construção da democracia, esses ataques seriam por nós respondidos à letra, não em virtude de um anticomunismo, que não é, não foi, nem será, da nossa actividade, mas sim em defesa da democracia, em defesa do progresso do nosso país, em defesa da construção do socialismo democrático contra o comportamento golpista e aventureirista do PCP e de outras organizações a ele ligadas. Em terceiro lugar, apoio



intenso ao VI Governo Provisório, e ao cumprimento integral do seu programa com a consciência de que tanto o Governo, como o cumprimento do seu programa eram possivelmente a última alternativa para a construção da democracia no nosso país, e para o progresso do socialismo democrático.

Estes pontos fundamentais que aprovados na Comissão Política nortearam a acção dos Órgãos Nacionais do Partido e do seu secretário-geral. Foi no participar com o PCP no desenvolvimento desses pontos que acompanhando a evolução da situação pusemos frontalmente tanto na Assembleia Constituinte, como em várias ocasiões publicamente a necessidade do PCP sair do Governo porque se não compreendia que estivesse simultaneamente no Governo e na oposição e porque a sua acção diletória para com a democracia fazia perigar a própria independência nacional.

Porque não pusemos então o problema de não participar com o PCP no VI Governo Provisório? Porque se entendeu que o VI Governo Provisório tal como se encontrava constituído era fundamental para a construção da democracia e que deveríamos antes, marcando bem o nosso desacordo profundo, o nosso vivo repúdio perante o comportamento anti-democrático do PCP, exigir o cumprimento do programa do Governo e procurar limitar por todos os meios, o comportamento anti-democrático do PCP.

Foi isto assim antes do 25 de Novembro. E na última fase, especialmente depois dos incidentes ocorridos no Porto aquando da manifestação junto do RASP, nós proclamámos abertamente que neste país se pode e deve governar sem o PCP, em nome das classes trabalhadoras, em nome da independência do nosso país, foi afirmado repetidamente que o PCP devia ser excluído do VI Governo Provisório.

Surge o 25 de Novembro, no qual é cada vez mais manifesto o grave comprometimento do PCP e de outras forças chamadas de "esquerda". Devo dizer que segundo parece o PCP em relação ao 25 de Novembro teria dois objectivos alternativos a atingir. Ou a tomada do poder se o conseguisse, ou não sendo possível a destruição da extrema-esquerda que se afigurava já incómoda pela transferência de grande parte das bases do PCP para a UDP e o afastamento de alguns militares que considerava reaccionários e, assim o disse várias vezes procurando reintroduzir no Conselho da Revolução e na chefia de algumas armas os oficiais progressistas, na linguagem do PCP, ou seja dos oficiais gonçalvistas.

O golpe felizmente gorou-se e gorou-se pela acção esclarecida das Forças Armadas que permaneceram na sua esmagadora maioria fieis à Revolução Democrática do 25 de Abril e pela acção das massas populares, acção tanto anterior ao 25 de Novembro, como no próprio momento e no dia anterior. Devo aqui salientar que na própria Região Militar Norte, a situação antes do empenhamento das acções populares do PPD, especialmente antes da manifestação junto do RASP, era muito pior do que aquilo que parecia, e foi essencialmente a partir da manifestação do PPD que se deu a inversão da situação militar, retomando os militares a consciência de que o que estava em risco era efectivamente a Revolução do 25 de Abril que algumas minorias procuravam desviar do seu caminho democrático. Por outro lado, mesmo durante o golpe, a acção dos nossos militantes, designadamente

junto da base de Monte Real, possibilitou uma rápida dominação das forças insurrectas. Mas não há dúvida de que os principais vitoriosos do 25 de Novembro foram os militares democráticos que souberam preservar o essencial da Revolução do 25 de Abril. E a partir desses acontecimentos criaram-se condições francamente favoráveis para o restabelecimento da autoridade e da disciplina militares, condições que estão rapidamente a ser aproveitadas no sentido de um autêntico saneamento democrático das Forças Armadas Portuguesas que, pela primeira vez, depois da Revolução aparecem já coesas, unidas e postas ao serviço da democracia. Na sua maior parte o problema militar não está ainda resolvido mas dão-se hoje felizmente passos rápidos para a sua resolução; por outro lado estão ainda por definir as consequências políticas dos acontecimentos do 25 de Novembro e é aqui que somos chamados a tomar opções importantes.

O meu ponto de vista é o de que não basta a resolução do problema militar para que este país se salve da situação dramática em que se encontra do ponto de vista político, económico e social para que se possa enfim ter uma democracia autêntica que possibilite a resolução dos vários problemas. O problema já não é sobretudo militar; o problema militar está parcialmente resolvido. É neste momento, eminentemente político e o problema político a meu ver passa por alguns aspectos fundamentais. O primeiro deles é o da definição do papel das Forças Armadas na democracia portuguesa. Temos um pacto assinado entre o MFA e os partidos que consagra um regime de poder militar por um período transitório de três a cinco anos e a nomeação do Presidente da República. As Forças Armadas de harmonia com esse pacto reunidas no MFA detêm o controle de toda a vida política da qual em documentos posteriores se arrogaram o direito de ser o motor agindo como um movimento de libertação do povo português; é o que se consagra no Plano de Acção Política, do Verão deste ano.

Parece que o problema político se não resolverá enquanto a situação decorrente desse pacto não for reexaminada. O meu ponto de vista é o de que, enquanto as Forças Armadas estiverem empenhadas na política e se arrogarem o controle do poder e o exercício do poder político não teremos estabilidade, não teremos a verdadeira paz, estaremos sempre sob a iminência de confrontos armados ou de guerra civil. Porque o exercício da política supõe divisão de opiniões e a divisão de opiniões, se é sã entre as forças políticas civis, e aí temos o pluralismo dos partidos, é dramática quando o controle do poder político é feito pelas Forças Armadas visto que os militares tendem como é de seu ofício resolver pelas armas as suas divisões designadamente as políticas.

Tenho pois para mim que enquanto os militares tiverem o domínio do poder político não só não teremos uma verdadeira democracia como correremos um risco permanente de instabilidade, de confrontos, e guerra civil. O segundo ponto, ainda, quanto ao pacto é ao da eleição do Presidente da República. O povo português, depois da prova fundamental das eleições do 25 de Abril, de 1975 não se priva do seu direito de escolher o mais alto representante da Nação. Deu já provas suficientes de maturidade, de democracia e de civismo, ao fazer a sua opção eleitoral nas eleições para a Assembleia Constituinte. A partir daí ficou claro que apesar do que se dispõe no Pacto a realidade política é a de que o verdadeiro motor da Revolução democrática portuguesa é o Povo português e os partidos

seus representantes a quem ele deu maioritariamente o voto. Os desenvolvimentos posteriores e o papel desempenhado pelo Presidente da República na tentativa de resolução na crise na constituição de um Governo entre o Partido Socialista e o Partido Comunista, mais radicaram no povo português a sua opção profunda que o leva a não aceitar ser privado da escolha democrática do mais alto magistrado da Nação.

Isto pareceu-nos claro em todos os contactos que fizemos por esse país fora e por isso o exprimimos publicamente. O terceiro ponto é o da constituição de um Governo que em princípio deverá durar até às próximas eleições. A posição que vínhamos defendendo de não colocar a opção no VI Governo Provisório entre o nosso partido e o PCP modificou-se profundamente a partir dos acontecimentos do 25 de Novembro.

Em primeiro lugar dificilmente se compreenderia que se mantivesse no Governo um partido que não só o hostilizou por oposição política mas que se envolveu em actos de manifesto desrespeito pelo mesmo Governo e depois de conspiração directa. Penso no sequestro do Governo e da Assembleia Constituinte, no qual o PCP teve um papel determinante, que jamais rejeitou depois dos actos consumados, antes pelo contrário. Penso na manifestação realizada junto do Palácio de Belém, enquanto durava esse sequestro e agradecida pelo Presidente da República. Penso, especialmente, na sua ligação com os oficiais gonalvistas da extinta 5.ª Divisão. Na campanha desenfreada de propaganda desencadeada nos órgãos de informação que controlava e que levaram a eclosão do golpe do 25 de Novembro. E neste golpe o PCP começou em apoio aos oficiais rebeldes a fazer intensiva mobilização dos seus militantes, dos órgãos sindicais, Intersindical e alguns sindicatos. Os órgãos de informação ligados ao PCP inicialmente apoiaram abertamente os insurrectos, registou-se posteriormente a desmobilização. A vitória sobre os insurrectos deveu-se como disse às Forças Armadas, mas muito também ao povo português, aos democratas portugueses com ou sem partido. Pergunto se eles aceitariam ver mantido no Governo um partido que pelo seu comportamento pôs em causa o VI Governo pôs em causa mais do que isso, os próprios benefícios das classes trabalhadoras e de todo o povo português, pôs em causa a construção da democracia e a própria independência nacional.

A situação em que vivemos depois de quatro Governos de Vasco Gonçalves sob o patrocínio do PCP que conduziu à sua ineficácia forçada e a impossibilidade de cumprimento do programa é catastrófica. A economia está a ponto de soçobrar. As tensões sociais motivadas pelo desemprego, pela presença maciça de refugiados pela destruição de estruturas sociais são intensas. O PCP ainda tem o controlo dos órgãos de informação, da Administração central e da Administração local. Ou esta situação é imediatamente resolvida ou perderemos a democracia e a independência a favor de uma qualquer ditadura de esquerda ou de direita que fatalmente surgirá se neste momento o problema político não for resolvido como condição para a resolução dos problemas económicos sociais e financeiros.

Em segundo lugar a não exclusão do PCP do Governo poderia significar uma radicalização do Povo Português à direita não democrática. Se o Povo Português não mais acreditasse num Governo em que o PCP é conservado apesar do seu com-

portamento; se o Povo Português por isso mesmo deixasse de acreditar nos partidos democráticos que cooperam com o PCP, ele seria levado - como a meu ver será fatalmente - a acreditar sobretudo nos movimentos clandestinos que sob o nome de libertação se preparam para fazer retornar este país ao fascismo.

A base social de apoio que a Revolução ainda tem apesar de tudo e que depende essencialmente da presença de dois grandes partidos democráticos, o PPD e o PS, perder-se-ia na sua quase totalidade deslocando-se para ser base social de apoio a movimentos anti-democráticos que preparam o regresso a uma qualquer ditadura. Este ponto parece-me ser especialmente importante. Por outro lado existe o problema de eficácia de Governo. A situação não permite que este país continue como tem continuado nestes dezanove meses, sem um governo eficaz. Ao serviço do restabelecimento das condições mínimas de convivência democrática, ao serviço da justiça social, ou seja, da realização das condições mínimas a que têm direito os mais desfavorecidos de entre nós, que são ainda a grande maioria. E é hoje claro, mesmo para os responsáveis militares politicamente mais radicais que o povo português no seu conjunto vive presentemente pior do que antes do 25 de Abril de 1974. Não o sentirão algumas camadas privilegiadas de trabalhadores, mas sente a grande maioria dos pequenos agricultores, dos pequenos comerciantes, da grande massa de trabalhadores que não vivem à sombra de alguns privilégios obtidos antes e depois do 25 de Abril, mediante elevações de salários. Houve depois do 25 de Abril uma indiscutível moralização da vida nacional, pela supressão de privilégios de classes minoritárias, pela destruição de um poder económico que dominava o poder político, pela destruição de vários canais concentrados do exercício ilegítimo do poder; mas não houve a correspondente construção de uma justiça social, não houve medidas concretas em benefício de todo o povo português cuja grande maioria são os trabalhadores portugueses.

Quer dizer que no plano de realização da justiça social se não passou do verbalismo intelectualista, das opções radicais, sem que fossem edificadas quaisquer realizações. Por outro lado, nós não podemos pela nossa autêntica situação de bancarrota certa fazer uma nova experiência de um Governo não eficaz. Temos de ter imediatamente um Governo eficaz ao serviço da democracia. Alguns números elucidativos: chegaremos ao fim do ano com um desemprego na ordem dos 13% o que significa 400 000 desempregados, 10% dos quais apenas beneficiam do subsídio de desemprego. O rendimento nacional baixará de cerca de 15% e o rendimento por cabeça provavelmente atingirá uma baixa inqualificável de 14 a 19%. Como salientou o ministro das Finanças, o "déficit" orçamental é em termos absolutos o maior da nossa história e em termos percentuais, 36%, aproximando-se do "déficit" orçamental de 1930 depois da gestão catastrófica de Sinel de Cordes que levou ao aparecimento de Salazar. O "déficit" da balança de pagamentos é também de longe o maior da nossa história, cerca de trinta milhões de contos. Estamos na condição de consumirmos mais 30% do que produzimos e não temos sequer dinheiro para pagar as altas importações de bens fundamentais. As reservas monetárias, em divisas, estão praticamente esgotadas, tendo-se ultimamente consumido à razão de 10 mil contos por dia. As reservas de ouro orçamentadas em sessenta milhões de contos estão em grande parte comprometidas pela circunstância de terem sido negociados empréstimos com o penhor ouro o que



significa que pelo menos trinta milhões de contos poderão ser absorvidos por essas garantias. Para além disso o ouro é praticamente inegociável a não ser em termos de preço e condições que significam a completa ruína.

Nunca de resto, se queremos construir o mais depressa possível o progresso deste país, se poderia vender o ouro para pagar consumos, porque ele por um lado duraria poucos meses, por outro lado faz falta como base insubstituível de uma economia em desenvolvimento e do esquema financeiro correspondente. Este ponto, portanto, de eficácia do Governo, é imposto não só pela preservação da democracia, pela construção do socialismo, como pela própria situação de ruína em que nos encontramos. Sem um Governo eficaz soçobramos nas mãos de uma direita.

Por isso mesmo, entendemos que o PCP não deve participar no Governo. Não significa isto, que defendamos a ilegalização do PCP.

Pelo contrário, o PCP como partido político, deve continuar a ser admitido na vida política a não ser que transgrida as regras fundamentais do comportamento democrático, e se o fizer estarão os tribunais para o decidir. Mas não deve a nosso ver continuar no Governo Provisório da Revolução Democrática Portuguesa. Não significa também isto que não haja em Portugal comunistas democráticos, com uma longa tradição anti-fascista, membros muitas vezes de classes trabalhadoras que sofreram a opressão e que compartilharam das condições infra-humanas dos trabalhadores portugueses. A nossa posição, em defesa da democracia, quanto ao PCP, é feita com a ressalva do comportamento dos comunistas portugueses que pelo seu sacrifício, pela sua luta e pela sua fidelidade à democracia, enquanto portugueses e comunistas merecem o nosso respeito. Qual pois a solução?

Queremos deixar bem claro, e entendemos que o nosso congresso o deve fazer, que não poderemos transigir com quaisquer posições que, por medo da acção do PCP procurem salvá-lo neste momento em que o mesmo está efectivamente estigmatizado com justiça como partido anti-democrático.

Significa isto que não estamos dispostos a cooperar com qualquer linha política que, até com a nossa marginalização, procure salvar o PCP do justo naufrágio por si mesmo desencadeado. Venha essa linha política com o nome de "antunismo" sucessor provável de um "gonçalvismo" qualquer, apareça sob outra designação, não nos peçam que aceitemos qualquer plano político traçado especialmente para defesa do PCP. Creio pois que deste Congresso deve sair uma posição muito clara sobre o nosso princípio como Partido democrático. E que a meu ver será a de que o PCP não deve continuar a figurar no VI Governo. Pela nossa parte não estamos dispostos ao nível da governação, a colaborar com o PCP no VI Governo.

A segunda conclusão seria a de que o pacto constitucional assinado entre os partidos e o MFA deve ser revisto em ordem a assegurar a construção de uma imediata democracia no nosso País. Posso informar o Congresso de que o Conselho da Revolução e o MFA tomaram já a decisão de por sua iniciativa rever o Pacto.

Está já em estudo um esboço do texto a propor e na próxima semana deverão ser abertas as negociações. Parece-me fundamental que uma terceira recomendação

do nosso Congresso seja a do esclarecimento da situação de todos os órgãos de informação para que deixem de ser dominados por minorias para serem postos ao serviço da democracia. Sem isso, tão pouco conseguiremos um Governo eficaz. Uma última recomendação parece-me dever ser feita. A de que é urgente que se conclua rapidamente a Constituição para que tenham lugar imediatamente depois, tão rapidamente quanto possível, eleições para a Assembleia Legislativa. É, também pois essa a nossa posição, devemos bater-nos para que no novo Pacto isso figure, para a escolha do Presidente da República. Recomendamos também que entretanto se proceda a eleições para todas as autarquias locais.

Há no entanto um ponto quanto à primeira conclusão: a da não participação do PCP no Governo que merece especial reflexão. Creio que a nossa participação de princípio deve ficar nitidamente demarcada, mas suponho que é também necessário que o Congresso pondere se poderá ou não haver razões excepcionálistimas para que no decurso das negociações para a remodelação do VI Governo, se essas razões excepcionais se vierem a verificar possamos de algum modo transigir sem quebra de princípio na sua aplicação prática.

Devo dizer, sem quebra de confiança porque assim ficou estabelecido, que ontem e esta manhã tive no Porto conversações com altos responsáveis militares, um dos quais se deslocou de propósito de Lisboa, que me significaram o seu receio de que a posição intransigente da nossa parte, embora inteiramente compreensível e aceitável na lógica política e na lógica democrática, pudesse vir a suscitar sérias dificuldades. Foi um dos mesmos responsáveis que me autorizou a comunicar a deliberação da iniciativa da revisão do Pacto Constitucional. Devemos então adoptar uma maior maleabilidade depois de frizarmos o princípio de que o PCP não deve figurar no Governo? A minha opinião é de que sim, em determinadas condições. Só num contexto global, ou melhor num contexto de resolução global poderemos vir a não aplicar em toda a sua pureza o princípio da não participação do PCP no Governo. Esse contexto global parece ser o da revisão do Pacto em condições aceitáveis para termos uma democracia imediata; o da revisão imediata da situação de todos os órgãos da informação; marcação de eleições, se possível antes das Gerais, para as Autarquias locais; a do estabelecimento de uma plataforma pelo menos com o PS no sentido da rápida conclusão da Constituição e da marcação imediata de uma data provável das próximas eleições que a meu ver poderão e deverão ter lugar até ao 25 de Abril de 1976; a remodelação do VI Governo Provisório num claro sentido de impedir a sabotagem do PCP; numa clara demarcação da sua posição minoritária e de vencido político, acompanhada da eliminação dentro do aparelho de Estado e dos órgãos de Informação das posições sectárias de elementos do PCP ou a ele afectos ou com ele cooperantes que impedem quer o eficaz funcionamento do Governo quer o funcionamento democrático dos órgãos de Informação.

Neste quadro geral parece-me que o nosso partido pode reconsiderar a sua posição de princípios que repito entendo dever ser marcada desde que hajam razões suficientes que nos convençam, por uma razão eminentemente patriótica e democrática não pormos intransigentemente a aplicação do princípio.

Se efectivamente nos convenceremos e algumas razões já foram apontadas, razões de peso vindas sobretudo do sector dos militares operacionais, de que é possível resolver o assunto neste contexto global e aceitarmos, repito, neste contexto, continuar a participar com o PCP no VI Governo Provisório entendo que devemos fazê-lo, porque nós o que essencialmente defendemos não é o nosso ponto de vista partidário é o nosso país e as perspectivas de democracia que nos são oferecidas. Não é o progresso nem o engrandecimento do nosso partido, é o progresso e o engrandecimento do nosso país e do nosso povo, povo sacrificado durante séculos, especialmente nos últimos decénios, povo que depois do 25 de Abril deu mostras de qualidades insuspeitáveis conseguindo o que nenhum povo do mundo conseguiu: por sua iniciativa espontânea destronar, desarmado, os comunistas da sua posição de mando.

Povo inculco, por certo, sobretudo, quando em comparação com a maioria dos povos da Europa. Atrasado no seu desenvolvimento cultural, social e económico por culpa essencialmente da ditadura dos últimos cinquenta anos, mas povo com uma longa tradição histórica, com um bom senso profundo, que lhe permitiu depois de conquistada a Liberdade saber defendê-la pelos seus próprios meios, saber levantar-se para não consentir uma nova ditadura e constituir hoje uma força apreciável que nenhum político ou militar pode ignorar, pois o povo já demonstrou que se for necessário de novo se levantará desarmado para impedir que lhe roubem a liberdade que no 25 de Abril de 1974 lhe garantiram.

É pois em nome do nosso povo e das suas classes trabalhadoras que nós como partido poderemos, se assim o entender o Congresso, que deveremos pôr de lado a aplicação rígida da lógica política e da lógica democrática, formulando, depois do princípio de exclusão do PCP do Governo, uma outra conclusão, em que, no contexto global que enumerei, possamos continuar a cooperar com o PCP para manutenção do VI Governo Provisório, a fim de não comprometer as condições agora criadas para restabelecimento da autoridade, disciplina militar, para termos finalmente no nosso país um Governo eficaz ao serviço dos trabalhadores, da democracia e da construção do socialismo democrático.

Mas um dos pontos em que poderemos a meu ver insistir, é o de que, se o fazemos nas condições que enumerei, o faremos apenas enquanto não estiver concluído o rápido inquérito aos acontecimentos para se apurar a responsabilidade e envolvimento do PCP, como partido, pois se essa responsabilidade se confirmar a situação será diferente. Em suma trata-se quanto ao Pacto de expor um claro princípio da necessidade da sua revisão e focar os pontos fundamentais que enumerei. Quanto à Imprensa é de exigir que seja imediatamente colocada ao serviço da democracia. Quanto ao Governo de marcar o princípio de exclusão do PCP, pondo como posição não de transacção mas como sendo resultado do nosso convencimento em razão do bem do nosso povo, de aceitar, transitoriamente, uma cooperação com esse partido não democrático.

Eis em resumo as palavras que me pareceu necessário dizer para introduzir este primeiro ponto do nosso Congresso. Deixai que vos diga, retomando as considerações iniciais, que me parecia indispensável que terminássemos a discussão deste ponto com a aprovação de conclusões antes do jantar. Está marcada para as

21,30 uma Conferência de Imprensa. O País político e as autoridades militares estão suspensas das nossas decisões.

Creio que prestaríamos um bom serviço ao país dando imediatamente a conhecer nessa Conferência de Imprensa. Isso significa sermos breves, sermos concisos, sermos claros e sobretudo, não procurar tanto defender posições pessoais nem responder a razões daqueles que eventualmente discordem de cada um dos oradores, mantendo a preocupação de darmos apenas o nosso contributo útil para uma visão que corresponda às nossas responsabilidades e essas responsabilidades, repito, são históricas neste momento. É indispensável que, com a nossa decisão, ajudemos a que o povo português finalmente tenha aquilo que nunca teve na sua história e por isso tanto sofreu: governantes à altura das suas grandes qualidades; e isso depende de nós.

## **1.5. Discurso de Encerramento do II Congresso - 7/12/75**

Em nome do Secretariado Nacional e como Secretário-Geral do nosso partido, duas palavras apenas para vos significar que temos plena consciência do encargo que representa a vossa confiança ao escolherem-nos para membros do Secretariado Nacional e para o cargo de Secretário-Geral. A consciência desta responsabilidade é ainda mais nítida depois de termos visto a grandeza com que respondestes ao desafio que aqui nos foi feito de sabermos estar à altura do grande Partido que somos e que representamos.

Este Partido não são uma ou quaisquer figuras; este Partido são os seus militantes aos quais se deve a sua força, a sua implantação, a sua defesa de uma autêntica democracia, e este Congresso foi essencialmente, devido à elevação com que se comportaram os congressistas, uma manifestação de militância, de unidade e de democracia interna.

Ao desenrolar deste Congresso e à maneira como se conseguiu depois de um largo esforço este feliz desfecho, em termos de revisão dos Estatutos, não foi de maneira nenhuma estranha a mesa do Congresso que infatigavelmente soube estar à altura da direcção dos trabalhos.

O Partido sai indiscutivelmente reforçado e temos todos, órgãos nacionais eleitos e todos os militantes, de procurar consolidar esse engrandecimento e esse esforço não apenas em benefício dos interesses do nosso Partido, mas no empenho da defesa da democracia, que é a defesa do nosso País.

Felizmente nunca deixou de estar presente neste Congresso de que para além de sociais-democratas e membros do PPD somos portugueses que temos plena consciência das responsabilidades cívicas nesta hora histórica que o nosso país vive. E ainda bem.

Ainda bem que a consciência de portugueses responsáveis esteve sempre presente no nosso Congresso pois ela foi um elemento de peso na superação de posições pessoais, no encontro de uma autêntica democraticidade e unidade in-

ternas. No que respeita à actividade política externa procuraremos corresponder ao encargo que sobre nós pesa como órgão nacional, de defender, promover e lutar pela social-democracia portuguesa. Respondendo a todos os ataques que nos são dirigidos mas promovendo acima de tudo o seu progresso activo levando a nossa mensagem e o nosso Programa especialmente às classes trabalhadoras que são a grande maioria deste país e o natural suporte da Social-Democracia.

Podeis contar com o esforço de todos nós e contamos com a especial participação do membro deste Secretariado representante dos sócios-profissionais e dos representantes da Juventude Social-Democrata, que é felizmente ponta de lança progressiva e estímulo à crítica interna, ao progresso das nossas posições próprias. JSD que tem desde o início uma leitura própria do Programa, plenamente integrada na nossa mensagem programática, mas, como é próprio dos jovens, exigentemente mais dinâmica, mais crítica e portanto empurrando o nosso partido para posições cada vez mais progressivas em ordem à construção do Socialismo Democrático com que a Social-Democracia se identifica.

Lutar pela Social-Democracia, pugnar pela construção do Socialismo Democrático, defender de todas as maneiras a democracia portuguesa, com os olhos no progresso do nosso povo, no bem estar das classes mais desfavorecidas, na construção rápida e efectiva de uma autêntica justiça social.

Ao Conselho de Jurisdição e aos membros eleitos para o Conselho Nacional as nossas melhores saudações e a nossa manifestação do grande desejo e do franco anseio de uma cooperação leal que tem de existir entre todos os órgãos do partido. E com ela também contará com certeza o nosso Congresso, órgão fundamental do nosso partido. Termino enviando ao nosso Congresso e aos seus delegados não apenas saudações mas um forte abraço Social-Democrata.

## **1.6. Entrevista ao "Tempo" - 11/12/75**

### **HÁ OU NÃO "ALAS" NO SEIO DO PPD?**

- Têm ou não existido "alas" no seio do PPD? Distintas por que diferenças essenciais na leitura do programa e/ou por que critérios para a actuação prática do partido?

- Não, não tem havido alas. Uma ala num partido é uma tendência de opinião dentro da mesma linha programática, como uma leitura autonomizada e encarnada num sector de pessoas suficientemente vasto para servirem de apoio a tal corrente doutrinal. Ora, isso não se tem verificado no PPD, com uma única excepção, que é a JSD, que tem uma leitura efectivamente diferente do nosso programa, uma leitura mais progressista, mais avançada, mas sem se desenquadrar do programa do partido. Com efeito, não têm aparecido posições doutrinárias autónomas em relação ao programa do partido e à orientação que lhe têm dado os seus dirigentes. O que se tem visto é um ou outro artigo em determinados jornais, uma ou outra entrevista, mas não tem havido nenhum trabalho de fundo que sirva de suporte ideológico àquilo que eu considero uma ala dentro de um partido.

Então, perguntará: o que é que se tem passado? Pois, evidentemente que num partido há sempre diversidade de características sociais e humanas; mas isso não é suficiente para caracterizar uma tendência; são meras diversidades pessoais. E têm-se revelado, no PPD, algumas posições com carácter de potencial divergência, mas centradas à volta de certas figuras e das suas legítimas ambições políticas dentro do partido. Porque um partido, sendo um centro político, é, também, um centro de lutas pelo poder político dentro dele mesmo. E isto é normal, é humano, até será salutar, como causa de dinamismo interno do partido, mas nunca deverá levar a que os interesses pessoais se sobreponham aos do partido. Tal sobreposição, felizmente, até tem sido extremamente rara e o que tem acontecido são apenas posições marcadas de tipo pessoal, que procuram assumir, sem qualquer base, um carácter de esquerda progressista; mais para se autojustificarem do que propriamente como tendência diferente da tendência dominante dentro do partido.

E é assim que algumas especulações jornalísticas se têm feito, com base em elementos que a esses mesmos órgãos de Informação são fornecidos por dirigentes do PPD, procurando-se com isso consubstanciar essas tendências, em si inexistentes. Foi o que aconteceu, por exemplo, agora, antes deste nosso congresso, com uma série de entrevistas que foram dadas a órgãos de Informação por alguns dirigentes e responsáveis do nosso partido, versando problemas que, a meu ver, só deveriam ser debatidos em pleno congresso. Foi o que aconteceu, também, com a Plataforma Social-Democrata para o Socialismo, que versou muito mais pontos estatutários, que estavam contidos na discussão do Congresso, do que propriamente doutrina social-democrata, da qual não apresentou uma visão nova, diferente da visão programática do partido e nem sequer diversa da minha própria posição pessoal.

#### **AS "ALAS" E AS BASES DO PARTIDO**

- Mas tais posições que considera pessoais corresponderão, de algum modo, a posições identificáveis com sectores significativos das bases do partido?

- São fundamentalmente posições de cúpulas. As bases não têm tempo para jogos pessoais nem estão empenhadas na luta pelo poder político dentro do partido. Isso só sucede a um certo nível de dirigentes do partido. As bases estão interessadas é na expansão do partido, no esclarecimento e defesa do que é a social-democracia, na sua actividade militante e não têm tempo para perder com esses jogos de promoção pessoal. Mas isto não invalida que não haja alguns sectores com uma posição diferenciada, não por razões ideológicas, mas por razões de situação social e profissional: é o caso dos sócio-profissionais, especialmente empenhados num certo sector, no sector do trabalho por conta de outrem, mas que nunca têm aparecido com posições ideológicas diferentes. A nível de Lisboa, também se registam diferenças ideológicas, sentem-se algumas tensões, fruto do momento político que o País vive, muito mais, creio eu, do que de divergências programáticas ou de leituras diversas do programa.

O PPD, como partido jovem que é, parece-me doutrinariamente bastante coeso.

Há que referir, também, que quando o dr. Emídio Guerreiro assumiu o cargo de secretário-geral substituto fez algumas afirmações públicas sobre a nova orientação que iria imprimir ao partido; fez, depois, mais outras afirmações, que ainda há dias renovou na Assembleia Constituinte, sobre a social-democracia, como tendo a um socialismo identificado com o socialismo marxista e quase, até, com o socialismo leninista. Ora, seria sempre uma aberração uma qualquer social-democracia leninista. E também a social-democracia, que é uma corrente de pensamento político moderna, está hoje afastada do marxismo, que é, ainda, um fenómeno do século XIX, não actualizado no nosso tempo e que, muito mais do que uma doutrina política, é uma filosofia, uma concepção de vida e de sociedade que tem influenciado várias doutrinas políticas. Querer identificar a sociedade social-democrática, que se identifica com a sociedade socialista democrática, com a sociedade sem classes, no sentido marxista de último estágio da evolução da sociedade comunista, ou com a sociedade em que não existe propriedade privada, em que estão colectivizados todos os meios de produção - como o dr. Emídio Guerreiro fez - não é ter uma visão social-democrata de esquerda: é ter uma visão socialista marxista, que não cabe, evidentemente, no nosso partido.

#### **O DIREITO DE TENDÊNCIA**

- Reconhece ou não o chamado direito de tendência no seio do partido? Em que termos? Como se tem concretizado ou não esse direito? Que vantagens e desvantagens lhe reconhece?

- O nosso estatuto consagra o pluralismo de opiniões, muito mais que o direito de tendência. Mas não me repugna a consagração do direito de tendência dentro de um partido, desde que ele não lhe afecte a necessária coesão. De facto, dentro de uma mesma linha programática podem coexistir tendências diferentes. Tem vantagens? Tem inconvenientes? Pois eu creio que tem mais vantagens do que inconvenientes, se servir mais a dinamização do próprio partido do que ambições pessoais. No nosso caso, não se têm revelado tendências que justifiquem o reconhecimento institucionalizado desse direito, a não ser, repito, o caso da JSD, que, por isso mesmo e por ter uma organização também autónoma, tem direito, estatutariamente, a uma representação própria nos órgãos nacionais. Quanto ao resto, pela minha experiência da vida do partido, quer antes quer depois de ter reassumido as funções de secretário-geral, sempre verifiquei que não há quaisquer tendências dentro do partido.

#### **"MAS QUAIS TOMADAS DE POSIÇÃO POLÍTICAS CONCRETAS"?**

- Quando a Informação e a opinião pública por ela chamada falam de uma "ala Sá Carneiro" - apelidada de conservadora e direita - e de "alas" Sá Borges, Emídio Guerreiro e, agora, também já de "ala Mota Pinto", o que é que isto quer ou poderá significar de real, para cada um dos casos? Correspondência a tomadas de posição política concretas de cada um desses líderes?

- Mas quais são as tomadas de posição política concretas de um Sá Borges, de um Mota Pinto, mesmo de um Emídio Guerreiro, se exceptuarmos aquelas que já referi, quais?



Apareceu agora, sim, a Plataforma Social-Democrata para o Socialismo; mas este documento não implica uma orientação diversa daquela que eu próprio sigo. Simplesmente, pelo cargo que exerço dentro do partido e pelo carácter que imprimi à acção política do partido, depois do meu regresso a este cargo, e à minha própria acção como seu secretário-geral, eu tenho aparecido mais frontalmente em defesa da democracia, contra as minorias militares e comunistas, que visam, mais a construção de um socialismo, que eu considero falso, do que a defesa da democracia.

Mas, afinal, essa minha acção foi sempre baseada numa estratégia traçada pela Comissão Política Nacional do partido e acompanhada a todos os níveis dos dirigentes nacionais, designadamente pelo Grupo Parlamentar, pelo próprio Mota Pinto, que, como seu líder, e de acordo com os órgãos nacionais, pediu, pela primeira vez, depois dos incidentes com o RASP, a expulsão do PCP do Governo.

Eu creio que tudo visa é o enfraquecimento do PPD. Hoje, estou mesmo convencido de que, eleitoralmente, seria o maior partido português. E já a meu ver, como único partido social-democrata português, o maior obstáculo ao avanço do comunismo e, portanto, a melhor defesa da democracia em Portugal; assim como já constitui o maior obstáculo a todas as forças que estão empenhadas em que não se construa imediatamente a democracia no nosso País ou que estão mais empenhadas na defesa do seu próprio partido do que da democracia e às quais interessa o enfraquecimento e a divisão do nosso partido. O que têm tentado conseguir através de campanhas de divisionismo, infelizmente alicerçadas, muitas vezes, em dados viciados que lhes são fornecidos por pessoas de dentro do próprio partido.

#### **QUANDO COMEÇARAM OS CONFLITOS**

- Parece-me que toda essa problemática das ditas "alas" ou "grupos" veio a equacionar-se em termos que já se anteviam e se concretizaram como conflituosos. Já previa isto? Acha que isto era mesmo inevitável ou que tenha sido intencionalmente conduzido para tal consumação conflituosa?

- Essa problemática apareceu em termos já relativamente conflituosos no II Conselho Nacional do PPD, que tratou da minha reassunção de funções, designadamente por parte do dr. Emídio Guerreiro, que pôs o problema em termos nada exactos e, do ponto de vista pessoal e de observância de regras mínimas de correcção, bastante desagradavelmente. O que me levou, sem perda do respeito devido à pessoa e à idade, a repor, determinantemente, a verdade dos factos. E suponho que o fiz concludentemente, pela reacção do próprio Conselho e pelo reconhecimento expresso, então feito pelo clr. Emídio Guerreiro, acerca da realidade do que entre nós se passara e dissera. Mas, na verdade, o processo conflituoso então gerado nunca mais parou, até que chegou a este Congresso. As pessoas estavam, pelos vistos, insatisfeitas, em certa medida por recearem ver-se marginalizadas por mim; e noutra medida, compreensivelmente, porque suportaram um período árduo da vida do partido, decorrente dos acontecimentos de 11 de Março, quando prestaram um óptimo serviço ao PPD. E tais pessoas parece que aceitaram mal que, após o meu regresso, eu aparecesse a encabeçar o partido

com um dinamismo mais intenso e com uma forma de actuação que, suponho, tem sido mais clara.

Tudo isto veio, então, a ser ainda recalcado até a este Congresso, onde encontrou um ambiente pouco propício ao desanuviamento mais lúcido, até pelo ambiente de expectativa tensa que certa Imprensa criou nas pessoas, a meu ver intencionalmente e, depois, pelo próprio procedimento dessa minoria de congressistas que, em especial na segunda parte da ordem de trabalhos, procurou dificultar o rápido andamento dos trabalhos e o esclarecimento da situação.

#### **"NÃO IDENTIFICO A MINHA PESSOA COM O PARTIDO"**

- Algumas das ditas personalidades criticamente discordantes de si, estão a acusá-lo, publicamente (começaram por fazê-lo logo que abandonaram o Congresso) de o dr. Sá Carneiro ser um autocrata, um antidemocrata, que como tal se tem comportado, em termos de querer transformar o PPD num partido absolutamente definido pela sua própria personalidade política e pelos seus princípios e critérios de actuação, dominado pela figura carismática que para ele constitui. Que tem a refutar ou a justificar sobre isto?

- Isto são disparates, talvez justificáveis pela excitação com que essas pessoas abandonaram o Congresso, a meu ver muito pouco democraticamente, sem esperarem pelas resoluções do próprio Congresso. Logo após eu ter posto a minha posição e retirado a minha proposta, essas pessoas abandonaram o Congresso, dizendo que abandonavam o partido e fazendo-me essas críticas. Ora, se de alguma coisa me poderiam acusar é de ter respeitado talvez demasiado escrupulosamente as regras democráticas constantes do nosso estatuto.

De facto, nós tínhamos uma Comissão Política nada funcional, que durante cerca de dois meses nunca tinha "quorum" para reunir e, apesar disso, eu nunca quis sobrepor-me à Comissão Política nem de qualquer modo usurpar os seus poderes, tomando apenas aquelas decisões que me pareciam indispensáveis para a não paralização do partido.

E também me parece irrefutável que o nosso partido teve sempre, comigo como seu secretário-geral, uma orientação de esquerda não marxista, que é aquela que consta do nosso programa e que eu sempre respeitei escrupulosamente, porque nela sinceramente acredito.

Também não identifico, de modo nenhum, a minha pessoa com o partido e sempre tenho reagido contra essa identificação. E tem graça que algumas pessoas que me acusam disso, como, por exemplo, o dr. Emídio Guerreiro, enquanto eu estava doente, fomentavam mesmo um culto de personalidade, em relação a comícios, em relação a chegadas ao aeroporto, que sabiam não ter lugar. Culto de personalidade falsamente fomentado, com outros fins? É possível; mas em todo o caso, fomentado.

Note-se, também, que, quando no II Conselho Nacional pedi a realização deste Congresso, que, afinal, até já tinha sido convocado na segunda parte do I Conselho Nacional, à qual eu não assisti, tive em vista, não a modificação estatutária num sentido de reforço dos meus poderes, num sentido autocrático, mas num

sentido eminentemente funcional e operacional do partido, visto que, especialmente quanto à Comissão Política e, em parte, também quanto à Comissão Disciplinar, esta mais por defeitos estatutários do que por intenção dos seus componentes, o partido estava privado de funcionalidade e de operacionalidade, falta esta que era vivamente sentida pelas bases, que deixaram mesmo de acreditar nos seus órgãos colegiais de cúpula.

É que nos antigos estatutos havia apenas um secretário-geral, com funções mais administrativas do que políticas, e uma Comissão Política que não funcionava e à qual incumbia, afinal, a Direcção política de todo o partido. Isto não podia continuar assim. E foi exactamente esse estado de coisas que eu tive em vista corrigir como meu projecto de estatutos.

Mas gerou-se, então, todo um contencioso, a propósito de se saber se o partido, assim, era ou não democrático e à volta do sistema da representatividade proporcional. E isto foi feito mais uma vez, a meu ver, explorando, nalguns casos por razões pessoais, aquilo que era uma simples divergência doutrinária, sãmente confrontada, por exemplo, entre o meu projecto e os projectos de Figueiredo Dias ou de Jorge Miranda, que defendiam convictamente a representatividade proporcional, como forma de democraticidade interna do partido e sem quaisquer razões pessoais nem a menor base de Exibição pessoal, apenas por uma legítima convicção doutrinária.

Face a estes, defendi eu que a democraticidade interna do partido se não identificava, de maneira nenhuma, necessariamente com essa regra da representatividade proporcional, que não se pratica em nenhum partido do mundo e que só se pratica em alguns países da Europa democrática, mas em circunstâncias que não se podem comparar com as da vida interna de um partido. Querer comparar um partido a um conjunto de partidos políticos completamente diferenciados é abstrair mesmo da realidade daquilo que é um partido político; é quase como que querer ver num partido político uma coligação de várias correntes partidárias, o que, a meu ver, é um contrasenso. Mesmo assim, depois de ter retirado o meu projecto, acabei por aceitar essa regra, mas limitada à parte eleita dos órgãos do Conselho Nacional. Transigi, portanto, ao princípio em si e aceitei esta experiência limitada com a qual o Congresso concordou plenamente, pois havia pessoas que, convictamente e com o apoio de alguns congressistas, sustentavam essa posição doutrinária, justificando que se faça esta experiência.

#### **RESPONDENDO A GUERREIRO E A SEABRA**

- Entre as afirmações que hoje ouvi fazer aos elementos que abandonaram o Congresso e às portas do Teatro revelaram também abandonar o PPD, saliento, para seu comentário, as seguintes: do dr. José Augusto Seabra, que o PPD deixava de ser, desde aquele momento, um partido democrático, para passar a ser o partido de um homem; do prof. Emídio Guerreiro, que a permanência dele nas fileiras do PPD lhe emprestava uma imagem que ele deixava de merecer e, também, que o dr. Sá Carneiro fizera um golpe de encenação, ao abandonar o palco do Congresso e retirar a sua proposta e declarar o seu cargo à disposição dos congressistas.

- Quanto às afirmações do dr. José Augusto Seabra, elas são tanto mais injustificadas quanto é certo que, no momento em que eles abandonaram o Congresso, ainda nem sequer estava tomada uma decisão sobre a orientação dos estatutos do nosso partido quanto à composição dos seus órgãos e respectiva eleição. Eu tinha apenas acabado de apresentar o meu ponto de vista, não por iniciativa minha, mas a requerimento de um congressista, e ainda não se tinha esboçado qualquer saída para a situação decorrente na minha tomada de posição, que visou, essencialmente, facilitar o andamento dos trabalhos. Trata-se, portanto, de um qualquer suporte doutrinal.

E, afinal, as conclusões a que o Congresso chegou, longe de tornarem o partido menos democrático, reforçaram a democraticidade interna, a clareza do modo de eleição dos seus órgãos e a sua funcionalidade e operacionalidade. Anti-democrática considero eu a posição de abandonar o partido se os seus pontos de vista não são escolhidos, coisa que eu nunca fiz, concretizando as suas ameaças sem mesmo esperarem pela conclusão do Congresso, disparando raios e coriscos contra aqueles que se lhes opuseram democraticamente dentro do Congresso. De um Congresso que foi amplissimamente democrático, com todas as possibilidades de discussão garantidas e com um escrúpulo de apuramento da expressão de vontade dos congressistas verdadeiramente notável, apesar de ter tornado muito demorados os trabalhos a prática intransigente de nada se aprovar ou rejeitar sem contar, exactamente, os votos a favor, contra e as abstenções.

Quanto a essas afirmações do dr. Emídio Guerreiro, nem vale a pena qualificá-las. Não fiz a menor encenação. Limitei-me a expor, com a máxima serenidade, a minha posição, apesar de toda a assistência estar muito excitada, em especial com as manobras de corredor que se vinham observando desde o início de sessão da noite, com viva indignação pelos mini-comícios de corredor que o dr. Emídio Guerreiro promovia. E quando eu expliquei a minha posição, chamando a atenção para o que se estava a passar e para o fundo dos problemas, os congressistas reagiram vivamente, desencadeando-se um movimento de certo modo emocional à volta da minha figura, o que me levou a ir fumar um cigarro lá para fora, já que dentro da sala não se podia fumar, e precisamente para que na minha ausência se acalmasse o ambiente e para não se gerar um ambiente de maior exaltação à volta da minha pessoa. Aliás, também não foi esta a primeira vez em que o dr. Emídio Guerreiro provocou tais reacções entre os congressistas; já anteontem, quando usou da palavra, fê-lo em termos tais que mereceu forte assoada do Congresso, assoada que, se em si não é legítima num Congresso, não deixa por isso de se explicar pelos termos com que o dr. Emídio Guerreiro pôs a questão. E de tal modo foi viva essa reacção, que ontem ele desistiu de falar, quando chegou a sua vez, pela inscrição de intervenções na mesa.

Quanto à imagem de esquerda, o PPD não precisa da personalidade do dr. Emídio Guerreiro para ter imagem de esquerda. O PPD tem uma clara opção de esquerda não marxista, como aliás, também o dr. José Augusto Seabra há pouco reconheceu, numa entrevista concedida à "Vida Mundial", isto para nem sequer recordar algumas intervenções do dr. Seabra quanto à minha figura política.

#### **"O PPD TEM AMPLA BASE OPERÁRIA"**

- A propósito de afirmações do prof. Emídio Guerreiro, estou a lembrar-me daquela que um vespertino de Lisboa publicou anteontem e que era a seguinte: "O PPD quer ser um partido social-democrata - por isso tem de encontrar uma base operária". E eu pergunto-lhe: então, mas o PPD ainda não é um partido social-democrata? Nem tem base operária?

- Pois, olhe, o que essa e outras afirmações provam é que as pessoas, quando se deixam apaixonar pelas suas posições pessoais, são, muitas vezes, injustas para com o partido de que fazem parte ou faziam nessa altura - o que é grave - e se afastam da objectividade e da realidade do partido que conhecem e que têm obrigação de conhecer muito bem, como é o caso do dr. Guerreiro, que foi seu secretário-geral substituto durante algum tempo. O PPD é o único partido social-democrata português, com uma ampla base operária de apoio, base de apoio de trabalhadores rurais, pequenos agricultores e comerciantes, funcionários públicos, artesãos, característica das sociais-democracias num país como o nosso. Portugal não é um país de proletariado, não é um país de operariado predominantemente industrial. Querer identificar o nosso país com uma qualquer realidade imaginada por políticos de esquerda, que aqui querem implantar o marxismo, como se estivessem num país industrializado, com uma predominante classe operária, é uma pura ficção, que poderá conduzir a graves conseqüências para o nosso povo e o nosso país. A implantação do PPD nas classes trabalhadoras acompanha, fundamentalmente, a sua curva eleitoral; o que já diz bastante da base social de apoio trabalhador de que o partido dispõe, como partido de esquerda não marxista que inegavelmente é.

#### **"NÃO HÁ QUALQUER PRESIDENCIALISMO NO PARTIDO"**

- Já sintetizou em que se traduziu a polémica entre o princípio da representatividade e o princípio das maiorias para a eleição dos órgãos nacionais do partido. Quer, ainda, dizer-me como é que justifica a democraticidade que defendeu para o seu projecto e que ouvi alguns classificar de democrático e vantajoso pela sua operacionalidade, mas outros de antidemocrático e presidencialista?

- Não há qualquer presidencialismo, visto que o poder político, a nível de cúpula do partido, no meu projecto, compete ao Secretariado Nacional, um órgão amplo, que ficou constituído por 20 membros, eleitos directamente pelo Congresso, o que lhe assegura uma ampla legitimidade democrática. Por outro lado, no exercício desse poder político, o Secretariado, no meu projecto e tal como o vejo, a ficar consignado, é fiscalizado, assiduamente, por uma comissão permanente, por uma comissão permanente dimanada do Conselho Nacional, no qual estão representados os órgãos regionais e, também agora directamente, o próprio Congresso, através de delegados eleitos, o que lhe permite uma ampla fiscalização do exercício desse poder. E lembro que os anteriores estatutos bastante menos democráticos, pois a Comissão Política que, a prática, não funcionava, como já lhe expliquei, detinha o poder político no partido, sem fiscalização real de qualquer órgão. E foi mesmo isto que eu procurei remediar - uma democraticidade funcional e operacional para a acção.

#### **"DESERÇÃO DE MEIA DÚZIA DE PESSOAS NÃO É CISÃO"**

- Considera a deserção das figuras que abandonaram o partido como uma cisão no PPD? Que importância lhe atribui? E que consequências, internas e externas, prevê para este incidente?

- Não, não considero essa deserção de meia dúzia de pessoas cisão nenhuma no PPD. Nem essas pessoas, pelo número e pelo peso político dentro do partido poderiam provocar, com a sua saída, uma cisão no PPD. Não houve qualquer cisão; apenas o abandono do Congresso e do partido por pessoas mal dispostas com o modo como as coisas ali estavam a correr, desfavoráveis aos seus pontos de vista e interesses pessoais, e incapazes de se submeterem às regras do jogo democrático, que, naquela circunstância, seria a acatção da vontade inequivocamente expressa pelos legítimos representantes das bases do partido. Não se põe em dúvida que são pessoas com valor e que fazem falta ao partido, mas que pelo seu estado de espírito nos últimos tempos poderiam ser-lhe até mais nocivas do que proveitosas.

#### **"INVOQUEI O NOME DELES COMO ELES INVOCARAM O MEU"**

- Dizia-me um deles, concretamente Serra de Oliveira, que agora até já era relativamente fácil ser militante do PPD; mas que aqui há um ano atrás, quando o PPD era muito mais hostilizado, o dr. Sá Carneiro invocava o nome deles para impor a imagem de esquerda do partido...

- Não é verdade. Algumas vezes invoquei o nome deles, como combatentes anti-fascistas, do mesmo modo como eles também invocaram o meu. E essas pessoas não se filiaram no PPD por convite ou insistência de algum dos seus fundadores. Foram eles que se ofereceram para isso, quando o partido ainda estava em fase de formação ou já constituído. Tanto o dr. Emídio Guerreiro como o dr. Seabra entraram para o partido quando este já estava suficiente mente desenvolvido e implantado. É certo que ajudaram a enfrentar os embates resultantes de posteriores crises políticas do país; mas o embate inicial também foi suportado pelo grupo dos seus fundadores, que não foi menos difícil. Serra de Oliveira foi também, por acaso, que aderiram ainda mais tarde, já este ano, juntamente com outros nomes de Coimbra.

#### **PROJEÇÃO DO CONGRESSO**

- Finalmente, e considerando o modo como veio a encerrar este Congresso, que apreciação e avaliação lhe merece, na sua projecção para a inserção do PPD na nova conjuntura política nacional?

- Creio, que houve, para além dos pontos que já referi, um claro reforço da nossa posição, uma clarificação interna, uma grande tomada de consciência dos congressistas e dos nossos militantes, que, pelo seu esforço próprio, viram superada uma grave crise do partido. As eleições também correram bem, verificando-se a aplicação imediata da regra da representatividade proporcional, com a candidatura de quatro listas para o Conselho Nacional do partido e - curiosamente - revelando essas quatro linhas, afinal, a ausência de tendências no partido, pois havia uma ampla coincidência de nomes nas quatro listas. Temos, hoje, órgãos democraticamente eleitos, temos estatutos democraticamente elaborados, uma orgânica

muito mais funcional. Estamos, pois, muito melhor preparados, ficámos muito mais fortes para corresponder às nossas responsabilidades de grande partido português.

## **1.7. Discurso no Comício de Lisboa - 22/12/75**

Meus amigos:

Deixai que antes de começar a falar, vos leia uma proposta da Secção do PPD da Amadora, que me parece inteiramente pertinente e justa, e que é do seguinte teor:

- Os militantes da Secção da Amadora, conscientes do papel relevante desempenhado pelo Regimento de Comandos, pedem ao Secretário-Geral do PPD que faça chegar ao conhecimento das competentes autoridades militares:

1.º O seu reconhecimento pela exemplar actividade desta unidade em defesa da liberdade e da democracia.

2.º O seu desejo de ver a mesma unidade agraciada com uma condecoração que corresponda aos méritos indiscutíveis que demonstrou possuir pela forma disciplinada e determinada como defendeu o Povo que serve.

Esta é a proposta da Secção da Amadora, que faço minha. Creio merecer o indiscutível apoio e aplauso de todos nós, pelo acto de justiça que representa, e vai ao encontro daquilo mesmo que eu propus ao 2.º Congresso Nacional do nosso Partido. Viva os Comandos da Amadora!

Esta mesma mensagem encontra expressão gráfica no nosso "póster" ao Regimento de Comandos da Amadora pela sua acção decisiva no abortar do golpe de 25 de Novembro de 1975. Do PPD - OBRIGADO.

Meus amigos:

Dirijo-me hoje, como sempre, especialmente aos militantes do PPD, aos jovens da JSD, porque eles são a realidade do Partido, este Partido se existe, não é por uma, duas ou duzentas pessoas, é pelas dezenas de milhar de militantes que num trabalho anónimo, sacrificado e, muitas vezes, cabe dizê-lo, mal apoiado, deram O melhor que tinham de seu, em defesa da social-democracia, crenças como todos estamos de que a social-democracia é a via autêntica de construção do socialismo democrático que visa por sua vez a libertação do homem - é nisso que acreditamos, é a isso que todos sem distinção, nos damos.

O Partido Popular Democrático não é uma figura - não é um grupo - o Partido Popular Democrático é um programa que tem uma mensagem, é um programa servido pela militância activa anónima e esforçada. Não sou eu. Não é o Secretariado. Não são os dissidentes do Partido Popular Democrático. São os seus militantes integrados no Povo Português.

A Juventude Social Democrática dirijo-me também, e sempre especialmente, porque a JSD é a nossa ponta de lança, o nosso fermento revolucionário interno e



democrático, a nossa forma de progresso, incentivação e crítica constante, mas a Juventude Social Democrática não, está à venda, não se aluga, não se deixa instrumentalizar. É o que é, porque serve o programa do Partido Popular Democrático e porque está integrada no Partido Popular Democrático.

A JSD que é ela própria, sem se deixar enfeudar a personalidades ou a grupos, consciente da sua autenticidade e do seu empenho ao serviço da construção do socialismo democrático no nosso País.

Proponho-vos que a nossa reflexão e conversa de hoje incidam fundamentalmente sobre alguns temas que suponho serem de actualidade e importância excepcionais:

- O 25 de Novembro e o papel das Forças Armadas;
- A social-democracia;
- O VI Governo Provisório e a sua remodelação;
- O futuro que nos espera na democracia portuguesa.

Quando se iniciou o 2.º Governo Provisório, o 1.º do MFA, "alguém", que então era mais "alguém" do que hoje, disse que se iniciava a democracia militar, foi Otelo Saraiva de Carvalho.

Embora não compartilhe a opinião de Mário Soares, que em Julho ou Agosto dizia que Otelo era um grande revolucionário e um grande democrata, eu entendo que ao dizer, em Julho do ano passado, que se iniciava com o 2.º Governo Provisório a democracia militar, algo de útil, senão de verdadeiro, Otelo disse, porque de facto, é importante que numa análise retrospectiva, nós tenhamos bem consciência de que a fase de tentativa de democracia militar, iniciada com o 2.º Governo Provisório acabou - e ainda bem para a democracia, e ainda bem para os militares.

O 25 de Novembro com a salutar reacção que provocou nas Forças Armadas autenticamente democráticas, possibilitou o fim de fase chamada de democracia, que não era efectivamente democracia, e que nada tinha de autenticamente militar. Mas não foi o 25 de Novembro, em si, que determinou o fim dessa fase, algo há de muito importante, que depois ocorreu, e muito tem sido esquecido; logo após o 25 de Novembro, nós assistimos ao espectáculo de alguns militares saltarem para a ribalta e virem defender a continuação do Movimento das Forças Armadas como motor da Revolução portuguesa, esses mesmos que defendiam que era essencial a presença do Partido Comunista para a construção do processo revolucionário português; esses mesmos que defendiam que um Governo autenticamente revolucionário em Portugal haveria de ser um governo de coligação predominante PC/PS.

Isto mostra bem, a meu ver, que depois do 25 de Novembro, muita confusão persistia, e que no meio desta confusão houve a tentativa de prolongar o papel do MFA como movimento de libertação do Povo Português, como motor da nossa Revolução.

Eis aí, e por culpa dos próprios, a distinção entre políticos e militares. Não foi uma distinção inventada pelos órgãos de informação que nela a seguir falaram, nem sequer por algumas figuras políticas, foi uma distinção criada por aqueles mesmos que, a seguir a 25 de Novembro, e aproveitando o estado que se vivia, reivindicaram para si e para o MFA, um papel de motor político. Deles divergiam os autênticos militares que a imprensa chamou de operacionais.

Mas quem queira ver nesta situação uma tentativa de divisionismo, uma exploração das dissidências dentro das Forças Armadas, falseia a verdade, porque a situação foi criada por aqueles mesmo que logo a seguir ao 25 de Novembro se arrogaram como figuras de primeiro plano, um papel político que depois o Conselho da Revolução não veio a rectificar.

As divisões não são criadas por quem delas fala, essa é sempre uma maneira de camuflar a realidade. As divisões são criadas por quem efectivamente as fomenta, e se hoje nos podemos regozijar pela circunstância de parecerem ultrapassadas essas divisões, que efectivamente são nocivas para as Forças Armadas e são nocivas para o País, não podemos deixar que nos assaquem a responsabilidade de as ter criado; nem os órgãos de informação, nem nós, que delas falamos, fomos os responsáveis; responsável foi sim, quem criou essa situação. Hoje, há condições para que as Forças Armadas desempenhem o seu papel específico de garantes da soberania, de garantes da independência, de garantes da democracia e de vigilantes do cumprimento da Constituição.

Dizia há pouco, que o 25 de Novembro em si, não criou essas condições - possibilitou-as. Elas foram definitivamente criadas por quem sendo autenticamente militar, compreendeu que o seu papel deveria ser aquele que eu enumerei; compreendeu o erro das tais democracias militares, dos tais socialismos militares, e finalmente promulgou a lei Constitucional sobre o papel das Forças Armadas, documento fundamental para a democracia, para o nosso País e para a existência autêntica de Forças Armadas ao serviço, não de um partido, não de um poder, não de uma ambição, não de um sectarismo, mas ao serviço de um Povo em que se integram.

E porque está tão esquecida a Lei Constitucional sobre o papel das Forças Armadas? Porque ela não convém a alguns que ainda sonham com um socialismo militar, mais ou menos terceiro-mundista, que efectivamente nada tem de socialismo; porque ela não convém a todos aqueles políticos, com partido ou sem partido, que sem força de real apoio popular, se escudam atrás dos militares para terem efectivamente o poder que o Povo lhes não dá.

Mas a esses todos temos de dizer que acabou o seu sonho de mando militar em Portugal, que no fundo, para muitos, não é mais do que a capa de uma autêntica impotência política, porque é por não quererem arrostar com o Povo, por não terem a coragem de formar um partido, por não terem a ombridade de enfrentar o eleitorado, que procuram escudar-se atrás de algumas figuras militares, que julgam promissoras, para fazer a sua carreira política, que o Povo lhes nega com o seu apoio, e que só as suas ambições pessoais justificam.

Acabou, com a Lei Constitucional sobre o papel das Forças Armadas, o sonho de uns quantos, felizmente poucos, entre os nossos militares que pensavam mais em socialismo e mais em poder militar do que na autêntica democracia.

É que a democracia, como ainda há dias lembrava na sua comunicação televisada, Magalhães Mota, não tem adjectivos - não é nem militar ou burguesa, directa ou popular. Ou é democracia, ou não é.

Acabou também com a Lei Constitucional sobre o papel das Forças Armadas - e isso tem sido também bastante esquecido - o Plano de Acção Política, de Junho do ano passado, que pela primeira vez apresentou o MFA como movimento de libertação do Povo Português. Este Povo que já está liberto e que não quer ser sujeitos tutelados que alguns viram lá em África, de cuja influência se não souberam libertar, e que agora aqui querem reproduzir, esquecendo que no 25 de Abril as Forças Armadas libertaram um Povo, não conquistaram um País.

Acabou o Plano de Acção Política porque ultrapassado e caduco. Acabou também o Documento Guia de que infelizmente o Conselho da Revolução falava alguns dias antes de 25 de Novembro a propósito da suspensão das actividades do Governo. Já não é possível mais hoje, adiar a construção da autêntica democracia que supõe o verdadeiro poder popular expresso pelo sufrágio, com base no Plano de Acção Política com base no Documento Guia - graça ao 25 de Novembro, à acção esclarecida dos militares democrático e à lei Constitucional sobre o papel das Forças Armadas. Já não mais é possível, também, e é esse o terceiro e fundamental caminho aberto pela lei Constitucional sobre o papel das Forças Armadas, adiar a democracia com fundamento no que consta na plataforma institucional assinada entre os partidos e o MFA, que na realidade consagrava um período transitório de poder militar.

A Lei Constitucional e o 25 de Novembro abriram o caminho para a revisão do Pacto Constitucional, caminho irreversível que vai conduzir a que as Forças Armadas assumam papel específico, que é diferente entre nós, do papel que têm nas democracias estabilizadas, mas que não é, não pode ser, para que haja uma autêntica democracia, o de controladores do poder político, o de controladores da Revolução, o de imporem ao Povo soluções que o Povo não aceita porque não votou.

A revisão do Pacto, que sempre entendemos necessária, porque sempre discordamos do Pacto Constitucional anterior às eleições, e jogo pelas eleições ultrapassado, é hoje uma realidade. Temos pois perspectivas de caminhar para uma democracia autêntica, prevemos as nossas Forças Armadas, como se diz na Lei Constitucional, ao serviço do Povo, observando um rigoroso apartidarismo, obedecendo ao poder constituído nos termos da Constituição que vier a ser aprovada. E isto, que tem sido muito esquecido, porque não convém a muitos partidos e não convém a muitos grupos, sejam ou não EX, é fundamental para o nosso País e merece ser recordado numa homenagem aos autênticos militares patriotas e democráticos, que souberam compreender a sua missão e destronar alguns políticos das suas veleidades de mando e de imposição dum socialismo que o Povo não escolheu.

Mas se temos hoje possibilidades de construir efectivamente a democracia no nosso País a breve trecho, corremos também o risco de, pela acção de partidos, pela acção de pessoas, pela acção de governantes, vermos desacreditada a democracia e o socialismo.

Vivemos no nosso Partido momentos difíceis, que alguns auguraram como grandes crises e grandes cisões, que previam, que desejavam, e que esperavam ansiosamente. De facto, no nosso Partido, não houve qualquer cisão. Houve apenas algumas dissidências de cúpula que as bases não acompanharam, antes rejeitaram terminantemente, reforçando na realidade a força e autenticidade social-democrata do nosso Partido. Hoje o Partido Popular Democrático é mais coeso, mais forte e mais autêntico social-democrata do que antes, porque soube fazer face às manobras de cúpula, às dissidências de cúpula, à instrumentalização de interesses inconfessáveis veiculadas muitas vezes pela imprensa nacional e estrangeira e soube afirmar-se efectivamente como aquilo que é - um Partido de dezenas de milhar de militantes - um Partido a que o Povo Português deu a sua confiança - um Partido que não precisa de algumas figuras para ser um autêntico partido de esquerda não marxista, porque na realidade é o único partido social-democrata português.

Concerteza que todos sofremos, todos nos angustiamos por vermos esta primeira crise interna do nosso Partido, mas hoje todos nos regozijamos porque soubemos, cerrando fileiras, ultrapassá-la, com uma rapidez que nunca ninguém esperaria e demonstrámos a nossa coesão, a nossa unidade, a nossa força e a autenticidade do nosso Programa. Temos a consciência plena de ter feito tudo com a maior generosidade e com grande esforço, para evitar dissidências, para procurar que os dissidentes de boa fé, regressem ao nosso Partido, que continuam no fundo, os de boa fé, a considerar o seu Partido! Mas temos também a consciência, de como aqui foi dito, se esperarmos que os dissidentes autenticamente sociais-democratas e autenticamente PPD regressem ao nosso partido, temos também uma viva consciência, de que os nossos militantes, as nossas bases, não tolerariam, que regressasse ao Partido quem o insultou, quem o vilipendiou, quem viciou e odiou o nosso Partido servindo-se de falsidades, de calúnias e de infâmias para denegrir o PPD e os seus dirigentes. Esses, não têm efectivamente lugar no PPD; constituíram o grupo que quiseram; os outros, a grande maioria especialmente dos deputados, podem contar com a nossa receptividade, podem contar com a circunstância do PPD continuar a ser, como eles hoje já se vão apercebendo, cada vez mais, se possível, autenticamente social-democrata e cada vez mais democrático internamente, porque essa é a conclusão do Congresso.

A este respeito não podemos deixar de lamentar a atitude de alguns políticos, que se exige serem responsáveis, sobretudo quando desempenham cargos importantes noutro partido, que se procuraram aproveitar das nossas dificuldades para obterem vantagens próprias, a esses temos de dizer, que quem procura aproveitar em proveito próprio dificuldades alheias demonstra um sinal de fraqueza que o Povo não deixa de se aperceber.

E, com a cordial franqueza que sempre temos usado para com os nossos parceiros no Governo do Partido Socialista, temos de dizer também que não só estranhamos

muito as declarações iniciais de alguns dos seus militantes, que tinham altas responsabilidades, como ficámos espantados com a circunstância de depois disso se ter passado, e depois de nos ter sido assegurado que o PS jamais procuraria tirar proveito das nossas dificuldades, vemos segundo notícias da imprensa, que não foram desmentidas, o seu Secretário-Geral fazer campanha internacional por toda a Europa, dizendo que o PPD, por terem saído algumas pessoas, deixou de ser social-democrata para ser um partido liberal ou neo-capitalista.

Isto é falso, e lamento-o. Quem o afirmou tem obrigação de saber que é falso, e se é falso jamais pode ser usado aqui ou lá fora, e se alguém sente fugir-lhe a força internacional do apoio das sociais-democracias, tem outros meios para concitar esse apoio, se é que quer conservar o exclusivismo das suas relações com os partidos sociais-democratas e impedir a todo o transe - como quer - que o nosso Partido, como único partido social-democrata português seja o parceiro natural dos partidos sociais-democratas europeus; acaso, terá tido assim tanto efeito amedrontador a nossa viagem à Alemanha e a maneira como fomos acolhidos?

Em política, como em tudo, os ciúmes pagam-se caros, porque não são mais do que amostra de inferioridade e conduzem afinal ao isolamento que a todo o transe se não quer.

Veremos se a lição neste caso não irá ser essa!

Nós somos autenticamente sociais-democratas, e temos pena que alguns partidos não usem, como dizia Bernstein, parecer aquilo que são. Nós somos aquilo que parecemos e afirmamos repetidamente, que ao contrário do PS, não só não somos anti-sociais-democratas, como somos verdadeiramente sociais-democratas - o que não somos é sociais-marxistas.

O que é a social-democracia para nós?

É bom esclarecer que a social-democracia não é um regime, como o regime capitalista ou qualquer regime marxista-leninista-colectivista. Social-democracia é autêntica concepção do socialismo democrático, que arranca do voto popular, caminha pela via da liberdade, da igualdade, da justiça e da solidariedade, para o nosso autêntico ideal, que não é o socialismo em si; socialismo é a nossa marcha porque a social-democracia é, não apenas via, mas autêntico socialismo democrático em marcha, o ideal para nós, ideal de que não abdicamos, e que temos sempre presente, é a libertação plena do homem, das condições de opressão, de alienação e de exploração; ideal que se consegue pelo socialismo democrático que é a social-democracia em marcha.

Somos então socialistas? Sim, na verdadeira acepção do termo, somos socialistas porque somos sociais-democratas, mas somos socialistas sem subordinação a dogmas marxistas, muito menos leninistas, sem subordinação a dogmas da apropriação colectiva dos meios de produção.

Somos socialistas no sentido humano e personalista da mensagem socialista, visamos construir, não apenas a democracia política, mas a democracia económica e social, assente na vontade do Povo, porque temos a consciência de que o socialismo democrático que defendemos, radicado no voto popular, é a

única forma, não de conservar um sistema defendendo a liberdade política, mas com base na liberdade política, modificar profundamente esse sistema, modificar as condições de miséria, de desemprego, de subdesenvolvimento para caminhar-mos para o progresso na justiça, para caminhar-mos na liberdade para a igualdade. Essa é a nossa proposta.

Nada há de mais desumano e anti-democrático, na frase de Sérgio, do que conduzir os homens como se eles fossem coisas, levá-los sem eles darem por isso. Pois a social-democracia é precisamente a antítese da instrumentalização, e ao dar poderes ao Povo e aos trabalhadores para disporem do seu próprio destino possibilita-lhes construir o seu futuro de progresso, futuro em que participarão cada vez mais, no verdadeiro poder popular, que é o poder político radicado no sufrágio. É isso que nós queremos, e é disso que não desistiremos, conscientes também, de que a promoção dos trabalhadores, de todo um Povo, não se faz por imposição de uma minoria, militar ou não; não se faz por imposição de um qualquer socialismo teórico, faz-se sim, a partir da consciência que os trabalhadores têm, que todo um Povo tem, da possibilidade de participarem no processo político, no seu desenvolvimento, sem se sujeitarem a quaisquer manipulações, muito menos a ditaduras.

É isso que nós queremos, é isso a social-democracia, porque é o autêntico socialismo democrático em marcha.

Ora o socialismo, depois da democracia, foi ele mesmo desacreditado por aqueles países que dizendo-se socialistas, de facto, em lugar de construírem a liberdade, a igualdade e a justiça, apenas tiram proveito das divisões entre o povo para imporem a sua própria ditadura, chamada ditadura do proletariado. Foram esses que desacreditaram o socialismo, e que nem sequer souberam construir autoritariamente o progresso de um Povo, porque continuam a existir nesses países ditos socialistas, as maiores desigualdades, o subdesenvolvimento, e sobretudo, recordou-o há tempos, há dias, um filme passado na televisão francesa sobre os campos de concentração soviéticos, sobretudo, significa o esmagamento do homem, a escravização da pessoa a uma qualquer ditadura que no fundo não é a de um proletariado não é dos trabalhadores, é de um partido minoritário.

E bom que hoje, que já estamos tão saturados de ouvir falar nas amplas liberdades democráticas, tenhamos consciência do que essas amplas liberdades significam para os povos sujeitos aos regimes comunistas. As amplas liberdades, demonstra-o a experiência desses povos, são a mistificação que serve a capa de uma autêntica ditadura de partido, visto que só há as liberdades que o partido quiser, e como quiser, é o reino da arbitrariedade, da ditadura e da desumanidade plena; e portanto nós não nos deixaremos mistificar mais, e o Povo Português bem sabe com essas amplas liberdades como, muitos dos soviéticos se não deixaram mistificar, antes assumiram uma corajosa atitude de denúncia. Querem saber o que são as amplas liberdades? Pois vejam Sakarov, Soljenitsine, Almarik e muitos outros; vejam os filmes dos campos de concentração.

Tão pouco nos deixamos atrair pelo social-marxismo que o PS defende. Acreditamos, e assim o temos sempre considerado, que o PS é um partido democrático,

respeitador das liberdades, mas é indispensável que assuma com clareza aquilo que na realidade é: um partido marxista colectivista, que não só não é social-democrático, como é anti-social-democrático.

Com um partido assim, porque é democrático, concerteza que podemos conviver e entendermo-nos, mas é indispensável que haja da parte de todos a necessária clareza e transparência de atitudes e que não se diga uma coisa, que não se apresente ao eleitorado de uma maneira, para depois fazer outra, e fazê-lo designadamente na Constituição Política. Que o PS cujo programa, diferentemente do nosso, foi modificado no seu Congresso porque designadamente passou a ser de inspiração predominantemente marxista, marxista Sena, que o Partido Socialista assuma o seu socialismo marxista e colectivista que defende a estatização de todos os meios de produção, admitindo apenas transitoriamente a pequena e média empresa, a pequena e média propriedade, que ele assuma o seu programa com a mesma clareza com que nós assumimos o nosso programa autenticamente social-democrata. É isto que os outros partidos têm o direito de exigir dos seus parceiros, e é sobretudo isto que o Povo Português tem de exigir dos seus políticos, para que não mais seja mistificado votando num sentido para depois ver seguir uma política contrária ao sentido do voto que deu.

Do nosso Congresso saiu uma resolução muito clara acerca da participação do nosso Partido com o Partido Comunista no Governo. O princípio confirmado no nosso Congresso foi que, considerando toda a actuação do Partido Comunista, o Partido Popular Democrático não devia cooperar com ele no Governo; simplesmente, como nessa clara proposta, (que conheço bem porque fui eu que a apresentei) consta, se nos convenceremos de que efectivamente a ausência do Partido Comunista do Governo pode ser mais nociva para a democracia portuguesa do que proveitosa, nós aceitá-lo-emos mas com condições, que enumeramos claramente e que são onze. Entre elas avulta a da revisão do Pacto Constitucional, a da eleição directa para o Presidente da República, e a da realização de eleições para a Assembleia de Deputados e para a escolha do Presidente da República até 25 de Abril de 1976.

Estamos neste momento a participar nas negociações para a remodelação do Governo. É bom que fique claro que a nossa participação nessas negociações, e no governo que venha a ser constituído, não envolve a aceitação definitiva da participação do Partido Comunista Português no Governo. Continuam de pé as condições constantes da resolução do nosso Congresso, e se elas não forem cumpridas, os efeitos da resolução do Congresso produzir-se-ão e modificaremos a nossa posição.

Não se enganem pois quando julguem que pelo facto de participarmos nas conversações para a remodelação do Governo, e no VI Governo prescindimos das condições impostas pelo Congresso - não prescindimos nem prescindiremos. Temos norteado as negociações para a remodelação do Governo pelos princípios que nos parecem fundamentais: subsistência do VI Governo tal como está constituído, da observância integral do seu programa e é evidente, também pela regra de que todos os membros que saíram do nosso Partido têm de ser substituídos por mem-



bros do nosso Partido. E, não estamos dispostos a abrir aí qualquer excepção, por maior que seja o empenho de algum ministro ou de algum partido.

Rejeitamos nas negociações duas propostas que estavam interligadas e que nos pareciam francamente nocivas pelas implicações que tinham. Refiro-me à proposta da homogeneidade das equipas ministeriais e à proposta designada por 4-3-2. Foi feita uma proposta, de que os socialistas conservariam o seu número de ministros, nós aumentaríamos para 3 e os comunistas para 2; isso ligado à homogeneidade das equipas ministeriais, e logo dissemos que não, porque jamais o Povo Português, depois do 25 de Novembro e das reais culpas que o Partido Comunista teve nos acontecimentos contra-revolucionários desse dia, admitiria que o Partido Comunista Português visse duplicada a sua participação no Governo. Dissemos também não - e continuaremos a dizê-lo à homogeneidade das equipas ministeriais. Ela implicava pelas suas consequências uma alteração total do VI Governo Provisório tal como está constituído, e implicava mais do que isso, a pretexto da homogeneidade, implicava afinal a hegemonia do Partido Socialista no Governo. Ora nós, como partido que temos mais do dobro dos votos do Partido Comunista e pouco menos de 1/4 do Partido Socialista, não aceitamos que a hegemonia do Partido Comunista que se viveu antes do 25 de Novembro, seja depois do 25 de Novembro substituída pela hegemonia do Partido Socialista. Não aceitamos, nem a nível de Governo, nem a nível de comissões administrativas, nem a nível de imprensa, nem a nível de qualquer posição política. O Partido Socialista não é o partido com a maioria absoluta; não ganhou as eleições no sentido de ter a maioria absoluta, ficou apenas em primeiro lugar com pouco mais de 1/4 de votos que nós temos. Daqui apelamos pois para o Partido Socialista, para que resista a quaisquer tentações de triunfalismo porque teria péssimo resultado para a democracia que ele não soubesse resistir a quaisquer tentações hegemónicas e procurasse afinal substituir a penetração comunista pela penetração socialista.

Isso não pode ser.

A esse respeito não podemos deixar de pôr reservas, algumas delas sérias, quanto às medidas decretadas no último Conselho de Ministros e ao modo porque o foram. O Conselho de Ministros tinha uma regra, que era a de quaisquer propostas serem enviadas aos ministros com 72 horas de antecedência, e membros do Partido Socialista insistiram muitas vezes na observância dessa regra negando-se a discutir assuntos que não vinham com 72 horas de antecedência; não podemos pois aceitar, que no último Conselho de Sinistros esta regra tenha sido posta de parte, e que diplomas fundamentais e em catadupa tenham vindo, à queima roupa praticamente para serem ali rapidamente discutidos e sumariamente aprovados. Isto não pode ser regra de procedimento sobretudo, quando se trata de medidas, muitas das quais necessárias mas tardias também - e nós estamos à vontade para o dizer porque há meses vínhamos propugnando por muitas das medidas que na sexta-feira passada foram aprovadas, e temos de dizer que se há meses fossem aprovadas elas tinham tido muito maior efeito e implicavam muito menos sacrifício. Não podem medidas dessas ser, por si só, suficientes para sairmos da crise em que nos encontramos e para resolvermos o problema fundamental que é o problema dos trabalhadores portugueses, que são a grande maioria do Povo Português e o problema de centenas de milhar de desempregados e de refu-

giados. Não é com simples medidas de austeridade que se relança a nossa economia, que se resolve o problema do desemprego. Medidas de austeridade, sem serem acompanhadas de um real desenvolvimento económico, de medidas de relançamento da economia poderão aumentar os fundos públicos, mas vão piorar as condições de vida dos trabalhadores portugueses. E é contra isso que nós nos insurgimos.

Eram necessárias estas medidas, quase todas sim, simplesmente temos que ter consciência que elas não se destinam a resolver problemas futuros, destinam-se, desculpem-me a expressão, a tapar buracos. E é isso que é mau, porque o que nos interessa e é fundamental em política, é prever o futuro e adoptar já as acções necessárias para produzir os efeitos que são indispensáveis, e foi isso que, até agora não se fez.

Há também um ponto dessas medidas que é extremamente criticável, trata-se de um Código de Investimentos Estrangeiros. O pouco tempo dado aos partidos para analisarem os diplomas enviados às catadupas não permite uma apreciação completa e exaustiva, mas pode já ver-se que o Código do Investimento Estrangeiro aprovado, é no fundo, pouco diferente daquele que foi proposto pelo Governo de Vasco Gonçalves.

E, eu duvido muito, que com este Código, nós tenhamos efectivamente investimentos ao serviço da nossa economia e ao serviço do nosso Povo.

Parece haver, subjacente a este Código, a ideia de que só com os empréstimos externos, de que se faz uma ampla propaganda, nós resolveremos os nossos problemas. Ora, não é assim. Os empréstimos estrangeiros são necessários, mas nós só conseguiremos sair da situação em que nos encontramos, também com investimentos internos e externos.

Sem isso não relançaremos a nossa economia.

Assistimos hoje, até através das declarações dos responsáveis do Partido Socialista, a uma nova aproximação entre aquilo que se poderia designar por social fascismo do Partido Comunista e aquilo a que se poderia chamar o social marxismo do Partido Socialista.

Não podemos esquecer que com todos os méritos, e muitos teve, o Partido Socialista, efectivamente teve altos méritos na defesa da democracia em Portugal no período crítico que antecedeu as eleições, como nós também tivemos, embora, como é natural o Partido Socialista fale mais, ou só nos seus, não poderemos esquecer que apesar desses altos méritos, no dia seguinte às eleições, o Secretário-Geral do Partido Socialista afirmava que a esquerda ganhara em Portugal, porque o Partido Socialista e o Partido Comunista tinham mais de 50%.

Hoje parece assistir-se a uma nova aproximação e vemos declarações de responsáveis dizerem que há boas condições para a colaboração, senão para um programa comum. Queremos deixar claro que jamais da nossa parte entraremos em tal programa comum, ou faremos aproximações dessas. Mantemo-nos inteiramente fiéis à nossa linha de social-democracia, de partido de esquerda não marxista, conservamos a nossa personalidade própria e preferimos apresentarmo-nos

sozinhos ao eleitorado, com a nossa autenticidade e personalidade, do que entrar em aproximações com o Partido Comunista, ao sabor da evolução dos acontecimentos.

Já há muito estou a falar, e vou concluir para não seguir aquele exemplo de Fidel de Castro que no último Congresso do Partido Comunista Cubano, falou 7 horas, com um intervalo para almoçar.

Que futuro nos espera, a partir desta situação que rapidamente procurei analisar? Pois creio que em Portugal há, como nunca, condições para caminharmos rapidamente para uma democracia autêntica, que supõe a supremacia do poder civil legitimado por sufrágio, por isso nos parece essencial que as eleições tenham lugar o mais cedo possível, e não consentiremos quaisquer manobras, seja de quem for, no sentido de demorarem a aprovação da Constituição para retardarem as eleições.

As eleições têm de ter lugar o mais rapidamente possível, e para isso é necessário que a Constituição e a revisão do Pacto, o mais rapidamente possível tenham lugar.

Mas é também necessário que pensemos no recenseamento. Por aí também se pode tentar adiar as eleições e por isso queremos afirmar que a única atitude que nos parece consentânea com a urgência das eleições é conservar o recenseamento que está feito, corrigindo-o apenas quanto às camadas de eleitores que nele foram incluídas. Rejeitamos qualquer novo recenseamento, que iria atrasar imenso as eleições, que seria um factor de desmobilização de eleitores, sobretudo quando voluntário, como alguns querem; batemo-nos pela conservação do recenseamento feito, o mais completo e o mais vasto até agora em Portugal, corrigido para inclusão dos eleitores vara que as eleições possam ter lugar até 25 de Abril de 1976.

O futuro é de apreensão e despreocupação, mas o futuro é também de esperança na social-democracia como forma de resolver problemas do Povo Português, confiando ao Povo Português os seus destinos. Teremos ainda muitas lutas, assistiremos, provavelmente, a outros golpes, mas saberemos manter-nos fiéis à democracia que defendemos, à construção do autêntico socialismo democrático e humanista que o PPD encarna e que só ele defende em Portugal.

Por isso peço apenas que me acompanheis num

VIVA AO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO!

NUM VIVA A JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRÁTICA!

NUM VIVA AO PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO!

NUM VIVA AOS COMANDOS DA AMADORA!

NUM VIVA AS FORÇAS ARMADAS!

NUM VIVA A LIBERDADE E A DEMOCRACIA!

NUM VIVA A PORTUGAL!

DEMOCRACIA JÁ!

## **1.8. Democracia já! Depois do 25 de Novembro - 7/1/76**

Mais de um mês decorrido sobre o golpe contra-revolucionário, vai-se ele rapidamente cobrindo com o esquecimento e alguns louros. Os militares suspeitos de estarem implicados no golpe são pelo P.C.P. e sua "esquerda unida" apresentados como heróis revolucionários vítimas da repressão da direita, mediante intensas campanhas jornalísticas, movimento de massas e interferências de entidades estrangeiras. Provocam-se as forças militares e militarizadas em Custóias e em Caxias procurando desencadear a repressão para depois clamar contra ela o velho brado durante anos instilado por Rádio Moscovo e toda a propaganda comunista "fascismo"!

Os mortos e feridos aí estão a exigir que se ponha imediatamente cobro a todas essas manobras, autenticamente provocatórias e substancialmente reaccionárias, que visam o descrédito das Forças Armadas que fizeram - elas - o 25 de Abril de 1974 e abriram - elas - em 25 de Novembro de 1975 a possibilidade de salvar a Revolução Democrática.

Os problemas económicos e sociais têm também servido para lançar sobre o 25 de Novembro o pó do esquecimento que a tantos convém. E com isso se vai forjando a possibilidade de nova acção subversiva. Habilmente, insidiosamente, está a criar-se de novo um ambiente de violência e desordem, de agitação e insurreiçãõ.

A própria alta desmesurada do custo de vida é tão explorada nos meios de informação, designadamente na T.V., que se cria, através dessa propaganda, ingénua ou não, um verdadeiro pânico entre o povo.

A democracia continua em perigo. A situação militar e política, está longe de estar estabilizada. O risco de uma ditadura é ainda real.

A única forma de o afastar e de consolidar as possibilidades democráticas melhoradas com o desfecho do 25 de Novembro e com a promulgação da lei Constitucional, que redefiniu o papel e a estrutura das Forças Armadas, é apurar as responsabilidades dos acontecimentos contra-revolucionários.

É urgente que se vá ao fundo do 25 de Novembro.

Há que apurar imediatamente as responsabilidades dos militares envolvidos no golpe. Mas isso não basta. É também indispensável que se apurem as responsabilidades civis. Do P.C.P., da Intersindical, de certas empresas, da Imprensa, da rádio, em suma de todos os sectores envolvidos, que foram muitos.

Se isso se não fizer imediatamente está a deixar preparar-se, como de facto está um novo e mais grave golpe, que pode representar o fim da Revolução Democrática.

As Forças Armadas, em 25 de Novembro, defenderam a democracia e a liberdade do povo. Mas assumiram também a responsabilidade de continuar essa defesa levando-a rapidamente até ao fim. Se o não fizerem quanto antes, de nada valerão as promessas de eleições em 25 de Abril de 1976.

### **OS PARTIDOS**

Tal como aconteceu após a queda do V Governo Provisório o P.S. revestiu, depois do 25 de Novembro, o manto triunfalista de uma vitória que não foi sua. Como no Verão, lançou-se pela Europa, assegurando que em Portugal a democracia estava salva, que tudo se resolveria se obtivéssemos auxílio económico, que haveria até como nunca possibilidade de cooperação P.S./P.C.P.

Tal como aconteceu há meses, os factos estão já a desmentir o demagógico triunfalismo dos sociais-marxistas do P.S.

A sua estratégia continua a ser a de aproximação com o P.C.P., atacando embora os seus dirigentes.

Basta ver as afirmações que pela Europa fez o seu Secretário-Geral.

Basta ver o seguinte passo do artigo de Miller Guerra no D.N. de 3/1/75:

"O P.C.P. é, contraditoriamente, o aliado do P.S. e o seu adversário mais próximo. É preciso superar as oposições, achando formas de convivência política. Sem o P.C.P. a Revolução perde parte do seu ímpeto, porque deixa lugar para os partidos da direita e da extrema-direita. Com ele, a Revolução progride com obstáculos, sobressaltos, crises. Mas a política, como a vida é isto: discordância, contradição, luta."

Se o P.C.P. está no Governo é fundamentalmente porque, após o 25 de Novembro, o P.S. recusou em absoluto um Governo P.S./P.P.D./M.F.A.

Se o P.C.P. não tem hoje dois ministros no Governo, em lugar de um, é porque o nosso Partido recusou em absoluto a proposta que nesse, sentido foi feita pelo P.S., e não só.

É isso também - a aliança com os comunistas sempre sonhada pelos sociais-marxistas - que em grande parte explica o ataque desenfreado e a campanha difamatória que o P.S. - aqui e no estrangeiro - move contra o nosso Partido, seguido em parte por alguns dirigentes e sectores do C.D.S., que sonham em aliar-se aos sociais-marxistas quase tanto como estes desejam aliar-se a um P.C.P por eles trazido à democracia. O nosso Partido está a ser alvo do maior ataque de sempre, a propósito de tudo e de nada, desde o P.S. ao C.D.S., desde o "Expresso" à T.V. (basta ter visto, no passado Domingo, a retrospectiva de 75).

Isto porque somos o único partido social-democrata português, empenhados na construção do socialismo democrático não marxista. Porque temos por isso mesmo cada vez maior força e implantação a todos os níveis. Porque constituímos, como sempre o constituiu a social-democracia, o maior e mais decisivo obstáculo ao comunismo e ao fascismo.

Eis aí os beneficiários da campanha que nos movem. O nosso partido continua a sua marcha, apesar de todos os ataques. Mas a democracia é profundamente afectada por esse estilo de actuações que abrem a porta à ditadura. Ante isso o P.C.P. vai discretamente levantando a sua cabeça e começa já a mostrar-se arrogante em muitos campos. Os acontecimentos, habilmente inspirados e aproveitados, favorecem-no. Aqui como em Angola. E nunca pode perder-se de vista a conexão entre uma e outra situação.

### **O GOVERNO**

As negociações para a sua remodelação arrastam-se interminavelmente devido às propostas diferentes do P.S., ao tempo que demoram a definir posições sociais-marxistas, à hegemonia que procuram obter no Governo, através das Finanças, da Indústria, do Turismo, da Agricultura e, ao que parece, do Ministério da Habitação (a criar?).

O P.S. deu origem ao impasse da Secretaria de Estado do Tesouro. O cargo é do Partido Popular Democrático. Mas os sociais-marxistas decidiram manter nele um dissidente do nosso Partido, que por nós, e só por nós, havia sido indicado para a Secretaria de Estado.

Por que daí - da posição do P.S. e do dissidente - podia, como pode ainda, resultar a queda do VI Governo, pusemos mais uma vez os interesses do País acima de legítimas posições partidárias: manifestámo-nos dispostos a deixar a S.E. do Tesouro ao P.S., em troca da Secretaria de Estado das Finanças, desde que esta tenha real conteúdo e poder mais amplo do que a Secretaria do Tesouro. Sem quebra da nossa posição - só estamos no VI Governo porque nos foi atribuído um importante sector no Ministério das Finanças - deixamos ao P.S. a teimosia das posições inadmissíveis.

Mas a actuação do Governo carece de ser revista. Não pode aceitar-se que a venda de reservas de ouro, já confirmada, não tenha sido decidida em Conselho de Ministros, deixando embora a posterior execução do negócio aos técnicos.

É inadmissível que Ministros de um Governo e os partidos a que pertencem tomem conhecimento da venda de ouro pelos jornais estrangeiros e nacionais, quanto mais quando é certo que uma decisão destas supõe a definição de uma política financeira e económica que só ao Governo compete.

Há que dizer claramente que nem o nosso Partido nem os nossos membros do Governo tiveram participação, ou sequer conhecimento da decisão de venda do ouro.

Não somos solidários dessa decisão. Não temos sequer elementos para saber se ela foi ou não acertada. Tão pouco sabemos quem, como e quando efectuou o negócio. Tudo se passou sem nosso conhecimento e sem conhecimento do povo português: todos fomos postos perante o facto consumado.

Assim vem acontecendo noutros campos, nomeadamente nos preços. Mas sobre isso é elucidativo o comunicado das páginas centrais. Uma coisa é certa: o Min-

istério do Comércio Interno não é responsável pelo aumento brutal e generalizado dos preços.

#### REFORMA AGRÁRIA

Discordamos dela. Votamos contra. Fizemos a reserva de Partido, no tempo do IV Governo, estando livres para a criticar. Condenamos todas as ocupações, todas as violências, todos os abusos cometidos à sombra de uma Lei de Reforma Agrária que é injusta mesmo para os Distritos do Sul os quais, e só aos quais se aplica.

Não abdicamos da nossa posição programática.

Ainda em 19 de Dezembro, em entrevista dada a um semanário, o nosso Partido marcou mais uma vez posição.

Vale a pena transcrever, brevemente, algo:

"Para o P.P.D. são prioritárias acções que visem eliminação do absentismo e o desenvolvimento da empresa agrícola, - sobretudo as empresas de tipo familiar economicamente viáveis - apoiada pelo crédito, e numa intervenção activa na comercialização e industrialização dos produtos.

Assim, e dentro de um contexto de social-democracia, há que enfrentar o problema de reestruturação agrária de que o País necessita.

Não se pode porém perder de vista que a estratégia de desenvolvimento da agricultura e da sociedade rural se têm de integrar numa estratégia de desenvolvimento global. Não pode por isso uma política agrária ser dissociada da política económica e social considerada no seu todo.

"O Partido Popular Democrático, ao apresentar a sua proposta de política agrária, não pretende reduzi-la à dimensão de um slogan - por exemplo "a terra para quem a trabalha" - ou de um conceito sugestivo, mas pouco claro, como é o de Reforma Agrária.

Consideramos que uma proposta política deve ser tão clara, que possa permitir que cada pessoa saiba, concretamente e para cada caso, a solução que lhe é sujeita e as suas totais consequências."

"E isto é tão grave quanto os actos de ocupação comprometem ainda a ética da "Reforma Agrária", desacreditando-a por previsível ineficiência económica ou desarticulação do aparelho produtivo, com a inevitável quebra de produção a curto prazo; estes actos poderão, até assumir a feição de sabotagem da verdadeira "Reforma", na medida em que aumentam o leque dos descontentes que poderão ir desde os pequenos lavradores ao próprio consumidor, que será prejudicada pela falta de produtos no mercado.

Não pode ainda o P.P.D. deixar de criticar a tabela de pontuação da forma como está feita, na medida em que, baseando-se no que é incorporado no solo e não na sua "capacidade de uso", é forçosamente um desincentivo ao investimento e ao aumento de produção além dum prémio ao empresário que nada arriscou que nada investiu.

É ainda um facto a existência por todo o País da "compropriedade" por razões de costumes, de mais fácil exploração da terra, e mais alta produção: não a respeitar será uma verdadeira injustiça.

Por fim não pode o Partido deixar de notar que não foram os representantes do Povo livremente eleitos - referimo-nos a uma Assembleia Legislativa - quem elaborou a Lei da "Reforma Agrária", o que terá dado origem a que ela represente, da forma como está elaborada, apenas o ponto de vista de uma minoria."

"Não se julga possível fazer a Reforma Agrária - adentro de uma linha de liberdade, sem prévia audiência do Povo e sem o consentimento e aceitação das populações interessadas.

O nosso projecto de Reforma Agrária, porque se julga inserido nos anseios das populações, estamos certos teria o assentimento e mesmo a colaboração de uma esmagadora maioria dos portugueses."

Lisboa, 7 de Janeiro de 1976.

## **1.9. Entrevista à R.D.P. - 9/1/1976**

P - A Rádio, como toda a gente sabe, deve informar, esclarecer mas honestamente. Como entende o seu partido uma democracia pluralista no quadro de uma revolução que por vezes aparece qualificada de socialista?

R - Sá Carneiro - O que foi a revolução portuguesa em primeiro lugar? A Revolução portuguesa foi o derrube de um regime autoritário, ditatorial embora não totalitário, visto que não abarcava ditatorialmente a totalidade da vida das pessoas e da sociedade, mas era um regime ditatorial de concentração de poderes, que não reconhecia as liberdades individuais, que não respeitava no fundo as pessoas, mesmo a nível de informação, de que hoje aqui estamos concretamente a falar. E essa revolução visou a instauração em Portugal de um regime democrático, ou seja, regido pela maioria da vontade do povo expressa pelo sufrágio. Isso foi traduzido num documento fundamental que constitui o verdadeiro pacto entre o Povo e as Forças Armadas, que é o Programa do MFA. E o programa do MFA prevê um período transitório até às eleições para a Assembleia Constituinte, numa primeira fase e até às eleições para a Presidência da República e para o Parlamento numa segunda fase.

Findo esse período transitório teríamos uma democracia pluralista estável, ou seja, em que as Forças Armadas, desempenhavam o seu papel normal numa democracia, de garantes da soberania, de garantes pela Constituição.

Essa é que é a autêntica Revolução democrática do 25 de Abril. É essa situação que vivemos hoje? Foi essa situação que vivemos até hoje? Não foi a situação que vivemos até hoje. Mas sei de táticas oportunistas e golpistas que desvirtuaram, especialmente depois do 11 de Março, a verdadeira Revolução democrática do 25 de Abril.



Isso fez-se especialmente pela actuação antidemocrática do Partido Comunista Português pela actuação que eu também reputo antidemocrática de alguns elementos das Forças Armadas, que se aliaram ao Partido Comunista Português, supondo ser a sua vanguarda, mas sendo no fundo seu seguidor. Foi isso que deu origem fundamentalmente à situação em que vivemos depois do 11 de Março em que, se falava apenas praticamente de socialismo e nada já de democracia ou da Revolução Democrática. Lembro-me por exemplo do meu discurso de 1 de Fevereiro em Aveiro, em que desenvolvi alguns destes pontos, visto que esta situação já aflorava antes do 11 de Março e que foi vivamente criticada por sectores das Forças Armadas e pelo Partido Comunista Português, como altamente reacçãoário. É evidente que o Povo Português queria e quer a liberdade e a democracia. Acreditou nas suas Forças Armadas e acreditou no 25 de Abril, no Programa do Movimento das Forças Armadas. E quando viu que esse Programa estava a ser traído pelo comportamento anti-democrático a que me referi, reagiu espontaneamente, nalguns casos com violência condenável, mas reagiu espontaneamente. E foi essa reacção popular, essa resistência popular melhor dizendo, que possibilitou uma iniciativa louvável, embora a meu ver incompleta, como foi a do Grupo dos Nove. Foi essa resistência popular que possibilitou a queda do governo de Vasco Gonçalves, a constituição do VI Governo Provisório, a elaboração do seu programa, e um novo rumo para a Revolução Democrática portuguesa.

Estava tudo resolvido, como diziam alguns responsáveis políticos portugueses, por essa Europa fora, logo a seguir à queda do V Governo. Fizeram afirmações de que em Portugal a democracia estava salva, e que precisava apenas do auxílio estrangeiro. Não estava. E não estava porque embora as eleições do 25 de Abril tenham sido um marco fundamental da Revolução Democrática portuguesa, e tenham demonstrado mais uma vez a maturidade e o civismo do nosso povo, dando aos partidos políticos o lugar que devem ter numa democracia, de representantes do povo e de dinamizadores e responsáveis principais do processo político. Havia um Pacto, assinado antes das eleições, elaborado depois do 11 de Março, ainda dentro do espírito de pós 11 de Março que foi um pouco aquele que eu procurei descrever, Pacto esse que efectivamente limitava a democracia. E não estava tudo resolvido, também porque as Forças Armadas ainda não tinham revisto o seu papel, estavam agarradas ao Pacto Constitucional que significava o regime não democrático, de concentração de poderes no Conselho da Revolução ou seja em termos correctos, uma ditadura militar, durante 3 a 5 anos e havia portanto uma incerteza muito grande, uma reivindicação ainda por parte das Forças Armadas de serem o motor do processo político português, de serem até o Movimento de Libertação do Povo Português, como se afirmava no Plano de Acção Política, e havia continuava a haver melhor, um esquerdismo, em sectores predominantes do Movimento das Forças Armadas que prevalecia sobre as intenções democráticas.

De facto, até ao 25 de Novembro ainda se pensava mais em termos de socialismo militar ou militarmente garantido, do que em termos de autêntica democracia. Sucede o 25 de Novembro como era inevitável, e dá-se aí uma viragem significativa mas não decisiva.

A meu ver o complemento essencial do 25 de Novembro, é a Lei Constitucional sobre o papel das Forças Armadas. É aí que finalmente e pela primeira vez depois do 25 de Abril se dá às Forças Armadas o seu papel essencial numa democracia, expondo princípios que de facto abrem caminhos para a revisão do Pacto Constitucional, que implica a caducidade do Plano de Acção de Política e do Documento Guia sendo curioso que poucos dias do 25 de Novembro, ainda o Conselho da Revolução retomasse o esquema do Documento Guia que citou expressamente, Documento que é a negação da democracia tal como nós o entendemos, de uma democracia pluralista, porque de facto leva à criação da democracia popular ou ditadura do proletariado. Felizmente isso foi ultrapassado, espero que definitivamente, pelo 25 de Novembro e pela Lei Constitucional sobre o papel das Forças Armadas. Deixou de haver Assembleia do MFA, e só isso punha em causa o Pacto e o modo de eleição do Presidente da República, e ainda bem.

Quando me pergunta portanto, como se caracteriza uma democracia pluralista e como é que ela é compatível com uma Revolução que se chama socialista, eu digo que para nós democracia há só uma, que não carece de adjectivo e que supõe o respeito dos direitos e liberdades individuais, a existência e livre actuação de partidos - é chamada democracia política - mas quanto a nós não é suficiente, e o fundamental como regime político, para nós programaticamente, é indispensável que essa democracia política seja acompanhada de uma democracia económica com efectiva igualdade de oportunidades, construção de uma sociedade sem distinção de classes, efectiva realização de justiça social e de uma democracia social também, e cultural.

Não vou desenvolver esses pontos, não estou aqui a fazer propaganda do nosso partido, não estamos em período de campanha eleitoral, estou apenas para corresponder muito gostosamente à iniciativa da Radiodifusão e procurar esclarecer os pontos focados nas perguntas.

Até ao 25 de Novembro, especialmente depois do 11 de Março, falava-se em socialismo, como se o povo já tivesse o socialismo. Nós defendemos programaticamente o socialismo democrático, não marxista, não colectivista, mas um autêntico socialismo democrático, de resto dentro da linha moderna europeia de socialismo que põe muito mais o assento na libertação da pessoa, na construção de uma sociedade que sirva à libertação e plena realização do Homem, do que na colectivização dos meios de produção, nos princípios marxistas, em esquemas doutrinários ultrapassados, a maior parte dos quais, pertencem até ao Século XIX. Mas entendemos que é ao povo através de eleições que cabe fazer a sua opção político, programática; que não deve ser imposta nem pelo Movimento das Forças Armadas, nem pelas Forças Armadas, nem por quaisquer meios que não sejam eleições livres e autenticamente democráticas, E o povo ainda não escolheu o regime económico e social em que viverá. De momento, o que importa, é assegurar as condições de efectiva democracia política, para que se realizem as eleições, que segundo nós têm que ser até ao 25 de Abril, e para que se respeitem os seus resultados; democracia pluralista supõe respeito pela liberdade de expressão e pelo direito de Informação. E aí também há que dizer que todo este processo anti-democrático que se viveu até ao 25 de Novembro, foi em grande parte devido à falta de respeito pela liberdade de expressão e pelo direito à informação. Não

tivemos uma censura oficial, mas tivemos Órgãos de Comunicação Social, de sinaladamente, a Radiotelevisão Portuguesa e as estações de Rádio, ao serviço de uma política sectária, ao serviço de uma propaganda de ideologia socialista-marxista e não ao serviço da Informação do Povo Português, não ao serviço da construção de uma democracia; é isso que importa remediar, porque contra tudo o que se diga o Povo Português mostrou qualidades insuspeitadas de civismo, de bom senso, de realismo político; está apto para a democracia.

Os partidos políticos portugueses - os democráticos - têm demonstrado estar perfeitamente à altura das suas responsabilidades e aptos a cumprir o seu papel democrático. Não há a menor razão para que se adiem as eleições seja sobre que pretexto for, nem há a menor razão para atendendo às dificuldades reais que vivemos e até a dificuldades de relações entre partidos, mas que são secundárias, e que os partidos têm a obrigação de secundarizar, não há a menor razão dizia, para se pôr em causa a imediata institucionalização de uma democracia pluralista e estável.

Ela não é incompatível com um certo papel das Forças Armadas, um pouco diferente daqueles que têm em democracias mais estáveis, visto que saímos há pouco de uma revolução, mas jamais as Forças Armadas para que haja democracia, podem ser detentoras, controladoras ou fiscalizadoras do poder político ou da actuação dos partidos, devem sim em nosso entender neste período específico participar no processo político, através de um órgão semelhante a um Conselho de Estado, que nós preferimos chamar Conselho da República, a assegurar precisamente o respeito pelos direitos da pessoa, o respeito pela Constituição, o respeito pela democracia que é aquilo que o nosso povo quer, precisa, e, quanto a nós há-de ter. Lutaremos por isso sem descanso.

P - Toda a gente sente, toda a gente tem a percepção que há no momento actual muita insegurança, inclusivamente na actual situação. Como vê o seu partido a melhor solução para uma situação económica estável, e quanto poderá a rádio, a rádio actual, com toda a sua autonomia, contribuir para esse fim?

R - Sá Carneiro - Insegurança, resolução de problemas económicos, contribuição da Rádio. Quanto a insegurança, eu queria dizer que não me parece que ela seja fruto apenas dos problemas económicos, nem talvez sobretudo dos problemas económicos. O 25 de Novembro abriu o caminho para a democracia, ele ainda não foi consolidado, não vivemos ainda numa situação estável nem sequer a nível militar. Esse é a meu ver o maior motivo de insegurança agravado pelas condições económicas e financeiras, consequência da política ruinosa, seguida pelos quatro Governos de Vasco Gonçalves, política anti-nacional que levou o país à beira da bancarrota. Mas há também essas razões de insegurança que eu foquei. Assiste-se desde o princípio do ano, a começar com os incidentes de Custóias e de Caxias, a uma grande movimentação, de carácter orquestrado, de agitação de massas, de verdadeira subversão que já se anuncia de grande gravidade para este mês o que pode levar a uma situação idêntica àquela que se viveu anteriormente ao 25 de Novembro. Porque os problemas não estão resolvidos, não se foi ao fundo das questões, nem se compreende como se não fez ainda um rápido apuramento das

responsabilidades militares, e civis, ligadas ao 25 de Novembro. Essa é outra causa de insegurança muito importante.

Os responsáveis ainda não foram punidos, ainda não foram julgados, como têm de ser antes de ser punidos, atentou-se sobretudo em figuras que parecem secundárias e de nível militar, não se apurou a responsabilidade dos partidos, não se apurou a responsabilidade de organizações sindicais, não se apurou a responsabilidade de algumas empresas, não se apurou a própria responsabilidade de algumas estações de Radiodifusão e da própria Televisão. Basta ver tudo aquilo que foi difundido antes do 25 de Novembro e isso é causa de uma grande inquietação. E vemos por exemplo, mesmo depois do dia 1 de Janeiro, afirmar-se oficialmente e com razão, que as manifestações eram ilegais e os organizadores dessas manifestações não sofreram qualquer sanção. Isso é impunidade total para os responsáveis da situação de agitação, subversão e até da morte de algumas pessoas, que infelizmente foram vítimas dessa agitação, e nem sequer está apurado ainda que tenham perecido mercê dos disparos das Forças Armadas, antes pelo contrário, há indícios de que assim não foi. Se não se vai rapidamente ao fundo do apuramento das responsabilidades do 25 de Novembro; se se deixa continuar na impunidade os responsáveis por actuações oficialmente consideradas ilegais, está-se a contribuir para um agravamento muito rápido de uma deterioração muito importante da situação nacional, que põe em risco a própria democracia, e que facilita o caminho para unia qualquer ditadura da direita ou da esquerda.

A obrigação de todos nós, desde as Forças Armadas aos partidos políticos, passando pelo próprio Presidente da República, é fazer todos os esforços para pôr cobro a esta situação, apurar responsabilidades, punir responsáveis. Isto contribuirá muito para uma clarificação e uma estabilidade sem a qual não pode haver democracia, não pode haver progresso, já que, infelizmente, praticamente nenhum progresso social, e económico tem havido desde o 25 de Abril. Falou-se muito à esquerda, mas de facto a política que se fez teve consequências iminentemente conservadoras para a grande maioria do povo português, que não vive hoje melhor, muitas vezes até pior que antes do 25 de Abril - penso especialmente nas populações mais ignoradas dos agricultores do norte do país, penso nos refugiados ultramarinos. O problema financeiro e económico é muito sério, poderá ser resolvido, desde que se assegure uma estabilidade política e militar que ainda não existe, desde que se obtenha a cooperação dos países europeus que é em nosso entender indispensável, até porque Portugal tem de ser um país europeu, integrado o mais rapidamente possível no Mercado Comum, e sem essa cooperação nem é sequer possível resolver os problemas dos refugiados ultramarinos, que não querem caridade, têm todo o direito a exigirem justiça que não lhes tem sido feita.

Creio que os órgãos de comunicação social, e a Rádio concretamente, podiam desempenhar um grande papel no sentido de assegurar uma estabilidade, no sentido de conseguir um ambiente de paz social, política, e um clima de trabalho.

Infelizmente isso não tem acontecido. Vemos nos órgãos de comunicação social explorado ao máximo o problema da alta dos preços, com a informação deficiente

e muitas vezes deturpada. Vemos que se fala menos dos problemas concretos do país, do que de teorias políticas, interpretações, - até ao nível da música -, que é muito mais política do que estou convencido o nosso Povo desejaria. E o Povo não se deixa iludir, e reage, por enquanto à maneira possível de desligar os aparelhos ou de não comprar jornais, é indispensável não só que se assegurasse o pluralismo dentro dos órgãos de comunicação social e da rádio, tratando igualmente todos os partidos, todos os agrupamentos políticos, e isso não tem sido feito, e ainda não está feito, nem depois do 25 de Novembro, nem hoje. Era indispensável também que se pensasse concretamente nos meios de informar devidamente o Povo Português, de falar de uma maneira isenta, mas acessível e verdadeira, dos problemas, económicos, sociais, que se procurasse obter a participação das pessoas, que se apresentassem soluções concretas, a maior parte das vezes o que ouvimos e até de altos responsáveis políticos, são demagogias fáceis, optimismos exagerados, que já não colam, digamos assim. Temos por exemplo, para este fim de semana em Braga, um plenário de agricultores. Explicou-se devidamente através dos órgãos de comunicação social a importância fundamental desse movimento de agricultores? Explicou-se que é essencial que o problema da agricultura e da Reforma Agrária - expressão desacreditada - assente na participação dos próprios agricultores?

Defendeu-se, explicou-se suficientemente que sem uma organização da classe dos agricultores não há uma Reforma Agrária democrática possível? Disse-se por acaso que uma Lei da Reforma Agrária, documento fundamental para o País, não pode ser feita nas costas do Povo, não pode ser expressão da vontade de uma minoria, mas tem em princípio de ser votada num Parlamento eleito pelo povo, numa Assembleia Legislativa eleita pelo Povo e tem de contar com a participação dos agricultores? Chamou-se a atenção para os problemas da agricultura, que tem sido a grande sacrificada, ou uma das grandes sacrificadas, talvez a maior depois do 25 de Abril?

Chamou-se a atenção para a situação dos pequenos agricultores, dos rendeiros, dos próprios trabalhadores por conta de outrem, que foram muitas vezes, especialmente os do norte, insultados, chamados de reaccionários, de conservadores, de contra-revolucionários. Já alguém deu explicações sobre isso? Já alguém os tratou como devia ser? Ou pelo contrário, em vez de se fazer tudo isso e chamar a atenção para a importância, - cito apenas este exemplo que é actual - desse plenário de agricultores, os órgãos de comunicação social não estiveram ao serviço de uma certa ideologia que defende a colectivização da terra, pelo menos dois partidos a defendem, o que procurou desacreditar o movimento de agricultores, procurou impedir a sua organização como classe, procuraram impedir a sua participação numa autêntica Reforma Agrária, numa reestruturação da agricultura, numa reestruturação fundiária; aqui têm alguns exemplos daquilo que eu acho que devia ser e não tem sido, o papel democrático dos órgãos de comunicação social.

P - Dr. Sá Carneiro eu queria pôr-lhe um terceiro e último ponto. Deve estar de acordo com certeza, com uma Rádio Autónoma; ora isso deve garantir a sua função social em termos políticos. Como pensa que a Rádio possa ajudar os diferentes Partidos Políticos, também num caminho da Independência Nacional?

R - Sá Carneiro - A Rádio não tem que ajudar os partidos políticos, nenhum deles, nem todos eles. A Rádio tem apenas de desempenhar a sua função social. De estar ao serviço do Povo Português, e da informação. Deve ser autónoma do próprio governo. E uma situação que não podemos encarar de momento, mas que teremos de encarar quando tivermos instituições democráticas, o Estatuto de Informação deve garantir não só a ausência de censura e de repressão administrativa, não só o livre acesso às fontes de informação e o segredo profissional, mas tem de assegurar a participação ou o livre acesso à Rádio, de todos os agrupamentos políticos. É evidente a representatividade dos agrupamentos políticos é desigual e possivelmente até como em alguns países haverá um mínimo de representatividade política a atender para efeitos políticos e parlamentares, mas isso é um problema que será posto depois. Para nós é necessário garantir a independência total da Rádio, até a independência económica; por isso no nosso programa defendemos que em matéria de Rádio e de Televisão tem de se evitar tanto o monopólio do Estado, como a liberdade de criação de empresas capitalistas. Entendemos, de acordo ainda com o nosso programa, que apenas empresas de direito público e sem fins lucrativos, controladas por organismos democraticamente designados pelos utentes, deverão ser autorizadas a emitir.

A representação dos utentes nos organismos controladores da Rádio e dos demais órgãos de difusão parece-nos fundamental. A Rádio destina-se ao público, ao Povo, é indispensável que, ou através de um Parlamento, ou de uma comissão especial dum Parlamento eleito, ou através de um Conselho de Radiodifusão que tenha participação dos utentes, eles possam efectivamente garantir que em cada momento, a Rádio não está a ser desviada dos seus fins de construção da democracia, de formação e informação do Povo Português, porque de outro modo, corremos o risco de pôr a Rádio ao serviço de uma certa ideologia, de um certo partido e até de um certo governo, e esse é um esquema antidemocrático. A Radiodifusão não pode, nem deve servir para propaganda de um governo. Informação não é propaganda, e é significativo que seja nos regimes ditatoriais ou autoritários que a informação aparece identificada com propaganda. Foi esse o regime em que praticamente vivemos antes do 25 de Abril. Chegou a haver como se sabe o Secretariado da Propaganda Nacional, ideia caracteristicamente importada dos regimes nazis que identificava informação com propaganda. É este também o sistema dos países ditos de democracias populares, a União Soviética e os outros países. Não há outra informação que não seja a propaganda do partido, a propaganda do Estado, a propaganda do governo. Isso não pode ser; e é por isso que a Rádio não pode estar como os mais órgãos de comunicação social, na dependência exclusiva ou directa do governo. Tem de estar na dependência de um órgão que lhe assegure a sua total independência. Embora tenha caído no paradoxo de dizer que tenha de estar na dependência de um órgão que lhe assegure a sua independência, de facto a ideia é essa, tem de estar controlada por um órgão que lhe assegure a sua independência. Independência em relação ao poder político, já que informação supõe esclarecimento, adesão livre e inteligente às mensagens, aos problemas, às soluções concretas que vão surgindo. Propaganda supõe, e é isso que tem sido feito até aqui, como foi isso que era feito antes do 25 de Abril e é feito nos países de Leste, adesão imposta, obrigatória, emocional; propaganda a esse nível, significa de facto desinformação e anti-democracia.

O que nós queremos e esperamos que isso seja feito daqui em diante, é que a Rádio e os mais órgãos de informação deixem a propaganda e façam a autêntica informação.

**DEMOCRACIA JÁ!** - O que somos e o que queremos - 14/1/76

O Partido Popular Democrático pretende a construção da democracia política, económica, social e cultural.

De acordo com o nosso Programa, a democracia política implica a participação por igual de todos os cidadãos na organização e na escolha dos objectivos do poder na sociedade, a submissão do poder de quaisquer indivíduos, grupos ou instituições ao controlo dos cidadãos com integral respeito e garantia dos direitos individuais frente aos próprios poderes democraticamente constituídos.

A democracia económica envolve a participação de todos na organização colectiva da satisfação das necessidades, com igualdade de todos ao bem-estar e à segurança social, e com a intervenção colectiva nas formas e nos objectivos de produção.

A democracia social e cultural supõe e exige a eliminação das distinções de classe, de estado e de função social, o livre acesso de todos à educação e à vida cultural da comunidade e o estímulo da criatividade individual e da liberdade de espírito.

O P.P.D. tem, pois, como objectivo fundamental a construção da democracia completa como forma de cada Homem e de todos os Homens se realizarem na liberdade, na igualdade e na solidariedade.

A libertação dos Homens e de cada homem, mulher e criança das condições de alienação, opressão e exploração não depende apenas da garantia de direitos políticos e sociais mas também da realização das condições económicas que permitam o seu real exercício. Este é impossível na sociedade capitalista, que é por isso, incompatível com a democracia integral e autêntica que, como sociais-democratas, defendemos.

O socialismo democrático consubstanciado no nosso Programa implica pois a democracia económica, com socialização progressiva dos sectores chave da economia e o acesso de todos e de cada um à responsabilidade de participar nas decisões e na gestão em todas as comunidades em que nos inserimos: empresa, administração pública, comunidade local, unidade de ensino.

Mas para nós a socialização não implica colectivização ou estatização dos meios de produção; nem a participação equivale a uma autogestão ou ao chamado "poder popular" entendido como fraccionamento do poder político local ou central. Poder local democrático sim.

### **DESDE 1969**

Para mim estas ideias não são do pós 25 de Abril.

Defendi-as e procurei consagrá-las designadamente durante a minha intervenção na Assembleia Nacional, de 1969 a Janeiro de 1973.

Em fins de Dezembro de 1971, em entrevista gravada, dada ao jornal "República" e publicada em 11/2/72, afirmei o que creio que muito poucos dos que hoje se consideram "esquerdistas" ousaram então dizer, até porque nessa altura poucos eram os que acreditavam no socialismo ou nele falavam:

"Entendo que o poder político tem necessariamente de caminhar para uma intervenção cada vez maior no campo económico e social, a fim de fazer com que as pessoas participem, todas elas, nos bens da comunidade: bens da cultura, bens económicos. O acesso a todos esses bens é indispensável para que a liberdade não fique, como no século XIX limitada a um mero conceito, que na prática apenas favorecia a burguesia que podia efectivamente dar-lhe conteúdo económico. Há pois que caminhar no sentido de soluções que, se não forem socialistas, serão muito próximo delas, soluções que em muitos sectores serão necessariamente socializantes. Um socialismo que respeite a liberdade e a dignidade da pessoa humana e que seja, portanto, nesse aspecto, um socialismo perfeitamente consentâneo com o personalismo, parece-me indispensável no mundo de hoje (...)

"Se amanhã pudesse enquadrar-me em qualquer partido, estou convencido de que, dentro dos quadros da Europa Ocidental, comumente aceites, iria mais para um partido social-democrata."

Contesta-se hoje o nosso autêntico carácter social-democrata, pretendendo alguns atirar-nos para o campo liberal e democrata cristão.

Essas afirmações inserem-se numa tática de política desleal e golpista, que visa desacreditar o nosso Partido, mas que desacredita apenas quem a usa, causando no entanto prejuízos à democracia pela desorientação que provoca entre pessoas menos preparadas e pelo descrédito que acarreta para os partidos políticos. Estes são essenciais à democracia. Desacreditá-los é fazer o jogo reaccionário, de direita ou de esquerda.

No tempo da ditadura não se admitiam partidos políticos. E ainda hoje eles não têm lugar nos regimes comunistas. Trabalhar para o descrédito dos partidos políticos é trabalhar a favor de uma qualquer ditadura militar ou civil, de esquerda ou de direita, que em absoluto rejeitamos.

Tanto pelo nosso Programa como pelo nosso comportamento e pela nossa base de apoio está provado que somos um partido autenticamente social-democrata: um partido de esquerda não marxista empenhado na construção de uma sociedade organizada e vivida sem distinções de classe, de uma verdadeira sociedade socialista humanista, que visa a libertação integral dos homens e não a concretização dos princípios marxistas ou marxistas-leninistas que rejeitamos.

O PCP pela boca do seu secretário-geral, afirmou há pouco em Cuba que não havia em Portugal um verdadeiro partido socialista de esquerda.

Temos um largo apoio do Povo Trabalhador, que nos dá a verdadeira força.

O Partido Socialista reagiu e acusou o dr. Álvaro Cunhal de miopia.



Mas o secretário-geral do Partido Socialista, reeditando erros anteriores, afirmou ultimamente na Suécia que o PPD não era social-democrata mas sim neo-liberal; outros sociais-marxistas pretendem apresentar-nos como democratas-cristãos.

Se o dr. Cunhal deu, segundo o PS, provas de miopia, os sociais-marxistas do PS dão, mais uma vez provas de cegueira consciente e condenável.

Como se vê, as táticas de ambos são semelhantes e igualmente reprováveis. Resumem-se em denegrir falsamente os outros em proveito próprio.

O certo é que próximos são também o comunismo do PCP e o social-marxismo do PS, que agora parece pretender recuperar a social-democracia que sempre rejeitou e atacou.

Nós divergimos de ambos e a ambos nos opomos. Não adoptamos essas táticas de baixa política que em nada beneficiam a Democracia e o Povo Português.

Somos o que somos; não temos medo de parecer o que somos, autenticamente social-democratas. Os eleitores julgarão, através do sufrágio, cada um dos partidos.

#### **QUERERÃO OS SOCIAL-MARXISTAS UM GOVERNO SEM O PPD?**

A social-democracia foi sempre o maior obstáculo ao comunismo, enquanto o socialismo-marxista, o social-marxismo do PS, é o seu aliado tático natural, com quem busca um programa comum que nós não admitimos.

Nas eleições de 25/4/75 nenhum partido teve maioria absoluta. O PS, por circunstâncias ocasionais mais do que por maior implantação, ficou em primeiro lugar, apenas com pouco mais de um quarto dos votos do PPD.

Mas não pode esquecer-se que o PPD ganhou as eleições na maioria absoluta dos círculos eleitorais, vencendo em 13 dos 25 círculos.

Neste momento, um qualquer governo que não incluísse o PPD e o PS seria um governo sem legitimidade democrática e sem apoio popular. Não admira que o PCP o deseje, pois o PCP é e será antidemocrático e anti-popular. Mas o Povo Português é que o não admitiria.

As posições que o PS ultimamente tem adoptado levantam dúvidas quanto ao seu desejo de governar só, com o MFA ou mesmo em coligação com o PCP e ministros militares.

Bem sei que há declarações em contrário. Mas palavras são o que menos importa, sobretudo quando as atitudes são contrárias.

O PS faz arrastar há mais de um mês as negociações para a remodelação do Governo.

Por nós, elas teriam sido ultimadas em alguns dias. Contra a nossa vontade decorrem semanas e semanas sem resultados práticos.

O PS quis ficar com todo o Ministério da Agricultura, com todo o Ministério da Indústria, com todo o Ministério das Finanças (para nele manter, no Tesouro, um dissidente nosso), com todo o Ministério do Comércio Externo, incluindo o Turismo.

Era, para o PS, a homogeneidade, que se traduzia afinal na hegemonia dos social-marxistas, ou seja no seu predomínio sobre os sectores mais importantes no Governo.

Esse domínio do PS está de resto a ser tentado a vários níveis: informação, economia, administração pública.

Dir-se-ia, que depois do 25 de Novembro, o PS quer substituir o domínio do PCP.

Essa seria uma das razões dos ataques que constantemente dirige ao nosso Partido, aproveitando até, condenavelmente, as intervenções que os seus membros fazem, nessa qualidade, misturando cada vez mais governação e partidarismo.

Ante isso temos respondido, na medida restrita do limitado acesso que temos aos órgãos de informação. Não atacamos por iniciativa nossa. Mas não nos calamos aos ataques que nos dirigem.

Temos perfeita consciência das nossas responsabilidades para com o Partido. Responsabilidades para com o Povo Português, responsabilidades para com a Democracia de que não abdicamos.

Só por isso não abandonamos o Governo, apesar das atitudes dos social-marxistas, que a tanto parecem querer obrigar-nos.

Temos dado inúmeras provas de paciência, transigência e apoio ao VI Governo Provisório e ao cumprimento do seu Programa.

O que fundamentalmente interessa é a realização de eleições até 25 de Abril de 1976. Isso é essencial para salvar a democracia e o nosso país. Essa, pois, a nossa meta, o nosso empenho, a razão dos sacrifícios que, como Partido, temos feito, pondo de lado questões de legítimo prestígio e fundadas exigências de fidelidade aos critérios de constituição do VI Governo. Até agora em vão.

#### **QUE FUTURO?**

No discurso que proferi em Aveiro em 1 de Fevereiro de 1975, defendi o regresso à Revolução Democrática de 25 de Abril e ao Programa do MFA. No contexto de esquerdismo golpista, que já então se vivia, o PCP e outras entidades civis e militares consideram essas posições como reaccionárias. Houve mesmo quem afirmasse que tal discurso era o meu testamento político. Depois de recuperar a saúde continuei a lutar na mesma linha, pela democracia e pela social-democracia, contra a comunicação e a militarização da vida nacional.

Hoje restabeleceram-se condições para a existência de uma verdadeira democracia, sem a qual a Revolução não tem sentido. Mas não podemos ser optimistas demais. Nem tudo está resolvido, a situação não está estabilizada.

Há ainda inúmeras infiltrações antidemocráticas nos órgãos de Informação, na administração pública central e local, nos sectores económicos e financeiros e nas próprias Forças Armadas, fruto da penetração feita, antes e depois do 25 de Abril, pelo PCP e seus satélites.

Existem depois do 25 de Novembro condições para remediar essa situação mas, se isso não for feito quanto antes, arriscamo-nos a cair numa situação análoga à que vivemos antes do 25 de Novembro e da Lei Constitucional sobre as Forças Armadas, documento que é decisivo para a Democracia em Portugal. Temo-lo dito, mas vale a pena refrizá-lo.

Espero que a revisão da Plataforma Constitucional consolide o caminho democrático, que as próximas eleições, que queremos sejam para a Assembleia dos Deputados e para a escolha do Presidente da República e que tenham lugar até 25/4/76, consagrarão, dando-nos finalmente uma democracia pluralista e estável. Mas nem quanto ao Pacto as perspectivas são muito animadoras.

A situação social, económica e financeira e a independência e dramática, ao ponto de pôr em risco a própria democracia do nosso país.

Não a considero irremediável. Mas a circunstância de até agora quase nada se ter feito para seriamente remediar não pode deixar de causar sérias apreensões.

Necessitamos de medidas urgentes, audazes, e eficazes, que nos permitam evitar o caminho do abismo. Elas supõem um Governo dotado de autoridade, mas não autoritário, de competência e de grande coragem. É urgente que o VI Governo se encontre a si próprio nestas características. Sem o que corremos o risco de perder a Revolução, a Democracia e o País.

Encaro pois o nosso futuro, no limiar deste novo ano, com esperança e preocupação. Espero que, agora que as Forças Armadas nos restituíram um pouco de confiança, o Governo e a administração central e local a alarguem e consolidem.

E que a revisão do Pacto assegure uma autêntica Democracia.

### **1.10. Democracia já! O Partido Popular Democrático e o Relatório do 25 de Novembro - Denúncia Antecipada - Defesa da Democracia - 21/1/76**

Como partido político responsável, sempre nos empenhámos na defesa da democracia, arriscando tudo, arriscando-nos todos. Não apenas nas posições publicamente assumidas, mas na verdade física das manifestações contra o golpismo das forças reaccionárias de direita ou de esquerda. Essa autenticidade da presença maciça nas ruas, junto dos Governos Cívicos e dos Quartéis, custou muitas vezes aos nossos militantes as violências sofridas, os tiros, os ferimentos e até a morte.

Atitude de defesa viva e corajosa da democracia acima dos interesses das pessoas e do Partido, com consciência nítida de que era o nosso país mesmo que estava em jogo.

Basta lembrar a manifestação junto do R.A.S.P. no Porto, a do Terreiro do Paço em Lisboa, dentre muitas e muitas outras acções, de Rio Maior a Bragança, de Monte-Real à Régua, de Faro a Viana do Castelo.

O golpismo visceralmente reaccionário do P.C.P. foi denunciado até nos seus intentos concretos: derrube do VI Governo, remodelação do Conselho da Revolução com introdução dos gonalvistas, criação das condições para uma democracia e exército populares: - basta ver os discursos e as conferências de imprensa.

E denunciado nos seus métodos também: FUR, SUVs, ARPESs, Polícia Militar (ex.) e a própria manifestação de 20 de Novembro em Belém, agradecida pelo Presidente da República. Para tudo fomos apontando e chamando a atenção dos responsáveis.

A isso alguns marxistas bem pensantes chamaram, então, anti-comunismo primário; e de alguns militares vieram críticas idênticas.

Hoje aí está o Relatório Preliminar do 25 de Novembro a confirmar a razão da nossa luta, da nossa denúncia antecipada, dos nossos justos ataques.

Durante os dias de rebelião também não descansámos, em Lisboa como em Monte Real, na luta pacífica contra os insurrectos civis e militares.

E logo continuámos a protestar contra a tentativa de absolvição do P.C.P., encaipotada com a defesa da sua necessidade para o progresso revolucionário português.

#### **NOSSO PROTESTO ACTUAL PERANTE SITUAÇÕES ESTRANHAS**

Mantemos o mesmo protesto, que as circunstâncias tornam mais veemente quando vemos hoje de novo o Presidente da República afirmar a uma televisão estrangeira que a presença do P.S e do P.C.P. no Governo garante a defesa da democracia e o rumo para o socialismo.

Ou quando lemos que um Ministro português declara no estrangeiro que as forças progressistas portuguesas apoiam o M.P.L.A. e defendem o reconhecimento de um Governo seu.

Os acontecimentos e o Relatório do 25 de Novembro, que já era conhecido dos responsáveis militares, deviam ter tornado impossível declarações deste género. Como deviam ter imposto a revisão da posição do P.C.P. no Governo, o seu tratamento como partido democrático que comprovadamente não é. O P.C.P. não mudou nem mudará. E alguns responsáveis militares parece que também não. O que é muito grave.

Pelo contrário, assiste-se hoje de novo, a toda a montagem e desenrolar de uma estratégia de contestação ao VI Governo, de ataques desavergonhados ao nosso Partido, de defesa escandalosa dos militares implicados no golpe de Novembro.

Com isto está a permitir-se o mesmo estilo de actuação que o Relatório agora divulgado claramente denuncia, sem no entanto mencionar expressamente os principais responsáveis, os dirigentes do P.C.P. Até quando usufruirá este de um tratamento excepcional e da protecção elogiosa de responsáveis militares? Até a uma qualquer ditadura? Assim cava-se o sepulcro da democracia nascente!

### **NOVA VIDA POLÍTICA - NOVO PACTO**

Este Relatório não pode ser mais um.

Tem de ser o ponto fundamental para a clarificação da vida política portuguesa, para a defesa do País e da democracia.

Tem de ser, como é, a alavanca que faça aparecer imediatamente relatórios definitivos e terminantes sobre o 28 de Setembro e o 11 de Março, doa a quem doer.

Tem de ser, finalmente, paradigma da necessidade do não envolvimento dos militares na política.

Este é um ponto que o Relatório não foca ao mencionar as causas remotas, mas que é essencial.

A plataforma Constitucional Partidos/MFA, o Plano de Acção Política, o Documento sobre a Aliança Povo/M.F.A. não contribuíram pouco para os acontecimentos de 25 de Novembro. Deles em muito advieram a instabilidade dos Governos e a política demagógica e ruínosa que levou o País à beira do caos comunista, que o Povo soube evitar.

Dentre as causas remotas está também, como determinante, o 11 de Março. Enquanto ele não for esclarecido não pode esclarecer-se a fundo o 25 de Novembro.

Há que pensar em tudo isto quando se propõe ou negocea um novo Pacto.

Querer reeditar-se a consagração de um regime de ditadura militar do Conselho da Revolução é repetir trágicos erros anteriores pois é possibilitar a repetição de situações que levarão inevitavelmente a novos e muitos mais trágicos afrontamentos.

A experiência foi muito dolorosa e não pode repetir-se. Há sim que tirar dela os ensinamentos. Não basta a prisão dos responsáveis. É indispensável que se faça imediatamente a revisão profunda da nossa vida política e militar. Que a façam não apenas os partidos, mas também as Forças Armadas, o Conselho da Revolução e o próprio Presidente da República.

Os problemas não se resolvem com admoestações ou ameaças aos partidos, venham de quem vierem. Ainda muito está mal; o urgente é remediá-lo, é ter a humildade democrática de resolver os erros enormes que se cometeram especialmente após o 11 de Março. Sem isso nada de fundamental se remediará. Sem isso não teremos democracia, nem eleições; não teremos nem progresso nem justiça social.

Mas para isso é fundamental que partidos e Forças Armadas se ponham de acordo num Pacto que restitua ao Povo o poder soberano de escolha, que restitua o poder

político aos legítimos representantes do Povo, que impeça novos arroubos de socialismo militar ou seja, afinal, novos 11 de Março e 25 de Novembro. Fundamental é também que o P.C.P. tenha a punição merecida em vez de protecção e elogios.

Em suma, é essencial que se regresse plena e definitivamente ao 25 de Abril e ao Programa do M.F.A. Este pode desaparecer, identificado com as Forças Armadas. Mas o Programa tem de prevalecer e ser cumprido. O que até agora não acontece.

## **1.11. DEMOCRACIA JÁ! – Eleições - 27/1/76**

As eleições são o fundamento e a base da democracia imediata pela qual lutamos todos nós, os sociais-democratas do PPD.

É um erro grave julgar que elas são apenas fundamento, e meio da democracia política, ou da tão caluniada - pelos comunistas, claro - democracia burguesa à qual sempre se opõe em nome da ditadura do proletariado, que os PCs continuam a defender, mesmo quando formalmente renunciam ao uso da expressão.

Numa perspectiva social-democrata o sufrágio é essencial para a construção da democracia integral.

Como dizia Olof Palme, quando no princípio do século os sociais-democratas lutaram pelo sufrágio universal, não foi para manter o sistema mas precisamente para modificar o sistema através do acesso ao poder político, resolvendo os gravíssimos problemas com que se debatiam os trabalhadores suecos.

Também o nosso Programa a propósito do sufrágio universal, diz, na página 30, que "o sufrágio universal ao abrir formalmente as portas da actividade política aos cidadãos de todas as classes põe nas mãos de todos o poder de influenciar decisivamente a vida política, económica e social da comunidade.

Ele constitui por isso o instrumento político mais nobre e adequado das grandes transformações da sociedade. Se todos os cidadãos tomarem consciência da importância deste instrumento, e o usarem correctamente, ele bastará para que, dentro em pouco, fiquem abolidas as chocantes iniquidades económicas e sociais, e se comece a construir positivamente a sociedade fundada no trabalho e na justiça e orientada para a democracia social e económica que o Partido Popular Democrático pretende".

Não poderíamos dizer mais nem de melhor forma.

Até porque, uma das nossas características é a de nos mantermos todos enquanto partido, escrupulosamente fiéis ao teor do nosso Programa, o que nem sempre acontece nos outros movimentos e partidos.

Essa é mesmo uma das razões da nossa força: a honestidade e a fidelidade ao Programa do Partido, antes como depois de 25 de Novembro. Somos o único partido não marxista de esquerda. Adoptamos o socialismo democrático, e na social-democracia nos mantivemos firmes, mesmo nas épocas de mais agudo esquerdismo em que ela era considerada reaccionária. Com ela ganhámos as

eleições em 13 dos 23 círculos, obtendo 27% dos votos. Defendemos, como nos cumpria, a social-democracia, quando todos nos atacavam, desde os sociais-marxistas ao Documento dos Nove, desde o Presidente da República ao Primeiro-Ministro.

Hoje os ventos políticos mudaram. E tentam mudar sub-repticiamente certas vontades que outrora orgulhosamente faziam do marxismo colectivista a única base e medida do socialismo que preconizavam.

Não mudamos nem temos de mudar. Temos um Programa claro, e atitudes coerentes, coesas e firmes. Isso dá-nos também uma enorme força.

Mas que eleições?

Apontávamos nas conclusões do nosso Congresso para as eleições para a Assembleia Legislativa, Parlamento e autarquias locais. Não sabemos, dado o atraso do trabalho de renegociação do Pacto, se todas elas poderão ter lugar antes do 25 de Abril. Se tivermos de optar, deveremos pôr o acento tónico na rápida realização de eleições para a Assembleia Legislativa.

Esse será o fundamento de uma democracia: o haver um Parlamento eleito, com reais poderes, pensando-se logo a seguir quer na eleição directa para o Presidente da República quer na eleição para as autarquias locais.

Não basta uma eleição.

É preciso que os poderes do órgão a eleger sejam efectivamente poderes de soberania nacional, isto, quer quanto à Assembleia Legislativa, quer quanto ao Presidente da República. E a tentativa de alguns sectores é de esvaziar esses poderes. Deveremos deixar para mais tarde a questão da eleição para o Presidente da República, que possivelmente não poderá ter lugar antes do 25 de Abril, nem simultaneamente com a da Assembleia Legislativa.

A Assembleia Legislativa é, na democracia imediata que defendemos, o órgão fundamental do exercício do poder político. E os resultados das eleições permitirão a constituição de um Governo definitivo, em que o partido ou partidos maioritários assumirão as suas responsabilidades.

Já nas conclusões do nosso Congresso de Aveiro dizíamos, no ponto 5, que exigíamos a "rápida conclusão da Constituição a fim de que as eleições nacionais possam ter lugar até 25 de Abril de 1976".

É lamentável dizer que, por atraso nas negociações do Pacto, a Constituição não pôde ainda avançar, e temos de estranhar este atraso e esta demora nessas negociações porque elas estão a pôr em risco a realização das mesmas até aquela data, jogada que parece até demasiado óbvia.

Assim, e apesar da evolução das condições fixadas pelo nosso Congresso, não ter tido a sequência que desejávamos, penso que um rompimento do nosso Partido com o VI Governo Provisório, por causa da presença dos comunistas no Governo, teria muito mais desvantagens do que vantagens; não para nós como Partido, pois estou convencido que como Partido teríamos mais interesse em estar fora do

Governo do que nele. Mas, se desencadeássemos agora uma crise fundada na responsabilidade do Partido Comunista nos acontecimentos do 25 de Novembro, arriscávamos a pôr em causa aquilo que nos parece essencial para o sucesso de preservação da democracia, que são as próprias eleições de 25 de Abril.

E, por isso, em nosso entender, será preferível continuar a lutar pela observância destas condições e aceitar até às próximas eleições, a colaboração no Governo Provisório, com base no mesmo Programa, do Partido Comunista. Isto não envolve a meu ver qualquer transigência essencial da nossa parte. Temos de pôr os interesses do país acima dos do Partido, e uma posição que nos afastasse do Governo podia implicar um adiamento, por muitos meses das próximas eleições, dar origem àquilo que alguns vão já temendo e outros ameaçando, que seria um Governo militar.

Aí se perderiam as perspectivas democráticas para Portugal porque a democracia é essencial, não apenas por ela mesma, mas porque só no quadro democrático poderão ter resolução os gravíssimos problemas económicos, sociais e financeiros do nosso País. O Mundo não acreditará em nós, nem nos auxiliará em termos das nossas necessidades, que são simultaneamente as necessidades do próprio mundo democrático, enquanto não tivermos instituições verdadeiramente democráticas, que supõem um Parlamento eleito, Presidente da República eleito, e um Governo formado de harmonia com os resultados das eleições.

Essa é a nossa meta fundamental.

As eleições não são para nós um mero acto político, no sentido de que se não restringem à democracia política.

O nosso Programa é muito claro e insere-se aí também uma autêntica visão social-democrática.

Mas, mais uma vez como antes das anteriores, assistimos a manobras de vários tipos no sentido de adiar as eleições, e o que é mais grave, de as esvaziar de qualquer conteúdo.

O 25 de Novembro sucedeu, em larga medida, porque em Março houve um Pacto MFA/Partidos Políticos, que consagrou o envolvimento dos militares no poder político. Daí nasceram as divisões, daí nasceu o clima que propiciou o 25 de Novembro. Enquanto os militares estiverem directamente envolvidos na política, não se evitará um clima semelhante. E isto por duas razões: em primeiro porque política implica divisões. Divisão de opiniões divisão de métodos e de acção; em segundo lugar, e talvez mais gravemente, porque as Forças Armadas com o MFA, envolvidas na política, serão sempre uma tentação muito grande para partidos sem base social de apoio, sem possibilidades eleitorais, mas com apetência de poder e forte organização.

Um movimento militar com responsabilidades políticas tenderá sempre a ser objectivo desse tipo de partidos, no sentido de porem as Forças Armadas ao seu serviço, de as instrumentalizarem. Por outro lado corre-se o risco de forças anti-democráticas de sinal contrário, tentarem criar uma alternativa para aquilo, que



podemos designar por comodidades de expressão, um certo MFA. E daí advirá também um risco grande para a democracia.

Um MDLP por exemplo, havendo um MFA instrumentalizado ou objecto de tentativas de instrumentalização por forças anti-democráticas, tenderá a ser um MFA de sinal contrário. E esse parece o mais grave perigo de uma direita potencial.

É neste contexto que surge com a maior relevância a renegociação do Pacto Partidos/MFA. Mais uma vez em vésperas de eleições, é aí que se joga o futuro da democracia.

Por isso, a orientação do Secretariado Nacional tem sido, tanto na proposta que apresentou, como em todas as suas tomadas de posição, de acordo com o Grupo Parlamentar e o seu líder, de defender que o novo Pacto não pode ser uma repetição ou um agravamento do anterior.

A perspectiva deverá ser, não a de um puro e simples regresso dos militares aos quartéis, mas a de uma colaboração activa das Forças Armadas com os partidos políticos e o futuro Governo que saia das eleições, na defesa da democracia, cabendo predominio do poder político ao poder civil legitimado pelas eleições.

### **CAMPANHA ELEITORAL**

Ainda dentro do contexto das eleições e com base no compromisso assumido pelo VI Governo Provisório, perante o Povo Português, de que estas se realizarão até 25 de Abril de 1976, abordarei o tema da campanha eleitoral.

Esta, terá de ser uma campanha sóbria e de austeridade.

O uso de grandes meios, ou de meios muito dispendiosos, seria um insulto ao Povo Português, e às classes trabalhadoras em especial, que estão a sofrer as consequências de uma política ruinosa e que estão a sofrê-las directamente nos seus orçamentos, na sua Sida familiar. Não se compreenderia, e creio que deverá ser uma tónica da nossa campanha, que neste momento o Partido Popular Democrático, ainda que tivesse os fundos que não tem, enveredasse por uma campanha ostentatória. Teremos por isso, para compensar a Sita de meios materiais e para dar um exemplo de austeridade, usar a fundo todos os nossos recursos humanos.

Esta campanha é fundamental e o nosso partido tem dado mais do que nenhum outro partido português provas de coerência, sinceridade e honestidade. Tem as melhores possibilidades nas futuras eleições.

Efectivamente, ao contrário de alguns partidos, e até de movimentos, penso concretamente no próprio MFA, nós não modificamos a nossa posição. O nosso Programa, aprovado num determinado contexto, continua hoje a ser a expressão da nossa sinceridade. Isto é uma grande arma, perante um Povo que pode estar politicamente pouco preparado, mas que tem um agudo sentido das realidades e um profundo bom senso.

Todos sabemos a campanha que se tem desencadeado contra o nosso Partido. Campanha essa que, a meu ver, revela um grande medo da nossa força eleitoral.

Medo que tem por base, talvez, a publicação nalguns órgãos de informação, de sondagens da opinião pública e de estatísticas, que nos dão o 1.º lugar com 35%, e o 2.º lugar ao Partido Socialista, com 28 a 29%.

Para nós isto pode ser um perigo, se descansarmos nessas sondagens de opinião. Esses resultados serão reais? Ou poderemos até obter resultados superiores se efectivamente nos empenharmos a fundo na difusão do nosso Programa, no contacto com os eleitores, numa campanha eleitoral séria?

Se tivermos a ilusão de que somos o 1.º partido, agora, e que esse será o resultado das eleições, perdê-las-emos concerteza.

Temos de continuar e continuaremos a responder a todos os ataques que nos são feitos, sem que em contrapartida desencadearmos nós os ataques contra os outros partidos. Parece-nos que a cooperação dos partidos democráticos é, neste momento fundamental para a defesa da democracia. Cooperação que deve estender-se às Forças Armadas. O 25 de Abril não aponta apenas para a responsabilidade dos partidos políticos, aponta também para a responsabilidade dos militares, e parece-nos que cabe aos partidos políticos e às Forças Armadas, fazerem uma séria reflexão e uma séria revisão da vida política nacional, e de se empenharem, em conjunto, na defesa da democracia.

Não temos, como partido, necessidade de alianças para sermos fortes, mas estamos abertos à cooperação com todos os partidos democráticos.

## **1.12. Conferência de Imprensa - 28/1/1976**

### **O "25 DE NOVEMBRO" E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS**

A situação confusa e anarquizante nas Forças Armadas, a estratégia dúplice do PCP em relação ao VI Governo Provisório, a actuação golpista e anti-democrática deste partido e das organizações integradas na FUR e a progressiva deterioração económica a que se vinha assistindo constituíram os principais elementos caracterizadores da fase imediatamente anterior ao 25 de Novembro.

A análise fria e objectiva dos acontecimentos ocorridos no 25 de Novembro permite-nos concluir ter sido elevado o grau de comprometimento e de envolvimento do Partido Comunista Português na tentativa contra-revolucionária de tomada do poder pela força, pondo-se em causa os valores fundamentais da democracia e da liberdade, conquistada com o derrube de um regime ditatorial e opressor por parte de oficiais autenticamente patriotas e isentos de sectarismos partidários. O relatório preliminar do Conselho da Revolução aponta, de forma inequívoca, vários factos que comprometem, indiscutivelmente, o PCP com a intentona contra-revolucionária.

Desde a criação das condições conducentes ao golpe, através da contestação permanente ao VI Governo e do boicote às suas actividades, até à actuação da Intersindical e do Secretariado da Cintura Industrial de Lisboa - autêntica coligação do PCP com a UDP, a qual tem prestado inestimáveis serviços ao dr. Cunhal e ao imperialismo soviético - passando pelos comunicados e manifestos da respon-

sabilidade do Partido Comunista e de organizações satélites e transmitidos pelos órgãos de informação por ele controlados em apoio à "luta dos pára-quedaistas", vários são os dados que permitem provar até que ponto aquela estrutura partidária monolítica e de vocação totalitária estava empenhada, juntamente com os apologistas do delírio gonçalvista, na edificação de um capitalismo de estado, gerador de novas formas de exploração e de opressão do povo português.

O facto de certos sectores terem pretendido abafar este envolvimento, no intuito de atenuar as suas consequências lógicas mostrou-se contraproducente, uma vez que importaria uma maior clarificação da situação política, designadamente a nível governamental. Esses sectores não foram sequer, consequentes com a luta que, anteriormente, haviam corajosamente desenvolvido contra o domínio da linha gonçalvista no seio dos centros de decisão nas Forças Armadas e na vida política do País, em geral.

Por outro lado, o Partido Socialista assumiu uma posição ambígua, continuando a defender uma solução de compromisso com o PC, apesar deste último estar comprometido na tentativa e de ter desferido os mais caluniosos ataques a todas as forças verdadeiramente democráticas do País. As hesitações e oscilações do PS, o oportunismo e demagogia de muitas das declarações dos seus dirigentes e as contradições teórico-práticas em que sobejas vezes têm mergulhado contribuíram, também, para tornar difícil o que sempre correspondeu aos mais profundos anseios do PPD: o estreitamento de relações entre os partidos democráticos que permita a introdução progressiva, mas em liberdade, de reformas socializantes, independentemente e até em antagonismo, quer a forças totalitárias como o PC, quer a forças que, embora democráticas, não estão interessadas em mudanças significativas das condições de vida dos mais desprotegidos e explorados.

É neste contexto que importa ter consciência dos efeitos nefastos que o arrastamento das negociações para a recomposição do VI Governo provocou e poderá vir a provocar, arrastamento esse por que é responsável a cúpula dirigente do PS, a qual adopta posições cada vez mais oscilantes e menos consequentes.

Assim, no capítulo da Reforma Agrária ou nos sectores do Turismo, das Finanças e da Indústria, o PS tem vindo a actuar, de facto, no sentido de substituir-se à penetração partidária do PCP.

Ao mesmo tempo os dirigentes do PS desencadeiam, simultaneamente, um ataque cerrado ao PPD, formulando críticas acesas às suas bases e tentando dividi-las, assim como aos próprios quadros dirigentes, chegando mesmo a acusar o PPD de pretender criar dificuldades que lhe permitam, mais tarde, sair do Governo, colocando-se na posição, sempre cómoda, de oposição. O PPD soube ser oposição quando era perigoso criticar o Governo e elementos responsáveis das Forças Armadas, ao contrário do que sucedeu com outros, como o CDS, que se esqueceu de ser oposição na fase do Gonçalvismo, votando controlo operário e sociedade sem classes, para hoje reclamar para si os louros da liberdade conquistada sem que para tal, tivesse, de alguma forma contribuído. E é, precisamente, por isso que o PPD estranha que um partido que se define como sendo de esquerda e

marxista - o PS - esteja, como parece, hipotecado à estratégia de um partido conservador, pelo menos nos ataques ao nosso Partido.

A campanha contra nós desencadeada por certos dirigentes do PS e do CDS tem que ser rapidamente superada, sem o que se irá continuando a assistir à degradação da situação política, contribuindo-se para fornecer argumentos aos que estão interessados em pôr em causa as instituições democráticas e o espírito da Revolução do 25 de Abril. E nós PPD, assim como todos os autênticos democratas, jamais poderemos consentir no retorno do gonsalvismo, nem tão-pouco no ressurgimento de qualquer regime ditatorial de direita, de concentração de poderes, renascimento das cinzas da frustração e da angústia vividas por aqueles que vêem os seus ideais democráticos desrespeitados por falsos progressistas ou por aventureiristas utópicos que preferem apontar para o precipício, muitas vezes, a encarar com objectividade a realidade que os cerca.

Importa também proceder, com urgência, à revisão do Pacto MFA-Partidos.

De facto, consideramos lamentável o atraso que se tem vindo a verificar nas negociações, uma vez que mesmo irá, certamente, afectar os trabalhos da Constituinte e provocar o atraso na realização das eleições para a Presidência da República e para a Assembleia Legislativa.

A contra-proposta apresentada pelo MFA não corresponde de modo algum à solução que, em nosso parecer, seria mais correcta garantindo o funcionamento democrático dos órgãos de soberania, o predomínio da autoridade e do poder civil e, finalmente, o cumprimento e respeito pelo texto da Constituição. A concentração excessiva de poderes por parte do Conselho da Revolução, podendo, inclusive, substituir-se à Assembleia Legislativa, as reduzidas competência e atribuições do Presidente da República e a amplitude temporal do período de transição são algumas das críticas que, desde já, formulamos a essa contra-proposta, a qual se apresenta inaceitável, nos termos em que foi apresentada.

Não sabemos se a ideia que presidiu à apresentação de tal contra-proposta foi, apenas, a de esta ser um ponto de partida, estando, desde logo, os proponentes conscientes de que a mesma seria recusada. Nem tão pouco se será intenção de alguns militares responsáveis manter, no essencial, o espírito subjacente do Pacto anteriormente celebrado ou, então, criar as condições necessárias à existência do que, em nosso entender, não passaria de uma "democracia mitigada ou vigiada" e portanto de uma autêntica ditadura militar de fachada liberalizante.

Esperamos, todavia, que a contra-proposta apresentada não se insira numa campanha de tentativa de sobrevivência como centro do poder ou, então, de fuga às eventuais crítica que serão formuladas a certos responsáveis militares, aquando das próximas eleições.

Na actual conjuntura importa, ainda, apontar para soluções concretas e realistas, que permitam ir ao encontro dos problemas mais candentes e dos verdadeiros interesses do povo português. Mais do que prometer o paraíso ou fazer declarações de fé de conteúdo altamente radicalizante, interessa, consolidar pistas válidas para o relançamento da nossa economia, com base no reconhecimento do

papel a desempenhar pelo investidor e pelos pequenos e médios proprietários, agrícolas e industriais, e reforçar as autênticas conquistas sociais alcançadas, aprofundando-as, na medida do possível.

É, portanto, neste contexto que a reforma agrária e a política de preços assumem especial relevância, tornando-se imperioso, em ambos os domínios, a execução de projectos viáveis e que se apresentem com um mínimo de coerência interna.

No que à política de preços se refere, nem parece correcto o optimismo exagerado e um tanto simplista de um PS que vê nos empréstimos externos a solução de todos os males que nos afligem, nem tão pouco é admissível a actuação do PCP que, a coberto dos seus satélites e do natural descontentamento de algumas camadas sociais pela alta do custo de vida, em grande parte provocada pela irresponsabilidade do governo gonzalvista na adopção de medidas totalmente desinseridas de um projecto global equilibrado, tem vindo a contestar duramente a política prosseguida pelo VI Governo.

A subida acelerada dos preços de bens essenciais explica-se não só pela necessidade de fazer face à actual situação degressiva e aos desequilíbrios económicos externos - designadamente no que respeita ao agravamento do défice da Balança de Pagamentos - como também pela imperiosidade de dar novo impulso à actividade económica, incentivando-se a expansão da produção e, portanto, a criação de novos empregos. Todavia, importa ter presente que a mesma afectou sectores menos privilegiados da população portuguesa designadamente o proletariado rural, beneficiando, em contrapartida, e em termos relativos, os militares, os quais usufruem de bens essenciais a preços mais baixos do que a generalidade do povo que tanto dizem pretender defender e libertar. Assim, a política de preços deverá, cada vez mais, estar dirigida para um controlo apertado dos preços de bens essenciais, articulado com margens de lucro incentivadas, mas não abusivas e com uma política de racionalização dos circuitos de comercialização e de distribuição, fomentando-se a produção e utilizando-se os mecanismos mais adequados à canalização dos recursos disponíveis para os sectores prioritários, à luz dos princípios da justiça social e da eficácia.

Quanto à Reforma Agrária, saliente-se desde já, que nunca foi, nem será intenção do Partido desrespeitar o Programa do Governo ou os compromissos assumidos, na base de uma plataforma mínima de actuação coordenada. Neste sentido, o documento, respeitante ao sector agrícola, aprovado pelos partidos no âmbito do Governo de ligação, continuará a ser respeitado pelo PPD e não será boicotado ou contrariado, na sua execução pelos seus dirigentes, enquanto o Partido estiver representado no Governo e o programa deste não for, neste capítulo, alterado.

Mas o documento não é a Reforma Agrária. Esta ainda não existe.

Há sim, uma lei de expropriação, de que discordamos, e um sudário de abusos, violências e degradações cometidos à sombra de tal lei.

É isso que a política defendida no documento vai tentar corrigir. Mas para o conseguir - se conseguir, pois basta pensar no milhão de hectares de terras ocupadas quando só 300 000 hectares deviam ter sido expropriados - terá de mexer em

muitos organismos, desde os Centros de Reforma Agrária e dos Grémios de Lavoura às herdades colectivas, algumas das quais abrangem 20 000 hectares.

A Reforma Agrária é, segundo a Constituição, da competência da Assembleia Legislativa, e "tem de ser feita com audiência e participação das organizações de classe dos agricultores." Quando estes reclamam tudo isso têm inteira razão. A nossa posição sempre foi essa.

O PPD reserva-se o direito de pugnar pela aplicação das medidas propostas no seu Programa, aprovado no I Congresso Nacional e considera que a reserva do partido lhe permite exercer em relação ao próprio Governo que integra uma crítica construtiva, contribuindo para o esclarecimento da opinião pública. O contrário seria apatia seguidista e conformismo atávico, o que não está de acordo com uma metodologia que se pretenda permanentemente inovadora e criativa.

Importa que fique bem claro que, no capítulo da Reforma Agrária como noutros, existem diferenças entre o PC, o PS, o CDS e o PPD e que, portanto, os projectos de uns se distinguem, em pontos essenciais, dos outros.

Distinguimo-nos do PCP porque não pretendemos a estatização burocratizante de todas as propriedades agrícolas e sua administração pelos burocratas de um patrão omnipresente ou de um partido único.

Diferenciamo-nos do PS porque não confundimos socialização com a colectivização integral, pelo que reconhecemos um papel revelante aos pequenos e médios proprietários agrícolas, individualizados ou associados na defesa dos seus interesses.

Divergimos do CDS porque pugnamos pela edificação de ma sociedade em que a economia esteja ao serviço dos mais fracos e desprotegidos e não pretendemos enveredar pelos caminhos de urna política predestinada a beneficiar os que se limitam a viver à custa da riqueza acumulada, dos que se vêem forçados a vender a sua força de trabalho ao grande latifundiário absentista e insensível às realidades dos tempos de hoje, como de ontem e de amanhã.

É, portanto, em paz e com realismo que pretendemos caminhar para a democracia e para o socialismo. E a essa caminhada são prejudiciais os desentendimentos entre partidos, as calúnias e o clima insurreccional, de qualquer sinal, elementos estes que só poderão conduzir a violências, que poderão ir de atentados pessoais à tentação de ver numa escalada repressiva a solução para todos os males e aflições que enfrentamos.

Por isso denunciemos o oportunismo e a demagogia daqueles que nos pretendem dividir e as actuações contra-revolucionárias dos inimigos da democracia. Por isso lançamos um apelo a todos os verdadeiros revolucionários democratas, civis e militares, para procurarem na ponderação e na permanente auscultação da vontade do Povo contribuir para um Portugal renovado, mais justo e mais autenticamente livre e próspero.

## **O PPD E O FUTURO DO PAÍS**

É precisamente porque urge reconstruir o País que a Constituição, Lei fundamental que terá de corresponder a um projecto futuro querido pelos portugueses, deverá ser rapidamente ultimada, prevendo-se os mecanismos indispensáveis à sua eventual revisão e garantindo-se o funcionamento de instituições democráticas e a supremacia do poder civil.

A integração do Pacto no texto da Constituição só poderá ser permitida se o conteúdo da contra-proposta apresentada for radicalmente alterado, não podendo, também, o PPD esconder que diverge em alguns pontos do referido texto constitucional, nomeadamente no capítulo económico, pelo que considera indispensável a médio praso, a revisão de alguns aspectos nele contidos.

Paralelamente, torna-se forçoso encontrar uma resposta para a presente situação económica, quer ao nível dos estrangulamentos estruturais existentes, quer no que respeita à rápida superação dos desequilíbrios conjunturais. A resposta ao desafio que, neste domínio, nos é lançado não é, nem nunca poderá ser, a austeridade em si mesma. A resposta só poderá ser encontrada no efectivo relançamento da economia e numa nova política de rendimento que privilegie os aspectos redistributivos e de participação na gestão relativamente a nacionalizações que tendam para uma estatização o que terá que passar pelo preenchimento dos seguintes Requisitos mínimos:

- garantir a criação das condições indispensáveis ao incremento do investimento - estrangeiro e nacional - nomeadamente através de um Código de Investimentos Estrangeiros adequados às necessidades da economia portuguesa, e incentivar as pequenas e médias unidades de produção, agrícola e industrial, canalizando recursos de acordo com um critério realista e de inspiração progressista;
- elaborar e executar um Plano realista de transição, no qual se insira um esquema de actuações concretas que privilegie o financiamento de sectores sociais básicos - habitação, por exemplo - e o alargamento de infra-estruturas fortemente assimiladoras de mão-de-obra, acompanhado da dinamização de projectos de criação de pólos de desenvolvimento e de expansão dos sectores estratégicos - designadamente, da construção civil, indústria transformadora e turismo;
- estreitar relações com os países do Mercado Comum e da EFTA, tendo em vista encontrar formas de cooperação técnica que possam conduzir, mais tarde, à associação à CEE e à progressiva integração no espaço económico europeu;
- medir, a todo o momento, as consequências das políticas sectoriais adoptadas, designadamente no capítulo da Reforma Agrária - a qual deverá ser revista em diversos aspectos, já que, em boa verdade e no plano dos princípios, todas as políticas de fundo adoptadas exigiam maior tempo de maturação e de reflexão do que efectivamente se verificou;
- criar condições que assegurem uma gestão mais eficaz do sector público, nomeadamente das empresas públicas ou nacionalizadas, o que naturalmente, terá que passar por um redimensionamento de muitas unidades produtivas, pela progressiva incorporação de novas tecnologias e pela própria reconversão da mão-de-obra, em certos sectores.

A nossa proposta - para a recuperação da indústria, para os reajustamentos a introduzir na política seguida, para a revisão do Pacto e consolidação da democracia pluralista - assenta na opção social-democrática. Social-democracia que é e será compatibilização permanente de processos concretos de introdução de progressivas reformas com respeito pela democracia e pela liberdade. Social-democracia que é, também, a cada momento, escolher o caminho mais viável, mais realista e mais justo.

Porque as circunstâncias mudam, muda, também, a posição face a vários problemas, a várias organizações e propostas de coligação. E, assim, perante o Relatório de 25 de Novembro e tendo em conta as conclusões do último Congresso, o Conselho Nacional e restantes órgãos nacionais do partido deverão pronunciar-se sobre a posição a adoptar, no futuro, face ao PCP e restantes inimigos da democracia.

Mas se as posições concretas podem mudar, o essencial mantém-se. E o essencial, para o PPD é a defesa da social-democracia como via realista e equilibrada para o Socialismo. Socialismo que é justiça, liberdade e igualdade. Socialismo que será edificado quando e como o povo quiser e que não se identifica com dogmatismo e com experiências caducas de estatização democratizante.

Poderá levar gerações... Mas, chegará o dia em que a posição do indivíduo na sociedade será determinada pela sua capacidade de trabalho e mérito pessoal e pelas suas necessidades sociais básicas e do agregado em que estiver inserido. Até lá, porém, deixemo-nos de aventureirismos cegos, de radicalismos excessivos, de demagogias e de utopias, inimigos principais dos que pugnam pela democracia pela paz, pela liberdade e pela independência nacional.

J. - Qual a posição do PPD perante as recentes medidas de austeridade decretadas pelo Governo?

S.C. - A política de austeridade parece-nos necessária, mas não suficiente. É não pode, a nosso ver, ser a base de uma política económica. Somos contrários ao maltusianismo porque nos parece que o maltusianismo económico, na nossa situação, só serviria para agravar os nossos problemas. A base tem de ser o relançamento da economia. A austeridade é indispensável para que esse relançamento seja eficaz e produtivo, contribua para diminuir, e acabar se possível, com os problemas de desemprego e permita a criação de riqueza para ser devidamente distribuída. Neste momento a massa salarial iguala praticamente o produto nacional bruto, o que quer dizer que nada fica para investimento. Por outro lado, estamos a consumir cerca de mais de 30% do que aquilo que produzimos. E esta situação é perfeitamente insustentável porque ruínoza. Não se compensa nem dela se sai apenas como uma política de austeridade.

J. - Em que termos se poderá estabelecer, a nível de governo a cooperação com o Partido Comunista?

S.C. - Nós temos uma resolução do nosso Congresso, que, em princípio, entende que, o Partido Popular Democrático não pode cooperar no governo com o P.C.P. Entretanto, diz-se nessa resolução que se razões ponderosas levarem o Partido



Popular Democrático a convencer-se de que a aplicação intransigente da sua posição poderia, nas circunstâncias presentes, comprometer a democracia e o bem do povo, admitíamos a participação transitória no governo com o P.C.P., subordinada ali condições, das quais algumas já estão satisfeitas, mas uma delas refere-se à rápida conclusão dos inquéritos aos acontecimentos do 28 de Setembro, 11 de Março e 25 de Novembro. O problema está pois, já decidido pelo Congresso, e continua em aberto, permitindo ao Conselho Nacional tomar uma decisão, face às circunstâncias, entre as quais avulta a responsabilidade do Partido Comunista Português no 25 de Novembro.

O Secretariado limitar-se-á a chamar a atenção do Conselho para a gravidade da situação. Por um lado, é para nós evidente que o Partido Comunista Português, um partido não democrático, não pode dar ao VI Governo Provisório e à Revolução democrática de 25 de Abril um apoio útil e efectivo; por outro lado, temos de ter em conta a gravidade que seria neste momento poder surgir uma nova crise governamental.

Quanto à pergunta sobre o prazo em que essa participação se encara, é evidente que ela se põe apenas até às próximas eleições, a realizar até 25 de Abril. Ao contrário do Partido Socialista, não estamos, de maneira nenhuma, ligados ou empenhados na estratégia europeia de união de esquerda, e também ao contrário do Partido Socialista, nunca pensámos nem admitimos a possibilidade de um programa comum com o Partido Comunista Português.

J. - Como vê a recente paralização do comércio retalhista?

S.C. - A paralisação de 2 horas, com impedimento ao trabalho? Parece-nos que é uma forma de luta contra o VI Governo Provisório. Com todas as consequências nocivas para a economia do País, é evidente. Nós estamos no VI Governo Provisório, não podemos concordar com essas formas de luta contra o mesmo governo.

J. - O Partido Popular Democrático vai apoiar, nas eleições para Presidente da República, o almirante Pinheiro de Azevedo?

S.C. - O Partido Popular Democrático ainda não se debruçou sobre a pessoa do futuro candidato à Presidência da República. Defende a eleição directa do Presidente da República, mas não basta a eleição do Chefe de Estado: é preciso que ele tenha reais poderes, o que não acontece na contra-proposta do Conselho da Revolução.

J. - O PPD opta por um novo regime de presidencialismo mitigado, ou por um sistema parlamentar mitigado?

S.C. - As fronteiras entre o regime presidencialista mitigado e o regime parlamentar mitigado são bastante flutuantes. Nós defendemos que o Primeiro-Ministro deve ser escolhido pelo Presidente da República segundo o resultado das eleições, ou seja, portanto entre o partido mais votado, e que deve ser responsável perante o Parlamento. No nosso entender, a responsabilidade perante o Parlamento implica a aprovação do programa de governo, e remodelação governamental, se houver 2 moções de desconfiança votados em prazo curto; mas elas não porão

em causa a figura do 1.º Ministro, apenas a composição do governo. É portanto, muito mais um regime parlamentar mitigado do que um regime presidencialista mitigado.

J. - Quais as funções principais que propõem para o Presidente da República?

S.C. - As funções de chefe supremo das Forças Armadas como é evidente e Presidente do Conselho da República. Posso, até' enumerá-las, de acordo com o texto da nossa proposta: - Escolher o 1.º Ministro; nomear e exonerar os membros do governo, de acordo com as propostas do 1.º Ministro; dissolver o Parlamento, mediante o parecer favorável do Conselho da República, marcando a data para novas eleições, a realizar no prazo máximo de 90 dias; promulgar e fazer publicar as leis e resoluções do Parlamento e os decretos-leis do governo e do Conselho da República; marcar, ouvido o Conselho da República, a data das eleições gerais e locais.

J. - Qual o interesse que o Partido Democrático tem em se manter no Governo com um partido que considera anti-democrático, sobretudo tratando-se de um governo que, em face em fase das medidas de austeridade que terá de adoptar, se torna impopular?

S.C. - Se pensássemos apenas no interesse do nosso partido seríamos levados a não participar neste governo, mas como pomos sistematicamente os interesses nacionais e da defesa da democracia acima dos interesses do partido, ao aceitar participar e manter-nos neste governo, assumimos a responsabilidade que temos como segundo maior partido eleitoral português. A luta contra os governos gonçalvistas e contra o predomínio do Partido Comunista foi longa e dura. Mal seria se nós nos empenhássemos a fundo nessa luta arriscando tudo e arriscando os outros, não corréssemos depois os riscos de uma participação neste Governo para corresponder às responsabilidades assumidas na luta pela democracia. E isso que estamos a fazer.

A nossa ideia ao dizer isso é a de lutar contra quaisquer tentativas de retorno a regimes ditatoriais, sejam os gonçalvistas portanto, de sinal comunista, sejam regimes de direita não democrática, porque essa como dissemos adiante, pode ser uma tentação. Face à degradação política, à degradação económica e política, à degradação social surge ou pode surgir a tentação de resolver todos esses problemas renunciando à democracia, e é contra isso que lutaremos. E quando falamos nisso a propósito da campanha feita contra o nosso partido temos consciência de que o descrédito do nosso partido ou de qualquer partido democrático, serve apenas a causa dos que são contra a democracia, porque trabalhar para o descrédito dos partidos é trabalhar para o descrédito da democracia, já que não há democracia sem partidos.

J. - Qual a importância e o significado que o PPD dá à Reforma Agrária?

S.C. - Nós assentámos a nossa política nesse campo numa Reforma Agrária. Fomos o primeiro partido a propô-la em Julho de 1974. Reforma Agrária que supõe entre outras coisas, a reestruturação da agricultura, a organização de cooperativas, a reestruturação de créditos, a reestruturação fundiária com predomínio para

as explorações familiares, para os produtores autónomos, com vista a obter um real e racional rendimento da terra.

Quanto à política de preços e subsídios entendemos que o que se está a praticar não é uma política de subsídios aos agricultores, é uma política de subsídios aos consumidores e aos consumidores sobretudo das áreas urbanas que são privilegiados em relação aos restantes consumidores do país. Parece-nos que aos agricultores o que interessa fundamentalmente, é uma garantia de preços antes de fazerem os seus programas de produção e isso permitirá dar uma estabilidade à vida da agricultura, pois que o lavrador quando vai semear batata, trigo, ou milho ou qualquer coisa, sabe já o preço de garantia com o qual poderá contar para escoar a produção. Tudo isto supõe a organização de circuitos de comercialização adequados para evitar a especulação dos que se servem da necessidade dos agricultores para comprar a preços baratos vendendo depois a preços muitíssimo mais altos e especulativos e supõe uma política de verdade de preços, que não tem sido praticada entre nós. Política de verdade de preços, que não abrange só os preços da agricultura, mas muitos outros produtos. Hoje por exemplo, estamos a pagar caro consequências de um contrato de compra de açúcar feito a Cuba, por um período de três a quatro anos com um preço muito alto que logo a seguir caiu quase para metade.

J. - Acha que o movimento dos agricultores tem raízes reaccionárias?

S.C. - Acho que não. O facto de os agricultores terem razão no essencial das suas reivindicações (grande parte das suas reivindicações estão já consignadas na parte aprovada da Constituição, ou seja, reforma agrária deliberada pela Assembleia Legislativa e com a participação dos pequenos e médios agricultores organizados em classe) não quer dizer que percam essa razão por serem apoiados por quaisquer forças que tenham intuítos diferentes. Esse é um ponto que os próprios agricultores terão de resolver tomando consciência da delicadeza dos problemas, mas não seremos nós com um espírito de Pôncio Pilatos que, pelo facto de poder haver uma ligeira infecção no apoio que é dado às justas reivindicações dos agricultores, nos retiraremos para não nos comprometermos; isso não é a nosso ver fazer política séria. Se têm razão devem ser apoiados na medida da razão que têm e quanto aos pontos em que efectivamente têm fundamento as suas reivindicações. E devem eles próprios e outras forças políticas também se há qualquer instrumentalização e ainda não está provado sequer que haja, quanto a isso há apenas afirmações genéricas e demagógicas, que visam mais atingir o nosso partido e os partidos que se levantam contra uma reforma agrária, que de reforma agrária só tem o nome. Se isso acontecer, então caberá denunciá-lo, apontando factos concretos, mas sem fazer afirmações genéricas e demagógicas, que no fundo pretendem apenas significar ou concluir que o Partido Popular Democrático apoiando os agricultores nas suas justas reivindicações, seria um partido de direita. Esse estilo de actuações que já foi usado até por pessoas responsáveis e por dirigentes do Partido Socialista é extremamente condenável e é uma injustiça feita quer às reivindicações dos agricultores, quer aos partidos que com fundamento e dizendo porquê, apoiam essas reivindicações.

Nós vemos por exemplo dito ainda ontem ou anteontem, que a questão dos 300 000 hectares e de um milhão de hectares não é bem como tem sido exposta, porque afinal os 300 000 hectares não eram apenas aqueles que deveriam ser expropriados mas aqueles que até agora foram expropriados segundo a lei. Ora não é assim, porque o que se diz no célebre documento sobre a política é concretamente isto: O Decreto-Lei 406-A/75, impropriamente designado por Reforma Agrária, longe de ter servido para disciplinar e orientar as expropriações que deveriam constituir o ponto de partida da Reforma Agrária, tem servido apenas para a legalização de situações de facto; é assim que enquanto se estima em cerca de um milhão de hectares a área actualmente ocupada, a área objecto de expropriação nos termos da Lei, não excede os 300 000 hectares.

J. - Pode dizer-se que está superada a cisão havida no Partido quando do último Congresso?

S.C. - Eu penso em primeiro lugar, que depois do Congresso de Aveiro, não houve qualquer cisão. Houve saída do partido de algumas pessoas, mas cisão implica divisão dentro do partido, ao nível ideológico ou a nível representativo de quantidade de militantes, ou de implantação territorial. E nenhuma dessas condições se verificou com a saída de algumas dezenas de pessoas depois do Congresso de Aveiro.

Como disse logo a seguir, e hoje posso confirmar, com muito mais elementos o número de dissidentes foi largamente superado pelo número de novas adesões em todo o território nacional.

O Partido manteve-se em território nacional, com a mesma coesão que tinha. Não nos sucedeu o mesmo que aconteceu ao Partido Socialista em Viana do Castelo que tem duas sedes do mesmo partido. Felizmente não nos sucede nem nunca sucedeu isso.

Por outro lado a nível ideológico, também não houve qualquer cisão. Os dissidentes nunca constituíram uma ala esquerda nem tinham qualquer homogeneidade doutrinal entre si. Eram pessoas com posições políticas variáveis dentro do programa do partido, indo de posições mais conservadoras na leitura e aplicação desse programa, até posições um pouco mais progressivas. Mas nunca constituíram uma ala esquerda portanto não houve aí qualquer divisão ideológica. O partido não saiu enfraquecido depois dessas dissidências, e manteve-se do ponto de vista ideológico e político com toda a sua coesão e com toda a sua força. Continuou a ser como dantes, um partido autenticamente social-democrata, tanto pela sua doutrina, como pela sua base social de apoio, e um partido que é de facto o único partido social-democrata português empenhado na construção de um socialismo democrático e humanista sem subordinação a princípios marxistas colectivistas, integrado também na linha moderna do socialismo democrático europeu, que põe mais o acento na libertação da pessoa, do que na realização de quaisquer esquemas ideológicos, ou doutrinários. Libertação da pessoa que se procura realizar, através não apenas de uma democracia política, que podia conduzir a situações liberalizantes, mas também de uma democracia económica, social e cultural.

J. - Qual é a posição do Partido Popular Democrático relativamente ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do VI Governo Provisório, que afirmava, recentemente, que o governo português iria, provavelmente, reconhecer o governo do M.P.L.A. em Angola?

S.C. - Eu diria que o problema não é tanto a posição do PPD relativamente ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas efectivamente a questão da posição do partido relativamente ao reconhecimento do governo do MPLA.

Na realidade o Ministro falou no seu nome pessoal e não comprometeu o governo português. Quando o Ministro declarou na ONU que o governo português seguiria no caso do reconhecimento do governo de Angola, os princípios internacionais e também os princípios acordados em Alvor nessa altura falava em nome do governo português. A nossa posição foi sempre muito clara, nós pensamos que nenhum dos movimentos reúne as condições necessárias para ser reconhecido internacionalmente como governo.

Depois, antes, mas principalmente após o 11 de Novembro, o governo decidiu não reconhecer o governo de Luanda, como um governo angolano. Creio que esta posição foi a posição correcta mesmo neste momento. O MPLA não reúne as condições que o Direito Internacional fixa para o seu reconhecimento como governo. Neste momento cremos que cobre apenas cerca de 40% do território angolano.

A um governo que não cobre todo o território, nem controla todas as populações de Angola, falta-lhe o cumprimento do princípio da efectividade de governo. Existe um território, existe um povo mas não existe um movimento que corresponda em princípio à efectividade de governo. É por isso mesmo que não pensamos que o reconhecimento da independência de Angola é tudo quanto a Comunidade Internacional pode fazer neste momento.

Não estávamos de acordo com o Ministro, quando ele diz que as forças políticas portuguesas apoiam o MPLA. As únicas forças que em Portugal apoiam o MPLA e reivindicam para este movimento o reconhecimento do governo é o Partido Comunista Português e os seus satélites.

Por um lado não pensamos que sejam forças verdadeiramente progressistas. Por outro lado pensamos que uma tal atitude nos inseria muito mais na estratégia da União Soviética do que nos interesses do povo de Angola. Em princípio o reconhecimento do governo do MPLA por parte do Governo português seria muito grave para o equilíbrio internacional, sobretudo quando mesmo na O.U.A. os governos africanos não conseguiram chegar a acordo sobre a questão do reconhecimento do governo do M.P.L.A.

P. - O que pensa da prisão de O te Io Saraiva de Carvalho e de outros implicados no 25 de Novembro?

S.C. - Quanto à prisão do major Otelo de Carvalho, parece-me a consequência necessária das graves responsabilidades que lhe são imputadas no relatório preliminar do 25 de Novembro. Quanto à realização de outras prisões pois o relatório,

como relatório preliminar que é, deixa entender que há outros responsáveis, civis e militares, e na sequência das averiguações é natural que sejam detidos.

Mas entendo que não pode haver um esclarecimento total do 25 de Novembro com a averiguação de todos os verdadeiros responsáveis sem que seja plenamente esclarecido o que foi o 11 de Março. E quem foi o responsável pelo 11 de Março.

### **1.13. DEMOCRACIA JÁ! - Os Golpes e o Pacto - 4/2/1976**

As negociações para o estabelecimento da nova plataforma constitucional Partidos/MFA, apesar da lamentável demora com que correm, estão a abrir perspectivas de consolidação da democracia portuguesa.

As Forças Armadas, que derrubaram o anterior regime, salvaram, em 25 de Novembro, a Revolução Democrática, com o apoio do Povo e dos grandes partidos políticos democráticos.

Desde o golpe-contragolpe de 11 de Março a Revolução Democrática vinha sendo posta intensamente em risco. As forças acti-democráticas e pretensamente de esquerda que foram derrotadas com a queda de Vasco Gonçalves não desistiram. O 25 de Novembro é a sua tentativa de golpe para recuperação do domínio minoritário, que, através da instrumentalização das Forças Armadas, ou melhor do MFA, haviam conseguido em 11 de Março.

Para os golpistas de 25 de Novembro, entre os quais, como no relatório preliminar se aponta, estavam civis, membros de partidos políticos, tratava-se de recuperar o 11 de Março, como golpe que foi da esquerda anti-democrática.

Para as Forças Armadas triunfantes, tratou-se de salvar a Revolução Democrática de 25 de Abril.

Essa era a alternativa: 25 de Abril de 1974 ou 11 de Março de 1975; Democracia ou ditadura do proletariado.

É por isso que o 25 de Novembro só será plenamente esclarecido quando for feita luz sobre o 11 de Março. A origem dos dois golpes parece a mesma, o mesmo objectivo antidemocrático, idêntica a instrumentalização das Forças Armadas, subjacente a ambos os golpes. O desfecho é que foi, felizmente, fundamentalmente diferente.

Perguntar-se-á o que tem isto a ver com o Pacto. Na realidade tem tudo.

A ideia de associar os partidos políticos e as Forças Armadas num projecto comum sobre os princípios constitucionais, referentes à organização do poder político, vinha desde antes do 11 de Março.

Em si, a ideia está correcta e também o estará na sua concretização, se esta se conformar com os princípios democráticos e com o Programa do MFA.

Partidos e Forças Armadas devem colaborar estreitamente na consolidação da Democracia Portuguesa, a fim de evitar que ela se perca sob a investida de forças antidemocráticas, a fim de garantir que a vontade do Povo seja respeitada.

As F.A. porque fizeram a Revolução, e têm como missão específica garantir a soberania e a independência nacionais.

Os partidos políticos porque, sendo essenciais à Democracia, por ela têm de responder perante o Povo, que neles vota.

Mas o Pacto de Abril de 1975, não correspondeu a essa ideia democrática, que não concretizou nem serviu.

Ele só foi possível mercê do 11 de Março. Foi um "acordo", se não claramente imposto, pelo menos apresentado aos partidos como indispensável para que houvesse eleições.

Foi um Pacto MFA/Partidos, em que estes se vergaram a acditar o poder político daquele, ou seja um regime que era de verdadeira ditadura militar, por um período de 3 a 5 anos.

E assim as eleições foram esvaziadas de conteúdo.

Mantiveram significado e alcance pelo modo como decorreram e porque permitiram, pela primeira vez em quase 50 anos, que o Povo expressasse a sua vontade e que as forças políticas definissem o seu peso e valor segundo o sufrágio.

Mas o esquema foi claro: golpe-contragolpe, Pacto, eleições.

Assim se constitui um poder militar, que foi durante meses o poder de um partido, que instrumentalizou as Forças Armadas, levando o País à quase ditadura comunista.

O 25 de Novembro abriu perspectivas sólidas para que isso não seja mais possível. Ele tem de marcar o fim do golpismo, do vanguardismo "pactista" e de todas as aventuras.

Até então vivemos no ambiente do golpe-contragolpe e sempre sob a sua ameaça.

Desde Spínola a Otelo, é a tentação de buscar pelas armas uma solução política que atrai os revolucionários. Daí os ataques e o descrédito lançados sobre os partidos políticos; daí as maiorias silenciosas, as armas roubadas ou distribuídas, as armas "em boas mãos" e os "cavalos de poder".

O MFA constitui-se em poder. E, para além de ser instrumentalizado, mas também por isso mesmo, ameaçava sempre impor-se. menos ameaçava, e cumpria, a facção que o dominava. Impor-se aos partidos, mas no fundo, essencialmente, impor-se ao próprio Povo: impor-lhe soluções que ele não escolhera.

Quem se não lembra de tantas declarações de responsáveis militares, afirmando que fariam tantas revoluções quantas as necessárias para salvar (veja-se impor) o socialismo?

### **O QUE FOI E O QUE DEVE SER O PACTO**

Como poder, o MFA impôs-se aos partidos, e sobretudo ao povo, na plataforma de Abril de 1975. E continuou a impor-se, mesmo contra a Plataforma, no Plano de Acção Política, no triunvirato, no Documento sobre a Aliança Povo-MFA e nas muitas e profundas interferências na vida dos cidadãos, das empresas e das Instituições no campo económico, até ao desrespeito pelos tribunais. O MFA desvirtuado ia-se tornando uma polícia omnipresente, ao serviço de um sectarismo.

O novo Pacto tem de impedir que isto volte a acontecer.

Felizmente ficou patente que as Forças Armadas portuguesas se não identificavam com uma minoria que se apropriou do MFA, pondo-o ao serviço dum projecto político partidário e até de um partido.

Os maiores responsáveis militares deixam hoje claro, e é esse o sentido fundamental da Lei Constitucional sobre as F.A., que:

- As F.A. são uma força ao serviço do Povo, a quem servem exclusivamente, e não um poder que ao mesmo Povo se queira impor;

- As divergências políticas resolvem-se por meios democráticos, e não por golpes, sem interferência das F.A.

O pacto anterior está felizmente ultrapassado e caduco; e com ele todos os documentos e atitudes de imposição de um certo MFA:

E indispensável que o novo Pacto consagre definitivamente a Revolução Democrática do 25 de Abril.

Para isso é necessário e indispensável que seja um Pacto Partidos/MFA e não, como o anterior MFA/Partidos.

Quero com isto significar que tem de ser um Pacto de cooperação democrática e não de imposição militar.

De cooperação entre os partidos, que representam o Povo e são, ou querem ser, o poder político democrático e as Forças Armadas, que servem o Povo e são sua força, única, armada, não o representando como poder político, que não são, nem querem ser.

Essa cooperação tem de ser democrática, visando a defesa da vontade do Povo expressa pelo sufrágio e o pleno respeito pelos direitos e liberdades das pessoas.

Assim, e tal como foi decidido no nosso Conselho Nacional, o Pacto não pode admitir a intervenção, em matéria das competências próprias do Governo, do Parlamento, dos Tribunais ou a Administração Civil, de qualquer poder não legitimado pelo sufrágio.

O nosso Partido tem dado um grande contributo para que a Democracia seja consolidada no novo Pacto e não diminuída e adiada como no anterior. Os processos verificados na primeira sessão das negociações demonstram bem quanto o nosso



Partido está contribuindo para que Portugal seja, quanto ao seu regime político, posto ao nível das democracias europeias.

### **TERRORISMO E ELEIÇÕES**

Mas o caminho a percorrer é ainda árduo e longo.

Vemos ainda militares com responsabilidades afirmarem publicamente que, se necessário, se farão "novos" 25 de Abril assim ressuscitando a trágica estratégia do golpe-contragolpe.

Vemos alastrar um terrorismo político dificilmente explicável nos seus objectivos, senão como integrado numa tática de forças anti-democráticas, de esquerda e de direita, que podem unir-se a fim de suscitar um regime ditatorial, que justifique a passagem à clandestinidade de partidos minoritários, que sabem não ter qualquer futuro em democracia. Demais, o condenável e misterioso terrorismo político, que há que esclarecer quanto antes nas suas origens e reprimir severamente na pessoa dos seus responsáveis directos e indirectos, pode bem ser pretexto para nova e mais violenta vaga de acções criminosas, que poderão, dentro em pouco, ir até aos atentados pessoais.

Há que pôr imediatamente cobro a essas actuações terroristas, que a inconsciência e a má fé de alguns prepararam, com suas milícias armadas, seu exército popular e sua irresponsabilidade demagógica.

Mas, também aí, é necessário um esclarecimento pleno e rápido dos golpes e contragolpes anteriores, os quais estão na raiz do mal.

Vemos, por último, o Povo farto de demagogia e descrente de política. Também aí partidos e Forças Armadas são chamados a cooperar, dando em primeiro lugar exemplo de civismo, de apego à Liberdade e de fé na Democracia, em correspondência com os próprios exemplos dados pelo magnífico Povo que somos.

Todos, F.A. e Partidos, temos de saber merecer o respeito e a credibilidade do Povo, sem o que este passará a acreditar em pessoas apenas e a esperar salvadores. E daí à direita o passo é único e pequeno.

É também indispensável que, assegurada, no mesmo Pacto, a Democracia; garantida, pelas Forças Armadas e partidos, a seriedade dos propósitos e das acções concretas; o Povo vote.

Esse voto maciço é essencial, a traduzir, como nas eleições do ano passado, a presença, o civismo e a fé dos Portugueses na escolha e no regime democráticos.

Todos temos de estar convictos, comunicando, se necessário, essa convicção aos outros, de que o voto nas próximas eleições é decisivo para o nosso futuro.

É nas eleições que se decidirá, por muitos anos, o nosso caminho, o País que seremos.

Os seus resultados serão fundamentais para a escolha das soluções dos problemas reais que aflitivamente vamos vivendo.

Não votar é demitir-se, é entregar o seu destino aos outros, é alienar-se.

O voto não é simples arma de que o detentor se serve se quiser.

O voto é, nesta Revolução Democrática que tem hoje possibilidades reais de se transformar em Democracia efectiva, num dever fundamental de todos nós, Portugueses.

Por isso lutamos por um novo Pacto Democrático, com vista à Democracia Portuguesa, a consagrar por todos os Portugueses nas próximas eleições.

## **1.14. DEMOCRACIA JÁ! - Eleições Legislativas e Eleições Presidenciais - 9/2/1976**

Está ainda em aberto a questão de saber se a eleição do Presidente da República deve preceder, ser simultânea ou suceder às eleições legislativas.

Agora que as perspectivas de termos rapidamente um Pacto Constitucional Partidos/MFA de carácter democrático são francamente boas e que as eleições se aproximam, urge definir a sequência das eleições nacionais.

No nosso último Conselho Nacional foi decidido dar prioridade às eleições legislativas porque um Parlamento é essencial à existência de uma democracia autêntica.

Só as eleições legislativas permitirão a formação de um Governo não provisório, o qual é um dos requisitos da estabilidade política essencial à democracia portuguesa, sem a qual os enormes problemas que vivemos serão insusceptíveis de resolução.

Se houver que optar daremos portanto prioridade às eleições legislativas.

Mas a opção não se põe necessariamente.

É tecnicamente possível realizar simultaneamente as eleições legislativas e presidenciais.

E é conveniente que elas sejam simultâneas, para garantia da democracia e da estabilidade político-social.

O Governo a constituir após as eleições tem a ver com os dois órgãos nacionais de soberania a eleger: Presidente da República e Parlamento.

Pelo primeiro será escolhido o Primeiro-Ministro e, sob a proposta deste nomeados os outros membros do Governo.

A formação do Governo depende portanto do Presidente da República, desde o respeito do resultado das eleições, na escolha do Primeiro-Ministro até às questões das coligações no acolhimento ou recusa da proposta do Primeiro-Ministro indigitado quanto ao preenchimento dos outros cargos do Governo.

Se o Presidente da República entendesse por exemplo que o futuro Governo devia incluir o PCP, ou assentar numa aliança PS/PCP, poderia não aceitar um Governo

formado em outros moldes. Nesse caso, admitindo que o Primeiro-Ministro indigitado tivesse sido escolhido de entre os membros do partido mais votado, os poderes do Presidente da República permitir-lhe-iam dificultar, até impedir, a constituição do Governo.

Então, ou o partido mais votado se curvava perante a vontade do Presidente, ou desistiria de formar Governo, e o Presidente encarregaria outro partido de o fazer, conforme a sua vontade.

Depois de constituído, o Governo é ainda responsável politicamente perante o Presidente; e deverá ser responsável perante a Assembleia Legislativa, quanto a nós nos termos constantes da proposta de novo Pacto que apresentamos e que foi publicada no nosso jornal.

Para a estabilidade de Governo não basta, pois, haver eleições para a Assembleia Legislativa ou Parlamento. As eleições presidenciais são também essenciais.

Este é o ponto político a considerar na opção pela simultaneidade das eleições ou pela marcação posterior da eleição presidencial.

A ser depois da eleição parlamentar, a presidencial só poderia ter lugar meses depois, por razões evidentes: apresentação de candidaturas, campanha eleitoral, preparação da votação.

Teríamos pois um período durante o qual o Presidente da República sem legitimidade democrática, porque não eleito, teria poderes decisivos na formação de um Governo que se quer democraticamente constituído e estável, o qual será responsável perante um Parlamento democrático.

Daí adviria que durante os meses posteriores às eleições parlamentares se viveria ainda em condições de relativa instabilidade e de democracia incompleta.

O que, sendo em si próprio um mal, o é também pelas consequências que implica: dificuldade, ou impossibilidade, de constituição de Governo de harmonia com o resultado eleitoral, adiamento de definição de uma política e mesmo da solução dos problemas nacionais.

Basta pensar que na hipótese de as duas eleições não serem simultâneas o Governo duraria apenas até à eleição presidencial. Ao novo Presidente da República competiria confirmar ou não o Primeiro-Ministro e o próprio Governo. Voltaríamos ao princípio.

Dir-se-á que, independentemente deste aspecto, que não é dos menos relevantes, sempre o Presidente da República terá poderes fundamentais na constituição do Governo e que poderão surgir sempre todos ou alguns dos problemas enunciados, o que é verdade.

Isto é normal em democracia, desde que o Presidente da República tenha legitimidade democrática. Será então representante do Povo, e este, ao escolhê-lo, deu-lhe poderes quanto à própria formação do Governo, o que não acontece com um Presidente não eleito - mas escolhido nos órgãos revolucionários provisórios.

Mais do que isso. Ao votar nas eleições parlamentares o Povo terá de optar também entre um partido e os demais em termos do Governo, o que na realidade poderá não ter conteúdo real dada a dependência em que a formação do Governo está relativamente ao presidente da República.

Para que a democracia seja plena e a escolha eleitoral seja real é necessário que as eleições parlamentares e presidenciais sejam simultâneas.

As vantagens da simultaneidade superam os inconvenientes, sempre menores, da coincidência das duas campanhas.

Quanto às eleições locais elas não têm necessariamente de ter lugar ao mesmo tempo em todo o território nacional. São também urgentes, mas podem ser feitas por fases e por regiões, quanto antes.

### **COLIGAÇÕES GOVERNAMENTAIS**

A questão das coligações no Governo não Provisório está indissociavelmente ligadas às eleições, como se viu.

É evidente que essa questão só se colocará concretamente após as eleições e de harmonia com os seus resultados.

Mas isso não afasta a necessidade que os próprios eleitores têm, para fazerem uma escolha consciente, de saber, em princípio quem é que está disposto a governar com quem. Por isso mesmo esse problema está desde já a ser ventilado e constituirá um dos temas da campanha eleitoral.

O nosso Partido recusou já qualquer hipótese de coligação governamental com partidos que se tenham revelado ou venham a revelar como antidemocráticos. E, especialmente após o 25 de Novembro e a publicação do Relatório Preliminar, só aceitou permanecer no Governo Provisório com o PCP para não abrir nova crise, com todos os inconvenientes dela derivados.

Coligações com o PCP após as eleições estão, pois, excluídas para nós.

Quanto aos partidos democráticos tudo leva a crer que a coligação governamental, que não eleitoral, será necessária. A fase de estabilização da democracia que se viverá após as eleições e durante alguns anos, provavelmente quatro, bem como a situação dramática a que o País chegou sob o ponto de vista económico, social, financeiro, político e militar, impõem que o Governo disponha duma grande base social de apoio, que um partido apenas muito dificilmente poderá fornecer.

Daí a antevisão da necessidade de um Governo pós eleitoral de coligação, assente no resultado das eleições.

Mas o Governo eficaz e competente de que necessitamos, capaz de resolver problemas e de definir políticas - que não se limite, em suma, a administrar, mas que governe realmente - tem de ter um programa claro, concreto e realista.

A coligação terá também por isso de ser formada pelos partidos susceptíveis de se encontrarem ao nível de um tal programa, que não será ideológico, mas de me-

tas, meios, e prazos concretos, que possibilitem realizações efectivas em todos os campos.

Para nós, haverá de ter uma orientação social-democrata, ou seja de encaminhar concretamente o País para a democracia política, económica, social e cultural que defendemos. Não poderá ser nem capitalista nem colectivista.

Nestas bases o nosso Partido está aberto a um Governo de coligação, que os interesses do País, coincidentes com a democracia, neste momento impõem; não recusamos antecipadamente coligações governamentais, nem fazemos desde já opções, a não ser pela democracia.

O recusar desde já qualquer coligação, pondo o dilema de governar sós ou passar a oposição, poderá ser cómodo e eleitoralmente compensador, mas parece-me simplista e sobretudo irrealista. Isso equivale, no fundo a desencadear antecipadamente dificuldades na constituição de um Governo e comporta até certa dose de pressão ameaçadora, que pode suscitar ideias de autoritarismo.

A recusa antecipada de qualquer coligação, para além de poder considerar-se integrada na filosofia do "orgulhosamente sós" de um antigo Ministro das Finanças do anterior regime, sempre ligada à ideia de partido único messiânico e nacionalista, envolve um falso dilema.

O partido que antecipadamente se recusa governar com quaisquer outros partidos, entende-se o único servidor da democracia e dos interesses do País. Procura criar a impressão que poderá transformar-se em imposição de que a única alternativa é ele ou a ditadura, por isso, procura arrumar os outros partidos à direita ou à esquerda não democráticos, como temos visto.

As consequências de uma atitude destas que revela vocação totalitária podem ser altamente nocivas à causa da democracia. Se, como cremos, no actual contexto nacional a estabilização da democracia aponta para uma coligação governamental, recusá-la desde já em absoluto é dificultar essa estabilização; é, no fundo, abrir antecipadamente uma crise que pode conduzir à ditadura.

Em suma, o nosso partido irá, evidentemente sozinho às eleições; não queremos coligações eleitorais. Mas estamos abertos a um Governo de coligação com outros partidos democráticos, com base nos resultados eleitorais e num programa comum de Governo.

#### **OS CALUNIADORES ACUSADORES**

Um dos traços mais reprováveis da recente actividade política nacional é o uso da injúria e da calúnia como arma política utilizada contra outros partidos e seus dirigentes.

Disso tem sido o nosso Partido especialmente vítima, sobretudo desde o Congresso de Aveiro e das dissidências ocorridas, o que só por si é revelador.

Essa campanha empreendida especialmente pelos dirigentes de um partido desceu até ao insulto - "trafulhas", "Pinochets" - à deturpação do que é o nosso Partido social-democrata - que não é mas sim neo-liberal foi tema de certos contactos

européus - e à difusão das mais soeses falsidades - por exemplo, a de que a nossa viagem a Bona teria sido de refúgio perante o 25 de Novembro, que nem sequer eclodira quando ela se iniciou.

Tudo isso revela, além de desrespeito pelos outros, falta de respeito por si próprio, para não falar já da torpeza de métodos.

Curiosamente, esses ataques coincidem, no tempo e na substância, com outros de igual quilate lançados por alguns ex-PPD.

Quando se atenta em que logo após estes terem ido engrossar o extracto político dos ex qualquer coisa, dirigentes do partido acusador afirmaram que as portas destes estavam abertas aos dissidentes e que muito recentemente quase meteriam pelas portas dentro os ex-PPD, não pode deixar de se verificar que as coincidências são demasiadas.

Será isto sintoma de que os sociais-marxistas esboçam os primeiros passos para, com base nos ex-PPD em movimento, constituírem a sua FUR?

Esperemos bem que certas vocações totalitárias não vão a esse ponto, não por nós, como Partido, que em nada seríamos prejudicados, mas pela Democracia portuguesa.

Vinha isto a propósito dos caluniadores se volverem em acusadores.

Bastou que, com verdade, nos referíssemos a certo exílio voluntário para não responder em processo político, para que a pretexto de combater a calúnia como arma política se viesse à Assembleia Nacional dar... explicações.

Porque foi isso que se fez, sob a capa do elogio próprio e do ataque aos outros; deram-se explicações, fizeram-se justificações.

E com isso se ocupou, alongando-se até o período de antes da ordem do dia da Assembleia Constituinte, o qual devia ser reservado a temas de interesse nacional.

Tudo isto é sintomático.

Quem condena a calúnia que não existiu, usa-a, afinal frequentes vezes contra nós. E quem, sem verdade, ataca os outros, pretende-se "intocável". Mas, quando se sente "tocado", explica-se e justifica-se, pretendendo transformar o toque acusado em acontecimento nacional.

Poderá haver para tanto uma razão circunstancial de ausência de "leader".

Poderá tudo isto ser também mais um sintoma da vocação totalitária do social-marxismo, o que é pior, mas não deixa de ser natural.

Como escreve Sakarov "a nacionalização total de todos os meios de produção, o sistema de partido único e a repressão de convicções honestas, tudo isso tem de ser evitado, ou o totalitarismo prevalecerá".

## 1.15. Entrevista à RTP - 10/2/1976

P. - Dr. Sá Carneiro, gostaria que resumisse as posições a que chegou a Comissão Executiva do Conselho Nacional do PPD, na sua última reunião.

R. - A Comissão Executiva esteve hoje reunida e apoiou inteiramente a decisão do Secretariado Nacional do PPD, que entende ser absolutamente necessário para a consolidação da democracia em Portugal, e para a constituição de um Governo estável, que as eleições presidenciais e para a Assembleia Legislativa sejam simultâneas.

Resumidamente, poderemos dizer que esta decisão se baseia nos seguintes argumentos: o de que seria um regime não-democrático nem estável aquele em que o Governo constituído de harmonia com o resultado das eleições e responsável perante uma Assembleia Legislativa eleita, ficasse dependente na sua constituição e na sua confiança, de um Presidente da República não eleito. Se as eleições não fossem simultâneas teríamos um longo período de vários meses em que haveria um governo, que se quer estável e constituído de harmonia com os resultados das eleições, mas que, no fundo, não poderia ser porque estaria dependente de um Presidente da República não eleito. Mais do que isto, a futura eleição de um Presidente da República implicaria que o Governo seria substituído e o novo Presidente da República teria de escolher um novo Primeiro Ministro que por sua vez teria de formar um novo Governo, visto que, como está previsto, o Presidente da República não designa apenas o Primeiro Ministro, mas tem ainda a última palavra a dizer sobre a proposta que o Primeiro Ministro lhe apresente quanto aos membros do Governo, o que implica até a escolha de coligações.

Assim, para termos um Governo estável, para vivermos em autêntica democracia, é indispensável que, simultaneamente, o Presidente da República e a Assembleia Legislativa sejam eleitos por todo o Povo.

Ao votar num Partido, numa pessoa, o Povo está já a prever o Governo que sairá dessa eleição, e se se fizesse apenas a eleição para a Assembleia Legislativa, dada a circunstância de o Presidente da República ter também um papel fundamental na constituição do Governo, o Povo ao escolher apenas a Assembleia Legislativa, não escolheria, no fundo, o governo que quer ter e que queremos que seja um Governo com um programa claro e que seja um Governo estável

Foram estas as razões que levaram o Secretariado e a Comissão Executiva a tomar esta posição quanto à simultaneidade das eleições.

P. - O PPD vai bater-se firmemente pela aceitação dessas proposta. Quer isso dizer que vai fazer depender a assinatura do Pacto Constitucional MFA/Partidos, da aceitação dessas propostas pelas estruturas do poder?

R. - Tocou um ponto com muito interesse, visto que toda a estrutura do Pacto que está em negociação entre os Partidos e o MFA, é uma estrutura em que o Presidente da República deve ser eleito democraticamente, e daí a dependência em que está o Pacto da eleição do P.R.. A nossa Comissão Executiva, de harmonia com o comunicado que há pouco foi lido, frisou que se não se optasse pela simul-

taneidade, o problema podia ter repercussões na própria assinatura do Pacto, e que poderia então haver um reexame do assunto pela Comissão Executiva do Conselho Nacional, que esteve hoje reunida.

P. - Há, neste momento, duas possibilidades de candidatos à Presidência da República, uma das quais o Gen. Galvão de Melo, e a outra o Primeiro Ministro, que declarou que se as F.A. não se opusessem ele poderia candidatar-se à Presidência da República. Como é que o PPD encararia a possível candidatura do Alm. Pinheiro de Azevedo à P. da R.?

R. - Neste momento, parece-me haver possibilidades de mais candidatos do que esses dois que mencionou. É problema que não nos preocupa neste momento com a mesma acuidade que tem, para nós, a simultaneidade das eleições, que queremos rapidamente decidida e, então, teremos tempo de pensar qual o candidato a propor. Dada a situação que vivemos, será possivelmente um candidato militar aquele que terá o apoio das F.A. e dos principais partidos e, se for possível encontrar uma figura que reúna os requisitos necessários e que suscite esse apoio, creio que teremos boas perspectivas para o futuro.

P. - O PPD disse não excluir, depois das eleições, alianças com partidos democráticos e disse ainda considerar o CDS um partido democrático. Gostava de saber se considera o CDS um partido conservador?

R. - Para nós, não interessa tanto a opinião que temos dos outros partidos mas sim o seu programa, e a maneira como eles se Apresentam. O CDS é, tanto quanto se vê pelo seu programa e pelas posições que tem tomado, um partido que defende um plano de reformas que não são de estruturas, e por isso não o considero um partido de esquerda.

O problema das coligações para nós põe-se depois das eleições, e por isso não excluimos à partida coligações governamentais a não ser com partidos não-democráticos. O problema põe-se nesta base. Neve haver um consenso que resulte do resultado das eleições que tem de ser respeitado. Que se concretize num programa comum do Governo, programa esse que será aprovado pelo Parlamento. É a este nível de programa-comum do Governo e com base nos resultados eleitorais que, depois das eleições, será estudada a questão das coligações governamentais. O que excluimos são alianças eleitorais. O PPD irá sozinho às eleições.

P. - Sendo essa a ordem cronológica dos factos, o Povo não terá oportunidade de se pronunciar sobre esse programa do Governo...

R. - O Povo, ao escolher um Partido, deverá estar consciente das suas orientações e daquilo que deverá ser o programa de Governo que, para nós, deve ter uma orientação social-democrata. Não pode ser nem capitalista nem colectivista.

Deverá ser um programa de realizações concretas, indicando aquilo que se quer fazer, os meios que se vão usar para o realizar e os prazos de realização. Sem isso continuaremos sem uma base suficientemente concreta para resolver os grandes problemas nacionais. Essa é a grande responsabilidade dos partidos políticos, esse é o sentido verdadeiro da política: o que interessa é trabalhar em termos políticos para resolver os problemas do nosso País, do nosso Povo.



P. - Depois, do "frente a frente" que houve entre o Dr. Mário Soares e o Dr. Álvaro Cunhal, fala-se numa possibilidade de um "frente a frente" entre o Dr. Sá Carneiro e o Dr. Freitas do Amaral. O que é que pode dizer sobre isto?

R. - O que posso dizer é que logo a seguir, ou pouco depois do "frente a frente" entre os Secretários-Gerais do PCP e do PS, eu fiz um desafio ao Dr. Mário Soares e ao Dr. Álvaro Cunhal para irem comigo a um "frente a frente" na televisão. Isto já há meses, sem nunca ter tido uma resposta. Neste sentido fiz mesmo uma proposta à RTP para que organizasse um "frente a frente" entre mim e os outros Secretários-Gerais. Parece-me que a ordem lógica deveria ter sido a ordem eleitoral. "Frente a frente" entre o Secretário-Geral do PS e do PPD, seguindo-se depois, pela ordem eleitoral, novos "frente a frente". Pela minha parte não recuso frente a frente nenhum, e parece-me que dado o desafio que fiz há alguns meses, deveria ter havido uma resposta. Repito que estou pronto a fazer um "frente a frente" com o Dr. Mário Soares, com o Dr. Álvaro Cunhal - Dr. Freitas do Amaral.

## 1.16. Entrevista a "O Jornal" - 13/2/1976

"O Jornal" - O Dr. Sá Carneiro tem acusado outros partidos de, com perigo para o País, estarem já em "campanha eleitoral". E o PPD não está também?

Sá Carneiro - Entendo que não. Entendo que temos respondido aos ataques que nos têm sido feitos, especialmente por parte de dirigentes do Partido Socialista e do C.D.S., mas que não desencadeamos por nossa iniciativa quaisquer ataques. De resto, quanto à campanha eleitoral parece-me que é prejudicial para as próprias eleições uma campanha antecipada e sobretudo demagógica como tem sido.

P. - Referiu que esses ataques têm partido não do Partido Socialista mas sim de dirigentes do P.S. Com essa distinção será que o P.P.D. está a utilizar o mesmo processo que o P.C., distinguindo "bases" e "cúpulas", porventura na intenção de conquistar algumas daquelas "bases"?...

R. - Não, mas, em todo o caso, acho que há uma diferença bastante grande ao nível de comportamento objectivo entre os dirigentes do P.S. e as suas bases. Com as bases, não temos tido qualquer tipo de problemas, alinhámos em muitas manifestações conjuntas, vimos com agrado que participaram em manifestações nossas. Era o tempo das manifestações de apoio ao VI Governo Provisório e ao seu programa. Nunca houve qualquer problema a esse nível. Os ataques têm sido, efectivamente, da parte dos dirigentes do P.S. - e quando falo em dirigentes incluo também os deputados.

Esses ataques, aliás, já vinham de longe, mas, ultimamente têm sido os próprios órgãos nacionais do P.S. a desencadeá-los, tal como o problema dos dissidentes, surgido na sequência do Congresso de Aveiro, com o acolhimento que dirigentes do P.S. logo lhes deram.

P. - Portanto, quer com isso significar a sua convicção de que o P.S. tentou aliciar para as suas fileiras esses dissidentes, ao mesmo tempo que, como eles, pôs em causa o carácter social-democrata do P.P.D.?

R. - É possível. Eu limitei-me a verificar factos, donde tirei ilações. O P.S. parece, realmente, muito inquieto com o espaço social-democrata que o P.P.D. ocupa e, não sendo social-democrata sendo confessadamente marxista, parece não querer deixar o campo social-democrata vago para ninguém.

**CDS: A PRETENSÃO DAS "MÃOS LIMPAS"...**

P. - Segundo alguns observadores, em determinados distritos (nomeadamente Vila Real, Bragança e Guarda) parece existir uma tendência para o C.D.S. conquistar uma boa parte dos votos ao P.P.D. Que nos pode dizer sobre isso?

R. - Eu creio que é, sobretudo, fruto dum certo deslize para a direita, ou dum certo descrédito da democracia progressiva portuguesa que se tem verificado. Simplesmente, confio inteiramente no bom senso do nosso povo, já por demais demonstrado e, quando chegar à altura de escolher estou convencido que escolherá um partido francamente progressista, embora não marxista, como o nosso, ou partidos de esquerda, marxistas, mas democráticos, como o P.S., de preferência a partidos democráticos, mas conservadores, como o C.D.S.

O C.D.S., neste momento de campanha eleitoral antecipada, pretende apresentar-se um partido de mãos limpas. Mãos limpas na descolonização, mãos limpas nos problemas económicos e financeiros, mãos limpas quanto aos vários Governos Provisórios. Isto, dum ponto de vista imediato, pode dar dividendos políticos, mas não acredito que os dê a nível eleitoral. Porque, de facto, o C.D.S. assumiu responsabilidade no processo revolucionário português, designadamente quanto à descolonização, quanto à concentração de poder militar, quanto à unicidade sindical - e isso tudo com o seu tempo será esclarecido.

P. - Um dirigente do P.P.D. falava-nos há dias da hipótese de uma aliança táctica entre o C.D.S. e o P.S. Acha isso possível?

R. - Parece haver pelo menos a nível de dirigentes, e creio que só a nível de dirigentes, um elogio mútuo entre os dirigentes do P.S. e os do C.D.S. Se isso aponta para a aliança táctica não sei. O nosso ponto de vista é que vamos sozinhos às eleições, e depois os problemas de coligação governamental serão decididos em função de resultados eleitorais. Não excluimos coligações, a não ser com o P.C., porque o consideramos antidemocrático, mas entendemos que o problema tem de ser visto em concreto, depois das eleições.

P. - Se o P.P.D. efectivamente obtivesse uma maioria nas eleições e dado que o P.C. obviamente ainda tem poder...

R. - Qual poder?

P. - Um certo poder de mobilização, se quiser!...

R. - Um certo poder de mobilização de massas a nível de Lisboa e de zonas industriais circundantes (estou convencido que cada vez menos) a nível do Alentejo.

Não a nível nacional. O P.C. parece-me mais um partido regional do que um partido nacional.

P. - Então qual seria a atitude do P.P.D. em relação a um P.C. na oposição?

R. - A mesma que em relação a qualquer partido. Se o seu comportamento respeitar as regras democráticas, respeitar as leis e as normas constitucionais, deve ser admitido na sua acção política, se não, deve ser punido pelas infracções concretas que cometeram. Punido apenas pelos tribunais. Sou perfeitamente contrário a quaisquer suspensões ou proibições de partidos pela via administrativa tais como aquelas que foram feitas depois do 25 de Abril.

P. - Dá-me ideia que nas últimas declarações existe um grande optimismo, para não dizer triunfalismo, em relação aos resultados das eleições. Nomeadamente quando afirma, como já afirmou, que o P.S. tem atacado o P.P.D. por estar em pânico com o crescimento do seu partido e com aqueles resultados...

R. - Bom. Quanto a optimismo e triunfalismo, são palavras que eu gostava de ver traduzidas em factos. Onde é que eu fui demasiadamente optimista, onde é que eu fui triunfalista?

### **O PS POSSUÍDO DE PÂNICO**

P. - Por exemplo no seu discurso no comício de 30 de Dezembro e num artigo no "Povo Livre" disse e escreveu exactamente aquilo.

R. - Sim mas eu não considero isso triunfalismo nem optimismo. Parece-me, de facto, corresponder a uma realidade. Não se compreende que um partido responsável e democrático, como é o P.S., desencadearia os ataques que tem desencadeado, a nível pessoal, a nível de insultos e a nível de falsidades, se não estivesse possuído de pânico. É a única explicação. Estou convencido de que se não fosse o pânico, em consciência e com a cabeça fria não o fariam. Falar, por exemplo, em "Pinochets", falar em "trafulhas" não é linguagem política admissível, a não ser que as pessoas tenham perdido a cabeça. E perderam a cabeça porque têm medo.

P. - E acha que têm razão para isso? As suas perspectivas eleitorais são, de facto, nesse sentido?

R. - Creio que o nosso partido tem muito boas perspectivas eleitorais. Creio que a social-democracia corresponde de facto aos anseios profundos do nosso povo. Mas não descanso com qualquer sondagem. Penso que os resultados eleitorais serão consequência da manutenção da coerência, da honestidade que nós temos mantido até aqui, e que manteremos, e do trabalho que fizemos na campanha: não um trabalho demagógico, de enganar as pessoas, fazendo-lhes crer que há muito dinheiro, que não há problemas, que estamos no melhor dos mundos, que os salários poderão continuar a ser aumentados e que todo o mundo nos ajudará, mas antes de propor soluções concretas. Explicar às pessoas o que é a social-democracia qual é o estado real do país e quais são as situações concretas para que apontamos. Se o fizermos - e, para isso, temos de trabalhar arduamente, temos que aplicar todos os nossos recursos humanos, já que os recursos materiais

são muito escassos -, poderemos ter um bom resultado eleitoral. Se descansarmos naquilo que muitos dizem ser a nossa força, o que eu creio que é, efectivamente, a nossa força potencial, então não teremos um bom resultado eleitoral.

**OS "GOLPES": O 11 DE MARÇO E O 25 DE NOVEMBRO**

P. - Por falar em sondagens, eu lembro-lhe que o ano passado, antes das eleições para a Constituinte, as previsões, com base em sondagens, eram geralmente no sentido de o P.P.D. ser o partido com maior percentagem de votantes, e depois tal não se veio a verificar. Não lhe parece que este ano poderá acontecer a mesma coisa?

R. - Todas as sondagens são falíveis, mas, o ano passado, houve um elemento preponderante que foi o 11 de Março, que desequilibrou por completo o tabuleiro político do país. Porque levou muitas pessoas, por oportunismo ou por receio, a escolherem um partido que não era o seu. Isso deu-se, sobretudo, com as camadas burguesas e conservadoras.

P. - Ao falar assim, estará o dr. Sá Carneiro a admitir que esse é o eleitorado potencial do P.P.D.?...

R. - Não, acho que é o eleitorado potencial do C.D.S. Mas, pela deslocação causada pelo 11 de Março, explica em parte a vitória do P.S.

P. - E agora, nestas eleições, não se poderá dar uma coisa semelhante, embora de sinal contrário, em face do 25 de Novembro?

R. - Não. Porque o 25 de Novembro foi a antítese de 11 de Março, foi a contenção da recuperação do 11 de Março e a abertura das perspectivas autenticamente democráticas, com o regresso ao espírito do 25 de Abril. Depois do 25 de Novembro e depois da promulgação da Lei Constitucional sobre as Forças Armadas portuguesas, espero que esteja definitivamente terminado o ciclo infernal da estratégia "golpe - contragolpe", de que se não libertaram muitos, desde Spínola até Otelo Saraiva de Carvalho.

P. - Já agora, vou dar um salto no tempo: depois do 25 de Abril o primeiro "golpe" de que costuma falar é o "golpe" Palma Carlos a que geralmente se associa, quando não se põe como personagem principal, embora "encoberta" o dr. Sá Carneiro...

R. - Mal. Mal por várias razões. Não foi efectivamente uma tentativa de golpe. Foi, quando muito, uma tentativa de contenção de golpe. A crise Palma Carlos veio da interferência constante do M.F.A. no Governo Provisório. Era, já então, a ideia, depois concretizada, de dar poder político ao M.F.A. - e a um certo M.F.A. Na altura, era o M.F.A. da Comissão Coordenadora, toda ela unida e liderada por Vasco Gonçalves, que chegou a assinar uma moção de desconfiança ao Governo, o que é muito significativo. E a proposta Palma Carlos visava, precisamente, restabelecer condições para terminar com essa interferência, nada mais. Houve quatro ministros que apoiaram o pedido de demissão de Palma Carlos; não fui só eu. Houve um outro ministro que disse que apoiava e que depois retirou o seu apoio.

P. - Não se pode saber quem?

R. - Pode. A princípio, os quatro ministros que disseram que se demitiam com o primeiro-ministro foram Magalhães Mota, Firmino Miguel, Vasco Vieira de Almeida e eu. O Raul Rego disse espontaneamente que se demitia. Depois dum pequeno intervalo, considerou, e disse que, afinal, não. Os outros ministros, que, como sabe, não se demitiram, foram demitidos por decreto. E foi aí que, triunfando a estratégia da ocupação do poder político pelo M.F.A. - Comissão Coordenadora, apareceu o II Governo Provisório, que marca o início do ciclo dos governos do M.F.A.

#### **CONTRA A PRESENÇA DOS COMUNISTAS LOGO NO I GOVERNO**

P. - É verdade que o Dr. Sá Carneiro sugeriu ao ex-general Spínola que decretasse o estado de sítio nessa altura?

R. - Pelo contrário nessa altura, nem se punha o problema do estado de sítio. Antes do 28 de Setembro, tive uma longuíssima discussão com o ex-general Spínola, a quem tinha procurado, salvo erro, a propósito da designação dum embaixador, para o que ele me tinha pedido um nome. E, durante horas, batalhei contra a ideia do general Spínola decretar o estado de sítio, como batalhei contra a realização da manifestação da "maioria silenciosa". Em vão, devo dizer. Entendia que, se havia problemas entre o Presidente de República e o Governo, o presidente devia usar as suas prerrogativas legais e substituir o primeiro-ministro. E que o estado de sítio não se justificava a não ser como consequência da manifestação da "maioria silenciosa" da qual eu também discordava.

P. - Há dias com o general Galvão de Melo dizia-nos que criticou o ex-general Spínola, e não sei se também o I Governo, por se ter logo, de certa forma, posto de "costas" em relação à Comissão Coordenadora do M.F.A. E portanto, quando se imporia uma colaboração, efectivamente o que houve logo foram desentendimentos. Que pensa disto?

R. - Eu não acompanhei as relações do ex-general Spínola com a Comissão Coordenadora. O que me parece, pelos contactos que tive com o primeiro-ministro do I Governo Provisório e com a Comissão Coordenadora, é que esta realmente representava uma tentativa de sobrevivência, que seja não justificava, e que procurou encabeçar e dominar o M.F.A. como movimento político. Era já então, embora não confessada, a tese das minorias de vanguarda. Isso creio que foi um mau serviço prestado ao M.F.A. Se não, veja que a C.C. desapareceu praticamente depois da constituição do II Governo o que pode levar a admitir que a sua missão específica fosse ocupar com o poder político do M.F.A. o próprio Governo.

P. - Isso não me parece exacto. Lembro-lhe que a C. C. ainda interveio em alguns momentos decisivos da vida política portuguesa, e pertencia ao Conselho dos Vinte passando portanto a integrar o que era de facto órgão máximo político, tal como mais tarde acontecia com o Conselho da Revolução?

R. - Exacto. A estratégia do domínio do M.F.A., por uma minoria que nunca foi eleita em termos democráticos dentro do próprio M.F.A., levou que a C.C. consti-

tuisse o II Governo Provisório, ocupando o poder político a nível de Governo, depois se diluísse no Conselho dos Vinte, que apareceu como órgão supremo, antes da atribuição, por um período curto, de plenos poderes à Junta de Salvação Nacional. Esse foi em Fevereiro, o primeiro acto preparatório do 11 de Março. Foi o primeiro acto de ditadura militar. Atribuição de poderes à Junta de Salvação Nacional que se sobrepunha aos próprios poderes do Governo, designadamente quanto aos aspectos económicos, sociais e internacionais. Foi depois o que se veio a concretizar no Conselho da Revolução subsequente ao 11 de Março.

Havia outros movimentos dentro do M.F.A. que era um movimento de bases, que era o movimento dos delegados eleitos do Conselho de Armas. Esse movimento explica, e muito, o 11 de Março. Porque todas as eleições levaram "a postos importantes oficiais não afectos à linha da C.C., linha que aliás se veio a quebrar. A meu ver isso explica o 11 de Março, pois para essa data estava prevista uma assembleia do M.F.A., possivelmente com os representantes eleitos do Conselho das Armas e que iria destruir os responsáveis apoiados pela C.C. E com o 11 de Março impediu-se tal assembleia.

P. - Bom, isso não nos parece correcto, embora admitamos a existência de muitos desvios. Mas, para o dr. Sá Carneiro, portanto, o 11 de Março foi preparado fundamentalmente não por aqueles que aparecem como autores, mas pelos que, depois, se aproveitam dele?

R. - Essa é a minha perspectiva. O 11 de Março foi muito mais aquilo que eles chamam o "golpe-contragolpe" da esquerda não democrática, do que o golpe da direita não democrática.

P. - o dr. Sá Carneiro escreveu, algures, que as suas discordâncias em relação a Vasco Gonçalves vinham do dia 28 de Abril de 1974. Porquê esse dia?

R. - Salvo erro, foi o primeiro dia em que tomei contacto com os responsáveis do 25 de Abril. Dia em que conheci o ex-general Spínola, dia em que estive na Cova da Moura. Foi a um sábado, vim a Lisboa a convite da junta de Salvação Nacional e falei longamente com os seus membros e com outros militares. Efectivamente, logo de início, com o então coronel Vasco Gonçalves - que conheci nessa altura como todos os outros (o único que conhecia, de uma visita que fiz a Angola, era o general Costa Gomes) -, tive imediatamente pontos de vista divergentes, designadamente quanto à realização da jornada de 1 de Maio, à participação dos comunistas no Governo e às operações de recenseamento. Mas, tudo isso estava já adquirido, e a minha opinião não teve qualquer influência.

P. - Mas, então, nessa altura discordou também da opinião de Spínola, porque é hoje assente que ele foi uma das pessoas que defendeu, ou pelo menos logo concordou, com a participação dos comunistas no Governo...

R. - Não sei até que ponto. Efectivamente ele apresentava-se como defensor dessa tese, mas o dr. Mário Soares já escreveu que se os comunistas entraram no primeiro Governo Provisório foi porque os socialistas se recusaram a participar sem eles. Eu não estive nos bastidores do 25 de Abril, nunca conspiréi com o Partido Comunista, nem antes, nem depois do 25 de Abril, nunca estive nos contac-

tos preparatórios do 25 de Abril em que estiveram membros do P.C. do P.S. e do M.F.A. Portanto não lhe posso dizer o que foram os bastidores do 25 de Abril. A situação que eu encontrei, nessa minha primeira visita à Cova da Moura, foi aquela.

#### **DISCORDÂNCIAS EM RELAÇÃO AO MFA**

P. - O dr. Sá Carneiro desde o início então que discordou também da participação no processo político, pelo menos directamente, com uma certa preponderância dos homens que fizeram o 25 de Abril?

R. - Sim, acho que eles não deviam dominar o processo político, nem o poder político. Entendi desde início que se devia, imediatamente, antes da constituição do I G.P. recorrer a civis competentes, como entendia que a primeira tarefa do Governo Provisório, tal como ele estava delineado no programa do M.F.A., devia ser uma tarefa não de vanguarda política, mas de transição assegurando a gestão do país para que depois, o mais depressa possível se realizassem eleições e o povo se pronunciasse, sendo a política de fundo definida de harmonia com o resultado das eleições.

P. - Entendia então que as pessoas que derrubaram o fascismo deviam entregar desde logo os poderes a outro, e não intervir... Perguntar-lhe-ia se conhece algum exemplo histórico de uma ditadura derrubada por militares (e talvez não só...) em que tanto, e tão depressa, se tenha respeitado e estabelecido a democracia, com eleições, etc.?

R. - Bem eu não estou a valorar. Estou apenas, como participante no processo, e como português, a dizer o que achava que deveria ser feito. O caso português tem algumas circunstâncias inéditas. Normalmente os militares são os defensores da guerra e os civis querem a paz. Ora, o 25 de Abril foi feito por militares, com a ideia de acabar com a guerra. E foi feito, sem grandes estremecimentos, principalmente pelo Exército, circunstância que está muito esquecida. Mas, se vamos cingir-nos aos exemplos históricos, seria uma mentira ao programa do M.F.A., porque, então, não haveria possibilidades de substituir uma ditadura senão por outra ditadura. O M.F.A. prometeu ao povo - o povo acreditou e nós apostamos nisso -, que teríamos rapidamente uma democracia (e uma democracia supõe a predominância de um governo civil), com o cumprimento do que está no Programa do M.F.A. Hoje, depois do 25 de Novembro, creio que há boas condições para que isso seja cumprido.

P. - Voltando, agora, ao momento eleitoral, como é que o Dr. Sá Carneiro enquadra um partido que após o 25 de Novembro começou a ressurgir na cena política nacional, que é o chamado Partido da Democracia Cristã?

R. - Primeiro, sempre fui contrário a designações partidárias com conotações confessionais e nunca me pronunciei pelas democracias cristãs, antes pelo contrário, pronunciei-me pela social-democracia já em 1971. O P.D.C. foi impedido de concorrer às eleições, por via administrativa, do que discordo: ainda que a decisão estivesse certa, devia ser tomada por um tribunal. Ressurge, hoje, creio que sem grande impacto. Mais uma vez, digo que o bom senso do nosso povo aponta para

soluções democráticas, mas progressivas, e as soluções do P.D.C, parecem-me, sobretudo, conservadoras. Não creio que em termos eleitorais, represente um risco para o P.P.D. visto que nós não somos um partido conservador. Poderá representar-lo para outros partidos conservadores, como o C.D.S. mas não para nós.

#### **O PPD E AS SOCIAIS-DEMOCRACIAS EUROPEIAS**

P. - Voltando à social-democracia. Há uma situação que muita gente designa como espinha atravessada na garganta do próprio dr. Sá Carneiro, que é o facto de o P.P.D. reivindicar a posição de único partido social-democrata português e não ser ele, mas sim o P.S., que internacionalmente, é conhecido como tal...

R. - Espinha na garganta não é. Aliás, nós temos feito progressos nas relações bilaterais com partidos sociais-democratas. Por exemplo, a minha recente visita a Bona. E espero que, em breve, haja outros casos a apontar. Temos de ser realistas: somos um partido novo, um ano mais novo que o P.S. e portanto, temos de prestar, interna e externamente, as nossas provas como partido, e como único partido social-democrata. Já as prestámos nas eleições do ano passado, continuámos a prestá-las depois, e suponho que isso nos tem granjeado cada vez maior aceitação, não só interna como internacionalmente.

Mas há circunstâncias históricas que explicam o peso do P.S. (um partido anti-social-democrata, como eu costumo dizer: social--marxista) junto das sociais-democracias europeias. Partiu isso da presença do Dr. Mário Soares, na Europa, quando decidiu não regressar a Portugal, visto ter aqui um processo pendente por delito político, altura em que alguns de nós, na Assembleia Nacional, trabalhávamos pelas liberdades, direitos das pessoas, etc. O dr. Mário Soares estava no estrangeiro e, com as suas amizades e qualidades, conseguiu uma base de boas relações políticas com as sociais-democracias europeias.

Essa fase correspondeu a uma ideia das sociais-democracias que me parece ultrapassada de acordo com a qual não seria possível aqui pelo que, na defesa da democracia, seria preferível suportar, apoiando-o, um partido socialista-marxista-colectivista. E, assim, o P.S. foi fundado em Bona, em Maio de 73, salvo erro, numa casa da própria fundação social-democrata. Seja como for, os sociais-democratas têm-nos apoiado cada vez mais e penso que a sua posição relativamente ao P.S. e a nós se alterará.

Por outro lado há laços históricos e pessoais que, ainda hoje, têm o seu peso e que são activados a nível de campanhas difamatórias contra o nosso partido, por parte de certos dirigentes do P.S.. O que explica essa situação é isso e o realismo e o pragmatismo dos dirigentes sociais-democratas, que, evidentemente, pelo facto de aparecer um partido que se diz social-democrata não vão logo apoiá-lo. Mas têm-nos apoiado, cada vez mais, a nível de contactos, de recepções aos nossos dirigentes, etc.

Há, ainda, sobretudo uma situação de fundo que se modificou bastante. Hoje, é nítido que as sociais-democracias estão cada vez mais conscientes de que não pode haver uma clivagem entre a Europa do Norte e do Sul. E que esse mito, fomentado pelos partidos comunistas e, na sua esteira, pelos partidos-marxistas, de



que a social-democracia não tem lugar nos países da Europa do Sul, é inacreditável. Eu creio que isso terá grande repercussão, não só na Internacional Socialista, como nas próprias relações interpartidárias. O que se passou na conferência de Paris é já bastante significativo. A linha de clivagem entre as sociais-democracias e os sociais-marxistas, efectivamente, passa pela colaboração, ou não com os partidos comunistas.

P. - Mas poderá o P.P.D. vira ser formalmente reconhecido a nível internacional, como partido social-democrata?

R. - Vamos lá a ver: o que é um reconhecimento formal? Se é eu ir a Bona, ser recebido por Willy Brandt e outros dirigentes do S.P.D., ter longas conversas com eles, receber apoio, testemunhos de estímulo e de compreensão, etc. responderei afirmativamente. Se o reconhecimento formal é a filiação do nosso partido na Internacional Socialista, ele não virá, e não virá porque depende do assentimento do P.S. E o P.S., já disse há muito tempo, nunca o dará.

### **PS E MARXISMO**

P. - Voltando ao início da nossa conversa, o dr. Sá Carneiro tem falado, com muita insistência, nas últimas semanas, no carácter marxista ou social-marxista do P.S. Não será isso, já, campanha eleitoral, no pior sentido, jogando com os preconceitos da parte ainda não esclarecida do povo, que não discorda criticamente (o que era legítimo) mas se assusta com o marxismo, aliás, confundindo-o mal, com o comunismo e tendo deste a visão que durante 48 anos lhe foi unilateralmente dada?

R. - Em política, a actuação tem de se pautar de harmonia com a evolução dos acontecimentos e com as necessidades. O P.S. fez muita gala em ser marxista, numa altura em que os ventos sopravam da esquerda. Hoje, parece não fazer tanta gala disso, e convém recordá-lo, para que os partidos assumam com honestidade as suas posições. Não nos podemos esquecer de que, depois do primeiro Congresso do P.S., onde estava inspiração predominantemente marxista passou a estar inspiração marxista, e onde estava que o partido aceitava os contributos doutras correntes ideológicas, acrescentou-se - desde que não contrárias ao marxismo. Portanto, convém recordar, em termos de honesta concorrência política e não de campanha eleitoral, aquilo que cada partido é, e as próprias posições que assumiram na Assembleia Constituinte. Partido Socialista - Partido Marxista era um "slogan" muito usado e a posição que o dr. Mário Soares encabeçou, depois do 25 de Abril, era a de que não se pode fazer socialismo, em Portugal, sem os comunistas. E isso que me parece oportuno recordar quando vejo certas tentativas a desmarxizar o partido. Ora, a nós não nos aconteceria, por certo, ver um dirigente do nosso partido dizer na televisão que não era social-democrata, quando se ouve um dirigente responsável, e muito responsável, dizer na televisão que não é marxista, quando o P.S. tem um programa marxista-colectivista.

P. - Tem sido dito e escrito por vários dirigentes de outros partidos, ensaístas, comentadores, etc. que o P.P.D. não é social-democrata, mas democrata-cristão,

ou liberal, e que não tem qualquer base de apoio entre os trabalhadores. Que tem a declarar quanto a isto?

R. - Essas críticas não têm qualquer base. Temos o nosso programa, temos a nossa actuação e elas destroem-se por si mesmas.

Quanto ao outro ponto, muito focado ultimamente, nomeadamente pelo secretário-geral do P.S. - a falta da nossa base de apoio trabalhador, que seria incompatível com um partido social-democrata - é totalmente inexacto. Nem vale apenas focar a afirmação do dr. Mário Soares quando, no frente-a-frente com o dr. Álvaro Cunhal, na TV, dizia que o P.C. não era o único partido trabalhador. O P.S. também é um partido trabalhador, o P.P.D. também é um partido trabalhador. Isso foi afirmado, espontaneamente, pelo dr. Mário Soares, e, de facto, corresponde à verdade.

A base social de apoio trabalhador do nosso partido acompanha a nossa curva eleitoral, tal como a do P.S. também acompanhará. Agora, querer ver este país por uma óptica que não corresponde à realidade, como se fosse um país de proletariado industrial, é perfeitamente errado. Como se sabe, os trabalhadores portugueses distribuem-se quase por igual entre os três sectores: o sector agrícola, o sector industrial e o sector de serviços, com predomínio para o sector agrícola. Numa social-democracia, o que é característico é o apoio dos trabalhadores industrializados: e esse apoio é tanto mais significativo quanto mais o País estiver industrializado. As sociais-democracias do Norte da Europa, por exemplo, nasceram com o apoio dos operários da indústria, mas também de agricultores, de pescadores e de pequenos comerciantes, tal como no nosso país. A nossa base social de apoio é tipicamente social-democrata. O nosso programa é um programa social-democrático avançado, em relação, por exemplo, ao programa do S.P.D. alemão - e, portanto, isto afasta qualquer deturpação que se queira fazer no sentido de nos apresentar como partido liberal ou democrata-cristão, o que são puras especulações tendenciosas que não têm qualquer base.

P. - Eu pergunto se a oportunidade e conveniência dessas "recordações" ou "acusações" a que já se referiu várias vezes, não é exactamente uma oportunidade e conveniência em face da aproximação do acto eleitoral, e, por isso, eleitoralismo?

R. - Sempre as fizemos.

P. - Não me lembro, antes do 25 de Novembro...

R. - O problema não é nosso. O problema é que, antes do 25 de Novembro, o P.S. também não o fazia.

P. - Não fazia, o quê?

R. - Não esquecia o seu marxismo, e não pretendia identificar-se com as sociais-democracias do Norte da Europa - antes pelo contrário.

P. - Mas entende que não se pode ser politicamente social-democrata (social-democracia com o meio, não como fim) com uma formação ou inspiração filosófica marxista?

R. - Com certeza que pode, porque o marxismo não é uma doutrina política, é efectivamente, uma concepção de vida que tem inspirado várias doutrinas económicas, políticas e sociais. Portanto pode-se com uma formação marxista, ser social-democrata, o que não quer dizer que em termos políticos de esquerda partidária se não opte por uma social-democracia não marxista. Se eu opto pelo P.P.D. opto por uma social-democracia que se identifica com o socialismo democrático europeu moderno, que, desde o fim dos anos cinquenta, deixou de se encaminhar para partido de classe, quero dizer, deixou de ser marxista e colectivista.

Hoje, os problemas do socialismo estão muito para além da colectivização dos meios de produção, da própria luta de classes. São problemas de libertação do homem, de libertação dos trabalhadores, de aumento do poder dos trabalhadores, de construção de uma sociedade socialista, no sentido da liberdade do homem vivida sem distinção de classes, e não problemas de colectivização de meios de produção. Mas, a nossa óptica, que coincide com a óptica social-democrática, ou de socialismo democrático europeu moderno, é a de que o marxismo não é uma doutrina política e, portanto, não devemos subordinar ideológicas ao marxismo. O P.S. seguiu outra orientação. No caso de uma pessoa com uma formação de base filosófica marxista, ela pode optar, em termos políticos (que é muito diferente de termos filosóficos), ou por um partido marxista colectivista - e, nessa altura, vai para o P.S. -, ou por um partido social-democrata no sentido que eu apontei.

P. - O sentido da minha não era se, por ser social-democrata, o P.P.D. deveria ser marxista. Isso está fora de causa. É se pelo facto de o P.S. se dizer de inspiração marxista não poderia ter, pelo menos, uma ala social-democrata? E se, por outro lado, não será abusivo falar de base marxista-colectivista? É que se trata de duas noções diferentes...

R. - Pois é por isso que eu acrescento o colectivista. Pelo que parece, no PS não há lugar para sociais-democratas, porque o PS defende a colectivização integral dos meios de produção. E isso, hoje, é uma ideia ultrapassada pelas sociais-democracias. Porque é muito difícil ser-se colectivista, em economia, e demoliberal, em política: essa no fundo, é uma contradição e uma ambiguidade dos partidos e sociais-marxistas, que pretendem ser colectivistas, estatais - digamos em termos simplistas, ditatoriais em economia - e pretendem espreitar, na esfera política, a democracia. Tem-se verificado que isso é impossível. Em termos históricos, nunca foram conciliadas as duas coisas. Também se tem verificado que a colectivização dos meios de produção, longe de favorecer os trabalhadores, prejudicou-os, inclusivamente nas suas condições de vida. O totalitarismo, em economia, conduz, fatalmente, ao totalitarismo político.

P. - Mas o carácter inovador e mais revolucionário do vosso processo seria exactamente conseguir a conciliação - e muitos entendem que estivemos em condições

óptimas para isso - entre as liberdades políticas e uma economia planificada, socialista? Acha que isso não é possível?

R. - Acho que não. Admito que haja pessoas que pensem assim. Eu não penso. Eu penso que seria um erro trágico julgar que vamos construir, aqui, o que em todo o mundo ainda não se conseguiu, há já várias dezenas de anos. A tentação de sermos inovadores, de darmos lições ao mundo, ou de estar orgulhosamente sós, parece ser uma ideia do antigo regime. Uma ideia eminentemente nacionalista, com um carácter fascizante. Creio que temos de ter a humildade de reconhecer as lições históricas, de reconhecer que somos um país pequeno, de recursos humanos e materiais muito limitados, e aproveitar essas lições da história. E tudo aponta, efectivamente, para que a colectivização dos meios de produção é totalmente inconciliável com a democracia política.

**"O TERCEIRO MUNDISMO É UM SONHO GENEROSO MAS IRREALISTA"**

P. - Falou, há pouco, na humildade que devíamos ter relativamente à independência económica, e a seguir pareceu aludir ao major Melo Antunes. Qual é a sua opinião acerca da ligação Portugal-Terceiro Mundo, preconizada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros?

R. - Eu falei em independência, no sentido histórico. Você falou em independência económica e, agora, meteu o major Melo Antunes. Da sua pergunta, o ponto concreto único que me interessa abordar seria o que penso da perspectiva terceiro mundista do major Melo Antunes - envolvendo a tal dependência que me parece essencialmente económica, neste momento, e envolvendo um slogan muito em voga que é a independência nacional.

Tenho a impressão de que os problemas de dependência não são apenas económicos. Portugal é, histórica e geograficamente, a Europa, e está dependente da Europa em termos globais e não económicos. A grande maioria dos nossos emigrantes escolheu Europa, a Europa do Mercado Comum, e essa é uma dependência humana e sociológica muito importante. Há uma dependência económica, com certeza que há. Pelos erros cometidos, peja delapidação de reservas, nós não poderemos sair da situação económica em que estamos sem auxílio económico externo, embora só da Europa e dos Estados Unidos tenha vindo auxílio concreto Mas isto parece-me que não tem nada a ver com as posições "terceiro mundista" que na sua pergunta são personalizadas no major Melo Antunes. Creio que o "terceiro mundismo" é um sonho generoso, mas irrealista e irrealizável. Não há um socialismo "terceiro mundista". O caso da Argélia, que parece estar muito presente na mente de alguns defensores do socialismo "terceiro mundista", não é, efectivamente socialismo. E eu diria que também não é democracia. O socialismo militar não é socialismo, nem democracia. Continua a ser um sonho generoso, mas perigoso porque pode levar ao poder militar - contrário à democracia. Nós podemos desempenhar um papel relativamente ao Terceiro Mundo se estivermos plenamente integrados na Europa e numa política europeia conjunta, em relação ao Terceiro Mundo. A Europa tem obrigações para com o Terceiro Mundo, nós poderemos participar, activamente, no desempenho dessas obrigações. Mas não é por nós com uma política autónoma, em relação ao

Terceiro Mundo. Política que não temos meios de executar - nem meios económicos nem meios humanos.

P. - Então, como poderemos desempenhar esse papel?

R. - Pela posição geográfica que ocupamos e pelas ligações que poderíamos ter com as nossas antigas colónias, através da língua e, até, pela nossa pobreza. Não tenhamos ilusões: não vamos viver, rapidamente, num regime de prosperidade comparável com a dos países europeus. E, portanto, estamos em melhores condições como povo e como país, de compreender os problemas de desenvolvimento que o Terceiro Mundo enfrenta. E podemos, nesse aspecto, dar um contributo para o esclarecimento, para a compreensão e para a resolução dos problemas do Terceiro Mundo. Mas enquanto integrados na Europa e numa política comum.

P. - Entende ou não, que no P.S. há pelo menos uma ala social-democrata?

R. - Eu suponho que no P.S. poderá haver alguns sociais-democratas, que, por razões conjunturais da política portuguesa, optaram pelo P.S., mas creio que não há ala social-democrata, enquanto ala. Porque, efectivamente, o programa do partido é incompatível com a ideia da social-democracia, tal como as posições assumidas pelo P.S. também o são.

P. - Qual é, em sua opinião, o modelo de social-democracia que, sem ser uma cópia, melhor pode servir de modelo àquilo que gostaria que fosse Portugal?

R. - Creio que temos de recolher a experiência de vários países. Sem rejeitar de modo nenhum a experiência da Alemanha Ocidental, da Suécia, da Dinamarca e, em especial, o caso da Áustria, que me parece apresentar grandes analogias com o nosso, visto que, aqui, vamos construir a social-democracia, depois da revolução que levou à nacionalização de cerca de 65 por cento da nossa economia. O que é que importa, fundamentalmente, numa perspectiva social-democrata? O controlo do poder económico pelo poder político, mesmo no sector privado, um planeamento democrático, uma política de rendimentos e de preços, que não tem sido feita, no nosso país, desde o 25 de Abril, a definição de políticas económicas, a definição de políticas sociais, a definição de políticas culturais. No aspecto social e cultural, nós estamos, sob vários ângulos, numa situação pior que antes do 25 de Abril.

É indispensável que, em termos de realização concreta, se avance na protecção das classes mais desfavorecidas, na garantia de uma autêntica democracia social, económica e cultural. Em suma: reforçar o poder dos trabalhadores, juntamente com a responsabilidade dos trabalhadores perante os problemas nacionais, parece-me ser uma perspectiva de social-democracia avançada. É evidente que não vou, aqui, entrar no diferendo que consiste em saber se a social-democracia é uma metodologia para construir uma sociedade socialista-marxista-colectivista, com apropriação total dos meios de produção, ou se é, ela mesma, a realização progressiva do socialismo democrático. Eu sou, claramente, pela segunda alternativa.

Para mim, a social-democracia é a realização progressiva, e cada vez mais aperfeiçoada, do socialismo-democrático. Uma sociedade sem classes é, não digo uma utopia, mas uma impossibilidade teórica. Uma sociedade sem classes só é admissível numa sociedade estática, o que é a negação da própria sociedade. De resto, a sociedade sem classes radica no conceito-base da luta de classes e, portanto, para nós, a tônica não está na luta de classes, nem na colectivização dos meios de produção, mas, efectivamente, na autopromoção e na autodefesa dos trabalhadores, pelo reforço do seu poder, no sentido da libertação de alienações.

P. - Mas o P. C. diz ser o único partido marxista, que o P.S. é social-democrata, que o P.P.D. é liberal ou democrata-cristão, etc. O que pensa disto?

R. - Eu penso que é um dos aspectos de luta partidária, mas que, efectivamente, não corresponde à realidade e à objectividade dos programas de cada partido. De resto, a argumentação do P.S. de que a social-democracia não tem cabimento em Portugal, nem no países da Europa, é uma argumentação falaciosa e que, como dizjaS foi iniciada pelo P.C., depois retomada pelo P.S., por ser anti-social-democrata. Creio que é muito mais importante aquilo que os partidos demonstram do que o que os partidos dizem uns dos outros.

P. - E a sua prática? Os partidos têm sido apreciados pelos seus programas, pela sua prática política, ou pela imagem, que as pessoas vão formando, às vezes, de certas personalidades?

R. - Tem sido de tudo um pouco. Mas, quanto a nós, acho que é motivo do nosso legítimo orgulho aparecermos, sobretudo, como um programa e como uma prática política e não tanto como uma pessoa.

P. - O dr. Sá Carneiro, agora, insiste muito em classificar o P.S. de social-marxista; por outro lado, diz que o C.D.S. é um partido conservador. Vamos admitir que o P.P.D. era, relativamente, o partido mais votado nas próximas eleições, mas que tinha de se aliar a um destes dois partidos para formar a maioria que lhe permitisse governar. Qual deles escolheria?

R. - Em nosso entender, a solução viável para Portugal - e admitindo, como admito, que será muito difícil a um partido governar sozinho, mesmo depois das próximas eleições - é a constituição duma frente social-democrática, tão ampla e tão forte quanto possível. Isso implica, no caso de coligação do nosso partido social-democrata com partidos que o não sejam, a formulação dum programa comum de governo. Nesta altura, parece-me mais fácil chegar a um programa comum de governo progressista, democrático e realista, numa base social-democrática, com o P.S. do que com o C.D.S.

Mas depende de resultados eleitorais saber se o C.D.S. participará ou não numa coligação bipartida ou tripartida. Agora o que julgo fundamental é que a estratégia da União de Esquerda Europeia, em que o P.S. participa e que não renegou, ainda, no fundo, equivale ao enfraquecimento da possibilidade de uma ampla frente social-democrática. E esta é que me parece fundamental para deter qualquer tipo de fascismo - quer o fascismo simplesmente, quer o social-fascismo.

A social-democracia, mesmo na altura em que alguns partidos de orientação diferente, e possivelmente mais esquerdista, colaboraram com o fascismo, soube ser sempre (temos o exemplo da última guerra), o principal obstáculo ao fascismo e ao social-fascismo. E nessa perspectiva que eu vejo as coligações.

P. - Portanto, parece-lhe que o facto do P.S. estar integrado nessa estratégia europeia, em que se procura uma ligação ou uma plataforma comum dos partidos socialistas e comunistas, pode prejudicar esse futuro em Portugal?

R. - Acho que prejudica, porque, objectivamente, reforça as coes dos partidos comunistas...

P. - Mas, por outro lado, os partidos sociais-democratas doutros países poderão (ou estarão a) participar nesse projecto não irão contra essa ideia...

R. - Creio que vão cada vez mais contra essa ideia e creio que significativo o que se passou na conferência de Elsinore. Os partidos sociais-democratas recusam, cada vez mais a colaboração, mesmo no Sul da Europa, com os partidos comunistas. E creio que fazem bem.

P. - Mesmo que seja um partido comunista com as posições como as que têm tido, por exemplo, o italiano ou o espanhol?

R. - Isso levá-va-nos muito longe. No fundo, o que interessa mais são as ligações a Moscovo. Se há um P.C. liberto de ligações a Moscovo, um partido eminentemente nacional, poderá ser completamente diferente do português.

Mas mesmo no caso do P.C. Francês, também. Este apoiou muitas das posições do P.C.P. E mesmo o principal dirigente do P.C. Italiano, quando, em Agosto do ano passado, foi a Moscovo, assinou um comunicado em que, no fundo, também apoiava a acção do P.C.P.

Essa é a estratégia da União Soviética, em que os partidos comunistas estão inseridos, pelas ligações que têm a Moscovo. Depois, pode haver uma estratégia eleitoralista ou uma estratégia revolucionária de conquista de poder. Os dirigentes soviéticos parecem recomendar, hoje, cada vez mais, o abandono da estratégia eleitoralista e o reforço da revolucionária.

P. - Está a usar ligações no sentido de dependência e não de relações?

- R. - Exacto. No sentido de dependência. Como sabe, a dependência é bastante clara, e os dirigentes de Moscovo tentam, muitas vezes, com mais ou menos sucesso, impor as suas directrizes aos partidos comunistas europeus ou mundiais.

#### **NENHUMA LIGAÇÃO POLÍTICA COM SPÍNOLA**

P. - Qual é a sua posição acerca de um regresso político do ex-general Spínola?

R. - Creio que o ex-general Spínola, se quiser regressar, politicamente, ao país, terá de se sujeitar às condições a que estão sujeitos todos os portugueses. Se a sua pergunta envolve ver futuro político para o ex-general Spínola, devo dizer-lhe que entendo que os militares não devem fazer política e que os políticos não devem meter-se no campo militar. O ex-general Spínola tomou atitudes, tanto cá,

em Portugal, como, depois, no estrangeiro. Como qualquer homem, e qualquer homem político, tem de suportar as consequências. Não me parece que as suas qualidades militares lhe augurem um futuro político no nosso país.

P. - Quer dizer que o P.P.D. nunca apoiaria uma candidatura de Spínola à Presidência da República?

R. - Isso está fora de questão para o nosso partido.

P. - Nem admitiria qualquer outro tipo de ligação político com ele?

R. - Com certeza. Não vejo qualquer possibilidade do nosso partido ter qualquer ligação política com o ex-general Spínola.

P. - Desde o 25 de Abril verificou-se um êxodo do país de técnicos qualificados, e de grandes detentores do capital. Qual é a posição do P.P.D. em relação ao regresso de qualquer destes grupos de pessoas?

R. - Eu creio que é um problema muito grave, no nosso país, a falta de quadros e espero que muitos deles possam regressar e regressem, efectivamente, porque são necessários, tanto mais necessários quanto é certo que, pela paralisação quase total da nossa vida universitária, nós não teremos oportunidade de ter novos técnicos, novos quadros formados, tão cedo, pelo menos.

Quanto aos problemas de investimento, creio que o país necessita grandemente de investimentos privados, nacionais e estrangeiros, ligados àquilo que penso ser a solução fundamental do problema económico, à pequena e média empresa, e não aos grandes grupos económicos. Os empresários portugueses que quiserem trabalhar nessa linha de desenvolvimento social-democrata do nosso país, prestando serviços ao país, e não vindo aqui apenas buscar proveitos próprios, serão necessários. Assim, serão bem-vindos os empresários competentes qualificados e dinâmicos, que ponham acima de tudo o progresso da nossa economia.

P. - Engloba nesses empresários Champalimaud, os Mellos, etc.?

R. - Não. Os grandes grupos monopolistas, que eu prefiro designar por grandes grupos económicos, parece-me que não têm lugar nesta perspectiva que lhe aponte: uma perspectiva social-democrata, em que o desenvolvimento da economia deve ser baseado nas pequenas e médias empresas.

P. - Em relação ao 25 de Novembro, o Dr. Sá Carneiro disse, numa entrevista, dez dias antes, mais ou menos isto: ou se faz já um confronto político-militar não sangrento, e se encontra uma saída, ou se adia a solução para daqui a uns meses e, então, o confronto será sangrento. Era isto, duma certa forma, uma previsão dos acontecimentos, ou tinha alguma coisa de concreto que o pudesse fazer adivinhar o que se passaria?

R. - Eu afirmei isso, salvo erro, numa conferência de imprensa que demos, aqui, no partido. Efectivamente, equivalia a uma previsão. Desde Outubro que vínhamos denunciando a



estratégia das forças antidemocráticas, designadamente o P.C.P., como visando a um agravar de tensões, a uma subversão militar, que conduzia a um perigo de confronto. Portanto, quando pus o problema, parecia-me, efectivamente, que o confronto político podia despoletar uma situação militar. Isto, dadas as atitudes do P.C. e das forças ditas à sua esquerda, organizações como os SUV, etc...

### **NACIONALIZAÇÕES E DESNACIONALIZAÇÕES**

P. - Logo na primeira entrevista depois do seu regresso, após uns meses de ausência, por doença, o Dr. Sá Carneiro criticou, com uma certa violência, as nacionalizações. É contra as nacionalizações? Contra todas, ou só contra algumas?

R. - Essa entrevista foi dada até antes do meu regresso à política. Critiquei as nacionalizações pela forma como foram feitas, pelos objectivos que visaram e por não corresponderem, na forma e na extensão que tiveram, às possibilidades do país. Não somos, e eu pessoalmente não sou, contra as nacionalizações. Entendo, e entende o nosso partido, que devem ser feitas todas as nacionalizações necessárias para assegurar a subordinação do poder económico ao poder político e, designadamente, nos sectores de monopólio deve haver nacionalizações. Noutros sectores, parece-me que os problemas têm de ser considerados, em concreto, em função das necessidades reais do país, das possibilidades de administração e da situação do sector. As nacionalizações, em si, não beneficiam os trabalhadores. Muitas vezes, até os têm prejudicado. No entanto, aquilo a que sou contrário é às nacionalizações por sistema, com objectivos eminentemente políticos, às nacionalizações maciças, sem legitimidade democrática e sem ter determinado as possibilidades de gestão - como aconteceu com aquelas que foram feitas.

P. - Em concreto, se o P.P.D. ganhar as eleições, se for governo, quais entende que são aquelas que devem ser mantidas e as que devem ser anuladas?

R. - Nós entendemos que a grande maioria, quase a totalidade, das pequenas e médias empresas devem ser desnacionalizadas. Elas foram nacionalizadas indirectamente, através de nacionalizações de bancos e companhias de seguros, e devem ser desnacionalizadas. O restante sector nacionalizado deve ser reestruturado, sem excluir a possibilidade de associação do sector privado.

Não prevemos desnacionalizações maciças nos sectores fundamentais da economia portuguesa.

P. - Tais como a banca, os seguros, etc.?

R. - Exacto.

P. - Se essas pequenas empresas pertencem a bancos, sendo desnacionalizadas, a quem é que elas são entregues?

R. - Há aí várias possibilidades de ofertas; ao público, a pequenos accionistas, à participação dos trabalhadores. Mas, muitas outras, que foram indirectamente nacionalizadas, pela entrega ao Estado, pela intervenção do Estado, e não através da nacionalização de bancos. Portanto, há aí um vasto campo, no âmbito das pequenas e médias empresas, para a iniciativa privada, que me parece absoluta-

mente necessário. De resto, creio que os trabalhadores de sector também têm uma palavra a dizer sobre a sua reestruturação e sobre as nacionalizações e, de facto, eles não foram ouvidos quanto às decretadas em 12 de Março.

P. - Quanto à Reforma Agrária, quanto à expropriação dos grandes latifúndios no Alentejo, entende que se devem manter ou não?

R. - A expropriação dos grandes latifúndios deve visar, na nossa óptica, uma melhor exploração da terra, uma melhor distribuição da terra, e não a criação de grandes latifúndios de Estado. A distribuição de terras aos pequenos e médios agricultores e rendeiros, o aumento do âmbito de explorações inviáveis, o fomento das explorações familiares do produtor autónomo parece-me ser o fim a visar pelas expropriações, nos locais em que elas forem aconselháveis.

P. - E no que se refere às eleições, quais os vossos projectos?

R. - Temos um calendário muito apertado e, portanto, parece-nos que o fundamental deverá ser a eleição para a Assembleia Legislativa. Sem prejuízo das eleições para as autarquias locais, que podem, até ir-se desenrolando, sem necessidade de serem todas na mesma data.

P. - E no que respeita às eleições presidenciais?

R. - A decisão do nosso Conselho Nacional foi a de não indicar já o candidato para a Presidência da República. Parece-nos ser um problema a pôr mais tarde, depois do pacto, eventualmente depois até da eleição para a Assembleia Legislativa, que entendemos dever ser anterior. A escolha do candidato é um problema que nos preocupa. Creio que deverá haver, aí, como no próprio pacto, um intuito de cooperação, sem subordinação, entre os partidos políticos e as Forças Armadas, no sentido de se encontrar a solução que mais convenha à democracia portuguesa.

Em princípio, defendemos que o Presidente da República deve ser um civil. É uma boa tradição democrática de antes do 28 de Maio e é um princípio democrático universal. Nesta primeira fase, porém, admitimos perfeitamente que seja aconselhável um membro das Forças Armadas. Isso durante a fase que coincide com a transição prevista no pacto. E parece-nos que deverá haver, quanto à escolha da pessoa, um íntimo contacto entre as Forças Armadas e os partidos políticos democráticos. Mais não lhe posso adiantar.

P. - Quais são, no seu entender, essas forças democráticas?

R. - Já tenho dito, muitas vezes, que os partidos democráticos representados na Assembleia Constituinte são o P.S., o P.P.D. e o C D S.

P. - "O Jornal" noticiou em primeira mão, a sua possível ida à China, a convite do respectivo governo. O que há sobre isso?

R. - Não há convite formal. Há uma possibilidade que foi ventilada junto de mim e que eu encarei com agrado. A concretização de tudo isso ficará para um momento ulterior. Por minha parte, teria muito gosto em visitar a República Popular da China.

P. - E como interpreta politicamente essa hipótese de visitar a china antes do dr. Mário Soares de cuja viagem há muito se fala?

R. - A República Popular da China tem mostrado um grande interesse nos contactos com os partidos democráticos europeus e com os partidos sociais-democratas. Portanto, acho natural que o nosso partido esteja aí englobado, essencialmente porque tem uma posição clara, não tem tido atitudes ambíguas e tem-se manifestado claramente contra o social-fascismo e contra o imperialismo soviético.

## **1.17. DEMOCRACIA JÁ! - A viabilidade do Pacto - 18/2/1976**

O Partido Popular Democrático sente-se na obrigação de clarificar a sua posição relativamente às eleições nacionais. Além do mais, e no que toca a designação de um candidato para a presidência da República, quero frisar que segundo decisão do nosso Conselho Nacional é um problema que não se põe de imediato.

Para já, há um problema fundamental que tem tudo a ver com a estabilidade da democracia em Portugal que é o problema da marcação da data das eleições para a Assembleia Legislativa e para a presidência da República.

A Comissão preparatória da lei eleitoral já transmitiu a sua posição e a posição dos vários partidos nela representados ao Governo que se irá ocupar do assunto e pensamos necessário transmitir a posição oficial do nosso partido, posição que decorre das deliberações do 3.º Conselho Nacional, resulta de uma deliberação do Secretariado Nacional, e foi apreciada hoje na reunião da Comissão Executiva do Conselho Nacional cuja posição será depois transmitida pelo Presidente da Comissão Executiva em exercício, Dr. Nuno Rodrigues dos Santos.

A alternativa que se põe é fazer as eleições presidenciais primeiro que as Legislativas, simultaneamente, ou posteriormente.

O nosso partido entende que para a institucionalização da democracia portuguesa é fundamental a existência de um Parlamento eleito. Daí que tenhamos insistido sempre em que as eleições legislativas devem ter lugar até 25 de Abril do ano corrente. As eleições presidenciais, também segundo o nosso Congresso, devem ter lugar tanto quanto possível até à mesma data. A opção que tem sido posta seria a de realizar primeiro as eleições legislativas e posteriormente as eleições para a presidência da República. Neste caso elas teriam lugar vários meses após as legislativas, dado que é necessário um tempo de preparação, apresentação das candidaturas etc., o que significa que as eleições presidenciais muito provavelmente pelas circunstâncias de entretanto decorrerem as férias de Verão, os meses de Verão, só teriam lugar no último trimestre do ano corrente. O nosso partido é absolutamente contrário a esta sequência de eleições e entende que é indispensável que as eleições presidenciais sejam simultâneas com as eleições legislativas.

### **NÃO PÔR EM CAUSA A INSTITUCIONALIZAÇÃO RÁPIDA DA DEMOCRACIA**

De outro modo ficaria em causa toda a institucionalização rápida da democracia portuguesa, e poderia ficar mesmo em causa todo o esquema do Pacto Constitucional a assinar entre os partidos e as Forças Armadas. Porquê? Porque das eleições deve sair um governo não provisório, um Governo estável, responsável perante um Parlamento que aprovará o seu programa de Governo. Ora, se tivermos as eleições presidenciais meses depois das eleições legislativas, sucederá que dentro do esquema previsível do regime constitucional e do próprio Pacto, será um Presidente da República não eleito que escolherá o Primeiro Ministro, que sob proposta do Primeiro Ministro nomeará os membros do Governo aceitando ou não aceitando essa proposta; aceitando ou não a opinião do Primeiro Ministro indigitado sobre possíveis coligações e tendo além disso sempre o poder de demitir o governo porque no esquema constitucional previsto o governo é responsável politicamente perante o Presidente da República e perante a Assembleia Legislativa ou Parlamentar. Perante o Presidente da República, porque é ele que nomeia os membros do governo, e só os mantém enquanto tiverem a sua confiança; perante a Assembleia Legislativa porque o programa do governo deverá ser aprovado pelo Parlamento e este pode aprovar moções de desconfiança.

Não se conceberia numa democracia que queremos estável, esta dependência dum Governo, dependência de um órgão democraticamente eleito e do Presidente da República provisório. Além disso teríamos que o Governo seria formado para durar apenas alguns meses, porque após a eleição do Presidente da República, o Governo cessa automaticamente as suas funções e será o novo Presidente da República que escolherá novo Governo. E isso significaria que após as eleições continuaríamos num regime de Governo Provisório pelo menos por alguns meses.

Poderia aventar-se a hipótese de sendo a eleição presidencial posterior se manter uma espécie de Governo Provisório tal como actualmente existe. Simplesmente para além dos inconvenientes da instabilidade que isso acarretaria, nem sequer essa solução se afigura viável, dado que no esquema previsto no Pacto e na futura Constituição, o Governo, após as eleições, deverá apresentar o seu programa ao Parlamento e ver o seu programa aprovado no parlamento. Portanto, todo o esquema de institucionalização da democracia em Portugal, aponta para a impossibilidade de subsistir um Governo com carácter provisório após as eleições legislativas. E aponta para a necessidade de o Presidente da República ser um Presidente eleito simultaneamente com o Parlamento, porque só assim haverá órgãos nacionais de soberania com legitimidade democrática que permitam em Portugal um Governo estável. Basta pensar em que se por hipótese o Presidente da República entendesse que era necessária a presença de um partido minoritário no Governo, ou que o Governo deveria assentar numa coligação de dois partidos e o primeiro-Ministro indigitado, como deve ser escolhido dentro do partido mais votado, tivesse opinião contrária, chegaríamos a um Impasse na formação do Governo que poderia levar até a que o primeiro-Ministro escolhido dentro do partido mais votado fosse forçado a desistir de formar o Governo. Dir-se-á que esta hipótese pode suceder mesmo com o Presidente eleito. Simplesmente nessa altura ele terá o poder que advém da eleição e ao escolhê-lo o povo já está a considerar a sua capacidade e os poderes que lhe são atribuídos segundo a Constituição.

#### **FAZEM UMA OPÇÃO EM TERMOS DE PODERES REAIS**

Portanto quando escolhe um Presidente da República, o povo sabe já o poder que ele vai ter, e sabe já o poder que ele vai ter na constituição do Governo. A opção será feita em função de poderes reais. Daí que os problemas de eventual conflito revistam um carácter perfeitamente democrático o que não acontece na hipótese de termos um Presidente não eleito a formar um Governo que se quer estável e definitivo.

Para além disso há mais outros poderes do Presidente da República que desaconselham que se mantenha durante meses um Presidente da República não eleito. No esquema previsto o Presidente da República tem poderes de veto suspensivo quanto às leis aprovadas pelo Parlamento, o que é normal. Se o Presidente da República não concorda com determinada lei aprovada no Parlamento pode não a promulgar. É um veto tácito, um veto suspensivo que só deve ter uma solução democrática: a segunda leitura do mesmo diploma ao Parlamento para segunda aprovação do Parlamento. E aí teríamos mais uma vez a sobrepor-se a um Parlamento democraticamente eleito um Presidente não eleito. Mais do que isso, o Presidente da República tem poderes de dissolver no esquema previsto que ainda não está fixado, (mas que se encontra previsto), tem poderes de dissolver o Parlamento. E seria democraticamente inadmissível que um Presidente da República não eleito pudesse dissolver um Parlamento democraticamente eleito.

Todos estes pontos apontam portanto para a necessidade absoluta de coincidência das eleições presidenciais com as eleições legislativas. E é possível tecnicamente que elas tenham lugar simultaneamente. E é possível ainda que elas tenham lugar simultaneamente até 25 de Abril. Para isso basta que a lei eleitoral para o Parlamento, para a Assembleia Legislativa (emprego indiferentemente as duas fórmulas, porque a terminologia ainda não está fixada), é indispensável que a lei eleitoral para a Assembleia Legislativa saia até 20 de Fevereiro, que as eleições sejam anunciadas até 26 de Fevereiro, ou seja 60 dias antes; que a lei eleitoral para as eleições presidenciais seja promulgada até 30 de Fevereiro; e que a Constituição seja posta em vigor até ao dia 10 de Abril. Se este calendário for cumprido, e pode ainda sê-lo, as eleições poderão ser simultâneas e ocorrerem até ao dia 25 de Abril. Como disse, tecnicamente, é perfeitamente possível que as eleições tenham lugar ao mesmo tempo.

#### **A SIMULTANEIDADE DAS ELEIÇÕES**

Portanto em face de tudo isto e ponderando todos estes argumentos: O Secretariado Nacional do Partido Popular Democrático, na sequência das deliberações do Congresso e do Conselho Nacional, decidiu optar muito firmemente pela simultaneidade das eleições.

Como referi já, este problema aparece mesmo ligado ao problema do Pacto Constitucional Partidos/MFA. Porque toda a estrutura do Pacto e os poderes que nas propostas em confronto e na eventual proposta de harmonização (visto que não há nesse ponto grandes divergências) são conferidos ao Presidente da República, são poderes dum Presidente da República democraticamente eleito. Daí ser inviável pôr este Pacto em vigor se não houvesse eleições simultâneas para a As-

sembleia Legislativa/Presidente da República. Esse é também um dos argumentos importantes que apontam no sentido da simultaneidade das eleições.

As negociações para o Pacto serão em breve concluídas, esperamos que ainda esta semana, mas este ponto das eleições condiciona efectivamente, chega ao ponto de condicionar a própria estrutura e vigência do Pacto Constitucional Partidos/MFA.

Pelo que respeita às eleições para as autarquias locais, a posição do nosso partido é que não é necessário e nestas circunstâncias não será conveniente que elas tenham lugar simultaneamente, na mesma data, em todo o território nacional. Vamos ter, esperamos, as duas eleições até 25 de Abril, e as eleições locais podem perfeitamente ser feitas por regiões e por fases começando quanto antes. Por isso ofendemos, em conclusão, a realização de eleições simultâneas para a presidência da República e para o Parlamento, e a realização de eleições locais por fases e por regiões começando quanto antes, possivelmente ainda antes da Assembleia Legislativa, e devendo estar concluídas no prazo razoável de poucos meses após o 25 de Abril de 1976 a eleição presidencial e para a Assembleia Legislativa.

Como disse há pouco, mas acho importante voltar a frisá-lo, em isso não teremos em Portugal uma democracia estável, Continuaremos sujeitos a toda, ou parte, da instabilidade que temos vivido até aqui. E no nosso entender o nosso país não pode encontrar solução para os gravíssimos problemas que defronta no campo económico, social e mesmo político, sem uma democracia estável, sem instituições democráticas. Quanto mais tarde as tiver, maior será a tentação do autoritarismo de direita ou de esquerda, que importa fundamentalmente evitar consolidando a democracia e foi pensando nisto tudo que tomámos a resolução acerca da simultaneidade das eleições.

## **1.18. DEMOCRACIA JÁ! - As Implicações de um Reconhecimento - 25/2/1976**

Sr. Presidente da República. Na Angola escaldante, mais de 50 000 mortos sentem com a vida que já não têm a sua decisão de reconhecer o Governo do MPLA.

Sr. Presidente da República, em Portugal, cerca de 400 000 refugiados, famílias destroçadas por uma guerra cruel de ocupação sovieta-cubana, não entendem a sua decisão de reconhecer o Governo do MPLA.

Sr. Presidente da República, 2 milhões de emigrantes portugueses, espalhados pelo Mundo, revoltam-se com certeza com a sua decisão de reconhecer, não um Governo livre em Angola, mas o Governo do ocupante sovieta-cubano em Angola.

Por tudo isto, Sr. Presidente da República, o PPD continua a dizer que, em nome de 1 500 000 eleitores, em nome de todas as vítimas da guerra colonial e em nome de todos os refugiados e de todo o povo português, discorda profundamente

da sua decisão. E porque a nossa discordância só se sabe exprimir por meios democráticos, dizemos, em seu nome, que queremos eleger outro presidente.

Com o mesmo direito com que disse ao Povo, Sr. Presidente, que na Revolução portuguesa não havia lugar para a social-democracia, nós dizemos-lhe que continuamos a discordar de si. Com o mesmo direito com que disse que o futuro de Portugal passava por uma união do PCP com o PS, nós dizemos-lhe que as nossas posições, do PPD, mais uma vez, não são as suas. Com o mesmo direito com que o Sr. Presidente disse há pouco que era o PS e o PCP que defendiam o socialismo e a democracia, nós dizemos-lhe que queremos eleições para a Presidência da República, até ao dia 25 de Abril.

Por tudo o que eu disse, esta hora, que seria normalmente de alegria, nesta nossa reunião, não a podemos hoje viver plenamente, pensando que neste dia, foi reconhecido pelo Presidente da República, com o apoio do PCP do PS, o regime colonialista de Angola, hoje mesmo ocupada pelo exército regular cubano, com os seus generais, suas tropas disciplinadas, não revolucionárias, seus tanques, seus canhões, com os barcos soviéticos a intervirem na batalha de Moçâmedes, a patrulharem as costas de Angola. Com os seus conselheiros soviéticos a orientarem as tropas cubanas, já com q médicos, engenheiros e os técnicos cubanos a ocuparem o lugar deixado pelos Portugueses, escorraçados daquelas terras em que haviam vivido durante gerações, como angolanos verdadeiros que eram por uma falsa descolonização, hoje consumada.

Porque não se tratou de descolonizar e de libertar o povo, mas sim de possibilitar hoje em Angola algo semelhante ao que se passou na Checoslováquia em 1968, quando os tanques soviéticos esmagaram as promessas de liberdade da Primavera de Praga. Hoje, as promessas de liberdade para o povo angolano, abertas em 25 de Abril, estão também esmagadas pelos tanques soviéticos e pelas botas cubanas. E hoje, possivelmente, em Luanda, juntamente como ocupante estrangeiro, Rosa Coutinho, Varela Gomes, Durand Clemente e outros gonçalvistas festejam a decisão do Sr. Presidente da República. E foi assim, efectivamente, que tudo começou. Quando Rosa Coutinho foi mandado para Angola, o MPLA estava longe de ser a força dominante, estava longe de ser o movimento que controlava a maior parte do território. Pelo contrário. O que se passou então, como pudemos chegar à situação de hoje e à triste decisão de hoje, deve-se à presença de Rosa Coutinho, à intervenção soviético-cubana, ao apoio do PCP, sempre, recentemente também do Partido Socialista, culminando com a decisão do Presidente da República de reconhecer o Governo da R.P.A., depois de ter autorizado Rosa Coutinho a voltar a Luanda. Está consumado, não o processo de descolonização, mas sim o processo da colonização de Angola e dentro em breve de África pelas forças social-imperialistas.

Nesta hora séria e muito grave da nossa história, porque os destinos da nossa democracia sempre estiveram e estão associados ao que se passa em Angola, devemos ter a consciência do que se passa, mas também a serenidade suficiente para de maneira nenhuma fazermos o jogo das forças antidemocráticas portuguesas que querem instrumentalizar quaisquer reacções populares contra esta situação para desencadear nova inventona que poria em causa as eleições ne-

cessárias à consolidação da nossa democracia. Não podemos dar a ninguém o pretexto de desencadear processos que levem ao adiamento das eleições. Não é com manifestação ou com agitação que se resolve o problema. Pelo contrário. Há indícios de que agitadores antidemocráticos infiltrados estão a tentar provocar a partir de hoje uma reacção popular no Continente, nos Açores e na Madeira, que levaria a um novo 11 de Março. Temos indícios que está em preparação uma nova inventona que conduziria não apenas ao adiamento das eleições mas ao afastamento dos militares democráticos que, depois do 25 de Novembro assumiram o comando das operações. Há já pressões para afastar militares dos seus postos de comando essenciais, e é bom que isso se diga aqui, na Amadora, terra dos comando e de Jaime Neves, que contribuíram decisivamente no 25 de Novembro para impedir o golpe social-fascista. Eleições: métodos democráticos, é a única forma de protestar contra uma decisão que não aceitamos, contra uma situação que não queremos.

A decisão do Presidente da República não põe, por si, em causa, a nossa permanência no Governo, pois não foi este que reconheceu a República Popular de Angola. Foi sim o Presidente da República no uso das suas prerrogativas. E por isso dizemos que queremos eleger um Presidente da República e uma Assembleia Legislativa até 25 de Abril.

Essa, mais uma vez a nossa resposta serena, democrática e lúcida. Porque sem eleições para os dois órgãos máximos da soberania, o nosso país, já tão abalado sossobrará inevitavelmente no caos de uma qualquer ditadura. E a tentação surge já, perante o estado do país, perante decisões como aquelas que foram tomadas poder haver em muita gente a tentação de só achar possível uma saída autoritária e doutrinária. A isso dizemos não. Portugal só pode resolver os seus problemas em democracia e em liberdade. Em primeiro lugar porque somos um povo de homens e como homens não abdicamos da nossa liberdade que em política se traduz em democracia. Em segundo lugar, porque precisamos do apoio dos Estados europeus, de todos os Estados democráticos do Mundo, e ele não nos será dado se não formos uma verdadeira democracia.

Por isso, mais uma vez insistimos, até porque temos uma decisão do nosso Congresso que por as nossas eleições terem sido e serem para nós tão importantes o Congresso decidiu transigir temporariamente estar no Governo provisório com o P.C.P., desde que as eleições para a Presidência da República e para a Assembleia Legislativa tivessem lugar até 25 de Abril. Aproxima-se a data limite da nossa presença no Governo, de harmonia com a decisão do nosso ultimo Congresso. Porque para que haja eleições em 25 de Abril, o Sr. Presidente da República, e só ele, tem de as marcar até ao dia 26 de Fevereiro. Se as eleições não forem marcadas até essa data - 60 dias antes de 25 de Abril - não poderá havê-las em 25 de Abril. E, em 27 de Fevereiro, deverá reunir a nossa Comissão Executiva para, de acordo com a marcação ou não, da data das eleições, deliberar da execução das decisões do último Congresso Nacional. É bom, pois, que se veja quem atrasa as eleições. Mais uma vez vemos o acordo dos sociais-marxistas com os sociais-fascistas. PS e PCP coincidem em que as eleições para a Presidência da República sejam seis meses ou um ano depois das eleições legislativas, o que não espanta porque isso equivaleria a manter durante mais seis meses ou um ano, um Presi-



dente da República que também tem repetidas vezes afirmado que a união do PS com o PCP é fundamental Mas não é essa a nossa posição, e não deixaremos de exigir por todos os meios democráticos, que as eleições sejam simultâneas, pelo menos na primeira volta, pois essa é a única forma de conjugar a urgência das eleições com a institucionalização da democracia e o cumprimento do Pacto Constitucional, para que não nos aconteça como aconteceu em Angola, quando, à saída, o último alto-comissário, Leonel Cardoso, declarou que entregava a soberania ao povo de Angola. Ao povo de Angola os acordos do Alvor prometeram a escolha entre os vários movimentos. O que se viu depois? Não! Não é nesta situação que ficaremos no nosso país. Mas é assim que acabaremos se as eleições não tiverem lugar até 25 de Abril e se não forem simultâneas para o Presidente da República e para a Assembleia Legislativa.

Quem atrasa o Pacto Constitucional Partidos-MFA? Não nós, que há meses, quase dois, verificamos com inquietação a morosidade das negociações. Partidos há que ainda nem sequer foram ouvidos sobre a última versão do Pacto, e ante a urgência da promulgação de uma Constituição que, para haver eleições em 25 de Abril tem de estar publicada até 10 de Abril, o Conselho da Revolução, "motu próprio", sem que a Assembleia Constituinte lho tivesse pedido, prorroga por dois meses o trabalho da Assembleia Constituinte. Não somos nós que atrasamos as eleições. Pelo contrário, temos procurado por todas as formas de pressão democrática adiantá-las e que elas sejam marcadas até 26 de Fevereiro. Não somos nós que demoramos o Pacto Constitucional, como também não somos nós que tentamos renegar o voto ao emigrante numa eleição tão fundamental como a do Presidente da República. Desapareceram as restrições para a Assembleia Legislativa, mas limitam-se a quatro o número de deputados a eleger pelos emigrantes. Pois agora, desaparecidas as limitações ao voto do emigrante para a Assembleia Legislativa, as posições do PS e do PCP, mais uma vez coincidentes, querem negar pura e simplesmente ao emigrante o direito de escolher o Presidente da República.

Meus amigos, quando fazemos estas críticas e quando usamos de toda a nossa veemência, não temos receio de fazer política de direita ou anti-comunismo primário. Temos a consciência de que a defesa que fazemos da democracia e da social-democracia, as críticas que fazemos ao social-marxismo e ao social-fascismo, as fazemos numa verdadeira posição de esquerda não-marxista, porque o PCP e o social-fascismo são os verdadeiros inimigos do socialismo democrático.

Uma verdadeira posição de esquerda exige o respeito pelos democráticos, pelas liberdades das pessoas e pelo interesse nacional. E para que este seja plenamente respeitado, é indispensável que a política interna do País não esteja subordinada à sua política internacional. Não é isso infelizmente, que muitas vezes se tem verificado em Portugal. Ao descolonizarmos apressadamente, cometendo erros dramáticos, pergunto se pensámos mais nos interesses do nosso povo ou do povo angolano, ou em estabelecer rapidamente relações diplomáticas com todos os países, em especial no Terceiro Mundo.

Eis aqui um exemplo da subordinação da política interna, ou seja, dos interesses do povo à política internacional. Quando se defende o incremento das nossas relações com os países de Leste, sabendo que temos já uma balança comercial defi-

citária com a URSS, para nós de cerca de 1 milhão de contos, eu pergunto se não se está mais uma vez a subordinar a política interna à política internacional, e pergunto também se esta subordinação não serve objectivamente a política expansionista do social-imperialismo. Ser de esquerda é ser por transformações progressivas, por uma melhor justiça social, ao mesmo tempo do crescimento da democracia. É usar métodos democráticos, é ter acima de tudo em consideração os interesses do nosso povo, postos acima dos interesses do partido, postos acima dos interesses de qualquer política internacional. Ser de esquerda é ser eminentemente honesto, coerente. Não pode ser verdadeiramente de esquerda quem varia de posições ao sabor dos ventos, sendo um dia anti-social democrata e no outro dizendo que se não quer mais do que e que querem os países socialistas democráticos do norte da Europa. Ser de esquerda é manter as mesmas posições coerentes e não apoiar os discursos do Presidente da República que nega a social-democracia para depois vir dizer que lutou mais do que nunca contra a tomada no poder do PCP. Ser de esquerda é não temer atacar os inimigos da democracia, sejam eles do fascismo ou do social-fascismo. Ser de esquerda, é atacar prontamente o comunismo social-fascista. Sempre, e não apenas quando ele atinge determinado partido ou prejudica os seus interesses. Ser de esquerda exige ser anti-fascista. É porque é que tanta gente tem medo de ser anti-social-fascista ou anti-comunista? Pois ser de esquerda exige verdadeiramente que se lute contra qualquer espécie de totalitarismo, seja ele o totalitarismo do capitalismo liberal, ou do totalitarismo do capitalismo de Estado dos Países de Leste. Ser de esquerda é não ter medo que lhe ponham rótulos. Ser de esquerda é não atacar os outros apenas quando eles nos atacam a nós. É, no fundo, atacar sempre as ideologias que se opõem à autêntica justiça social e à democracia. Ser de esquerda, afinal, é ser eminentemente social-democrata.

Ser de esquerda, e de esquerda democrática é apenas ter coragem de dizer, contra ventos e marés, e contra todas as propagandas que a colectivização dos meios de produção, só por si não beneficia os trabalhadores. E que a colectivização dos meios de produção só por si, não é a construção do socialismo.

Em nome da esquerda democrática autêntica tenho de des. mistificar o falso progressismo do socialismo colectivista, marxista ou seja do social-marxismo. Como seja, ter a coragem de não aceitar a propaganda insidiosa que leva as pessoas a evitarem atacar o social imperialismo e o comunismo internacional. Ser de esquerda é construir um socialismo democrático, pondo acima de quaisquer ideologias, de quaisquer princípios teóricos rígidos, a construção de uma sociedade em que o homem se liberta ele mesmo, não aceitando paternalismos de partido único.

Quando tal se tenta fazer segundo modelos soviéticos, o homem continua na mesma a ser explorado, continua a ser oprimido continua a ser objecto de uma ditadura muitas vezes mais feroz, do que as ditaduras fascistas.

Ser de esquerda, é recusarmo-nos a comparar um ideal que pode ser muito generoso com uma realidade que é desumana. É aceitarmos a comparação em termos de realidade, dizendo que, onde os povos progrediram, onde os trabalhadores têm

mais poder, onde têm melhores condições de vida, onde participam mais nas sociedades, é nos regimes sociais-democratas.

Por muito que isto custe aos sociais-fascistas, e aos sociais-marxistas (nisso mais de uma vez de acrodo) que dizem que as sociais-democracias europeias são a antecâmara do fascismo, ou a perpetuação do regime capitalista.

Membros do Partido Socialista já tiveram o descaramento de o dizer na Assembleia Constituinte, para depois irem, lá fora, pedir o apoio e ajuda dos governos e partidos sociais-democráticos.

Ser de esquerda é reconhecer também que a Reforma Agrária, não se faz com ocupações selvagens, com destruição da riqueza, com expropriações que excedem todos os limites legais. Ela faz-se, sim, com a participação dos agricultores, numa Assembleia democraticamente eleita, que já está consagrada na Constituição, para dar, não a colectivização da terra, ao domínio de um Partido, mas para dar ao mundo rural, a dignidade que deve ser sua, já que tão esquecido tem sido, nesta revolução, e em todo o nosso país.

Como sociais-democratas que somos, de esquerda não-marxista, nós consideramos e bem, e em nome da mesma esquerda não hesitaremos, em fazer todas e quaisquer críticas a tentativas totalitárias; não hesitaremos também, a opor-nos à tentação e vocação totalitária, dos partidos sociais-marxistas.

Porque vemos hoje renascer com toda a sua força a vocação totalitária dos sociais-marxistas. E dizemos não à ocupação dos jornais, não à ocupação do próprio Governo, não à ocupação dos sindicatos, não às influências nas empresas, que fazem um jogo fluentemente partidário. Dizemos ainda, não a uma vocação totalitária que está em ascensão e que pode levar à mina da democracia.

Temos uma missão, um projecto, um intuito. O de reconstruir o nosso país. O projecto de, rapidamente, termos entre nós, uma piedade livre e justa. O intuito de consagrarmos, não a glória do nosso partido, mas acima de tudo, o progresso do nosso país e do nosso povo. Queremos connosco, se assim o quiserem outros, senão sozinhos, queremos logo depois das eleições lançarmo-nos com todas as nossas forças, com toda a nossa militância, num amplo processo de relançamento da nossa economia, num amplo processo de acabar com o desemprego, de aumentar a justiça social, de reconstruir, enfim, o nosso país, destruído durante dois anos pelas tentativas de nos subordinarem à expansão do social-imperialismo soviético em África, porque foi isso que aconteceu.

É importante que não se esqueçam as lições do que se passou, mas nós não estamos virados para o passado, apenas a criticar os erros cometidos. Fazêmo-las porque são necessárias para avançar num projecto virado ao futuro, para avançarmos rapidamente na reconstrução do nosso país.

Não temos a pretensão de ser o único partido democrático ou os únicos capazes de governar este país. Mas sabemos corresponder, como sempre temos feito, à responsabilidade que o eleitorado em nós depositou, estando prontos a alinhar com todos os partidos democráticos representativos, mas apenas com aqueles que não se queiram isolar orgulhosamente sós a um canto para que o nosso país

possa sair da situação em que está. Não enjeitamos responsabilidades. Ao contrário de outro partido, não estivemos sempre presentes nos Governos Provisórios, na política económica e financeira que conduziu à situação em que nos encontramos. Nem estamos agora, e recusamo-nos a caucionar qualquer política demagógica que venha a trazer a ilusão ao nosso povo de um dinheiro que não há, de uma abundância que não existe e que, por outro lado, que o povo queira aguentar uma política de austeridade que ele não compreende, quando constantemente dizem que temos milhões para gastar com bens, com salários, com equipamento. Esta demagogia nós não aceitamos.

Ao nosso apelo para a serenidade do povo nesta hora que para muitos é de luto e de indignação, juntamos o nosso apelo para que Forças Armadas e partidos políticos democráticos unam os seus esforços, numa primeira fase, para que tenhamos eleições e após elas possamos construir a democracia estável de que não podemos prescindir a caminho da democracia económica, social e cultural que pretendemos como sociais-democratas. Este o nosso apelo fundamental de união de todas as forças democráticas para a reconstrução do país.

Como já temos afirmado, apresentar-nos-emos sozinhos na eleições, sem quaisquer alianças eleitorais, porque queremos que o povo escolha em inteira liberdade, mas depois delas, estaremos abertos a toda a conjugação de esforços necessária para sairmos da trágica situação em que nos encontramos, do ponto de vista económico, financeiro e social.

### **1.19. Intervenção no Instituto dos Altos Estudos Militares - 25/2/1976**

As Forças Armadas são fundamentalmente tidas em qualquer Estado, como elemento fundamental da defesa nacional, cuja organização, estrutura interna, e métodos de actuação, dependem em muito das formas e graus de desenvolvimento das comunidades a vários níveis: económico, político e social. A organização do exército, das FA em geral, é sempre uma resultante do grau de desenvolvimento das forças produtivas, da organização do poder político e das próprias super-estruturas mentais e culturais. Não vale a pena fazer história, que os membros da FA conhecem necessariamente muito melhor do que nós, que vão desde os tempos medievais, em que, identificando-se um monarca com o Estado, as FA apareciam como guarda pessoal da monarca, passando pelo conceito de Estado Nação, em que as FA aparecem como integradas numa estrutura política com uma base sociológica, integradas portanto numa política nacional, até ao conceito mais recente, a que procurarei depois aludir, que implica já uma diluição do conceito de Estado-Nação, na comunidade internacional e simultaneamente a inserção das FA nacionais num contexto internacional.

Disse que, as FA são um elemento, e um elemento fundamental da defesa nacional, mas não são o único. Desculparão a forma sintética como aponto brevemente algumas pistas, apenas para discussão.

A defesa nacional tida no seu conjunto, vai mais além do que as FA. Implica todo um povo, designadamente a defesa civil. Implica todo o desenvolvimento económico e social, sem o qual a defesa nacional fica em perigo.

As FA na sua organização, na sua estruturação e na sua actuação, nos moldes actuais da sociedade, inserem-se na organização de um Estado, o que põe todo o problema das estruturas do poder e da autoridade, assim como a concepção e análise relações de interdependência dos centros de decisão e dos seus agentes.

Ora precisamente porque as concepções sobre a organização do Estado e a evolução dum sistema político são diversas consoantes os matizes analíticos e interpretativos existentes, e os conhecimentos acumulados de cada um, há divergências, que muitas vezes roçam pela subjectividade, acerca do papel político a reservar às FA e à mentalidade ideológica das FA. Daí, historicamente, um certo falseamento acerca do papel das FA, que tanto são identificadas com ideais de nacionalismo e patriotismo, como aconteceu numa era expansionista que nós já atravessámos, podendo mesmo ser identificadas com colonialismo e paternalismo em relação a outros povos e comunidades.

Por outro lado, essa ligação e integração das FA na organização política do Estado, leva a que, frequentemente, quando essa organização é posta em causa, se apele, muitas vezes, para o papel das milícias populares que sobrelevaria o papel da FA, em momentos de instabilidade, em que se pretende, no fundo, criar condições necessárias ao derrube de determinadas forças políticas tenta pôr-se acima das FA, (então apresentadas como elite), as milícias populares, que seriam, nessa óptica, o autêntico povo em armas. Por outro lado, em períodos de maior estabilidade política, tende a identificar-se as FA com o "status quo", e, a ver-se nelas um dos suporte de determinado regime político.

O curioso é que os apologistas das milícias populares sobre as FA regulares, quando conseguem os seus intentos de derrube de um regime, transformam-se rapidamente, em apologistas das FA institucionalizadas e, tanto quanto possível, profissionalizadas, dependentes dum poder central, muitas vezes mesmo de um partido único. O reverso também é verdadeiro: os defensores da estabilidade, quando ela lhes não é favorável, transformam-se de apologistas das FA organizadas em apologistas da revolução popular e das milícias populares. Há, subjacente a tudo isto, uma clara concepção de instrumentalização das FA ao serviço de determinados desígnios políticos.

A evolução actual duma sociedade democrática, no sentido da maior, mais intensa, e cada vez mais ampla participação popular nas decisões, veio permitir que se estabelecessem meios de controlo do poder político e do poder militar, a fim de evitar que situações como aquelas que em geral descrevi sejam possíveis. Por outro lado, a tendência para a profissionalização das FA e os altos meios técnicos militares postos à sua disposição, levam a que as FA constituam uma autêntica tentativa de poder interventor a nível político, mais do que força única armada que devem ser de determinado povo organizado democraticamente.

A consideração da defesa nacional através dos seus múltiplos aspectos, com destaque para as FA, como fim prioritário do Estado, leva-nos a dar especial

relevância aos mecanismos de articulação dos centros de decisão política com os militares, os quais devem ser enquadrados por determinadas normas corporatizadas num texto constitucional e em leis respeitadas por todos. A base constitucional, e legal, acerca do papel das FA, no contexto de uma determinada organização política legitimada democraticamente e consagrada constitucionalmente, parece-nos a única forma de se preservar o real papel das FA, impedindo, por um lado, a tentativa da sua instrumentalização para fins políticos, e por outro lado, que elas próprias resistam à tentação de, de força que são, se transformarem em poder, e em poder político, que não devem ser.

Quais os fins principais das FA? Defesa nacional, como referi, e defesa nacional contra possíveis ingerências externas e contra forças internas que nos diversos domínios ponham em causa as linhas fundamentais do quadro político institucional em que se devem inserir sujeitos e agentes, não só das FA, como do próprio processo económico-social dum determinado país.

Um outro aspecto importante acerca do papel constitucional das FA é o da separação do poder civil e da força militar e, numa perspectiva democrática que é a de nós todos, a supremacia dum poder civil legitimado democraticamente sobre qualquer outro poder. Daí, que as FA, neste quadro constitucional legal, devam aparecer subordinadas ao poder civil legitimado democraticamente. Porque, repito, elas próprias não são, nem devem ser, poder, mas sim força ao serviço de uma Nação, de um Estado, consagrado constitucionalmente e legalmente nas suas opções e linhas fundamentais concretas.

### **PARÂMETROS FUNDAMENTAIS**

A subordinação do poder militar em relação ao poder civil, ou melhor, da força militar em relação ao poder civil e a imperiosidade da independência da força militar face ao poder político e às diversas correntes de pensamento, não se confundem, como é evidente, com um total apoliticidade das FA ou com uma apatia se-guidista das mesmas FA em relação a um determinado poder político. As FA não podem, nem devem, ser totalmente apolíticas, porque se inserem num determinado quadro político consagrado constitucional e legalmente, e legitimamente aí devendo agir. Isto significa que as FA têm, não sendo partidárias, mas não sendo também totalmente apolíticas, de se identificar com as opções políticas básicas consagradas nos textos que os representantes da Nação votem. E devem também identificar-se com tudo que há de subjacente a esses mesmos textos, no plano económico-social e no plano político também.

As FA fazem uma opção política na medida, e só na medida, em que actuam e funcionam como garantes do respeito pela Constituição, por certas normas elementares consagradas nas leis, com respeito por um entendimento social de base, sem o qual não há democracia estável, nem Governo eficaz. E também na medida em que defendem a soberania nacional contra qualquer ameaça externa.

Deriva daqui que o papel das FA não pode fixar-se num dado momento e para todo o sempre. Tem de acompanhar a evolução política nacional. Ponto é, que a não acompanhe ao nível, por nós bastante conhecido, da estratégia do golpe - contra-golpe, mas ao nível da evolução natural de uma determinada sociedade -

evolução que se exprime por meios democráticos nos quais o sufrágio representa o papel fundamental da participação popular nas decisões políticas - na medida em que essa evolução é traduzida nos textos constitucionais e nos textos legais. Se não há canais democráticos suficientes de evolução participativa popular da situação política económica e social, na qual se insere o papel das FA, temos em primeiro lugar actuações de repressão anti-democrática e a maior parte das vezes anti-humana, e sobretudo, deixa-se apenas uma única alternativa para a modificação do quadro jurídico que já não traduz uma determinada evolução económica e social, que é o golpe força.

Esses os parâmetros fundamentais que nos parecem dever ser considerados no papel da FA no contexto nacional.

Resta aludir a um outro ponto que são as FA no contexto internacional. Dilui-se hoje o conceito de Estado - Nação e vários grupos de nações procuram, designadamente ao nível da Europa, construir a sua comunidade internacional. É verdade que isto acarreta consequências muito directas para a organização da própria sociedade nacional. E daí também sobre o próprio papel das FA. Seria inconcebível que no momento em que se procura construir a Europa económica, financeira, laboral e política, as FA se mantivessem nacionalistas e separadas de todo este contexto internacional.

A evolução comunitária e unitária da Europa, e possivelmente do mundo, leva a que as FA tenham de ver o seu papel como integradas também numa comunidade internacional, pela integração na comunidade nacional de que fazem parte.

Quais as consequências imediatas que isto pode representar para as FA portuguesas? Creio que são muitas, e importantes, e, como é evidente, não sou eu, como um civil, o mais indicado para as expor. Mas assiste-se hoje, a nível europeu, à tentativa de formar uma força armada europeia que acompanhe a evolução económica, social e política da Europa. A Europa militar não é uma ideia nova. É uma ideia que sempre esteve implícita na própria constituição da Europa, da livre circulação dos trabalhadores, das mercadorias, dos bens económicos e da cultura.

Creio que esta é uma perspectiva importante para as FA portuguesas. Até agora caminhou-se pouco no sentido da construção da Europa política. E o nosso País, com as suas dificuldades, deu uma vida significativa para a construção da Europa política. A decisão dos países do Mercado Comum, de fornecerem a Portugal uma ajuda excepcional, foi tomada à margem de quaisquer tratados, de quaisquer acordos, com uma clara intenção política, com objectivos políticos e intenções políticas, que representam a demonstração da Consciência europeia de que os países da Europa e de todo o mundo livre são solidários da defesa da democracia, estando conscientes também de que a defesa da democracia na Europa, se joga sobretudo hoje e intensamente aqui em Portugal.

Quando assistimos a isto e quando assistimos ao avanço do imperialismo soviético em África, que ameaça directamente a Europa acompanhado de um certo retraimento dos Estados Unidos em relação aos problemas do mundo, euro-africano, vemos que a Europa toma também consciência de que uma política internacional

comum, cujo primeiro passo foi dado pela decisão da ajuda excepcional a Portugal, só será eficaz com forças militares europeias.

É ainda muito cedo para antever a evolução da situação. Mas já há teses importantes a considerar, que vêem na NATO um veículo de internacionalização das forças armadas europeias, avançando-se já algumas propostas, no sentido de transformar a estrutura europeia da NATO numa estrutura da Europa militar unida. O que levaria a que o Comando Supremo da NATO na Europa fosse, não como até aqui confiado a representantes e oficiais dos Estados Unidos, mas confiado a um Estado maior europeu, assistido até por razões nucleares, de técnicos e conselheiros dos Estados Unidos. É uma pista importante, não só para a evolução da Europa militar unida, como para a própria valorização das nossas FA.

Por falta de recursos próprios, teremos, muito possivelmente, também no aspecto militar, de beneficiar de um suporte, de uma cooperação internacional designadamente a nível de material, que as FA necessitam. O importante é que essa cooperação, tanto no campo militar, como em todos os outros campos, seja feita, seja prestada e exercida sem qualquer subordinação, sem uma subordinação a um qualquer imperialismo, com preservação da independência nacional integrada na comunidade europeia.

E, tendo já excedido o tempo que me foi confiado, como é habitual nos políticos, enumerava apenas as seguintes conclusões:

Imprescindibilidade de as Forças Armadas estarem inseridas numa dada estrutura política institucional, o que implica que as mesmas estejam intimamente identificadas ou predominantemente identificadas com as opções fundamentais subjacentes ao texto constitucional e às normas legais que nos regem, numa vida, de participação democrática e pluralista.

Insuficiência das concepções clássicas sobre o papel das FA, as quais resultam num excessivo formalismo e numa visão idealista do papel das mesmas forças.

Necessidade de relacionar a função política das FA com a evolução e grau de desenvolvimento da organização política, económica e social da comunidade em que se inserem, tendo sempre presente as diferenças regionais e por países.

Reconhecimento de um importante papel histórico das FA e da progressiva transformação da sua intervenção na organização político-social do Estado.

Imperiosidade de se garantir a independência partidária das FA, evitando qualquer instrumentalização, embora com respeito pela subordinação face um poder político civil, democraticamente legitimado o que leva a não confundir apartidarismo com apoliticismo das FA.

Garantia de defesa da independência nacional como papel fundamental, traduzida simultaneamente numa posição independente face a correntes políticas ou ideológicas, assim como a necessidade de existência de mecanismo minimamente estáveis e estabilizados que evitem a tentação do autoritarismo militar.



Reconhecimento de uma certa tendência para os exércitos, as FA nacionais, se transformarem cada vez mais em FA integradas numa união política transnacional, enquanto expressão das tendências internacionais que dominam o mundo de hoje.

No actual contexto nacional, neste momento exacto em que vivemos de luta pela democracia, as FA, que em 25 de Abril derrubaram um regime ditatorial e que salvaram as esperanças da democracia nos golpes e contra-golpes posteriores, conseguindo finalmente, e esperamos que definitivamente, no 25 de Novembro, e através da Lei Constitucional, sobre o papel das FA, que a meu ver dá sentido exacto do 25 de Novembro, desempenharam um papel histórico, conquistaram com toda a justiça um lugar na história do nosso País. São ainda chamadas durante os próximos anos de estabilização democrática, a uma íntima cooperação com as forças políticas no sentido da garantia da democracia da Constituição e das leis fundamentais, da preservação da independência nacional, contra ataques externos e internos.

De momento, mesmo antes das eleições, essa função primordial traduz-se no Pacto Constitucional, Partidos Políticos - MFA, em vias de assinatura. Mas traduz-se também numa acção não menos fundamental que é a de esclarecimento definitivo do que foram os golpes e contra-golpes em Portugal depois de 25 de Abril. É indispensável que as FA também aí assumam o seu papel e a sua responsabilidade, porque, se o não fizerem, as próprias eleições irem o risco de ficarem envenenadas, e não traduzirem, como é indispensável que traduzam a escolha livre, clara e límpida de um o por uma determinada opção política, por uma determinada figura política. Se antes das eleições não forem esclarecidos os lões e contra-golpes decorrentes entre o 25 de Abril e as eleições, para sempre a pairar sobre a política nacional e sobre as próprias eleições, uma sombra de suspeita, um mal-estar inegável, que prejudica a estabilidade política. E ficará também o Governo e o presidente da República, bem como a Assembleia Legislativa que se seguirem às eleições com um pesado e imerecido fardo de resolverem um problema que não é seu, que é o do citado esclarecimento. Nós, no partido entendemos que isso é fundamental até para que se não vá se o esclarecimento se não der antes das eleições, para a solução fácil, mas eminentemente injusta e, portanto anti-democrática, de cobrir com um manto de uma amnistia aparentemente generosa as suspeitas que durante muito tempo ainda poderão ficar a pairar na nossa vida nacional, quanto aos golpes e contra-golpes decorridos depois do 25 de Abril.

Ainda na primeira parte do encontro falaram Barbosa de Melo, que teceu considerações sobre política geral, focando os princípios democráticos e os pontos fundamentais do Pacto MFA-Partidos, e Alfredo de Sousa, sobre a situação económico-financeira.

A segunda parte foi preenchida com um animado debate entre os oficiais presentes e os dirigentes do nosso Partido, no qual estes responderam às perguntas que lhes foram dirigidas, versando diversos temas políticos.

Ao abandonar a reunião o Secretário-Geral do PPD em declarações prestadas aos órgãos de Comunicação Social, mostrou-se deveras satisfeito, tendo afirmado

que, em sua opinião, o encontro fora extremamente enriquecedor, embora não tivesse chegado a defender um ponto que lhe é muito caro e gostaria de discutir com as FA: o que é a social-democracia, o socialismo democrático, e quais as suas possibilidades no nosso País.

"Não houve tempo para o fazer - afirmou Sá Carneiro - mas espero que haja outra oportunidade. Parece-me também necessário, como salientei, que estas reuniões não tenham apenas o sentido de os partidos políticos e os seus representantes debaterem problemas políticos com as FA mas que estas informem igualmente os partidos através dos seus representantes acerca da situação militar da Nação e sobre o que pensam dos problemas que o nosso País enfrenta.

## **1.20. Entrevista a "O País" - 3/3/1976**

"O PAÍS" - Quais são os objectivos da sua visita ao Canadá e aos Estados Unidos?

S.C. - No Canadá, fundamentalmente, contactar com as comunidades portuguesas. Infelizmente, a brevidade da viagem não permite contactar com todas; mas fizemos este contacto importante em Toronto, e espero ainda ter oportunidade de falar com alguns membros do Governo.

Em Washington teremos encontros com políticos; membros do Congresso, senadores, membros da Administração em especial o dr. Kissinger.

Será, de um modo geral, abordada a situação em Portugal e daremos também a conhecer aquilo que é o nosso Partido, embora seja cada vez mais conhecido; trocaremos impressões sobre a política internacional e a posição de Portugal no respectivo contexto.

Eu creio que, mesmo depois das eleições, os nossos problemas são de tal maneira agudos, que não poderemos sair deles sem forte apoio internacional dos países democráticos da Europa e de todo o mundo livre. Entendo, mesmo, que seria necessário um plano global de relançamento do País; aquilo que, enfim, poderia designar-se por Plano Marshall para Portugal.

- Aliás, o dr. Sá Carneiro, numa recente conferência de imprensa em Haia, falou da necessidade de um auxílio financeiro maciço ao nosso País. Por outro lado, o ministro das Finanças voltou a abordar a situação económica portuguesa, usando, mais uma vez, de um optimismo que parece não ser aceite por esta comunidade. Qual é a sua posição perante esse optimismo?

S.C. - Não tenho sido só eu a pedir auxílio financeiro; além de outros tipos de apoio, como comercial e tecnológico. E não só na Haia, mas em Bruxelas e noutros países democráticos. Têm sido até os próprios ministros a solicitar esse auxílio e que, felizmente, em parte têm obtido. Basta ver a ajuda excepcional de um milhão e meio de dólares, creio, feita no âmbito dos países do Mercado Comum.

É evidente que não partilho do optimismo do ministro das Finanças. Entendo que a nossa situação financeira é bastante má e creio, até, que é nocivo o optimismo

que se tem revelado da parte de certos dirigentes, porque dá às pessoas uma noção de facilidade e de vivermos em tempo de "vacas gordas", que não tem qualquer correspondência na realidade. Como é que as pessoas hão-de aceitar uma política de austeridade, que é necessária mas não suficiente quando se tem um optimismo financeiro e se diz que não falta dinheiro? Parece-me uma incoerência!... A situação real é, efectivamente de grandes dificuldades financeiras; e portanto é necessária uma política de austeridade. Mas impõe-se que essa política de austeridade não recaia, especialmente, sobre as classes trabalhadoras. Em segundo lugar, uma política de austeridade não chega, só por si; é preciso que ela se integre numa política de relançamento da nossa economia. Sem isto não há austeridade que valha a pena. Temos de produzir mais; temos de aumentar muito o Produto Nacional Bruto; temos de trabalhar mais; temos de contar com financiamentos externos, estimular os investimentos privados, temos de relançar toda a nossa economia. É a única maneira realista e democrática de construir a democracia económica, uma real justiça social e um real progresso para o nosso povo.

- Um tema quente nos últimos dias em Portugal: a assinatura do novo Pacto Constitucional Um vespertino de Lisboa, terá dito que o novo Pacto é como que uma coberta que vem permitir o avanço das direitas. Que pensa desta interpretação?

S.C. - Eu não sei, nem quero saber qual é esse vespertino. Mas trata-se de uma linguagem caracteristicamente de esquerda anti-democrática. Porque, de facto, o novo Pacto o que vem permitir é a institucionalização de uma verdadeira democracia entre nós. Ao contrário do Pacto de 1975, que consagrava o Poder militar, consagrava uma concepção do MFA como motor da Revolução socialista portuguesa; o novo Pacto é democrático; um Pacto de cooperação entre os Partidos e as Forças Armadas. E portanto quem o considera de direita, a meu ver é anti-democrático. Porque anti-democrática era a concepção anterior, em que havia uma elite, uma vanguarda revolucionária que impunha as suas soluções ao povo.

- A propósito deste seu primeiro contacto com a comunidade portuguesa no Canadá, lembro-me que um ministro do V Governo Provisório que fez uma visita aos Estados Unidos, onde não teve recepção muito amistosa por parte dos emigrantes, declarou, ao chegar a Lisboa, que a comunidade portuguesa na América, era comunidade para esquecer. Que comentário merece ao dr. Sá Carneiro aquela afirmação?

S.C. - E uma declaração, essa sim, para não esquecer. É injustificável mas não deve ser esquecida, para que, realmente, os portugueses se lembrem de quem são os políticos verdadeiramente interessados pelas comunidades portuguesas, pelo povo português de todo o mundo. É uma afirmação sectária, uma afirmação inadmissível que não tem cabimento nem numa democracia, nem devia ter sido feita por um português. Não há nenhuma comunidade portuguesa que seja para esquecer; pelo contrário, todas devem ser lembradas, intensamente lembradas. Não apenas quando se necessita das remessas dos emigrantes; mas sempre, porque são portugueses que estão cá fora porque não tiveram oportunidade de trabalhar na sua terra. Ainda que a tivessem tido e tivessem saído porque quiseram é um direito que tem de lhes ser reconhecido. E essas pessoas têm de ser

sempre respeitadas. Não há político que tenha o direito de desrespeitar pessoas nenhuma, portugueses como todos somos.

- Neste período pré-eleitoral, qual é o apelo que o PPD lança aos portugueses emigrados - que são, afinal, povo português?

S.C. - Que procurem estar atentos ao que se passa no nosso país; que procurem tornar-se a nós, políticos e continentais, atentos aos problemas dos emigrantes. Que lutem por ter uma verdadeira e real informação - que não têm. Que lutem por ter uma verdadeira e real assistência diplomática e consular - que também não têm, infelizmente. Enfim, que não se alheiem dos nossos problemas; e que participem, em primeiro lugar, através daquele meio fundamental num regime democrático: que os portugueses se não esqueçam de que, votando, estão a exercer um direito, mas também a corresponder a um dever - um dever de participação política. O dever de contribuir para o futuro do nosso país, não pensando apenas nos legítimos interesses dos portugueses que cá se encontram mas pensando também nos interesses dos portugueses que se encontram no continente, muitas vezes em condições infra-humanas de habitação e de assistência; condições que os portugueses que se encontram cá fora, já viveram. Por isso mesmo foram obrigados a sair por não poderem trabalhar. Votando, os membros das comunidades portuguesas por esse mundo fora, contribuirão para a escolha do futuro do nosso País. Contribuirão, na perspectiva do Partido Popular Democrático, para a construção de uma democracia política, de uma democracia económica, de uma democracia social e cultural - seja para a construção de uma igualdade, de uma real justiça social. Mas seja essa ou não, a opção de todos os portugueses espalhados pelo continente e pelo mundo, o fundamental é que todos participem, todos exerçam o seu direito de voto. E lutamos sempre pelo voto pleno do emigrante. Algumas limitações já foram vencidas; ainda está o voto muito limitado em termos de número de deputados - número que, em si mesmo, é importante numa Assembleia que terá o máximo de 250 deputados. Mas também é importante que se lute pela participação plena dos emigrantes, através do voto, na eleição do Presidente da República.

Esta a mensagem do Partido Popular Democrático, juntamente com a palavra de saudação amiga e de grande regozijo pela maneira como fomos aqui recebidos e como convivemos nestes momentos rápidos mas muito intensos.<sup>214</sup>

## **1.21. Declarações à RDP - 1/4/1976**

Entrevistador: - Dr. Sá Carneiro, eu gostaria de lhe perguntar como vê hoje a economia portuguesa, não sem antes lhe dizer que li atentamente as declarações suas na conferência de Imprensa que deu ontem e que devo dizer-lhe que gostaria que me caracterizasse a perspectiva social-democrata que o PPD entende ter para analisar a economia portuguesa, lembrar-lhe que talvez a visão que o Partido tem seja pessimista e pessimista dizem alguns comentadores em função de um clima pré-eleitoral e finalmente, lembrar-lhe, se mo permite que na visão que temos da economia portuguesa nós não podemos esquecer a conjuntura económica da Europa Ocidental onde a economia portuguesa se insere natural-

mente e que em 1975, podemos dizer que foi um dos anos mais sombrios da recessão económica. Isto, portanto, é já caracterizar o facto de que não estamos, felizmente, orgulhosamente sós no mundo. Que nos inserimos numa economia mais vasta que a nossa e que essa também não é brilhante. De qualquer modo, dou-lhe a palavra para terá sua visão sobre a economia portuguesa de maneira a esclarecer os ouvintes.

Dr. Sá Carneiro - Não estaremos orgulhosamente sós no mundo, mas estamos com certeza penalizadamente, muito piores que os outros. Porque falou numa perspectiva social-democrata da visão da economia. Essa perspectiva assenta em 2 pontos fundamentais: realismo e verdade. E a verdade, analisada com realismo a nossa economia, é de que atravessamos uma crise grave e caminhamos para uma situação, se é que não estamos já, dramática da nossa economia e das nossas finanças. Efectivamente, ontem, na nossa conferência de imprensa dada à tarde, expusemos a nossa análise da situação e as propostas que constam do nosso programa de governo a apresentar dentro em breve para remediar a actual situação. Alguns números serão mais elucidativos do que grandes discursos. Nós temos uma taxa de desemprego muito alta, cerca de 15% da população activa, o que diz pouco, em percentagem, mas o total dos de desempregados atingia 370 000 no final do ano passado, aos quais juntaram cerca de 100 000 refugiados sem emprego, isto é refugiados como população activa. Isto dava que 1 em cada 8 portugueses válidos para o trabalho está desempregado. Não tem emprego.

Houve uma baixa sensível do produto interno bruto, a qual desde 1973 foi cerca de 14,5%. 10% baixa do produto por cabeça acrescida de um crescimento da população de 4,5% e, portanto, uma baixa real do produto, por cabeça de 14,5%. As dificuldades em inúmeras empresas são muito grandes e se atendermos ao sector nacionalizado, ao conjunto das empresas nacionalizadas, veremos que no ano transacto, apresentou um prejuízo superior a 20 milhões de contos.

As reservas de ouro e divisas baixaram intensamente e hoje parte das nossas reservas de ouro, já que as reservas de divisas se esgotaram no final do ano passado, já parte das nossas reservas de ouro, cerca de 1/3 calcula-se, embora não haja números exactos, estão comprometidas por empréstimos como garantia ouro. O "déficit" da balança de pagamentos que foi, em 1974, 16 milhões de contos, ultrapassou em 1975, os 26 milhões de contos. E só nos 3 primeiros meses deste ano o "déficit" da balança de pagamentos atinge mais de 10 milhões de contos, o que dá uma perda de área de mais de 110 mil contos. Isto diz melhor que quaisquer palavras, a situação de crise, que eu diria grave, senão mesmo dramática, da nossa economia.

Entrevistador: - Mas não vê de qualquer modo alguns sinais animadores, devo dizer-lhe que, nesse mesmo lugar, ontem, o dr. Mário Soares referia que o dinheiro começa a voltar aos Bancos, há 12 milhões e meio de contos que entraram em 2 meses e meio, o que me parece importante, e há, segundo palavras do dr. Mário Soares, após o 25 de Novembro, o VI Governo conseguiu inspirar um clima de confiança. Subscreve esta afirmação ou não?

Dr. Sá Carneiro: - Eu diria que depois do 25 de Novembro, o clima de confiança relativa, restabelecida pelas F.A. originou um regresso aos Bancos de quantias vultuosas, o que significa que os 30 milhões de contos, aproximadamente, que estavam entesourados em casas particulares ou fora dos Bancos, regressaram em parte, pouco mais de 1/3 aos Bancos, o que traduz um clima de confiança que a meu ver foi fruto muito mais do papel das F.A. e da estabilização conseguida depois do 25 de Novembro do que de uma política financeira. Por outro lado, as remessas de emigrantes aumentaram um pouco mas não acompanharam o aumento do regresso do dinheiro aos Bancos. Aumentaram, relativamente, menos, o que traduz também uma certa confiança dos emigrantes, sobretudo dos emigrantes de França, visto que os da América se numa atitude de maior expectativa e da Alemanha também. Creio que falta ao VI Governo uma política definida do ponto de vista cambial, do ponto de vista de dívida pública, enfim a política global decidida no que se refere às finanças.

Vamos vivendo o dia-a-dia. Vamos procurando obter o maior quantitativo possível de fundos, sobretudo para custear os abastecimentos, as importações de bens e não podemos esquecer que cerca de 60% dos bens alimentares são importados, o que dá só para o sector de bens alimentares uma importação de 25 a 30 milhões de contos por ano. E tudo isto leva-me a recear que o clima de confiança resultante da estabilização de pós 25 de Novembro - VI Governo é anterior ao 25 de Novembro - não terá efeitos decisivos no resolver da crise se não houver efectivamente, uma política muito clara, muito concreta, muito definida, assente, como eu dizia há pouco, no realismo e na verdade.

Entrevistador: - O Dr. Sá Carneiro acaba de me dizer que efectivamente, se queixa de que não há plano, que vivemos no dia-a-dia e de que os recursos que vão para a compra de abastecimentos são grandes. Eu poder-lhe-ia retorquir que, ainda estou à espera e os portugueses também, que os partidos políticos, actualmente no Governo, apresentem planos, uma planificação concreta; também esses partidos, que eu saiba, ainda não apresentaram um plano económico para este País, e no que toca realmente ao problema do abastecimento deste País, que não é brilhante, como sabe, eu poder-lhe-ia dizer que justamente a pasta do Comércio Interno é detida por um distinto membro do PPD.

Dr. Sá Carneiro: - Com certeza. É efectivamente a primeira vez que detemos pastas económicas, mas o problema económico e financeiro ultrapassa de longe o do Comércio Interno. Devo dizer, no entanto, que durante a vigência dos Governos de Vasco Gonçalves, chegou a estar previsto o racionamento de bens. As dificuldades de abastecimento pareciam inultrapassáveis. Hoje conseguiu-se resolver de modo relativamente satisfatório, esse problema. Temos, é certo, problemas de abastecimento. Por exemplo, neste momento, em Lisboa, segundo me dizem, falta desesperadamente batata e carne de vaca. Pois a verdade é que há várias toneladas de batata para descarregar, há várias toneladas de carne para descarregar e o descarregamento e conseqüentemente, o abastecimento estão a ser afectados, como consta, de resto, numa nota do Ministério do Comércio Interno, com a greve dos estivadores, que dão pois todo um conjunto de problemas intrincados em que ao Ministério do Comercio Interno cabe uma quota parte de responsabilidade, a que tem correspondido muito bem até este momento. Mas, quanto

aos planos, nós apresentamos um programa de governo que ontem anunciámos nas suas linhas gerais em que apresentamos propostas concretas para resolver a crise. Em primeiro lugar, uma definição da política global com a delimitação clara entre o sector público e sector privado. Para nós, PPD não só não devem ser feitas mais nacionalizações, como se devem desnacionalizar as pequenas e médias empresas que não estejam integradas nos sectores-chave da economia. Isso permitirá restituir as pequenas e médias empresas dos sectores não essenciais à iniciativa privada, à propriedade privada, que são fundamentais para o relançamento económico do País. Por outro lado, deve reorganizar-se e reestruturar-se o sector público dando ao gestor autonomia de gestão com conseqüente responsabilização da gestão. Não podem os gestores ser considerados meros funcionários públicos. Têm de assumir a efectiva gestão autónoma da empresa com a conseqüente responsabilidade; empresas do sector público que devem ser concorrentes entre si e conservar a sua própria autonomia.

Dr. Diniz da Silva:

Dr. Sá Carneiro, desculpe-me. Se quisermos delimitar os sectores que ficarão abrangidos pelo sector público, as propostas políticas do PPD coincidem ou não com as do PS?

Dr. Sá Carneiro: - Não coincidem. Não coincidem porque a nossa visão da economia é completamente diferente da do PS. O PS assenta na colectivização integral dos meios de produção admitindo como situação, meramente transitória, o respeito da propriedade privada das pequenas e médias empresas, mas numa situação meramente transitória. Nós defendemos uma economia mista; para nós muito mais importante que a colectivização dos meios de produção, do que as nacionalizações, é a repartição do poder económico. Uma sociedade progressiva, igualitária, assenta na repartição do poder económico, numa política de salários, de rendimentos e de preços muito mais do que na sistemática colectivização dos meios de produção. Essa é defendida pelo PS, não por nós. Portanto, aí, há diferenças fundamentais como as há na mesma perspectiva, a respeito da Reforma Agrária, da propriedade da terra.

Dr. Dinis da Silva: - Isso já lá vamos.

Dr. Sá Carneiro, qual é a posição do seu partido, em relação ao investimento estrangeiro? Eu faço esta pergunta, porque, como sabe, as carências financeiras deste país, como aliás, já tive ocasião de referir esta noite, são grandes e não teremos outra alternativa; ou recorrer à poupança nacional, que como disse ainda se encontra, em grande medida, nos colchões, ou recorreremos, efectivamente, a meios financeiros que nos vêm do exterior. Neste País foi largamente debatido o problema da independência nacional e, enfim, é do saber comum das populações que homem endividado nunca é independente, isto é, país endividado nunca é independente: Portanto, em relação ao investimento estrangeiro, qual é a posição do seu Partido?

Dr. Sá Carneiro: - Deixe-me dizer-lhe que eu não concordo a alternativa que pôs. Ou recorreremos ao investimento nacional o investimento estrangeiro. Eu acho que devemos recorrer, no máximo, ao investimento nacional privado, na medida do

necessário e do possível ao investimento estrangeiro. Não me preocupa a independência nacional que, em teoria ou em propaganda, poderia ser afectada pelo investimento estrangeiro. Como o Sr. Doutor disse e muito bem: Homem endividado é homem dependente, e afecta muito mais a nossa independência um saldo negativo da balança de pagamentos da ordem do que temos, um bilião de dólares ou cerca de 26 milhões de contos, do que investimentos estrangeiros devidamente planeados, devidamente garantidos. Creio que temos muito das possibilidades, desde que haja indicações da estabilidade política, da estabilidade social e da definição económica e financeira de aumentar, substancialmente, os nossos investimentos nacionais privados, pelas remessas dos emigrantes, por um lado, pelos próprios investimentos internos. Há muita gente que tem o dinheiro por investir porque não tem canais de investimento, nem encontra segurança para os investimentos. E não é, quer quanto aos emigrantes quer quanto aos residentes no continente, um mero problema de remuneração de capitais, ou quanto aos emigrantes, de contas especiais. Arranjou-se, como sabe, um esquema de contas para emigrantes, que impropriamente se chamaram contas em moeda estrangeira, não o são, são contas em moeda nacional com garantia de câmbio e garantia de reexportação de capitais. Embora não seja especialista na matéria, parece-me que seria muito mais conveniente, dizer contas para os emigrantes em moeda estrangeira mesmo, o que evitaria ao Estado o risco cambial. Risco cambial, que significa isto? Pois se a moeda estrangeira é desvalorizada, o Estado suporta a diferença, de maneira que a pessoa que mandou para cá marcos ou francos, recebe o mesmo dinheiro português, apesar da desvalorização dessa moeda. Se tivéssemos para os emigrantes, contas em moeda estrangeira, teríamos a eliminação do risco cambial, pois o Estado português teria vários credores individuais em moeda estrangeira, em vez de ter 2 ou 3 países credores nessas mesmas divisas, o que seria uma grande vantagem para o Estado português. Por outro lado, poderia mesmo estudar-se a possibilidade de haver uma única conta em moeda estrangeira movimentável no pis estrangeiro em que o emigrante trabalhe e em Portugal. Para isso serviriam as nossas agências bancárias no estrangeiro, o que evitaria a duplicação de contas. A família do emigrante poderia movimentar essa conta em moeda estrangeira, o emigrante lá, trabalhante, poderia movimentar a mesma conta através das representações bancárias portuguesas nos países em que trabalha. Por outro lado, há também todo um problema de estabilidade social. Enquanto houver ocupação de casas, ocupações de propriedades, enquanto se não souber se os médios e pequenos investidores vão ou não receber indemnizações pelas poupanças que investiram em empresas nacionalizadas, não haverá investimentos nacionais o que é perfeitamente compreensível, porque as pessoas querem ter um mínimo de segurança para os seus investimentos. Nem ninguém pode pedir-lhes que por mero patriotismo sacrifiquem numa aventura o pecúlio que amealharam com o seu trabalho.

O entrevistador: - E isso, se me permite o Dr. Sá Carneiro que eu gostaria de lhe pôr directamente a pergunta. Como é que o PPD vê as indemnizações aos pequenos accionistas que efectivamente, como acaba de dizer, viram, digamos, o seu capital nacionalizado?



Dr. Sá Carneiro: - Embora não tenhamos ainda falado dos investimentos estrangeiros, para nós é indispensável que os investidores sejam indemnizados pelas consequências das nacionalizações. Para isso, propomos, concretamente, que sejam estabelecidos escalões de valor e dado tratamento preferencial aos escalões mais baixos, em termos de taxa de juro e prazo de amortização. As indemnizações deveriam ser pagas em títulos de Dívida Pública porque, por Um lado, haveria que assegurar que esses Títulos de Dívida Pública não pudessem ser imediatamente vendidos, o que provocaria uma inflação pelo aumento de recursos monetários e de poder de compra. Propomos então que os Títulos de Dívida Pública dados como indemnizações seriam encaminhados para investimentos produtivos. Poderiam servir, designadamente, para garantir empréstimos para compra de habitação própria ou mesmo para pagamento de amortizações, para aquisição de quotas-partes do capital das empresas que o Estado desnacionalize, isto é, pois se há uma empresa desnacionalizada pelo Estado, as pessoas podem interessar-se, caso dos hotéis, por exemplo. Podia ser um caso exemplar. As empresas hoteleiras, muitas foram indirectamente nacionalizadas, podiam ser desnacionalizadas, tornarem-se empresas rentáveis. As pessoas que tivessem Títulos de Dívida Pública recebidos como indemnização da sua participação no capital de empresas nacionalizadas, poderiam trocar esses títulos por acções das empresas hoteleiras se elas viessem a ser desnacionalizadas. E o caso aplica-se a muitos outros casos.

Dr. Dinis da Silva: - Como sabe, temos muito escasso tempo e há duas coisas, entre outras que tenho, que gostaria de lhe perguntar:

1.º - qual é a política de emprego que o PPD entende adoptar? E correlacionada com esta pergunta, eu gostaria de perguntar qual é a política de rendimentos que o PPD também pretende adoptar e se me pode explicar o que é que entende pelo famoso acordo social proposto pelo seu partido?

Dr. Sá Carneiro: - Quanto a política de emprego, cremos que se lhe deve dar prioridade. Que ela deve assentar na criação de postos de trabalho. Isto significa investimento. Investimento público e investimento privado. Um grande plano imediatamente exequível de obras públicas, permitiria resolver situações de flagrante injustiça social, porque faltam infra-estruturas em grande parte do País e portanto programas de obras públicas de saneamento básico, de comunicações e transportes, de rede de frio e de armazenagem, de portos de pesca, por exemplo, permitiriam a criação de novos postos de trabalho. Seria o Estado directamente a investir".

Entrevistador: - Com que meios financeiros? Voltamos ao mesmo problema, porque no fundo, se quer fazer uma política de forte investimento, nós, por um lado, teremos que perguntar onde vai arranjar os meios financeiros e depois perguntar-lhe se essa política de forte investimento não implicará um agravamento da inflação?

Dr. Sá Carneiro: - Poderá provocar um certo agravamento da inflação, relativo embora, visto que se os recursos são investidos não haverá inflação imediata, visto que não são lançados no circuito comercial, não há aumento directo de po-

der de compra, não estamos a financiar consumos. O problema mais sério é dos recursos. Onde vamos buscar recursos para um tal plano de investimentos? Direi que aí sim, devemos utilizar a parte que nos resta das nossas reservas de ouro. Elas têm vindo a ser utilizadas até agora para financiar consumos, o que significa que estamos literalmente a comê-las e a comê-las com fortes efeitos inflacionistas. Ora, se elas forem utilizadas para obter com elas dinheiro para investimentos, estamos a criar riqueza, não a delapidá-las. Não a comê-las. Criar riqueza é um objectivo fundamental. Por outro lado, temos de obter auxílio público estrangeiro, para tal plano de investimentos; foi tema sempre gorado nas minhas deslocações na Europa e encontrei a maior receptividade para suporte financeiro, dos Estados europeus, das organizações internacionais, desde que os créditos não fossem utilizados para consumo, mas sim para investimentos.

Estou convencido que desde que haja um plano criterioso, uma política económica e financeira definida, depois das eleições poderíamos lançar imediatamente, um vasto plano com obras públicas baseado nos recursos obtidos com a parte que nos resta livre das nossas reservas de ouro e com os financiamentos estrangeiros que serão dados com garantia de investimentos.

Dinis da Silva: - Dr. Sá Carneiro, gostaria que me desse uma palavra para esclarecer aquilo que o PPD entende ser o acordo social, dado que o Dr. M. Soares falou ontem, aqui, a estes mesmos microfones, pacto-social.

Dr. Sá Carneiro: - Sim. No nosso programa de Novembro de 74 já se empregava uma expressão equivalente à que agora usamos, de acordo social.

Pois, por acordo social entendemos o entendimento entre os sindicatos, as empresas públicas, as associações patronais e Estado no sentido de estabelecer uma plataforma que apontamos para dois anos, mínimo de prazo para assegurar uma rentável plataforma e uma política efectiva com ritmos e condições de reavaliação de salários que atenda às necessidades de crescimento e de combate ao desemprego. Por outro lado, este acordo social deveria assentar em que os salários baixos, nomeadamente, o mínimo e médios salários, enquanto a inflação se manifestar elevada, serão indexados, isto é, o seu montante aumentará na medida em que aumentar o custo de vida - a inflação.

Supomos que, devidamente esclarecidos com a verdade, os trabalhadores não realizarão reivindicações excessivas que os não beneficiarão, poderão sim pôr em causa o seu emprego e atirá-los para uma situação absoluta de carência.

Terminada esta primeira fase de resposta à perguntas do entrevistador, seguiu-se uma 2.a parte, durante a qual o Dr. Sá Carneiro esclareceu questões directamente postas pelos rádio-ouvintes através de telefonemas.

Antes, porém, o Dr. Dinis da Silva entendeu por conveniente que o nosso secretário-geral se pronunciasse acerca da Reforma Agrária.

Dinis da Silva: - Antes de entrar no período das perguntas, queria apenas expor uma pequena pergunta, que agradecia que o Dr. Sá Carneiro respondesse muito sumariamente, no que diz respeito à Reforma Agrária. Em afirmações, ontem também feitas na conferência de Imprensa, disse que a mesma Reforma Agrária

deverá estar apoiada numa estrutura de cooperação, beneficiando de uma rápida integração de pleno direito na segurança social, bem como a renovação dos diplomas que regulamentam as expropriações agrárias. Muito sumariamente eu queria que me explicasse isso que afirmou ontem na conferência, de Imprensa.

Dr. Sá Carneiro: - Para nós é necessária uma reforma agrária. Fomos o primeiro partido a apresentar, em Julho de 1974, uma proposta de reforma agrária. O que tem havido sob o nome de reforma agrária não é uma real reforma agrária. Há uma lei de expropriação, baseada no critério de pontuação, ainda como princípio do plano de desenvolvimento económico e social, conhecido por "Plano Melo Antunes", de Fevereiro de 1975, nós PPD votámos contra esse princípio de expropriação de terras e de pontuação. Ele foi concretizado na Lei, no Governo de Vasco Gonçalves, designado, sob reforma agrária e nós votámos, novamente, contra essa lei, porque para nós, reforma agrária não é colectivização de terras. Ainda ontem, aqui, ouvimos dizer que se havia avançado na Reforma Agrária, porque se tinha avançado na colectivização de terras. Pois é uma perspectiva de reforma agrária não é a nossa. Para nós a reforma agrária deverá assentar na exploração útil da terra, muito mais que na sua propriedade, deverá respeitar a propriedade privada da terra, combatendo, por intervenção do Estado, quer a excessiva concentração de terras quer a terra mal aproveitada. E terra mal aproveitada, tanto é a terra abandonada como a terra que é utilizada para um fim menos rentável do que aquele que podia produzir. Que a terra produza o máximo possível, que a exploração da terra assente predominantemente em exploração familiar, produtor autónomo, portanto, sem utilização, com o mínimo de utilização de trabalho salariado.

Somos contra as explorações da terra pelo Estado ou explorações de terras em cooperativas que não representam de facto a livre associação de agricultores ou trabalhadores, mas uma imposição, cooperativas do tipo soviético, como algumas que se têm utilizado no Alentejo.

Além disso, a Reforma Agrária para nós deve enquadrar-se num plano global de dignificação do mundo rural, a fim de que ao homem rural e ao mundo rural, tão esquecidos desde sempre e também desde o 25 de Abril, seja restituído por condições de vida dignas, uma vida equivalente à do trabalhador industrial ou do homem da cidade. Isso passa pelo desenvolvimento e execução de um plano de infra-estruturas sanitárias de educação, de saúde, passa também por um real apoio do crédito agrícola (e lembro que cerca de 3/4 do crédito agrícola obtido para a Reforma Agrária foram dados ao Sul com grande esquecimento do Norte), passa por um plano de assistência técnica indispensável numa agricultura moderna e produtiva e pelo fomento das associações livres de trabalhadores, de agricultores, o que também se tem fomentado muito pouco.

Estamos perfeitamente à vontade, neste campo, para defender a revogação das leis de expropriação e de pontuação com as quais nunca concordámos. De harmonia com a Constituição, a Reforma Agrária será da competência da Assembleia da República e terá a participação das organizações de trabalhadores rurais e de pequenos e médio agricultores. É isso mesmo que eles desejam, é isso que terá de

ser feito depois do início da vigência da Constituição e da formação de um Governo democrático em Portugal.

Numerosos foram, em seguida, os problemas levantados pelos ouvintes, não só de Lisboa, mas também de todo o País, em chamadas telefónicas feitas para os estúdios de Lisboa da Radiodifusão ou para estes, canalizadas através dos emissores regionais.

Dada a falta de espaço, não nos é possível um relato integral, mas apenas referir algumas que se nos afiguraram de maior interesse.

Ouvinte: - Uma vez que o Dr. Magalhães Mota é o responsável pelo Ministério do Comércio Interno, eu queria saber, efectivamente, uma vez que a greve dos estivadores está a afectar todo um País, eu gostava de saber se efectivamente as F.A., uma vez que estão ao serviço do povo, não poderão, enquanto o problema dos grevistas não se resolve, não poderão resolver o problema de descarga de carne e da batata, uma vez que é possível que estejam a deteriorar-se e estão a afectar toda uma população que sente na sua carne e na sua pele a falta desses dois produtos.

- A segunda pergunta seria esta: se a utilização das reservas de ouro para cobrir, os investimentos que o Sr. Dr. Sá Carneiro falou não iria provocar na Bolsa Mundial um abaixamento, que seria também prejudicial para nós próprios?

Dr. Sá Carneiro: - O governo, se entender que o caso é suficientemente grave, mas é o Governo no seu conjunto, não é o ministro do Comércio Interno, pode pedir às F.A. que decretem a mobilização do sector. Isso é portanto um problema de Governo-F.A. que só surgirá em casos extremamente graves e agudos, quando o Governo no seu conjunto e as F.A. entenderem.

Quanto ao problema da utilização das reservas de ouro, pois a venda do ouro poderia provocar um abaixamento do preço do ouro no mercado internacional, mas quando pensei em utilização de reservas de ouro pensei na utilização que tem sido, sobretudo, posta em vigor para obter receitas até agora, quer na obtenção de empréstimos com garantia sobre o ouro. Portanto, não há venda imediata, não haverá, esperamos, venda desses empréstimos. Sejam pagos os juros e amortizações, e permite uma racional utilização das nossas reservas de ouro para obtenção de fundos necessários para o investimento, sem venda de ouro, portanto. Se eventualmente, os empréstimos fossem pagos na data limite então haveria a entrega do ouro directamente ao emprestador, sem venda de ouro no mercado internacional.

Outro ouvinte: - Verificamos que todos atacam o Governo do Sr. Vasco Gonçalves, que levara o País ao caos. Estamos de acordo, mas eu não estou de acordo.

Os nossos Srs. Drs. é que estão de acordo.

Eu pergunto, depois do Sr. Vasco Gonçalves sair do Governo o aumento do custo de vida tem sido exagerado, que ninguém lhes pode chegar.

A seguir. Porque é que o Sr. Ministro da Administração Interna, que promete mundos e fundos e que no Norte, o caso do bacalhau. A população tem bacalhau e desde Lisboa para baixo não há bacalhau.

Eu gostava que o dr. Sá Carneiro respondesse sobre esse assunto. Porque o sr. Ministro da Administração Interna, quanto a mim está a levar o País à degradação e ao caos e torna a responsabilidade a outras pessoas que não têm culpa nenhuma disso.

Dr. Sá Carneiro: - Em primeiro lugar não concordo efectivamente que os Governos de Vasco Gonçalves tenham tido consequências menos nocivas ou que não tenham gerado situações que estamos agora a pagar o preço. Foi toda uma política demagógica seguida por esses Governos, que nos conduziu à actual situação dramática, como disse no início, para a nossa economia, para as nossas finanças.

Em segundo lugar, eu creio que não se trata do Ministro da Administração Interna, como o radiouvinte fez a sua pergunta, ainda há pouco me aconteceu o mesmo lapso, trata-se creio do Ministro do Comércio Interno.

Ora, o ponto é que a responsabilidade pela maior parte dos aumentos de preços não é do ministro do Comércio Interno, é dos outros sectores. Aumentos de preço deveriam sobretudo de aumentos de impostos, de aumentos de transportes públicos, que não tem nada a ver com o Ministro do Comercio Interno. O problema do abastecimento está hoje muito melhor resolvido do que nos tempos dos Governos de Vasco Gonçalves, em que chegou a estar encarado o racionamento dos produtos. Nem outra coisa era de admirar, se pensarmos que no Governo de Vasco Gonçalves esteve pronto para ser publicado um despacho que previa a nacionalização das pocilgas com ressalva das pequenas e médias pocilgas; mas essa era uma política de nacionalizações sistemáticas de desorganização de todo o sector económico, que está agora a produzir consequências desastrosas. Temos ainda de suportar consequências de contratos desfavoráveis verificados e firmados nos tempos dos Governos de V.G. O que se passou, por exemplo, com o contrato da compra de açúcar a Cuba, feito por 3 anos, a um preço superior a 20\$00, quando ele togo a seguir desceu para metade do preço e hoje se encontra a quase 1/3 do preço, mostram bem a que ponto é que vão ainda as consequências dessas trocas da política seguida pelos Governos de V.G. Recordo também que com excepção do actual Ministro do Comércio Interno, ao contrário de outros partidos, não tivemos responsabilidades nas pastas económicas e financeiras. Nós, PPD.

## **1.22. Entrevista ao "Expresso" - 15/4/1976**

EXPRESSO - Parece-lhe, dr. Sá Carneiro, que, tentando nós fazer uma radiografia da sua pessoa sob o ponto de vista político para a apresentar aos nossos leitores, estamos a radiografar o PPD?

Sá Carneiro - Não, embora a sua opinião no EXPRESSO tenha sido diferente. O partido não sou eu. O Partido, são, sobretudo, os seus militantes, e os seus ór-

gãos dirigentes também, tanto nacionais como locais, embora haja um grande apoio e uma ligação grande entre aquilo que eu exprimo e aquilo que o partido é.

EXP. - Podemos, portanto, dizer que o Partido é uma Frente?

S.C. - Um Partido nunca é uma Frente. Um Partido só é uma Frente quando há profundas divisões internas, como acontece nalguns partidos. O nosso é um real partido, uma organização política voltada para a disputa do poder, baseada num programa, numa ideologia e com uma acção comum. E o nosso partido é efectivamente isso: com uma ideologia e um programa sociais-democratas e um comportamento e uma acção em prol da social-democracia.

EXP. - Não teme que venham a verificar-se novos fenómenos, como foi o caso do MSB?

S. C. - O MSD, que eu saiba, não tem existência legal. É uma intenção. Por outro lado, nunca representou uma cisão no partido. Exprime, apenas, se é que alguma coisa exprime, dissidências pessoais, muito menores que as verificadas noutros partidos.

EXP. - Qual o seu estado de espírito em relação às eleições? Está optimista?

S. C. - Estou optimista em dois aspectos: em primeiro lugar porque me parece que as eleições se vão realizar e correr bem, apesar de todas as tentativas de desestabilização que se processaram e se processam actualmente e suponho que aumentarão. Em segundo lugar, porque o nosso partido tem muito boas probabilidades de ficar em primeiro lugar, com uma diferença de 5 ou 10 por cento em relação ao segundo partido.

EXP. - A que tipo de tentativas de desestabilização pretende referir-se?

S.C.- Agitação social, exploração da Imprensa de artigos publicados no estrangeiro com vista a desacreditar figuras militares essenciais para a democracia portuguesa. Outras acções deste género, como, por exemplo, espalhar a impressão de que especialmente no Norte, nos Açores e Madeira, não há um clima de tranquilidade política, o que é falso, e todo esse género de manobras aliadas ao movimento grevista.

EXP - No que acabou de dizer quer referir-se inclusivamente ao caso "SPÍNOLA/STERN"?

S.C.- Exactamente, bem como à exploração que está a ser feita na imprensa portuguesa disso, apontando para o possível envolvimento de alguns oficiais que se encontram em Portugal. Devo dizer que não considero genuína a reportagem da "Stern" Não acredito que o general Spínola enveredasse por um caminho daqueles. Quem conhece o general Spínola, não pode compreender nem aceitar, por exemplo, que ele mandasse vir champagne. Ele que não bebe, como sabe, senão água. De resto, acho praticamente impossível reconhecer o general Spínola nalgumas fotografias.

EXP - Não acha estranho que uma revista se sujeite aos perigos de invenção total de uma reportagem?

S.C. - Tanto quanto eu sei, embora sem pormenores, já há alguns precedentes em relação ao autor desta reportagem.

EXP - No entanto, em relação à revista e não ao autor da reportagem, uma publicação destas é de tal maneira repercutível na opinião pública mundial que, a ser inventada, abala toda a sua credibilidade.

S.C. - Veremos o que acontece, se realmente se vier a apurar a veracidade ou não da reportagem. Não estou a emitir juízos de condenação em relação à "Stern" que, aliás, é uma revista que não costumo ler.

EXP - No entanto, o Governo Suíço, ao dar ordem de expulsão a Spínola, de algum modo acreditou na versão da revista. Pelo menos, a partir daí teve fundamento suficiente para proceder como procedeu.

S.C. - É possível. Não sei ainda os fundamentos da expulsão.

EXP - Ouvei, há dias, na RTP, Helena Roseta, do seu partido, a criticar o estado caótico em que o país se encontra sob o ponto de vista económico, etc. Não é verdade que o PPD participou em todos os governos excepto no V? Não lhe parece um tanto demagógico que o PPD, PS e PCP critiquem o estado caótico a que o país chegou, tendo sido estes partidos os gestores?

S.C. - Não me parece nada demagógico. Pelo contrário. O estado caótico ou dramático é real. É verdade que nós participámos nos vários governos provisórios com excepção do V, presença que a maior parte das vezes foi extremamente diminuída e através de ministros sem pasta. Nunca tivemos responsabilidades económicas, nem financeiras, a não ser agora com o VI Governo no Ministério do Comércio Interno e, mesmo assim, reduzidas. Estamos, por isso á vontade, para fazer a crítica e estamos também conscientes de que corresponde à nossa responsabilidade de partido político dizer a verdade ao país. É isso que procuramos fazer, embora possa até reverter contra nós pela presença no governo provisório. Nunca afectaria tal facto a obrigação de dizer a verdade.

EXP - Quer isso, então, dizer que os governos anteriores nunca foram de coligação e que cada partido era unicamente responsável pelas pastas que geria, não tendo o governo significado no seu conjunto?

S.C. - Tinha tanto menos significado que até nem havia um programa comum de governo. Um governo de coligação deve assentar num programa comum de governo e ele nunca existiu.

EXP - Cada partido era então responsável pelo seu sector particular de gestão?

S.C. - Havia uma responsabilidade por cada sector particular de gestão. Havia também a possibilidade de, no novo governo, declarar que se não concordava com a votação seguia e, portanto, reservar-se o direito de assumir publicamente posição contrária. Foi o que fizemos nomeadamente contra a chamada Reforma Agrária, ou seja contra a Lei de Expropriação e Pontuação.

EXP - Porque é que o dr. Sá Carneiro atribuiu ao dr. Mário Soares qualificativo de marxista?

S.C. - Eu atribuo porque ele próprio se atribui. Tem dito muitas vezes que é marxista. Se se considera isso um ataque ou mesmo um insulto, o problema não é meu. É ele que se confessa assim.

EXP - O dr. Sá Carneiro considera tal qualificativo ataque ou insulto?

S.C. - Eu, não sou, o problema é para quem é. Eu não considero.

EXP - Não considera, portanto insulto?

S.C. - Considero uma expressão da verdade. Se as pessoas são marxistas porque é que quando lhes convém consideram isso um ataque: o serem chamadas marxistas?

EXP - Com quem é que o dr. Sá Carneiro preferia aliar-se logo a seguir às eleições, isto em função dum governo, partindo do princípio que o PPD teria, por exemplo, 30 por cento de votos?

S.C. - A minha posição é pessoal.

EXP - Quando falamos do dr. Sá Carneiro falamos, nest contexto, do partido.

S.C. - Estamos dispostos a estudar uma coligação com o 10 ou com o 1.º e segundo ou com o 2.º e 3.º partidos, admitindo que ficamos em primeiro na base dos resultados eleitorais e na possibilidade de se encontrar um programa comum de governo para os 4 anos que se seguem: um programa não ideológico, mas realista e pragmático.

EXP - Não lhe repugnava, por conseguinte, aliar-se ao PS?

S.C. - Não me repugnava nessas condições fazer uma coligação com o PS, ou, com o CDS ou com os dois.

EXP - E com o PCP? Excluía totalmente?

S.C. - Absolutamente excluía. De resto, em harmonia com as decisões do Congresso, porque o PCP não é um partido democrático e, pessoalmente, não o considero como servindo os interesses nacionais. Para se ajuizar que não é um partido democrático basta ler as declarações do seu secretário-geral em número atrasado do "Jornal", aqui há um mês salvo erro, em que mantém a posição de considerar a ditadura do proletariado verdadeira democracia e a democracia parlamentar uma verdadeira ditadura. Excluiu-se, portanto, da democracia e da democracia consagrada na Constituição, tanto pelas suas posições ideológicas e políticas como pelo seu comportamento.

EXP - No entanto, se o PCP fosse do tipo PC italiano ou francês já admitia uma hipótese dessas?

S.C. - Nunca admitia a hipótese de umas Frente Popular para Portugal. Sou contrário à Frente Popular e a essa ideia do Socialismo Mediterrânico. Nessa hipótese do PCP ser como o PCI ou o PCF dependeria depois, da situação histórica concreta e dos antecedentes. E uma hipótese meramente teórica e mesmo utópica pelo que não vale a pena perder muito tempo com ela.



EXP - Mas ideologicamente não lhe repugnava?

S.A. - Ideologicamente continuava a repugnar-me. Exprimo aqui uma posição pessoal, visto que, não sendo uma realidade, o partido também não a considera.

EXP - Essa possibilidade de aliança com o PS mantém-se para lá das afirmações de anteontem do dr. Mário Soares, segundo as quais não haverá aliança com o PPD?

S.C. - Não se trata de uma aliança mas uma coligação. As afirmações do dr. Mário Soares de anteontem foram as mesmas que vem fazendo de há um tempo para cá. Não corresponde à verdade, representam ataques a meu ver nocivos que criam nas pessoas uma hostilidade que pode depois traduzir-se em actos de violência, e não correspondem sequer à declaração de intenções feitas na penúltima conferência, salvo erro, do PS, onde se disse que seriam evitados ataques.

EXP - O dr. Mário Soares na entrevista que vamos publicar juntamente com esta, ao referir-se ao dr. Sá Carneiro (quando falamos aqui em dr. Sá Carneiro queremos dizer PPD), disse que não tinha uma prática política social-democrática. Como classifica esta afirmação?

SC. - Inexacta, falsa e destituída de fundamento. Para dizer isso é preciso apontar factos, e como até agora não foram apontados nenhuns, e, pelo contrário, os factos contradizem essa afirmação, não lhe dou o menor valor. Acho que é puramente gratuita, demagógica e inexacta.

EXP - Admite depois das eleições uma coligação com o CDS a nível de governo?

S.C. - Admito que possa haver e que deverá haver uma coligação dos 2 ou 3 maiores partido que saíam das eleições com quanto seja possível encontrar um programa de governo.

De resto ainda, quanto às afirmações do dr. Mário Soares, em 6 de Agosto de 1974, salvo erro, ele dizia que nós éramos um partido social-democrata e a nossa prática nunca contradisse a de então. Antes pelo contrário desenvolveu-a e concretizou-a.

EXP - Entretanto, o dr. Mário Soares afirma que os autênticos sociais-democratas saíram do PPD precisamente por verificarem que a linha social-democrática estava a ser traída.

S.C. - Bem, ele dantes, tanto quanto eu sei, não os considerava sequer sociais-democratas, e como eu também não os considero autênticos sociais-democratas pelo contrário, e essa afirmação não vem fundamentada, considero-a perfeitamente demagógica.

EXP - Mas acha mesmo que eles não são sociais-democratas? Diga lá sinceramente, pondo de parte as graves responsabilidades que sobre os seus ombros impendem de líder de um partido, mais graves ainda neste período eleitoral?

S.C. - Acho que grande parte não são sociais-democratas.

EXP - Mas pelo menos alguns são?

S.C. - Parte deles não são sociais-democratas. Outros são, senão também não estavam no nosso partido...

EXP - Refiro-me aos dissidentes...

S.C. - Sim os dissidentes. Se não fossem sociais-democratas não estavam no nosso partido. Alguns revelaram depois, não o serem. Ao defenderem a colectivação integral dos meios de produção, ao defenderem uma sociedade sem classes, que é a expressão última da sociedade comunista, ao defenderem até uma linha de auto-gestão, não assumiram posições sociais-democratas.

De resto, à saída do partido nunca tiveram razões ideológicas, tiveram razões pessoais.

EXP - Acha que sim? Mesmo pessoais?

S.C. - Acho que sim. Acho que essa é a verdade. Tiveram razões pessoais ligadas com a minha pessoa e com a minha reassunção de funções. E não razões ideológicas, o programa nunca esteve em causa, nem foi sequer discutido no 2.º congresso.

EXP - Na sua prática política e sobretudo em ordem q governação futura, o PPD põe o acento mais nas classes trabalhadoras ou nas detentoras do capital?

S.C. - Claro que nas classes trabalhadoras e em todo o povo português.

EXP - Envidaria os seus esforços para com o povo português fosse transformado numa imensa classe trabalhadora?

CS.- Que quer dizer com uma imensa classe trabalhadora? É o proletariado industrial? Pois é coisa que existe muito pouco no nosso país. Nós referimo-nos aos trabalhadores do país real que apoiam, na sua grande maioria, a social-democracia e não me refiro a esse mito criado de um proletariado industrial que existe muito reduzidamente entre nós.

EXP - Em relação à chamada Reforma Agrária, impropriamente aliás, pois o que existe é uma lei de expropriações: o dr. Sá Carneiro admite a existência de unidades colectivas de produção?

S.C.- Não. Entendo que nós somos contra a colectivação da terra. Entendemos que uma Reforma Agrária deve ser feita dando predomínio à exploração da terra segundo a sua propriedade, ao desenvolvimento da agricultura, à inexistência de propriedades não produtivas ou que pela sua dimensão possam representar um risco de opressão para os agricultores, trabalhadores rurais ou para o próprio poder político. A Reforma Agrária deve ser baseada na expansão da agricultura, na intervenção do Estado para que não existam propriedades mal aproveitadas ou sub-aproveitadas, intervenção que se deve traduzir num arrendamento compulsivo ou expropriação se necessário mas nada de colectivação de terras. A intervenção do Estado deve traduzir-se também no crédito agrícola, no seguro agrícola, na assistência técnica e no apoio às Cooperativas que exprimam a livre

vontade dos trabalhadores e dos agricultores que não sejam impostas como maneiras de administrar unidades de produção.

EXP - Imagine que, amanhã, o PPD tem a maioria, forma governo e dita o programa para a agricultura. Que fará das unidades colectivas de produção que já existem?

S.C. - No programa de governo anunciado há mais de dez dias, dissemos claramente que revogaríamos a lei de expropriação e pontuação. Quanto às unidades colectivas transformá-las-íamos ou melhor, utilizaríamos a terra colectivizada em benefício da exploração familiar, do produtor autónomo, distribuindo a terra realmente expropriada que não é toda a terra ocupada é mesmo uma pequena parte da terra ocupada, pelos pequenos e médios agricultores, rendeiros seareiros, trabalhadores rurais e reais cooperativas. Se houvesse necessidade de manter algumas unidades de exploração sob administração directa do Estado, isso deveria ser feito excepcionalmente e a título transitório.

EXP - E essa terra poderia ser distribuída aos trabalhadores que actualmente a trabalham?

S.C. - Podia ser distribuída aos trabalhadores.

EXP - Com o título de propriedade?

SC. - Com o título de propriedade? Seria uma questão de estudar a modalidade de pagamento. Entendo que aquilo que tem valor, é o que se adquire e não aquilo que é dado pura e simplesmente. Era uma questão de estudar um esquema de atribuição de propriedade dessa terra, mediante pagamento diferido.

EXP - No entanto essa experiência que pressupõe o plano a que o dr. Sá Carneiro faz referência, já foi tentada, por exemplo, na Itália, nos anos 50 e, chegou-se à conclusão que até sob o ponto de vista de rentabilidade foi uma experiência falhada.

S.C. - É possível que sim, mas há várias outras experiências que resultaram, como, por exemplo, a Japonesa. Devemos estudar as soluções de outros países e adaptá-las e pôr aqui de pé as soluções próprias, próprias do nosso condicionalismo.

EXP - Entende, então, que as unidades colectivas de produção são contra a social-democracia?

S.C. - Sim, a colectivização da terra nunca foi um dos objectivos da social-democracia, como não é a colectivização sistemática dos meios de produção. Numa Reforma Agrária, de perspectiva social-democrata, há que proteger os pequenos e médios agricultores, trabalhadores rurais, fomentar o sindicalismo livre como em todos os outros campos e procurar desenvolver a agricultura. Transformar os trabalhadores rurais ou os pequenos proprietários em funcionários do Estado, na agricultura como no resto, parece-nos francamente nocivo para a própria produtividade, para a própria justiça social e para o desenvolvimento da economia e da agricultura.

EXP - Mas o PPD votou o estabelecimento da área de intervenção da Reforma Agrária.

S.C. - Não, não votou o estabelecimento da área de intervenção da Reforma Agrária. Votou sempre contra a lei de expropriações a lei de pontuação: tanto quando no princípio foi introduzida no Plano de Desenvolvimento Económico e Social de Fevereiro de 1975, conhecido pelo Plano Melo Antunes, tanto quando foi concretizada na lei gonçalvista de expropriações tem votado sempre contra. O PPD, a única coisa que fez, foi concordar com um documento destinado a tentar resolver alguns dos mais graves inconvenientes e injustiças da pseudo Reforma Agrária. Nesse mesmo documento é apresentada como pseudo Reforma Agrária, porque, logo no seu princípio se diz que não há uma Reforma Agrária, mas uma lei de expropriações, seguida h ocupações. Diz-se mais nesse documento que na área da pseudo Reforma Agrária, deveriam ser expropriados 300 mil hectares e estão, actualmente, ocupados cerca de um milhão de hectares. É um documento transitório destinado a resolver alguns dos mais graves defeitos, da pseudo Reforma Agrária e não é um comprometimento com uma política agrária.

EXP - Mas, em princípio entregaria a terra aos seus antigos patrões, ou seja, os seus antigos proprietários?

S.C. - Depende de cada caso. Há muitos pequenos e médios agricultores, seareiros e rendeiros, que foram privados das suas propriedades e, nesse caso, entendemos que lhes devem ser restituídas. Há os casos dos latifúndios que foram ocupados, que deverão ser expropriados, quando efectivamente representem um perigo de opressão, de má exploração da terra e deverão ser dimensionados e reestruturados nos outros casos. Serão soluções a estudar concretamente. Essa matéria de acordo com a Constituição é da competência da Assembleia da República. A verdadeira Reforma Agrária será uma conquista democrática do povo português, feita com a participação das organizações dos pequenos e médios agricultores e trabalhadores rurais. O que está na Constituição é que deve ser cumprido.

EXP - E no capítulo das nacionalizações?

S.C. - Em primeiro lugar, não haverá mais nacionalizações. E deverá haver desnacionalizações das pequenas e médias empresas não integradas nos sectores-chave da economia.

EXP - Pode dar-nos alguns exemplos das pequenas e médias empresas não integradas nesse sector-chave e que devem ser desnacionalizadas de acordo com o PPD?

S.C. - Há várias empresas indirectamente nacionalizadas ou em que houve intervenção do Estado. Por exemplo, o caso dos hotéis, que foram indirectamente nacionalizados muitos deles; há o caso de algumas empresas têxteis em que houve intervenção do Estado. Algumas dessas intervenções do Estado até já cessaram. Há, também ramos de metalomecânicas e várias outras empresas. Não me é possível fazer-lhe aqui uma enumeração exaustiva.

EXP - Se o PPD fosse o titular da pasta da Comunicação Social qual a política que seguiria em relação aos jornais estatizados?

S.C. - Reestruturar a Imprensa nacionalizada. Está um projecto em preparação que eu não conheço. Nós não podemos ter uma imprensa estatizada ao serviço de partidos. Entendo, de acordo com o nosso programa, que a gestão da Imprensa nacionalizada ou dos órgãos de comunicação nacionalizados, no seu conjunto, devia ser feita por uma entidade independente do próprio governo, talvez uma comissão da Assembleia da República ou uma Comissão mais vasta com representação dos leitores, dos jornalistas e dos vários sectores a quem interesse a Imprensa e os órgãos de comunicação social. Haverá que pôr cobro ao caos financeiro que é a Imprensa nacionalizada e que deu o ano passado um prejuízo como qualquer coisa à volta de 900 mil contos.

EXP - Acredita que quando membros proeminentes de partidos estão à frente de jornais estatizados não façam a política do partido a que pertencem?

S.A. - É muito difícil que não façam a política do seu partido miando estão à frente de jornais estatizados.

EXP - O caso, por exemplo do "Diário de Notícias"!

S.C. - Creio que é uma experiência transitória que terá de ser "ligada de harmonia com os seus resultados. Creio que houve benefícios em relação ao jornal com a nova direcção. Não me parece, no entanto, que seja possível o jornal furta-se a uma certa orientação partidária, que tem aparecido nos últimos tempos, de resto.

EXP - Atribui-se, por aí fora ao PPD, o controlo do "Século". É verdade?

S.C. - O "Século" não está controlado pelo PPD. De resto quer o director, quer o subdirector não são do PPD.

EXP - Mas não foi o dr. Sá Carneiro quem indicou o nome de Natália Correia para a "Vida Mundial"?

S.C. - O PPD pensou na questão da direcção da "Vida Mundial" e deu a sua opinião sobre vários nomes. De resto, de acordo com o próprio ministro da Comunicação Social, Natália Correia também não é, nem nunca foi membro do PPD.

EXP - Pode dizer-se que o "Diário de Notícias" funciona na órbita do PS e as Organizações "Século" funcionam, embora um pouco menos, na órbita do PPD?

S.C. - Eu diria que não funcionam na órbita do PPD. Ao indicar Natália Correia e outros nomes, tivemos em vista pessoas independentes e de grande valor e não uma política partidária.

EXP - Que pensa dos militares na vida política portuguesa, não em relação ao passado, mas sim em relação ao futuro? Os militares por exemplo, a desempenharem o papel de ministros.

S.C. - Poderá haver um ou outro caso em que membros das Forças Armadas revelem qualidades políticas e o desejo de ingressar na vida política. Como regra, entende-se que, nesse caso, deverão abandonar a vida militar e fazerem a sua

opção política. Não acredito em políticos independentes e acho que em democracia, a opção e a intervenção se faz com partidos políticos e portanto...

Embora admita que transitoriamente, nesta primeira fase, por haver alguns membros das FA's, a título pessoal, como ministros regra, porém, deverá ser que os militares que querem fazer político devem abandonar a carreira militar.

EXP - Já tem o PPD um nome para Presidente da República?

S.C. - Ainda não escolhemos nenhum nome para candidato Poderá ser um militar ou um civil. Evidentemente que há maiores probabilidades de ser um militar. Deverá neste caso, ser um militar democrático. Evidentemente que não apoiaremos um militar que preconize uma Frente Popular para Portugal ou que apoie que o futuro da democracia portuguesa passa por uma coligação PS/PCP.

EXP - Na hipótese de o ex-general Spínola se encontrar em Portugal e o seu nome ser aventado para Presidente da República ao PPD, este discordaria?

S.C. - A minha opinião pessoal é que discordaria. Não me parece que o general Spínola tenha os requisitos necessários para ser o futuro Presidente da República.

EXP - Destes três nomes: General Eanes, Brigadeiro Pires Veloso e General Silva Cardoso, que diz o PPD? Tem alguma coisa contra?

S.C. - Sabe perfeitamente que não, pois até, já falei nesses três nomes. Fui, de resto, a primeira pessoa a falar na candidatura do brigadeiro Pires Veloso.

EXP - Uma pergunta, agora, se nos permite, de âmbito mais pessoal: além do dr. Sá Carneiro, quais as três personalidades políticas que ainda admira na actualidade?

S.C. - É difícil responder assim, de repente, a uma pergunta dessas. Devo dizer-lhe, em primeiro lugar, que "além do dr. Sá Carneiro" para mim está incorrecto. Não me admiro a mim próprio como nome de maior actualidade.

EXP - Substitua a palavra admirar por confiar.

S.C. - Confio em mim próprio como dirigente político enquanto sentir a confiança do partido e a confiança dos eleitores. É evidente que uma pessoa tem de conservar em relação a si próprio um certo sentido de humor e não se levar demasiado a sério. É isso que procuro fazer e até agora tenho conseguido. Tanto quanto me posso apreciar a mim próprio. Nomes de grandes políticos que mais admiro?

EXP - Não digo portugueses, mas estrangeiros?

S.C. - Helmut Schmidt, por exemplo (pausa). Deixe-me pensar um bocadinho, isto também não é fácil dar a volta ao mundo rapidamente...

EXP - Podemos ir para a Inglaterra, Itália, França, Estados Unidos...

S.C. - Sim é nisso que estou a pensar: na Europa e no resto do mundo também... O chanceler Kreisky é um político internacional que merece a minha consideração e o próprio presidente Giscard D'Estaing. Já tem três.

EXP - Na Itália, por exemplo, entre os velhos políticos da social-democracia e do socialismo, falemos em Saragat e Nenni, e também em Aldo Moro da Democracia-Cristã? Qual destes gostaria mais de ver no seu partido, se fossem portugueses.

S.C. - Quanto á Itália, a situação é muito incerta. Não me parece poder fazer uma opção. Creio que os socialistas italianos e sociais-democratas, esses nomes que mencionou, podiam ser perfeitamente membros do nosso partido.

EXP - E um Kennedy?

S.C. - Um Ted Kennedy? A política dos EUA é completamente diferente e, por isso, é muito difícil vê-lo no nosso partido. Não o considero um social-democrata.

EXP - O dr. Sá Carneiro falou em sentido de humor. Desculpe entrar um pouco na sua vida pessoal e na sua maneira de ser, mas também interessa ao leitor e...

S.C. - Os aspectos políticos, sim. Os aspectos privados não interessam.

EXP - Concorda então sob este ponto de vista, com o dr. Álvaro Cunhal?

S.C. - Não, não concordo. A posição que o dr. Álvaro Cunhal assumiu na entrevista ao "Expresso" é diferente da minha. O que me parece é que se não deve fazer política com a vida privada, tirando partido da família.

EXP - Não me queria referir a esses aspectos, mas a determinado tipo de inclinações que são sintomas da personalidade para a caracterizarem. Por exemplo: no capítulo do cinema, e da literatura. Qual o livro e o filme que mais o impressionaram?

S.C. - (rindo-se) Li tantos livros e vi tantos filmes que não é para responder assim de repente.

EXP - Inclina-se mais para a história, política, Literatura, Sociologia, etc.?

S.C. - História, política, literatura e cinema sim.

EXP - Voltando a aspectos estritamente políticos: porque motivos o PPD continua a condenar o reconhecimento da República Popular de Angola?

S.C. - Não considero o governo de Luanda representativo do povo angolano. Considero que Angola não é uma terra livre, mas submetida às forças soviético-cubanas.

EXP - Advogaria, por conseguinte, o PPD, uma vez no governo, e com posição de maioria absoluta, o corte de relações com a RPA?

S.C. - Não me parece que haja neste momento muitas relações a cortar: elas nem sequer ainda estão estabelecidas. O que advoga era uma política em relação aos governos de Angola e Moçambique que passasse pela defesa intransigente dos portugueses que ainda se encontram e dos legítimos interesses dos portugueses que foram postergados.

EXP - Não respondeu à minha pergunta. O que perguntámos foi se o dr. Sá Carneiro advogaria o corte de relações.

S.C. - Em princípio não, não advogaria o corte de relações porque acho que ele não é do interesse dos portugueses que lá se encontram, nem do nosso país. Há um contencioso grande a resolver e creio que as relações que estão estabelecidas, a meu ver mal estabelecidas, com o princípio do reconhecimento, de resto incondicional poderão ser aproveitadas numa política externa, de estrita defesa dos interesses dos portugueses.

EXP - Pensamos que o povo português anda um bocado baralhado relativamente ao que aconteceu no 11 de Março e 25 de Novembro. No 11 de Março foi preso um grupo de oficiais, ou melhor, um grupo de personalidades, pois não foram apenas militares, e em consequência do 25 de Novembro, a mesma coisa. No 11 de Março foi dito ao povo português que se tratava de agentes contra-revolucionárias (fascistas). No 25 de Novembro, foi-lhes dito que esses oficiais, etc., tentavam impor em Portugal uma ditadura de sinal comunista. Assistimos, porém, a que todos os presos são soltos, quer os de 11 de Março, quer os de 25 de Novembro. No meio de tudo isto pensamos que o povo português anda baralhado: desconfia quer dos militares, quer dos civis políticos e olha para tudo isto interrogando-se: mas quê, que outra carapuça nos vão enfiar ainda? Concorda com esta política?

S.C. - Quanto tempo vai demorar mais?

EXP - Estamos quase a terminar.

S.A. - Entendo que a maneira como se tem procedido não contribuiu para o esclarecimento, e para a confiança do povo português. Não concordo com ela. Em todo o caso, há grande diferença quanto à maneira como se procedeu depois do 11 de Março e quanto a depois do 25 de Novembro. Em primeiro lugar, o relatório preliminar do 25 de Novembro saiu rapidamente com factos concretos, que apontam o envolvimento de vários oficiais, de várias personalidades e organizações, inclusivamente ligadas ao PCP e à FUR. Coisa muito diversa aconteceu no relatório vago sobre o 11 de Março. Em segundo lugar, os oficiais estiveram presos muito menos tempo e estou convencido, segundo o próprio relatório, que havia muito mais fundamento para proceder contra eles, do que contra os supostos implicados no 11 de Março. Creio que é uma má política o não esclarecimento completo e rápido dos acontecimentos, dos golpes e contragolpes do 11 de Março, 25 de Novembro e do 28 de Setembro. Sempre fiz a maior insistência possível no sentido dos relatórios serem definitivos, e serem publicados antes das eleições se averiguarem responsabilidades para que o povo português seja esclarecido. Não vá ele votar em partidos e em pessoas que estiveram envolvidos nesses acontecimentos contra-revolucionários.

EXP - Falando apenas de os do 25 de Novembro e os do 11 de Março são bastante semelhantes nesse aspecto?

S.C. - Não. Acho-os plenamente diferentes. O relatório do 11 de Março é extremamente vago, redigido de uma maneira (estou a falar de memória, visto que já o li há muito tempo) muito política, enquanto que os relatórios preliminares do 25 de Novembro, pela primeira vez, estão redigidos em estilo militar que apontam os



factos e apontam as conclusões. Completamente diferentes no seu estilo e dos seus objectivos. Enquanto que o 11 de Março praticamente nada esclarece, pelo contrário, lança uma certa confusão e suspeita sobre as pessoas que não tiveram qualquer envolvimento. Basta pensar nos anexos em que se publicam algumas entrevistas minhas e até do dr. Mário Soares que não têm nada a ver com o 11 de Março enquanto que o de 25 de Novembro detalha os factos.

EXP - O dr. Sá Carneiro é um advogado: atendendo à sua formação de jurista perguntamos: poderia pronunciar a sentença com base no relatório do 25 de Novembro? Ser-lhe-iam suficientes os dados?

S.C. - Claro que não, mas não se trata de pronunciar uma sentença. Tratou-se de fazer algumas detenções para averiguações. Mesmo o relatório definitivo nunca servirá de base ao pronunciamento de uma sentença. Servirá de base a uma acusação concreta, que até agora não foi feita.

EXP - Parece-lhe que o povo português fica esclarecido com estes relatórios?

S.C. - Como foram publicados?

EXP - Sim.

S.C. - Ainda não está esclarecido, até porque se trata de relatórios preliminares. Por isso é que tenho insistido sempre em relatórios definitivos que permitirão um esclarecimento às responsabilidades e que poderão servir de base a uma acusação concreta.

EXP - Em que quadrantes se movimentará o PPD durante a campanha?

S.C. - Nós já o temos dito: em primeiro lugar, continuamos a nossa linha de serenidade não respondendo a ataques, o que não significa que nos abstenhamos de esclarecer as coisas quando elas são deliberadamente confundidas, como tem acontecido em relação ao nosso partido. Será uma campanha de verdade procurando apresentar o estado real do país com vista ao futuro no sentido de construir um Portugal novo, com 8 séculos de história. Trata-se, mesmo para mim, de construir um país novo porque não há possibilidades da reconstrução do Portugal de antes do 25 de Abril, regressando hoje a uma situação que tínhamos antes do século XV, Portugal limitado à sua porção europeia continental e insular. Temos de construir um país novo em que caibam todos os portugueses, um país de progresso, de justiça social e intransigentemente democrático.

EXP - A escolha do Alentejo para esta primeira digressão do partido tem algum motivo específico?

S.C. - Não se trata propriamente da primeira semana de campanha mas sim de uma programação em que procuraremos estar em toda a parte, em todo o país, como partido nacional que somos com implantação em todo o Portugal. O Alentejo veio agora nesta altura e prosseguiremos a campanha por todo o país. Já vieram as Beiras, Guarda e Viseu; Açores. Agora Alentejo. Entretanto continua-se a cobrir o país com comícios e sessões de esclarecimento que nem sempre a Imprensa

tem noticiado, infelizmente; neste ponto há uma grande desigualdade em relação aos outros partidos. O Alentejo é um dos distritos onde estaremos presentes.

EXP - Sendo o Alentejo uma zona eminentemente agrária será essa amanhã a pedra de toque do PPD?

S.A. - É natural que para onde vamos falemos dos problemas próprios da região e o problema da agricultura é fundamental no Alentejo. Em Évora também falei da Reforma Agrária.

EXP. - Uma última pergunta dr. Sá Carneiro: que é isso do "namoro" com o MRPP?

S.C. - Mas qual "namoro"?

EXP. - Não há um namoro entre o PPD e o MRPP?

S.C. - Não há namoro absolutamente nenhum, entre o PPD e o MRPP.

EXP. - Não?

S.C. - Não, não há.

EXP. - Não vem o MRPP ultimamente apoiando determinadas teses do PPD? E não se nota em determinados sectores uma certa convergência?

S.C. - É possível que haja alguns pontos de coincidência na luta contra o social-fascismo, e na defesa da democracia. É perfeitamente possível que haja coincidências de posições, mas isso não implica qualquer "namoro", que de facto não existe.

EXP. - Obrigado. Terminámos.

S.C. - Mas se quiser fazer mais uma ou duas perguntas temos tempo.

EXP - Então está bem.

S.C. - Eu gosto sempre de dar todas as possibilidades a entrevistadores sobretudo quando são hostis.

EXP - (Esta hostilidade de que fala Sá Carneiro quer referi-la apenas, a Augusto de Carvalho, de maneira que o diálogo restante desenrola-se entre os dois, embora em nome do Expresso onde Augusto de Carvalho tem criticado, várias vezes, afirmações e lições de Sá Carneiro).

Mas quem é que lhe disse que era hostil?

S.C. - Di-lo o senhor nos seus artigos no Expresso.

EXP - Não se trata de hostilidade, simplesmente no EXPRESSO concretamente no referente à Reforma Agrária, escrevi que o dr. Sá Carneiro fez algumas afirmações inexactas, sobretudo quando disse que estavam criados em determinadas Cooperativas uma quantidade de novos latifundiários.

S.C. - Eu disse que havia novos latifúndios e há, propriedades com milhares de hectares, mais de 10 mil hectares por exemplo: latifúndios que são geridos em benefício de agricultores, dos trabalhadores rurais e do povo português.

EXP - Não me parece que seja assim. Desculpe que lhe diga, mas aia visão do dr. Sá Carneiro está obnubilada por aquilo que eu chamo anti-comunismo primitivo.

S.C. - Eu não sei porque é que é primitivo.

EXP - É que esses agricultores, esses trabalhadores agrícolas (ponhamos um exemplo concreto: a Cooperativa do Escoural - com 20 000 hectares - com 600 cooperantes a explorar a terra) têm os seus ordenados, gerem a cooperativa dentro de uma gestão democrática. Não vejo porque é que o dr. Sá Carneiro os havia de chamar novos latifundiários. Não me parece que 600 pessoas a trabalharem 20 mil hectares se possam chamar latifundiários.

S.C. - Eu não chamei aos agricultores novos latifundiários. Aí há uma confusão sua. Disse novos latifúndios geridos em tipo de sovkhoses, geridos por organizações ligadas ao PCP; o próprio Secretário-Geral do Partido Comunista reconheceu, salvo erro, numa entrevista dada ao "Jornal" que essas Cooperativas tinham muito pouco de cooperativas, eram mais organizações de cúpula dominadas por uma direcção, do que propriamente resultado da livre associação dos agricultores.

EXP. - Pela minha experiência directa através do contacto com o Alentejo que tem sido bastante, noto que há, na realidade, algumas cooperativas em que a direcção é de cúpula, mas há uma grande parte de cooperativas com gestão democrática.

S.C. - Mas eu não disse também que eram todas. O que me tenho insurgido é contra as falsas cooperativas, as chamadas cooperativas vermelhas, que têm sido efectivamente vermelhas e que não têm sido cooperativas.

EXT. - Uma coisa, porém, é a gestão democrática ou não democrática, outra coisa é a existência em si mesmo de cooperativas agrícolas de produção.

S.C. - Sou favorável à existência de cooperativas agrícola de produção mas quanto à gestão democrática é necessário ver como ela se faz: se é por votações de braço no ar, se é através, muitas vezes, de coacção, ameaçando as pessoas a perderem o emprego ou eventualmente afastando até as pessoas que não são do mesmo partido ou até que vão aos comícios de outros partidos ou, se efectivamente se faz através de assembleias legalmente constituídas.

EXP - Conheço por exemplo, algumas cooperativas onde q votação feita até na presença de militares que exigiram que q votação fosse democrática, e que todos votassem e houve voto secreto.

S.C. - Eu também não disse todas

EXP - Mas a sua intervenção na Televisão deixou entender isso mesmo. Aliás tenho-a gravada. Não sei se o dr. Sá Carneiro já releu ou reviu aquilo que disse.

S.C. - Estou lembrado do que disse. O que disse, fundamentalmente é que a Reforma Agrária tinha tido essa consequência: que é uma falsa Reforma Agrária traduzida na colectivização da terra.

EXP - Uma coisa é a Reforma Agrária que não existe em Portugal, outra é um determinado tipo de explorações agrárias colectivas que já estão a ser feitas em Portugal. O dr. Sá Carneiro nas suas intervenções, pelo menos naquelas que eu conheço e que eu saiba, tem falado muito contra as Unidades Colectivas de Produção. Tem falado muito que estão dominadas pelos comunistas, por estes e por aqueles, raramente, porém, se lhe houve falar da exploração praticada, antes, no Alentejo, pelos latifundiários. Exploração essa que se fazia dos trabalhadores agrícolas. Isso é que se não ouve nos seus discursos.

S.C. - Nós falamos para uma situação actual e com vista ao futuro. O que não quer dizer que defendamos a situação passada. Nunca a defendemos.

EXP - Não lhe parece que dentro de princípios sociais-democratas e até mesmo de princípios cristãos, que são muito avançados nesta matéria, como o dr. Sá Carneiro muito bem sabe, dada a sua formação na Acção Católica, que latifundiários e toda a situação alentejana tem de ser revista profundamente.

S.C. - Pois claro que tem e é por isso que nós defendemos a Reforma Agrária e condenamos a exploração, e também condenamos o latifúndio opressor dos trabalhadores rurais.

EXP - Mas nos seus discursos não aparece essa tónica.

S.C. - Porque pode haver problemas mais prementes que são os actuais e não tanto virados para o passado.

EXP - Não será por uma questão, desculpe lá, de caça ao voto?

S.C. - Não é por uma questão de caça ao voto. Qual seria o voto favorável? O dos latifundiários? É uma questão de verdade, de política realista. É por uma questão de defesa dos agricultores e dos trabalhadores rurais.

EXP. - Por exemplo: o PPD apoia a CAP?

S.C. - O PPD apoia a CAP; o PPD não apoia directa e partidariamente a CAP; o PPD apoia as organizações dos agricultores.

É por isso que eu dizia, há pouco, que V. era hostil e que nos insurgimos é contra afirmações por si feitas, salvo erro, que são completamente destituídas de fundamento, em que apontava para um entendimento, em 2 números do EXPRESSO, entre o PPD e o MDLP. É perfeitamente falso.

EXP. - Disse isso mesmo, ou melhor escrevi e estou convencido que houve um entendimento com figuras gradas do PPD.

S.C. - Mas esse convencimento é errado e, a meu ver, essas afirmações não se fazem sem se dar os fundamentos.

EXP. - Vou-lhe dar os fundamentos (chamo aqui a atenção dos leitores para as reportagens feitas sobre os Plenários de Rio Maior e de Braga) e publico-os (alguns) pela primeira vez. Há muito tempo que no EXPRESSO contactava comigo um homem dos serviços internos do MDLP, que me disse que iam lançar os plenários de agricultores e estariam já metidos. Que iriam lançar, inclusive, um grande movimento político para, depois, meter outros políticos que acabariam com determinados partidos em Portugal, concretamente o PCP e uma grande ala do PS; esses contactos comigo processavam-se num certo ambiente de clandestinidade da parte dele. Procurava-me pensando que eu era do PPD, pelo que me apercebi depois. Ele mesmo me disse, no último contacto que teve comigo: você não é do PPD? - Não, não sou de nenhum partido. Como jornalista quero criticar livremente todos os partidos e, por isso, não quero aderir a nenhum. Isto deixou-o admirado.

Já antes me havia dito que estava em ligações com os pêpêdês. Concretamente estive no plenário de Rio Maior. Estive nos seus bastidores, aonde fui apresentado por ele a uma quantidade de pessoas que me dizem que são do PPD e um do PS. Em determinada altura sou abordado por alguém do PPD. Tenho os nomes e não os devo citar. - "Você não é do PPD?" Ao que eu respondi que não era de partido nenhum. Ripostou "mas você não conhece o homem que está a falar consigo?" Conheço-o perfeitamente, respondi eu. - "Então você é um gajo fixe porque nunca o denunciou nem nos denunciou a nós". Há toda uma série de coisas que me levam...

S.C. - Em primeiro lugar isso não é suficiente para fundamentar uma afirmação, a meu ver, como aquela que você fez Em segundo lugar pelo que eu vejo os seus contactos com pessoas do MDLP existem...

EXP. - Existiram mesmo.

S.C. - Os nossos não existem. É possível que um ou outro militante estivesse nesse plenário e esse plenário, em si, não tem nada de censurável. Ao que me parece que é talvez as pessoas julgassem que havia contactos entre o MDLP e o PPD, por pensarem que você era do PPD... Daí também a falsidade desses contactos.

Não existem contactos entre o PPD, entre os seus dirigentes entre os seus militantes no seu conjunto e o MDLP. Não existe qualquer ligação.

### **CONCLUSÃO**

EXP. - Foi pena que os compromissos do dr. Sá Carneiro não lhe tenham permitido continuar, por mais tempo, este diálogo, que a mim, Augusto de Carvalho, se me afigurava muito importante para o esclarecimento de determinados problemas da actual vida política portuguesa. Estou esperançado que poderemos, um dia, retomar o diálogo para os nossos leitores. Pela primeira vez foi possível, frente a frente, abordar este problema se bem que superficialmente pela minha parte, escrevi diversos textos a que ninguém respondeu. Esta última fala, porém, acrescentei-a a seguir à entrevista. Espero que tanto o PPD como os outros partidos que apoiam a CAP, como apropriada CAP, possam esclarecer num frente a frente

tudo aquilo de que as acusam, ou seja, dos seus envolvimento com o MDLP que a recente reportagem vinda a público na "Stern" revela não ser um movimento inócuo mas, para já, anti-democrático, que procura servir-se das armas para impor a sua ideologia.

### **1.23. Entrevista ao "Diário de Lisboa" - 20/4/1976**

"DL" - Como considera, na perspectiva do seu partido, a presente fase do curso político pós 25 de Abril?

Sá Carneiro - A presente fase caracteriza-se, fundamentalmente, por tendência para a estabilização política, com consolidação de instituições verdadeiramente democráticas e das autênticas conquistas económicas e sociais alcançadas. Todavia, apesar de a presente fase parecer apontar para uma democracia pluralista, importa ter presente que se deparam ao Povo Português e ao futuro Governo problemas graves que urge solucionar, problemas esses que têm que ver, fundamentalmente, com a necessidade de relançamento da nossa economia e de superação de desequilíbrios, internos e externos, existentes, com a ausência de um projecto coerente e detalhado apoiado por uma ampla base social de apoio e com a imperiosidade de reconciliação dos portugueses, em termos de uma plataforma de governo corresponda a um largo consenso popular.

Na actual fase do processo político português interessa, portanto, dar prioridade à construção e consolidação da democracia e das verdadeiras conquistas económicas e sociais obtidas, ao relançamento da economia e reconstrução do País, à reconciliação entre os portugueses e à prossecução de uma política de independência nacional.

"DL" - A experiência política e administrativa do VI Governo Provisório poderá ser valorizada como tendo obtido resultados positivos, em relação aos anteriores governos provisórios? E no caso afirmativo sob que aspectos? Em que planos?

S.C. - Penso que sim, muito embora o VI Governo tenha ainda comportado algumas deficiências, até porque lhe faltou um programa comum detalhado, um projecto concreto realista que as diversas forças políticas não representadas acatassem.

Nos domínios das autarquias locais e da garantia do respeito por uma ordem e legalidade democráticas para já não falar na ajuda financeira externa, houve progressos assinaláveis com o que nos congratulamos. Também nos domínios da política social e da reestruturação dos circuitos de distribuição e de comercialização se tem avançado com projectos coerentes e que constituem possíveis soluções de interesse para a situação de relativo impasse em que vivemos.

Claro que o VI Governo está ainda longe de ser o Governo ideal e que, em certos domínios, os avanços em relação aos anteriores não foram muito significativos. O VI Governo foi e tem sido melhor do que os anteriores não tanto por mérito

próprio, mas sim por demérito dos Governos de Vasco Gonçalves, governos esses que quase conduziram este País ao precipício político.

"DL" - As eleições de 25 de Abril de 1975 representaram, globalmente consideradas, um voto maciço a favor da democracia e do socialismo, Admite que os resultados das próximas eleições legislativas possam assinalar uma modificação sensível da opinião pública portuguesa?

S.C. - Espero bem que os resultados das próximas eleições correspondam ainda a um voto maioritário na social-democracia. Mas o humanismo em que assenta a opção social-democrática, como a nossa, não se confunde com as teses colectivistas-marxistas que preparam o caminho a concepções burocráticas e de capitalismo de Estado da organização da vida económica. Pessoalmente, encaro com optimismo os resultados das próximas eleições que espero virem a ser favoráveis à opção social-democrática, a qual se me afigura ser a via mais equilibrada e mais justa de construção de uma sociedade livre de exploração, de opressões e de alienações, o que jamais poderá verificar-se em sistemas capitalistas, sociais-marxistas ou comunistas.

"DL" - Parece-lhe que o texto constitucional, na parte já aprovada, corresponde aos objectivos do 25 de Abril de 1974 ou que os excede? Parece-lhe que a futura Constituição consagra as conquistas fundamentais alcançadas pelo Povo português durante este período histórico?

S.C. - Parece-me que, no essencial, o texto constitucional não se afasta dos objectivos do 25 de Abril de 1974, só os excedendo em parte - e sobretudo no que respeita a materialização do que no Programa do MFA aparecia como sendo um objectivo de prossecução de uma política antimonopolista nos aspectos relativos a organização económica da sociedade.

Embora o PPD discorde de alguns aspectos parciais ou de algumas disposições contidas no texto constitucional, designadamente no que respeita a não explicitação da liberdade de iniciativa no ensino e à organização económica, penso que o balanço se apresenta positivo e que, em linhas gerais, a Constituição pode e deve ser considerada perfeitamente compatível com uma opção social-democrática. O modelo para que se aponta nela é um modelo de economia mista, em que os sectores-chave são controlados pelo Estado, continuando, todavia, a reservar-se um papel de destaque para a iniciativa privada e garantindo-se o respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais, consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Por tudo isto, julgo que a Constituição consagra as conquistas fundamentais alcançadas pelo Povo português o que nada tem a ver com as pseudoconquistas de que falam o Partido Comunista português e os seus aliados naturais, estando, também, convencido de que o nosso partido está perfeitamente à vontade para governar com a Constituição aprovada.

"DL" - Como encara o problema das nacionalizações? Como encara o problema dos custos sociais das nacionalizações? poderá o Estado suportar os défices das empresas nacionalizadas?

S.C. - Uma grande parte das nacionalizações processou-se de forma incorrecta, não tendo as mesmas sido precedidas de um estudo detalhado às possíveis implicações, em termos de custos sociais ou de reconversões que seria necessário realizar, nem tão pouco sido inseridos num plano global coerente. Não é que o nosso partido não considere necessárias algumas nacionalizações, em determinados sectores e desde que certas condições mínimas sejam preenchidas como necessárias. Só que se nacionalizou de mais e mal, no intuito de permitir a uma dada estrutura partidária alcançar o poder e não de socializar a economia ou de a pôr ao serviço de todos, a começar pelos sectores mais desprotegidos do Povo português.

Penso que, no futuro, há que distinguir dois casos: os das nacionalizações feitas em sectores-chaves da economia e o das nacionalizações e intervenções estatais em sectores não prioritários e em pequenas e médias empresas. No primeiro, o controlo do Estado afigura-se irreversível, agora, tornando-se necessário reconverter e racionalizar a gestão desses sectores, tendo em vista a obtenção de índices de produtividade e de rentabilidade mais razoáveis. No segundo, há que encerrar a possibilidade de se desnacionalizar ou privatizar algumas pequenas e médias empresas, assegurando-se maior eficácia e redinamizando-se as estruturas produtivas.

Nos dois casos referidos importará, ainda, assegurar a progressiva participação dos trabalhadores na tomada das decisões na empresa, através da co-gestão, só assim se garantindo uma efectiva caminhada no sentido da democracia económica estável e social.

"DL" - Como encara a realização da Reforma Agrária? Qual o significado político que lhe atribui?

S.C. - Não é verdade que tenha havido, até ao momento, uma Reforma Agrária. O que houve foi, apenas uma Lei de Expropriações, a qual é, a nosso ver, amplamente criticável, pelo que lutamos contra ela. Não se trata apenas de não estarmos de acordo com as ocupações abusivas e com a colectivização de terras. Trata-se também, e aqui como no que respeita ao próprio conceito de socialismo e à concepção de Reforma Agrária afastamo-nos do PS e do ministro Lopes Cardoso - de discordarmos de um sistema de pontuações que não permite a adopção de critérios uniformes, de condenarmos a estatização sistemática das terras expropriadas e a instrumentalização das pseudo cooperativas por parte de estruturas partidárias de vocação totalitária.

Penso, portanto, que o que tem havido é uma política irrealista no sector agrícola em grande parte condicionada em certas zonas como no Alentejo, pela chantagem e coacção física e psicológica levada a cabo pelos caciques do PCP - e que competirá à próxima Assembleia da República elaborar e aprovar a Reforma Agrária a aplicar em todo o País, revogando-se a actual legislação.

"DL" - Qual a solução que propõe para os múltiplos problemas da agricultura nas regiões da pequena e média propriedade, em relação a categorias de campesinato como os rendeiros e seareiros?



S.C. - Julgo que se torna necessário fomentar, nas regiões de pequena e média propriedade, o estabelecimento de associações de pequenos e médios proprietários agrícolas e de cooperativas autenticamente livres e, portanto, não controladas partidariamente, com participação de rendeiros, seareiros e trabalhadores agrícolas! Por outro lado, as terras verdadeiramente expropriadas mediante indemnização não deverão ser pura e simplesmente estatizadas, mas antes entregues às associações e cooperativas do tipo atrás referido, ou então repartidas pelos rendeiros, seareiros e pequenos proprietários.

Claro que o problema das condições de vida dos rendeiros, seareiros e trabalhadores agrícolas não se soluciona apenas com a Reforma Agrária. A dignificação da posição do homem no meio rural implica a resolução rápida e eficaz de problemas como os da previdência e assistência médico-hospitalar, da habitação e condições de higiene mínimas, da educação e da existência de uma rede abastecedora que cubra as regiões do interior do País, pondo-se cobro a todas as discriminações e desigualdades ainda existentes entre o meio rural e o urbano, entre o campo e a cidade.

"DL" - Qual a sua opinião sobre a situação financeira do País?

S.C. - A situação financeira do país é muito grave, uma vez que tem vindo a ser afectada pelos défices das balanças comercial e de pagamentos, pelas quebras no investimento e na produção nos sectores nacionalizados, pela ausência de um plano de desenvolvimento coerente e por uma política de crédito que não podem deixar de ser o reflexo dos erros cometidos pela má gestão do sector bancário levada a cabo por comissões administrativas controladas, n grande parte, por gonçalvistas incompetentes, até há relativamente pouco tempo.

Os empréstimos estrangeiros, muito embora tivessem contribuído para minorar a situação financeira grave que atravessamos, não podem, só por si, solucionar todos os problemas. Enquanto não houver estabilidade política efectiva, não se derem garantias reais à iniciativa privada e aos pequenos e médios investidores e enquanto não for posto em prática um plano que corresponda a um programa comum ceorente, apoiado pelas principais forças democráticas, não haverá forma de sairmos pacificamente, como desejaríamos, da situação de impasse que vivemos no nosso país.

"DL" - O recurso aos empréstimos externos e investimentos estrangeiros, a importação de produtos alimentares e produtos de consumo correntes não poderá contrariar o objectivo tantas vezes proclamado de uma política de independência nacional?

S.C. - É evidente que a defesa de uma política de independência nacional não pode ser confundida com a defesa de um total isolamento económico ou com um Portugal "orgulhosamente só". O realismo leva-nos a ter que aceitar como inevitável a ajuda externa, em termos de empréstimos e de investimentos, assim como aponta, muito claramente, para a necessidade de estreitamento de relações económicas, financeiras e comerciais com os países da CEE, tendo em vista a celebração de um acordo de associação e a ulterior integração de Portugal numa Europa política e economicamente unida.

A independência nacional vai-se conquistando pela eliminação gradual de dependências económico-financeiras excessivas em relação aos grandes trusts e monopólios capitalistas internacionais, assim como pela denúncia dos perigos do imperialismo soviético que se apresenta, ultimamente, com uma capacidade de intervenção acrescida.

E é precisamente porque pensamos que sozinhos não conseguimos construir uma sociedade independente face às superpotências, que pugnamos pela criação de uma Europa unida e forte, emancipada e progressiva, que o mesmo é dizer Europa social-democrática a caminho de ser autenticamente livre de explorações.

"DL" - Qual o seu programa quando à campanha eleitoral? Os militares parecem preocupados; e o seu partido?

S.C. - Espero que a campanha eleitoral venha a decorrer da melhor forma possível, devendo os partidos e seus dirigentes, o povo em geral e os órgãos da comunicação social, para já não falar nas autoridades, civis e militares, dar o exemplo de civismo e de espírito democrático que todos os homens livres e conscientes, que pelo mundo fora seguem o que se passa neste país, esperam de nós. As autoridades civis e militares, deverão proceder sempre de acordo com a isenção partidária que lhes é exigida num momento com aquele que atravessamos presentemente.

Há que garantir que sejam criadas as condições necessárias a que, na medida do possível, o povo possa escolher conscientemente o Governo que quer para o Portugal novo a construir por todo nós.

"DL" - Querirá adiantar uma hipótese sobre os resultados das próximas eleições legislativas?

S.C. - Quero, sim. A vitória do PPD que, a meu ver, poderá significar mais do que a vitória da opção social-democrática. Poderá significar a única saída para a estabilização e para a consolidação da democracia pluralista.

Claro que com isto não pretendo dizer que somos a única alternativa ou de que não existem outras hipóteses que nos sejam favoráveis... Não somos sectários nem tão pouco vemos no fanatismo e na demagogia fácil a solução para todos os males que proventura, nos possam afligir momentaneamente.

"DL" - Qual será a política de aliança do seu partido no caso de não alcançar uma maioria que lhe permita governar só?

S.C. - O PPD não quer governar sozinho. A solução preferida pelo PPD consistiria num Governo que correspondesse a uma plataforma democrática e progressiva que permita consolidar a democracia e realizar a justiça social possível, nos próximos quatro anos. Essa plataforma deverá assentar num programa comum respeitado pelas principais forças democráticas, o que exclui o PCP, estando o nosso partido, pela posição de charneira que ocupa no presente contexto da vida política nacional, em condições privilegiadas para estabelecer a ponte de ligação necessária à reconciliação de todos os portugueses em torno de um projecto realista e equilibrado.

## 1.24. Conferência de imprensa - 20/4/1976

As eleições para a Assembleia da República revestem-se da maior importância para o povo português. O acto eleitoral próximo irá, certamente, defender a viabilidade de estabilização da situação política interna, de relançamento da economia de reconstrução do país, de consolidação dos mecanismos de participação democrática e de melhoria das condições de vida, em geral.

Sendo as próximas eleições, portanto, um passo fundamental para a resolução dos problemas mais prementes que se deparam ao povo português, afigura-se conveniente que todos os eleitores possam dispor dos meios necessários a uma informação que se pretende séria e objectiva sobre as propostas concretas apresentadas pelos diversos partidos concorrentes.

Por isso mesmo, o Partido Popular Democrático não pode deixar de fazer uns breves comentários à forma como tem vindo a decorrer a campanha eleitoral. Esta campanha deveria ser exemplo de civismo, de espírito democrático, aberto ao diálogo e à livre confrontação de ideias, garantindo-se, simultaneamente, uma efectiva igualdade de oportunidades no acesso aos órgãos de Comunicação Social.

A presente campanha eleitoral não tem, de facto, decorrido sempre da melhor forma. Em muitos momentos e em determinadas regiões, substituiu-se o espírito de diálogo pela violência, a livre confrontação de ideias pelo desrespeito das mais elementares regras da convivência democrática e o esforço de cooperação e de entendimento entre todos pelo ódio de frustrados que vivem, permanentemente, na esperança masoquista de eternos perseguidos por fantasmas opressores de existência duvidosa ou improvisada por uma imaginação fértil.

Por isso, boicotes a comícios de partidos democráticos, os atentados à bomba e os apelos à violência, provenientes, por vezes de alguns dirigentes responsáveis, não podem deixar de ser energicamente condenados pelo P.P.D.

Por outro lado, também não deixam de merecer a nossa mais viva e frontal crítica todas as discriminações que têm sido levadas a cabo nos órgãos de Comunicação Social, a começar pela R.T.P. e pelos jornais. Estranhamente, alguns jornais, outrora tidos por independentes, têm vindo, ultimamente, a adoptar atitudes discriminatórias em relação ao P.P.D., numa demonstração clara de instrumentalização por parte de outras formações políticas partidárias. Só assim se explicam as discriminações condenáveis de que temos vindo a ser alvo, quer da parte de certos órgãos de informação controlados pelo PS, quer no que respeita a jornais antes tidos por independentes como o "O DIA", "O Tempo" e "O País". Aqui como noutros sectores da vida política nacional, a aliança táctica dos conservadores, campeões da incoerência e da falta de visão política com os socialistas marxistas do PS, continua a ser uma realidade, numa demonstração clara e inequívoca de oportunismo fácil de que à opinião pública já começou a aperceber-se.

Todavia, apesar dos aspectos negativos atrás referidos, pensamos que será ainda possível ao povo português escolher, como realismo, ponderação e equilíbrio necessários, a melhor via para a resolução dos problemas que se nos deparam. Neste momento, a grande questão que se coloca é a de necessidade de se encon-

trar uma saída democrática e pluralista para Portugal, conciliadora dos princípios de justiça e igualdade e que, não pondo de parte o conjunto de tradições positivas herdadas de oito séculos de história, esteja aberta a um futuro próspero e mais livre. Saída democrática esta que terá de ser a resultante de um esforço de cooperação em termo de um programa de governo realista e progressivo. Saída democrática que deverá, ainda, corresponder a um novo projecto nacional que permita à Nação Portuguesa reencontrar-se a si própria.

Nas próximas eleições o povo português irá optar. Optar não apenas por uma ideologia ou por uma determinada concepção de organização do Estado e da sociedade, mas fundamentalmente por um projecto realista e, portanto, viável de consolidação da democracia, de reconstrução do país e de melhoria das condições de vida do povo, em geral, e das classes mais desfavorecidas e exploradas, em particular.

São os problemas dos trabalhadores, rurais e urbanos, dos pequenos e médios agricultores e industriais, dos pequenos comerciantes, de algumas profissões liberais, dos funcionários públicos e dos técnicos qualificados, entre outros, que deverão ser encarados de frente, com o realismo e determinação necessários ao desenvolvimento económico e social do nosso país.

Não é possível solucionar os problemas mais prementes e pôr em prática um qualquer projecto realista sem um governo que realmente governe. Não se toma possível pacificar o país e reconciliar os portugueses sem um governo que seja, ele próprio, ponto de convergência de encontro dos interesses de todos os portugueses. Não é viável um projecto de reconstrução do país que não tenha, à partida, o apoio da maioria dos portugueses.

Por todas estas razões estamos convencidos de que a opção a realizar em 25 de Abril próximo deverá ser, antes de tudo, uma opção pragmática, uma opção realista, equilibrada e ponderada, de acordo com a qual se ponha acima de interesses de partidos únicos ou de grupos saudosistas os interesses nacionais.

O povo português ao escolher o governo definitivo que pretende ao futuro, deverá ter em linha de conta os seguintes aspectos essenciais:

- necessidade de se garantir, à partida, que o próximo governo seja um governo com um programa realista, o que implica a existência de bons quadros políticos e técnicos e de um projecto de reconstrução do país apoiado por uma ampla base social;
- imperiosidade de um projecto que corresponda a um programa realista capaz de constituir uma plataforma de entendimento entre os principais sectores democráticos existentes, conciliando a moderação necessária com o arrojo indispensável e harmonizando a liberdade e a justiça num todo coerente;
- imprescindibilidade de um programa de governo detalhado, o qual será acatado pelas forças políticas com ele comprometidas, única forma de se conseguir a reconciliação dos portugueses, a pacificação do país e a reconstrução da economia.

A consideração dos aspectos fundamentais atrás referidos aponta, muito claramente, para a necessidade de um interlocutor válido entre os diversos sectores da vida política nacional, interlocutor esse que deverá estar situado na charneira do presente contexto de forças partidárias.

Só um partido que, pelo seu Programa, pela sua implantação interclassista e pela sua concepção não dogmática e, portanto, de inspiração progressista mas flexível, consiga ser a ponte de ligação entre os principais sectores democráticos e conciliar a capacidade de governação, dispondo dos quadros indispensáveis, com um programa equilibrado, resultante lógica de uma opção social-democrática, poderá estar em condições particularmente favoráveis à promoção do bem-estar e de uma política de reconciliação e de reconstrução para o Portugal Novo que queremos ser.

O programa de governo do Partido Popular Democrático, já apresentado publicamente no fim do mês passado, pretende garantir a consolidação da democracia, pacificar o país, promovendo a concórdia entre os portugueses, encontrar uma nova dimensão da Nação Portuguesa, assegurar a independência nacional, desbloquear a economia, vencer a crise económica e aumentar a produção finalmente, construir uma autêntica democracia social, assente em novas relações humanas de trabalho, numa política educacional e de cultura virada para o futuro e na satisfação de necessidades sociais básicas.

O P.P.D. ao lutar pela social-democracia, hoje em dia está a pugnar por uma sociedade mais justa e humana, pela recuperação da economia e pela melhoria das condições de vida dos portugueses e finalmente, por um novo projecto nacional.

Ao contrário de outros partidos, o P.P.D. não se vangloria de ser a única alternativa democrática, nem tão pouco pretende, à partida, governar orgulhosamente só.

Nós não dizemos hoje uma coisa, mansinha e doce, para amanhã fazer outra coisa.

Nós não prometemos facilidades, nem tão pouco a vitória fácil da democracia.

Aquilo que temos para vos dar é o suor do nosso trabalho, um mundo de problemas que queremos resolver, a esperança na democracia e na liberdade e a certeza de que não deixaremos de lutar pela defesa dos interesses dos portugueses, dentro e fora do país independentemente de crenças ou de posições político-ideológicas!

Não nos importamos de governar com outros desde que todos estejam interessados, à partida, em respeitar o programa comum de governo.

Não prometemos um paraíso, mas sim um grande esforço para resolver um grande número de problemas e de dificuldades, com a ajuda de todos os democratas, amantes da sua Pátria livre e independente. Propomos uma política realista, com os pés bem assentes na terra.

Porque para nós, o Partido Popular Democrático, mais importante do que a vitória do nosso partido e da nossa opção programática, é a vitória da democracia. São os interesses de Portugal, país que teremos de reconstruir com a ajuda de todos. E assim teremos a certeza de que não foi em vão que fizemos ouvir a nossa voz em defesa da social-democracia e contra as arbitrariedades ou injustiças e a tentação totalitária de alguns, mais interessados em se servir do país do que em servir o povo português com o qual deveriam a cada momento, procurar identificar-se, mais interessados em conquistar o poder para um partido do que reconhecer o poder ao povo.

## **1.25. Intervenção no tempo de antena do PPD - 21/4/1976**

Boa noite! As pessoas vão estando cansadas da política, o que é natural! Porque, durante esses dois anos de insegurança, de inquietação, de frustração, cometeram-se muitos erros, deixaram-se muitos problemas por resolver, agravaram-se outros. Mas há que perseverar na via democrática! E a política chama-nos a uma intervenção constante! Não podemos desinteressar-nos dela, porque todos sofremos as suas consequências. Hoje, participar é votar nas próximas eleições! Elas são fundamentais! Não são apenas para escolha dos deputados, são também para a formação dum Governo. E terão grande influência na eleição do futuro Presidente da República. Ao votar, o eleitor tem de pensar que o Partido que escolher poderá ser decisivo na escolha do candidato à Presidência da República! Por nós, já nos definimos, em linhas gerais. Não apoiaremos nunca um candidato que defenda que o futuro de Portugal passa pela união entre os partidos marxistas: o Partido Socialista e o Partido Comunista Português! Também não apoiaremos um candidato que rejeite a social-democracia, quer pessoalmente, quer pelo partido em que se insira.

Já dissemos ao sr. Presidente da República quanto discordámos da sua decisão de reconhecer o Governo da República Popular de Angola, do MPLA, que queríamos eleger outro presidente. Discordámos do processo de descolonização. Denunciámos os seus erros. Nunca estivemos representados nos órgãos dos quais esse processo dependeu. Nesse ponto, como nos demais, o povo português pode contar, da nossa parte, com toda a verdade, e com a justiça que os refugiados clamam, rejeitando a falsa caridade que lhes tem sido oferecida.

Os portugueses que assim residem em Angola e Moçambique também poderão contar com a defesa intransigente dos seus direitos por parte de um Governo do Partido Popular Democrático.

Não pretendemos condenar ninguém! Mas entendemos que o povo tem o direito de julgar, ao votar. De julgar e de formar um Governo! Um Governo civil, não marxista.

O Partido Socialista diz agora, recentemente, que quer governa, com militares e com independentes. Nós, não! Já sabemos o que são os militares e os independentes no Governo. Tivemo-los no Governo de Vasco Gonçalves! O povo sen-

tiu-se como comunista, e derrubou-o. E, portanto, não queremos uma situação equivalente! Divergimos, daí, dos partidos marxistas. Somos sociais-democratas autênticos! E a social-democracia tem sido sempre o grande obstáculo, quer ao fascismo, quer ao comunismo. O entendimento entre os partidos marxistas é fácil, É mesmo um risco permanente! Conosco não há entendimento possível com o Partido Comunista! Por nossa vontade, já nem sequer estaria no Governo!

É que a social-democracia, que defendemos, tem tradições antigas em Portugal. Desde Oliveira Martins a António Sérgio. É a via das reformas pacíficas, eficazes, a caminho duma sociedade livre igualitária e justa. Social-democracia que assegura sempre o respeito pleno das liberdades.

Há que garantir a liberdade de ensino, expurgando os programas oficiais de muito marxismo estrangeiro que ainda aí se encontra.

Há que garantir a liberdade de Informação, da Rádio, da Televisão, da Imprensa, que custam muito caro ao povo português mas que parecem, muitas vezes, mais ao serviço de Moscovo do que ao serviços do povo.

Há que garantir a liberdade sindical. E, por isso, nos propomos acabar com o monopólio da Intersindical. Restituir os Sindicatos aos trabalhadores.

Há que respeitar a liberdade religiosa. Mas isso implica, também, que ninguém se sirva da religião para caçar votos, para fazer campanha eleitoral! E nós vemos os partidos marxistas abandonarem o seu ateísmo militante, falarem piamente, como aqui têm feito na televisão. Só nos faltava - valha-nos Deus! - virem aqui defender "que jejuam santamente", todas as sextas-feiras!

As liberdades exigem segurança, ordem e autoridade democráticas. Como partido humanista, não marxista, damos grande importância à economia, mas não valor absoluto.

Desenvolvimento é o novo nome da paz. Desenvolvimento que significa justiça social, distribuição de riqueza, com respeito pela liberdade. Desenvolvimento que significa contemplarem-se, acima de tudo, as classes mais desfavorecidas, os mais esquecidos. Para nós, há que defender uma economia mista, não como solução transitória a caminho da colectivização, mas como necessidade orgânica duma mesma sociedade! Sector público, investimentos públicos, as obras públicas que são absolutamente necessárias, mas que se não têm feito! O sector privado, iniciativa privada. A iniciativa privada, que é indispensável favorecer, mas que se não tem favorecido!

Tudo isso é necessário para a criação de riqueza, para a criação de postos de trabalho! E só assim poderemos resolver o flagelo ao desemprego.

Assegurar trabalho aos refugiados das antigas colónias. Até agora, praticou-se uma política demagógica! De gasto de recursos públicos essenciais, sem criação de riqueza. É indispensável que a política a seguir seja uma política financeira, clara e de austeridade. Falou-se muito de austeridade para o povo! Pediu-se-lhe que apertasse o cinto! Mas os governantes estiveram longe de dar o exemplo! O

Governo mais numeroso da nossa História, o que não quer dizer, infelizmente, o mais eficaz!

Viagens ao estrangeiro! Recepções a convidados estrangeiros! Presentes dispendiosos! Tudo isso o povo sente como um autêntico insulto às dificuldades reais do País. É indispensável que as classes trabalhadoras não paguem o preço da crise. Mas têm-no pago, até agora! É certo que houve aumentos de salários. Vultuosos, nuns sectores, inferiores à inflação, na maior parte dos casos. Está nesse caso a agricultura, que tem sido a grande esquecida da revolução democrática do 25 de Abril. A agricultura e todo o mundo rural.

Falou-se em Reforma Agrária. Para nós, é uma falsa Reforma Agrária! Discordamos da Reforma Agrária dos socialistas e dos comunistas. E por isso nos propomos: revogar a Lei de Expropriações; a Lei de Pontuação, e resolver com justiça o caso das propriedades e das casas ocupadas. É indispensável que o Estado, na agricultura como em tudo, evite minorias exploradoras! Que evite o latifúndio opressor! Mas, isso feito, é também indispensável que assegure o respeito pela propriedade privada. Da terra e da indústria. Na vida, e depois da morte o que se chama assegurar o direito à herança. Das terras, das casas, das fábricas! Que as grandes heranças paguem grandes impostos, muitos impostos; que as pequenas paguem poucos, e que as muito pequenas não paguem nada. Esse é o critério de justiça fiscal, mas que tem de ser seguido! Porque a liberdade de ter faz parte da pessoa, como a liberdade de dizer, desde que não oprima a dos outros! Tudo isto são aspectos do desafio histórico que hoje, e aqui, nos é posto! Descobrimos parte do Mundo, conquistámos grandes parcelas! Esquecemo-nos de nós próprios, abandonámo-nos! E, hoje, grandes regiões, grande parte da população, é desconhecida dos portugueses. Temos de aceitar uma nova era histórica: a do encontro de Portugal e dos portugueses consigo próprios! Reduzidos ao Continente, às ilhas dos Açores, da Madeira e do Porto Santo, vamos reencontrar-nos!

Numa sociedade democrática, a autonomia progressiva para as ilhas dos Açores, da Madeira e do Porto Santo é um acto de justiça que tem de ser praticado. A autonomia evolutiva, segundo a vontade do povo dessas ilhas e segundo as suas necessidade.

Chamam-nos a esse desafio os portugueses de hoje, de amanhã e de sempre! As eleições ditarão um novo rumo. Queremos que seja de democracia, de liberdade e de igualdade! Não será para nós um rumo conservador, porque estamos conscientes de que o conservadorismo, ou centrismo, é o reforço das posições dos partidos marxistas e comunistas! Para nós, o rumo será o da social-democracia portuguesa: caminho pacífico e ordeiro das reformas! Damos a nossa plena confiança ao povo português, como sempre! Esperamos, no dia 25 de Abril, a sua confiança através do voto! Hoje, defendes o voto útil! Nós esperamos o voto verdadeiro do povo português no Partido Popular Democrático!



## 1.26. Entrevista ao jornal "A Luta" 23/4/1976

"A LUTA" - Uma vez chamaram-lhe na Constituinte "furber de feira". Depois começaram a apelidá-lo de "Cunhal da direita". Impressiona-o muito este género de ataques?

Sá Carneiro - Esses ataques pessoais são, a meu ver, acima de tudo dirigidos contra o partido, tendo como objectivo enfraquecê-lo e dividi-lo. Apenas lhe dou importância na justa medida em que possam ser considerados sintoma de fraqueza de espírito ou de ausência da estrutura moral que deve exigir-se aos políticos ou aspirantes a futuros dirigentes.

"L" - Pessoas que contactam consigo acusam-no de tendências ditatoriais, de comportamentos intransigentes. A ser verdade, isso é natural em si, ou assumido para construir o mito de protector", do "salvador"...?

S.C. - Não sou a pessoa mais indicada para ajuizar com objectividade, da minha maneira de ser e do meu comportamento político. Todavia, devo, desde já, adiantar que não me considero um dirigente com tendências ditatoriais ou com comportamentos despóticos. Nem assim sou considerado no partido. Penso que só os militantes do meu partido e o Povo, em geral, que procuro defender, poderão ter autoridade moral para me formularem críticas pondo, eventualmente, em causa as posições que já assumi e às que, porventura venha a assumir. Claro que não me considero um dirigente sem defeitos pelo que estarei sempre aberto a todas as críticas francas e honestas, quer ao meu temperamento, quer às posições que for assumindo de acordo com os mais elementares princípios de respeito pela opinião alheia e de diálogo, a promover como motor do entendimento sempre útil e necessário.

"L" - Considera-se uma figura carismática? Acha que entre nós essas figuras são ainda essenciais?

S.C. - Não me considero uma figura carismática, nem tão-pouco penso que essas figuras sejam absolutamente essenciais. Antes pelo contrário, muitas vezes o messianismo que conduz ao aparecimento de figuras carismáticas revela-se anquilosador de mentalidades que se pretendem renovadas e inimigo do progresso e da plena realização do indivíduo na comunidade em que está inserido.

"L" - Que pensa de si como político? E de Mário Soares, Freitas do Amaral, Álvaro Cunhal, Arnaldo Matos, Silva Resende, Manuel Serra, Isabel do Carmo? E de Spínola, Costa Gomes, Pinheiro de Azevedo, Ramalho Eanes, Pires Veloso, Morais e Silva, Pezarat Correia, Melo Antunes, Galvão de Melo?

S.C. - Como já lhe disse, não sou a pessoa mais indicada para ajuizar quer do meu temperamento quer da minha actuação e qualidades políticas. Essa pergunta deveria ser antes dirigida ao Povo Português, aos militantes do meu partido e a representantes - tanto quando possível objectivos e desapaixonados - de diversas correntes políticas incluindo comentadores e dirigentes que porventura estejam interessados em debater problemas como o que referiu.

Quanto aos outros nomes que indicou, reconheço algumas qualidades políticas a dirigentes como Mário Soares e Freitas do Amaral, sobretudo no que respeita a astúcia e espírito conciliador no primeiro e a inteligência no segundo, muito embora esteja em desacordo com muitas das posições por eles perfilhadas. Quanto a Álvaro Cunhal, Manuel Serra e Isabel do Carmo, julgo que estão inseridos numa comum estratégia antidemocrática. Não conheço suficientemente bem os outros elementos civis para poder ajuizar das suas qualidades como dirigentes políticos.

No que respeita às figuras militares que referiu, devo dizer-lhe que tenho muita consideração e apreço pelos generais Ramalho Eanes e Pires Veloso. Já não direi o mesmo, embora por razões diferentes, consoante os casos, de Pezarat Correia, Melo Antunes e Costa Gomes, este último por discordar frontalmente das posições por ele assumidas antes e depois do 25 de Abril, algumas delas reveladoras do claro desrespeito pela vontade da maioria dos portugueses. No que se refere a Spínola e Galvão de Melo, considero que qualquer um deles não foge à regra do que sucede com os militares, em termos de poucas qualidades políticas, aliás como a experiência já o demonstrou amplamente.

O almirante Pinheiro de Azevedo desempenhou, a meu ver importante papel em dada fase do processo político português, assim como os generais Pires Veloso e Ramalho Eanes, nos quais, como já disse, deposito a maior confiança como figuras independentes que são, mas interessados na defesa intransigente da democracia e das liberdades públicas.

"L" - Quem, quanto a si, reúne melhores qualidades (e condições) para Presidente da República?

S.C. - Julgo que o próximo Presidente da República deverá ser uma personalidade que se saiba colocar acima dos partidos, que defenda intransigentemente a democracia e as liberdades públicas e que goze de prestígio nas Forças Armadas e junto da população em geral. Pires Veloso e Ramalho Eanes, por exemplo, poderiam, perfeitamente, desempenhar essas funções. Penso mesmo ter sido o Spínola dirigente de um partido a falar na vantagem e no interesse de apresentação da candidatura de Pires Veloso à Presidência da República.

"L" - Considera-se capaz de ser primeiro-ministro?

S.C. - Só o Povo Português, a partir de eleições livres, o partido, através dos órgãos competentes, e o futuro Presidente da República poderão pronunciar-se publicamente e de forma definitiva sobre o assunto. Como já lhe disse anteriormente, sou mau juiz de mim próprio. Mas considero-me capaz de assumir as minhas responsabilidades, eventualmente, se assim viesse a ser entendido, como primeiro-ministro. Se o não considerasse não me manteria no cargo de secretário-geral.

"L" - A saída dos dissidentes tornou-o na personalidade motora do P.P.D. Não teme que isso tenha enfraquecido as suas estruturas directivas?

S.C. - Não concordo com a sua afirmação de que me transformei na personalidade motora do P.P.D. De facto, o Partido tem os responsáveis pela orientação do P.P.D. em diversos domínios. Por outro lado, ao contrário do que tem sido afirmado por alguns irresponsáveis e frustrados políticos, os presentes Estatutos do

Partido, apesar de relativamente incompletos e inoperacionais num ou noutro aspecto particular, asseguram uma maior democraticidade interna do que os anteriores.

Os militantes e os próprios quadros do Partido não foram afectados pela saída dos dissidentes, continuando a garantir-se a existência de mecanismos internos de participação democrática, pelo que não creio que as estruturas directivas tenham, de qualquer forma, enfraquecido. Antes pelo contrário, muito embora sejam sempre de lamentar algumas perdas, o P.P.D. tem vindo, ultimamente, a aumentar a sua força e o número de militantes, tendendo a transformar-se no primeiro partido português.

"L" - Quais são os maiores problemas que afectam actualmente o P.P.D.?

S.V. - Precisamente porque sempre demos prioridade aos problemas nacionais, pensamos que, antes de mais, os maiores e mais graves problemas que o P.P.D. terá de enfrentar são os que a toda a colectividade dizem respeito. O P.P.D. dá, portanto, prioridade à defesa da democracia e das autênticas conquistas económicas e sociais alcançadas, à melhoria das condições de vida ao relançamento da economia e à prossecução de uma política de independência nacional. Enquanto estes problemas de âmbito nacional não forem solucionados não poderemos, em boa verdade estar descansados com o nosso futuro e com o futuro de Portugal.

Claro que, de um ponto de vista estritamente do nosso Partido ainda não estão, também, devidamente solucionados todos os problemas, desde os atinentes aos recursos financeiros disponíveis até a alguns aspectos organizativos. Todavia, estamos confiantes em que, apesar da escassez de recursos financeiros do nosso Partido todos os ajustamentos internos irão processar-se sem sobressaltos e sem que a nossa força venha jamais a diminuir.

"L" - Fala-se muito na indefinição do seu espaço político. Concretamente, qual é ele a nível nacional? E internacional?

De que apoios externos dispõe?

S.C. - O espaço político-ideológico do nosso partido é precisamente, o correspondente ao de um grande partido social--democrata, aglutinando diversos sectores sociais e correntes várias do pensamento político, todas elas convergindo num projecto de construção de um socialismo humanista, não marxista, e, portanto não colectivista, por via de reformas e no respeito pela vontade popular, livremente expressa pelo voto.

Somos um partido de esquerda moderada, de inspiração não marxista, apostado em reformas de fundo sem, contudo, pôr em causa a liberdade de iniciativa, enfeudando-se a projectos utópicos e aventureiristas. Situamo-nos no mesmo espaço político-ideológico dos partidos sociais-democratas europeus e gozamos de crescente implantação nas classes trabalhadoras, rural e urbana, nos pequenos e médios proprietários agrícolas e industriais, nos pequenos comerciantes, nos funcionários públicos e junto dos técnicos e intelectuais realistas.

Quanto às relações internacionais, temos mantido e desenvolvido contactos amistosos com alguns partidos sociais-democratas ou com sectores pertencentes a esses agrupamentos políticos, designadamente no que se relaciona com o S.P.D. e com o Partido Social-Democrata dinamarquês, assim como com outras organizações progressistas, como por exemplo, os Radicais da Esquerda em França e alguns partidos espanhóis.

Se não pertencemos ainda à Internacional Socialista, tal facto fica a dever-se exclusivamente às pressões de responsáveis do P.S. no sentido de inviabilizar a nossa entrada. Pensamos, contudo, que os apoios externos não são indispensáveis a um grande partido como o nosso, antes ajudando a conferir-lhe um carácter eminentemente nacional, dando maiores garantias de independência face a quaisquer tentativas de ingerência vindas do exterior.

"L" - Continua a pensar que a Cimeira Socialista foi uma "gerência da Europa nas questões portuguesas?"

S.C. - Não sou dos que têm por hábito mudar de opinião de um dia para o outro ou consoante as pessoas a quem me dirijo. Assim sendo, continuo a pensar que a Cimeira Socialista foi uma ingerência de alguns partidos estrangeiros nas questões portuguesas, da responsabilidade do Partido Socialista português.

Não penso que tenha sido uma ingerência da Europa. A Europa nada teve a ver com a Cimeira. Tratou-se apenas, de algumas forças políticas estrangeiras, já que as mesmas não representavam toda a Europa. Foi uma espécie de correspondência dessas forças ao pedido de auxílio do P.S. revelador de fraqueza por parte dele.

"L" - Que inimigos principais tem o P.P.D.?

S.C. - Os principais inimigos do P.P.D. são os principais inimigos do Povo Português. São todas as forças políticas de vocação totalitária que pretendem instaurar regimes ditatoriais, de esquerda ou de direita. São, ainda, todos aqueles que pretendem perpetuar ou criar estruturas de exploração, de opressão e de alienação do Homem ou que tenham como objectivo transformá-lo em simples peça de uma engrenagem despersonalizando-o e tornando-o em escravo de "elites" autopromovidas de vanguardas iluminadas e esclarecidas.

"L" - Com que partidos poderá fazer alianças "tácticas"? Há quem diga que o P.P.D. é o braço direito do P.S. e o esquerdo do C.D.S. Isso tem alguma lógica?

S.C. - Se entende por alianças tácticas chegar a acordo com outras formações políticas quanto a um programa de Governo, por exemplo, admitimos, à partida, um entendimento desse tipo com qualquer agrupamento democrático representativo de sectores importantes da opinião pública e do Povo Português.

Quanto à afirmação de que o P.P.D. é o braço direito do P.S. e o esquerdo do C.D.S. penso que a mesma é desprovida de lógica. Tal visão é aquela que o sector pseudo-moderado do C.D.S. e o sector moderado do P.S. têm procurado dar do actual contexto político nacional, apontando, ingenuamente, para um rotativismo de tipo inglês, em Portugal. De acordo com essa visão o P.P.D. tenderia a ser um

pequeno partido, transformando-se o P.S. num género de partido trabalhista e continuando o C.D.S. a ser um partido conservador. Só que o P.P.D. está longe de ser um pequeno partido de tipo liberal, gozando de uma larga base social de apoio característica dos partidos de esquerda moderada e o P.S. nem de perto nem de longe se aproxima, quer ideologicamente quer politicamente, quer em dimensão, de um partido trabalhista como o inglês. Por outro lado, ainda está por provar que o sistema rotativo seja aplicável ao nosso País, tanto roais que não tem dado, de uma maneira geral, provas positivas nos países latinos, nomeadamente nos mediterrânicos.

O P.P.D. tem a sua personalidade própria, o seu espaço político próprio e a sua doutrina própria, pelo que não se limita a ser um braço seja de quem for. O mesmo já não poderei dizer de outros partidos. O próprio P.S. parece temer vir a tornar-se um partido cada vez menor.

"L" - Curiosamente o P.P.D. tem sido o único partido não atacado pelo P.D.C. Poder-se-á pensar em alguma (próxima) aliança entre os dois?

S.C. - Não sei por que razão o P.P.D. tem sido poupado a críticas pelo P.D.C. Possivelmente tal acontece pela simples razão de que o P.P.D. não é o principal adversário eleitoral do P.D.C, já que as suas bases eleitorais de apoio são perfeitamente distintas. No entanto, seria mais vantajoso para si formular directamente essas perguntas a um dirigente do P.D.C.

"L" - As hostilidades surgidas entre o P.P.D. e o P.S. são muito sensíveis nas suas bases, ou ficam-se a nível das cúpulas? Que explicação dá para elas, sobretudo se pensarmos que, durante meses, os dois partidos estiveram bastante unidos na luta contra o gonçalvismo? A actuação de Emídio Guerreiro teve influência nisso?

S.C. - Não considero que existam hostilidades propriamente entre o P.P.D. e o P.S. O que tem havido, isso sim, é uma demarcação de posições de parte a parte. No que nos diz respeito apenas temos procurado clarificar posições, a partir dessa demarcação, tendo os ataques caluniosos partido de dirigentes do P.S. e nunca de dirigentes do nosso Partido. Quanto ao facto de o P.S. e o P.P.D. terem estado bastante unidos na luta contra o gonçalvismo, tal não se fica a dever a nenhuma pessoa, em especial, mas sim às circunstâncias e condicionalismo caracterizadores de uma fase determinada do processo político português, em que todas as forças democráticas uniram esforços contra a tentativa de instauração de uma nova ditadura em Portugal.

"L" - Como vê o evoluir dos acontecimentos em Portugal!

S.C. - Julgo que o que interessa evitar, acima de tudo, hoje em dia, é a tentação totalitária, venha ela de onde vier. Por isso mesmo, temos que reforçar as instituições democráticas e que consolidar a democracia pluralista no Portugal novo que pretendemos construir. Daí a importância de um Governo estável e representativo da vontade de uma maioria do Povo Português, a necessidade de um Presidente da República novo, eleito por sufrágio universal, directo e secreto, Presidente esse que deverá dar garantias de defensor intransigente da democracia e das liberdades públicas, assim como de apartidarismos políticos, e a imprescin-

dibilidade de um acordo entre os principais partidos políticos democráticos, o qual deverá corresponder a um consenso popular assente num entendimento entre forças sociais e industriais, sector público, refugiados das ex-colónias e aristocracia do operariado. Sem um Governo forte e eficaz, um Presidente da República democrático, umas Forças Armadas disciplinadas e um entendimento entre as principais forças políticas e sociais, a democracia dificilmente poderá sobreviver no nosso País.

"L" - Muitos responsáveis não escondem uma visão catastrófica da realidade nacional. Qual é a sua posição?

S.C. - Talvez o desiluda, mas não me considero catastrofista. penso que a situação é grave, mas que não é trágica.

O Povo Português já mostrou ser capaz de muito, tendo sido Portugal o único país da Europa a derrubar, pacificamente, um Governo Comunista.

Se formos capazes disso, se conseguirmos derrubar uma ditadura de direita e um Governo Comunista, porque razão não seremos também capazes de consolidar a democracia e de vencer a crise económica?

Não somos inferiores aos outros povos que também sofreram os efeitos desgastadores de guerras, de crises económicas e de tensões sociais e políticas fortes que se seguiram a quedas de impérios, como sucedeu com o austríaco. Temos que nos encontrar a nós próprios, ciclando uma nova era da nossa História, que já conta com oito séculos de existência. Esse é o Desafio Histórico em que nos encontramos. Esta é a hora do encontro do Povo Português consigo mesmo.

Tenho confiança no Povo Português, que nunca capitulou, contra todos os inimigos que o espreitaram, tentando pôr em causa a sua liberdade e independência, ao longo de oito séculos de existência. É esta confiança no Povo Português que nos anima a combater com tenacidade em prol dos ideais da justiça e da liberdade, como socias-democratas que somos e que sempre continuaremos a ser.

## **2. PARTE II - Das Eleições Legislativas ao pedido de demissão do Sr. Sá Carneiro**

### **2.1. Intervenção durante a Mesa Redonda realizada pela RTP - 26/4/1976**

P. - Dr. Sá Carneiro, o PPD será talvez o partido em que há uma diferença maior entre as expectativas que havia quanto ao resultado eleitoral e o resultado efectivamente alcançado. Por outro lado, o PPD, se teve uma posição ao longo dos últimos meses, muitas vezes de crítica relativamente à política do VI Governo, não pode enjeitar uma certa responsabilidade uma grande responsabilidade, na

própria política do VI Governo. Para si, qual a ilação que tira das eleições de ontem?

S.C. - Devo dizer que de um modo geral concordo com as análises feitas pelo dr. Mário Soares, pelo dr. Freitas do Amaral; não concordo, como é evidente, com a denominação de partidos de direita, mas concordo de um modo geral com essas análises...

P. - Quer dizer que o PPD se situa no centro-esquerda?

S.C. - Sim, centro-esquerda se quiser, na esquerda moderada, esquerda não marxista. Foi sempre a nossa posição. Agradecia, antes de mais nada, as felicitações do dr. Freitas do Amaral e aproveito para lhe endereçar, em nome pessoal e em nome do nosso partido, as nossas felicitações também pelo óptimo resultado alcançado, um muito significativo aumento, indiscutivelmente. Não há dúvida nenhuma que há que prestar homenagem a quem ela aqui já foi prestada mas também ao povo português, que tendo salvo a liberdade, a democracia e a independência nacional nos períodos negros em que ela esteve quase perdida, deu mais um exemplo de civismo, de bom senso, que efectivamente o toma credor de uma política realista, de um Governo eficaz ao serviço do mesmo povo; mereceu-o plenamente e mereceu-o mais uma vez nestas eleições. Quanto às expectativas creio que todos nós, dirigentes do partido, esperávamos mais, trabalhamos para mais; simplesmente, o fundamental é a consciência de ter feito o máximo possível durante a campanha, de ter procurado o esclarecimento do eleitorado e, como é comum a todos os democratas, a total aceitação do resultado das eleições. Mencionou a questão do Governo, pois o PPD participou quase sempre de um modo muito reduzido nos vários Governos Provisórios, com excepção do V; foi uma forma de luta pela democracia, nunca rejeitou as responsabilidades daí inerentes, mas também nunca aceitou responsabilidades que às vezes lhe quiseram assacar e que lhe não eram efectivamente imputáveis. Com certeza que isso pode ter contribuído, a sua presença no Governo, e num Ministério ingrato - no VI Governo no Ministério do Comércio Interno - para uma certa perda de votação, é muito possível, mas a meu ver, a perda principal vem fundamentalmente do aumento das abstenções. Quanto ao aspecto geral, estou satisfeito, o PPD esteve presente em todo o território nacional apesar das dificuldades que lhe quiseram criar, realizou os seus comícios em todo o território nacional, alargou a sua implantação nacional, perdendo votos em algumas zonas em que tinha menor implantação como Lisboa, o Alentejo e o Algarve. Creio que um grande motivo de satisfação também para nós é termos confirmado pelos resultados das eleições a estratégia geral que o PPD sempre defendeu, ou seja, a necessidade de coligação entre os vários partidos democráticos para a formação de um Governo estável e eficaz. Os resultados eleitorais apontam efectivamente para a necessidade de uma coligação de partidos democráticos, mantendo-se de um modo geral, à excepção do caso do CDS, equivalentes aos do ano transacto. As posições relativas do PS e do PPD, a meu ver, traduzem uma consideração maioritária de uma política de esquerda moderada e apontam para a necessidade de uma coligação no futuro Governo entre os partidos democráticos. Essa é a estratégia que defendemos e que o eleitorado confirmou plenamente.

P. - Como disse ontem numa entrevista que fizemos aqui, a coligação que encara exclui o PC.

S.C. - Sim, mantemos essa posição. De resto, temos uma deliberação do nosso Congresso sobre isso, é um problema político e até de filosofia política; as filosofias políticas do PC e do nosso partido são de tal modo diferentes que impossibilitam praticamente uma coligação.

P. - A posição do dr. Sá Carneiro acerca da manutenção do Governo creio que é mais reservada sobre este ponto.

S.C. - Não é só mais reservada, mas realmente não concordo com o dr. Mário Soares, quando diz que esse ponto foi objecto dum acordo. Com o nosso partido não. O que se falou na altura das negociações do Pacto, e nisso havia um acordo tácito, que nós depois quisemos... uma coisa como outra mais tarde pois insistimos em que esse acordo que efectivamente tinha sido feito de uma forma tácita, fosse tornado expresso e foi acrescentada uma cláusula no Pacto no sentido de todo o sistema constitucional dos órgãos de soberania só entrar em vigor após a eleição do Presidente da República, mas é um problema completamente diferente da manutenção do VI Governo, de resto nós tínhamos já desde Dezembro uma resolução do nosso Congresso no sentido de só permanecermos no Governo com o PCP se houvesse razões ponderosas para isso, até às eleições de 25 de Abril. Nunca poderíamos, pois, entrar num acordo desse tipo, como de facto não entramos.

P. - O problema que se põe hoje é se o PPD permanecerá no Governo até à eleição do Presidente da República ou não, se exige ou não a saída do PC.

S.C. - Há dois aspectos para mim principais a considerar quanto ao Governo. Por um lado, há a nossa posição já claramente assumida e do conhecimento do público quanto à nossa permanência do Governo juntamente com o PC após estas eleições. O Secretariado do partido vai estudar o assunto e deliberar; em todo o caso, há já uma solução do Congresso.

Há outro aspecto de interesse muito importante que é a ligação entre a manutenção deste Governo tal como está, e a questão das futuras coligações, pois se se rejeita qualquer coligação futura parece que não há razão para manter esta durante mais dois meses. Como sabe, o Presidente da República será eleito até ao 70.º dia após as eleições para a Assembleia da República e, portanto, isso pode ir até à 1.ª semana de Julho e depois ainda demorará a formação do Governo, apresentação e tudo o mais. Serão, portanto, dois meses e meio praticamente com um Governo que, se rejeita qualquer hipótese de coligação, está condenado a ser um Governo de transição com pouca capacidade de realização eficaz da governação. É o meu ponto de vista, ora o estado do país, os enormes problemas económicos, financeiros e sociais a resolver impõem, para bem da consolidação da democracia e do progresso, que exista um Governo com autoridade, com personalidade. Isso parece-me apontar para que este Governo seja remodelado ou dê lugar à formação de um Governo transitório até às próximas eleições - é uma questão de palavras - no sentido de o fazer coincidir, tanto quanto possível, com um futuro



Governo. Só assim se assegurará uma continuidade e se assegurará uma eficácia de acção governativa que é desesperadamente necessária.

P. - Portanto neste momento não há decisão do PPD sobre esse assunto, uma vez que vai ser ainda considerado pelas instâncias superiores do partido.

S.C.- Este problema não se podia pôr antes do conhecimento do resultado destas eleições; foram conhecidos agora, amanhã começaremos as reuniões tendentes à definição da posição do partido.

P.- A posição do partido depende também de negociações quanto ao futuro governo definitivo?

S.C. - O PS já definiu hoje, salvo erro com um comunicado e com declarações do dr. Mário Soares, a sua posição de não aceitar entrar em quaisquer coligações e, portanto, esse ponto parece-me suficientemente definitivo.

O dr. Mário Soares poderá melhor do que eu elucidar. Haverá depois que analisar, em face desses dados, a evolução provável do VI Governo Provisório e do futuro governo. Todavia este problema será decidido rapidamente, porque, como disse e repito, e acho este ponto muito importante, o país necessita de ter rapidamente um governo com eficácia, com uma política definida nos vários aspectos e capa? de preparar os trabalhos do futuro governo. Ora isso só se consegue efectivamente se houver uma certa correspondência entre este governo e aquilo que for formado depois.

P.- Falámos do problema das alianças à esquerda do Ps com o PCP e com a UDP. O PPD, creio que rejeita, pelo menos formalmente, a posição do PS, rejeita nos mesmos termos do PC, isto é, considera como aberrante que um partido que representa um terço do eleitorado pretenda ser Governo sozinho e que não pretende também dar ao PS um apoio exterior sem ter ao mesmo tempo a responsabilidade do Governo.

S.C. - Não, os termos são diferentes. Parece-me que não vale a pena falar das posições do PC aqui visto que o seu representante não está cá e portanto não precisa, com certeza, que sejam introduzidas aqui as suas posições. Se ele tivesse interesse nisso, cá estaria.

O dr. Mário Soares tem falado sempre nos partidos de direita, na táctica da direita; desminto que nunca fomos um partido de direita e não temos qualquer política de direita, antes pelo contrário, somos um partido de esquerda não marxista, um partido de esquerda moderado, um partido social-democrata. Agora o que me parece é que o PS está a contradizer-se um pouco, bastante mesmo, em relação à posição que tomou durante a campanha eleitoral, pois o PS apresentou-se ao eleitorado nesta posição: se o eleitorado nos der mais votos do que aqueles que tivemos no ano passado, governaremos sozinhos; se nos der menos, passaremos à oposição. O eleitorado deu menos votos. Quer dizer, o eleitorado condenou, ou antes, não aceitou a estratégia do PS de querer ser o único partido no Governo. O eleitorado apontou para a necessidade de coligação entre partidos e rejeitou a estratégia do PS. Por outro lado, é muito fácil dizer que o PS estará no governo sozinho, apresentará o seu programa e a responsabilidade será de quem

der voto de desconfiança. Isso parece-me totalmente infundado em inverter as posições.

O PS ao recusar terminantemente, apesar do voto do eleitorado ter sido desfavorável à sua posição, ao recusar coligações no Governo, está a assumir, a meu ver, uma grave responsabilidade histórica que pode, com a sua atitude, conduzir efectivamente a uma grave desestabilização e até à perda da democracia. O dr. Mário Soares falou no caso do Chuiel, há pouco desaconselhando governos de minorias evocando o caso do Chile. Parece-me por outro lado que dizem que os partidos representados na Assembleia Nacional votassem uma moção de desconfiança ou não aprovassem o programa de governo, que isso equivaleria a uma aliança, parece-me, desculpe a franqueza, um contra-senso. Porque seria quase a mesma coisa dizer como há pouco o Veiga Pereira disse. Mas afinal a posição do PS coincide com a do PC; e o Dr. Mário Soares disse: Não havia apenas uma questão de coincidência. Pois exactamente. Se uma coincidência significasse uma aliança então essa coincidência entre a posição do PS e do PC implicava uma aliança. É evidente que não implica aliança nenhuma, porque senão o PS vinha dizer que basta que um partido se abstenha e nós continuaremos a governar então também se poderia dizer que havia uma aliança entre O PS e aquele que se abstém.

Não se trata de qualquer aliança se os outros partidos na Assembleia da República vierem a desaprovar o programa de governo, Parece-me que a posição do nosso partido neste momento em que se realizaram eleições democráticas no nosso país, com claro sentido que efectivamente confirmou a necessidade de uma coligação. O partido que a rejeita é que assume a responsabilidade plena das consequências de querer governar sozinho, ainda que amanhã veja desaprovado o seu programa de governo ou veja votadas moções de desconfiança. Essa sim, será uma responsabilidade histórica. Parece-me por outro lado, que o PS não é a única hipótese de governo democrático e progressista neste país, pois uma coligação poderia perfeitamente servir os mesmos moldes, os mesmos objectivos, não se trata de qualquer regresso ao passado, trata-se do cumprimento escrupuloso da Constituição. E o PPD, por exemplo, é um partido que sempre se manifestou a cumprir escrupulosamente a Constituição como qualquer partido que disputa as eleições, doutra maneira nem sequer poderia ser admitido. O programa de governo a desenvolver não é um programa ideológico, é um programa pragmático, tendo em vista resolver problemas concretos, ou pelo menos deverá ser na nossa perspectiva, que efectivamente aplique a Constituição às realidades do nosso país e portanto não é o único partido socialista a poder executar um programa desse tipo, por isso me parece que a posição do PS é contraditória, implica a assumpção de uma grave responsabilidade, a de graves consequências na evolução da democracia portuguesa. Por nós, PPD, mantemos exactamente a mesma posição, aquela que o eleitorado confirmou: abertos a coligações com os partidos democráticos segundo os resultados das eleições na base de um programa comum de governo.

P. - Mas uma das alternativas para si seria uma coligação entre o PPD e o CDS?

S.C. - Os resultados eleitorais não apontam para uma coligação desse tipo, dado o número de deputados de cada um desses partidos.

P. - Portanto o PS mantém o projecto que anunciou durante a campanha eleitoral, a viabilidade desse projecto depende por um lado do PS, depende por outro lado das posições que tomarem os diversos partidos representados na Assembleia da República relativamente a um Primeiro-Ministro socialista e a um programa de governo a apresentar pelo Primeiro-Ministro socialista, mas este debate finalmente transfere-nos para o PR, isto é que a actual situação portuguesa, nascida destas eleições vai depender fundamentalmente do PR e da maioria que se definir em torno do PR, da maioria presidencial, isto é, que o processo de institucionalização, de estabilização do regime vai depender fundamentalmente das eleições para o PR.

S.C. - Isso é verdade e acho importante que se vá desde já pensando nas pessoas dos candidatos, mas também na possibilidade de haver candidatos apoiados por mais que um partido, um apoio informal, todos sabemos, visto que os candidatos são apresentados por eleitores e não por partidos, mas creio que seria muito importante uma definição da posição dos partidos relativamente a apoio a um candidato, eventualmente comum, porque com isso, no mesmo plano das coligações pois poderia prestar-se um grande contributo para a estabilização política nacional e para a institucionalização da democracia portuguesa.

P. - Quer dizer que a coligação que não é possível ao nível da Assembleia da República será talvez possível, embora não sob a forma de alianças, em torno do PR.

S.C. - Sim, mas não veja nisto um pedido de casamento que nós nunca fizemos pedidos de casamento ao PS. O povo através da votação é que a meu ver apontou para uma coligação. Nós nunca fizemos qualquer pedido ao PS para se coligar connosco. É completamente diferente. E é nesse sentido que ponho o problema e de resto, o dr. Mário Soares falou no caso da Suécia, da Alemanha, isso levava-nos muito longe.

P. - Creio que correríamos o risco de maçar os telespectadores, que tal como nós não dormiram ou dormiram muito pouco, continuando este debate, que se não apresentou soluções muito claras sobre a situação política, definiu pelo menos de uma forma muito clara quais são os problemas que há neste momento relativamente aos resultados da eleição de ontem e relativamente às soluções possíveis, às alternativas possíveis para o futuro. Creio que nesse aspecto este debate foi extremamente positivo porque as posições dos diferentes partidos ficaram extremamente clarificadas e as soluções possíveis também me parece que foram definidas com bastante rigor.

## **2.2. Conferência de Imprensa - 29/4/1976**

O futuro da coligação governamental e as eleições presidenciais foram os temas dominantes da Conferência de Imprensa que, com a presença de Sá Carneiro, Rui Macheie e Magalhães Mota, o partido Popular Democrático concedeu a elevado

número de jornalistas nacionais e estrangeiros, na passada terça-feira, no Auditório 2 da Fundação Gulbenkian.

A abrir a sessão, o nosso Secretário Geral, numa curta exposição, salientou resumidamente os pontos mais importantes deste período pós-eleitoral afirmando a dada altura, relativamente ao primeiro daqueles temas, que "o PPD mantém a sua posição de necessidade de um Governo de coligação para o nosso país, coligação que pode ser a última oportunidade da democracia portuguesa. Com efeito a gravidade dos problemas que o país enfrenta, o estado da nossa economia, das finanças, os grandes problemas sociais exigem um Governo com uma ampla base social de apoio, dotado de eficácia e de eficiência".

Mais adiante, numa análise sucinta dos resultados eleitorais, Sá Carneiro afirma que estes apontavam para uma coligação governamental, fundamentalmente porque o povo legou ao PS uma votação igual ou superior a 1975, derrotou a chamada "maioria de esquerda" e repudiou claramente a "Alternativa 76" do CDS.

"Infelizmente - salientou ainda - dada a posição do Partido Socialista a hipótese de coligação parece, neste momento, completamente afastada. O PPD vai pois estudar a questão da sua permanência no VI Governo à luz da impossibilidade de uma coligação entre os partidos democráticos".

E, mais adiante, ainda sobre o mesmo tema:

"Quanto mais depressa se definirem as posições, melhor será o esclarecimento político e este é indispensável à estabilização. Kr minha opinião há necessidade de preparar imediatamente e até eleições presidenciais, toda a política governamental, assegurando, desde já, medidas eficazes para resolução dos problemas concreto o que pressupõe um governo com um mínimo de política comum senão de homogeneidade."

Também a possibilidade de um governo minoritário PPD-CDS foi alvo do seguinte comentário:

"Não encaro essa possibilidade, pois, estes dois partidos também não têm a maioria. Se perfilhássemos a mesma teoria do PS, iríamos formar Governo.

#### **AS POSSIBILIDADES DE GOVERNAÇÃO DO VI GOVERNO**

Foi ainda debatida a questão de saber se o PPD permaneceria ou não com os seus ministros no VI Governo, facto que perdeu já actualidade, uma vez que a Comissão Executiva do Partido, como damos notícia noutra local, já se pronunciou quanto a este assunto. Precisamente porque a decisão de permanência (ou saída) do PPD no Governo competia àquele órgão nacional do partido, Sá Carneiro pouco adiantou a este respeito, tendo, no entanto, sublinhado, quando lhe foi perguntado se a saída do PPD do Governo nesta altura não seria um facto de graves repercussões na frágil democracia portuguesa que "no período que medeia entre as duas eleições há que preparar toda a política do futuro Governo, fazer contactos internos e externos, o que acarreta uma estratégia governativa comum ou pelo menos de homogeneidade. Não existindo aquela, surge a indefinição e quanto mais cedo as coisas se definirem mais proveitoso será para o país, a ne-

cessitar de medidas concretas e imediatas para os problemas gravíssimos que enfrenta. Além disso sabe-se que o Governo depois das eleições presidenciais vai ser alterado o que condicionará toda a actuação do Governo, o qual passará a ser neste intervalo, um simples gestor administrativo".

Ainda no debate sobre as diversas questões que se colocam a nível do Governo, Sá Carneiro, em resposta a uma pergunta concreta quanto à necessidade e viabilidade de uma coligação, salientaria que "a coligação pode ser a última oportunidade da democracia portuguesa, já que o estado do país exige um Governo com larga base de apoio, que garanta estabilidade e eficácia.

No entanto, esta hipótese parece afastada mercê da posição do PS, que quer constituir um Governo minoritário."

"É um problema em aberto".

E, mais adiante: "O PPD entende mal como se pode governar um país com apenas trinta e tal por cento dos votos", referindo-se, na altura, ao exemplo do Governo Italiano, que nem com 50 por cento da votação entendeu ser possível não fazer coligação.

"O PPD, porque não lhe interessa a política partidária, nem derrubar o Governo, se fala em que em coligação é apenas por entender que ela é necessária para a estabilização da democracia. Esse foi, é e será o grande objectivo do Partido Popular Democrático".

Segundo Sá Carneiro, "será a recusa de uma coligação que poderá pôr em causa a estabilidade democrática".

E noutra altura, ainda sobre a delicada questão levantada com a decisão de o PS governar sozinho, Sá Carneiro teria novamente oportunidade para explicar os pontos de vista do PPD afirmando:

"Uma vez que o PS mantém a sua posição de querer governar sozinho, será a ele que compete apontar soluções. O perigo de uma definição será nocivo, tanto interna, como externamente, pelo que, parece ao PPD, vale a pena uma remodelação governamental."

Em resposta a outra pergunta, Sá Carneiro declarou que "se o PS puser em execução um programa de Governo de cariz social-democrata, isso será um bem para o nosso país e apoiaremos todas essas medidas".

Para o PPD, repetiu, "o fundamental é a consolidação da democracia", após o que salientou não estar o seu partido na disposição de "adoptar uma posição de oposição sistemática, pois nunca enjeitou as responsabilidades de ter participado em todos os Governos provisórios, nem enjeitará nunca qualquer tipo de responsabilidade".

Desenvolvendo a resposta a uma pergunta que incidia sobre relativo fracasso de algumas previsões pré-eleitorais, depois de considerar que os seus prognósticos em relação às probabilidades do PPD face ao PS falharam, por causa do abstencionismo e de grande parte do eleitorado se ter mantido fiel à votação do ano

anterior, "para além do facto do PPD ter de pagar o preço de participar no Governo em ministérios extremamente ingratos", Sá Carneiro salientou, mais uma vez, que o seu partido "não admitia, depois das eleições manter-se no Governo com o PCP, por entender que o Partido Comunista, pela política anti-democrática e ruinosa para o País, que tem praticado, não deve fazer parte de qualquer coligação".

### **AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS**

Sobre a eleição presidencial, defendeu a existência de um único candidato que reunisse o consenso geral.

Embora informasse que o PPD poderá apoiar um candidato civil, considerou mais vantajoso que o futuro Presidente seja militar. Considerou irrealista e susceptível de criar a confusão nas eleições, uma eventual candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho. Também em resposta a uma outra pergunta, declarou que se Mário Soares fosse candidato, uma vez que o secretário-geral do PS não reconhece a viabilidade da social-democracia, não poderia o PPD apoiá-lo.

Sá Carneiro, ainda se referiu a uma possível frente popular entre o PCP e o PS, manifestando-se contra essa hipótese; considerou o PCP o mais pequeno partido da Europa e bastante diferente do PC Francês e do PC Italiano, por manter laços bastante mais intensos com Moscovo e pela ausência de tradições de luta pela democracia, como os comunistas franceses e italianos; a respeito do relatório sobre o 25 de Novembro declarou-se contrário a sanções administrativas e favorável à decisão judicial no caso de o PC ser considerado responsável; expressou a opinião de que as relações com a NATO não seriam afectadas pela existência de um Governo minoritário embora cause preocupação pelo risco de instabilidade; defendeu a liberdade sindical e atacou a unicidade sindical e afirmou não ver ninguém do Movimento Social-Democrata com prestígio e capacidade para se apresentar como candidato à Presidência da República.

## **2.3. Depoimento ao "Jornal de Notícias" - 14/5/1976**

Dois anos de Partido completaram-se no dia 6. São simultaneamente, praticamente 2 anos de revolução, mas também 2 anos de pré-revolução. Com isto quero dizer que, assim como o 25 de Abril não nasceu no próprio dia da Revolução, assim também o nosso partido teve uma gestão anterior ao 25 de Abril. Foi, com efeito, a opção de numerosos grupos - entre eles não posso esquecer o que foi por exemplo a Pragma, cooperativa de Lisboa, o Confronto no Porto, a SEDES, mais tarde, e a luta que na Assembleia Nacional um grupo de deputados travou e que ficou conhecido pela "Ala Liberal". Foi isso que contribuiu, em parte para a preparação do 25 de Abril e que possibilitou que no dia 6 de Maio de 1974 o grupo inicial de fundadores do PPD (apareceram três com mais destaque mas logo de início havia mais gente ligada) anunciasse a fundação do Partido Popular Democrático, divulgando as suas linhas programáticas que ainda hoje, de harmonia com a decisão do nosso primeiro Congresso de Novembro de 1974, constituem

parte integrante do Programa. Essas linhas programáticas do Partido Popular Democrático eram já aquilo que o Partido sempre foi e é - a social-democracia portuguesa. Inspirada em programas de partidos sociais-democratas europeus, adaptada à nossa realidade, essa linha inicial foi depois desenvolvida e completada no primeiro Congresso, com a aprovação do nosso Programa. E logo após o dia 6 de Maio - o anúncio, portanto da fundação do Partido - gerou-se um grande movimento de adesão à volta da ideia e das linhas programáticas, que possibilitou a rápida implantação do Partido em todo o país e uma crescente adesão de militantes.

Fomos logo de início solicitados para fazer parte do I Governo Provisório e o Partido manteve-se em todos os governos provisórios com excepção do V e último de Vasco Gonçalves, sendo o dr. Magalhães Mota um dos ministros que nos representaram em todo os governos.

Vivemos todas as crises da revolução desde a crise de Palma Carlos até ao 25 de Novembro e o Partido, como é compreensível, não deixou de se ressentir, na sua acção, dos sobressaltos que a Revolução democrática do 25 de Abril sofreu durante estes dois anos. Ressentiu-se negativa e positivamente, porque aquilo que nós tentamos fazer e realizamos é muito difícil. Criar um Partido num contexto de insegurança, de instabilidade, de golpe permanente desenvolvê-lo implantá-lo e fazê-lo participar depois nas eleições é realmente uma autêntica aventura política. A ela nos dedicamos todos - e quando digo todos não penso em figuras políticas. Penso especialmente nos militantes - a ela nos dedicamos todos com grande empenho arriscando-nos todos e arriscando tudo, porque sentimos que mais do que o Partido, mais mesmo do que um Programa e do que uma ideia, que são os nossos, o que estava em causa era a democracia, a liberdade e portanto o nosso país. E como todos nós não queremos, nem pomos a hipótese de ter outro país senão este, empenhamo-nos a fundo naquilo que queremos seja a nova sociedade portuguesa. Pois a participação nos vários governos foi muito diminuta. No I Governo Provisório tínhamos dois ministros, e vivemos os que lá estávamos e que acompanharam mais a vida do Partido, o que foi essa luta inicial. Era já o pré-Gonçalvismo. Isso é uma característica também do nosso Partido. Desde o início, desde o I Governo Provisório lutamos contra o Gonçalvismo que na primeira fase, durante, portanto, o I Governo e até à crise de Palma Carlos, se traduziu pela luta de poder político entre governo civil, o único governo civil que tivemos depois do 25 de Abril, e Comissão Coordenadora do MFA, Comissão Coordenadora dominada então por Vasco Gonçalves tendo unidos à sua volta vários oficiais que, depois, na altura da crise do ano passado, contra ele se levantaram em defesa da democracia. Mas nessa primeira fase havia uma Comissão Coordenadora unida que interferia constantemente na vida do I Governo Provisório. É chegou a haver, em Julho de 1974 (vinte e tal de Junho), uma moção de desconfiança ao Governo assinada em nome da Comissão Coordenadora, pelo tenente coronel Vasco Gonçalves. Foi aí que começou a crise Palma Carlos. Era já a estratégia do golpe e da contenção do golpe.

Com a queda do I Governo Provisório, deu-se a tomada de poder a nível de Governo, pela Comissão Coordenadora e pelo sector que dominava o MFA. Não era todo o MFA, como depois se veio a revelar; era uma minoria que controlava o MFA

e que, desde já antes da Revolução do 25 de Abril pretendia orientar a Revolução, pondo a tónica no socialismo colectivista, mais do que na democracia.

Foram-se desenvolvendo as crises políticas nacionais, agravando as dificuldades, até que se deu a crise final do Verão do ano passado, na qual não participei, porque desde Fevereiro que estava doente e afastado, portanto, da vida do Partido. E o nosso Partido, m nunca querer vangloriar-se de ter sido o único defensor da Uberdade ou da democracia participou através dos seus dirigentes e dos seus militantes, na luta activa contra o Gonçalvismo, pela defesa Ha liberdade e democracia.

Na fase que se seguiu à formação do VI Governo Provisório e que praticamente coincidiu com o meu regresso, pois participamos, também na luta pela consolidação da democracia, em manifestações de apoio, em conjunto sobretudo com o Partido Socialista, de apoio ao VI Governo Provisório e ao primeiro-ministro, almirante Pinheiro de Azevedo.

O 25 de Novembro veio modificar bastante estas perspectivas, porque, a partir daí, o Partido Socialista, de apoio à sua acção política externa de apoio ao VI Governo bastante do nosso Partido, encetando-se uma luta que, com alguns aspectos desagradáveis - que a nosso ver foi nocivo para a democracia, na medida em que a disputa partidária especialmente entre o nosso Partido e o Partido Socialista que se agudizou a partir do 25 de Novembro - desorientou as pessoas, levou mesmo a um certo descrédito os partidos e ao receio de que se criasse, no nosso país, um clima equivalente ao da I República, com as consequências inerentes. Preocupação que não se estendia apenas à luta entre partidos, já que o agravamento da situação económica, da situação financeira e da situação social, fazia muito lembrar o clima que se vivia antes do 28 de Maio de 1926. O défice orçamental do ano passado - o maior da nossa história - aproxima-se em percentagem do défice verificado no ano de 1925. E o deste ano que vai exceder em percentagem com certeza, o défice de 1925.

Toda essa situação preocupante, portanto, não foi muito atenuada com as presentes eleições. Mantiveram os partidos, com excepção do CDS, a sua posição relativa, com uma ligeira diminuição de diferença entre nós e o Partido Socialista. Mas nenhum partido conseguiu uma maioria suficiente para obter o apoio indiscutível, no Parlamento. Seriam necessários pelo menos 42%, que não foram obtidos, e, portanto, há uma grande divisão de votos e de apoio parlamentar, de apoio social.

A partir do momento em que, logo no próprio dia das eleições, o Partido Socialista recusou qualquer coligação, entramos, a meu ver, numa nova crise política, o que explica em grande parte uma certa frustração das pessoas ante o resultado das eleições.

Creio que se irá viver, até pelo menos à eleição do Presidente da República, um clima de tensão, agravado pela agudização de certos problemas económicos e financeiros e, sobretudo, sociais. E entre estes está o problema dos refugiados das antigas colónias. Pela nossa parte, e tendo vivido também a nível interno algumas vicissitudes, como aquelas que tiveram lugar após o nosso II Congresso - o Con-



gresso de Aveiro - conscientes de que o Partido está coeso e fortalecido à volta de um Programa jamais alterado, seguindo um comportamento de harmonia com o seu programa, confiamos em que os partidos democráticos saberão pôr os interesses do país acima dos seus interesses partidários, pôr fim às guerras estereis e de constantes ataques pessoais, para se empenharem juntos na defesa da democracia.

É neste caminho que festejamos os dois anos com a plena consciência de que desejaríamos ter feito mais, desejaríamos ter obtido melhor resultado eleitoral. Mas também com a consciência de que a aventura em que conscientemente nos metemos e patrioticamente desenvolvemos, de constituir, a partir de muito pouca coisa um Partido que hoje é um grande partido nacional e o segundo maior partido português, valeu a pena e valerá sempre a pena continuar.

JN - Estamos a falar do problema dos dois anos do PPD. Os srs. estão a celebrá-los, são dois anos e ao fim a ao cabo já tem uma história como o senhor acabou de demonstrar. Há quem diga, pejorativamente, que têm uma velha história. Essa velha história estará no facto de ser assacado ao PPD o primeiro golpe após o 25 de Abril; depois o tratar-se de um partido reaccionário; por fim, o de estar ligado ao grande capital. Posto isto, parece que o PPD nestes dois anos postou-se numa posição em que não é o primogénito nem o benjamim dos partidos políticos, quer dizer está a meio das afeições e dos desamores da clientela. Como vê o PPD este quadro e como pensa encará-lo no futuro?

Sá Carneiro - O Partido Popular Democrático não esteve para nada na origem da primeira crise do Governo. Nem o próprio prof. Palma Carlos. Como disse, a crise Palma Carlos não foi nenhuma tentativa de golpe. A acção empreendida pelo dr. Palma Carlos foi um típica acção de contenção de golpe, linguagem muito difundida depois do 25 de Abril, mas foi efectivamente uma atitude de contenção de golpe. O golpe era já da Comissão Coordenadora de Vasco Gonçalves para tomar conta e interferir constantemente na acção do Governo. E tivemos vários exemplos em que a acção do Governo sofreu com a intromissão da Comissão Coordenadora e alguns ministros foram desautorizados por certas atitudes da Comissão Coordenadora. Citei já o caso da moção de censura ao Governo assinada pelo coronel Vasco Gonçalves. Ao tomar a sua atitude, discutível como todas, o prof. Palma Carlos visou o fortalecimento do poder civil, através dum esclarecimento. Os factos foram confirmando grande parte das afirmações contidas no documento Palma Carlos. Acusa-se, também, não propriamente o Partido, mas a mim, de ter desencadeado essa crise, numa célebre reunião que salvo erro, no dia 13 de Junho tivemos, o dr. Vasco Vieira de Almeida e eu, com aquilo que julgávamos ser um grupo restrito de oficiais e se veio a revelar ser, afinal, um autêntico plenário do MFA. O general Spínola tinha pedido, na sua qualidade de presidente da República, ao dr. Vasco Vieira de Almeida, para repetir diante de um grupo de oficiais, as suas análises económicas e financeiras, que eram bastante realistas e, portanto, nada optimistas - análises que havia feito várias vezes no Conselho de Ministros alguns dos quais presididos pelo presidente da República. E falou-me na véspera da reunião, pedindo-me para comparecer também a essa outra reunião no cinema de Santa Clara, salvo erro em Lisboa. E quando lá chegámos verificámos que estava realmente uma larga assistência de algumas centenas de ofi-

ciais que eram quase todos oficiais do MFA e parte da Junta de Salvação Nacional. Eu fiz uma análise da situação política, focando também o problema da descolonização e o dr. Vieira de Almeida fez uma análise da situação económica e financeira. Houve troca de impressões e o meu único interlocutor, visto que não deixou falar mais ninguém, foi o coronel Vasco Gonçalves. A reunião continuou e depois já sem nós.

Nessa reunião não houve nem da parte do dr. Vieira de Almeida nem da minha parte esboço ou sugestão ou alusão de qualquer espécie em que o remédio seria uma solução autoritária. Pelo contrário, insistimos em que a situação era tão grave, queurgia tomar remédios económicos e financeiros para que se não pusesse em perigo a democracia pois que não o fazer podia ser encaminhar-se para uma solução autoritária que de maneira nenhuma se poderia admitir. Quando o prof. Palma Carlos lhes apresentou os seus projectos e o relatório justificativo, fê-lo antes de o apresentar ao Conselho de Estado, participando ao Conselho de Ministros aquilo que havia de fazer. É mais tarde, quando o Conselho de Estado tomou a atitude de rejeitar a maior parte das sugestões do prof. Palma Carlos houve quatro ministros que se declararam também demissionários com ele, visto que achavam que a situação era justificativa da demissão. O quinto ministro que espontaneamente, disse que se solidarizava também com o prof. Palma Carlos, e eu tive ocasião de já esclarecer isso, foi o dr. Raul Rego. A impressão com que ficámos foi de que, depois de ouvir os dirigentes do seu partido reconsiderou e se manteve no Governo.

Quanto às acusações de reaccionarismo e ligação ao capital pis os partidos são como as pessoas, são o que são; se podem ser julgados pelos seus actos pelo seu comportamento, nunca defendemos quaisquer posições reaccionárias. E verdade que, ao contrário de alguns, mantivemos sempre a mesma linha. Não mudamos ao sabor dos ventos. Fomos os primeiros a pronunciar-nos contra a Unicidade Sindical. Fomos dos primeiros também a defender o voto dos emigrantes então considerado como altamente reaccionário.

Participamos, com os demais partidos democráticos e sobretudo o povo, na luta contra o gonçalvismo e criticámos mesmo, logo após o 11 de Março, alguns aspectos das nacionalizações então feitas. É evidente que isso não convinha à política gonçalvista que então dominava. E daí vieram boa parte das acusações de reaccionarismo

O dr. Álvaro Cunhal chegou a afirmar, num comício do Campo Pequeno depois do 11 de Março, que eu próprio, pessoalmente estava envolvido no 11 de Março, o que era inteiramente falso e de resto impossível, visto que desde Fevereiro estava doente e tinha sido operado já antes do 11 de Março. Mas essa afirmação chegou a ser feita o que prova a falsidade das afirmações de reaccionarismo e comprometimento com o capital também.

Dos partidos portugueses, dos quatro grandes partidos portugueses, somos com certeza aquele que dispõe de menos recursos financeiros. Isso bem se verificou na campanha eleitoral. E efectivamente a nossa campanha eleitoral ressentiu-se disso - da falta de recursos financeiros. Falta de material e falta de meios hu-

manos decorrente da falta de fundos, visto que fizemos a campanha eleitoral com seis funcionários pagos e trabalhando em tempo integral, contando além disso apenas com a boa vontade e empenho dos militantes enquanto que outros partidos tiveram as suas máquinas eleitorais montadas por amigos estrangeiros, contando com algumas centenas de funcionários profissionalizados, de ligações telefónicas directas entre as sedes em Lisboa e as sedes locais, videotape em todas as sedes e transmissões rápidas, etc. Não dispomos dessa máquina e cremos mesmo que máquinas dessas falseiam bastante a política portuguesa, porque permitem aos partidos aparecerem como grandes empresas políticas, sem correspondência com a situação nacional. E ao aparecerem como grandes empresas políticas agudiza a luta partidária, leva os partidos a monopolizarem a política nacional, quando afinal, se os partidos em Portugal trabalhassem apenas com recursos portugueses, teríamos partidos mais pequenos, mais modestos, menos ambiciosos e certamente menos agressivos. Partidos e respectivos dirigentes com certeza.

As acusações que nos foram sempre feitas de spinolismo, de reaccionarismo e não sei que mais, pois foram-se desvanecendo por elas próprias. Hoje, os ataques que nos estão sendo dirigidos centram-se sobre mim, sobre novamente possíveis divergências dentro do Partido, sobre uma pseudo-derrota eleitoral. É evidente que esperávamos melhores resultados nas eleições. E todos os partidos o esperavam. Mas enquanto certos partidos viram negada pelo eleitorado a sua opção fundamental - refiro-me concretamente ao Partido Socialista, cuja opção fundamental era "40% ou mais, governaremos sozinhos; menos de 40% ou menos de 37% passaremos à oposição" - viram essa opção derrotada e adoptaram, depois, uma posição diferente, a nossa estratégia de fundo, que era sempre "esperamos ser o primeiro partido mas estamos abertos qualquer que seja o resultado da votação a uma coligação de Governo entre os partidos democráticos", essa foi inteiramente confirmada pelo eleitorado. Por outro lado, se a nossa posição diminuiu nalgumas zonas do Norte e ligeiramente nas ilhas, o certo é que se reforçou, significativamente, nas regiões do Sul. O Algarve passou, salvo erro, de 9 para 19% e, reforçou-se muito a nossa posição nos distritos de Setúbal, Beja, Évora e em Lisboa também, o que reforçou a dimensão nacional do nosso Partido.

Procura-se, até com base no relatório do Conselho da Europa, apresentar como possível uma coligação que tem sido recusada pelo Partido Socialista, desde que outro fosse o secretário-geral do nosso Partido. É evidente que se essa fosse a alternativa, e se a coligação se gelasse necessária, como a nosso ver revela, pois o secretário-geral do nosso Partido seria o primeiro a pôr o problema da sua substituição pois que como todo o partido e como os órgãos dirigentes e como todos os seus militantes não está agarrado a qualquer lugar e preza acima de tudo a democracia e a social-democracia. Mas isso é apenas um meio de ataque ao nosso Partido que, como referi, se reforçou depois do apoio à candidatura do general Eanes. Não há qualquer divergência no seio do Partido, há a consciência nítida de que o Partido e os seus Estatutos serão aquilo que o Congresso e os militantes quiserem e aquilo que for mais conveniente para o partido.

JN - O senhor desculpe, mas ainda a propósito da candidatura do general Ramalho Eanes, tem sido considerado um golpe de antecipação a atitude do PPD, uma vez

que o PS já teria ido falar com o general. Neste sentido, o PPD terá escamoteado a posição...

Sá Carneiro - Não escamoteamos nada. O Partido Socialista, ao que parece, sem nosso conhecimento e sem nos ter contactado, foi falar com o general Eanes, depois de nós termos divulgado...

JN - O senhor, aqui no Porto, tinha falado no brigadeiro Pires Veloso...

Sá Carneiro - Eu, pessoalmente, falei várias vezes no general Ramalho Eanes e no brigadeiro Pires Veloso e uma vez no general Silva Cardoso. Depois, insisti sempre na alternativa do brigadeiro Pires Veloso ou Ramalho Eanes. E falei aqui, no Porto, no brigadeiro Pires Veloso. Falei no entanto também que uma figura como a dele ou do general Eanes, recordo-me que o disse concretamente no nosso discurso, seria para nós o presidente da República que mereceria apoio, mas que ainda não tinham escolhido o nosso candidato. Quando nos reunimos para o escolher, pois consideramos todos os aspectos, consideramos as opiniões recolhidas junto do próprio general Eanes e de Pires Veloso, já há bastante tempo, e eu havia-o feito pessoalmente até, e consideramos que na actual situação nacional o apoio deveria ser dado à candidatura do general Eanes.

JN - Há ainda quem considere que esse contacto com o general Eanes terá sido uma forma de depressão. Digamos que o PPD ter pressionado perante esse contacto perante esse apoio ao general Eanes este no caso de ser eleito, forçaria um governo de coligação em que entrava naturalmente o PPD.

S.C.- Não, não é esse o caso. Nós, quando optámos pela candidatura do general Eanes, fizemo-lo porque nos pareceu que ele reunia os requisitos de democracia de figura suprapartidária de defensor da independência e de factor fundamental da coesão e organização das Forças Armadas que pareciam indispensáveis a um presidente da República. Conscientemente, porque nunca quisemos que o general Eanes fosse o candidato do PPD, achamos sempre que devia ser candidato nacional. Divulgámos a nossa posição sem consultar o general Eanes. Eu já há bastante tempo que havia trocado impressões com ele sobre essa hipótese. Sabia da resistência que ele punha a ser candidato, embora não recusa total, e resolvemos que precisamente porque não queríamos que ele fosse apenas candidato do PPD usaríamos o nosso direito unilateral de nos manifestarmos em apoio de um futuro candidato. Isso foi feito na madrugada salvo erro, do dia 27, difundido o comunicado imediatamente à ANOP e soubemos pois, que, no dia seguinte dirigentes do Partido Socialista se tinham avistado com o general Eanes de manhã e eu estive com ele na tarde desse mesmo dia. Portanto, não teve qualquer ligação a diligência do Partido Socialista com a nossa posição. De resto, como estávamos informados e depois se viu a atitude do Partido Socialista foi a de segundo fomos informados pela Imprensa, apresentar uma lista de possíveis candidatos ao Conselho da Revolução, para que o Conselho da Revolução se pronunciasse. Simplesmente já se sabia pelas posições públicas assumidas que o Conselho da Revolução não escolheria um candidato das Forças Armadas. E essa diligência portanto resultaria inútil. Ademais que entre os nomes propostos pelo Partido Socialista não estava o único membro das Forças Armadas que já tinha dito que aceitaria ser

candidato - o do actual primeiro-ministro. E, portanto, agimos com inteira liberdade sem procurar antecipar-nos a ninguém no uso de um direito que não nos pode ser negado e sem qualquer intuito de ligar a candidatura do general Eanes ao nosso Partido. E logo isso foi esclarecido na primeira conversa que tive com o general Eanes, pois o nosso Partido apoiará o general Eanes como candidato nacional que efectivamente esperemos que seja.

JN - Os reflexos da estratégia eleitoral do PPD trouxeram à evidência determinadas posições nem sempre coincidentes com a ideologia que o Partido se reclama - isto é da social-democracia.

Essa deslocação para "terrenos" afins ao CDS, aliado ao facto de "empurrar" o PS para os "braços" do PC, resulta apenas de uma tática momentânea ou são realmente, o corolário de uma política que o PPD assumiu após o seu regresso?

S.C. - Identificar o carácter social-democrata do partido com a imagem do secretário-geral substituto parece-me um grave erro. Porque os escassos meses em que o dr. Emídio Guerreiro desempenhou essas funções, seriam sempre insuficientes para imprimir ao partido qualquer imagem: depois porque as posições assumidas publicamente pelo dr. Emídio Guerreiro não eram sociais-democratas. Quando defendia a colectivização integral dos meios de produção, quando fazia o elogio do Leninismo poderia, quando muito, em termos de social-democracia, pretender criar aquilo que eu pessoalmente considero, que seria uma aberração, que seria uma social-democracia leninista - uma aberração porque é uma contradição nos próprios termos. Por outro lado, o partido teve sempre um carácter social-democrata pelo seu Programa e pelas posições que defendeu. E não modificou essa linha na campanha eleitoral. Quando no nosso programa de Governo, que está publicado, defendemos a desnacionalização das pequenas e médias empresas nos termos da Constituição, estamos a seguir uma linha social-democrata e que é, quanto ao sector económico, da própria Constituição. Porque mantemos, de harmonia com a Constituição, as nacionalizações dos sectores-chave da Economia. Quando defendemos a existência de sindicatos fortes e unidos mas independentes dos partidos, sem Unicidade imposta por lei, agimos também numa perspectiva social-democrata. E isso também quando defendemos o fim da Intersindical, e não a mera conquista por dentro da Intersindical, porque nos parece que a Intersindical é uma organização. Como organização mesmo é independente de qualquer domínio partidário, que não se coaduna com a liberdade sindical a caminho da unidade sindical. De resto, a Constituição também o consagra. O que pretendemos é a restituição dos sindicatos aos trabalhadores para que eles sejam organizados e formados de harmonia com a sua vontade sem interferências partidárias. Quando criticamos a Reforma Agrária e defendemos a regulação da Lei de Expropriações, da lei de Pontuação e a resolução do problema das ocupações, estamos também a manter a linha social-democrata, visto que uma Reforma Agrária como aquela que nós defendemos, desde Julho de 1974, é uma autêntica Reforma Agrária Social-Democrata que dá prevalência ao uso e aproveitamento da terra sobre a propriedade, que visa a desenvolver as unidades de exploração agrícola tipo familiar - o produtor autónomo - ligando a colectivização da terra ou a imposição de modelos soviéticos para a exploração agrícola. Não há, portanto aí qualquer mudança. Quanto ao social-marxismo do Partido Socialista ou a empur-

rar o Partido Socialista para os braços do Partido Comunista pois cada partido responde pelas suas atitudes e pelos seus programas. E o programa do Partido Socialista é, efectivamente um programa que se diz de exclusiva inspiração marxista; enquanto antes do primeiro Congresso do Partido Socialista realizado depois de 1974, o programa aprovado em Bona em 1973, falava em inspiração predominantemente marxista acolhendo outras fontes de inspiração programática o programa actual modificado nesse Congresso de 1974 é de inspiração marxista rejeitando quaisquer outras fontes de inspiração desde que incompatíveis com o marxismo. E toda a linha defendida no Partido Socialista é, efectivamente a do colectivismo marxista - colectivização dos meios de produção, autogestão nas empresas, etc. Por outro lado, se analisarmos o comportamento do Partido Socialista antes destas eleições e na Assembleia Constituinte vemos que não é apenas um partido não Social-Democrata mas é também um partido anti-social-democrata.

Na Assembleia Constituinte as sociais-dmocracias europeias designadamente a alemã e a sueca foram vivamente criticadas pelos deputados do Partido Socialista em termos contundentes de representarem a exploração pelos regimes sociais-democratas dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos ou menos desenvolvidos. E nós durante a campanha eleitoral limitamo-nos a tirar as consequências dessas posições. É certo que o Partido Socialista fez uma campanha de tipo Social-Democrata e é por isso que se pode legitimamente interpretar o resultado desta eleição como a consagração da Social-Democracia porque o PS fez uma grande inflexão durante a sua campanha eleitoral e deslocou-se, dadas as posições assumidas, para os terrenos da Social-Democracia. Mas o seu programa mantém-se o mesmo e não podem esquecer-se as posições anteriores. Veremos a evolução futura.

JN - Essa atitude de social-democracia que o PPD assume deve ser entendida como um meio de alcançar o socialismo ou como um fim em si mesmo? No fundo, qual é verdadeiramente o objectivo do PPD?

S.C. - A social-democracia europeia moderna identifica-se com o socialismo democrático. Há alternativa de meio e fim. Quanto ao binómio social democracia-socialismo é a meu ver - admito perfeitamente que haja opiniões diferentes - um equívoco. Porque se identifica socialismo com colectivização integral de meios de produção ou com sociedades sem classes como último estágio de sociedade comunista, está-se a perfilhar o socialismo marxista e em boa parte leninista e tenderá ver-se a social-democracia como caminho para esse socialismo como meio pré-socialismo. Mas não é o caso das sociais-democracias europeias. A solução final é o socialismo democrático não dogmático, isto é, o estabelecimento de uma sociedade sem distinção de classes com igualdade de oportunidades em que haja efectivamente democracia económica, social e cultural assente na democracia política. Mas sem obrigatoria colectivização sistemática e portanto, para mim a social-democracia - e é assim que é encarada e vivida na Europa do Centro e do Norte - é simultaneamente o meio de construção da sociedade socialista não marxista e já vivência do socialismo democrático. A social democracia identifica-se com o socialismo democrático, assim o vemos nos programas de todos os partidos. Quando se está a viver a social democracia está-se a caminhar para o social-

ismo democrático, está-se a aperfeiçoar a estrada mas há apenas uma estrada que é a estrada do socialismo democrático. E é apenas uma questão de nome chamar-lhe social-democracia ou socialismo democrático.

JN - Sendo o Partido Socialista um partido de inspiração marxista como é que explica o apoio da Europa social-democrata ao PS.

S.C. - Pois isso é uma velha história. Para mim, a posição de apoio dos partidos sociais-democratas ao Partido Socialistas advém de duas razões. Em primeiro lugar, do Partido Socialista ser filiado na Internacional Socialista e, portanto, logo por aí há praticamente uma obrigação de apoio, de entreatajuda dos membros da Internacional Socialista; em segundo lugar, porque toda a rede de relações estabelecidas pelos dirigentes do Partido Socialista, especialmente pelo dr. Mário Soares, enquanto esteve no estrangeiro, com partidos e dirigentes sociais-democratas. Indo mais fundo, parece-me que a posição inicial das forças sociais-democratas seria a de duvidar muito de que pudesse haver um partido social-democrata em Portugal, dúvida muito antes do 25 de Abril. Porque a teoria defendida pelos dirigentes do Partido Socialista era a de que no Sul da Europa as sociais-democracias não têm lugar e que caberá aos partidos sociais-marxistas, tipo português e do partido francês de Miterrand, lutar pela democracia e pelo socialismo democrático na linha marxista em conjunção de esforços com os partidos comunistas. E foi Miterrand que em França, defendeu a ideia, muito espalhada depois, do socialismo mediterrânico. No Sul da Europa não havendo lugar a sociais-democracias haveria que estabelecer o socialismo mediterrânico em cooperação com os partidos comunistas. Nós rejeitamos essa ideia e parece-me a mim pessoalmente, que essa ideia do socialismo mediterrânico é uma forma modernizada de frente popular, ou seja, de união de partidos socialistas com partidos comunistas. Por outro lado, nunca exageramos o carácter marxista do Partido Socialista. Recordam-se com certeza de um comício aqui do Partido Socialista, em Dezembro do ano passado, ou já em princípio deste ano, realizado salvo erro em S. Mamede de Infesta, sobre a égide do Partido Socialista - Partido marxista, em que dirigentes do Partido Socialista fizeram a afirmação de que em Portugal não se podia construir o socialismo sem a cooperação com os partidos comunistas. E limitamo-nos a tirar daí as consequências.

Quanto à posição internacional parece-nos que ela está em evolução. Por um lado, o nosso Partido afirmou-se como um partido social-democrata e grande partido social-democrata e a partir daí temos desenvolvido relações bilaterais com partidos sociais--democratas com especial destaque para o SPD alemão com quem mantemos contactos frequentes e com quem vamos intensificar um programa da cooperação a nível de contactos. Por outro lado, não estamos hoje tão interessados na filiação na Internacional Socialista porque sabemos contar com a oposição do Partido Socialista, como no estabelecimento de relações bilaterais com os partidos sociais-democratas. Compreendemos umas certas resistências da parte das forças políticas estrangeiras, porque a situação portuguesa ainda é bastante indefinida. Os partidos ainda são muito novos. O Partido Socialista tem mais um ano do que nós e portanto, a posição é muito de expectativa. Agora, o que não nos parece nada exacto é que a social-democracia não tenha lugar em Portugal. Pelo contrário estamos convictos de que parte da vitória do Partido Socialista se explica

pela orientação social-democrata que a sua campanha eleitoral teve. E, por outro lado todas as tradições socialistas ou são de raiz anarquista, ou são de raiz social-democrata. Nem António Sérgio, nem Oliveira Martins, para não citar outros nomes, eram socialistas-marxistas, eram muito caracterizadamente sociais-democratas vendo-se, até quanto a Sérgio, o acento que ele punha no cooperativismo, que é um dos meios fundamentais da construção da democracia económica e social para a linha social-democrata.

É certo que as sociais-democracias, no princípio foram partidos de uma única classe e partidos marxistas. Foram mesmo, antes do aparecimento dos partidos comunistas, o único partido dos trabalhadores. Mas a evolução moderna, verificada sobretudo no final da década de 50 foi no sentido das sociais-democracias abandonarem o marxismo como inspiração e o colectivismo como meio de construção de democracia económica para seguirem uma via moderna adaptada às realidades, fazendo claro apelo aos valores de inspiração da filosofia cristã do personalismo, do humanismo e pondo muito mais o acento para a construção da democracia económica numa política de rendimento de salários e de preços, e no reforço do poder dos trabalhadores através dos sindicatos e da co-gestão das empresas, do que na nacionalização sistemática dos meios de produção.

JN - Tendo o eleitorado, nas últimas eleições, votado maioritariamente em partidos de tendência marxista, seja o PS, seja o PC, seja outras organizações de Esquerda, em que termos o PPD se dispõe a respeitar essa maioria? Por outro lado, esta pergunta é justificada por uma afirmação que o dr. Sá Carneiro fez há pouco dizendo que o eleitorado teria votado no PS em face da campanha social-democrata, o que poderá levar a supor que o eleitorado terá votado por engano no PS, quando talvez o mesmo eleitorado terá votado por engano no PPD ou no CDS, porque a maioria dos votos do PPD foram conseguidos em regiões com mais dificuldade de informação e com grande influência dos caciques locais.

S.C. - Não pretendo ter o exclusivismo da interpretação dos resultados eleitorais, nem o dom da adivinhação, mas mantenho a afirmação de que a campanha do Partido Socialista foi de orientação social-democrata. Quanto a uma maioria marxista, pois os votos somados do Partido Socialista e do Partido Comunista dão 49%. Pode-se acrescentar mais a UDP que elegeu mais um deputado e com isso chegaremos talvez aos 50%. Isso, portanto, numa perspectiva de que todo o voto do PS seria um voto marxista. Admito essa possibilidade. E se o Partido Socialista perfilhou essa opinião que não é minha, não hesitará em governar com o Partido Comunista. Também será coerente nesse aspecto. Quanto às regiões onde nós obtivemos a maioria, parece-me que a falta de informação não é tão grande como se julga. Por outro lado, o caciquismo é o inverso do apresentado. O caciquismo local praticamente não existe e onde existe não tem qualquer influência no nosso Partido, porque os antigos caciques não estão no nosso Partido. Mas há caciquismo mais importante que é o caciquismo a nível nacional. E vivêmo-lo ainda hoje embora p tenhamos mais intensamente vivido no período do gonçalvismo. É o caciquismo da Imprensa, da Rádio e da Televisão.

E esse ainda se vive. E vive-se predominantemente nas zonas urbanas. Nós fomos deliberadamente afastados e ainda o somos da Imprensa de Lisboa, por exemplo



temos presente um autêntico caciquismo político a nível de Lisboa e de outras regiões. Fomos nitidamente prejudicados por uma Televisão que ignorou muitos dos nossos comícios e que transmitiu sistematicamente, (e ainda noutro dia o fez) o comício do Partido Comunista dando cobertura a essas declarações. É um caciquismo importantíssimo na vida política nacional, hoje em dia mais do que nunca, porque a Televisão desempenha um papel fundamental. Quanto a caciquismo parece-nos que o voto terá sido muito mais afectado pelo caciquismo nacional dos órgãos de informação, de certos órgãos de Comunicação Social do que por caciquismos locais de que o nosso Partido não beneficiou. Pois respeitamos sempre os resultados das votações e o resultado além da interpretação do voto marxista ou não marxista do PS, parece-nos ser nitidamente o da necessidade de uma coligação. Não devemos esquecer que não houve uma maioria absoluta nem em termos percentuais nem em termos de deputados e que o Partido Comunista passou de 3.º para o 4.º lugar.

Lamento ainda quanto à campanha, quanto ao papel dos órgãos de informação, que a Televisão, por exemplo, não tenha senão depois das eleições organizado uma mesa redonda com os secretários-gerais de vários partidos. Houve um que não compareceu - o secretário-geral do Partido Comunista - mas essa mesa redonda só foi organizada depois das eleições e não antes. Se tivesse sido organizada estou convencido que representaria um papel importante no esclarecimento do eleitorado. Como teria representado um papel importante no esclarecimento do eleitorado a aceitação do desafio-convite que eu fiz logo a seguir ao "frente-a-frente" do dr. Mário Soares-Álvaro Cunhal, para um "frente-a-frente" com um ou os dois ao mesmo tempo. A Televisão ignorou por completo qualquer iniciativa desse género.

## 2.4. Entrevista à "Vida Mundial" - 20/5/1976

"Vida Mundial" - Na sua qualidade de secretário-geral do segundo maior partido político português, pensa que o PPD tem vantagens ou desvantagens nessa posição, na actual conjuntura política?

Sá Carneiro - E evidente que os partidos políticos lutam por obter o primeiro lugar e esse foi o nosso empenhamento nas eleições. Os resultados ficaram aquém daquilo que esperávamos - o que aconteceu também com todos os outros partidos políticos e é normal nas eleições -, mas foram muito satisfatórios, tanto no plano nacional como em termos percentuais e absolutos. Creio que o nosso partido ficou muito bem colocado, confirmando a posição do ano passado, no segundo lugar, e que isso poderá ter vantagens, embora não tivéssemos feito a campanha eleitoral para ficar em segundo lugar, mas em primeiro. De qualquer maneira, estamos sempre dispostos a assumir a nossa responsabilidade como segundo maior partido nacional, seja na oposição democrática, seja num eventual governo de coligação.

VM - Qual foi o verdadeiro objectivo do PPD ao lançar a candidatura do general Eanes?

S.C. - Ao manifestar o seu apoio à candidatura do general Eanes, o Partido Popular Democrático usou de um direito democrático que lhe assistia e fê-lo com a

consciência de que era o momento de clarificar a posição quanto às candidaturas. Tivemos em vista as qualidades do general Ramalho Eanes, quer como militar quer como cidadão, sobretudo a sua figura nacional suprapartidária, as garantias de independência e de defesa da democracia que dá. Não procurámos com isso obter qualquer vantagem partidária. Cumprimos aquilo que julgamos ser um dever dos partidos democráticos: esclarecerem o País, os seus militantes e o seu eleitorado sobre a figura do Presidente da República que estariam dos postos a apoiar. Nunca foi nossa intenção apresentar o general Ramalho Eanes como candidato do nosso partido. Sempre o tivémos como um candidato nacional e suprapartidário. E isso ficou bem claro no nosso comunicado. Creio que prestámos um bom serviço ao País, ao manifestar o nosso apoio, naquela altura e pela forma como o fizemos, à candidatura do general Ramalho Eanes.

VM - Agora que o general Eanes recebe o apoio dos partidos maioritários, crê que esse objectivo foi alcançado?

S.C. - Creio que sim, precisamente porque, pelo apoio dos três grandes partidos democráticos portugueses, o general Ramalho Eanes aparece claramente como um candidato independente dos partidos e aceite por uma grande população política portuguesa e pelos partidos democráticos portugueses. Congratulo-me pelo apoio que foi dado pelos outros partidos à candidatura do general Ramalho Eanes, que nós em primeiro lugar apoiámos.

VM - Crê que o PS está devidamente apetrechado para formar sozinho um Governo de reconstrução nacional?

S.C. - Como é natural, conheço mal o PS, e sigo sempre a linha de falar mais do nosso partido do que dos outros partidos. Creio que a resposta directa a essa pergunta só os factos a poderão dar. Só a constituição do futuro Governo minoritário do Partido Socialista, o seu programa de Governo e a sua política poderão permitir ajuizar sobre se efectivamente o Partido Socialista está devidamente apetrechado para ser o Governo de que o País necessita: um Governo eficaz, não autoritário, mas com autoridade, e com largo apoio popular. O apoio dependerá essencialmente das medidas que o futuro Governo do Partido Socialista enuncie.

VM - O PS já afirmou peremptoriamente que governará sozinho. Nestas circunstâncias, que combinações de oposição entre os outros partidos poderá essa situação suscitar?

S.C. - Não antevejo nenhuma combinação de oposição. A posição do nosso partido é que, em primeiro lugar, não hostilizaremos a posição do Partido Socialista ao querer governar sozinho. Usa um direito que lhe é reconhecido pela Constituição e pelas leis. Considero muito discutível que seja a posição mais conforme ao interesse nacional, mas é um direito que lhe assiste nos termos da Constituição. Em segundo lugar, não faremos com tal Governo nem um compromisso de apoio sistemático nem uma oposição sistemática. A nossa posição dependerá das medidas concretas apresentadas à Assembleia da República pelo futuro Governo minoritário do Partido Socialista. E, sendo isto assim, não antevejo quaisquer combinações de oposição a esse Governo.

A nossa oposição, quando tiver lugar, em função do conteúdo concreto das medidas, será sempre uma oposição democrática. Não transferiremos a luta partidária para o plano governativo e não nos empenhará, de maneira alguma, o objectivo de derrubar o Governo. Se o Governo funcionar e for útil ao País, contará com o nosso apoio nessa medida. Se assim não acontecer, faremos uma oposição democrática, mas nunca transferindo o jogo partidário para a oposição ao Governo. Isso parece-nos ser o mais conforme à responsabilidade que temos como partido democrático e o mais conforme à situação do País, que é neste momento grave e delicada, e exige uma cooperação de todas as forças democráticas, no sentido de preservar a democracia e resolver os problemas concretos do povo.

VM - Dado que qualquer hipótese de aliança, mesmo a nível parlamentar, com o PC, é inadmissível pelo PS, em virtude da fractura que isso provocaria no partido e no seu eleitorado, julga que se poderá verificar uma frente comum parlamentar PPD-CDS, forçando um PS minoritário a procurar o apoio do PCP?

S.C. - Quanto à primeira parte da pergunta, devo notar que no programa transmitido pela ORTF (uma "mesa-redonda" com os secretários-gerais dos quatro maiores partidos portugueses, na semana passada) o dr. Mário Soares, ao ser interrogado sobre alianças do PS, disse que de momento estavam excluídas. É uma posição do Partido Socialista, que só a ele respeita. Saliento apenas o facto.

Quanto à aliança sistemática PPD-CDS, como disse já na resposta anterior, não antevejo uma aliança dessas. É possível que em face de determinadas medidas, se elas merecerem a nossa oposição, mereçam também, ou não, a oposição do CDS. Será uma situação resolvida caso a caso, mas por cada um dos partidos, independentemente e sem entendimento prévio.

Quanto à possibilidade de o PS ir buscar apoio parlamentar ao Partido Comunista, as posições manifestadas pelo PS e pelo PC não são nesse sentido, mas não excluem, entretanto, que em casos concretos isso possa suceder. De qualquer maneira, não será com certeza a isso forçado por quaisquer alianças táticas combinadas previamente entre o segundo e o terceiro partidos eleitorais, porque me parece que a actual situação exclui esse tipo de actuações. Se poderiam ter lugar numa democracia estabilizada, numa situação de estabilidade económica e social, neste momento delicado da vida portuguesa creio que coligações parlamentares dessas, com vista a criar dificuldades ao Governo, são de rejeitar - e cada um dos outros partidos deverá assumir as suas posições independentemente.

VM - O Presidente da República será, em última análise, quem determinará a constituição do futuro Governo: Julga que o Presidente da República poderá considerar preferível uma coligação em que entre o PPD? Como reagirá o partido perante essa eventualidade?

S.C. - Quanto à posição do Presidente da República, não lhe posso responder. Creio que ele avaliará a situação no momento concreto em que encarregar alguém de formar Governo e se orientará, acima de tudo, pelo interesse nacional.

Quanto à orientação do Partido Popular Democrático, Se amanhã for chamado a participar numa coligação, assumirá aí também as suas responsabilidades, pondo sempre os interesses do País acima dos interesses do Partido. Nessa eventualidade de ser chamado a participar numa coligação com o Partido Socialista procurará dar o seu melhor contributo a um Governo que sirva efectivamente o nosso país e o nosso povo.

VM - Em relação ao ano passado, o PPD perdeu posições nos Açores. A que atribui esse facto?

S.C. - Creio que isso se deve sobretudo à actuação do CDS, à sua maior implantação, à circunstância de ter podido agora fazer uma campanha mais intensa nos Açores. Deveremos ter perdido também alguns votos a favor do Partido Socialista. A diminuição foi relativamente ligeira e não lhe atribuo especial significado.

VM - O dr. Sá Carneiro é acusado de personalizar demasiado em si o seu partido. Aceita essa acusação? E pensa que ela se aplica aos secretários-gerais de outros partidos?

S.C. - Quanto à acusação em si, não a aceito. Nunca foi minha intenção personalizar demasiadamente o Partido. Reconheço que circunstâncias várias têm levado muito a uma identificação do Partido com a minha pessoa. Considero que acima de um certo nível isso é desaconselhável e, dentro do Partido, tenho procurado lutar sempre contra essa demasiada identificação do partido com a imagem do seu secretário-geral. Creio que isso acontece bastante também nos outros partidos e é uma consequência inevitável do momento actual, em que os partidos, com dois anos de actuação democrática, aparecem ainda muito ligados a certas figuras e, menos do que seria desejável, a uma actuação ou a um programa. É um defeito que se irá, com certeza, corrigindo com o tempo e com a prática da democracia. A mim, o que me parece é que devemos procurar diversificar as figuras nacionais do nosso partido e nisso me tenho empenhado.

VM - A sondagem da "Vida Mundial" provou que os votos perdidos pelo PPD se deslocaram praticamente todos para o CDS. Considera que o seu partido deveria adoptar uma política mais "direitista" que atraísse esse eleitorado?

S.C. - Não. Creio que o aumento substancial do CDS, em parte alimentado por uma percentagem dos votos que perdemos, veio provar que estas eleições se desenrolaram num clima de muito maior liberdade e autenticidade do que as de 1975. Isto não nos levará nunca a inflectir para a direita a nossa política. Mantemos sempre o rumo inicial, social-democrata, como temos feito com coerência e honestidade e continuaremos a fazer. Parece-me que o melhor serviço que os partidos podem prestar ao povo português, correspondendo assim às suas responsabilidades, é manterem sempre uma linha de coerência e de não inflectirem a sua orientação política ao sabor das variações do eleitorado.

É isso que o nosso partido tem feito e fará - e essa é sempre a minha orientação.

VM - Dentro do esquema governativo que o PS irá adoptar, pensa que ficarão resolvidos os principais problemas da economia nacional?

S.C. - Não sei se o Partido Socialista irá apresentar como programa de Governo o programa eleitoral de Governo que apresentou. Parece-me que seria necessário concretizar mais, detalhar mais. Em todo o caso, não vejo, nas linhas gerais e bastante genéricas apresentadas no programa de Governo do Partido Socialista, nada que contrarie abertamente o interesse nacional. Temos um programa de Governo diverso, mais detalhado, publicado antes das eleições, que se afasta, em alguns pontos concretos, do apresentado pelo Partido Socialista. Parece-me evidente que o nosso serve melhor o interesse nacional do que o do PS, designadamente quanto à reforma agrária, que é da competência da Assembleia da República, quanto a algumas orientações económicas e de política financeira. Em todo o caso, não vejo, no programa genérico do Partido Socialista, nada que contrarie abertamente o interesse nacional. Temos, como referi, uma óptica diferente que não me parece absolutamente inconciliável, em termos de eventualmente se vir a encontrar uma plataforma comum, se for necessário.

VM - Quais as suas previsões relativamente à evolução da situação económica portuguesa?

S.C. - É muito grave. Não partilho, nesse ponto, o optimismo de alguns dirigentes do Partido Socialista. Creio que poderá evoluir salutarmente, se forem tomadas pelo Governo medidas claras e eficazes de relançamento da economia e uma política de austeridade, que deve começar pela austeridade nos gastos da Administração Pública e implicar o menor grau de sacrifício para o povo e especialmente para as classes trabalhadoras.

Mas haverá que tomar medidas impopulares - e entre elas, com certeza, haverá que utilizar as reservas de ouro que ainda nos restam, para obter fundos para investimentos e não para pagar consumo. Haverá que apoiar também a iniciativa privada, ao nível das pequenas e médias empresas, em ordem a criar postos de trabalho e a fazer o desenvolvimento económico de todo o País.

Se isso for feito (creio que com sacrifícios transitórios, que se pode prever para cerca de dois anos), será possível, após esse primeiro período, obter uma situação de relativo bem-estar e, sobretudo, resolver com justiça os problemas nacionais - e por isso entendo diminuir progressivamente as desigualdades que existem, mesmo entre trabalhadores portugueses, pela diversidade de regiões e de sectores em que se empregam. E algumas dessas desigualdades foram agravadas depois do 25 de Abril. Verificam-se não só a nível de salários como a nível de segurança social (penso especialmente aqui no mundo rural) e quanto ao nível de vida geral. Ai os trabalhadores, a população do mundo rural, aparecem como cada vez mais sacrificados em relação aos habitantes do mundo urbano, que ainda é uma minoria no nosso país. E isso provoca situações que não podem deixar de ser remediadas o mais urgentemente possível.

Se tudo isso se fizer com realismo, com pragmatismo e com prudência (que não significa tibieza), poderemos ultrapassar os nossos gravíssimos problemas económicos e financeiros, que geram problemas sociais extremamente sérios.

Se continuarmos com uma política de falsa opulência e de consumo exagerado para as nossas possibilidades, então, temo que a situação se agrave muitíssimo e

que ao cabo de um ano ou pouco mais as nossas reservas de ouro estejam exaustas - não tendo, se realmente a política não for de investimento e de austeridade, sido aproveitadas devidamente para o benefício do País.

VM - E em relação à evolução política. Que prevê?

S.C. - Parece-me que hoje temos uma Constituição que garante as liberdades e o funcionamento de instituições democráticas, que temos finalmente um parlamento eleito, que vamos ter um Presidente da República com legitimidade democrática. Temos boas condições para a consolidação e estabilização da democracia portuguesa. Mas muito dependerá também da evolução da situação económica e financeira, que pode vir a afectar, se evoluir mal, a própria democracia. Creio que deveremos ter sempre presente esse risco para, com humildade e com realismo, nos afastarmos de situações ruins, que podem levar a convulsões, mesmo a nível político.

Não podemos esquecer o exemplo de 1926, a gestão financeira de Sinel de Cordes, que, afinal, deu origem à institucionalização da ditadura. E não o devemos esquecer para constantemente fazermos tudo para o evitar. Agora que temos a liberdade e a democracia, não as podemos perder em virtude das consequências de uma má gestão económica e financeira.

VM - O PS anunciou que seguiria uma política pragmática, despreocupada da construção do socialismo. Esta terá necessariamente um cariz social-democrata. Não receia que o seu partido, espartilhado entre um PS "social-democratizado" e um CDS em crescimento, perca o seu espaço político?

S.C. - Não, não receio. Se a política do Partido Socialista for uma política social-democrata, regozijamo-nos com isso, porque entendemos que uma política e um regime social-democrata são o que mais convém ao País. Não me parece que isso afecte o nosso espaço político, porque mantemos a força consagrada em duas eleições sucessivas. Não lutaremos contra uma política social-democrata. Seguiremos um caminho de fidelidade ao nosso programa e de realismo - e estamos certos de que o eleitorado saberá apreciar e corresponder, através do voto das próximas eleições, a esta posição sempre firme, coerente e autenticamente social-democrata do nosso partido.

Nessa eventualidade, estou convencido que os partidos que, mercê das necessidades políticas, se afastaram dos seus programas serão aqueles que mais perderão em relação ao eleitorado.

Não me parece, também, que o CDS possa continuar o crescimento eleitoral que estas eleições revelaram - e que foi, portanto, quanto a mim, um fruto da diferença de condições entre as eleições do ano passado e as deste ano. Creio que atingiu o seu grau eleitoral de estabilização e que as variações se darão mais à volta do Partido Socialista e do nosso partido. Mas antevejo um futuro cada vez mais promissor para o nosso partido.

VM - O que pensa da Imprensa estatizada?

S.C. - Creio que ainda contém muitos laivos de partidarismo, incompatível com o seu estatuto de Imprensa estatizada. No entender do nosso partido, a Imprensa estatizada, como os órgãos de Comunicação Social estatizados, deveriam não depender de um Governo, no qual poderão sempre estar sujeitos à influência de um ou de outro partido, mas de uma comissão, ligada ou não ao parlamento, que assegurasse, através dos representantes do Governo, do parlamento, do público e da própria Imprensa, uma gestão imparcial, apartidária, isenta, objectiva e verdadeira, da Imprensa estatizada. Ela não pode nunca estar ao serviço de uma determinada ideologia, de um determinado partido, de um determinado movimento - deve, sim, estar ao serviço do povo. E isso parece conseguir-se muito melhor através de uma comissão que garanta a independência em relação ao Governo e em relação aos partidos do que havendo uma gestão meramente governamental ou partidária.

Não podemos esquecer-nos, também, de que, em democracia, a informação tem de ser autenticamente informação, evitando todas as situações que visem transformá-la em propaganda. Já tivemos longos anos de Imprensa estatizada ou ligada ao estado, usada para propaganda (e propaganda não democrática) para que agora nos permitamos cair numa situação idêntica, embora possivelmente de sinal contrário. Também já a vivemos, depois do 25 de Abril - e sofremo-lo, como está recordado. Creio que há que pôr um remédio a isso e fomentar a autêntica informação, que se dirija à inteligência das pessoas, que se pratique com verdade e com objectividade, evitando sempre a propaganda destinada a obter a adesão emocional através de uma visão parcial, deturpada e muitas vezes falsa dos factos que são veiculados para um mero fim de propaganda - que, no fundo, diminui a informação, os que nela trabalham e afecta decisivamente as pessoas, o povo e a democracia.

VM - Finalmente, tem-se posto em destaque a falta de apoios no estrangeiro em relação ao PPD. Definitivamente, e sem jogo escondido, com que apoios, a esse nível, conta o PPD?

S.C. - Somos um partido eminentemente nacional, mesmo em termos de apoios humanos e financeiros. Contamos com os recursos que aqui obtemos junto dos nossos militantes e dos nossos simpatizantes, tanto recursos materiais como recursos humanos. Creio mesmo que outros partidos portugueses se ressentem do demasiado apoio internacional, querendo com isto dizer que mercê desse apoio se transformaram em grandes empresas políticas, que não correspondem à dimensão nem ao estado do País, o que os levou a dominar excessivamente a vida política por uma luta partidária só possível com grandes máquinas montadas, muitas vezes com apoios internacionais. Não é isso que tem acontecido connosco.

Temos procurado estreitar as nossas relações internacionais e o contacto com partidos sociais-democratas. Temos tido aí dificuldades advindas da actuação do Partido Socialista no campo internacional. Mesmo assim, temos progredido no estreitamento dessas relações, não enquanto apoio dado aqui em Portugal ao partido, mas sobretudo quanto a contactos, troca de impressões e cooperação eventual no campo internacional com partidos sociais-democratas. Isso acontece especialmente com alguns partidos sociais-democratas europeus - e temos feito aí

progressos sensíveis, apesar de todos os obstáculos que nos têm sido postos pelo caminho.

## 2.5. Entrevista a "O País" - 21/5/1976

"O País" - Como analisa o resultado das eleições?

S.C. - As eleições consagram a existência dos grandes partidos portugueses que se acham num processo de consolidação desde 25 de Abril de 1974. Daqui resulta o apuramento prático de quatro partidos de dimensão nacional com vocação para intervirem na República Portuguesa, como sabe o PS, o PPD, o CDS e o PC.

Em primeiro lugar apontaria para o reforço dos partidos democráticos. Isto é, os partidos que defendem a prática da democracia política e que nunca atentaram contra ela - o PS, o PPD e o CDS - representam agora 75 por cento do eleitorado contra 71 por cento registado em 1975. Este o aspecto mais positivo das eleições. O povo português votou conscientemente e votou democracia com o desejo evidente de afastar quaisquer novas formas de ditadura de minorias activas.

Em segundo lugar diria que os partidos representados nos diversos governos provisórios e que de algum modo preconizaram a implantação do socialismo democrático em Portugal tiveram, comparando os dados de 1975, um decréscimo. Houve, assim, um certo desencanto pela prática governativa adoptada de que beneficiou o partido que mais claramente se apresentou como oposição e alternativa àquele sistema.

A terceira análise é pois no sentido de sublinhar a importância da intervenção política dos cidadãos interessados em que no nosso país se efectue realmente uma democracia política pluralista, ao nível dos grandes partidos.

Por muito meritória que seja a militância em pequenos partidos, parece-me que as inegáveis vocações políticas que nesse sector se têm revelado - e daí o exemplo do PPM - deveriam ser melhor aproveitadas a outro nível partidário com mais possibilidades de pedagogia política a nível nacional.

P. - Que coligações possíveis entende que poderiam formar um governo estável?

S.C. - Só me parecem possíveis coligações que reúnem partidos democráticos, não só pelo seu programa, mas principalmente pela prática política. O leque representativo do povo português - os partidos que elegeram deputados - inclui nesta perspectiva três partidos: aqueles que atrás lhe referi e que se apresentaram ao eleitorado de cara limpa, como activos defensores da democracia política. Um governo estável, dependerá grandemente desse apoio quer ao nível das capacidades que se vão revelar à frente dos ministérios e da administração pública (incluindo os sectores nacionalizados ou sob controlo do Estado), quer ao nível da Assembleia da República, quer, igualmente, no quotidiano da vida política - sindicatos, empresas, escolas, etc.

Todavia, quem decidirá das hipóteses de coligação será o Senhor Presidente da República eleito, que para o efeito deverá ouvir o Conselho da Revolução com a



composição revista nos termos constitucionais. Apenas posso adiantar que o PPD está disposto a cumprir integralmente a Constituição e assim, estará aberto às solicitações que o Senhor Presidente possa fazer no sentido de obter uma coligação democrática, com respeito pelos objectivos constitucionais e em que o programa político do PPD, bem como o seu programa de governo não seja marginalizado.

P. - Sabemos que na oposição, tanto o PS como o PCP podem movimentar massas trabalhadoras no sentido de criar instabilidade social. Numa eventual situação de oposição a um "governo de esquerda", de que forma se revestirá a acção PPD para além da parlamentar, evidentemente?

S.C. - Tenho dificuldade em compreender a existência de um governo de esquerda sem o PPD.

Porquê?

Repare bem. Os conceitos de esquerda e de direita, se bem que sempre contestáveis, só se situam dentro do quadro da democracia política. Fora desse sistema não há que falar nem em esquerda, nem em direita, mas sim em opções fascistas e social-fascistas. Creio que foi Revel que afirmou que tanto Hitler como Staline suprimiam a distinção entre direita e esquerda.

Assim, no caso português o PCP não pode considerar-se pela sua prática como um partido de esquerda, apesar de muitos dos seus militantes e simpatizantes aspirarem a esse qualificativo. Aliás, só há que aguardar o relatório final do 25 de Novembro para verificar se aquele partido será ou não ilibado das acusações que, tanto o PS como o PPD, exprimindo aliás o sentimento generalizado das suas bases, têm adiantado.

Bem vê que os votos do PC, não sendo de esquerda democrática não se podem somar aos votos do PS. Mas também não me parece que um governo só PS seja um governo de esquerda.

Mas porquê?

Melhor do que eu, responderá a Vera Lagoa. Pois você não lutou sempre, numa linha de esquerda contra o fascismo? Não lutava você para que o povo português pudesse um dia ser governado, não por uma minoria, mas sim pela maioria da sua vontade popular expressa em eleições livres?

Ora bem, a atitude fundamental de esquerda é, para mim, a democracia como o governo da maioria pela maioria. Não por uma minoria, ainda que expressa democraticamente. É neste sentido que a democracia portuguesa, ainda que em fase de consolidação num panorama global de crise generalizada, não pode permitir-se uma política de esquerda sem que assegure a participação da maioria efectiva nesse processo.

Eis porque o PS sozinho no governo não constitui um governo de esquerda; é porque marginaliza 65 por cento dos portugueses, que têm bem presente ainda, a marginalização de que foram alvo no passado recente.

Sintetizando, o PPD não fará certamente oposição a um governo de esquerda porque este não é possível sem a sua participação e o partido de que me orgulho de ser membro nunca fez uma política no governo e outra fora dele.

P. - Porquê o apoio a Ramalho Eanes? Há quem diga que o PPD se precipitou. E também há quem estranhe pois tudo levava a crer que o seu partido ia apoiar Pinheiro de Azevedo?

S.C. - Não sei porque afirma "tudo levar a crer que apoiariam Pinheiro de Azevedo". Nunca o nome do Senhor Primeiro Ministro, que aliás sempre apoiámos nessa função, foi por mim considerado como possível candidato a Presidente da República.

Ramalho Eanes foi, desde muito cedo, alvo da simpatia generalizada entre militantes e outras pessoas que fizeram levar aos órgãos do partido essa preferência. É, aliás, reconhecido entre as Forças Armadas como um homem vertical, incorrupto e de uma honestidade a toda a prova. Por palavras e obras merece o respeito de grande parte do povo português entretanto caucionada, além da posição do PPD, pelo CDS e pelo PS. Ter sido o primeiro a apoiá-lo formalmente foi um acto de elementar justiça que a História (com maiúscula) demonstrará ter sido extremamente oportuno do ponto de vista dos interesses nacionais.

P. - Como vê a candidatura de Pinheiro de Azevedo? E que repercussão ela irá ter no actual governo provisório?

S.C. - Não penso que seja unicamente justificável face à preocupação de assegurar pluralismo nas candidaturas pois até ao momento parece haver já uma mão-cheia de candidatos. Creio, por outro lado, que não é justo considerar a candidatura do Almirante Pinheiro de Azevedo como um factor de instabilização. O governo provisório certamente contará com a sua presença efectiva, pois o Senhor Almirante tem-se preocupado com a estabilização da democracia em Portugal, desde que assumiu claras responsabilidades como Primeiro-Ministro do VI Governo Provisório.

P. - Um dos motivos por que o procurámos foi a "pseudo" declaração do Conselho da Europa, de que a Europa Ocidental desejava uma coligação do PS com um PPD sem Sá Carneiro. Tal era o título dado num artigo do "Jornal" escrito por José Manuel Barroso, enviado daquele jornal a Estrasburgo. Não nos compete fazer observações, mas por espírito de curiosidade fizemos a pergunta a vários representantes de jornais presentes em Estrasburgo e ninguém se lembra dessa declaração.

S.C. - De facto é como diz. O que o Conselho da Europa afirma e muito claramente é que se afigura desejável uma coligação PS-PPD que seria considerada como centro-esquerda. E, obviamente porque não pretende imiscuir-se na vida interna de partidos democráticos, não fez quaisquer declarações despropositadas.

O que há é uma outra realidade. A ética jornalística em Portugal não é um modelo exemplar. Por isso é frequente assistirmos a casos de jornalistas que imaginam notícias que lhes agradam, que trancam entrevistas, e que até inventam declara-

ções aos entrevistados colocando na sua boca o que desejam fazer crer aos leitores desprevenidos.

Creio que o Sindicato dos Jornalistas, o Conselho de Imprensa e o próprio Ministério do sector deveriam preocupar-se seriamente com esse factor importante que é a formação, qualificação e selecção dos homens da informação, quer da imprensa como da rádio e televisão.

P. - A recuperação da economia do país depende, supomos, em grande escala dos auxílios externos. Um governo de coligação da esquerda obterá melhores condições para os indispensáveis auxílios financeiros e investimentos externos?

S.C. - Respondo-lhe rapidamente. Do meu ponto de vista, o que há para oferecer aos investidores estrangeiros e nacionais é um governo democrático, com um programa claro, e com uma base social de apoio estável. As condições concretas de apoio só podem efectivar-se se existirem interlocutores válidos. Pessoalmente, para preservar a independência de Portugal, creio que é prioritário que o País se assuma como interlocutor válido, preenchendo aquelas condições prévias.

P. - Tem sido muito notada a campanha extremamente desagradável que certos dissidentes do seu Partido têm feito a seu respeito, chegando mesmo a fazerem, acusações bastante graves.

Até à altura do Congresso houve dissidências, teve com eles problemas, opunham-se-lhes constantemente?

S.C. - Nunca se me opuseram frontalmente, com excepção do dr. Emídio Guerreiro, que o fez no Conselho Nacional de Outubro. Contrapus-lhe a verdade e a objectividade dos factos numa longa confrontação muito esclarecedora. O resultado foi a deliberação do Conselho. O movimento aí derrotado não aceitou a situação, começando verdadeiramente aí as dissidências reveladas em Aveiro.

Quanto as calúnias, não lhe contraponho insultos. Resta-me acrescentar que o principal problema dos dissidentes, é deles... De alguns, continuo a receber provas de estima e consideração.

P. - As acusações partem especialmente de José Augusto Seabra. Tendo lido o prefácio (extremamente elogioso) que ele fez do seu livro "Por uma Social-Democracia Portuguesa", temos estranhado muito. Que pensa a esse respeito? Não acha que tendo esses dissidentes formado o M.S.D se deviam sentir realizados?

S.C. - Desconheço os meandros psíquicos da realização ou não de pessoas com que não tenho contactos recentes, apenas faço notar que dos "dissidentes" nem todos estão no MSD.

P. - Um assunto completamente diferente: há quem o censure por nunca falar da família nas suas entrevistas. Porque há quem pelo contrário, costume mostrar-se um chefe de família muito atento, devotado pelos filhos, etc. São os entrevistadores quem, não lhe fazem perguntas ou é você que não gosta de tocar no assunto?

S.C. - Detesto a hipocrisia. A si, posso dizer-lhe o meu orgulho de pai e chefe de família, mas em privado. Para mim, a família e a religião são assuntos demasiado sérios para serem despromovidos para slogans eleitorais. Há uma linha clara que delimita o sector privado e íntimo do sector público e do domínio comum.

P. - Como são as suas relações com os secretários-gerais dos outros partidos?

S.C. - Creio que normais. Nem sempre, porém, se têm proporcionado adequadas ocasiões de convívio quer devido à trepidante agitação da vida política portuguesa nestes dois últimos anos, quer porque a minha doença me privou durante algum tempo das possibilidades de contactos. Desejo, porém, que a normalização da vida política em Portugal vá permitir oportunidades novas e saudáveis, não só de convívio político a nível de secretários-gerais, bem como em geral das bases dos partidos democráticos.

P. - Quais são os seus planos de futuro?

S.C. - Dar todo o contributo possível à social-democracia portuguesa, ao progresso dos trabalhadores portugueses. Para já a tarefa imediata traduz-se no apoio à candidatura do general Ramalho Eanes à Presidência da República; depois teremos a fase de apreciação do Programa de Governo - a esse nível e na Assembleia da República, ou só nesse órgão de soberania. Há também a considerar a preparação do Congresso do Partido, a sua consolidação. Enfim, tanta coisa que só por si ocuparia todo o semanário em que vejo, com muito apreço, a sua colaboração esclarecida.

P. - Cláudio Sanchez Albornoz, exilado espanhol na Argentina há 39 anos disse recentemente: "Eu não acredito na revolução. A revolução conduz sempre a ditadura, como a ditadura conduz sempre à revolução". Acha esta declaração reaccionária? Que pensa acerca dela?

S.C. - Em 25 de Abril de 1974 deu-se uma revolução democrática. Seguiu-se um período em que o poder foi exercido por uma ditadura clássica que foi a Junta de Salvação Nacional, até 15 de Maio, quando se publicou a lei n.º 3/75 com o novo esquema dos órgãos de soberania.

Hoje ninguém fala nisso e na altura poucos se deram conta dessa situação. A essa ditadura seguiu-se um período pré-democrático fortemente perturbado a 28 de Setembro e 11 de Março. Alcançou o poder uma facção das Forças Armadas, chegámos a ter um triunvirato, um pacto "imposto" aos partidos, enfim... vivemos um golpe ditatorial no 25 de Novembro e de novo regressámos a um período pré-democrático. As eleições legislativas e as presidenciais, bem como as das autarquias são índices da consolidação da democracia. Creio por isso que a revolução já está feita e que está conduzindo à democracia e não à ditadura. Mas, quando se quer a revolução permanente está a prejudicar-se a democracia e a preparar-se a ditadura; nesse sentido concordo com a frase que cita. O caminho democrático é o das reformas, que devem ser tão profundas quanto necessário seja, para a criação de uma sociedade justa e igualitária em que aos trabalhadores e a todo o povo sejam garantidas condições de vida cada vez melhores.

## 2.6. Entrevista à "Opção" - 3/6/1976

- O que é que se passa, no PPD? As alterações estruturais, hierárquicas, traduzem o quê?
- Mas não há alterações hierárquicas nem estruturais, de momento.
- Mas prevê-se que haja?
- Há apenas a necessidade de ultimarmos a revisão dos estatutos iniciada, mas não completada, no Congresso de Aveiro.
- O PPD é tomado como sendo um partido gerido pela personalidade forte do seu secretário-geral. O facto de se ir rever essa estrutura e essa hierarquia, atribuindo ao actual secretário-geral o cargo de, presidente, isso representa o quê? Uma auto-crítica?
- Não, isso não está definido. Representa, apenas, uma sugestão que eu próprio fiz, com insistência, antes das eleições, já há bastante tempo. O que me parece que seria o esquema mais adequado ao partido é o esquema dos grandes partidos sociais-democratas europeus.
- Bem, o facto de ser sua, é tática ou é sinceridade?
- Eu costumo actuar sempre por sinceridade. Ou então é tática. Acho que é o mais conveniente para o partido.
- Mas antes estava mal?
- Antes estava mal. Foi o esquema que foi adaptado do 1.º Congresso, por maioria, e que foi mantido no 2.º Congresso. Já há muito tempo que eu defendia a hipótese de um presidente e de um secretário-geral.
- As acusações de autocracia que lhe fazem, considera-as injustas?
- Eu, a mim, nunca me fizeram, dentro do partido, acusações de autocracia.
- E fora do partido?
- Fora do partido, sim. Especula-se muito com isso. Não sou a pessoa mais indicada para responder. Creio que todas as pessoas que trabalham comigo e aqui do partido podem, melhor do que eu, dizer se há autocracia da minha parte ou não.
- Este seu avanço do nome do general Ramalho Eanes para a Presidência, foi encarado, da forma mais crítica. Considerou-se que foi uma grande falta de tacto político.
- De maneira nenhuma.
- Porquê?
- Foi uma atitude que o partido tomou, conscientemente, no seu direito de manifestar o apoio ao seu candidato. Creio que o fez com a maior oportunidade e com

a maior utilidade. Permitiu o esclarecimento da situação, permitiu que o general Ramalho Eanes pensasse mais seriamente, talvez, no assunto e que se decidisse a ser candidato.

- Bem, mas crê-se que ele não gostou.

- Porquê?

- Crê-se que ele considerou isso inoportuno.

- Não. Nem em público, nem a mim. Eu falei com ele no dia seguinte, a posição que encontrei no general Ramalho Eanes foi de total compreensão pela nossa atitude.

- Entretanto, o general Pires Veloso e talvez um ou outro candidato teriam ficado decepcionados com o vosso avanço em relação ao general Ramalho Eanes.

- De momento nenhum. Encontrei em todos a melhor compreensão e grande satisfação pelo nosso apoio em relação ao general Ramalho Eanes. Falei com ele, dois dias depois do anúncio do nosso apoio à candidatura do general Ramalho Eanes, e foi isso que encontrei da parte dele. Como era compreensível. De resto já tinha trocado impressões com ele, há tempos, sobre isso.

- O mesmo em relação ao Pinheiro de Azevedo?

- Em relação ao Pinheiro de Azevedo nem sequer se discutiu o assunto. Estive no mesmo dia, com o almirante Pinheiro de Azevedo e com o general Ramalho Eanes. Ele conhecia a nossa posição.

- Do seu ponto de vista, quais são os defeitos do general Ramalho Eanes?

- Não o conheço suficientemente bem pessoalmente, e na sua actuação, para lhe dizer quais são os principais defeitos dele. Conheço grandes qualidades, as necessárias para realmente ser apoiado a candidato à Presidência da República.

#### **EANES E O PPD**

- Mas sempre considerou Ramalho Eanes o candidato ideal?

- Considerei como um dos mais possíveis. O partido, quando se debruçava sobre o problema, fazendo a análise da situação, entendeu que ele era aquele que reunia os requisitos indispensáveis e os melhores condições para ser um candidato nacional, suprapartidário, independente, e da confiança dos partidos democráticos.

- O facto de ele ser um presidente não excessivamente cómodo, joga dentro da sua perspectiva de um Presidente da República?

- Com certeza, eu acho que é uma boa qualidade ele ter ideias próprias e projectos próprios, porque o Presidente da República não tem que estar enfeudado a nenhum partido, nem deve estar enfeudado a nenhum partido, e acho muito bem que tenha projectos autónomos e ideias próprias. Ele vai ser eleito como pessoa, como militar e como pessoa que é, com o seu projecto político, que não se iden-

tífica necessariamente com o projecto político de qualquer partido. E essa autonomia e independência é uma grande qualidade.

- Em relação ao seu partido, há a sensação generalizada de que é um partido um pouco exangue, um bocado hemofílico. Um partido que está a perder sangue sistematicamente?

- Absolutamente nenhum. Pelo contrário deu provas de dinamismo e capacidade, antes durante, e logo após as eleições, como foi internacionalmente reconhecido. O resultado eleitoral ficou à quem das nossas expectativas, como é natural. Suponho que isso aconteceu com todos os partidos. Mas foi um bom resultado eleitoral, que consolidou a posição do nosso partido, como um grande partido nacional, reforçando as percentagens obtidas em Lisboa e no sul do país, e que consagrou a segunda posição, como partido eleitoral.

- Esta constante passagem de testemunho das pessoas que lhe estão próximas, atribui-a a quê?

- Não há, não há qualquer mudança nas figuras políticas que fazem parte dos órgãos nacionais do partido. Desejo, até, que haja cada vez maior projecção dessas figuras, pois se algum defeito o partido pode ter é de estar demasiado ligado, na sua imagem, à minha pessoa.

- Este dobrar da percentagem CDS, do seu ponto de vista, foi feita à custa de quem?

- Eu creio que o CDS obteve votos que no ano passado foram para o PS e para o PPD.

- Mais para o PS ou mais para o PPD?

- Possivelmente, mais para o PS do que para o PPD, mas é uma coisa que não se pode definir, com certeza. Já se tentaram nalguns semanários, fazer inquéritos, fazer interpretações, mas tudo isso é extremamente falível.

- Este diferendo que o opôs ao Professor Emídio Guerreiro do ponto de vista humano, que travo é que lhe deixou na sua consciência, na sua sensibilidade? Acha que injusto para com...?

- Não, de modo algum.

- Que imagem é que tem dele?

- Tenho perfeita consciência de sempre ter sido inteiramente justo e totalmente verdadeiro.

A imagem que tenho do dr. Emídio Guerreiro, é duma pessoa com as suas opiniões próprias, com os seus métodos de proceder, que esteve aqui alguns meses como secretário-geral substituto, sendo eleito pelo Conselho Nacional. Acontece que se considerou depois oportuno e vantajoso para o partido que eu reasumisse as minhas funções, deixou de ser secretário-geral substituto. Depois, por divergências em relação ao 2.º Congresso, ao Congresso de Aveiro o dr. Emídio Guerreiro afastou-se do Partido.

- Isso é uma visão assim, oficiosa. Na verdade, o dr. Emídio Guerreiro saiu duma maneira bastante agitada. Quer dizer, foi posto praticamente na rua.
- Não, não foi nada posto na rua. De maneira nenhuma.
- Aveiro não foi propriamente o Paraíso...
- Foi um Congresso, foi um Congresso discutido, em que houve muita emoção, mas em que o dr. Emídio Guerreiro não foi, de maneira nenhuma, atacado ou diminuído. Em meu ver, tomou uma atitude precipitada, também emocional naquela altura, saindo do Congresso quando ainda estavam a decorrer os trabalhos e optou por sair do Partido.
- O que é que augura para este MSD, que destino é que lhe antevê?
- É muito difícil de prever. Não me parece que o MSD, como movimento político, tenha apolo de bases para ser importante na nossa vida política. É um movimento como outros há, que reúnem algumas pessoas, que tomaram posições pessoais. Vejo que, na nossa vida política, esses movimentos podem desempenhar algum papel, mas nunca poderão substituir ou tentar, sequer, substituir os partidos políticos fundamentais para a democracia. Poderão ser movimentos de animação, quando muito.
- E considera-os irrecuperáveis para a grande família do PPD?
- É um problema que se lhes põe mais a eles do que ao partido, o partido está aberto a todas as pessoas que o não tenham hostilizado ou publicamente difamado...
- Não é o caso...?
- Pode haver, nalguns..., e há alguns que assim procederam. Quanto aos que assim não procederam, o partido está aberto como a qualquer outro interessado no partido, que concorde com o programa e que entenda que o seu lugar é, realmente no PPD.
- Mas não fará nada no sentido de tentar recuperá-los?
- Não, aquilo que havia a fazer, os contactos que havia a estabelecer, foram estabelecidos.

#### **A COLIGAÇÃO PERDIDA**

- O GIS, como é que o considera?
- Considero realmente um grupo que optou por fazer política sem ser nos partidos políticos...
- O que não está mal. O MSD faz o mesmo.
- ...O que normalmente não acontece é nas democracias pois a política faz-se nos partidos e nas associações políticas, ou nos grupos de estudo, como você disse. Pois pode-se fazer animação política, pode-se exercer qualquer outra actividade de tipo de investigação ou de análise, mas não se faz política no sentido de in-



fluência sobre o poder ou discordância de poder. É no fundo a questão dos independentes, sim. A questão dos independentes prova que, efectivamente, ainda temos uma indefinição política democrática bastante grande, porque nas democracias estabilizadas não há independentes na política. A política faz-se através das organizações partidárias.

- Mas então como é que coincide essa sua definição de independentes com a sua participação na Assembleia Nacional, com a qualidade de independente? Embora com a lista da ANP?

- Mas confirma-se. Nessa altura não havia partidos nem a possibilidade de os haver.

- Bem, havia a ANP.

- Mas isso não era partido. Quando muito, seria um partido único e por isso me recusei participar nele. Agora, nessa altura, em que não havia partidos, nem possibilidades deles, várias pessoas...

- Não havia partidos? Por um lado havia a ANP, por outro lado havia o PC.

- Eu tinha realmente uma posição de independente e usei dessa posição. Agora que há partidos políticos e que há democracia, as coisas põem-se de maneira completamente diferente.

- Acha que uma pessoa, que não encontra na paleta dos partidos políticos algo de suficientemente coerente consigo própria, com aquilo que ela é, é obrigada a escolher, só para não ser independente?

- Não, de maneira nenhuma. Não é obrigada a escolher e conserva-se, naturalmente, com a sua característica de independente. Agora, grupos de independentes, com actividade política a nível de influência no poder, disputa do poder, ou participação no poder, é que não é uma situação numa democracia estabilizada.

- E dentro de partidos, os grupos que são "nuances", que são "independentes" dentro de partidos, acha que isso é recomendável?

- Não me parece recomendável, possível, sim, é...

- Por exemplo, o grupo do nosso conhecido amigo Marcelo Rebello de Sousa.

- O CERESD é uma iniciativa que foi tomada por um grupo de militantes do PPD, no sentido de terem, dentro do partido, e ligado ao partido, uma associação de animação. Não constitui qualquer divisão do Partido...

- Não necessariamente, mas é uma espécie de quisto psicológico. E num partido gerido por si, é sempre uma coisa em relação a si...

- Não, em relação a mim até foram muito simpáticos e muito agradáveis, pois vieram-me aqui expor a iniciativa, com a qual concordei. Mostraram depois um amplo projecto de estatutos, no qual eu era o secretário-geral...

- Isso fez parte dos estatutos do PPD, isso era obrigatório
- Nunca houve qualquer problema entre mim e o CERESD Até gostaria de ver, sim senhor, que realmente concretizasse, a iniciativa do seu intuito.
- Mas, na verdade, nao tem feito nada...
- Bem, em política...
- Mas o facto de não fazerem nada, não lhe parece suspeito? A minha interpretação é a de que apareceram, fundamentalmente, como um quisto de resistência a si, à força da sua personalidade. Não fizeram nada. Isso parece, efectivamente, demonstrar a minha interpretação. Não são propriamente pessoas inactivas.
- Pois partindo desse pressuposto, podia tirar essa conclusão, mas o pressuposto é que não está certo. Não foi, realmente, nem quisto nem resistência. Foi o intuito de animação do partido, que eu acolhi muito bem e...
- Não têm feito nada...
- ...Creio que foi por falta de possibilidade. De resto, as pessoas têm estado muito absorvidas durante a campanha eleitoral e participaram muito activamente nela.
- Em termos governamentais, continuam a esperar, e a reclamar, uma coligação com o PS?
- Não, não esperamos, nem reclamamos nenhuma coligação. Se o PS se mantiver na posição de governar sozinho, eu reconheço que está a usar o seu direito político e constitucional. É um problema entre ele e o Presidente da República e o País também, é evidente, mas o País já se pronunciou através das eleições. Compete, agora, aos dirigentes do PS e ao Presidente da República interpretar o resultado dessas eleições, quanto a qualquer coligação. Nós não forçamos de maneira nenhuma, nem reclamamos, estar no governo de coligação. Manifestamo-nos sempre prontos, se necessário, a assumir as nossas responsabilidades como grande partido democrático participando numa coligação, mas não fazemos qualquer pressão para entrar para o Governo. E, por isso mesmo, o PS tem esse direito de tentar formar um governo minoritário. Não hostilizaremos a sua iniciativa e não faremos oposição sistemática a um tal Governo, nem daremos também um compromisso de apoio sistemático. Definiremos a nossa atitude em função de cada uma das medidas que esse governo vier a propor.
- Mas e a sua interpretação dos resultados eleitorais? Crê que o país reclama, ele sim, essa coligação?
- Sim, tanto que os resultados eleitorais apontam para uma coligação entre os partidos democráticos pela proximidade de votações, pela não atribuição duma maioria significativa, ou antes duma minoria significativa, ao PS, e até pela circunstância de a alternativa posta pelo PS ao eleitorado, de estar sozinho no Governo se obtivesse mais de 37% da votação, e passar à oposição se obtivesse menos de 37%, foi, afinal, recusada pelo eleitorado, em termos de governo minoritário, visto que obteve menos de 37%.

- Por partidos democráticos, entende quais?
- Entre os quatro mais votados, o PS, o PPD e o CDS.
- É essa a sua tese? O CDS no poder...?
- E essa sempre a minha tese. Não o CDS no poder, os partidos democráticos...
- Mas disse que o governo devia ser constituído por uma coligação de partidos democráticos...
- O que não disse era quantos. Podem ser dois, podem ser três. Depende das circunstâncias, depende, portanto...
- E porque não o CDS?
- ...Estamos abertos a estudar qualquer dessas hipóteses...
- Mesmo com o CDS?
- Sim, uma coligação com os três partidos.
- Mas preferia sem o CDS?
- Tudo depende, de muitas circunstâncias, do programa do Governo, e daquilo que, na altura, ocorrer. Entendo que o PS e o nosso partido, em termos de programa de governo, estão mais próximos do que o nosso partido em relação ao CDS.
- O PPD está entalado entre duas imagens muito nítidas; uma do CDS, triunfante, em certo sentido, outra, a do PS. A imagem do seu partido é uma imagem pouco definida. Isso corresponde a quê?
- Isso não corresponde à realidade, tanto que a imagem do nosso partido é profundamente caracterizada, que se tem mantido sempre com coerência e que não está, de maneira nenhuma, nem apertada nem desgastada, pela proximidade do PS e o CDS.
- A Direita, no nosso país, vota em que partido?
- Eu estou convencido que a Direita, segundo o resultado das duas eleições e pensando especialmente nestas últimas, vota no CDS.
- Freitas do Amaral declara que o voto mais útil da Direita é o PS.
- É possível que haja algum voto útil também da Direita do PS... a
- E é possível que também haja do PPD...
- Sim, é possível que sim. Até é possível que haja também no PC, quem sabe?
- Sobretudo psicologicamente?
- Sim, em certas áreas, especialmente, porque não? São interpretações muito falíveis e difíceis de basear em factos concretos...

## REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA

- Os militares e o exército, como os encara em termos sociológicos, críticos?
- Creio que nunca tivemos um exército revolucionário, e que não temos um exército revolucionário. Parece-me bem assim. Não vivemos em revolução, vivemos em democracia...
- Mas nunca vivemos em revolução?
- Não me parece que tenhamos vivido caracterizadamente nunca em revolução. Fizemos uma revolução, as FA fizeram uma revolução, no dia 25 de Abril, e depois vivemos na sucessão de golpes e contra-golpes que não foram uma revolução. E a prova é que muito pouco se fez de alterações de estruturas e de benefício do povo, no seu conjunto.
- Isso é uma auto-crítica? É que participou largamente nos governos.
- Largamente não participámos no governo.
- Bem, participaram em vários governos.
- Estivemos presentes, nos vários governos, com excepção do V, mas muito minoritariamente. Na maior parte das vezes, com um ministro, mais largamente no VI Governo Provisório. Mas, ainda que tivéssemos participado mais amplamente, não deixaria de fazer as críticas que faço.
- Mas a que é que atribui esse insucesso do exército?
- Eu não atribuo grande responsabilidade ao Exército. Eu creio que o Exército fez bem em não se transformar num Exército revolucionário. Entendo que, uma vez feita a Revolução, se deveria caminhar para a consolidação da democracia e para a realização de reformas efectivas e profundas, e todas as reformas necessárias à modificação das estruturas, no sentido da criação de efectiva justiça social. A revolução permanente enjeito-a porque conduz habitualmente à ditadura. Ou dum lado ou de outro. Ou se transforma a revolução permanente numa ditadura ou conduz a uma reacção que provoca uma ditadura.
- Lamenta que não se tenha efectivamente feito a revolução?
- Eu não lamento. A revolução fez-se, creio eu, com o derrube do regime. O que agora há a fazer é consolidar a democracia e efectuar as reformas...
- Mas essa alteração das estruturas. Se o Exército fosse, efectivamente, revolucionário não seria mais prático? O Exército é força, é necessário alterar as estruturas, a força ajuda.
- Não. Para mim, a alteração das estruturas faz-se através da democracia, dos meios democráticos e com força democrática que advém das eleições. Não através duma força digamos força, força revolucionária, seja ela do exército seja de quem quer que seja.
- Então a que é que atribui a falta de eficácia dos governos democráticos?

- À indefinição da política, aos golpes e contra-golpes e a um clima que normalmente se sucede a uma revolução como foi a do 25 de Abril, acompanhada dum processo de desnacionalização brusco.
- Quer dizer que um governo PPD será um governo revolucionário?
- Um governo PPD será um governo democrático e reformista.
- Mas porque é que rejeita a expressão revolucionário?
- Porque entendo que a expressão revolucionário não se coaduna com a democracia.
- Mas essa tese, essa antítese revolução-reforma, não crê que ela é artificial? Há reformas revolucionárias...
- As reformas não são revolucionárias. A meu ver, são democráticas.
- O Francisco de Sá Carneiro, aqui há muito poucos anos, era considerado a bandeira da resistência, em termos de coerência, de coragem, de dignidade. Agora, de repente, é considerado, em determinadas zonas de Esquerda, como uma figura retrógrada, reaccionária, etc. Isso incomoda-o?
- Não, não me incomoda nada. Eu não mudei. As opiniões a meu respeito é que mudaram. Pelos vistos as pessoas é que mudaram. De resto, têm direito de terem as opiniões que quiserem. Mas a mim não me incomoda nada, porque tenho a consciência que não mudei, mantenho a mesma linha política de sempre.
- Mas a sua personalidade não está muito apontada ao "antismo", ao anti-comunismo, ao anti-isto, ao anti-aquilo?
- Pois, pretende dar-se dela, uma certa imagem nesse sentido...
- É falsa?
- Eu considero-a falsa, sim. E vejo que muitas atitudes tomadas pelos meus críticos, na sua luta contra o comunismo, nunca são tidas como anti-comunismo. Quando eu, na mesma linha, antes ou depois, ou ao mesmo tempo, tomo atitudes idênticas, já são criticadas como extremamente anti.
- O lugar do PC, nesta sociedade democrática, entende-o como?
- Entendo que tem lugar, desde que, realmente, conforme a sua actuação pela constituição e pelas leis vigentes. Considero que ele não tem seguido essa via. Considero que tem seguido uma política anti-democrática.
- Anti-revolucionária?
- Não me parece que tenha sido uma actuação revolucionária. De resto, eu, muito dificilmente...
- Uma actuação revolucionária pode ser democrática?

- Uma actuação revolucionária pode ser democrática? Sim, em circunstâncias excepcionais.
- No 25 de Abril?
- Exacto.
- E só?
- E só.
- No 25 de Novembro, por exemplo...
- Anti-democrático, então.

**DIA-TIPO, HOMEM-TIPO**

- O seu dia tipo, qual é?
- Normalmente, estou aqui no partido, a partir das 9,30 h, 10,00 h...
- Acorda a que horas?
- Às 8,30, normalmente.
- E depois?
- Aqui me conservo, tratando dos assuntos do partido, deslocando-me para fora do partido, para reuniões, para contactos. Normalmente, à noite, há sempre reuniões até à meia-noite. Uma, duas da manhã. Durante a campanha, mais tarde.
- Portanto trabalha desde as 9 h às 2 h, normalmente?
- Sim, normalmente. Durante a campanha mais. Normalmente, até à 1, 2 h da manhã, sim.
- E isso é um ritmo que aguenta facilmente?
- Tenho aguentado. Até agora, tenho aguentado bastante facilmente.
- Conduz ou tem "chauffeur"?
- Tenho um motorista do partido. Conduzo muitas vezes também sozinho.
- Além do carro do partido, tem um carro pessoal?
- Tenho um carro pessoal.
- Que marca é?
- É um Renault.
- Renault quê?
- Renault R 16.
- Quanto é que ganha aqui no partido?

- Aqui do partido não tenho ordenado. O partido paga as despesas que faço e nada mais. De representação, evidentemente, aqui em Lisboa.
- E isso é uma conta constante ou digamos, é alterável?
- Há uma verba atribuída ao gabinete para despesas que eu não administro.
- É um homem de fortuna pessoal?
- Não, não tenho fortuna pessoal. O meu irmão mantém o nosso escritório de advocacia no Porto, e daí me advêm os rendimentos que tenho. Procuro dar um mínimo de atenção e colaboração ao meu irmão, ao escritório e ao acompanhamento dos processos dos clientes.
- Mas isso representa, grosso modo, o quê, por mês?
- É incerto, não lhe posso dizer em detalhe quanto é que rende por mês. Mas rende-me o suficiente para viver. Também não preciso de muito.
- E além desse escritório?...
- Não tenho mais rendimentos nenhuns.
- A sua família, em que classe sócio-económica é que a inseriria? Na classe média, alta, alta-burguesia?
- O meu pai sempre foi advogado, sempre ganhou a sua vida, trabalhando. Herdou alguma coisa do meu avô...
- Que era o quê, do ponto de vista...?
- Era também advogado.
- E é uma família de tradição liberal?
- Sim, pode-se considerar de tradição liberal. Nunca estive, especialmente envolvida na política, embora o meu pai tenha sido deputado à Assembleia Nacional, durante alguns anos. Foi toda a sua actividade política.
- Bem, deputado à Assembleia Nacional, sob o salazarismo, isso implica um posicionamento. Como é que se dava, na sua relação com o seu pai?
- Nunca tive problemas políticos com o meu pai. De resto, quando eu me formei, em 56, já tinha deixado de ser deputado há vários anos. Quando estive na Assembleia Nacional, ocupou-se, sobretudo, de questões jurídicas e quase nunca de questões políticas. Mas isso é uma opção que o meu pai fez e que eu inteiramente respeito.
- Nunca tiveram questões políticas?
- Nunca tivemos problemas...
- Como é que ele assistiu à sua carreira política?
- Com interesse, como é natural, sendo pai.

- Discordando?
- Discordando, nalguns pontos concretos, concordando noutros, mas sem nunca ter havido quaisquer atritos a esse respeito. O meu avô paterno era filho de lavradores muito modestos do Minho. Quando foi estudar para Coimbra, não dispunha de quaisquer meios e ganhava a vida fazendo, nessa altura, as sebatas escrevendo-as à mão e obtendo alguns recursos para continuar à estudar.
- O paterno?
- Sim.
- E o materno?
- Do lado materno, também. A família era de condição digamos, remediada. O meu bisavô dedicava-se ao comércio de trigo e tinha muitos contactos com a Espanha...
- Pequeno, médio ou grande?
- Pequeno.
- Pequeníssimo?
- Pequeníssimo, não sei. Era meu bisavô, não era meu avô e, portanto não lhe posso dar detalhes.
- Tudo famílias da zona?
- Famílias do Porto - a materna e do Minho, a família paterna.
- E como é que apareceu na alta burguesia?
- Não, primeiro não eram de alta burguesia, nem se podem considerar. O meu pai, também não o pode considerar de alta burguesia, pois era advogado, um advogado do Porto, que sempre trabalhou e ganhou a sua vida, e que herdou algumas propriedades de meu avô, e nada mais.
- Materno ou paterno?
- Paterno. Nunca fez nem vida da alta burguesia, nem tinha meios que o permitam classificar como alta burguesia. Considero-a vida económica de média burguesia.
- Teve sucesso?
- Sim, foi um advogado com sucesso graças às suas capacidades, ao seu estudo, e ao seu trabalho.
- Advogado em que zona profissional?
- Advocacia em termos civil e comercial.
- Considera-o um grande advogado?



- Sim, considero um bom advogado e, sobretudo, um bom jurisconsulto. Teve de resto, e tem ainda, graças a Deus, um grande trabalho na Revista dos Tribunais, que é das boas revistas jurídicas, na qual eu trabalhei durante muito tempo.

- O momento a partir do qual o Sá Carneiro deixou de ser, sobretudo o pai e passou a ser o filho, isso não criou um problema psicológico na relação entre ambos? Neste momento, o Sá Carneiro é o filho...

- nenhuns. Isso não criou problemas absolutamente nenhuns entre ambos, pois isso é uma coisa perfeitamente natural, que meu pai aceitou.

- E na sua direcção familiar, freudianamente, psicologicamente o pólo, quem é? O seu pai ou a sua mãe?

- Até pelos contactos tidos com o meu pai na advocacia, quando eu comecei a advogar há 19 anos, há quase 20 anos, é natural que tenha tido mais ligação com p meu pai, até porque casei muito novo e, portanto, constituí a minha família.

- Acha que casou excessivamente novo?

- Não, casei com 22 anos...

- Já formado?

- Formei-me com 21 anos e casei com 22 anos.

- A família da sua mulher também é do Porto?

- Do Porto, sim.

- Família de que tipo?

- Digamos, também da média-burguesia...

- Digamos, da alta-burguesia...

- Não, da média-burguesia. Nada de alta-burguesia.

- E a sua casa fundamental é no Porto, ou em Lisboa?

- E no Porto, ainda.

- E isso não lhe cria problemas familiares, esta distância.

- Pois, cria alguns problemas, com certeza.

#### **O PPD E A INTERNACIONAL SOCIALISTA**

- Qual é a sua sensação em relação à forma como a social--democracia europeia o trata?

- Não, nunca me senti maltratado, pelo contrário, fui sempre bem acolhido, especialmente na Alemanha.

- Não pode atingir, efectivamente, aquilo que pretendia, que era a entrada para...?

- Para a Internacional Socialista?
- Sim.
- Pois, foi uma decisão no I Congresso não foi possível conseguir, atribuo muito maior importância aos contactos bi-laterais e relações bi-laterais com os partidos sociais-democratas do que à presença na Internacional Socialista.
- Então portanto, não quer entrar na Internacional Socialista?
- É um problema que neste momento não se põe. O nosso esforço nas relações internacionais continua a ser por contactos com os partidos sociais-democratas, e temos feito sérios progressos, nesse campo.
- Considera o PS um partido fundamentalmente social-democrata?
- O Partido Socialista Português?
- Sim.
- Não, considero-o um partido não social-democrata e até pela sua actuação na Assembleia Constituinte e até ao actual período eleitoral, anti-social-democrata.

#### **DEMOCRACIA-CRISTÃ: CHÃO QUE DEU UVAS**

- A democracia-cristã, ao nível interno, como é que a vê?
- Entendo que, em política, não se deve usar a qualificação ou qualquer identificação religiosa, ou qualquer identificação entre política e religião. Creio que a ideia da democracia-cristã foi uma ideia que surgiu numa época completamente diferente.
- Considera que a democracia-cristã aqui, tem possibilidades?
- Não. As eleições assim o revelaram. Os partidos democratas-cristãos, na maior parte dos casos, seguem uma linha conservadora, diferente dos partidos sociais-democratas, e, portanto não é...
- Freitas do Amaral define-se como democrata-cristão...
- Pois, isso é um problema dele...
- No entanto, duplicou a sua percentagem eleitoral.
- Com certeza...
- Ele tem a tese de que a democracia-cristã está em desenvolvimento...
- A democracia-cristã tende a ser mais uma ideia, do que uma linha muito clara, como foi do pós-guerra nos primeiros, nos dois decénios do pós-guerra.
- Em termos de descolonização. Considera que a descolonização que se fez foi positiva?

- Considero que a descolonização teve aspectos positivos, basta ver o fim das guerras do Ultramar. Mas seguiu um caminho extraordinariamente precipitado, que não foi o mais justo...

- O mais justo seria o federalismo?

- Não, não seria o federalismo. A meu ver seria um caminho gradual para a independência, com defesa de todas as populações.

- Mas esse gradualismo, fácil de citar, no seu gabinete de trabalho, a esta distância, seria praticável?

- Impossível não seria, seria difícil, pois é muito fácil hoje fazer críticas, olhando para trás e vendo os resultados actuais. E muito mais difícil acompanhar um processo e corrigir sempre os seus desvios. Mas a descolonização, como sabe, escapou sempre à competência do governo e nós nunca estivemos envolvidos, no partido processo de descolonização. Fizemos as nossas críticas.

Creio que não há responsáveis exclusivos. Há uma responsabilidade desigualmente repartida por várias pessoas e movimentos, mas que é um pouco também a responsabilidade de toda a revolução portuguesa.

## **2.7. Intervenção na abertura da A.R. publicada no "Povo Livre" - 4/6/1976**

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Se ontem se podia afirmar que a missão histórica da Assembleia Constituinte consistia em dar viabilidade à democracia em Portugal, hoje podemos dizer que sobre a Assembleia da República recai o essencial da tarefa de concretizar na prática do Estado que a recente Constituição reformulou.

Para levar por diante esta aliciadora tarefa, importa que a Assembleia da República, começando por si mesma, saiba assumir fielmente o rosto e o papel que lhe cabem dentro do conjunto dos Poderes do Estado e das suas actividades soberanas. A Assembleia da República tem de vir a ser consciência política visível deste Povo, tornando-se num espelho fiel das necessidades e anseios, das suas dificuldades e esperanças e, ao mesmo tempo, no centro impulsionador da acção colectiva. Tem de realizar com prudência e eficácia a enorme obra legislativa que a espera, definindo critérios justos e metas precisas para a promoção e salvaguarda dos direitos do homem e para as transformações, sociais, culturais e económicas que restituam o futuro a um povo que os "velhos do Restelo" de sempre teimam em ver chegado ao fim da sua própria história.

Tem de ser o lugar donde saíam as palavras oportunas e ponderadas que traduzam ideias certas e claras, fugindo à tentação das enfadonhas homilias ideológicas em que, com demasiada persistência, muitos vêm caindo, para desencanto e confusão dos portugueses. Tem de ser o espaço da crítica justa e lúcida ao Governo e

à administração pública e da denúncia oportuna das situações que intoleravelmente oprimam, explorem e alienem a pessoa humana, lembrando também a cada momento o que, sendo exequível, ainda não foi feito no domínio da acção do Estado e dos poderes locais.

E em tudo isso e para realizar correctamente tudo isso, a Assembleia da República deve possuir sempre clara consciência daquilo que lhe pertence na repartição das funções do Estado e do que pertence aos outros órgãos de soberania, tendo especialmente em conta que é ao Governo que cumpre governar e aos tribunais o compete julgar, com toda a independência e liberdade, os casos de justiça concreta.

#### **AGIR COM RESPEITO PELAS PESSOAS**

O Grupo Parlamentar do Partido Popular Democrático, neste início dos nossos trabalhos, proclama a sua determinação de agir sempre com integral respeito pela pessoa de cada um dos membros desta Assembleia e dos Partidos que o Povo a ela trouxe pelo seu voto. O mandato que recebemos impõe-nos que nas nossas divergências e lutas parlamentares tenhamos sempre presente os interesses do povo português, em vez dos interesses partidários; que nos empenhemos com lealdade e serenidade na defesa dos nossos ideais e pontos de vista, sem a mesquinhez das lutas pessoais e com o permanente objectivo de encontrarmos, por entre as nossas diferenças recíprocas, o que melhor pareça servir o interesse geral. Estamos cientes de que não podem instalar-se entre nós, deputados a intransigência, o espírito sectário, o ódio e o insulto - tudo isso manifestação de perda da compostura e vivência democráticas - sob pena de se comprometer e arruinar pelo menos pelo contra-exemplo, a própria experiência democrática que vamos ensaiar. Por outro lado, desenvolveremos a nossa actividade tendo presente que o fim da vida política é prosseguir, sem parar, na libertação da pessoa humana de todas as formas de alienação, opressão e exploração que a degradam à condição de objecto e procurar para os homens, mulheres e crianças de Portugal condições para o livre desenvolvimento da sua personalidade e para que possam, em solidariedade, assumir o papel de autores e sujeitos da nossa história.

Há na nossa sociedade demasiadas estruturas mentais e materiais anquilosadas; há gritantes desigualdades de oportunidades, umas velhas outras que se estão agora a desenvolver e consolidar; há uma crise económica e social de proporções alarmantes para as nossas possibilidades efectivas de momento, há a própria crise da nossa identidade como povo, voltado historicamente para a aventura do universal e hoje em riscos de ficar sentado à lareira a contar sempre as mesmas velhas e ressabidas histórias. Vencer tudo isto, virarmo-nos para diante na paciente realização de uma sociedade mais livre, mais justa e mais fraterna; produzir mais riqueza e reparti-la melhor, avançando na transformação estrutural das relações económicas e sociais existentes, ao ritmo do saber e do querer do povo, em desafio permanente à nossa capacidade de invenção, de persuasão e pedagogia; redescobrir o novo sentido universal da nossa cultura própria e da nossa história presente e futura - eis as grandes prioridades que o Grupo Parlamentar do Partido Popular Democrático irá dar à sua acção na Assembleia da República, mediante as Iniciativas legislativas e as críticas que foram julgadas oportunas. Estamos certos

de que a nova sociedade portuguesa exige de imediato uma política social que reconheça aos velhos, doentes e reformados o direito aos meios indispensáveis a uma vida digna; exige de imediato uma política de cultura, de investigação, de ensino juventude, que tanto respeite a nossa história de oito séculos como o nosso futuro ilimitado; exige de imediato uma política económica que repare os graves males existentes, programando a iniciativa pública e fomentando as actividades privadas, e dando aos que trabalham a possibilidade de desenvolverem não só o ter mas sobretudo o ser. Mas é também indispensável que a verdade da nossa situação não continue encoberta com artificios, pois sem a mobilização de todos em torno de um projecto nacional Portugal não chegará a reencontrar-se consigo próprio. E os homens só se determinam e animam quando sabem o porquê e o para quê dos sacrifícios que lhes pedem.

Tudo isto significa que o Governo seja competente e eficaz para encetar imediatamente uma política clara, dinâmica e ousada que ultrapasse os tempos mortos em que temos vivido na espera e na indecisão que vão degradando e aviltando as estruturas e desalentam as pessoas.

Um Governo assim contará com o apoio lucidamente crítico do Grupo Parlamentar do Partido Popular Democrático, ainda que o nosso Partido dele não participe. Mas não seremos nunca passa-culpas de um Governo inepto e incapaz de corresponder à urgência na resolução dos graves problemas que afligem concretamente os portugueses. É preciso restituir ao País, nas famílias, nas escolas, e nas fábricas o ambiente de paz, de concórdia e de convivência democrática que torne possível o trabalho assente na consciência do serviço do bem comum. E isso também é obra do apoio popular obtido por uma informação verdadeira, uma discussão livre e a palavra clara do próprio poder.

Por nossa parte aqui procuraremos pela nossa conduta, pelas nossas palavras e pelas nossas propostas contribuir para a melhor acção do governo. Saberemos, com coragem e humildade, dizer "assim, sim", "assim, não", como partido responsável que somos, sem complexos de superioridade ou de inferioridade perante os outros que também receberam, em grau diverso, a confiança do povo português.

O Grupo Parlamentar do Partido Popular Democrático não deixará de chamar constantemente a atenção para os problemas do País real que somos e lembrar neste centro tradicionalmente monopolizador da nossa vida política e administrativa que as Ilhas e o interior também são Portugal. Por aí fora e por aí além é que as condições de vida concreta são mais difíceis e onerosas, ao contrário do que poderia transparecer do volume e intensidade dos protestos e contestações de uns e de outros.

Para restituir a dignidade indispensável a todos é urgente reequilibrar o espaço português, promovendo o desenvolvimento regional como pressuposto e condição que é do próprio desenvolvimento nacional.

É preciso restituir de facto às comunidades locais os poderes que a tendência centralizadora do salazarismo lhes foi passo a passo retirando e a Constituição da República acaba de lhes devolver de direito, reatando uma longa e bela história do nosso povo. A democracia regional e local será um elemento fundamental da de-

mocracia nacional e não passa só pela confiança democrática das populações naqueles que em nome e no interesse delas tomem assento nos órgãos regionais e locais; passa também necessariamente pela capacidade de acção destes órgãos, em meios materiais e humanos, e pela eficiência de que os seus gestores deram provas na resolução concreta dos problemas do povo e na dinamização da vida das suas comunidades. A primeira condição para tudo isso é a realização de eleições regionais e locais. Congratulamo-nos por isso com o que foi decidido para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, fixando-se a data das eleições das assembleias regionais para o dia que as populações exigiam. E por isso também lembramos ao governo a urgência da realização das eleições municipais e de freguesia para que finalmente, após cinquenta anos de degradação da vida local que o 25 de Abril não parou, as populações voltem a ter confiança nos seus representantes locais e possam participar animadamente na resolução dos seus próprios problemas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Popular Democrático inicia a sua actividade na Assembleia da República com plena consciência da gravidade da situação portuguesa e dos muitos riscos que nela corre a própria democracia. O nosso optimismo radical, a nossa crença personalista, a nossa firme adesão ao socialismo humanista levam-nos a aceitar com entusiasmo este desafio. A democracia, segundo a entendemos, vive da esperança de que a liberdade, a justiça e a paz social hão-de ser cada dia maiores, e da nossa firme vontade de caminhar, dando todos os passos necessários e com o tempo necessário, nessa direcção. O povo mostrou nas eleições que aqui nos trouxeram a sua definitiva opção pela democracia - e nós todos aqui dentro, deputados de todos os partidos, cada um a seu modo, decerto procuraremos respeitar e consolidar essa opção.

## **2.8. Discurso do comício no Campo Pequeno - 9/6/1976**

Meus amigos

Ao declarar imediatamente após as eleições legislativas que apoiava a candidatura do general Ramalho Eanes, o Partido Popular Democrático teve plena consciência de que o fazia em nome do interesse nacional e da salvação da democracia portuguesa.

O nosso acto iminente político foi de facto um passo em frente para Portugal. E teve este sentido único e inequívoco: o de declarar a um homem e a um militar que o nosso partido entendia que a sua missão como homem, como militar e como cidadão era candidatar-se à Presidência da República Portuguesa.

Fomos o primeiro partido a fazê-lo, sem esperar pela opinião das Forças Armadas e de outros partidos, sem esperar mesmo pela aceitação do futuro candidato. Não esperamos pela posição das Forças Armadas porque entendemos - de harmonia de resto, com a opinião expressa pelos representantes das FA portuguesas, - que o candidato devia ser do povo português e não das Forças Armadas.

Porque entendemos que a missão das Forças Armadas não é a de fazer política, mas é de salvar e defender a Constituição, a democracia, a liberdade e a independência nacional sem impor soluções.

Não esperámos pela posição de outros partidos, porque nunca fomos um partido seguidista e soubemos assumir sempre e a tempo as nossas responsabilidades, como grande partido democrático, como único partido social-democrata português. E não se estranhe sequer que não tenhamos esperado pela anuência do próprio candidato; é porque sabíamos que ele não é homem de política, é um homem de missão, como cidadão e como militar; é um homem que não se deixaria nunca enfeudar a quaisquer partidos, e por isso nos limitamos a dizer, como partido representante de grande parte do povo português, que entendíamos que a sua missão era aquela. E ele concordou com o apoio dos demais partidos que partilharam da nossa opinião que a sua missão era efectivamente a de ser o futuro Presidente da República Portuguesa.

Ao escolhê-lo como futuro candidato, não optamos por uma figura de populismo fácil, mas optamos por uma figura sim, por um autêntico homem do povo que ele é, um homem do povo que soube no 25 de Novembro, com o apoio de todo o povo português, salvar a democracia em perigo, resistir às tentativas totalitárias.

Tivemos também consciência de que um homem e um militar como o candidato que decidimos apoiar, jamais pactuaria com quaisquer forças anti-democráticas, jamais aceitaria o apoio de forças anti-democráticas. E hoje regozijamo-nos, embora sempre o soubéssemos, quando vemos o general Ramalho Eanes declarar publicamente numa entrevista que não aceitaria o apoio do Partido Comunista Português.

Ante manobras já esboçadas de adesão e de colagens de infiltração que pretendiam tirar partido em sentido anti-democrático de declarações plenamente democráticas do general Eanes, esta sua declaração de hoje é frontal e corta cerce essas tentativas que, no fundo, eram uma manobra desesperada de salvação de quem sabe que não tem um papel relevante neste país, enquanto não trocar a estratégia anti-democrática pelo empenho democrático a favor da liberdade em Portugal.

O ponto de vista do nosso partido foi partilhado pelos demais partidos democráticos. E eis aí um exemplo, do que deve ser a conjugação dos esforços de todos os partidos democráticos a favor da liberdade, da democracia e do progresso de Portugal. Não se trata de qualquer coligação, nem se trata muito menos de uma coligação dum futuro governo. As posições aí estão claramente tomadas. Trata-se sim, duma conjugação de esforços dos partidos democráticos que existem em relação à candidatura. Que deve existir na Assembleia da República, que deve existir em toda a parte, para que a liberdade dos portugueses não fique mais uma vez ameaçada sobre as tentativas de jugo totalitário, como aconteceu no tempo do gonzalvismo.

E numa época em que vemos pseudo-progressistas, intelectuais ou não, tentar reabilitar o gonzalvismo e dirigirem-se até à televisão portuguesa por ela empregar essa palavra e por mostrar ao povo o que foram esses períodos de risco para

a liberdade portuguesa, nós não podemos deixar de nos regozijar também, quando na mesma entrevista que citei, Ramalho Eanes diz frontalmente que o gonçalvismo procurou impor a este país uma ditadura. O general é efectivamente a garantia de que as novas ditaduras nunca passarão no nosso país sejam quais forem as forças que de novo as tentem. Ele é a garantia da conjugação dos esforços dos vários partidos na defesa da democracia portuguesa. Porque realmente os partidos têm programas diferentes. Têm divisões diferentes. Têm modos diferentes e propõem-nos realizar a democracia económica, social e cultural. Mas o general Ramalho Eanes não opta por nenhum desses modos, e continua a defender o progresso do povo português, a democracia real para todos os portugueses e a aceitar o veredicto do povo através das eleições, na escolha do partido que seja mais representativo ou dos partidos mais representativos e mais capazes de governar Portugal.

Tarefa indispensável e urgente essa: governar Portugal. Que Portugal tenha um governo dotado de autoridade, de competência e de eficácia para sairmos dos tempos mortos, em que temos vivido na deterioração lenta das nossas estruturas que geram o desalento e o desânimo em todos para reencontrarmos os tempos vivos do encontro como nós próprios; do trabalho árduo e forçado que é necessário, mas consciente e devotado, porque se sabe que trabalhamos para o bem comum, para o progresso de todos nós, para a construção duma Pátria e dum futuro melhor para os nossos filhos. Um governo que seja efectivamente o garante duma política definida aplicada na prática sem medos, mas antes com audácia, com dinamismo e com realismo. E nós, Partido Popular Democrático dissemos e dizemos claramente: um Governo destes, estejamos nós nele representados ou não, terá o nosso apoio.

Eanes vencerá, porque o merece e porque o País precisa que vença. E ainda aí, quanto ao futuro Governo, ele é garantia de eficácia, realismo e competência, porque é o sumo responsável pela sua composição.

O nosso partido o apoiará como apoiará um governo iminente nacional, não será jamais cúmplice ou passa-culpas dum governo que põe os interesses partidários acima dos interesses do nosso povo; um governo que por quaisquer razões de interesse partidário ou outras deixe por resolver os problemas fundamentais do nosso país e do nosso povo. Como hoje disse em nome do nosso Grupo Parlamentar na Assembleia da República, na Assembleia e fora dela saberemos dizer, a um governo, ao futuro governo português na altura própria e em face dos seus actos, assim sim, assim não. Saberemos dar-lhe um apoio crítico mas também uma oposição crítica sempre que for necessário.

Não podemos e não o faremos nós, Partido Popular Democrático, reeditar os erros cometidos na primeira República e mesmo depois do 25 de Abril. Não empenharemos a nossa acção dentro ou fora da Assembleia da República em querelas partidárias estéreis ou em condenáveis lutas pessoais. Procuraremos na luta democrática, no esclarecimento das divergências, na apresentação de propostas levar o Governo e todo o povo português a que se mobilize para um autêntico projecto de reconstrução nacional que já tarda a este nosso país e a este nosso povo tão sacrificado por erros cometidos por políticos, por militares, mas sobre-



tudo pelas minorias que tentaram, depois do 25 de Abril destruir a liberdade e a democracia.

No nosso candidato, temos também um homem que como militar responsável soube dizer não às teses vanguardistas duma minoria que dominou por certo tempo o MFA e soube dizer e realizar esta missão fundamental que era a de afastar as Forças Armadas do sonho utópico e anti-democrático de imporem ao povo um socialismo militar, que nem era socialismo, nem era democrático nem era afinal militar.

Se as FA souberam finalmente resistir ao sonho do poder a que estiveram prestes a ceder, devem-no a oficiais democráticos como Ramalho Eanes, e devem-no também à luta do povo português, ao seu apego à liberdade de que no ano passado, nos tempos do gonalvismo, o nosso povo, de norte a sul, deu o exemplo digno realmente dum elogio histórico, não apenas em Portugal, mas em todo o mundo. Porque foi o povo civilizadamente, pacificamente que conseguiu derrubar as minorias ditatoriais, as minorias anti-democráticas. Essa sim, essa é que é a verdadeira união do povo com as Forças Armadas. Foi essa união espontânea, não apregoada em cartazes, nem em "slogans" importados doutros países, triste exemplo de tentativas ditatoriais, essa verdadeira união que nasceu nos tempos do gonalvismo, pela defesa da democracia, essa união é simbolizada ainda e sempre por Ramalho Eanes, o nosso candidato.

Meus amigos, com uma democracia nova que temos, o nosso país precisa de vida nova, duma vida que restitua, a paz às famílias, às fábricas, às escolas, uma paz que torne possível o trabalho, que se gera não no ódio e na luta constante, mas sim na participação crescente dos portugueses e dos trabalhadores portugueses na produção e na criação da riqueza. Participação activa e consciente à qual que tem que substituir a demagogia fácil de aceitação pacífica, mas também das reivindicações constantes e inconscientes que criam a desestabilização pondo em perigo a democracia jovem que temos. Com uma democracia jovem, vida nova para o nosso país. Pois Ramalho Eanes é o candidato jovem da jovem democracia portuguesa e da vida nova que o nosso país há-de ter.

E necessário a mobilização de todos os portugueses à volta desse projecto de reconstrução nacional. É que não podemos em momento algum praticar o "abstençãoismo" político, desinteressarmo-nos da política. Mas queiramos ou não, a política todos a vivemos, porque todos suportamos as suas consequências, e se queremos realmente agir como homens e como portugueses responsáveis, tem cada um no seu lugar de participar activamente na vida política. Tem de exigir para isso uma informação livre e isenta, que ainda não existe totalmente no nosso país. Tem de exigir-la ao nível da Imprensa escrita, da Rádio e da Televisão. Tem de exigir uma política coerente e definida no campo económico, no campo social. Tem de exigir uma política de cultura, uma política de juventude que constitua a base mesma do crescimento político português. E é com estes dados fundamentais que nós podemos, apesar de todas as preocupações que o futuro nos causa encará-lo com serenidade, com confiança e com esperança.

As eleições legislativas foram realizadas na esperança dos portugueses de verem resolvidos os seus problemas concretos com um governo eficaz.

As eleições presidenciais serão a última etapa do caminho democrático e nelas todos somos chamados sem excepção a participar, sob pena de nos demitirmos. Portugal necessita dum voto Se todos os portugueses. Portugal necessita de reencontrar os caminhos da paz, do equilíbrio e do bom senso que nos permitam a construção de uma autêntica justiça social, do autêntico progresso, da verdadeira liberdade. Portugal precisa disso tudo e pode encontrá-lo elegendo, no dia 27 de Julho, Ramalho Eanes como Presidente da República Portuguesa.

## **2.9. Depoimento pelo 100.º número do "Povo Livre" - 14/6/1976**

1. Vivemos cem números do "Povo Livre", pouco mais de dois anos da vida do Partido e da Revolução do 25 de Abril. É um verdadeiro ciclo que se encerra com a abertura de outro, o dos tempos novos da nossa incipiente democracia. Do ciclo passado dão os números do "Povo Livre" alguma ideia. Jornal do Partido destinado antes de mais aos militantes, iniciado e feito semanalmente no meio das dificuldades constantes que são as do próprio Partido, "Povo livre" não tinha sequer possibilidade de reflectir plenamente tudo o que foram estes dois anos passados. O Partido e o "Povo Livre" foram crescendo. Não apenas em dimensão, que não é o que mais importa, mas em maturidade, baseada na reflexão, na crítica, no movimento de acções e de ideias, na expressão destacaremos ao serviço dos outros. Realizada a eleição presidencial, postas em funcionamento as instituições democráticas, constituído o Governo, surgirá certamente a tentação de abrandar o ritmo febril até agora vivido, de tentar viver a rotina democrática, de deixarmos, no fundo, que as "autoridades", e instituições vão resolvendo os problemas do País. Esse clima já se vive um pouco; por cansaço, por desilusão, por desalento quer descansar-se nos outros esperando que surjam homens, e instituições capazes de resolverem as "dramáticas dificuldades nacionais". Assim poderia tender a ver-se no Partido o refúgio calmo de uma máquina eleitoral em hibernação, mais ou menos atraente conforme a sua decoração de festas, de personalidades, de atracções. Ainda bem que essa é apenas uma tentação diminuta, passageira e mesmo inconsciente de si própria, pois ceder perante ela seria, para os portugueses, o fim da democracia e para os sociais-democratas o fim do P.P.D. Ainda bem que os militantes demonstram um pouco por toda a parte a inquietação de progredir e a impaciência de agir. Elas são factores de crescimento. Compete-nos estar-lhes atentos, captá-las, organizá-las, comunicá-las a todos os portugueses.

É esse quadro geral em que hão-de desenvolver-se as tarefas do Partido, e do seu jornal, nos tempos novos da democracia incipiente. Há que torná-los tempos vivos de participação dinâmica, de progresso e de trabalho, a substituírem os tempos mortos de desânimo, de lamúria impotente e demissão crescente que são o horizonte próximo de um presente estagnado. Tudo está mal, somos tentados a dizer, o País caminha para o abismo sem que nada possamos fazer quando lá chegar algo surgirá de salvador. Essa não será nunca à nossa expressão pois é a da me-

diocridade, do fatalismo e da demissão. Eis aí o caldo de cultura de uma qualquer ditadura, de um homem, de uma organização, ou de um partido. Eis aí, também, a antecipação dos lamentos que soltaremos se e quando, perdida a liberdade porque a não soubermos preservar no nosso agir quotidiano nos voltarmos mais uma vez para trás para chorar as oportunidades perdidas. A tudo isso é nosso dever opor um não categórico contribuindo com a nossa acção para o termo da passividade frustrante. Assim o impõe a nossa situação de homens, de portugueses e de sociais-democratas.

2. A Democracia existe para o Povo, e não o Povo para a Democracia. Para esta são os partidos e não para eles a democracia. A política é para o serviço das pessoas e não estas para a política.

Afirmamo-nos personalistas e temos de sê-lo na acção. Por isso há que ter permanentemente a consciência de que a liberdade nacional, o projecto nacional, a política nacional, o trabalho nacional só existem na medida em que houver liberdade pessoal, projectos pessoais de desenvolvimento de cada um dos portugueses assente no trabalho próprio. Sem isso todo o nacional redundará no chauvinismo nacionalista de um qualquer regime não democrático, como tivemos ocasião de ver, sofrendo-o, antes do 25 de Abril.

Não tenhamos ilusões. Se não preservarmos a nossa própria liberdade, se não concebermos o nosso projecto pessoal, se não quisermos escolher a nossa política e executar o nosso trabalho ninguém o fará por nós, ninguém o poderá mesmo fazer por nós. Nem o Presidente da República a eleger, nem o Governo a formar, nem a Assembleia eleita.

Muito se vai adiando na espera da eleição do Presidente e da posse do Governo não provisório. E vai-se formando um mito de que depois tudo se resolverá, de um modo ou de outro. Ora a espera não nos desobriga da acção. E a consciência deve em nós estabelecer-se de que Presidente e Governo nada poderão resolver se cada um de nós não se empenhar, trabalhando, para a resolução dos nossos próprios problemas. A melhor forma de liquidar os governantes é tudo exigir e tudo esperar deles. O processo de impedir o progresso e o trabalho nacionais é não realizarmos o nosso progresso e trabalho pessoais. A forma mais rápida de perder a liberdade é não usar dela senão para votar.

"Neste País em diminutivo... Respeitinho é que é preciso", escrevia um poeta. Só assim deixará de ser quando cada um de nós deixe de ser em diminutivo, merecendo o respeito de nós próprios e dos outros sem tributar "respeitinho" a quem quer que seja, ao que quer que seja. Para isso temos de vencer o medo que ainda existe, a frustração de nós próprios que nos leva a esperar tudo dos outros, a angústia que em alguns causa a liberdade dos outros. Isto tanto é válido para o País e para os portugueses como para o Partido e seus militantes. Tanto se aplica aos cidadãos que somos como ao Presidente e Governo que vamos ter.

3. Outro aspecto que deve chamar a atenção da nossa actuação nos novos tempos é a tentativa de criar novos mitos absolutizando textos e iniciativas, servindo-se disso para impor soluções pré-fabricadas barrando o caminho às propostas que suscitem soluções participadas e aceites.

Da Constituição e do seu respeito todos falam. Alguns a erigem em absoluto do qual advirão todos os remédios e todas as soluções feitas; a ela cumpriria recorrer como a panaceia universal. É necessário que se diga que tal atitude é de desrespeito pela Constituição. Com ela se quer, utilizando a Constituição, impor-nos o tal "respeitinho" que durante muitos anos nos foi ensinado à força e que alguns ainda hoje exigem, à sombra da farda ou do cargo.

A esquerda reacçãoária - PCP e seus seguidores - querem apropriar-se da Constituição, torná-la exclusivo seu, para em nome dela coagirem ou destruir em todos aqueles que rejeitam a sua órbita totalitária.

Ora a Constituição é que rejeita o PCP, a sua ditadura do proletariado não confessada e a sua estratégia antidemocrática de conquista do poder. Na Constituição cabem todos os portugueses que são e se querem livres. Nela cabe a grande maioria dos comunistas portugueses. Mas mal se vê como caíba o Partido Comunista Português, que aliás a quis impedir.

Ele, como as multinacionais em que se integra, quanto mais português se chama menos o é. E assim permanecerá enquanto girar na órbita do Sol que para si escolheu, a União Soviética; enquanto persistir na guerra do ódio, da vingança e da destruição que vai semeando por meio dos insultos, dos ataques e das mentiras constantes.

Cumpra-se, sim, a Constituição sem permitir que ela se torne um mito pseudo esquerdista, sem consentir que contra ela se usem outros mitos que ela própria desfez, como a unicidade sindical e a reforma agrária. Cumpra-se a Constituição integralmente. Restabelecendo como ela impõe, a liberdade sindical, caminho de unidade e morte da unicidade. Realizando a verdadeira reforma agrária ela comete em exclusivo à Assembleia da República, com a participação das organizações livres de agricultores e de trabalhadores rurais. Não a reforma agrária do COPCON, dos Rosários e dos Otelos, nem a das herdades colectivas do PCP ou das falsas cooperativas.

A Constituição é o ponto de partida para o País novo que queremos, feito de homens, mulheres e crianças vivos e livres. Ela marca os pontos fundamentais a observar na acção política. Mas nela cabem programas tão diversos como diferentes são os partidos. Não basta enumerar os objectivos finais, o socialismo democrático socialismo à medida do homem português ou qualquer outra formulação do mesmo conceito vago e impreciso, já por demais gasto e mesmo abastardado porque nestes dois anos foi muito usado para encobrir realidades que não eram socialistas, nem democráticas nem humanas.

Mais importantes que os fins a atingir são os caminhos que para eles se seguem. É que afinal o objectivo depende da trajectória, é e vale o que for e valer o processo que para ele vamos desenvolvendo. Em política, talvez mais do que noutros campos, o que conta e interessa é o que vamos fazendo, muito mais do que aquilo que nos propomos atingir. Muitas vezes os objectivos finais são mero logro com que se engana aqueles a quem se quer impor um processo que os aliena, oprime ou explora. Não aceitaremos que em nome do socialismo do futuro se siga o processo da supressão das liberdades concretas de cada um, impondo um par-

tido único ou hegemónico abarcando todas as instituições, todos os postos, toda a vida social.

4. É também nossa tarefa não permitir que em nome da Revolução se negue a democracia. Para tanto é mister "civilizar" a política. O País não é uma caserna em que conta a disciplina mais do que a liberdade. A desmilitarização da vida política, feita ao nível das leis e das instituições, tem de ser uma realidade que não permite aos militares falarem e agirem como se da sua voz de comando dependessem a liberdade de Imprensa, a independência dos juizes, o respeito pela liberdade e propriedade das pessoas. Os civis que somos sentem e vivem mais a liberdade do que a hierarquia, mais as acções próprias e participadas do que o comando superior. Nem nos compete a nós governar as Forças Armadas nem a estas comandar a vida nacional. A circunstância de ser militar o candidato que apoiamos não contradiz esta realidade.

Compete-lhe comandar como chefe supremo as Forças Armadas e governar como primeiro magistrado a vida do País, não permitindo que o desgoverno de novo chame os militares à política.

Ao futuro Governo exigiremos, como nos compete, clareza e eficácia de processos, mais do que aparente grandeza de fins. É sua missão governar o País para as pessoas e não para uma causa, uma ideologia ou um partido. Precisamos de ideias e não de ideologia, de realizações e não de intenções. Vemos com inquietação transformar-se em pessimismo justificativo de possíveis insucessos o optimismo eleitoral de alguns. Sempre falamos verdade da realidade dramática em que mergulhamos, sempre nos insurgimos contra a artificial prosperidade e abastança pregada de alguns púlpitos ministeriais e partidários, mesmo que isso nos custasse muitos votos recebidos pelo optimismo demagógico dos que hoje tocam a rebate ante o naufrágio possível.

Como sociais-democratas e como Partido cabe-nos cada vez mais dinamizar as pessoas para viverem a sua liberdade própria, para executarem o seu trabalho pessoal, para agirem concretamente na abolição das desigualdades. Para isso mais importante do que a doutrinação é levar as pessoas a pensarem, a criticarem, a discernirem. Nem se estranhe que pensemos o Partido também como difusor de ideias, como estimulante da acção e da crítica pessoais. Se não formos também isso renunciaremos à dimensão cultural e ética da política, transformá-las-emos, e a toda a nossa acção, em mero jogo de vulgaridades que só os mediócras e oportunistas aceitarão. O Partido não pode ser apenas máquina eficiente de conquistar posições disputando eleições. Há-de ser estímulo pessoal, político e sócio-profissional. Tem de dar o seu contributo para que cada um cresça o máximo possível, para que todos sejam despertados para a acção e para a luta democrática. Isto não é utopia. Social-Democracia é movimento constante para realização concreta do bem das pessoas e por isso de prossecução do bem comum. Social-Democracia é processo inovador e realista, dinâmico e dinamizador. É isso que temos de viver em todos os escalões do Partido e em todo o País. Tomando iniciativas sem nos limitarmos a aguardar ordens. Criando factos políticos e não deixando-nos levar pelas circunstâncias. Pensando mais nas pessoas do que na organização em si. Aproveitando plenamente os recursos humanos sem esperar-

mos pelos materiais. Sendo eficientes e organizados, mas também imaginativos e audazes. Não deixando que o activismo nos separe da cultura e da reflexão. Transmitindo aos outros uma riqueza de pensamento e de vida que só na acção nos damos conta de possuir. Só assim permaneceremos vivos e activos, crescendo sem nos impormos, sendo aceites por mérito de acção e não por conquista ou exibição. Só assim corresponderemos à grandeza e dificuldade que os tempos novos de nós exigem. Só assim mereceremos o apoio e a confiança que os jovens nos dão.

E para isso contamos com o poderoso e dinâmico instrumento que o "Povo Livre" deve ser cada vez mais. Por isso, pois, para ele vão estas linhas no seu centésimo número.

Lisboa, 14 de Junho de 1976.

## 2.10. Entrevista ao "Jornal Novo" - 24/6/1976

Na entrevista que se segue, e que foi gravada ontem de manhã (ainda não chegara a Lisboa a notícia da súbita doença de pinheiro de Azevedo), o secretário-geral do PPD, dr. Sá Carneiro, responde a algumas das mais importantes questões que interessam neste momento a todo o cidadão empenhado num futuro digno e próspero para o país.

A transcrição do diálogo é feita sem alterações. Sublinha-se que se trata de uma entrevista que não obedeceu a qualquer questionário escrito.

JN - Como conheceu Ramalho Eanes? Que contactos teve com o general antes de o PPD declarar publicamente o apoio à sua candidatura?

S.C. - Eu já conhecia há bastante tempo o general, embora de uma maneira, digamos, superficial. O primeiro contacto que tive com ele, e em que se discutiu a possibilidade de ele vir a ser candidato à Presidência da República foi, salvo erro, no dia 21 de Fevereiro. Recordo-me de que nesse dia foi reconhecida a República Popular de Angola e realizámos um comício na Amadora. Estive à noite com o general Ramalho Eanes e abordei directamente o problema da candidatura. Ele manifestou a sua relutância, por razões pessoais, em encarar essa hipótese em termos concretos, mas não a excluiu totalmente, visto que o resumo da conversa por assim dizer foi este: "se vier a convencer-me de que é necessário ser o candidato, fá-lo-ei como candidato suprapartidário; portanto na altura própria decidi-rei."

O problema foi examinado pelos órgãos nacionais do partido, logo a seguir às eleições e de todas as análises que fizemos concluímos que o general Eanes era efectivamente o candidato que melhor servia a democracia e os interesses do país e, por isso, deliberámos manifestar o nosso apoio sem um contacto prévio. O sentido da nossa posição foi este. O PPD no contexto actual, entende que o general Eanes deve candidatar-se à Presidência da República; se ele quiser, apoiá-lo-á, porque nos parecia que, a sua missão de cidadão e militar era essa e disto foi dado conhecimento logo a seguir ao general Eanes.

JN - Essa declaração pública foi, como certamente se recorda, considerada prematura e até, vamos lá, oportunista por certos sectores...

S.C. - Eu creio que a posição do nosso partido irritou muita gente, pode ter perturbado algumas manobras ou preparações que estivessem em jogo para escolha de outros candidatos mas os factos vieram provar que a nossa posição estava certa e o consenso que o general Eanes obteve dos demais partidos democráticos prova bem a justeza da nossa posição.

**"TENTATIVA DO PS PARA INSTRUMENTALIZAR A CAMPANHA"**

JN - Mas esse apoio do PPD ao general Eanes deve-se a circunstâncias conjunturais de natureza tática, ou à convicção existente no partido de que se trata do presidente ideal para

S.C. - Exactamente. Deve-se a razões de fundo e todo o exame que nós fizemos da questão nos provou, por um lado, que era o presidente ideal para a actual situação portuguesa; por outro lado, que havia que esclarecer a situação e o tempourgia também para a preparação da candidatura e tudo o mais; e que era o momento oportuno para nos decidirmos pela figura do general Eanes como candidato à Presidência da República. Creio que o fizemos no momento certo e que a escolha foi plenamente acertada.

JN - Agora entrado propriamente na campanha, acha que tem vindo a correr nos termos previstos pelo PPD ou considera que ela foi apropriada por qualquer força partidária de dentro ou de fora do número daquelas que apoiam a candidatura Eanes?

S.C. - Eu creio que houve uma tentativa de instrumentalização da candidatura por parte de alguns sectores do PS que apareceu, ou tentou aparecer, como o partido mais ligado à campanha, procurando com isso tirar dividendos políticos. Foi uma mera tentativa, que a evolução da campanha não permitiu que se concretizasse, pois, por um lado, o PS tem tido dificuldades de mobilização - são conhecidos problemas surgidos com militantes do PS; por outro lado, o nosso partido tem dado um contributo maciço à campanha, através do trabalho da comissão, embora sem a preocupação de aparecermos como o primeiro partido da campanha.

JN - Não tem, portanto, havido dificuldade de mobilização do PPD nem se verificou qualquer agitação nas bases relativamente ao apoio a Eanes...

S.C. - Nenhumas. Pelo contrário, tem havido um entusiasmo crescente dos nossos militantes.

Nos vários comícios por todo o Norte e aqui no Sul, não temos tido o menor problema com os nossos militantes.

JN - Mas não surgiram militantes isolados ou pretensos militantes a apoiar outros candidatos?

S.C. - Não. E há a consciência, cada vez mais difundida, de que o general Eanes é o candidato que assegura que não haverá transigência ou conciliação com partidos

antidemocráticos designadamente o PCP. Esta opção fundamental, é importantíssima, para as eleições e para o seu desfecho.

**"O PPD NUNCA TENCIONOU APOIAR O ALMIRANTE"**

JN - O PPD, neste momento da campanha, praticamente no fim, mantém integralmente o seu apoio ao general Eanes, não é?

S.C. - Plenamente e cada vez com mais empenho da parte de todos os nossos militantes.

JN - Antes de terminar este primeiro ponto, peço-lhe uma opinião sobre a candidatura do almirante Pinheiro de Azevedo. Creio que não vale a pena falarmos das outras candidaturas...

S.C. - Sim, com todo o gosto. Parece-me que a candidatura do almirante Pinheiro de Azevedo revelou desorientação e insegurança do candidato e que certos aspectos levam a crer que, quer a campanha, quer o próprio candidato, perderam um pouco o respeito por si próprio, pelos outros candidatos, pelos partidos e pelos próprios eleitores. O desmando da linguagem, a grosseria de algumas publicações e panfletos, a falsidade de várias afirmações desacreditaram, quer a campanha, quer o próprio candidato, e a meu ver, se a campanha não correu, a partir da semana passada sobretudo, com o nível de serenidade que seria para desejar, isso deve-se sobretudo ao gabinete da campanha de Pinheiro de Azevedo, às afirmações feitas, às publicações difundidas. Isso é profundamente lamentável, mas ao mesmo tempo esclarecedor para os eleitores, porque ficaram com a possibilidade de tomar consciência da dimensão, quer do almirante, quer do general Eanes. Estou convencido de que, hoje, as possibilidades do almirante são muito mais diminutas do que se poderia pensar no início da campanha.

JN - O PPD considerou, alguma vez, a hipótese ou foi sondado no sentido de apoiar Pinheiro de Azevedo?

S.C. - Não. Nunca estive na nossa intenção o apoio ao almirante. Nunca, por isso, lhe oferecemos qualquer apoio para a candidatura ou lho demos a entender.

JN - Sim, mas não houve nenhuma sondagem nesse sentido?

S.C. - Não houve sondagens por parte do almirante Pinheiro de Azevedo, pois a nossa decisão foi comunicada ao almirante numa conversa tida no dia seguinte à nossa decisão e é evidente que estávamos completamente livres. Nunca houve qualquer compromisso ou sequer hipótese de compromisso do nosso partido no apoio à candidatura de Pinheiro de Azevedo.

JN - Qual a sua previsão acerca dos resultados da eleição do próximo domingo?

S.C. - Estou convencido de que o general Eanes vencerá, na primeira volta, com uma percentagem de votação superior a 60% e isso parece-me justo e conveniente para a própria democracia portuguesa e para o país, já que conferirá a Eanes autoridade democrática como presidente da República. A vitória na primeira volta permitirá organizar imediatamente o governo não provisório e pôr em funcionamento os órgãos de soberania previstos na Constituição.



**"NÃO FAREMOS OBSTRUÇÃO A UM GOVERNO DO PS"**

JN - É justamente sobre o novo governo que nós iríamos falar agora. Depois da eleição do P.R., será convidado o dr. Mário Soares, tudo o indica, a formar governo. Qual vai ser a estratégia do PPD relativamente ao programa do governo do PS?

S.C. - Pois, já o tenho publicamente dito, nós não faremos obstrução a um eventual governo monopartidário do PS, nem hostilizaremos essa iniciativa. Continuo a pensar que, nas circunstâncias actuais, um governo minoritário não é o que convém ao nosso país, nem à consolidação da democracia. Esse problema ainda não está definido; o general Eanes esclareceu já que respeitará as regras constitucionais, chamando um membro do PS a formar governo e que a composição do governo será determinada, segundo ele, conforme as circunstâncias da altura. Se vier a prevalecer a ideia de um governo socialista, portanto minoritário, nós aguardaremos a revelação do seu programa e, se ele corresponder aos interesses do país em propostas concretas de resolução dos problemas reais, não votaremos contra tal programa. Exigiremos, depois, isso sim, o seu cumprimento; mas só em face do programa concreto nos poderemos determinar. Não há da nossa parte nem qualquer compromisso de apoio antecipado, nem uma posição de obstrução ou oposição sistemática. A nossa atitude será determinada em função de propostas concretas feitas pelo futuro governo.

JN - Supondo que as circunstâncias eram diversas e que era o dr. Sá Carneiro a formar o governo como é que constituiria?

S.C. - A minha opinião é que seria necessário ir para um governo de coligação e tentar uma coligação com o PS.

JN - Portanto um governo PPD-PS...

S.C. - Creio que nas circunstâncias actuais seria o mais aconselhável. Os programas de governo publicados antes das eleições não são inconciliáveis e creio que isso daria ao governo uma capacidade técnica e de gestão muito grande.

JN - Excluiria, portanto, o CDS...

S.C. - Em princípio, tentaria formar um governo de coligação dos dois partidos, como referi e em face da evolução das negociações poderia ou não vir a ser incluído o CDS ou membros do CDS. Isso dependeria do acordo dos partidos a coligar e da posição do Presidente da República.

JN - Quais são, em seu entender as pastas mais difíceis?

S.C. - As pastas fundamentais são as da Economia, Finanças, Negócios Estrangeiros e Trabalho. Considero também muito importante, e incluo no sector da Economia, a pasta da Agricultura.

JN - Não referiu a Educação...

S.C. - Bem, todas as pastas são importantes. A educação é um sector fundamental a que se deve dar prioridade. Eu creio que é indispensável, para que se possa

progredir na resolução dos problemas, que se crie um ambiente de estabilidade, uma política definida. Parece-me que os problemas mais urgentes são os problemas económicos, financeiros, sociais, de trabalho, e que só criando nesse sector uma definição política e um clima de estabilidade poderemos avançar para as reformas na Educação. Foi por isso que não mencionei, logo de início a Educação.

JN - Já ouviu, certamente, falar de alguns nomes que se ventilam aí para o governo PS...

S.C. - Sim, tenho lido algumas coisas que têm aparecido nos jornais. Creio que ainda é cedo para fazer apreciações de nomes, porque se trata de meras hipóteses que por vezes são desmentidas no dia seguinte.

Portanto, não me parece que estejamos já em condições de falar disso, porque o PS não tomou posição, nem tão pouco o tomou o futuro Presidente da República. Este reservou a sua posição para uma fase posterior às eleições, como é normal. Não me parece de grande utilidade estar a fazer especulações acerca de nomes.

JN - Quanto a si, o governo PS poderá aguentar-se até às próximas eleições?

S.C. - Eu penso que é impossível fazer uma previsão a longo prazo. Creio que o governo PS lutará com grandes dificuldades. A sua possibilidade de manutenção dependerá também da posição dos demais partidos, que não apenas o nosso, e da adesão que obtenha por parte das organizações de trabalhadores e da população em geral. À partida, parece-me que o governo minoritário do PS tem suas possibilidades de acção bastante afectadas pelas razões que já foquei; mas se realmente for um governo eficaz e realista, o meu desejo é que se possa aguentar.

JN - No caso da queda do governo PS, qual considera ser a alternativa?

S.C. - Eu creio que uma eventual substituição do governo levará a um resultado que pode não ser directamente ligado aos resultados eleitorais; quer dizer que, se o Presidente da República aceitar a ideia de o PS governar isoladamente e o PS persistir nessa ideia, pois fará uma opção; a de esse governo levar por diante a sua tarefa e tentar resolver a situação, em muitos campos dramática, do nosso país. É evidente que esse governo não poderá depois fazer apelo à colaboração de outros partidos mantendo-se como hegemónico. Se o governo PS não resultar, parece-me que o Presidente da República terá de tentar a formação de um governo de competência e eficácia, já não directamente ligado aos resultados eleitorais; e isso apontará, portanto, para um governo com pessoas dos vários partidos, escolhidas em função da sua capacidade e que se possam pôr de acordo para uma tarefa comum na base de um programa comum de governo.

#### **"NÃO ACREDITO NUM GOLPE ANTI-DEMOCRÁTICO"**

JN - Entraríamos agora noutra campo. Considera a democracia portuguesa fora de perigo ou pensa que ainda é possível um golpe antidemocrático?

S.C. - Eu creio que a democracia não está fora de perigo. Não me parece também muito provável que venha a haver um golpe antidemocrático. Os perigos que a democracia corre, para mim, radicam nas dificuldades económicas financeiras e

sociais, se não forem rapidamente resolvidas pelo futuro governo, que tem de encetar uma acção dinâmica e esclarecida imediatamente após a sua constituição, promulgando e executando medidas muito concretas. Há o risco de a situação continuar a deteriorar-se e conduzir a um impasse que leve a qualquer esquema autoritário. Parece-me que será a deterioração da situação nos campos que apontei o maior perigo para a democracia portuguesa. Isso passa pela capacidade do futuro governo e pela acção decidida do presidente da República, que tem um grande papel a desempenhar, dados os amplos poderes que possui. O golpe anti-democrático em si, embora não seja absolutamente de excluir, pois há forças políticas e partidárias empenhadas numa estratégia antidemocrática, poderá ser um golpe lento visando a deterioração da situação geral.

JN - Contra essa deterioração o PPD preconiza decerto medidas, especialmente no que se refere ao desemprego, à inflação, à baixa de produtividade, etc...

S.C.- Sim, constam do nosso programa de governo, publicado antes das eleições legislativas, as várias medidas propostas para os diversos campos.

#### **"PROPOMOS UM PLANO DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS"**

JN - A curto prazo considera possível o aumento da produtividade e do investimento das empresas nacionalizadas e privadas com os poderes conferidos na Constituição, às comissões de trabalhadores?

S.C. - Considero, porque o controlo da gestão que a Constituição consagra não está ainda regulamentado e deverá sê-lo. Há uma participação dos trabalhadores na gestão da empresa, mas, tanto quando se poderá ajuizar pelo emprego da expressão e pela história do próprio preceito com a participação que fica à quem da co-gestão que nós defendemos, iniciará sobretudo no campo informativo, mais que no campo da participação nas decisões a tomar na própria empresa. Eu creio que uma política de salários e de preços ligados a inflação e à produtividade uma definição do campo do sector privado e do sector público, definição que ainda não está feita, e a garantia do respeito pelo sector privado permitirão, por um lado, estruturar o sector público em ordem a torná-lo produtivo e acabar com os astronómicos défices do sector nacionalizado e, por outro lado, dar garantias ao investimento privado, tanto nacional como estrangeiro, podendo constituir uma das bases do relançamento da nossa economia. Para isso propomos um plano de investimentos públicos visando as possibilidades de crédito que as nossas reservas de ouro ainda nos conferem, crédito que não deverá ser destinado ao consumo, mas ao investimento público, um relançamento da actividade privada apoiado no crédito dessa mesma actividade. São em linhas gerais as propostas do nosso plano para resolver os problemas do desemprego e da produtividade.

JN - Parece-lhe vantajoso ou prejudicial o regresso ao país dos dirigentes de grandes grupos económicos que existiram até ao 11 de Março?

S.C. - Eu creio que Portugal precisa de aproveitar as capacidades de todos os portugueses e as pessoas que estiverem dispostas a trabalhar no espírito da Constituição e do novo clima democrático de Portugal. Serão úteis ao país, podendo portanto encarar-se o seu regresso. O facto de terem estado num outro processo

de cariz fortemente capitalista, constantemente virado para o aumento do lucro ou do crescimento, não impede, se elas realmente aceitarem, as novas orientações, que venham inserir-se no actual sistema económico português. Portanto, podem ser aproveitados a meu ver, devem sê-lo, desde que vindo com espírito adequado democracia portuguesa.

**"LAMENTO QUE O RELATÓRIO DO 25 DE NOVEMBRO AINDA NÃO TENHA SIDO PUBLICADO"**

JN - Os acusados dos golpes de 28 de Setembro, 11 de Março e 25 de Novembro devem ser julgados ou acha preferível a concessão de uma amnistia que ponha termo aos processos?

S.C. - É necessário um julgamento e um esclarecimento completo do que foram estes golpes. Lamento profundamente que o relatório do 25 de Novembro não tenha sido publicado antes da campanha eleitoral, como havia sido prometido. Disse-o durante a campanha para a Assembleia Legislativa. Considero inadmissível que as pessoas ao votar fiquem com a suspeita de eventuais candidatos estarem ou não envolvidos nos golpes e contragolpes ocorridos desde o 25 de Abril de 1974 para cá. Esse julgamento e esse esclarecimento já deveriam ter tido lugar. A administração da justiça não se compadece com as longas demoras a que temos assistido nem o esclarecimento político é beneficiado com elas. Mantém-se sempre uma suspeita, um mal-estar que devia ter sido dissipado, pelo menos antes do início da campanha eleitoral à Presidência.

JN - Como sabe, estão neste momento em liberdade provisória muitos ex-funcionários da PIDE/DGS. Qual pensa que deverá ser o procedimento em relação a esses ex-funcionários?

S.C.- O assunto foi muito bem esclarecido na exposição do general Ribeiro Faria. Se as libertações foram feitas de acordo com a lei, são inteiramente de respeitar. Quanto a outros implicados nos possíveis golpes, houve uma dualidade de tratamentos muito grande e enquanto as pessoas que sucessivamente foram sendo ilibadas e comprometidas nos golpes e contragolpes do 28 de Setembro e 11 de Março estiveram longos meses na prisão, as pessoas que ainda não estão ilibadas e eventualmente comprometidas com o golpe de 25 de Novembro viram a sua morosidade muito reduzida em relação com as anteriores. Parece-me que, em todos os casos, seja dos agentes da antiga PIDE/DGS ou de envolvidos nos golpes e contragolpes se deveria há muito ter feito o esclarecimento da situação e o seu julgamento. Agora o que é fundamental é serem julgados de acordo com as normas legais em vigor. É uma garantia fundamental de todos os portugueses de serem julgados de acordo com normas legais em vigor. A manutenção deste estado de coisas é contrária aos direitos e liberdades individuais. Creio que uma acção decidida nesse campo teria beneficiado muito a nossa situação.

JN - Agora entraríamos no ponto final que é relativo à informação. Gostaria, antes de mais que fizesse uma caracterização geral da nossa informação, tanto escrita como falada.

S.C. - Logo a seguir ao 25 de Abril, deu-se um assalto aos órgãos de Comunicação Social por forças partidárias designadamente ligadas ao PCP. A informação foi-se transformando em propaganda, quer dizer, procurou motivar as pessoas para uma adesão emocional a determinadas interpretações e orientações partidárias deixando de cumprir o seu dever de transmitir ao público a verdade e de procurar o esclarecimento dirigido à inteligência das pessoas. Depois do 25 de Novembro houve uma mudança substancial nos órgãos de comunicação em geral; já antes tinha havido excepções à onda de propaganda partidária e sectária que dominou os órgãos de Informação. Neste momento ainda há muito a corrigir, designadamente na Televisão e na Rádio e há que repensar o funcionamento dos órgãos de Informação estatizados.

Durante o período em que os órgãos de Informação foram partilhados, quer pelo PS quer pelo PC, com a total marginalização ou hostilização no nosso partido, vimos surgir grandes reacções, mas à medida que o PC avançou na sua ocupação dos órgãos de Informação social, portanto lesando os interesses do PS, surgiram polémicas vigorosas, o que não impediu que o PC fosse avançando nessa ocupação. Disto foram excepção alguns jornais. Aqui de Lisboa o "Jornal Novo" e alguns semanários e, no Porto, sobretudo dois diários. Com o 25 de Novembro, esta situação alterou-se bastante mas ainda hoje na Imprensa escrita notámos uma certa preponderância do PS e a existência de grande número de pessoas ligadas ao PC que fazem também a sua política partidária. Na Rádio e Televisão haverá ainda muito que corrigir. Parece-me que a informação deverá depender não directamente do governo, mas de um órgão possivelmente ligado à Assembleia da República em que estejam representantes dos leitores, dos jornalistas e do Parlamento, bem como do governo. Creio que já disse que neste momento a reestruturação da Imprensa que está em curso foi contestada pelo nosso partido, pois tem aspectos, como se salientou no nosso comunicado, de inconstitucionalidade. Por outro lado, tem-se verificado uma grande sensibilidade de autoridades, especialmente militares, no que respeita aos ataques que alguma Imprensa tem feito a certos militares. Eu creio que isso radica numa perspectiva errada e revela menos sensibilidade para o respeito pelo direito de informação. Acho isto profundamente errado. Há que assegurar o respeito pela liberdade de Imprensa, há que aceitar as críticas e os ataques e combatê-los desde que infringjam a lei, pela aplicação da mesma lei, feita pelos tribunais comuns. A garantia das pessoas contra a má interpretação da liberdade de Informação é feita pelos tribunais e por aplicação das leis. Não pode, de maneira nenhuma, ser feita por imposições administrativas, sejam elas de natureza civil ou militar. Parece-me que os jornalistas portugueses deram, na sua maioria, provas de competência, firmeza e respeito por aquilo que deve ser o papel da Informação numa sociedade democrática. Com muitas excepções, como é evidente como se revelaram especialmente no período do gonçalvismo. É isto, numa maneira geral, o que tenho a dizer sobre a Imprensa. Não sei se quer focar algum aspecto particular...

**"TEM HAVIDO SECTARISMO DE ALGUNS ÓRGÃOS DP INFORMAÇÃO RELATIVAMENTE AO PPD"**

JN - Considera que, neste momento, o PPD já tem nos meios de comunicação expressão correspondente à sua implantação nacional?

S.C. - Não. Creio que continua a haver uma distorção entre o espaço que é dado ao nosso partido nos órgãos de Informação e a sua dimensão nacional e a sua importância política. Por outro lado, tem havido um certo sectarismo de alguns órgãos de Informação em relação ao nosso partido. Disso foi exemplo o que se passou logo a seguir ao anúncio do nosso apoio à candidatura do general Eanes. Houve deformação consciente, houve ataques feitos ao nosso partido, até por elementos do Conselho da Revolução, que assumiram posições partidárias, exorbitando claramente dos seus poderes e do apartidarismo que deviam respeitar. Muitos desses ataques foram veículos não só pela Imprensa escrita como pela própria Televisão, sem que ao nosso partido fosse dada oportunidade de repor a verdade dos factos e responder aos injustos ataques feitos. Muitas vezes os nossos comunicados não mereciam o destaque dado aos ataques a que visavam responder. Essa situação, em grande parte, ainda se mantém. Há ainda muito partidarismo na Informação.

JN - Ultimamente, alguns jornais têm publicado certas informações acerca do PPD que me parece não terem sido desmentidas. Nomeadamente tem-se dito que estaria prevista a "deslocação" do dr. Sá Carneiro para presidente do partido...

S.C. - Houve grande especulação à volta das alterações estatutárias e da eventual adopção de um esquema de presidente e secretário-geral para o nosso partido. Já tive ocasião de esclarecer que isso é uma ideia antiga, que eu próprio pus no partido, muito antes das eleições, porque penso que era uma hipótese a considerar e que seria vantajosa para o nosso partido. Mas isso serviu de pretexto para alguns ataques, sem qualquer fundamento, logo a seguir às eleições com base numa deturpação do que consta do relatório do conselho da Europa. Hoje, a situação está clarificada. Creio que a vaga de ataques se atenuou bastante e a nossa posição continua a ser sempre a mesma, pois a verdade vai contra todas as especulações, todos os ataques. Isso não impede que seja necessário repor a verdade a todo o momento, quando surgem deturpações. Só lamento muitas vezes que, tenhamos oportunidade de através dos meios de informação, fazer a reposição da verdade.

#### **"O "JORNAL NOVO" É DE LEITURA INDISPENSÁVEL"**

JN - Esses ataques vêm normalmente de jornais que têm uma influência marcadamente partidária, não?

S.C. - Sim de jornais ligados a interesses partidários ou ideológicos, visto que em Portugal ainda há grupos ideológicos que querem fazer política sem se comprometerem como partido e têm uma clara intenção de procurar diminuir o nosso partido e o seu papel e o apoio que tem o povo português.

JN - Para finalizar, queria perguntar-lhe qual a sua opinião sobre o "Jornal Novo".

S.C. - Creio que o "Jornal Novo", na sua actual orientação, tem mantido isenção de Informação, verdade de Informação e pluralismo no tratamento. Tem-se debruçado sobre problemas concretos, tomado posições independentes e isentas, não fugindo à crítica frontal. Representa, a meu ver, um dos órgãos de Informação portuguesa que melhor corresponde àquilo que entendo dever ser a missão da

Imprensa. Parece que lucraria o jornal em reforçar o seu carácter informativo porque tem uma linha de análise de crítica e de doutrinação altamente útil e muito louvável, mas poderia reforçar esses aspectos com uma informação mais actualizada o que lhe permitiria, estou convencido, reforçar a sua penetração no público. Não sei, é evidente, as dificuldades que isso terá para o jornal; não conheço os problemas internos e a vida do jornal, mas de qualquer modo considero-o um jornal de leitura indispensável.

JN - Não esqueça que os jornais do PC, ou a ele afectos, nomeadamente o "Avante", "O Diário" e o "Diário de Lisboa" nos chamam de "reaccionários", o que talvez entre em contradição com a sua opinião de que nós praticamos o pluralismo...

S.C. - Eu creio que não está em contradição, porque as críticas de reaccionarismo feitas por forças políticas ou jornais que têm uma posição partidária e muitas vezes sectária são para mim um elogio. Eu considero reaccionárias a Imprensa que tem demonstrado ser sectária e as forças políticas empenhadas numa estratégia antidemocrática, como é o PC. Portanto, os ataques vindos desse sector mais reforçam a minha opinião acerca do pluralismo e da isenção que o "Jornal Novo" tem seguido.

Como sabe, também a mim próprio e ao partido são feitas críticas semelhantes, que em nada nos afectam porque vêm de sectores que não têm nem autoridade moral nem política para falarem do reaccionarismo dos outros. Eles próprios têm mostrado serem profundamente reaccionários, no sentido de que não respeitam o pluralismo, nem o direito de liberdade, nem a própria democracia consagrada na Constituição.

## **2.11. Depoimento - 30/6/1976**

### **A VITÓRIA DE EANES É GARANTIA DA CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA**

1. A VITÓRIA DE EANES - Vencendo à primeira volta, com mais de 60%, tal como eu previra em entrevista ao "Jornal Novo", o general Eanes consagrou como do Povo Português a escolha feita em primeiro lugar pelo nosso Partido.

Foi essa a contribuição inicial, mas não única, do PPD, para a escolha do Presidente da República.

Ao congratular-mo-nos com a vitória de Eanes e prestarmos homenagem ao povo que o elegeu e ao novo Presidente fazê-mo-lo também aos nossos militantes.

O entusiasmo e empenho com que apoiaram o general Eanes em todo o continente e ilhas, o árduo trabalho que desenvolveram com inúmeros sacrifícios, tanto na campanha como nos serviços de apoio, merece ser destacado e reconhecido.

A vitória de Eanes é assim também a dos nossos militantes, a dos nossos leitores, a do nosso Partido.

O exame dos números é esclarecedor. As zonas em que o nosso Partido obteve os melhores resultados eleitorais coincidem com aquelas em que o general Eanes

obteve as maiores percentagens, coincidência que se evidencia também quanto às eleições regionais dos Açores e Madeira.

Já o PS está em posição inversa, como o revelam entre outros os casos de Setúbal, Faro, Portalegre e Lisboa.

A vitória de Eanes é garantia de consolidação da democracia, do respeito pela liberdade dos portugueses, da construção do progresso na paz, na justiça e no trabalho.

2. A DERROTA DO PCP - Considero-a, também, por razões opostas, importante para o nosso futuro democrático.

O resultado de 7,58% obtido pelo candidato comunista, cerca de metade do resultado nas legislativas, exprime a força real do PCP.

Na sua estratégia antidemocrática o PCP tentou, com êxito parcial, apropriar-se da Revolução. O "seu 25 de Abril", que dizia o autêntico, constituía a sua bandeira e prestígio.

Quando Otelo, com maiores credibilidade, carisma e romantismo, embora sem conteúdo ideológico ou programático, aparece a encarnar tudo isso fora do PCP, este fica reduzido à sua dimensão de pequeno partido regional.

Perante isso era de esperar que a derrota fosse reconhecida estratégia anti-democrática abandonada, exigidas responsabilidades aos dirigentes e corrigido o caminho errado. Mas em lugar disso vemos o PCP persistir em todos os erros, continuar a defender a tese da maioria de esquerda já derrotada e pretender apresentar o seu estrondoso fracasso como uma vitória relativa. O PCP continua incorrigível.

3. O CASO OTELO - A percentagem de 16,5% que obteve é, em si, uma surpresa inquietante. Otelo simboliza o falso 25 de Abril da anarquia, do ódio, das prepotências e ameaças, dos mandatos de captura assinados em branco e das prisões arbitrárias.

Esse 25 de Abril golpista e pseudo-romântico, a que o 25 de Novembro, com Eanes, pôs fim, recolheu uma percentagem que não pode deixar de ser ameaçadora pelo que significa em si mesma e pelos perigos que contém perante o futuro.

É certo que muitos dos militantes de Otelo exprimiram a sua decepção e desorientação face a dois anos de perturbação em que a ideologia serviu de capa à incapacidade e a ambição de alguns deu lugar à ineficácia generalizada. Exprimiu também por isso um desejo de mudança.

A questão não está nos votantes, mas sim nos desígnios e actuação de Otelo e seus comparsas; e também nos apoios internacionais que eventualmente tenham. Movimentos extremistas deste tipo existem disseminados, mas com uma base estratégica e financeira comum, que vai desde o Médio Oriente à América, com fortes aflorações europeias. Nada exclui que Portugal seja uma delas.



De qualquer modo a ameaça para o futuro é muito real e plausíveis as ligações que venham a estabelecer-se entre o movimento Otelo e o PCP, tal como aconteceu com a FUR de triste memória.

Isso mais confirma o irrealismo do PS ao querer governar sozinho. É a democracia e o País que estão em causa, neste momento, de uma forma muito aguda. Um Governo PS, hoje mais minoritário do que antes da eleição presidencial, aparece cada vez mais como uma teimosia partidária. Mas o País não pode ficar dependente dos interesses e dificuldades internas de um partido.

4. AÇORES E MADEIRA - A enorme vitória do nosso partido merece homenagem sincera aos militantes que nas ilhas souberam encarnar, defender e fazer triunfar a social-democracia. Com mais de 60% na Madeira e de 50% nos Açores o nosso Partido tem uma total legitimidade para governar sozinho, ao contrário do partido que assim quer governar no Continente. Comprovado ficou também a adaptação da social-democracia à autonomia real dos povos dos Açores e da Madeira, base do progresso e da justiça social que eles podem e querem encontrar com aproveitamento integral das suas potencialidades materiais e humanas, com pleno apoio de todos nós aos futuros governos autónomos do PPD nos dois arquipélagos.

O nosso regozijo é, pois, não só pela vitória absoluta, mas também pelo que ela significa de futuro promissor para os povos e terras da Madeira, Porto Santo e Açores.

## **2.12. Artigo publicado no "Jornal Novo" - 22/7/1976**

### **ESCUTAR O SILENCIO**

1. Eleita a Assembleia da República, empossado o presidente da República e realizadas as eleições regionais nos Açores e na Madeira, o tempo vai passando sem que haja sinais de que, no continente, tudo esteja a postos para se começar finalmente a governar.

Continuamos sob um delírio de palavras, de contactos, de deslocações. Tudo isso não chega para encobrir a realidade que é a de se manterem ainda os tempos mortos da degradação e do aviltamento nacionais. O provisório não pode trocar-se por adiado.

Conhecidos os resultados das eleições de 25 de Abril e a posição do PS de querer governar sozinho, seria legítimo esperar que o futuro Governo e o seu Programa estivessem prontos pouco tempo depois, com os governantes trabalhando nos projectos, nos planos, nas ideias a apresentar. Mas até hoje nada mais temos do que uma equipa quase constituída, do que um programa estudado apenas em esquema.

Receia-se, por isso, que o novo Governo PS surja com uma improvisação apenas mais longamente preparada do que a dos seus antecessores, os governos pro-

visórios de já triste memória. Teme-se, justamente, que quanto ao Programa se não ultrapassem os limites, necessariamente vagos, de um discurso programático.

Já nos vamos em geral interrogando sobre se o novo Governo não será quase o velho, diferente apenas por se já não chamar provisório. É que os nomes não são muito diversos dos já conhecidos nos outros governos. E as ambiguidades podem não ser menores dentro de um partido do que num governo com representantes de vários partidos. É ainda certo que as semelhanças podem ser grandes entre o programa escrito e genérico de um VI Governo Provisório e um programa vago do 1.º Governo Constitucional. Oxalá assim não venha a ser.

A equipa do novo governo, no seu conjunto já divulgada não trás muitas inovações, e parece não dar, quanto a certos sectores essenciais, aquela nota de esperança que vem da reconhecida competência; o inverso é até infelizmente verdadeiro nalguns casos.

E como os "novos" governantes, só há pouco, parece, ficaram arrumados nas suas pastas, estarão ainda - espera-se que estejam - a desenvolver os seus programas sectoriais.

Vamos, mais uma vez, chegar à posse de um governo sem saber o que ele se propõe fazer, como e quando o fará. Não se chegará no entanto ao ponto em que, como no 2.º Governo Provisório, se fez ministro, porque era preciso preencher o cargo, alguém que passava no corredor.

2. Evitar o surrealismo destas situações autênticas não basta.

Para que o novo Governo, ainda que, minoritário, desse garantias de competência, autoridade e eficácia, necessário seria que há já três meses estivesse a estudar, a trabalhar, a prever; e que o próprio partido que assume as dificuldades de governo tivesse encontrado em si organização, capacidade e coesão para assim proceder.

Infelizmente não parece assim. E os próprios contactos com outros partidos e forças sociais foram também deixados para final, a escassos dias da posse, para um momento em que pouco adiantarão.

Nada se fez então nestes três meses? Por certo que sim. Mas sobretudo relações públicas para fazer aceitar uma ideia - o governo minoritário - que não existia senão ao nível das intenções. Daí um certo cepticismo interno e internacional.

Não queremos minimizar as dificuldades que sempre se deparam na formação de um governo; mas não pode também substar-se uma certa falta de preparação e de trabalho político. É o país e a democracia que estão em jogo. Daí o dever de sermos sobriamente exigentes. Não pode calar-se o receio de que a "nova" equipagem continue a navegar à vista, ocupada, como as anteriores, em evitar os escolhos que a vão surpreendendo e os rombos causados pelas rochas que deviam conhecer-se há muito.

3. Ante tudo isto vamos aguardando em silêncio e trabalhando. É assim que faz a maioria dos trabalhadores deste país. Eles não contam senão com o fruto do seu

trabalho e não têm tempo a perder com palavras. Por isso escutam cada vez menos a voz dos políticos.

Há os "politizados", sim. São os que mais falam e se agitam, os que mais reivindicam, os que menos trabalham e os que mais recebem, certos da sua impunidade e soberanamente indiferentes porque o salário não lhes depende do trabalho, nem da empresa, pois vem directo dos cofres públicos que cobrem todos os prejuízos, dão todos os créditos, aguentam todas as falas ideológicas, que substituem a produção.

Mas é o silêncio dos primeiros, dos mais desfavorecidos, que importa escutar.

Ele deve ser exemplo a seguir pelos políticos. Apesar do silêncio que se vai fazendo de uma certa amargura que se generaliza, muito se espera do novo Governo. Essa esperança ainda não é confiança, mas pode transformar-se nela se o Governo, logo de início, der mostras de capacidade e de competência.

E aí que a sobriedade conta muito. Não apenas da parte do Governo mas também quanto às oposições e aos políticos em geral.

Vivemos dois anos de verborreia, de ideologias. E mais do que tempo de entrarmos em nós próprios.

Há que pensar e que trabalhar com a mesma naturalidade com que o fazem a maioria dos portugueses, embora ignorados. Não se trata de desinteresse pela política, muito pelo contrário. Trata-se, sim de renunciar ao espavento, ao "fazer figura".

Há que estar aberto ao diálogo, indispensável entre Governo e oposições. Ele não tem existido nestes dois anos de monólogos delirantes. Aí, também, é necessário estabelecer a humildade do silêncio aberto aos outros.

Não se trata de furtar a coisa pública à luz do dia.

A tarefa é de construir a própria coisa pública. Sem imposições nem coacções, por certo. Mas silenciando as divergências secundárias, as ambições pessoais, a ânsia generalizada do galarim. Até agora parece termos vivido num palco de comédia provisória. Não podemos passar a representar a tragédia da incompetência, seja do Governo, das oposições ou da própria Assembleia da República.

4. As condições à partida não são boas. Para uma grande maioria o Governo e o seu Programa não vai ser aquilo que se considera necessário. Muito provavelmente o Governo dependerá mais do presidente da República, que o vai empossar, do que do Parlamento, de cuja confiança não necessita sequer no momento inicial.

A experiência é arriscada para todos, mas vai ser uma realidade. Há que encará-la sem ilusões e sem derrotismos. O êxito ou fracasso do Governo depende essencialmente dele próprio. Cabe-nos ser exigentes, não transigindo com a incompetência e com a demagogia a que não podemos nós próprios ceder. Essa exigência franca e positiva será o melhor contributo a dar ao novo executivo. O apoio

que o Governo minoritário venha a obter, e que obviamente não tem à partida, depende da sua acção.

Não há muitas razões para optimismos. É no entanto necessária a confiança em nós próprios, a começar pelo Governo.

A melhor forma de liquidar os governantes é tudo exigir e tudo esperar deles. Ora nem eles nem o presidente da República podem resolver algo se cada um de nós se não empenhar, trabalhando, na resolução dos nossos próprios problemas. O processo infalível de impedir o progresso e o trabalho nacionais é não realizarmos o nosso progresso e trabalho pessoais.

5. A Constituição é o ponto de partida para o país novo que queremos, feito de homens, mulheres e crianças vivos e livres. Ela marca os traços fundamentais a observar na acção política. Mas nela cabem programas tão diversos como diferentes são os partidos. Não basta enumerar os objectivos finais, o socialismo democrático, o socialismo à medida do homem português ou qualquer outra formulação do mesmo conceito vago e impreciso, já por demais gasto e mesmo abastardado porque nestes dois anos foi muito usado para encobrir realidades que não eram socialistas, nem democráticas, nem humanas.

Mais importante que os fins a atingir são os caminhos para que eles se seguem. É que afinal o objectivo depende da trajectória; é e vale o que for e valer o processo que para ele vamos desenvolver. Em política, talvez mais do que noutros campos, o que conta e interessa é o que vamos fazendo, muito mais do que aquilo que nos propomos atingir. Muitas vezes os objectivos finais são mero logro com que se engana aqueles a quem se quer impor um processo que os aliena, oprime ou explora. Não aceitaremos que em nome do socialismo do futuro se siga o processo da supressão das liberdades concretas de cada um, impondo um partido único ou hegemónico abarcando todas as instituições, todos os postos, toda a vida social.

Não é necessário falar muito mais. Neste momento é, sim, indispensável fazer um certo silêncio e escutar.

## **2.13. Discurso de Sá Carneiro no Vimeiro - 25/7/1976**

Francisco Sá Carneiro dirigiu aos militantes do PPD e JSD, presentes as seguintes palavras:

"Reunimo-nos aqui para começarmos a trocar ideias, entre os militantes do Partido e da JSD. Não estamos subordinados a uma ideologia, mas sim ao interesse e bem estar dos portugueses. Estamos aqui para fazer uma reflexão, em comum, sobre a política do Partido e a política do País.

Vivemos, desde há 2 anos, numa Revolução em que todos acreditaram porque pensaram que passavam a ter liberdade. A Revolução afastou-se, no entanto, dos seus fins. Tentou-se suprimir a liberdade, mas o povo do Norte levantou-se. Esta

fase já foi ultrapassada, mas mantém-se a mentalidade de querer impor aos portugueses um plano que não foi decidido em função das suas necessidades.

Nós entendemos que é preciso ir junto das comunidades locais, auscultar os problemas concretos das pessoas, pois é a partir deles que se poderão construir ideias novas.

O nosso Partido é um partido social-democrata, que não está virado exclusivamente para a disputa de eleições mas sim para o aparecimento de novas ideias.

#### **A SOCIAL-DEMOCRACIA NÃO É UM FIM EM SI MESMO**

A Social-Democracia não é um fim em si mesma, só se explica se trouxer a libertação para todos. Não queremos a igualdade pela igualdade, mas sim e sempre com liberdade. A liberdade, para nós, é um caminho de libertação, de prosperidade, de maior bem-estar.

A propriedade deve ser respeitada como um espaço de liberdade pessoal, para as pessoas e para as famílias, e só nessa medida, nunca como forma de opressão, domínio e exploração.

O trabalho deve ser mais que angariação do sustento - o trabalho deve ser mais um meio de realização pessoal. Não aceitaremos trabalhadores encartados, que nem sequer trabalham mas falam em nome dos trabalhadores. Aceitamos sim todos os que em silêncio e de mãos calejadas angariaram o seu sustento. Nessa medida, somos um partido dos trabalhadores.

#### **NÃO HOSTILIZAREMOS O GOVERNO PS**

Acaba de se formar o I Governo constitucional de Portugal. Lamentamos que se trate de um Governo minoritário, que não é o que melhor corresponde aos interesses do País. Lamentamos ainda que o Governo se tenha formado depois de ouvir partidos e associações, mas sem ouvir a opinião dos proprietários agrícolas agricultores e trabalhadores rurais. Chamaremos para isto a atenção do Governo.

Não hostilizaremos o Governo PS, do qual divergimos mas que reconhecemos como democrático. Não iremos transpor para o Parlamento as lutas partidárias, porque então cavaremos, como em 1910, o fosso da democracia; mas não transigiremos, teremos de saber dizer - Assim sim! Assim não! Assim saiba o Governo ouvira voz do silêncio, daqueles que trabalham uma vida toda e que vivem hoje pior que antes do 25 de Abril.

Temos que pensar no nosso Partido para podermos progredir. Há dois sectores fundamentais - os sócio-profissionais e a juventude. Não seremos um partido social-democrata sempre que esquecermos o apoio dos trabalhadores, agricultores e comerciantes. Nem sempre nos temos organizado a nível de núcleos de empresa, temos de progredir nesse campo.

#### **TOMAREMOS A INICIATIVA DE ORGANIZAR OS SINDICATOS AGRÍCOLAS DO NORTE**

O mundo rural do Norte assiste a uma ofensiva, ligada a determinadas forças partidárias, para criar sindicatos agrícolas. No Norte, os trabalhadores confundem-se muitas vezes com os próprios proprietários. Aqui, no Norte, será o PPD quem tomará a iniciativa de os organizar - em benefício dos próprios trabalhadores e não como forma de obter a força política que o Povo tenha negado através do voto. Os sindicatos têm de ser autónomos dos partidos, não podem servir para propaganda partidária.

Teremos de criar associações de proprietários, de agricultores e até associações mistas. Daqui apelo aos militantes e órgãos políticos concelhios e distritais para que encabezem este movimento no interesse da população desta região.

Não podemos deixar que o PCP domine tais organismos, com rótulos de falsa reforma agrária, falsas cooperativas, etc., com o fim de instaurar a ditadura do proletariado. Temos de nos organizar de uma forma positiva para que a força da Social-Democracia esclareça as pessoas.

#### **PPD E JSD**

Outro sector para nós vital é o da juventude. É verdade que nem sempre a JSD tem encontrado, nos órgãos nacionais, o apoio, carinho e estímulo a que tem direito pela sua actuação. A JSD pode ser diferente do PPD, crítica, até incómoda para a nossa geração já um pouco cansada - mas é isso que se espera dela. Nas escolas, campos e fábricas, a JSD tem de continuar a empenhar a sua acção. Espero muito da nova organização da JSD, que os estatutos a aprovar no próximo Congresso deverão definir. Inicialmente, o projecto de autonomia da JSD não funcionou, era talvez demasiado ambicioso. Agora, temos que tirar partido das lições do passado e encontrar uma solução melhor, que permita uma íntima cooperação da JSD com o Partido, garantindo uma representação da JSD nos órgãos do Partido.

Aplaudistes o Secretário-Geral. Mas o Secretário-Geral é apenas um militante com uma responsabilidade especial. Mal iríamos se o Secretário-Geral não estivesse aqui, quando se inicia a reflexão social-democrata a partir da realidade do nosso próprio povo. O Partido não é uma pessoa, não é um grupo, não é a sede nacional. Os órgãos concelhios, distritais e locais têm que funcionar dentro da necessária autonomia, e os órgãos nacionais têm de respeitar a iniciativa local. Por isso dirijo a minha palavra de reconhecimento, apreço e estímulo por esta iniciativa espontânea dos órgãos locais, que teve o apoio dos órgãos nacionais pela minha presença aqui. Continuem a vossa tarefa em prol da social-democracia, aqui, em Trás-os-Montes.

A Social-Democracia não é, ao contrário do que os outros dizem, nem inviável, nem impossível. Durante muitos anos disse-se, e diz-se ainda, que a Social-Democracia não tem possibilidades nos países menos desenvolvidos, mas isso está a ponto de ser contestado aqui mesmo. O PPD é uma experiência praticamente única de construção da social-democracia num país em que ela se diz impossível, tendo até como adversário o próprio PS. Se neste país se não implantar o socialismo marxista, isso deve-se em grande parte à existência do nosso partido, o partido social-democrata.

Se alguém inflectiu à direita não fomos nós, foi o PS, que defende o socialismo marxista, mas hoje se aproxima das teses sociais democratas mas com regozijo, porque o que nos interessa é a Social-Democracia. Acima do PPD está a Social-Democracia.

Acima da Social-Democracia a Democracia, acima da Democracia, o Povo Português!

Livres de preconceitos, de querelas e lutas partidárias, encaramos o futuro sem optimismo mas a confiança que nos merece o nosso Povo e a acção dos nossos militantes. Ao Presidente da República já demos a nossa confiança. Ao próximo Governo dar-lha-emos se ele a merecer - esperemos que a mereça - negá-la-emos se não a merecer. De nós, o PS tem apenas um compromisso: acima de tudo, estão para nós os interesses da Democracia e do Povo Português. Mas não faremos nem fizemos com o PS nenhum acordo, nem fizemos qualquer contrato de oposição com nenhum partido.

Estamos e estaremos inteiramente livres para, em nome do nosso Partido, tomar posição em relação ao próximo Governo. Para já, temos de lhe dar a oportunidade de mostrar o que vale.

O nosso apoio depende do Programa de Governo, depende ainda mais das acções que o Governo empreender. Dentro de algum tempo, podemos julgá-lo pelas suas obras. Estamos fartos de grandes ideias. Queremos acções concretas, imediatas. Para já, a nossa posição é de expectativa.

Temos de preparar o último acto fundamental para a democracia local - as eleições para as autarquias. As autarquias não podem continuar dominadas pelo PCP, pelo MDP-CDE, têm de passar para o controlo de verdadeiros representantes do povo.

Daqui em diante, teremos que dar prioridade à reflexão, à troca de ideias, e também à organização sócio-profissional e da juventude. Daqui parto com uma certeza - a social-democracia aqui, frutificou, em iniciativas como esta; daqui levo uma esperança - é que ela seja o exemplo para os outros, fermento de vida nova, em que o Terreiro do Paço não mais domine todo o País, em que o poder seja finalmente partilhado por todos os portugueses."

## 2.14. Entrevista a "O Século" - 5/8/1976

O Partido Popular Democrático não apresentará uma moção de rejeição do Programa do Governo socialista, cujo debate na Assembleia da República se inicia hoje. Mas isso não significa que o PPD não tenha numerosas críticas e reservas a fazer ao plano de acção apresentado pelo dr. Mário Soares, a começar pela evidente contradição entre a nossa actual crise financeira (que o Programa reconhece sem subterfúgios) e o ambicioso elenco de medidas das que o Governo promete em todos os sectores - como justamente salientou o secretário-geral do partido social-democrata, dr. Sá Carneiro, numa entrevista que ontem nos concedeu.

Embora reconhecendo o "realismo" e a "moderação" do Programa (que no seu todo, constitui um "esforço louvável" do Governo), o dr. Sá Carneiro rejeita, porém, a aparente tentativa do Partido Socialista de comprometer outros partidos na elaboração do seu próprio plano de acção governativo, ao anunciara intenção de incorporar neste as sugestões e críticas que venham a surgir durante o debate parlamentar. Como ele próprio afirmou, "a capacidade do Governo deverá ser demonstrada nos próximos meses, visto que se o Governo não der mostras de poder cumprir o Programa e aquilo que dele se espera, será ele próprio e mais ninguém, o responsável pela sua substituição".

Mas não foi apenas sobre o Programa e sobre a futura actuação do Governo que o secretário-geral do PPD nos falou nesta entrevista. Com a sua habitual acutilância, que não esconde um sibilino sentido de humor, Sá Carneiro deu-nos também uma resposta directa às recentes afirmações do capitão Sousa e Castro, porta-voz do Conselho da Revolução, sobre o inquérito à Comissão de Extinção da ex-PIDE, e não se furtou a responder a algumas questões sobre "pontos quentes" da actual conjuntura, como as relações do Presidente da República com o Governo e as próximas eleições para as autarquias locais - nas quais não exclui a hipótese de o PPD apresentar candidaturas comuns com outros partidos.

O Século - Vamos começar, naturalmente, pelo Programa do Governo. Qual a apreciação global que dele faz o PPD?

Sá Carneiro - Uma primeira leitura do Programa deixa-me a impressão de que se trata de um esforço louvável e de que constitui o programa mais detalhado de qualquer Governo depois do 25 de Abril. Mas fica a meio caminho entre o catálogo de intenções que não pretende ser, e o elenco de realizações concretas que são distribuídas desigualmente pelos vários sectores. Muito pouco quantificado, sem menção dos recursos a utilizar e da sua proveniência, o Programa nunca poderia ser a base de um contrato de Governo que implicasse um compromisso do Parlamento no sentido de pôr à disposição do Governo os meios legislativos e financeiros necessários à execução de tal programa. De resto o próximo Programa aponta para documentos complementares que são essenciais e que irão sendo apresentados ao Parlamento em datas posteriores. Há uma referência, um tanto enigmática, a um estranho plano de quinze anos, que parece muito pouco consentâneo com a vida da legislatura e do próprio Governo.

Há ainda todo um aspecto que me parece também de salientar, que é a ausência de um projecto global, o que neste momento acho perfeitamente compreensível, mas que impede que este programa, depois de "passado" na Assembleia da República, seja considerado como um projecto nacional obrigatório para todos os portugueses. De resto, nunca poderia sê-lo, a não ser que houvesse uma aprovação expressa. Mas o Primeiro-Ministro já disse que não vai pôr a questão do voto de confiança, a propósito do Programa e do seu discurso, e só haverá votação expressa se houver uma moção de rejeição.

O programa salienta-se pelo seu carácter moderado, pela análise realista que faz da situação portuguesa. É um programa ambicioso em termos de realizações concretas, mas deixa em aberto a questão da possibilidade dos meios financeiros



necessários para essas realizações, o que é um defeito. Enfim, enfermando de deficiências, de uma certa pressa na sua feitura o programa no conjunto apresenta-se como moderado e realista, sem subordinação a linhas ideológicas o que a meu ver é também louvável. Esta é a primeira impressão que me deixa. Quanto à nossa posição sobre os diversos pontos será tomada no debate parlamentar. Saliento ainda que há uma certa diferença entre o discurso do Primeiro-Ministro e o programa do Governo. O discurso foi fundamentalmente um resumo do programa, mas com algumas diferenças em relação ao seu conteúdo. Ainda não tenho o Diário das Sessões da Assembleia da República com o texto do discurso, portanto falo apenas com a impressão que me deixou a sua audiência.

O Século - Referiu-se agora, como já fizera na sua intervenção na Assembleia da República a uma certa falta de quantificação dos recursos a utilizar para a concretização do Programa. Pensa que o Programa é demasiado optimista, contando com recursos que não se sabe se existem e que isso pode pôr em causa a sua concretização?

S.C. - Acho que, em parte, pode pôr em causa. Há um elenco de realizações bastante ambiciosas nos vários sectores e a sua realização pode ficar comprometida pela falta de recursos financeiros. Destaco o carácter grandioso (ou melhor, muito dispendioso) de várias realizações, que não se compadece muito com a análise da crise financeira que o programa faz resumidamente e que o dr. Mário Soares depois explicou, em resposta a um meu pedido de esclarecimento. É evidente que isso pode pôr em causa a concretização do próprio programa. É por isso que me parecia conveniente que fosse melhor quantificada, não só a crise, como as possibilidades financeiras de sairmos delate entrarmos pelo caminho das realizações que o programa elenca. É claro que isso prende-se com os documentos complementares anunciados no Programa, designadamente o próximo Orçamento - e em princípio o Programa não é completo sem ser integrado por esses documentos.

#### **"O PROGRAMA NÃO DEVERIA EXCLUIR CERTAS DESNACIONALIZAÇÕES"**

O Século - A voluntária "indefinição ideológica" do Programa, que todos reconhecem, leva alguns sectores a recearem que, afinal, o novo Governo venha apenas a prosseguir uma política (ou a falta dela) que já vem de trás...

S.C. - Não sabemos se vai prosseguir ou não, uma vez que do Programa não se depreende necessariamente isso. O Programa fala numa expressão vaga de "sociedade em transição para o socialismo" sem caracterizar esse socialismo, sem explicitar como se vai fazer essa transição. Diz que, em princípio, não haverá novas nacionalizações - e, portanto, tem aí um aspecto vago e um tanto ambíguo, que poderá dar lugar a uma ou outra crítica, conforme o Governo depois se definir, de acordo com os diplomas que apresentar à Assembleia da República.

O Século - De qualquer forma, este Governo parece que vai prosseguir uma política económica que, até agora, não tem dado bons frutos. Nomeadamente esperava-se que houvesse algumas desnacionalizações, em especial nos sectores agora altamente deficitários, onde as nacionalizações ocorreram talvez de uma forma precipitada.

S.C. - Creio que o programa e a actuação do Governo, à partida, não deveriam excluir certas desnacionalizações, feitas nos termos da Constituição, de pequenas e médias empresas, segundo a vontade dos trabalhadores e as necessidades das empresas. Tal como está previsto na Constituição. Essa hipótese foi afastada. É claro que poderá o Governo, como promete no Programa, procurar sair da crise económica incentivando a iniciativa privada, depois de delimitar o seu campo de actuação. Vamos a ver realmente se o fará, e em que medida o fará. Portanto, o Programa não é completamente esclarecedor nesse ponto.

O Século - Descendo a aspectos sectoriais, quais são as principais divergências que o PPD manifesta, desde já, em relação ao Programa do Governo?

S.C. - O debate parlamentar vai ter lugar na Assembleia da República e portanto aí é o lugar próprio para manifestar a posição do nosso partido nesse sentido. Claro que já falei em certas ambiguidades. Há a questão da Reforma Agrária, em que o Programa, um tanto vagamente, diz apenas que serão corrigidos os erros e abusos. Na resposta a um pedido de esclarecimento que fiz, o Primeiro-Ministro informou que o Governo não pensa apresentar as bases de uma nova reforma agrária, ou seja, da Reforma Agrária que nos termos constitucionais, é da competência da Assembleia da República. Este é já um dos pontos. Quanto ao mais, o nosso partido tem posição diversa na orientação da política económica e financeira, no reforço do poder local e da regionalização, mas só um estudo mais aprofundado nos poderá levar a assumir posições mais concretas.

Outros dos problemas importantes são também o da comunicação social e dos subsídios à Imprensa estatizada e não-estatizada, e a questão do instituto de sondagens de opinião pública, que já abordei nos pedidos de esclarecimento. Tudo isto são pontos que vamos desenvolver no debate e em relação aos quais temos uma posição crítica.

O Século - Sem pretender antecipar a posição que o partido irá assumir no debate, os pontos em relação aos quais o PPD manifesta uma posição crítica serão suficientes para se considerar que o PPD se opõe frontalmente a este Programa?

S.C. - Posso dizer-lhe que não. Não é nossa intenção apresentar uma moção de rejeição do Programa. Temos esta primeira experiência de Governo constitucional e, embora divergente do programa, que tem como base programa do Partido Socialista, e da própria estrutura do Governo, diremos que esta experiência deve ser feita e que a capacidade do Governo deverá ser demonstrada nos próximos meses, visto que se o Governo efectivamente não der mostras de poder cumprir o Programa e aquilo que dele se espera, será ele próprio, e mais ninguém, o responsável pela sua substituição. Aguentar-se ou não o Governo depende da sua própria capacidade e da exequibilidade do Programa que é apenas seu. Claro que há aí um risco. O Programa, para além de uma certa indefinição, é apresentado pelo Primeiro-Ministro com uma certa precariedade visto que diz serem consideradas as observações, sugestões e críticas feitas no debate. É evidente que elas poderão e deverão ser tidas em conta na actuação do futuro Governo. O programa está apresentado, é "ele", não vai ser modificado pela Assembleia da República - não tem poderes para o modificar. Se o Governo quisesse modificá-lo teria de o

apresentar novamente à Assembleia da República e portanto tudo aquilo que se passe no debate não vai comprometer os partidos no programa. Não vai sequer dar-nos uma paternidade no programa, que não é nosso, poderá ser aproveitado pelo Governo apenas para correcção das suas posições futuras.

É evidente que os partidos não vão agora colaborar, na feitura de um programa que lhes é estranho. O debate não tem esse sentido. Nem dar uma paternidade que não existe, nem dar um contributo que nesta altura não pode ter lugar. Aquilo que se passar no debate não pode servir de justificação para o Governo alterar o programa. Poderá apenas ter influência na sua actuação futura.

O Século - Como reafirmou o dr. Mário Soares, no seu discurso na Assembleia, o Governo PS vai procurar os seus apoios no parlamento de acordo com as circunstâncias de cada momento, sem compromissos preferenciais e sem "preconceitos ideológicos". Considera "operacional" esta actuação?

S.C. - A tática apresentada pelo dr. Mário Soares, de se apoiar agora num e depois noutro dos partidos representados no Parlamento tem sido tentada por alguns Governos minoritários noutros países, sempre com percentagens de lugares no Parlamento muito superiores às que tem o Partido Socialista. Não me parece que seja uma boa tática, especialmente no nosso caso. Vejo muito mal que um Governo possa operar eficazmente em circunstâncias destas, andando a diversificar os seus apoios. Mas, enfim, vamos fazer essa experiência. Nesta primeira fase da democracia portuguesa, estamos todos à procura dos métodos adequados ao seu eficaz funcionamento e se o Partido Socialista vai tentar esse, vamos todos ver o resultado que dá. Não considero, à partida, que essa seja uma solução aconselhável.

O Século - É possível saber já, qual será a actuação parlamentar do PPD durante o período de funcionamento deste Governo?

S.C. - Vamos ver. Depende muito das medidas concretas que o Governo apresenta ao Parlamento e à actuação do próprio Governo, que à Assembleia da República compete fiscalizar. Mas não vamos hostilizar sistematicamente o Governo, nem à partida, nem depois. Não vamos também nortear a nossa actuação pela tentativa de derrubar o Governo. Vamos conservar uma liberdade de acção, criticar, fiscalizar, apoiar aquilo que for de apoiar, opor-nos naquilo que entendermos que é de opor. Tudo isto dentro de uma fidelidade ao nosso programa, à nossa linha social-democrata e à realização dos problemas concretos do nosso País.

#### **DURAÇÃO DO GOVERNO? PREVISÃO IMPOSSÍVEL**

O Século - À partida que duração prevê para este Governo do Partido Socialista?

S.C. - Quanto à duração do Governo do Partido Socialista não se pode fazer previsões. O dr. Mário Soares, na altura da constituição do Governo, salvo erro, referiu expressamente que o resultado das eleições locais, a realizar até 15 de Dezembro, poderia ter reflexos importantes na constituição do próprio Governo. Isto já marca um certo prazo, segundo as declarações do Primeiro-Ministro. A sua duração vai depender da sua competência, da sua eficácia mais do que de qualquer outra coisa. E do seu realismo, também. A partida, o Programa, salvo as

observações que fiz, mostra-se numa linha realista. Vamos a ver agora se o Governo na sua acção concreta, vai também adoptar essa linha.

Quanto à evolução da situação social, económica e política, as coisas não estão nada fáceis. Não digo que haja uma "crise de identidade nacional", mas há uma crise nacional séria e pode agravar-se nos próximos meses, designadamente quanto ao problema económico e financeiro. O dr. Mário Soares, no seu discurso - em resposta a um pedido de esclarecimento meu - referiu que tem encontrado dificuldades concretas na obtenção de empréstimos internacionais, precisamente porque, mesmo com a garantia do ouro, não há muita receptividade aos pedidos.

Este é um ponto importante: creio que só interessará continuar numa via de empréstimos se houver uma política de investimento, se houver uma política que assegure condições para o investimento nacional e estrangeiro. Neste momento não se pode pensar muito nos investimentos estrangeiros, quando os próprios nacionais não investem. O investimento nacional seria a melhor garantia de estabilidade e de confiança e portanto serviria também de ponto de partida para outros investimentos estrangeiros, feitos com as necessárias cautelas, como de resto refere o Programa do Governo.

### **AUTARQUIAS LOCAIS: O PPD NÃO EXCLUI COLIGAÇÕES**

O Século - Referiu-se há pouco às eleições para as autarquias locais. O PPD tem-se manifestado contra o sistema de proporcionalidade, que foi em princípio apontado para essas eleições. Quais as razões pelas quais o PPD se opõe à aplicação do princípio da proporcionalidade nas eleições para as autarquias?

S.C. - Entendemos que é inadmissível porque, sendo a Câmara Municipal o órgão de governo executivo no concelho, deve ser eleita pelo sistema de lista única. Há uma assembleia municipal na qual a representação se faz pelo sistema proporcional, mas estar a introduzir representantes de vários partidos no governo municipal, que é a Câmara, as divergências partidárias, e nem sequer vai corresponder ao desejo das populações e ao equilíbrio das forças políticas nos vários concelhos e freguesias visto que vai permitir a introdução de representantes de partidos extremamente minoritários e com pouca aceitação, num "governo" que deve assentar na confiança dos eleitores pelas pessoas e pela sua competência. Estas as razões fundamentais que nos levam a divergir do método de proporcionalidade quanto à Câmara Municipal. Seria a partidarização do governo municipal, o que é profundamente errado.

O Século - Em relação às eleições para as autarquias o PPD já tem uma estratégia definida?

S.C. - Estamos a trabalhar nisso e temos, já há bastante tempo, um grupo a trabalhar na questão das eleições para as autarquias locais e na respectiva estratégia. Ela vem sendo delineada e será aplicada no todo e em cada caso concreto. Creio que, assentando as eleições locais no respeito pela vontade das populações, haverá também que adoptar a posição do partido que for mais consentânea com os desejos dos núcleos locais, sem prejuízo de uma orientação global e nacional para os problemas comuns a todas as autarquias locais. Há também um ponto

importante que é o da confiança das pessoas que vão ser eleitas. E ninguém melhor do que os representantes locais do partido conhece as pessoas e as populações. Deverão, portanto, ter uma grande autonomia.

Não se pode ainda neste momento definir uma estratégia, porque não é conhecida a lei para as autarquias locais. Não sabemos sequer se o sistema proporcional para as Câmaras e para as Juntas vai ser adoptado ou não. Estamos portanto a estudar o assunto, mas haverá o respeito por uma grande autonomia dos órgãos locais do partido.

O Século - Será admissível, em alguns locais, a apresentação de candidaturas comuns entre o PPD e outros partidos, nomeadamente o CDS?

S.C. - Pode ser, em alguns locais. É possível. Depende das condições políticas desses locais.

### **"ACONSELHÁVEL DISTÂNCIA" ENTRE O PRESIDENTE E O GOVERNO**

O dr. Sá Carneiro foi recebido, na terça-feira, pelo general Ramalho Eanes, numa audiência que se destinou, "fundamentalmente, a trocar impressões com o Presidente da República sobre problemas actuais. Creio que há vantagem em manter este sistema de troca de impressões, e enquanto o Presidente da República assim pensar, a minha disposição é a de prosseguir-lo regularmente. Falou-se concretamente da questão dos ministros da República para os Açores e Madeira, quando serão designados, e outros problemas gerais, nomeadamente o Programa de Governo e sua execução."

Perguntámos ao secretário-geral do PPD se esperava, a partir de agora, uma maior intervenção do Presidente da República nos assuntos do Governo, que lhe é facultada pela nova Constituição.

S.C. - Nos assuntos de Governo, não. E acho que seria errado identificar o Presidente da República com o Governo, quer através do Programa, quer através da interferência com a sua acção, o Presidente da República é o eixo fundamental da democracia juntamente com o Parlamento e demais órgãos de soberania. E deve ser preservado, na sua função própria, de uma ligação ou direcção de Governo. Os Governos podem mudar segundo as conveniências e as circunstâncias. O Presidente da República mantém o seu mandato no período para o qual foi eleito e deve ser preservado na sua posição, acima do Governo. Não o vejo, portanto, numa linha de direcção política do Governo, nem há possibilidade de uma identificação do Presidente da República com o Governo ou com o seu Programa. A questão foi aflorada numa certa Imprensa, até pelas declarações prestadas a uma revista estrangeira, muito antes da apresentação do Programa do Governo, mas não tem o sentido com que apareceu nessa Imprensa. Creio que se continua a manter a aconselhável distância política entre o Presidente da República e o Governo, sem prejuízo da orientação política em geral, que ao Presidente da República compete.

Qualquer partido, ou programa de Governo pode portanto dizer que está identificado com a linha política do Presidente da República; o que não pode dizer é que

o Presidente da República está identificado com essa política, com esse programa ou com esse partido.

O Século - Uma das questões que têm gerado maior controvérsia, nos últimos tempos, cada recomposição do Conselho da Revolução, agora levantada com a argumentação de que, a exemplo dos restantes órgãos de soberania, já legitimados pelo voto, também o CR deveria ser eleito pelas Forças Armadas. Embora este problema seja essencialmente militar, mas na medida em que se trata de uma questão com evidentes implicações políticas, quer dar a sua opinião sobre este assunto?

S.C. - É uma questão que diz respeito às Forças Armadas e na qual não me compete, portanto, interferir. Assim como condeno declarações partidárias e de interferência política que algumas vezes foram feitas por membros do Conselho da Revolução, parece-me também condenável qualquer interferência em problemas que digam respeito às Forças Armadas. Estou convencido de que nenhum elemento do Conselho da Revolução se quer agarrar ao seu lugar. Por isso, acredito também, que, se as Forças Armadas se orientarem no sentido de uma remodelação do Conselho da Revolução, os próprios membros do Conselho, como representantes que são das Forças Armadas, tomarão isso em conta. Não me parece que haja uma recomposição automática, mas esse é um ponto que as Forças Armadas terão que decidir no seu seio.

O dr. Sá Carneiro prosseguiu:

Há uma certa sensibilidade manifestada por um membro do Conselho da Revolução quanto à actuação da Assembleia da República, a propósito de um pedido de inquérito apresentado pelo nosso partido. Parece-me uma sensibilidade exagerada e infundada. Há dois pedidos de inquérito, um do nosso partido - que se refere à actividade em geral da Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS e LP - e um pedido do Partido Socialista, que é mais detalhado e também aborda pontos concretos.

A nossa posição é a de que, se vai ser posta em causa, a propósito das questões concretas, a actuação dessa Comissão, a linha correcta será então pedir um inquérito à sua actuação desde o princípio, sem que isso afecte quaisquer pessoas. Foi apresentada pelo general Ribeiro Faria uma exposição muito completa sobre a actuação da Comissão. Se há pontos que merecem crítica ou estão pouco esclarecidos, a nosso ver o único caminho a seguir é um inquérito. Tem-se muito esquecido que eu próprio, em 1972, pedi um inquérito, na Assembleia Nacional, à actuação da então Direcção-Geral de Segurança.

Pela minha parte, posso sempre dizer onde estive e o que fiz antes do 25 de Abril, respondo por todos os meus actos políticos, mesmo quando estava como deputado, na Assembleia Nacional, mandato a que vim a renunciar. Creio que isso deverá ser uma regra geral: ninguém ter receio de dizer ou de explicar onde estava e o que fez antes do 25 de Abril.

#### **OS RESPONSÁVEIS DEVEM SER PUNIDOS**

O Século - Finalmente, outra questão que também tem gerado acesa controvérsia: a posição que deve adoptar-se em relação às ilegalidades e actos de violência já posteriores ao 25 de Abril. Uma amnistia que propicie a desejada "reconciliação nacional", ou a responsabilização e punição dos culpados (tanto pessoas como organizações e até partidos), como condição prévia para que essa reconciliação possa efectivamente verificar-se?

S.C. - Seja quanto a pessoas seja quanto a organizações e, portanto, a partidos, creio que há uma só regra: averiguar responsabilidades até ao fundo, apresentá-las aos órgãos judiciais competentes e aplicar a lei. Não vejo outra forma de proceder, e regozijo-me com a circunstância de o Presidente da República, ainda ontem, quando recebeu a comissão de inquérito às sevícias praticadas sobre presos políticos e às condições de detenção, ter frisado mais uma vez que os membros das Forças Armadas que violaram os direitos do homem ou a lei, têm que responder por essas violações, responsabilidade à qual ninguém deve estar isento. Portanto creio que se deve fazer a averiguação de tudo quanto se passou, que se deve fazer a aplicação da lei através do julgamento em tribunais competentes e que o problema da amnistia só pode e deve pôr-se em relação a casos devidamente averiguados - para que, em consequência, se possa decidir se há razões para amnistia ou não. Uma amnistia que seja um "passar de esponja" por tudo quanto houve e sem estarem devidamente averiguadas as responsabilidades acho-a extremamente nociva e condenável.

## **2.15. Intervenção na Assembleia da República na discussão do Programa de Governo - Agosto de 1976**

O programa de Governo exposto perante a Assembleia da República pelo Primeiro-Ministro provocou numerosos pedidos de esclarecimento.

Na parte da sessão especialmente destinada às interpelações, o primeiro a formulá-las foi o Secretário-Geral do PPD.

Sá Carneiro começou por dirigir uma viva saudação, depois agradecida por Mário Soares nas respostas, ao I Governo Constitucional, de há 50 anos para cá.

Afirmou em seguida que a Democracia se faz com partidos e não com movimentos supra-partidários, tendo acentuado que o próximo Governo será um Governo do PS, apesar de no seu elenco incluir alguns independentes.

Para o PPD, que tem o seu Programa próprio e que não se identifica com o Programa de base do Governo do PS, a atitude a tomar será muito clara - não hostilizará este Governo, nem transportará para o Parlamento qualquer intuito de derrubar o mesmo.

Como partido democrático, diverso e divergente do PS bem como dos outros partidos presentes neste hemiciclo - acrescentou - pedimos esclarecimentos, pois compete-nos dizer: ASSIM, SIM! ASSIM, NÃO!

Após esta pequena introdução, Sá Carneiro passou aos esclarecimentos concretos que foram os seguintes:

- O Programa de Governo do PS pode passar ou não passar; sendo assim, e não implicando a discussão do Programa qualquer votação, a menos que surja uma moção de rejeição, pergunta-se: entende o PS necessário clarificar à partida a posição dos partidos aqui presentes, suscitando desde já a confiança da Câmara?

- Falou-se em maioria presidencial, identificando maioria presidencial com o Presidente da República. A que maioria presidencial se pretendia aludir, que tem ela a ver com o Programa de Governo? O Governo socialista não sai daqui transformado e Governo nacional, o seu Programa de Governo não é um projecto nacional. O sentido do que aqui se vai passar é outro. Aqui haverá um contrato, um compromisso, que valerá na medida em que sejam claras e quantificadas as posições do Programa de Governo PS.

- Falou-se em crise nacional, e bem. Pode ela ser quantificada? Pode o Governo informar o Povo dos números da crise? Qual o montante da dívida externa? Das reservas de ouro, qual a parte que foi vendida, empenhada e qual a que nos resta? Quais as dificuldades encontradas na obtenção de empréstimos internacionais, e porquê?

- Quando e como é que o Governo se propõe realizar certos objectivos? Pergunta-se concretamente: o Governo pode quantificar o rendimento nacional, e sua distribuição entre salários e regalias sociais? pode dizer-nos para quando tenciona realizar a melhoria das pensões de reforma, dos vencimentos dos Funcionários Públicos e das condições de vida das populações rurais - para o plano dos 15 anos ou para o próximo Orçamento Geral do Estado?

- Falou-se em pluralismo, com o que me regozijo. Falou-se ainda em descentralização regional. Pergunto: em matéria de instituições de poder local, o Governo pensou apenas em pequenos melhoramentos públicos ou tem intenções mais largas? Tenciona acabar com a concepção de estado jacobino?

- Em relação aos Açores e Madeira, falou-se em melhoria das comunicações e transportes. Far-se-á segundo um plano centralizador ou respeitando a autonomia dos Governos regionais? Inclui-se a questão das ligações internacionais directas, tão importante para os arquipélagos?

- Em matéria de pluralismo nos órgãos da informação, o Governo vai estender as subvenções, que garante à empresa Imprensa estatizada, também à imprensa privada e regional? A sobrevivência dessa imprensa é para nós, condição fundamental do pluralismo na informação.

- O Governo tenciona criar um Instituto de sondagens de Opinião. É oficial? Terá o monopólio das sondagens? A quem cabe a direcção, se tiver o exclusivo?

- No que respeita à cultura, mesmo para um Governo socialista ela não pode ser planificada. Pensa o Governo assegurar condições de criatividade pessoal?



- Quanto à Reforma Agrária, pensa o Governo estabelecer as bases de uma nova Reforma Agrária, ou manter a actual legislação? Não deixará que continuem a ser esquecidos o Centro, o Norte e o Algarve?

- Falou-se, no tocante à economia, em coexistência concorrencial entre o sector público e o sector privado. Mas as duas partes não equivalem ao todo. Qual o papel do sector cooperativo, forma essencial de realização do progresso social-democrata e socialista?

- Na questão referente à integração europeia, qual a forma "revista pelo Governo? Associação ou adesão? Neste caso, imediatamente ou mais tarde?

Eram estes alguns dos esclarecimentos que queria em nome do PPD, pedir ao 1.º Ministro e ao Governo. Não queria no entanto terminar sem deixar, aqui bem expressa, uma palavra de esperança e confiança. Esperança e confiança na Democracia, neste país e no Governo.

## **2.16. Discurso no Encerramento dos Debates do Programa de Governo - 12/8/1976**

Sr. Presidente, Srs. Deputados: este debate que hoje encerra é importante em si mesmo e nas suas consequências. Aqui demos, não um espectáculo, porque espectacular não foi, mas aqui fizemos durante vários dias um salutar exercício de democracia, amplamente participado graças aos órgãos de Comunicação Social. E introduzimos, creio ser justo dizê-lo, um novo estilo na vida parlamentar portuguesa. Sentir-se-ão defraudados os que esperavam que nesta Assembleia da República se continuassem as lutas oratórias de carácter partidário.

Com uma nova Constituição, com uma nova democracia, com uma nova sociedade, o debate que iniciamos é de um novo estilo parlamentar. Aqui o Governo deu a sua contribuição apreciável, pela sua presença; pela qualidade das suas intervenções. Porque para nós o novo estilo parlamentar não pode ser mais a luta oratória, tem de ser nesta Casa a participação no exercício democrático do poder. Para nós, doravante, parlamentarismo será igual à participação no exercício do poder. E por isso defendemos que da Assembleia da República dependam directamente sectores essenciais da vida nacional. Referimo-nos, durante as várias intervenções aqui feitas, à gestão ou controle da Imprensa e dos órgãos de Comunicação estatizados, do próprio Conselho de Imprensa, do possível Instituto de Sondagens de Opinião Pública. Entendemos que, para que haja efectivo exercício do poder pelo Parlamento, eles devem depender desta Câmara. Mas não só eles. Também o Instituto de Participações do Estado, arma económica e financeira poderosíssima, não pode, quanto a nós, ficar entregue a um Governo; deve depender duma Comissão Parlamentar.

Ao debate demos a nossa contribuição, como partido autónomo e independente, com a consciência de que o programa não é nosso.

Ao contrário de outros partidos não reivindicamos quaisquer direito de autoria em relação ao programa. Porque, ademais, se o programa fosse de um partido de oposição, então a que se oporia esse partido?

Frisei a intervenção do governo. Não quero no entanto, deixar de salientar que nas intervenções, valiosas, algumas contradições afloraram. Esperemos que se não confirmem, porque um Governo qualquer que ele seja tem de ter uma unidade de pensamento, condição da eficácia de acção. E é isto que se espera deste e de quaisquer outros governos constitucionais.

Este programa foi possível, porque, conforme dele consta, havia um conhecimento prévio de "dossiers". E é por isso que em muito reflecte uma certa continuidade de "dossiers" antigos.

Ao criticarmos o Programa do Governo do Partido Socialista nós não tivemos, como aliás nunca tivemos, necessidade de modificar o nosso próprio programa, de o adaptar ou à Constituição ou à sociedade portuguesa. Ele continua a ser como sempre foi plenamente conforme à Constituição e correspondente às necessidades da sociedade portuguesa.

Tivemos e temos consciência, e isso o frisámos, de que a Constituição não é o programa do Governo e de que não há um partido constitucional. E disso tiveram também consciência o próprio Programa e o Sr. Primeiro-Ministro, embora nem sempre alguns deputados do Partido Socialista.

Entendemos que desta discussão muito de positivo ressaltou e aqui deixamos frisado o muito que havia de comum entre o nosso partido e o Programa do Governo.

Comungamos na defesa dos direitos e das liberdades pessoais. Comungamos na defesa da democracia. Como nos períodos críticos participámos, ao lado do povo português, com os demais partidos democráticos e as Forças Armadas democráticas, na luta contra a unicidade sindical, contra o assalto aos órgãos de Informação, contra todas as tentativas totalitárias.

Partilhamos do Programa do Governo o seu Humanismo, aqui ressalvado como autêntico fundamento de uma cultura entendida no sentido vasto.

Igualmente perfilhamos a defesa que nele se faz dos interesses dos trabalhadores. O que já não admitimos é que, em nome dessa luta, se venha dizer que é inconstitucional a cogestão, porque não é. Isso ressalta claramente do que da própria Constituição consta.

Comungamos, por último, do programa quando defende uma sociedade civil para Portugal. Porque sem sociedade civil não há democracia possível - e os dois anos que passaram deram bem provas disso.

Algumas críticas sérias e divergências foram aqui apontadas com lealdade.

O Programa é apresentado e a si próprio se apresenta num quadro de crise de identidade nacional e como programa de conjuntura. Para nós não há, neste momento, uma crise de identidade nacional.

E não ha porque o povo português, juntamente com as forças democráticas, soube preservar a sua identidade nacional. Mas há uma séria e grave crise nacional.

### **FALTA UMA ESTRATÉGIA CLARA PARA SAIR DA CRISE**

O programa apresenta-se, portanto, como um programa situado nesta crise e como um programa de conjuntura. Simplesmente não reflecte a crise, nem é de conjuntura. Há muito no programa de confusão entre desejos e possibilidades; de confusão entre necessidades e prioridades. Falta, sobretudo, uma estratégia clara para sair da crise.

Hoje ouvimos aqui o Sr. Ministro das Finanças quantificar alguns aspectos económicos e financeiros da crise, que é efectivamente aguda. Podíamos acrescentar que infelizmente não se pode confirmar a previsão optimista do Sr. Primeiro-Ministro de um produto nacional bruto de 500 milhões de contos. O produto interno bruto a preços constantes de 1970, foi, em 1975, inferior a 210 milhões de contos. E, a preços actuais, inferior a 380 milhões de contos.

Há crise porque o défice orçamental previsto aproxima-se gravemente do total das receitas normais do Estado. O défice previsto é mesmo de 80% das receitas normais do Estado. E a própria dívida externa portuguesa aproxima-se perigosamente do montante total das nossas reservas de ouro, a preços de mercado. É isto, parece-nos, que o programa não reflecte com a devida acuidade.

Crise ainda pelo elevado número de desempregados e desalojados do extramar.

Mas falta ainda a estratégia capaz de resolver esses problemas. Eis porque apresentamos, ao fazer a nossa crítica ao programa - crítica que foi feita, como é natural, não de um ponto de vista socialista mas de um ponto de vista social-democrata - uma alternativa de estratégia e de modelo. Ou seja, a nossa intervenção global foi uma intervenção alternativa integradora.

O modelo do Programa é também vago. Para nós não basta empregar a expressão de "sociedade em transição para o socialismo". E a expressão constitucional, mas a Constituição não é o Programa do Governo.

Seria necessário, parece-nos, que o Governo definisse claramente a sua concepção de socialismo, sem deixar margem a dúvidas, quadrienalmente repetidas.

Para nós a socialização é o desenvolvimento da própria democracia, mas, preservando sempre o espaço de realização da pessoa.

Para nós seria necessário acentuar o papel do rendimento social, factor de igualdade e de solidariedade; traçar uma clara política de rendimento e preços, assente numa crescente participação dos trabalhadores nas decisões respeitantes à produção e distribuição de riqueza. Seria também necessário acentuar, e lamentamos que o Programa não o tenha feito, o indispensável papel que numa socialização humanista desempenha o sector cooperativo, forma de participação e expressão também de solidariedade.

Sendo isto assim, e sendo este o sentido de todas as nossas intervenções, cumpre-me acentuar apenas alguns pontos nelas não suficientemente desenvolvidos.

### **O PROBLEMA DOS DESALOJADOS DO ULTRAMAR**

Temos o problema dos desalojados do Ultramar, em que o Programa se pretende largamente inovador, mas deixa em silêncio muitos dos problemas fundamentais. O Comissário Nacional tem funções pouco definidas, está insuficientemente caracterizado. Nós defendemos - e continuamos a defender - que, pelo aspecto fundamental que representa para a sociedade portuguesa o problema dos desalojados e dado o carácter interdepartamental que as suas questões revestem, seria necessário um Ministério dos Desalojados.

E não podemos deixar de estranhar que no Programa não se faça uma referência clara e fundada a um projecto de construção de habitações para os desalojados. Não podemos deixar de lamentar e de estranhar que se não faça uma referência ao plano de apoio financeiro, baseado em generoso auxílio internacional, mas cuja execução está pendente desde há meses do Ministério das Finanças.

É necessário ainda pôr em destaque uma perspectiva global. É que ao Governo, parece-nos, não compete encarar e resolver o problema dos desalojados numa óptica paternalista. Compete-lhe, sim, criar as condições para aproveitar a iniciativa e capacidade de trabalho dos próprios desalojados, para que participem na resolução dos seus problemas e consigam, pelo seu próprio esforço, apoiado pelo Governo, a integração que se pretende na sociedade portuguesa.

O Programa refere, e bem, a condição feminina. E adopta o critério de confiar a sua defesa, preferentemente a uma Secretária de Estado. Mas há um ponto que deve presidir ao desenvolvimento da acção do Programa. É ele o de neste país, em que faltam tantos valores, se dar muitas vezes prioridade à mediocridade masculina sobre a aptidão de tantas e tantas mulheres que, pelo simples facto de o serem, se encontram marginalizadas e vêem desaproveitadas as suas capacidades.

### **POLÍTICA AGRÍCOLA E REFORMA AGRÁRIA**

Mereceu-nos algumas restrições o Programa no que se refere à política agrícola. Tivemos ocasião de ver, pela intervenção do Sr. Ministro da Agricultura e Pescas que essas restrições e distâncias não foram bem entendidas. Assim como não pretendemos invocar direitos de autor em relação ao Programa do Governo, também não compreendemos bem como o Sr. Ministro pretenda, em nome de uma suposta coincidência programática, apropriar-se de um nosso deputado.

A política agrícola, para nós, é fundamental na resolução dos problemas da nova sociedade e cremos que se não deve minimizar o papel desta Assembleia na aprovação de uma política agrícola que queremos aqui discutida e votada; e amplamente participada. Política agrícola que deve compreender - e o Programa não é nesse ponto suficientemente desenvolvido - o crédito cooperativo e que não deve deixar as concessões de créditos na dependência do Ministério de Agricultura e Pescas.

Estas restrições foram formuladas na intervenção a que aludi. Mas pensamos, como nessa intervenção se concluiu, apresentar a esta Assembleia da República as bases de uma autêntica Reforma Agrária, de uma política agrícola virada para a valorização do mundo rural tão esquecido, tão abandonado, mesmo depois do 25 de Abril.

É necessário que a crise que existe não seja mais uma vez suportada pelos rurais, pelos mais desfavorecidos, por aqueles que têm vencimentos fixos e diminutos; mas isso acontecerá se, em relação ao mundo rural, especialmente, e a todas essas camadas mais desfavorecidas e esquecidas, se não se adoptar uma dinâmica política de redistribuição de rendimentos e de atribuição de autênticos direitos sociais. E isto, pese embora ao novo Ministro, é autêntica justiça social e social-democracia; não é utopia de esquerda.

#### **RELAÇÕES INTERNACIONAIS, EUROPA E MERCADO COMUM**

Em matéria de relações internacionais, também um membro do Governo exprimiu, quanto à nossa oposição, um grave equívoco. Fomos e sempre fomos um partido decididamente voltado para a integração de Portugal na Europa - e na Europa do Mercado Comum. Nem aqui nem anteriormente a isso puzemos quaisquer restrições, o que gostaríamos que o Governo tivesse esclarecido - e verificamos que o não fez - era a vantagem do processo de adesão sobre o processo de associação. Que temos de integrar-nos na Europa não há dúvida nenhuma. Qual dos dois processos seja mais vantajoso para Portugal, não ficou aqui de modo algum esclarecido.

Pelo contrário, quando se diz no Programa que o processo de adesão demorará possivelmente um máximo de três anos, nós perguntamos como será possível nesses três anos sair da crise e tornar a nossa economia e o nosso país aptos a entrarem no Mercado Comum, sujeitos às suas regras e aos seus princípios básicos de liberdade de circulação de pessoas, de capitais e de mercadorias. É isto que não ficou esclarecido.

Fizemos referência a algumas omissões e elas justificavam-se plenamente, porque o Governo, se bem que perfeitamente orientado na sua política externa, optou por um caminho algo perigoso, que é o de fazer uma enumeração dos países com os quais manteremos relações preferenciais, enumeração que poderá ser sempre considerada incompleta e que pode dar lugar a compreensíveis melindres. E foi por isso que estranhámos que nessa lista de países, que é diferente da mera alusão que faz o Programa, se não compreendesse a Venezuela e o Canadá. Não apenas porque são países de forte emigração portuguesa, mas porque quanto a esses países e o Partido Socialista é o primeiro a sabê-lo - designadamente no que toca à Venezuela - há efectivamente relações especiais e necessidade de as continuar.

#### **AUTONOMIAS REGIONAIS DOS AÇORES E MADEIRA**

O último ponto que merece o nosso aplauso e o nosso regozijo é o que no Programa se refere aos Açores e à Madeira.

O Governo adoptou e muito bem, um claro sentido não paterna lista, respeitador da autonomia regional, dizendo-se disposto a cooperar concretamente com os governos regionais. Aos governos regionais caberá, e estou certo de que o farão, corresponder a esta atitude, que sem arrogâncias e sem paternalismos, permitirá ao Governo minoritário Socialista e aos governos maioritários Sociais-Democratas nos Açores e na Madeira participar na construção de um todo nacional. E tanto mais nos regozijamos com isso quanto é certo que temos perfeita consciência de que como está comprovado historicamente, as lutas sistemáticas entre Socialistas e Sociais-Democratas abriram sempre o caminho a ditaduras de um ou de outro dos extremos.

Ao Governo da República os governos regionais pedirão o cumprimento pontual da sua declaração de apoio financeiro e de transferência para eles próprios dos serviços públicos e das empresas nacionalizadas de âmbito regional, bem como das afirmações, em boa hora explanadas, quanto à abertura às ligações internacionais, aos transportes inter-ilhas e às ligações com todo o mundo. Vemos, como o Governo da República, com grande esperança a obra que essa cooperação vai possibilitar nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores, uma obra de autêntica inovação.

### **SE ESTE GOVERNO FALHAR NÃO FALHARÁ A DEMOCRACIA**

Concluiu-se um debate, discutiu-se um programa e o seu governo. Ao contrário do que há pouco aqui foi expresso, não pensamos que desta discussão, como deste Governo, dependa a democracia portuguesa. Depende, sim o início do trabalho democrático em Portugal e da consolidação da democracia portuguesa.

Mas se, porventura, este Governo falhar, não falhará por isso a democracia pois, este Governo não é a única nem a última alternativa. Dizêmo-lo com simplicidade e sem dramatismo. Reafirmamos a nossa convicção profunda nas instituições democráticas portuguesas, que têm por fulcro e base a Constituição, o Presidente da República e a Assembleia da República.

O Governo, como órgão de soberania, pode mudar de acordo com as necessidades; aí estão o Presidente da República, esta Assembleia e a Constituição para assegurarem a continuidade democrática.

Ao contrário de muitos, não falamos em maioria presidencial, porque entendemos que a maioria presidencial só a pode invocar uma pessoa: o Presidente da República que a reuniu e que por ela foi eleito.

Vamos partir com este Governo para uma caminhada em que as Forças Armadas Portuguesas vão também desempenhar um papel fundamental. Daqui reiteramos a nossa confiança no Presidente da República, nesta Assembleia e nas Forças Armadas.

O Governo terá de nós a não desconfiança, mas não apenas terá, como o povo português por certo tem nele, uma grande expectativa e também esperança. O futuro do Governo dependerá sobretudo da sua capacidade de governação e, por certo, também da nossa exigência crítica mas sobretudo, da sua eficácia de governar. E por isso esperamos, com inteira franqueza, que este Governo consiga

desempenhar a sua missão. Que nós todos saibamos, aqui e sempre, estar à altura das nossas responsabilidades, correspondendo ao novo parlamentarismo que inaugurámos, pese embora a muitos que negavam há um ano a possibilidade de um regime parlamentar em Portugal.

Que o Governo cumpra, que o Governo caminhe para bem de Portugal, que é o bem de todos os portugueses.

## **2.17. Entrevista ao "Tempo" - 19/8/1976**

"TEMPO" - O PPD já fez apreciação do plano de governo do PS, nos debates da Assembleia, mas há um ponto que eu gostaria que o sr. dr. desenvolvesse: como avalia o programa do PS, do ponto de vista do seu enquadramento ideológico?

SÁ CARNEIRO - Considero-o um programa não ideológico, e, nesse aspecto, é, portanto, difícil fazer um enquadramento. É um programa que assenta na sociedade de transição para o socialismo definida na Constituição. Mas não define que tipo de socialismo pretende alcançar. Pelos próprios deputados do Partido Socialista, designadamente, já foi dito que só num plano mais vasto e num futuro programa de Governo, ou seja, na óptica do seu partido, daqui a quatro anos, o Partido Socialista reveria as balizas do seu socialismo. Que não é o nosso. Nomeadamente quanto à colectivização integral dos meios de produção. E não é também nosso na medida em que para nós o socialismo democrático não é um fim em si, mas um meio de libertação do homem que não envolve apenas aspectos económicos. Mas quanto ao programa em si próprio, não sendo ideológico, é difícil dizer mais do que isto.

### **"ESPERANÇA E EXPECTATIVA"**

"T" - Parece-me, não sei se tenho razão, que o PPD, além do próprio PS é o partido que mais acredita na viabilidade prática deste programa. Será verdade?

S.C. - Não sei, não posso responder pelos outros, mas apenas por nós. Pomos sérias dúvidas e restrições. Mas temos pelo menos esperanças na viabilidade prática deste programa. Esperança e expectativa - é assim que se resume a nossa posição. Não temos fé, o que implicaria acreditar, mas temos esperanças e expectativa. E achamos que seria importante para a consolidação da democracia que este Governo cumprisse a sua missão importante, mas não essencial para a consolidação da democracia.

A democracia não depende do êxito deste Governo.

### **"NOCIVA E ERRADA" A IDEIA DE QUE ESTE GOVERNO SEJA A ÚLTIMA ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA**

"T" - Parece-me que há uma ideia estabelecida a diversos níveis e, inclusive, tanto quanto julgo saber, a altos níveis militares de que este Governo é a última hipótese de uma solução democrática para o processo político português. Como se, falhando este Governo, só uma solução autoritária possa substituí-lo Parece-me que esta não é a opinião do sr. dr. O que é que pensa que poderá acontecer

perante a hipótese, não desejável, talvez mesmo pouco provável, deste Governo do PS falhar?

S.C. - Eu não sei se essa ideia de última alternativa é dominante nas esferas militares. Considero-a nociva e errada. Nociva porque aponta para um esquema autoritário, no caso do Governo falhar. Errada porque, se o Governo falhar, o que se deverá seguir é um funcionamento das instituições democráticas num outro Governo constitucional e para isso o Presidente da República e a Assembleia da República, tendo como base a Constituição, dão as necessárias garantias, pois são a base da continuação da democracia; mas já não o é o êxito do Governo em si.

Pois se este Governo não vier a ter êxito, o Presidente da República e a Assembleia saberão assumir as suas responsabilidades, encarregando a mesma ou outra pessoa de formar outro Governo; e a democracia continuará no nosso país, como é necessário que continue. É profundamente errado pensar que se este Governo não resolver os graves problemas económicos, financeiros e sociais, eles poderão ser resolvidos com uma solução autoritária ou ditatorial. Pois, não poderão porque, em primeiro lugar, é contra a Constituição; em segundo lugar, mesmo numa perspectiva de resolução de problemas, ela não seria facilitada por uma solução deste tipo. Há experiências, nomeadamente no nosso país, de que qualquer regime autoritário, eventualmente militar, só iria contribuir para o agravamento dos problemas no contexto nacional, por uma questão de competência e de eficácia e por uma questão de base que é a necessidade da democracia para o progresso da sociedade, no contexto internacional. Porque um Governo não democrático não seria aceite pela Europa nem beneficiaria dos auxílios de vários tipos que necessitamos que a Europa nos forneça.

#### **"NÃO HOUVE, ATÉ AGORA, GOVERNOS DE COLIGAÇÃO"**

"T" - No entanto, parece-me que a argumentação de base desses sectores de opinião se deve ao facto das experiências de coligação em Portugal não terem resultado. Ora se se provar não resultar também uma experiência de Governo homogéneo, unipartidário, não há outras alternativas democráticas a experimentar. O sr. dr. tem concerteza uma opinião diferente. Mas eu gostaria que me explicasse como é que esta argumentação não será argumentação válida para o momento presente.

S.C. - Não houve até agora, em Portugal, depois do 25 de Abril, Governos de coligação. Houve Governos com composição partidária diversa. Mas eram Governos provisórios; sem um programa, sem legitimidade democrática. Tiveram algumas manifestações positivas, muitos defeitos, funcionaram mal. E, a meu ver funcionaram mal porque eram Governos pré-democráticos, eram Governos sem programa que permitisse uma unidade de pensamento e uma unidade de acção.

As circunstâncias são hoje completamente diferentes. Os Governos terão de ser constitucionais, terão de ter o seu programa e terão de ter a confiança do Presidente da República e de ver passar o seu programa na Assembleia da República, que essa aí estará sempre para fiscalizar a acção do Governo e para participar no exercício do poder.



A experiência de Governos constitucionais de coligação não está feita. E se falhar a experiência de Governo constitucional minoritário, pois o que me parece é que se deverá tentar uma outra experiência de Governo constitucional com um ou outro tipo de coligação. Não vejo, à partida, que só haja hipótese de Governos de coligação partidária. Poderá haver um Governo de especial competência, onde estejam, em primeiro lugar, representantes dos partidos democráticos e com recurso a pessoas especialmente indicadas para determinados cargos que não sejam exactamente membros de partidos, embora em democracia essa solução seja apenas marginal.

Um Governo desse tipo ainda não foi experimentado. E poderá ir-se também para um Governo de coligação partidária nos mesmos termos. Todas estas serão experiências a fazer, se o Governo do Partido Socialista não tiver êxito. É evidente que o tempo é pouco, os problemas são muito graves. Mas aí está a competência, a autoridade e capacidade de decisão do Presidente da República, por um lado, e o Parlamento, por outro, para tomarem as suas providências.

**"NÃO DESCONFIANÇA NÃO TRANSFORMA O PROGRAMA DE GOVERNO NUM PROGRAMA NACIONAL"**

"T" - O sr. dr. referiu mais uma vez o facto de o Governo do PS ser um Governo minoritário. Eu ponho-lhe uma questão que o dr. Mário Soares pôs na Assembleia há dias: será mesmo um Governo minoritário, depois do consenso para ele ali obtido pelos representantes do povo, os deputados, na Assembleia?

S.C. - Não houve consenso, em primeiro lugar no sentido de que não houve uma confiança ao Governo. O Primeiro-Ministro não a quis pedir. Nem houve aprovação expressa do Programa, ao qual foram feitas várias reservas. Houve apenas a não desconfiança. Mas isso não transforma o programa em programa nacional.

Assim como o Governo é um Governo meramente constitucional e não nacional, também o programa é um programa de Governo constitucional, que é um Governo minoritário do Partido Socialista. O Partido Socialista apresentou-se sozinho na Assembleia, com o seu programa, e sozinho saiu como Governo constitucional, sem ter obtido nem solicitado apoios de outros partidos. Poderia ser isto um pouco diferente, se tivesse havido uma votação. Mas mesmo que tivesse surgido uma moção de rejeição é completamente diverso votar contra uma moção de rejeição ou votar a confiança no Governo. Dizendo isto assim não vejo como é que se pode sustentar que um Governo minoritário do Partido Socialista tenha um programa nacional.

"T" - Face a este programa de Governo creio que o PPD já poderá agora definir um pouco mais exactamente a sua posição. Quando o dr. Mário Soares anunciou a formação deste tipo de Governo pareceu mais ou menos evidente que o PPD seria um partido de oposição. Neste momento, a opinião pública, tanto quanto me é dado perceber, encara o PPD como aliado do Governo, pelo seu comportamento, pela sua reacção ao programa do Governo. Como é que definiria posição do PPD face a este Governo? Partido realmente de oposição? Em que medida na oposição e em que medida aliado do Governo?

S.C. - O PPD continua a ser um partido de oposição. Mas isso não pode ser confundido com um partido de guerra ao Governo. Como sociais-democratas, que somos, temos consciência da responsabilidade que incumbe ao Governo e a todos os partidos, ao Parlamento também, e a oposição que vamos fazer não é uma oposição de luta sistemática.

Fizemos as nossas críticas ao programa, às medidas de Governo também, as faremos, apoiando-as ou rejeitando-as, conforme o seu teor.

Não se pode encarar o nosso partido como um partido aliado do Governo. Nem o Governo se quis aliar nem nós nos oferecemos para tanto. Continuamos como partido de oposição, mas integrados "aquilo a que eu chamei "o novo estilo parlamentar", que é de cooperação democrática e de oposição ou apoio pontual, em face das medidas que o Governo apresentar.

#### **O PROGRAMA DE GOVERNO E O PROGRAMA DO PS**

"T" - Parece-lhe que os partidos representados na Assembleia da República, todos tenham uma posição semelhante ou que alguns deles, por fundamentação ideológica ou por estratégias deverão ou poderão vir a ser oposição "de guerra ao Governo"?

S.C. - Como é natural, entre socialistas e sociais-democratas há uma grande base comum, que nós acentuámos em relação ao programa do Governo. Maior do que entre socialistas e comunistas ou que entre centristas e socialistas.

Das posições tomadas até agora pelos diversos partidos, ressaltou até que o Partido Comunista poderá ser um partido de luta contra o Governo e que os centristas do CDS estarão mais distanciados de uma política que se enquadra no socialismo democrático do que os sociais-democratas do PPD. Isto é o que posso fazer em relação às posições tomadas relativamente ao próprio teor do programa do Governo. Saliento também que, para além de todas as intervenções feitas e da minha intervenção final, a intervenção do deputado Figueiredo Dias, que o Primeiro-Ministro referiu no seu discurso final evidenciou claramente que, em face do programa e dado que ele toma a cultura como um novo humanismo, rejeitando quer figurinos ideológicos quer a burocratização da sociedade e da própria vida pessoal, o campo de cooperação entre socialistas e sociais-democratas é maior do que aquele que se poderia prever em face do programa do Partido Socialista, em relação ao qual o programa do Governo apresenta, quanto a nós, um progresso no sentido de um socialismo humanista e democrático.

#### **"RECONHECENDO O NOSSO PARTIDO COMO SOCIAL-DEMOCRATA O DR. MÁRIO SOARES TOMOU UMA POSIÇÃO QUE EU ESPERO QUE SEJA DEFINITIVA"**

"T" - Falou diversas vezes em socialistas e sociais-democratas. Ocorre-me uma afirmação do dr. Mário Soares que não me passou despercebida, quando na Assembleia falava da cooperação futura entre o Governo central e os Governos autónomos da Madeira e dos Açores e referiu como cooperação entre socialistas, o PS e sociais-democratas, o PPD, que detém o poder nas Ilhas. Isto terá sido uma afirmação de circunstância, um lapso, ou terá o dr. Mário Soares, passadas as

campanhas eleitorais, começado a reconhecer o PPD, outra vez, como um partia social-democrata?

S.C. - Quanto a mim, não se tratou de lapso. Foi um afirmação repetida que traduz uma justa apreciação do carácter social-democrata do nosso partido.

Na sua pergunta põe muito bem o problema, falando em campanhas eleitorais. Realmente, a opinião do Partido Socialista tem variado quanto ao nosso partido até conforme as campanhas. Creio que, reconhecendo o nosso partido como partido social-democrata o dr. Mário Soares tomou uma posição que eu espero que seja definitiva e que corresponde à verdadeira natureza do nosso partido.

#### **A QUESTÃO DOS NÚMEROS DO PRODUTO NACIONAL BRUTO**

"T" - Gostaria que o sr. dr. esclarecesse a questão dos números referentes ao produto nacional bruto, que provocaram polémica entre si e o Primeiro-Ministro, na última sessão de debates sobre o programa do Governo.

S.C. - O Primeiro-Ministro, em resposta ao meu esclarecimento inicial, falou num produto bruto na ordem dos quinhentos milhões de contos. Na minha intervenção final eu impugnara esse número e usei os números do relatório do Banco de Portugal, que dão para 1975 um produto interno bruto, a preços constantes de 1970, inferior a 220 milhões de contos e a preços correntes também para 1975, um produto inferior a 380 milhões de contos. Esses números coincidem com aqueles que referiu o próprio ministro das Finanças, embora eu os cite de memória. O Primeiro-Ministro insistiu num número de 500 milhões de contos mas verifica-se que esse número não tem qualquer base segura. Não é o produto de 1975. É uma estimativa feita por uma comissão, em relação àquilo que poderá ser o produto de 1976. Há, portanto, a certeza dos números que eu dei e que também o ministro das Finanças usou e que vêm no relatório do Banco de Portugal. Embora nele figurem dados estimativos, mas são os números do relatório do Banco de Portugal. Da parte do dr. Mário Soares há apenas a expectativa, ou melhor um desejo de que o produto seja de 500 milhões de contos em 1976, número fundamentado no relatório de uma comissão que o sr. Primeiro-Ministro pediu.

Devo dizer, aliás, tendo o produto decrescido em 1975, me parece inviável que ele atinja em 1976 o número citado pelo sr. Primeiro-Ministro. De resto, essa previsão - trata-se de uma mera previsão, não oficializada, que o Primeiro-Ministro apresentou - nem sequer foi esclarecido se é a de um produto a preços constantes ou a preços correntes, o que faz uma grande diferença. Mas o aumento do produto nacional bruto este ano para uma quantia dessas, se bem que altamente desejável, parece muito improvável, dado decréscimo que sofreu no ano passado.

"T" - Preferia, assim, que o Sr. Mário Soares tivesse razão...

S.C. - Oxalá o dr. Mário Soares tivesse razão. O que eu perguntei ao dr. Mário Soares, no meu esclarecimento inicial, era se o Governo podia quantificar o rendimento nacional. A resposta que ele me deu baseou-se numa previsão, a meu ver ambiciosa e optimista do que será o produto neste fim do ano e não do que foi em 1975.

Os números que eu usei e que o ministro das Finanças usou são os oficiais. O Primeiro-Ministro usou números não oficiais e nem sequer confirmados.

**DESALOJADOS: A QUESTÃO DA OPÇÃO ENTRE UM MINISTÉRIO OU UM CONSULADO - E OUTRAS**

"T" - Quanto à outra questão de desacordo mais relevante, o dr. Mário Soares convenceu-o de que os retornados ou deslocados preferiam um Comissariado a um Ministério?

S.C. - De modo algum, não convenceu nada, antes pelo contrário. Ouvi muitos desalojados, antes de falar e antes de apresentarmos o nosso programa de Governo, anteriormente às eleições. Verifiquei que o seu desejo ia mais no sentido de um ministro dos desalojados do que um comissário. De resto, o nosso programa de Governo prevê que os assuntos dos desalojados sejam entregues a um Ministério. Isto justifica-se, não só pelas razões que eu apresentei na minha última intervenção, a existência de vários problemas interdepartamentais como pela circunstância de ser necessário, se assim o entenderem os desalojados, que a entidade que trata dos seus problemas tenha assento no Conselho de Ministros, o que certamente não acontecerá com um Comissariado.

Pois em face desta posição, há uma divergência de opinião entre os desalojados que o Primeiro-Ministro ouviu e aqueles que o nosso partido ouviu. Mas não parece que se justifique a expressão que o sr. Primeiro-Ministro usou de eu querer ser "mais papista que o Papa", a não ser que o Governo e o Primeiro-Ministro se arvorem em representantes supremos dos desalojados. Até pelos telegramas e manifestações de apoio que tenho recebido de vários desalojados distribuídos pelo país em relação ao meu discurso final, creio que a nossa posição continua a ser bem fundada e que são lamentáveis as omissões do programa do Governo em relação a estes pontos concretos.

Eu falei, no meu discurso, da falta de um programa de habitação para os desalojados e da omissão ao plano de auxílio financeiro aos desalojados, programa baseado no auxílio internacional, com destaque para os Estados Unidos, cuja execução se encontra pendente desde há meses no Ministério das Finanças, o que representa e tem continuado a representar um gravíssimo dano para os desalojados e uma gravíssima injustiça também. Para além disso, o critério de fundo a que eu também aludi e que também não figura no programa é o de possibilitar aos desalojados a resolução dos seus próprios problemas aproveitando a sua capacidade de iniciativa, a sua capacidade de trabalho, as suas classificações, apoiadas pelo Governo no campo financeiro e nos vários outros campos. Essa, no nosso entender, é que é a linha certa. Está certíssimo aquilo que o sr. Primeiro-Ministro disse e que nós dizemos, há muito tempo: os desalojados não querem caridade; solicitam justiça. Mas, para que seja feita justiça é preciso definir uma linha clara de actuação, que o programa omitiu.

**COMENTANDO A CONJUNTURA MILITAR**

"T" - Como lhe parece estar a actual conjuntura a nível militar?

S.C. - É evidente que, como político, não me compete pronunciar sobre assuntos militares; assim como aos militares não compete pronunciarem-se sobre assuntos políticos. Mas se isto e assim em relação às estruturas militares, não é assim em relação aos órgãos político-militares, que os há neste período de transição, como o é o Conselho da Revolução, o órgão militar político consagrado na Constituição.

Parecem-me acertados os critérios que presidiram às actuais modificações ou seja não haver interligações entre órgãos puramente militares, que são os comandos das regiões ou outros, e órgãos políticos, como é o Conselho da Revolução. O critério parece-me absolutamente certo.

Quanto à futura composição do Conselho da Revolução, resta aguardar a nomeação dos novos membros, que serão escolhidos, concerteza, segundo o critério agora determinado. Não sei se vai sair legislação a esse respeito. É possível que sim. Já se falou nela.

Quanto à parte militar em si mesma, estando sob o comando do general Eanes e de oficiais da sua confiança, quanto a nós dá-nos garantias do que as Forças Armadas se confinarão ao papel que a Constituição e qualquer estado democrático lhes reserva.

### **O SIGNIFICADO E AS REPERCUSSÕES DAS ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS**

"T" - No contexto futuro previsível para o processo político português, como avalia as próximas eleições para as autarquias locais?

S.C. - Creio que vão ser a pedra de fecho das nossas instituições democráticas. A democratização das autarquias locais é essencial para se completar a democratização da sociedade portuguesa. É evidente que estas eleições não vão ter apenas repercussões locais. Vão também ter, como é normal em democracia, um significado nacional. A posição dos partidos variou depois das eleições nacionais parlamentares do 25 de Abril. Houve as eleições regionais dos Açores e da Madeira, que representaram um significativo avanço do nosso partido, com recuo do CDS e do Partido Socialista; e houve, depois, as eleições presidenciais, que modificaram também as posições dos partidos de acordo com análises já feitas e expressas.

Para além do objectivo de democratização total, as eleições para as autarquias podem ter importantes repercussões, designadamente a nível de Governo, como, salvo erro, salientou o próprio Primeiro-Ministro antes da constituição deste Governo. Pode ser também que estas eleições locais sejam o ponto de partida para uma autêntica regionalização.

Depois de eleitos os órgãos de poder local, poderão e deverão estes, juntamente com o Governo, proceder a uma regionalização, assente na descentralização, na Revisão, que, aliás, a própria Constituição prevê, da própria divisão administrativa e na atribuição de poderes e de recursos que permitam o exercício verdadeiro do poder local, acabando com a total dependência dos órgãos de poder locais em relação ao Governo central, dependência administrativa e financeira.

**"NÃO TEMOS NEM PREVEMOS QUESTÕES QUE AFECTEM A HOMOGENEIDADE DO NOSSO PARTIDO"**

"T" - Para terminar acha que o P.P.D., quase nas vésperas de mais um congresso,, não está sujeito a nenhuma crise como a que eclodiu em Aveiro? E, agora, um partido homogéneo?

S.C. - Poderá haver problemas, como em qualquer partido, mas não temos nem prevemos quaisquer questões que afectem a homogeneidade do partido, que assenta no seu carácter de democracia interna e amplamente participada. Por isso mesmo, vai ser completada a revisão dos estatutos, na linha dos princípios que sempre presidiram na organização do nosso partido, princípios de democracia e participação, em ordem a assegurar que ela aumente em descentralização e aumento de incremento e de eficácia dos órgãos locais e do funcionamento geral do partido.

Não conheço os problemas internos dos outros partidos.

Entendo que nem sequer os dirigentes dos partidos têm o direito de se imiscuir nas questões internas dos outros. Mas, neste momento, o nosso partido não apresenta quaisquer problemas de unidade e de homogeneidade. E ao contrário de outros partidos, nunca tivemos necessidade de alterar o nosso programa e o programa eleitoral que apresentamos corresponde ao programa do partido. Se amanhã apresentássemos um programa de Governo também não teríamos necessidade de fazer concessões nesse programa de Governo, afastando-o do programa do Partido ou do programa do Governo antes das eleições. Isto é bastante significativo da continuidade da linha social-democrata que sempre defendemos e da unidade do partido.

## **2.18. Entrevista a "O Dia" - 25/9/1976**

O Dia - O dr. Sá Carneiro acaba de regressar da Venezuela, país da América Latina onde as instituições democráticas vingaram depois dos terríveis sobressaltos que se seguiram ao derrube da ditadura. Que impressões e que resultados representam para si esta viagem, tendo em vista a evolução política em Portugal?

Dr. Sá Carneiro - Como o caso da Venezuela tem muitos paralelos com o nosso, poderia começar por responder à sua pergunta relembando o processo seguido a partir de 1958 pelas forças democráticas venezuelanas e a influente figura que foi (e ainda é) Rómulo Bettencourt.

A Venezuela teve uma Junta Militar, logo após o derrube da ditadura em 1958, realizando no ano seguinte eleições. Entretanto, os três partidos democráticos (a Acção Democrática - partido social-democrático - O COPEI - partido social-cristão - e a União Republicana Democrática) fizeram um acordo - Pacto de Ponto Fijo - pelo qual, independentemente do resultado das eleições, os partidos democráticos se comprometiam a apoiar o Governo e o presidente eleito.

Foi possível assim efectuar uma transição do poder militar para o civil com os partidos democráticos unidos. O presidente eleito em 1959 foi Rómulo Bettencourt -

uma personalidade chave em toda a política venezuelana e internacional que permitiu depois fazer face à sublevação comunista.

Os comunistas atacam o poder e houve insurreições armadas com assistência de Cuba. Simplesmente, as instituições democráticas, apoiadas pelos três partidos signatários do pacto (especialmente dois deles, dado que a União Republicana Democrática se retirou do Governo de coligação) fizeram face a todas essas dificuldades e as eleições seguintes foram disputadas no livre jogo dos partidos. Estavam, assim resolvidos os problemas fundamentais. O Partido Comunista, que tinha sido ilegalizado pela sua actuação no processo de democratização do país, veio mais tarde a ser novamente legalizado no tempo do presidente Caldera. A democracia venezuelana estabilizou-se finalmente.

O Dia - Durante a presença da delegação portuguesa em Caracas, os jornais portugueses fizeram-se eco de muitas afirmações ali proferidas por individualidades da nossa comitiva sobre o futuro das nossas relações com a Venezuela. Como vê o dr. Sá Carneiro a evolução dessas relações? A experiência venezuelana, no aspecto da sua transformação democrática, servirá de perto o nosso país?

Dr. Sá Carneiro - Para além dos contactos mantidos com diversas personalidades políticas e da audiência com o presidente da República, que é simultaneamente o chefe do executivo, visto que a Venezuela é um dos poucos países presidencialistas, tive também uma reunião com Rómulo Bettencourt, que considerei muito útil. O ambiente que encontrei em relação a Portugal era, em primeiro lugar o de regozijo pela presença naquele país de uma numerosa colónia portuguesa, muito trabalhadora, muito bem integrada na sociedade venezuelana e também muito interessada em Portugal; em segundo lugar, um grande interesse pelos nossos problemas e uma grande consciência de que da democracia em Portugal depende em grande parte a democracia no sul da Europa e no Mundo livre.

Esse foi um ponto de vista que desenvolvi e sobre o qual encontrei uma grande concordância. O reconhecimento da necessidade de entendimento entre as forças democráticas portuguesas, foi outra constante das observações que me foram feitas.

A Venezuela tem hoje diversos partidos. O partido no poder - a Acção Democrática - teve uma vitória maioritária nas últimas eleições. É um partido social-democrata, muito próximo do PPD. Tem contactos com o Partido Socialista, uma vez que os seus dirigentes são amigos do dr. Mário Soares, mas de facto é um partido tipicamente social-democrata, embora um partido mesmo nacional. Esta circunstância permitiu-me um amplo debate sobre social-democracia com dirigentes venezuelanos da Acção Democrática. Há também, tanto da parte do presidente da República como de Rómulo Bettencourt, uma consciência das nossas dificuldades e um grande desejo de ajuda.

#### **AJUDA VENEZUELANA**

O Dia - A Venezuela tem potencialidades para encetar essa ajuda? Sob que formas?

Dr. Sá Carneiro - Creio que a ajuda poderá revestir várias formas: em meu entender - e sustentei-o lá - seria necessário um plano concertado de auxílio à democracia portuguesa e a Portugal. Em relação à Venezuela, concretamente, vão desde as trocas comerciais, o problema do petróleo, à emigração. Tudo isso está em e oferece perspectivas muito aliciantes para a nossa A Venezuela tem muita necessidade de trabalhadores qualificados e devo dizer que tem realmente encontrado um bom ambiente de trabalho e de prosperidade. Um dos temas que foquei foi a possibilidade da ida de trabalhadores portugueses para a Venezuela.

O problema das trocas comerciais tem também através dos novos mercados que podemos encontrar, perspectivas muito boas, que não seria utópico pensar tanto em relação à Venezuela como em relação a outros países. Na minha opinião, a realização de acordos de importação de matérias e bens de que nós carecemos com financiamentos a longo prazo e em boas condições. Sustentaria a inclusão de uma cláusula que poderia ser a de reinvestimento dos montantes do acordo em Portugal.

O Dia - Pode concretizar esse tipo de reinvestimento?

Dr. Sá Carneiro - Em bases a estudar. Mas se tivéssemos, por exemplo um contacto de fornecimento de petróleo em boas condições e a longo prazo e para além disso, o país com quem fizéssemos o contacto reinvestisse todas essas verbas em Portugal, podia ser uma mola de desenvolvimento.

O Dia - Referiu-se atrás ao interesse com que os venezuelanos seguem a evolução do nosso processo democrático. Sublinhou a importância do pacto entre os partidos democráticos para fazer face ao perigoso PC venezuelano de então. Como defende em Portugal uma aliança desse tipo? Foi-lhe aconselhado algum acordo com os partidos democráticos?

Dr. Sá Carneiro - Verifiquei o interesse com que seguem os acontecimentos no nosso país e a necessidade que sentem de um acordo entre as forças democráticas portuguesas. Têm consciência também que a estratégia soviética continua activa e portanto, as forças democráticas se devem unir para fazer face a uma situação que económica e financeiramente é delicadíssima. Nesse aspecto não ocultei a verdade. De resto, o discurso do primeiro-ministro descreve-a, aliás em termos realistas mas quase catastróficos. Em face de tudo isso podemos encontrar da parte do Governo venezuelano um grande desejo de ajuda.

Quanto ao acordo entre os partidos democráticos, devo dizer que não me foi aconselhado. Eu próprio sustentei a necessidade dele, porque é essa a minha opinião.

O Dia - Esse pacto excluirá o PCP? O que pensa da futura estratégia deste partido? Considera viáveis quaisquer acções armadas como aconteceu na Venezuela?

Dr. Sá Carneiro - Eu falei em partidos democráticos.

Obviamente o Partido Comunista Português não está incluído nesse leque. Sobre a sua estratégia e as possíveis acções armadas algo é diferente do que sucedeu na Venezuela. As condições são diferentes. Não me parece que tenhamos, a curto



prazo, um risco desses, nem que o PCP tivesse oportunidade de o fazer. Mas continuo convencido que a sua estratégia continuará a ser antidemocrática. De resto, as declarações feitas pelos seus responsáveis acentuam que Portugal não tem possibilidade de uma democracia de tipo ocidental.

O sistema português envolve a participação dos militares no processo democrático. Ora se isso é verdade quanto a esta primeira fase, também o é, de harmonia com a Constituição que participação das Forças Armadas só se deve fazer unicamente através do Conselho da Revolução, único órgão político das FA. E não é menos verdade que não há democracias militares e que nós não vivemos em democracia completa. Vivemos numa fase em que existem instituições democráticas que estão no seu primeiro período de estabilização. Além do mais, numa democracia completa todo o poder deve ser civil.

#### **"FOMOS CONTRA UM GOVERNO MINORITÁRIO"**

O Dia - É de admitir que o PCP não esteja directamente interessado em provocar desestabilização a propósito das desocupações de terras que foram ilegalmente ocupadas quando para a semana se iniciar a operação de correcção dos erros e abusos. Todavia é possível que jogue uma cartada antidemocrática nos meios laborais, impedindo a recuperação económica pensada pelo Governo. Qual o desenlace dessa possível situação uma vez que não existe ainda esse pacto de que falou inicialmente?

Dr. Sá Carneiro - Estamos precisamente a sofrer as consequências da ausência desse pacto em Portugal. Nós não vivemos, repito, numa democracia estabilizada. O povo português e os partidos políticos democráticos desempenharam um papel fundamental designadamente no 25 de Novembro. Continuo a dizer que não é um partido ou uma pessoa o herói da Revolução Democrática do 25 de Abril. Foi o povo português, porque foi ele quem salvou a democracia quando esteve a ponto de sossobrar por quem queria implantar uma ditadura do proletariado ou uma ditadura do tipo comunista.

O povo português tem de estar consciente que não vive ainda numa democracia estabilizada, porque sendo as dificuldades económicas financeiras e também sociais dramáticas, tem de continuar a desempenhar o seu papel de salvador da democracia portuguesa.

Os partidos políticos democráticos como representantes do povo e defensores da democracia têm essa enorme responsabilidade que considero histórica. A existência de um pacto ou de um acordo entre os partidos democráticos nesta situação, que não é estável, e que é de grande risco para a democracia, como o reconheceu o próprio primeiro-ministro no seu discurso ao país, pois mais agrava essa responsabilidade. Quais as modalidades, quais os aspectos que podia revestir, pois isso não posso saber em concreto. Não estou a defender um governo de coligação apenas. Fomos contra a existência de um governo minoritário. Como partido, desde que a experiência foi feita, dispusemo-nos a não a pôr em causa, mas a exigir apenas que o governo governasse e tomasse decisões efectivas. O problema para mim é mais que um governo de coligação. É um acordo fundamental entre as forças democráticas portuguesas: os sociais-democratas, os socialistas e

os centristas ou democratas-cristãos. Pela nossa parte, sempre estivemos abertos a essa possibilidade. Parece-me haver uma certa desmotivação política das pessoas face à existência de instituições democráticas em Portugal. Pois essa existência é real, mas todos devemos continuar mobilizados para defender a democracia e todos devemos também exigir do governo aquilo que dele se espera.

O Dia - Pode definir concretamente a sua actual posição quanto ao governo socialista?

Dr. Sá Carneiro - Como tenho dito, e na minha opinião, o governo está ainda longe de demonstrar o dinamismo, a decisão e a acção eficaz que seria de esperar. Mantemos a nossa expectativa e a nossa exigência em relação à acção do governo, mas continuamos a dizer que ela tem de ser demonstrada na prática imediatamente.

A situação económica e financeira descrita pelo primeiro-ministro, em termos muito mais realistas do que a descrição que fez no Parlamento, mostra bem que ou resolvemos imediatamente os nossos problemas ou pelo menos tomamos as decisões para os resolver, ou então haverá o colapso económico que pode também ser o colapso da democracia portuguesa.

Temos de evitar a todo o transe um novo Chile em Portugal, até porque as forças não democráticas da esquerda têm seguido uma estratégia que se identifica até em pormenores com a estratégia chilena.

Considero um erro grave é apresentar o governo minoritário socialista como última e única alternativa democrática. Não o é nem pode ser. A democracia portuguesa não se identifica nem com o PS nem com o governo socialista. É muito mais ampla como mostram, de resto, os resultados das eleições. Se se disser como tem sido dito, que o actual governo é a última alternativa, é a meu ver fazer uma afirmação antidemocrática. E se ela se pode aceitar ou compreender em termos de campanha eleitoral, na actual situação já o mesmo não sucede. Porque então seria identificar um falhanço do actual governo com a ditadura. E corre-se também o risco de poder ser entendido por algumas forças como um convite a um regime ditatorial no caso do governo falhar.

Os portugueses sabem, até pelo resultado das eleições, que se este governo falhar outras perspectivas democráticas pode haver, através de um governo de coligação partidária ou através de um governo de composição não exclusivamente partidária, que reúna as pessoas mais competentes sempre com um programa muito claro e completo, um programa que eu consideraria de emergência nacional e que poderia permitir governar com efectividade e clareza.

## **2.19. Entrevista a "O Jornal" - 15/10/1976**

"O Jornal" - A mudança de nome do seu partido para além das explicações oficiais, corresponde a quê? A um projecto Histórico?

Sá Carneiro - Corresponde a uma sinceridade programática. Desde 1974 que o nosso programa se chama "A social-democracia para Portugal". Já anunciámos as

razões porque não somos desde o início Partido Social Democrático. Entendemos que esta era a altura de termos a designação do Partido, de harmonia com aquilo que sempre foi o programa do Partido, ou seja, a social-democracia.

P. - Mas isso não tem nada a ver com o projecto (quando a democracia estiver consolidada, como o sr. dizia há pouco), de um grande agrupamento social-democrata em Portugal?

R. - Pois só a história o dirá, visto que falando disso estamos a falar em termos de futurologia. É possível que as coisas em Portugal se encaminhem para aí, é possível que não. É um problema de futuro. Neste momento assumimos realmente, em termos de nome, aquilo que somos em termos de realidade.

Nada mais.

P. - Mas esse projecto histórico, a si, como dirigente político social-democrata, agrada-lhe? Acha-o importante?

R. - Acho que a social-democracia necessita de ser encarada por uma grande força partidária, necessita de uma clara definição em relação ao socialismo "tout court", em relação ao comunismo. Entendo que a social-democracia se não pode fazer em colaboração com partidos comunistas.

P. - Esse projecto histórico passa, ou passaria, por, a curto prazo, uma coligação PS-PPD?

R. - Não me parece. Não se trata de coligação. Está a falar, repetidamente em "projecto histórico" - a expressão é sua não é minha. Quem o encara, a não ser, neste momento, alguns jornalistas! Pois se houver "leaders" políticos capazes de o encarar, eu estou disposto a pensar o assunto e a entrar em contacto com esses "leaders" políticos. Não considero que isso se identifique de modo algum com um Governo de coligação. De resto, creio que um Governo neste momento em Portugal como em qualquer democracia, necessita de ser um Governo com maioria, porque essa é a solução democrática.

E um governo de minoria que envereda pelas soluções de compromisso acaba por ficar comprometido: com uma agravante no nosso caso é que sendo o nosso sistema constitucional semiparlamentar, ou semi-presidencialista, se pelos órgãos competentes não forem tomadas as devidas providências, o comprometimento do Governo pode implicar o comprometimento daquilo que eu considero ser o eixo da democracia portuguesa: o Presidente da República. E isso é que é fundamental que não aconteça.

#### **"O P.R. É EIXO DA DEMOCRACIA"**

P. - É capaz de fazer a "tradução" dessa sua última afirmação em termos práticos, em termos de futuro breve?

R. - Em termos de futuro breve não lhe sei dizer. Em termos mais claros pois posso fazê-lo. O Governo existe e governa, ou, pelo menos, está no poder enquanto o Presidente da República lhe mantiver a sua confiança. Se o Governo se compromete, se desprestigia, se não governa e o Presidente da República o

mantém no poder, esse comprometimento e esse desprestígio atinge o Presidente da República. E, como disse considero o Presidente da República o eixo da democracia portuguesa, porque de Governo podemos mudar democraticamente, de Presidente da República só podemos mudar no fim do mandato, ou numa hipótese, que não considero provável, em caso de demissão. E é por isso que é indispensável que, no caso português, o Presidente da República se mantenha afastado da política do Governo e de qualquer situação que implique desprestígio ou comprometimento do Governo.

P. - Portanto esse recado ao Presidente da República...

R. - Não é recado. Eu quando tenho alguma coisa a dizer ao Presidente da República, digo-lhe directamente.

P. - Esse seu temor significa portanto, se o conjugarmos com afirmações recentes suas quanto ao que chama da "inoperatividade do Governo", que a questão governamental terá que começar a ser repensada?

R. - Sim. Em primeiro lugar pelo próprio Governo. Creio que o Governo dispõe ainda de um certo tempo para mostrar do que é capaz. Parece-me que hoje as pessoas estão desanimadas, encaram já o Governo com maior cepticismo do que na altura da apresentação do seu programa; portanto o tempo é muito escasso. As possibilidades do Governo devem ser demonstradas rapidamente. Eu disse também, de resto no Porto, que me parece que o Governo está muito virado para uma actividade externa muito presente em inaugurações, em cerimónias publicas, muito presente na televisão, nos jornais. Creio que isso é um duplo mal. Em primeiro lugar porque a situação gramática, senão trágica, especialmente do ponto de vista económico-financeiro em que nos encontramos, levava as pessoas a esperar do Governo que estivesse voltado para uma acção interna; preparação de decisões, estudo de "dossiers", enfim, tudo aquilo que devia estar feito por este Governo - visto que o Partido Socialista sabia que ia ser Governo desde 26 de Abril - e que parece não estar feito.

Por outro lado essa actividade externa do Governo que lhe garante uma presença nos órgãos de comunicação social, na véspera de eleições para as autarquias locais, pode levar as pessoas a supor que o Governo, e o seu partido, estão em campanha eleitoral. Isso não pode ser, visto que a campanha eleitoral ainda não começou, os demais partidos não vão dispor da Televisão e dos demais órgãos de informação nacionais, especialmente rádio, para a campanha para as autarquias locais, e se os outros partidos deles não vão dispor o Governo também não pode dispor deles.

P. - A propósito de autarquias. Vamos ter as eleições. O PPD vai concorrer com listas autónomas ou apoiar eventualmente, listas apartidárias. De qualquer modo põe-se o problema pós-eleitoral. Supondo que o actual sistema é ratificado pela Assembleia, os executivos vão ter que ser formados ou vão ter de, pelo menos em termos de direcção política, que depender em muitos locais de acordos para a formação de uma maioria. Em relação às autarquias locais qual a estratégia pós-eleitoral do partido?

R. - Em primeiro lugar nós não sabemos ainda qual é o actual sistema visto que no último Conselho de Ministros, foram introduzidas alterações à lei eleitoral de que ainda não nos foi dado conhecimento. Só um partido neste momento é que conhece o partido do Governo. Em segundo lugar, não sabemos ainda como é que se vão passar as coisas na Assembleia da República A estratégia pós-eleitoral do nosso partido, isto para responder à sua pergunta, vai ser a de fidelidade ao programa e a de cooperação com as demais forças democráticas nas autarquias locais em que estivermos representados. Ou seja com o Partido Socialista e com o CDS, visto não considerarmos forças democráticas nem o Partido Comunista nem as listas "Povo Unido" - e aí, devo dizer-lhe que, nós, em princípio não estamos dispostos a apoiar listas apartidárias!

Se aparecerem listas com autêntica representatividade local a nível de freguesia, que congreguem as pessoas mais competentes e mais capazes, pois sim senhor podem vir a ser apoiadas pelo nosso partido. Mas listas do tipo "Povo Unido", pseudamente apartidárias, mas que na realidade implicam a instrumentalização de forças chamadas populares por determinadas forças partidárias, essas não as apoiamos em nenhum caso.

#### **AS "ELEIÇÕES LOCAIS NÃO SÃO PLEBISCITO"**

P. - De qualquer modo as eleições para as autarquias, apesar da sua especificidade, podem ter um significado político muito profundo. Se o PPD considerar que os resultados das eleições são um êxito, parece-lhe provável que possa pedir uma redefinição do Governo?

R. - Nós como partido não lutamos por estar presentes num Governo de coligação. Se vier a ser pedida a nossa colaboração pois também não voltaremos a costas às nossas responsabilidades. O resultado das eleições pode levar a tal o Presidente da República (ou o primeiro-ministro, se entender dever apresentar a sua demissão em face dos resultados das eleições para as autarquias locais). Neste momento, parece-me que as eleições locais não são de maneira nenhuma um plebiscito nacional. Não se vai votar pró ou contra o Governo. Está-se no âmbito do poder local a escolher as pessoas mais capazes para serem os dirigentes locais.

P. - Não me parece que seja transparente a estratégia do seu Partido. O seu partido tem de facto uma estratégia? Qual é?

R. - Qualquer partido político tem uma estratégia. Qualquer partido político sabe revelar essa estratégia à medida que os factos forem apontando a necessidade e a conveniência de a revelar. Neste momento, a nossa posição como partido é ainda de expectativa.

Achamos que uma certa deterioração da vida política nacional é em parte da responsabilidade do Governo. Está a haver uma determinada actuação tanto do Partido Socialista como, embora em menor medida do Governo que me faz temer uma falta de cooperação em relação aos governos regionais dos Açores e da Madeira. Isso seria muito mau, além de contrário às promessas do primeiro-ministro. Portanto, neste momento, a nossa estratégia é a mesma que tivemos na altura da

discussão do programa do Governo na Assembleia, mas mais crítica em relação ao Governo. Até porque houve factos como a nomeação de governadores civis partidários.

Há ainda todo um domínio do partido no Governo em relação a sectores económicos, financeiros a sectores, da Imprensa e da Televisão.

**"QUEM ENFIA A CARAPUÇA?"**

P.- Na primeira parte desta sua última resposta acusa o Governo de uma certa política de dominação do aparelho de Estado.

R. - Acho que há esse risco. O seu jornal perguntou em título grande quem é que enfiava a carapuça, a propósito do discurso do Presidente da República...

P. - E que resposta é que o senhor dava a essa pergunta?

R. - O Partido Socialista. Quando o Presidente da República fala em incompetência generalizada, em corrupção crescente e em domínio partidário, pois eu creio que nesse último aspecto se refere concretamente ao Partido do Governo. Nos demais aspectos aponta uma responsabilidade do Governo que, embora encontrando situações herdadas, tem de ter uma actuação drástica para lhes pôr termo. E quando falo em domínio partidário não coincido de modo algum com a análise comunista. Não vejo esse domínio partidário no Ministério da Educação e Investigação Científica. Vejo-o noutros sectores, não nesse. Parece-me que o MEIC tem tido uma actuação muito positiva, muito dinâmica, que tem faltado noutros sectores.

Não podemos esquecer que o primeiro-ministro anunciou, antes de ser primeiro-ministro, salvo erro numa entrevista ao vosso jornal, que a actuação do governo ia ser "espectacular". Pois, o "espectáculo" que nos é dado presenciar é aquele que foi descrito com muita acuidade, muita oportunidade, pelo Presidente da República no seu discurso de 5 de Outubro.

É claro que nós já estamos um pouco cansados de discursos como o de 5 de Outubro. Não em relação ao general Eanes. Lembro-me dos discursos catastróficos do general Spínola. Creio que um presidente da República só pode dizer o que disse o general Eanes uma vez. A segunda vez, o discurso que fizer, deve explicar aos portugueses as medidas que já tomou para obviar aos males que denunciou no anterior discurso. Não pode é repetir análises, por mais pessimistas que sejam, visto que ele é o sumo responsável pela condução da vida política nacional.

P. - Isso é o segundo recado ao Presidente da República...

R. - Não mando recados nenhuns, nem pelo seu jornal, nem por outro qualquer. Simplesmente, estamos a falar dos problemas e acho que devemos falar francamente e isto é para publicar também.

Eu não mando efectivamente recados ao Presidente da República por duas razões fundamentais. Primeiro porque efectivamente não é o meu estilo, em segundo lugar porque ele concerteza não os recebia. Quando quero falar com ele, falo di-

rectamente com ele; quando ele quer falar comigo, faz a mesma coisa. E isto também em relação ao Primeiro-Ministro.

P. - Será que o PPD antevê a hipótese de que o PS venha a ser, tenha pelo menos votação para ser o grande partido social-democrata que o PPD em princípio quereira vir a ser num futuro mais ou menos próximo?

R. - Quanto às possibilidades de o Partido Socialista ser o grande Partido social-democrático, eu respondo negativamente. O Partido Socialista português é um partido de estilo 'jaurésiani'. Tem portanto, uma perspectiva que, a meu ver, já está muito ultrapassada. E, sobretudo, é um partido, anti-social-democrata. Logo, enquanto se mantiver nessa posição, enquanto não alterar o seu programa nunca pode ser um partido social-democrata. As posições tomadas na Assembleia Constituinte e tomadas publicamente por vários responsáveis a começar, pelo seu secretário-geral, são anti-social-democrata. Radicam nesta ideia que eu reputo errada de que a social-democracia é inviável em Portugal.

Se o Partido Socialista modificar a sua linha, pois então pode haver efectivamente uma outra força social-democrata, neste momento, não.

#### **"COM O ANTAGONISMO DOS SOCIALISTAS"**

P. - E o PPD não gostaria de auxiliar de determinada forma a modificação dessa linha?

R. - Mas nós não temos feito outra coisa. O PPD/PSD lançou-se em Portugal naquilo que suponho ser uma aventura quase única na nossa história moderna, que é construir a social-democracia, sem os socialistas e com o antagonismo declarado dos socialistas. E para além daquilo que directamente fizemos creio que em muito contribuímos para que em Portugal não houvesse uma Frente Popular, ou, como hoje é uso chamar-se, o socialismo mediterrânico.

P. - Supondo que o PS ouvia e punha em prática esses recados que constantemente o PPD tem vindo a mandar...

R. - Vocês falam-me tanto em recados que eu até seria levado a supor que vem invocar mandato do PS, ou do Presidente da República, o que, creio não ser o caso...

P. - Não. É que de facto a actividade do PPD nestes últimos tempos tem-se caracterizado por uma certa participação ao nível crítico, ao nível de chamadas de atenção dos órgãos do poder.

R. - Eu creio que essa é a posição certa neste momento em Portugal para um partido que está mais empenhado na democracia que nos seus resultados eleitorais.

P. - Mas vamos supor que o PS ouve esses recados todos e se transforma, ou se vai transformando num partido social-democrata, na grande força social-democrata portuguesa. Isto constituiria num futuro próximo uma espécie de suicídio para o PPD?

R. - Não. Não pode haver uma grande força social-democrata em Portugal sem o PPD/PSD. O Partido Socialista não tem capacidade de só por si se transformar na grande força social-democrata portuguesa. Para que haja em Portugal essa grande força social-democrata tem de existir a cooperação do PPD/PSD, sigla que continuaremos a usar num período transitório.

**"NÃO HÁ DEMOCRACIAS MILITARES"**

P. - Falando, então, em democracia. Na entrevista que deu ao "Dia" falou de problemas inerentes ao projecto democrático. Pensa, efectivamente, que a democracia neste País é um projecto a prazo?

R. - Eu creio que a democracia é um projecto em curso, que pode ficar comprometido se não houver uma grande lucidez da parte dos responsáveis políticos e também da parte dos responsáveis militares. Acho inaceitável que se diga que o actual Governo é a única e a última alternativa democrática em Portugal. Já o disse, e repito, que a democracia em Portugal não se identifica nem com o Governo socialista, nem com o Partido Socialista. Quando se afirma que este é a última e a única alternativa democrática em Portugal, está-se implicitamente, a fazer um convite antidemocrático. Está-se a fazer um convite ao poder militar, se este Governo falhar. E isso parece-me extremamente perigoso, nocivo e condenável.

Se este Governo falhar há outras alternativas democráticas. Não falo em termos de "Alternativa-76" - essa não é comigo, não é connosco e até falhou. Falo em alternativas que implicam uma responsabilidade. E é nesse sentido que eu falei de um pacto fundamental entre os partidos democráticos para acertarem uma política de reconstrução nacional.

P. - Mas a democracia portuguesa, a seu ver, corre perigos? Falou numa componente militar; o Presidente da República avisou, no seu último discurso, que à sombra dos tanques, não se construa nenhuma democracia. Para si, o que é que isso significa?

R. - A democracia, neste momento, corre perigos em Portugal. E perigos sérios! Perigos directamente derivados da situação económico-financeira. Quando um Primeiro-Ministro de um país diz, como disse o nosso, na sua primeira comunicação, que, se os problemas não forem resolvidos a curto prazo, se aproxima, no mesmo curto prazo, o colapso económico, que pode ser o colapso da democracia, pois todos temos de ficar sensibilizados para os perigos que a democracia corre.

Por outro lado, quando se identifica a democracia com o Governo, está-se a fazer um aceno, no caso de falhar esse Governo, ao poder militar. E poder militar significa poder não-democrático, visto que não há democracias militares, como já tenho repetido muitas vezes.

Portanto, os perigos estão patentes. Que haja um perigo militar directo, suponho que ele não existe. Mas se os "leaders" políticos civis não estiverem à altura de demonstrar correspondência às suas responsabilidades e não demonstrarem capacidade, então pode surgir directamente um perigo militar, ou seja, repetir-se a história de 1926-1930. E como os défices orçamentais e a crise financeira são



hoje piores do que eram em 1930, nós não podemos deixar de nos inquietar com a situação.

P. - Entre os perigos que abordou nessa sua entrevista, falava daquilo que designa por "esquerda não democrática". Não falava, entretanto, na direita. Porquê?

R. - Porque me parece que, numa situação destas, a esquerda antidemocrática, que está activa no nosso país e que vai estar ainda mais activa as eleições para as autarquias locais, onde estou convencido que ressurgirão vultos do passado de há dois anos, vai procurar tirar proveito da crise generalizada. E só por essa via é que a direita representará um perigo.

Hoje, como sempre depois do 25 de Abril, parece-me que a grande oportunidade de uma direita não democrática em Portugal será dada por uma esquerda antidemocrática, que poderá provocar uma ditadura de direita se continuar no seu irrealismo, na sua estratégia antidemocrática, na sua estratégia pseudo-revolucionária populista. A direita em si mesmo, porque não tem bases sociais de apoio, porque o povo português não é conservador, porque o povo português ainda acredita firmemente na democracia e na liberdade que lhe prometeram os capitães de 25 de Abril, não me parece representar um perigo directo. Agora pode haver uma coincidência de estratégias de uma esquerda antidemocrática, que esteja interessada em impedir uma democracia estável em Portugal, e, por aqui, também no sul da Europa, e de uma direita que sonhe com um regresso ao passado. E esse é também o grande perigo.

P. - Traçou um diagnóstico. Qual a terapêutica?

R. - É evidente que não vou apresentar um plano de emergência para a crise. Na altura própria, como Partido, poderemos apresentá-lo. Apresentei já algumas sugestões: a realização de um pacto democrático fundamental, em matéria de política económica, financeira e social, para os próximos quatro anos, entre os grandes partidos democráticos; a necessidade de uma política muito esclarecida e muito dinâmica no campo económico-financeiro, e social também, que me parece não estar a existir; a necessidade de se aproveitarem as pessoas mais competentes, independentemente da sua filiação partidária, para desempenharem cargos de responsabilidade no aparelho de Estado se não também é uma premente necessidade de garantir o pluralismo a todos os níveis da vida política portuguesa, afastando a tentação de um partido hegemónico, que poderia, a curto prazo, tornar-se num partido único.

Estas são, a meu ver, as linhas principais de actuação, consignadas com uma actuação do próprio Presidente da República de harmonia com os seus poderes constitucionais. Se o Presidente da República desempenha, transitoriamente, as funções de Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, pois o certo é que o cargo principal e meramente político, ou, de si, eminentemente político, é o de Presidente da República. E, na altura própria, creio que isso será determinante.

#### **"ATÉ AO FIM DO ANO"**

P - O que é que quer dizer com "altura própria"?

R. - Na altura em que o general Ramalho Eanes julgue necessário manter expressamente ou retirar a sua confiança ao actual Governo.

P. - Pensa que esse acontecimento poderá ocorrer num futuro próximo? É que já há pouco tinha dito, acerca do discurso do Presidente da República em 5 de Outubro, que esse discurso devia ser o último de análise da situação. A partir daí disse, o Presidente da República deveria actuar...

R. - Na minha opinião pessoal, e dada a evolução dos acontecimentos, julgo que isso poderá acontecer até ao fim do ano. É a minha previsão. Até porque há outro perigo para a democracia, do qual já falei atrás genericamente, mas que acho importante salientar, e que já foi denunciado pelo Presidente da República - é a corrupção. Isso é um perigo efectivo, não só pela deterioração geral que provoca, como pelo desprestígio dos órgãos de poder que acarreta, até pelos reflexos internacionais. A corrupção crescente e muito intensa, é pois, um perigo fundamental para a democracia.

P. - Aqui há uns meses, fazia parte do seu vocabulário político a fórmula de "governo de salvação nacional". Ela desapareceu nos últimos tempos. Seria isso uma das hipóteses numa hipotética crise ou acha que, neste momento, já não?

R. - Falei em governo de salvação nacional, salvo erro, no próprio dia das eleições presidenciais, na televisão. Suponho que, hoje a fórmula devia ter algumas correcções. A meu ver, será a breve trecho necessário um Governo dotado de autoridade, competência e eficácia, com um programa muito claro para a crise, e que tenha o apoio do Presidente da República. Mas, dada a deterioração da situação, creio que há aí que introduzir o acordo dos grandes partidos democráticos e a aceitação generalizada dos trabalhadores portugueses. Com essa fórmula, com essa actuação poderemos falar de um governo de salvação nacional, ou antes, de reconstrução nacional.

P. - A nível do seu partido, há quem interprete algumas alterações que não são previsíveis, como reflexo de o sr. dr. prescindir, de certo modo, da sua posição tutelar sobre o partido. Isso tem alguma coisa a ver com a democracia interna no partido? Sente-se o tutor do seu partido?

R. - Não me sinto o tutor do partido, nem me parece que possam ser interpretadas as alterações aos estatutos numa perspectiva como a que pôs, que é uma perspectiva monárquica de Carta Constitucional, com um monarca a repartir poderes. Não é esse o meu caso, nem é esse o caso do nosso partido. Quero ver partilhadas responsabilidades, quero ver partilhados os poderes, mas sem alteração da estrutura democrática do Partido, que sempre foi democrática. Simplesmente, parece-me que uma orgânica de órgãos nacionais de poder mais dividido é conveniente para o nosso Partido, para a democracia portuguesa e, portanto, também para mim pessoalmente.

P. - E para as relações de força no interior do seu partido?

R. - A força do partido está muito coesa, e quando se fala em relações de força pode-se pensar em divisão. Efectivamente, não há divisões internas.

P. - Só gostaria de lhe perguntar uma coisa. Depois desta conversa toda, e destes recados, ou não-recados, que título é que o senhor poria à entrevista?

R. - Não se mandam recados para Belém ou para S. Bento.

## **2.20. Discurso de encerramento das I Jornadas Sociais-Democratas sobre política de ensino - 10/9/1976**

Na sessão de encerramento das I Jornadas Sociais-Democratas sobre Política de Ensino, o nosso Secretário-Geral proferiu o seguinte discurso:

"Meus amigos, as minhas palavras são sobretudo sinal de presença, de apreço e de estímulo. Não tendo estado aqui nem tendo acompanhado os trabalhos, só nesta perspectiva podia falar.

Esta iniciativa faz-nos pensar imediatamente no problema da inserção de uma organização social-democrata de juventude num partido político. Como concebê-la? Para mim, entendo que, para além dos problemas concretos, juventude inserida numa determinada ideologia partidária significa para um partido um estímulo constante.

### **JUVENTUDE É DISPONIBILIDADE PARA A CONSTRUÇÃO DO FUTURO**

Juventude é disponibilidade, em abertura para a construção do futuro. Nós, que não somos jovens, vivemos um presente limitado, construindo aí o futuro que havemos de deixar aos nossos filhos.

Os jovens vivem na sua perspectiva um futuro praticamente sem limites, esperança daquilo que há-de ser a sociedade dos vindouros. Daí que tenham disponibilidade de abertura de acção, de reflexão e de trabalho - bastante maior do que aquela que têm os que, na nossa idade, estão ocupados com a vida profissional e familiar.

Disponibilidade essencial para um partido político, que não pode ser concebido, como aqui já ouvi, como simples máquina eleitoral; pelo menos um Partido Social-Democrata não pode ser concebido assim. Tem de ser uma ideologia encarnada, em constante reflexão crítica. Por isso é que a disponibilidade de estudo, de reflexão e de trabalho dos jovens é essencial para uma organização partidária.

### **O SOCIALISMO PERSONALISTA IMPLICA UMA PERSPECTIVA AMPLA DE CULTURA**

Ao reflectir sobre problemas de ensino, a J.S.D. conjuga esta perspectiva dinâmica em relação ao futuro com aquilo que é fundamental numa linha de Social-Democracia.

Tenho para mim - e aí está uma pista que a meu ver não foi ainda suficientemente desenvolvida, nem entre nós nem fora de Portugal - que a Social-

Democracia conjuga socialismo e personalismo, ou humanismo: é o verdadeiro socialismo personalista.

Aí estamos com os problemas de Cultura, visto que personalismo é, essencialmente, o respeito pelos valores da pessoa, numa perspectiva ampla de Cultura. Uma cultura que é por si mesma, sempre jovem e portanto sempre incómoda, porque quem diz cultura diz crítica, diz reexame de problemas, de aventar de novas soluções.

O problema da cultura é o substracto do ensino - ensino concebido como um dos aspectos da educação, tendo como base o problema cultural da inserção da pessoa numa determinada sociedade, num determinado mundo. E há que respeitar sempre o valor essencial da Social-Democracia que é a criatividade pessoal. Ora o ensino é, precisamente, a base do respeito pela criatividade pessoal.

Quando se invade o espaço da criatividade, rouba-se todo o aspecto cultural e humano à política, caminha-se para um qualquer despotismo.

Reflectido assim o ensino por uma Juventude Social--Democrata, estamos a dar um contributo decisivo para o progresso da democracia no nosso país. Progresso e estabilidade porque se temos instituições democráticas estamos longe de ter conseguido, entre nós, a verdadeira democracia. Sabemos - e aqui isso reflectiu--se - o que se passa nas escolas. Sabemos o que há, por esse país, de desigualdades efectivas entre camadas da população e entre regiões. Mesmo nos períodos em que Portugal teve liberdade política, não se fizeram as reformas de fundo que poriam o nosso país no caminho da justiça e do progresso.

### **A COOPERAÇÃO DEMOCRÁTICA ENTRE ALUNOS, PROFESSORES, PAIS E FUNCIONÁRIOS**

Na luta por um ensino livre e democrático, base de uma sociedade democrática, não foram só os jovens e os estudantes que conseguiram um caminho para a vitória (porque estamos longe ainda da vitória final).

Há que prestar homenagem a todos quantos, fazendo parte do corpo docente, sacrificaram o seu futuro, o seu presente e o das suas famílias, numa luta que era sua também, mas era sobretudo dos jovens, dos estudantes, do futuro deste país.

Há que prestar homenagem também àqueles pais conscientes que, concebendo a vida familiar como partilha de problemas dos seus filhos, sentiram que algo de muito importante estava em jogo. Pais que se reabriram, muitos deles, aos problemas da juventude; pais para quem esta crise do ensino foi benéfica, porque os levou a sair do seu comodismo, de uma certa esclerose com que olhavam os problemas, e a fazer uma autêntica revisão de vida, abrindo-se a um dinamismo a que de outro modo teriam ficado completamente alheios.

O que é preciso e que encontremos canais para que este dinamismo permaneça e se institucionalize, através daquela cooperação aqui recomendada entre pais, docentes, discentes e funcionários.

## **A SOCIAL-DEMOCRACIA PORTUGUESA TEM COMO BASE A CULTURA DO POVO PORTUGUÊS**

Iniciativas como esta têm de ser multiplicadas para bem da social-democracia portuguesa e para bem do ensino em Portugal.

O nosso partido lançou-se numa aventura política apaixonante, praticamente nunca tentada, que é a de construir uma social-democracia tendo como antagonistas os próprios socialistas. Lançou-se na aventura de construir uma social-democracia adaptada às condições de vida e à cultura do nosso povo.

Quando se diz que o nosso povo é inculto, comete-se uma grave injustiça - porque temos efectivamente um povo com uma grande taxa de analfabetismo (cerca de 35%), temos um povo muito pouco instruído, mas temos um povo culto; um povo que ao longo de mais de oito séculos de história aprendeu a viver de uma determinada maneira, segundo uma concepção de vida que ele próprio muitas vezes não formula mas que realiza plenamente, e a cujos valores fundamentais está basicamente agarrado.

E isso é uma cultura autêntica, não literária, não livresca, mas verdadeiramente humana.

É dessa cultura que temos de arrancar para a transformar em educação verdadeira, em todos os aspectos da vida, seja de jovens seja de adultos. É daí que temos de arrancar para a nossa perspectiva - construir a sociedade que queremos, de igualdade em liberdade, sempre com respeito pela justiça, a caminho do Progresso."

## **2.21. Discurso de abertura do III Congresso do PSD em Leiria - 31/10/1976**

### **DOIS ANOS DE VIDA DO PARTIDO**

1. Ao saudarmos cordialmente todos os presentes, os representantes dos Partidos aqui presentes, os convidados, os congressistas, os representantes dos órgãos de informação e os observadores, saudamos os dois anos de vida do Partido Social Democrata e o esforço, dedicação e sacrifício das dezenas de milhar de militantes que tornaram possível a social democracia portuguesa.

Do primeiro Congresso do Partido, em Novembro de 1974, saíram os nossos Estatutos e o nosso Programa. Com eles nos lançamos à tarefa de estruturar o Partido, realizar a sua implantação no todo nacional, disputar eleições. Tudo na perspectiva raramente tentada de fazer vingar a social-democracia num contexto em que, naturalmente aceite pela população, era no entanto atacada e tida como inviável por certos políticos e militares.

À distância de dois anos é grato poder dizer que o essencial da missão foi cumprido. Com plena consciência dos erros, das carências e das deficiências de que o Partido ainda enferma, podemos com justiça orgulhar-nos do trabalho realizado e da confiança que em nós depositaram os eleitores.

Aos obstáculos previsíveis acrescem dificuldades inesperadas, dentro e fora do Partido.

Uma prolongada doença do Secretário-Geral pôs rudemente à prova a organização, os militantes e os próprios eleitores num período especialmente conturbado da vida nacional. Mas essa prova demonstrou a vitalidade e unidade dos sociais-democratas. Cimentado por um Programa claro e honesto, os militantes cerraram fileiras com os dirigentes eleitos no I Congresso e viram o seu esforço recompensado com a confiança de um milhão e meio de votos de eleitores e a vitória na maioria absoluta dos círculos eleitorais.

2. Agravaram-se depois os tempos ao ponto de ficar em risco a Revolução Democrática do 25 de Abril.

As minorias gonçalvistas e comunistas, derrotadas eleitoralmente, quase conseguiram erigir-se em novos situacionistas opressores e destruidores. Encetou-se a fase da resistência popular democrática. Nela tiveram lugar activo os sociais-democratas. Por toda a parte contribuíram para a força popular que derrotou os novos senhores totalitários.

À mobilização permanente dos militantes correspondeu, na Assembleia Constituinte, a acção vigorosa do Grupo Parlamentar do PPD.

O seu contributo foi decisivo para preservar a Democracia e o Partido e para elaborar uma Constituição democrática.

Ainda se não havia pacificado o País quando surgem dificuldades internas, após o Congresso Extraordinário de Aveiro Mas também a essas o Partido resistiu, ultrapassando depressa a perturbação que outros tentaram agravar e explorar em seu benefício.

Quando chegou o 25 de Novembro os militantes mobilizaram-se com a naturalidade de quem não descurou a vigilância; e realizaram com simplicidade a tarefa de cooperar com as Forças Armadas democráticas na derrota dos golpistas. Disso é exemplo a decisiva acção dos militantes de Leiria junto da Base sublevada de Monte Real. Já antes, sem alardes publicitários usados por outros que então não apareceram, na noite de 8 de Outubro os militantes do Norte manifestaram-se em massa junto do RASP, apoiando o Brigadeiro Pires Veloso e enfrentando serenamente a violência cobarde dos desordeiros contra-revolucionários; vários ficaram gravemente feridos, mas a subversão que campeava na Região Militar Norte sofreu um golpe mortal, sem o qual não teria sido realizável a sua derrota no 25 de Novembro.

É impossível recordar aqui todos os traços mais relevantes da vida do Partido nestes dois anos. Mas é imperativo prestar profunda homenagem a todos quantos tornaram possível a realidade que hoje somos. Foi um trabalho colectivo e não de personalidades. Foi uma vida em que todos se arriscaram, com a consciência de que estava em causa a própria sobrevivência do Povo histórico que somos. Alguns perderam a vida, muitos ficaram física e moralmente feridos, todos contribuímos para o que é hoje a Democracia Portuguesa e, nela, o Partido Social-Democrata. Daí, a homenagem merecida que este Congresso começa por ser.

3. Como realidade viva e dinâmica, o Partido deve-se a si próprio reflexão crítica e tentativa constante de aperfeiçoamento.

Sobretudo um partido social democrata não é apenas militância organizada com vista a conquista do poder por meios democráticos; não é, nem pode ser, mera máquina eleitoral. Há-de ser estímulo pessoal, político e sócio-profissional. Tem de agir como difusor de ideias, como dinamizador de planos, como estimulante da acção pessoal.

Sem isso renunciaríamos à dimensão ética e cultural da política, que se tornaria mero jogo de banalidades e de conveniências.

Concebemos a social democracia como socialismo personalista, que concilia o primado do social com o integral respeito pela criatividade pessoal, construindo uma sociedade justa e igualitária, com preservação das esferas de acção moral e material da pessoa, do seu espaço de liberdade.

Entendêmo-la como processo inovador e realista, dinâmico e mobilizador, movimento constante para realização concreta do bem das pessoas e, por isso, prossecução do bem comum dos portugueses, sem subordinação a ideologias, mas plenamente fieis aos princípios programáticos. É isso que temos de realizar a todos os escalões do Partido e em todo o País.

Somos um partido nacional pela implantação, pela mentalidade, pelo programa e pelos métodos de acção. Essa é uma das nossas grandes forças.

Elaborado antes do primeiro Congresso com base na nossa realidade aqui sempre vivida, o Programa é a base da acção que visa a transformar a nossa sociedade de harmonia com o querer dos portugueses, respeitando sempre os seus valores e o sentido histórico. Não fomos nem somos um partido lisboeta ou cidadão. Encontrámos logo de início uma adesão do país real, que não é o das grandes cidades, o que nos permitiu manter a perspectiva do todo e o realismo que os jogos políticos dos grandes meios tantas vezes fazem perder.

À enorme maioria dos portugueses pouco disse no passado a liberdade política, porque quando ela existiu nada de concreto se fez pelo bem estar real do Povo. É isto que tem de mudar para que a democracia perdure; é esse mesmo o sentido da social democracia, a qual implica uma filosofia de como mudar as coisas sem violência, de um modo racional e plenamente humano.

#### **AS TAREFAS INTERNAS DO PARTIDO**

4. A organização do Partido carece de ser aperfeiçoada e remodelada nalguns pontos essenciais.

Sem nos deixarmos dominar por perfeccionismos orgânicos, antes tendo presente que a organização existe para os militantes e não estes para ela.

Há que rever a orgânica nacional, local e sócio-profissional.

Os Estatutos ontem aprovados, com ampla participação na sua preparação e feitura, asseguram, a possibilidade de um funcionamento mais eficaz do Partido a todos esses níveis, com reforço da democraticidade interna.

Alterou-se o esquema dos órgãos nacionais, possibilitando a diferenciação das tarefas políticas e administrativas.

Assegurou-se uma direcção colectiva permanente, pela qual eu próprio, desde há muito, vinha lutando insistentemente. No nosso Partido não há figuras carismáticas, individualidades insubstituíveis ou grupos preponderantes. Há sim consciência de serviço, aproveitamento de qualidades, abertura dos órgãos dirigentes a todos os militantes, segundo o critério básico de competência. Nessa linha a nossa orgânica nacional vai também permitir evitar a concentração de funções e realizar uma melhor definição de responsabilidades

O mesmo sucede quanto às modificações da organização regional e sócio profissional, que hão-de traduzir-se na prática por maior participação, melhor eficácia de acção e mais efectivo apoio dos órgãos centrais. Nem sempre este apoio foi o que devia ser, por carências de organização e por dificuldades financeiras. Isso deu maior valor ao trabalho dos militantes, que por sua acção e iniciativa souberam suprimir muitas falhas. Assim aconteceu no campo sindical, em que os trabalhadores sociais democratas, por sua exclusiva acção e mérito, vão ganhando força e representatividade.

O milhão e meio de portugueses que votaram no Partido são na sua esmagadora maioria trabalhadores por conta de outrem. Todavia, por deficiências de organização, essa enorme força dos trabalhadores sociais democratas ainda se não traduziu, por forma correspondente à sua importância, nos nossos núcleos nas empresas, nos nossos núcleos sócio-profissionais, e nas tendências sociais democratas nos sindicatos.

Nós defendemos que os sindicatos devem ser independentes das directrizes políticas dos partidos. O nosso Programa é claro em rejeitar a concepção do sindicato como veículo de transmissão dos partidos. Porém os sindicatos constituem um elemento essencial do sistema sócio-político e um factor fundamental para a estabilidade da democracia.

São também um motor indispensável da transformação da sociedade numa perspectiva social-democrata. Não pode pois o PSD, como Partido interclassista de gente que vive do trabalho e para o trabalho, deixar de intensificar os seus esforços para que o sindicalismo reformista se oriente por uma filosofia e uma concepção social-democrata da sociedade e da vida do trabalho.

Daqui deriva que o PSD tem de considerar, como objectivo prioritário da sua reorganização, o reforço das suas estruturas especializadas do trabalho, dos seus sócio-profissionais.

Reestruturação não como uma organização paralela, como um grupo à parte, mas como uma peça fundamental da máquina partidária, plenamente integrada na orgânica do Partido. Respeitando a democraticidade que há-de revestir todos os órgãos do Partido e as suas relações, é preciso que os sócios-profissionais, longe



de serem marginalizados ou de se marginalizarem, sejam, como agora o prevêem os nossos Estatutos, uma das partes integrantes mais dinâmicas e importantes de todo o nosso Partido. A Comissão Política há pouco eleita há-de considerar como um dos objectivos primordiais da sua actividade nos próximos meses e, depois de ouvidos os militantes mais empenhados no sector, traçar as linhas fundamentais da reorganização do sector sócio-profissional e da política sindical e de trabalho do PSD.

Se as dificuldades materiais não são totalmente ultrapassáveis, não obstante os progressos realizados em termos de amortização substancial do passivo, já os recursos humanos têm de ser plenamente aproveitados através de uma organização eficaz e descentralizada. Daí advirá maior pujança ao Partido, designadamente quanto ao sector sócio-profissional.

A JSD, que desde o início do Partido usa estatutariamente a designação que recentemente adoptámos, verá também reformulada a sua orgânica, não só nos termos dos presentes Estatutos como nos seus próprios. A sua acção foi marcante, e muitas vezes decisiva, nestes dois anos passados de luta e de disputas eleitorais. Sofrendo embora das limitações e defeitos que frequentemente foram os do próprio Partido, a organização dos Jovens Sociais-Democratas obteve vitórias significativas no campo estudantil e cooperou activamente no meio sindical e sócio-profissional, onde têm larga implantação.

A sua melhor articulação com a orgânica partidária e conseqüente maior representatividade activa será um dos objectivos dos seus dirigentes e dos órgãos do Partido. Isso permitirá também um incremento de reflexão doutrinária, campo em que, através de iniciativas próprias, a JSD vem colaborando activamente.

Também no campo das relações internacionais se desenvolverá mais activamente a linha traçada no I Congresso, que deliberou a adesão à Internacional Socialista. A oposição declarada do PS impediu até agora que esse objectivo se concretizasse. Não cedemos a soluções fáceis oferecidas por outros movimentos internacionais, inteiramente respeitáveis, mas diversos dos nossos princípios e da nossa actuação. Desenvolvemos toda uma acção de aproximação com partidos sociais-democratas, dando, mercê das circunstâncias, prioridade a esses contactos bilaterais.

Ao longo destes dois anos foram-se sucedendo visitas às principais capitais europeias, bem como aos Estados Unidos, Canadá e Venezuela e contactos com os mais altos dirigentes, com proveitoso esclarecimento dos problemas nacionais e da posição do nosso Partido, que esteve também representado numa visita à República Popular da China organizada no âmbito da Associação Democrática Portugal-China.

Os nosso deputados estiveram presentes em várias reuniões internacionais de parlamentares, com destaque para o Conselho da Europa, a que Portugal aderiu recentemente. Consideramos esta adesão, que sempre defendemos, um evento fundamental para a democracia portuguesa e sustentamos que deve ser acompanhada da ratificação das convenções relativas às instituições jurisdicionais que

visam a efectiva protecção aos direitos do Homem, com aceitação da sua autoridade.

Numa óptica não partidária a recém criada Fundação Social Democrata Oliveira Martins empenhar-se-á na cooperação internacional, como natural desenvolvimento da sua actuação interna, da qual muito se espera.

Embora natural, a alteração da denominação do Partido para Partido Social Democrata constituiu um dos factos marcantes da nossa vida. Circunstâncias externas e efémeras não permitiram que de início adoptássemos a designação actual. A alteração que o Congresso confirmou corresponde à realidade e à sinceridade do nosso Programa e à nossa prática política; por isso, foi saudada e acolhida com entusiasmo pelos militantes. Sociais-Democratas sempre o fomos e continuaremos a ser, pelo que a alteração não significa qualquer mudança, antes fidelidade à linha inicial. Ela é também a consagração de mais de dois anos de trabalho e de lutas pela social-democracia, embora até então sob a sigla PPD, que, associada à actual sigla, poderá continuar a ser usada pelo Partido.

Aí também não é um ciclo que se inicia mas uma obra colectiva que se continua, em inteira fidelidade aos ideais de sempre.

### **O PARTIDO E POLÍTICA NACIONAL**

5. No Congresso extraordinário de Dezembro de 1975, em Aveiro, definimos as grandes linhas de actuação política do Partido. Compete a este Congresso analisar a situação actual e definir, já com os novos órgãos nacionais, a linha de actuação futura.

As conclusões políticas do Congresso Extraordinário de Aveiro constam da moção aí aprovada sem votos contra. Ela começa por condenar a actuação anti-democrática do PCP e a nossa determinação de com ele não cooperar no Governo. Deliberámos no entanto não abandonar o VI Governo sob certas condições claramente expressas.

Assim veio a suceder, com o preenchimento da maior parte dos onze pontos então formulados. Entre esses destaco a revisão do Pacto Constitucional MFA-Partidos Políticos de Abril de 1975, a conclusão da Constituição, a realização de eleições legislativas, presidenciais e locais, a remodelação do VI Governo Provisório e a adopção de medidas tendentes a assegurar a democracia efectiva. O Pacto Constitucional de 1975 foi necessário para que se realizassem as eleições para a Assembleia Constituinte, mas instituía um regime de poder político militar que tornava inviável a Democracia em Portugal.

Segundo as suas disposições, o próprio Presidente da República era eleito não pelo Povo, mas pelas Assembleias Legislativas e do MFA. Documentos posteriores desenvolveram uma linha vanguardista de poder militar, a ele subordinando a sociedade civil.

Lutámos contra este sistema, a que o 25 de Novembro tornou possível pôr cobro.

Veio assinar-se um novo Pacto entre partidos políticos e Forças Armadas, cujas disposições foram levadas à Constituição, que pôde ultimar-se de modo a que as eleições Legislativas tivessem lugar em 25 de Abril deste ano. Ao contrário do anterior, o novo Pacto e a Constituição consagram a supremacia do poder civil, sem a qual não há democracia. Em lugar de subordinação ao poder militar, estabeleceu-se uma colaboração democrática com as Forças Armadas, assente no apartidarismo destas e no desempenho de certas funções pelo transitório Conselho da Revolução.

Resolvido esse problema fundamental, foi possível ultimar a Constituição, na qual colaborámos activamente. Na histórica declaração de voto feita pelo Presidente do Grupo Parlamentar, deputado Barbosa de Melo, um dos militantes que mais contribuiu para o Partido Social Democrata e para a Democracia Portuguesa, constam as razões do nosso voto, assim resumidas afinal: "Votámos em globo a Constituição porque, se o Povo, os Partidos Políticos as Forças Armadas o quiseram, ela não será, em nosso juízo, inviável; votámos a Constituição porque ela foi o produto do jogo democrático; votámos a Constituição porque, no essencial, ela também recolhe o fundamental do nosso Programa. Mas votámos a Constituição sem qualquer crença fixista sobre a História; votámo-la com a consciência clara de que este povo de mais de oito séculos vai retomar, sereno e firme, a sua longa aventura de liberdade".

Asseguradas as condições institucionais da democracia, as eleições legislativas revestiram-se de significado pleno.

Os resultados confirmaram a posição dos sociais democratas como o segundo maior partido eleitoral português, apesar dos inúmeros obstáculos, dos ataques sistemáticos e incidiosos, e do cansaço do eleitorado, traduzido num aumento das abstenções que nos desfavoreceu.

Mais de um milhão e trezentos mil eleitores continuaram a confiar no nosso Partido. Neles se incluem as populações das regiões mais desfavorecidas e esquecidas, entre as quais as do Norte, interior, Açores e Madeira, o que nos honra como sociais democratas que somos, ao mesmo tempo que, como tal, especialmente nos responsabiliza.

Renovaram-nos também os emigrantes a sua confiança, confirmando a preferência dos portugueses que trabalham dentro e fora do País pela social democracia. Sempre lutámos pelos seus direitos de portugueses, que infelizmente a Constituição não consagrou plenamente, mas cujo respeito continuaremos a exigir.

6. Das eleições legislativas não emergiu um partido maioritário. Mas para os que, como nós, consideram o PCP anti-democrático na sua estratégia e na sua actuação, a votação maioritária recaiu nos partidos democráticos, e de entre estes, nos socialistas e nos sociais democratas.

Realizadas as eleições legislativas, logo entrámos nas presidenciais. Fomos o primeiro partido a pronunciar-se quanto ao candidato à Presidência da República.

Fizemo-lo dando o nosso apoio à candidatura do General Ramalho Eanes, que haveria de ser depois por ele aceite e apoiada também pelo PS e CDS.

Ao tomarmos essa atitude agimos por imperativo nacional e não partidário. Suscitámos contra nós renovados ódios e ataques provenientes da frustração e do despeito dos que se viram desapossados de uma iniciativa que os portugueses consagraram por uma significativa vitória eleitoral do actual Presidente da República.

À campanha presidencial do general Ramalho Eanes, tanto nos serviços de apoio como em todo o País, deram os militantes sociais democratas o seu melhor esforço, a mais válida, unida e activa das contribuições partidárias. A vitória de Eanes foi também a vitória dos nossos militantes, dos nossos eleitores, do nosso Partido. Houve coincidência entre as zonas de maiores votações PPD e aquelas em que o actual Presidente da República obteve maiores percentagens. Pelo contrário, os votos socialistas dispersaram-se de tal modo que pode afirmar-se que o PS não está em maioria dentro da maioria presidencial.

Das eleições presidenciais resultou também o enfraquecimento do PCP, cujo candidato não obteve mais de 7,58%, mesmo assim localizados em determinadas regiões. A votação de Otelo 16,5%, deu força ao movimento dos GDUPS, reanimando uma extrema esquerda falsamente populista. Tal pode vir a constituir, com outras organizações e o próprio PCP, um risco de frentismo anti-democrático tipo FUR, não obstante os ataques e proclamadas incompatibilidades, entre os movimentos e partidos não democráticos.

As primeiras eleições regionais nos Açores e na Madeira constituíram uma grande vitória social-democrata, com a consequente derrota do PS e do CDS.

A maioria absoluta nas duas regiões permitiu constituir Governos Regionais democraticamente assentes na vontade maioritária das populações.

Aplicando e desenvolvendo o Programa do nosso Partido em programas de governo, apoiados por uma maioria parlamentar maciça, os executivos regionais deverão abrir as Regiões Autónomas ao progresso, justiça social e liberdade, na linha da social democracia que é a nossa.

Apesar do enfraquecimento eleitoral do PS, revelado nas eleições presidenciais e regionais, veio a constituir-se um governo minoritário.

O PS anunciou-o logo a seguir às legislativas, contra o que firmara durante a campanha eleitoral. Através do seu Secretário-Geral declarou que governaria sozinho se tivesse 40% ou mais.

O PS obteve 35% e logo declarou querer governar só.

Assim veio a suceder, contra a nossa opinião.

Governo democrático é o que representa a maioria dos eleitores. Por isso não reputamos tal o Governo do maior dos partidos minoritários. É um Governo constitucionalmente legítimo, mas que carece da real autoridade democrática que só a maioria pode dar.

A Constituição permite-o, através de um mecanismo que combatemos. E o seu Programa veio a passar no Parlamento.

No período que mediou entre as eleições legislativas e as presidenciais foi-nos pedida pelo general Costa Gomes, a opinião sobre a formação de um Governo de coligação PS/PPD/PCP. Recusamo-lo frontalmente, em obediência à decisão do Congresso de Aveiro e ao que consideramos um imperativo democrático nacional.

Consultados mais tarde pelo actual Presidente da República, discordámos da formação de um Governo minoritário PS, entendendo embora que o seu Secretário-Geral devia ser o Primeiro-Ministro de um Governo de coligação. Veio a constituir-se o actual Governo. Mantivemos a nossa discordância, radicada além do mais na impossibilidade de um Governo minoritário resolver os calamitosos problemas nacionais.

Mas não hostilizámos o Governo, que é, em si, legítimo, e que poderia, contra o que prevíamos, vir a desempenhar-se cabalmente das suas funções.

Foi esse o sentido da primeira declaração que fiz em nome do nosso Grupo Parlamentar, ao dizer:

"Estamos certos de que a nova sociedade portuguesa exige de imediato uma política social que reconheça aos velhos, doentes e reformados o direito aos meios indispensáveis a uma vida mais digna; exige de imediato uma política de cultura, de investigação, de ensino e juventude, que tanto respeite a nossa história de oito séculos como o nosso, futuro ilimitado; exige de imediato uma política económica que repare os graves males existentes, programando a iniciativa pública e fomentando as actividades privadas, dando sobretudo aos que trabalham a possibilidade de desenvolverem não só o ter, mas sobretudo também e mais autenticamente o seu ser.

Mas é também indispensável que a verdade da nossa situação não continue encoberta com artificios, pois sem a mobilização de todos em torno de um projecto nacional Portugal não chegará a reencontrar-se consigo próprio. E os homens só se determinam e animam quando sabem o porquê e para quê dos sacrifícios que lhes pedem.

Tudo isto significa que o Governo seja competente e eficaz para encetar imediatamente uma política clara, dinâmica e ousada que ultrapasse os tempos mortos em que temos vivido - na espera e na indecisão que vão degradando e aviltando as estruturas e desalentam as pessoas.

Um Governo assim contará com o apoio lucidamente crítico do Grupo Parlamentar do Partido Popular Democrático, ainda que o nosso Partido dele não participe. Mas não seremos nunca passa-culpas de um Governo inepto e incapaz de corresponder à urgência na resolução dos graves problemas que afligem concretamente os Portugueses. É preciso restituir ao País, nas famílias, nas escolas, nas fábricas, o ambiente de paz, de concórdia e de convivência democrática que torne possível o trabalho assente na consciência do serviço do bem comum. E isso também é obra do apoio popular obtido por uma informação verdadeira, uma discussão livre e a palavra clara do próprio poder.

Por nossa parte aqui procuremos, pela nossa conduta, pelas nossas palavras e pelas nossas propostas, contribuir para a melhor acção do Governo. Saberemos

com coragem e humildade, dizer: "assim, sim", "assim, não", como Partido responsável que somos, sem complexos de superioridade ou de inferioridade perante os outros que também receberam, em grau diverso a confiança do Povo Português.

Na discussão do Programa do Governo seguimos exemplarmente esta conduta. Fizemos, imparcial e objectivamente, as nossas críticas, apontámos lacunas, salientámos defeitos, e evidenciámos o que quanto ao fundo, podia unir socialistas e sociais democratas.

Agíamos com a consciência, expressamente afirmada, de que as lutas entre socialistas e sociais-democratas podem abrir o caminho a ditaduras de um outro extremo.

### **A SITUAÇÃO ACTUAL**

7. O Governo iniciou a sua actividade há perto de três meses.

Prometera uma actuação espectacular. As pessoas aguardavam-na com uma expectativa confiante. Esperava-se tanto mais do Governo é certo que os portugueses sofriam o desalento das soluções adiadas, de uma administração inactiva, de um crescente agravar dos problemas económicos e sociais.

Na discussão do seu Programa o Governo não fôra pessimista quanto ao estado da nossa economia e finanças. As amplas promessas de realizações públicas supunham pelo contrário disponibilidades financeiras sem as quais seriam irrealizáveis.

Esse tom mudou por completo na comunicação ao país feita pelo primeiro Ministro em 9 de Setembro. Aparecem números alarmantes: 95,4 milhões de contos de dívida externa portuguesa; perda de 80% das nossas reservas de ouro e divisas em dois anos; déficit diário da balança cambial de 130 a 140 mil contos. E conclui-se:

"A continuar, pois esta tendência, ao ritmo a que temos ido nestes dois anos, o Estado entrará forçosamente em colapso, e a cario prazo".

Simplesmente, a esta descrição catastrófica, mas realista, da situação, para a qual o nosso Partido de há muito vinha chamando a atenção, não se seguiu o anúncio das medidas correspondentes. Os portugueses aguardavam-nas e estavam então dispostos a aceitá-las, por pesadas que fossem. Mas viram frustrada essa expectativa, pois o Governo ainda as estava a estudar. E assim parece que continua.

A vida prosseguiu sem que algo tivesse mudado, sem que se encetasse, com o Governo, um dinamismo de acção nacional e de recuperação económica.

Também em Setembro o Ministro das Finanças citava em discurso números aterradoros. Previu que o déficit do sector público atingisse, em 1976, mais de 90 milhões de contos; referiu 36 a 37 milhões de contos de avales prestados pelo Estado; e computou a dívida externa em mais de 95 milhões de contos, referindo que em 1977 serão necessários 17 a 18% do montante total das exportações para pagar os juros e amortizações dessa dívida externa.

Surge nesse discurso mais uma vez o fantasma do colapso económico: "Ou posuímos divisas para comprar no estrangeiro tudo o que é essencial à nossa vida (com os alimentos em primeiro lugar) ou cessamos pagamentos externos e é o colapso económico", disse-se.

Face à gravidade da situação, o tempo de Governo, embora curto, permite um balanço da sua actuação. Ressalvado um ou outro sector, ele é negativo.

Está dito e redito que da solução da crise económica depende o futuro da democracia portuguesa. O actual sistema económico revela-se inviável. A crise agrava-se diariamente e o anunciado colapso parece aproximar-se. As pessoas sentem-no e o desespero alastra.

A isto corresponde o Governo com uma passividade alarmante. Falta-lhe uma estratégia global de ataque à crise e não aparecem as medidas eficazes integradas num plano de emergência e de relançamento da economia. Os preços sobem, designadamente os dos transportes públicos e dos adubos em 25%, e aumentam os impostos, mesmo com efeito retroactivo.

Não se nota austeridade nos gastos públicos e mantêm-se os enormes défices nas empresas nacionalizadas; uma ou outra medida decretada, e inspirada de resto no nosso programa económico, aparece desintegrada de um todo operacional.

Surgem ambiguidades graves: apela-se para o investimento nacional e estrangeiro, ao mesmo tempo que outros parecem apostados na redução do sector privado da economia.

Estamos em esgotamento cíclico das divisas e vamos mantendo alguma capacidade de importar graças a sucessivos empréstimos de amigos estrangeiros. Avolumam-se as medidas restritivas e de austeridade, sem a contrapartida de relançamento económico e de recuperação psicológica.

Verifica-se mesmo uma certa desobediência nas empresas públicas, em relação aos Ministérios de que dependem.

Enceta-se, tardiamente, a revisão da legislação de trabalho; e revoga-se finalmente a lei da unicidade sindical, o que mereceu o nosso aplauso.

Prossegue-se uma política internacional cujas linhas fundamentais merecem o nosso apoio, mas que já importou uma incompreensível cedência ao Governo de Angola ao enviar para Luanda todas as acções de empresas com sede em Angola.

A política internacional será de resto ineficaz sem uma esclarecida política económica interna. A própria adesão ao Mercado Comum, com a qual concordamos como objectivo final, é condicionada pelo estado da nossa economia e aparece diluída a 15 anos de prazo, como o Primeiro Ministro esclareceu na sua intervenção final de 10 de Agosto.

O sector da Educação é o único que revela dinamismo, coerência e decisão.

Por isso a actuação do Ministro Sottomayor Cárdua tem merecido o nosso apoio, reafirmado nas jornadas promovidas pela JSD em Coimbra.

Preocupa-nos porém, o estiolamento que se tem acentuado das actividades científicas e culturais. A criação científica, artística e literária não tem sido estimulada; e aquela que ainda surge é quase completamente abafada pela repetição infundável de mitos e de pseudo-modelos esteriotipados, importados e esterilizadores.

Se esta tendência se mantiver, também neste campo o povo português corre o risco muito grave de progressiva colonização estrangeira e de hipoteca do futuro dos seus filhos.

8. A passividade do Governo constitucional da República tem também dificultado a acção dos governos constitucionais dos Açores e Madeira.

Acolhemos com satisfação as promessas feitas pelo Governo de que seriam criados meios para possibilitar o real exercício da autonomia regional, de que seriam tomadas medidas para regionalizar a máquina administrativa, para compensar e devolver as receitas fiscais que constitucionalmente são devidas às regiões, para criar meios de acção e formas de cooperação em outras áreas fundamentais para a implantação da autonomia. Até agora nada foi concretizado.

Pelo contrário, nas negociações referentes à base das Flores o Governo Regional foi apenas tolerado, sem ter conhecimento prévio dos dossiers em termos de defender os interesses da região. Entretanto o PS desencadeia uma campanha sistemática de ataque ao Governo dos Açores. Totalmente infundada quanto ao Governo Regional, essa campanha poderia ser dirigida nos seus fundamentos 4 razões contra o próprio Governo PS.

A passividade governativa vem sendo acompanhada de "ocupação" do partido do Governo no sector público: governos civis, empresas públicas, órgãos de comunicação social, serviços públicos, administração vão sendo progressivamente dominados por membros do partido do Governo, com exclusão deliberada de pessoas competentes do PSD.

Parece mesmo querer obter-se a partidarização dos sindicatos, som recusa de cooperação com sindicalistas de outros partidos democráticos, o que enfraquece o movimento sindical independente, reforçando a linha da Intersindical afecta ao PCP.

Há, assim, a par da ineficácia do Governo, uma partidarização da vida nacional. E surgem indícios de utilização de cargos públicos para fins partidários e eleitorais.

9. Tão pouco o Governo manteve as suas promessas de diálogo constante com os partidos da oposição e de comunicação dos mais importantes dossiers, pelo menos na parte que nos respeita.

Houve apenas uma consulta prévia acerca do projecto de lei sobre as autarquias locais, vindo o Governo a fazer prevalecer os seus pontos de vista, coincidentes com os do PCP.

Na generalidade dos casos a actuação deste tem sido cooperante, com destaque para a ratificação da lei sobre as autarquias locais em que o PS e o PCP formaram



intransigentemente um bloco surdo a toda a argumentação. Noutros campos, como no da chamada Reforma Agrária, parece haver também entendimento, pelo menos tácito.

Já da parte do CDS, que no seu último Congresso se apresentou como "autêntico partido revolucionário", cresce o propósito de oposição ao Governo.

Mas reivindicando-se o CDS, agora, de partido revolucionário, o próprio sentido dessa oposição permanece ambíguo. Demais, o CDS, vê-se forçado a adiar, no tempo, a sua alternativa, que de 1976 já passou para 1980, evitando assumir as responsabilidades.

Na ânsia de se fortalecer, gostaria o CDS de constituir com PSD uma aliança tática. Há, porém, que dizer claramente que entre o Partido Social Democrata, com um Programa de reformas estruturais da sociedade portuguesa, e um partido conservador, pode haver ocasionais coincidências de posições, mas nunca uma identidade ou convergência de perspectivas de fundo que permitam Urna aliança preferencial.

O CDS representa a direita democrática, espaço que respeitamos, mas que não é o nosso. Falta-lhe assumir-se como tal pondo termo a oscilações e ambiguidades que vão desde o aceitar certos valores do "socialismo original" ao acolhimento do liberalismo económico, com pinceladas de superficial personalismo.

O Partido Social Democrata tem mantido, quanto ao Governo a sua linha de exigência crítica e apoio selectivo, reafirmada nas reuniões periódicas dos vários órgãos nacionais. As deficiências de actuação governativas têm-nos levado a reforçar as críticas impostas também pelo agravamento dos problemas nacionais. A nossa atitude futura dependerá da evolução que ocorrer nos próximos meses.

10. Segundo o nosso sistema constitucional o Governo depende simultaneamente da confiança do Presidente da República e do Parlamento.

A este tem-se o Executivo mostrado indiferente, parecendo desinteressado de um parlamentarismo activo, prestigiado e positivo, ao contrário do que sucedeu durante a discussão do Programa do Governo. A ausência frequente dos seus representantes, o nível das raras intervenções por eles feitas, a insensibilidade aos argumentos não rebatidos da oposição, parecem mostrar que o Governo envereda pelo desinteresse quanto ao Parlamento e pelo isolamento, tanto mais grave quanto é minoritário.

Simultaneamente os órgãos de comunicação social orientam-se mais para a propaganda governativa do que para realce do papel e da actuação do Parlamento. O próprio Governo parece predominantemente orientado para uma acção externa, a que os órgãos de informação dão constante cobertura. A imagem geral é de um Governo em campanha eleitoral partidária, distraído do trabalho de gabinete.

Dois discursos do Presidente da República constituíram factos políticos a ter em conta, designadamente nas consequências que podem implicar.

O discurso do Porto, em 3 de Setembro e o de Lisboa, em 5 de Outubro, referem-se à calamitosa situação nacional em termos veementes. Os temas da corrupção e da incompetência, aflorados no iro, foram severamente desenvolvidos no segundo discurso, em que deviam constituir uma séria advertência ao Governo, do qual fundamentalmente depende a resolução destes males.

O certo é que este Governo só se manterá enquanto tiver a confiança do Presidente da República, no qual os portugueses depositaram a esperança de ver concretizada uma política de recuperação económica e de reconstrução nacional. No discurso do Porto o General Eanes reafirmou a clara consciência da sua missão, ao dizer: "Ao Presidente da República não compete a condução directa da política geral do País nem a orientação da administração pública. Não pode, contudo, ficar indiferente aos problemas mais prementes que afligem o dia a dia dos portugueses e corroem a esperança do Povo Português".

Perante um pouco eficaz Governo e uma Assembleia da República em que não há maioria estável, o Presidente da República, será por certo chamado a desempenhar um papel cada vez mais activo dentro das funções que a Constituição lhe comete.

### **A ACTUAÇÃO DO PARTIDO**

11. A actividade do nosso Partido vai pois desenrolar-se num ambiente que se vai degradando progressivamente.

O próprio clima social se tem adensado, não apenas em razão dos problemas económicos, mas também devido ao aumento da criminalidade, aos atentados bombistas, à proliferação da droga e da prostituição.

Cresce o descontentamento e o desânimo, e agravam-se desigualdades entre grandes camadas de população.

Os refugiados das antigas colónias continuam a não ter um horizonte para as suas vidas destroçadas. A resolução dos seus problemas não pode de resto fazer-se fora de um quadro de solução dos problemas nacionais, nem mediante estruturas paralelas de serviços que cedo ou tarde esbarram com a inoperância do sector público.

Os portugueses ressentem-se com impaciência crescente das lutas partidárias inerentes às eleições sucessivas e ressurgem o desalento e a descrença que podem abrir caminho para uma ditadura. Embora em si próprios não representem um perigo, porque carecidos de força política e eleitoral, os extremismos da direita ou da esquerda encontrarão aí caminho fácil, fatal para a democracia.

Esta não existe sem partidos políticos; com eles se constrói e passa pelo seu livre funcionamento. O desprestígio dos partidos é, pois, também o da democracia. Daí a gravidade de uma campanha que, discreta mas insidiosamente vem atacando os partidos portugueses na sua existência e funcionamento, e até pessoalmente em alguns dos seus líderes.

Cumpre-nos, como partido, manter a confiança dos portugueses na democracia e lutar pela sua materialização e estabilidade.

No actual contexto, reputo ser responsabilidade histórica dos partidos portugueses uma estreita cooperação para salvaguarda da democracia, sem quebra da sua individualidade própria. Sempre estivemos e estamos dispostos a prosseguir nessa via pondo de lado os agravos passados. Assim se veriam os partidos prestigiados e com eles a democracia, para a qual existem e fora da qual perdem sentido.

Reafirmamos esse desígnio de cooperação democrática, procurar participação no Governo ou cargos para militantes.

Referi-me aos partidos portugueses, mas é obvio que apenas incluo os democráticos, não abrangendo o PCP e demais agrupamentos à sua esquerda, que se têm excluído eles próprios da democracia, tanto pelo seu comportamento como pelas afirmações dos seus dirigentes.

No PCP não vemos que nada tenha mudado, a não ser uma aparente tática de moderação e de aproximação. Mas, ressalvado o respeito devido a tantos comunistas sinceros, o partido do dr. Cunhal continua a ser eminentemente moscovita. Não acreditamos por isso na recente aparência cordata, que reputamos ditada mais por conveniências internacionais do que por sinceridade política em correspondência aos interesses nacionais. Por isso cremos que deverá ser mantida a linha de não cooperação com o PCP definida no Congresso de Aveiro, pois subsistem as razões que presidiram a essa nossa decisão. Poder-se-ia ser tentado a ver nas posições do PCP um afloramento do tão falado eurocomunismo, o que reputo errado.

Não enveredando pelo campo doutrinal, dir-se-á apenas que o eurocomunismo não é impossibilidade teórica, mas não constitui uma realidade. Não existe movimento europeu geral dos partidos comunistas no sentido de respeitarem os pressupostos da democracia, abandonando as teses leninistas e a inserção na órbita soviética.

Pode haver casos nacionais em que circunstâncias históricas levem um partido comunista a adoptar uma linha não leninista e democrática. Só o futuro poderá no entanto comprovar a solidez da evolução do Partido Comunista Italiano, que na sua actuação foi o que se mais aproximou da democracia.

Mas tal não é conserteza o caso do PCP. Tendo eliminado do seu Programa, em 1974, a expressão ditadura do proletariado, com isso em nada modificou a sua estratégia anti-democrática, como o comprovam os factos posteriores e as declarações dos seus dirigentes.

12. Vamos disputar em breve as eleições para as autarquias Locais. Elas deverão ser fundamento de um autêntico poder local, a base da construção da democracia regional, concelhia e vicinal sem a qual não há democracia autêntica. Os problemas que a democracia tradicional apresenta no mundo de hoje resolvem-se em grande parte pelo reforço da democracia local. É essa uma lição de experiência democrática europeia que coincide inteiramente com o nosso programa social democrata.

Para tanto não basta eleger os órgãos de governo local. É necessário assegurar-lhes condições de funcionamento eficaz.

Por isso lutamos ao discutir e procurar emendar os recentes decretos-lei do Governo. Infelizmente em vão. A sistemática maioria socialista-comunista fez prevalecer uma óptica fortemente centralizada que retirou aos órgãos locais grande parte da capacidade de intervenção eficaz.

Por outro lado o sistema proporcional para as eleições das Câmaras, para além de afectar a sua eficácia, veio facilitar a representação do PCP fora do seu pequeno domínio regional, dando-lhe oportunidade de recuperar uma dimensão nacional que não corresponde à realidade.

Será através das listas "Povo Unido" que o PCP concorrerá, o que é mais um artifício anti-democrático. As listas "Povo Unido" são as de um PCP que não ousa aparecer com o seu nome. Não há aí apartidarismo nem basismo, mas apenas um disfarce.

O Partido Social Democrata concorre como tal às eleições com listas próprias. A nossa campanha assentará na defesa dos interesses locais. Não vamos conduzi-la como meio de ataque aos outros partidos, nem como plebiscito pró ou contra o Governo. Qualquer dessas perspectivas equivaleria à instrumentalização das eleições locais, com subordinação dos interesses das populações aos dos partidos ou personalidades políticas. Por isso, ao contrário do Partido do Governo, os nossos candidatos são em geral residentes nos concelhos ou nas freguesias por onde concorrem e foram escolhidos pelos militantes locais.

Consideramos uma mistificação as candidaturas de membros do Governo ou de personalidades políticas estranhas ao meio local. Elas não vão desempenhar funções, mas tão somente angariar votos, numa linha de inaceitável caciquismo nacional.

Para nós as próximas eleições locais devem ser a oportunidade de construir a democracia local que Portugal nunca teve.

Sem instituir o poder local efectivamente democrático e sem o viabilizar através de meios organizativos técnicos, financeiros e humanos não se constrói uma sociedade democrática.

Isso implica a verdadeira regionalização do planeamento. Uma concepção centralizadora, que também nesse domínio parece ser a do Governo, inviabilizará a democracia local. Será também tarefa do PSD mobilizar as populações para votarem nas próximas eleições vencendo o cansaço e a desilusão que vêm grassando perigo, perigosamente.

13. Os órgãos nacionais do Partido adoptarão, quanto ao Governo, a linha que os factos mais aconselharem, dentro das perspectivas já traçadas de crescente exigência crítica, sem qualquer intenção de nele ter assento.

Com ou sem recomposição, o Governo minoritário do PS terá de assumir até final as suas pesadas responsabilidades e as consequências das suas deficiências.

Ele não é a única nem a última alternativa democrática, como alguns pretendem fazer crer. E se não conseguir que as coisas mudem a curto prazo, se continuar a dar provas de incapacidade, é o Governo que terá de ser substituído e não a democracia.

Para a recuperação económica e social do país é necessário viabilizar a economia, relançar o investimento público e privado aumentando a produtividade, assegurar o emprego ampliar a todos os trabalhadores um efectivo sistema de segurança social e saúde aprovar nos termos da Constituição a Lei da Reforma Agrária, realizar o ordenamento do território e o planeamento regional.

Para tanto, a estagnação actual terá de corresponder uma acção decidida que reorganize o sector público, acabando com os subsídios dos défices insuportáveis, e que reforce o sector privado dando-lhe garantias de estabilidade.

O Governo não conseguiu até agora criar condições de investimento privado, o qual é imprescindível ao desenvolvimento económico.

A economia socialista colectivista, para que ainda apontam algumas das medidas tomadas pelo Governo, é inviável dentro do quadro constitucional e contradiz o próprio Programa que foi apresentado à Assembleia da República.

Não a suporta a realidade portuguesa, nem a inserção na Europa do Mercado Comum. Há que fazer uma clara opção por uma economia pluralista, em que o sector público deixe de ser parasitário, se dê real estímulo ao sector cooperativo e acolhimento estável ao sector privado.

À grande maioria dos trabalhadores portugueses não interessa uma política de nacionalizações e de subsídios a empresas inviáveis, que subsistem à custa de todos nós.

Interessa, sim, uma política concertada de salários, rendimentos e preços, uma efectiva segurança social e um eficaz serviço de saúde.

As nacionalizações não podem ser um luxo ideológico pago pelos portugueses. Antes devem ser fonte de riqueza para todos, o que continua a não acontecer.

A questão agrícola continua por resolver. Urge instituir e levar a cabo uma verdadeira Reforma Agrária, que garanta aos trabalhadores rurais e a todos os agricultores a formação de empresas familiares correctamente dimensionadas, uma válida assistência técnica e financeira e uma adequada comercialização, com garantia de preços de compras às produções agrícolas previamente indicadas. Torna-se necessário rever a Lei do Arrendamento Rural e a política de agrícola, que tem privilegiado inaceitavelmente certas zonas.

A progressiva inserção na Comunidade Económica Europeia deverá ser prioritariamente aproveitada para intensificar a abertura de mercados e a obtenção de benefícios, bem como para garantir uma adequada protecção dos trabalhadores portugueses no estrangeiro.

O apoio internacional deverá ser concentrado num plano diversificado de ajuda e traduzido em investimentos, em vez de servir para o financiamento dos consumos, como até agora tem sucedido.

Só assim, socorrendo-nos embora do apoio solidário dos países democráticos, evitaremos situações de dependência constante. Queremos ser um país independente, na solidariedade e na cooperação internacionais.

Não podemos transformar-nos num povo de pedintes.

Retomamos as nossas fronteiras do século XV. Pela primeira vez, de há 500 anos para cá, não se coloca a alternativa das políticas de fixação e de transporte de que falava António Sérgio.

É neste pequeno espaço, mas com o tamanho autêntico do Povo que somos, que havemos de responder ao desafio histórico feito à nossa geração.

Assumimos como partido as nossas responsabilidades e sempre enfrentámos a realidade com determinação, coerência e honestidade que não receiam confronto.

A nossa resposta foi dada com clareza e será mantida com a coerência de sempre.

Outros foram mudando nestes dois anos, esquecendo o seu programa e colhendo dos alheios quanto lhes permita satisfazer o gosto do mando, a ocupação dos cargos e o apetite do poder.

A isso nos opomos.

Conquistámos o nosso próprio espaço político sem favores nem suportes externos. Temos consciência da nossa força e da necessidade que o país e a democracia de nós têm, pelo amplo apoio que recebemos, pela competência de que dispomos, pelo trabalho que realizámos.

Vamos continuar a lutar pela liberdade concreta, pela igualdade e pela dignidade de vida dos portugueses.

É efectivando o nosso Programa, lutando pela sua concretização na Assembleia da República, nas regiões autónomas, nas autarquias locais, nos sindicatos, nas empresas, nos serviços, nas cooperativas, onde quer que possamos erguer a nossa voz, que manteremos a democracia e havemos de construir o País que desejamos.

## **2.22. Entrevista ao "Jornal de Notícias" - 5/11/1976**

Na madrugada de domingo enquanto os proponentes se afadigavam na elaboração final das listas, conseguimos estabelecer um diálogo com o líder do PSD, Francisco Sá Carneiro. Em certa medida tratava-se de fazer um balanço sobre o Congresso ordinário, (mas não apenas).

- É ou não correcto pensar-se que deste Congresso de Leiria saiu já uma maior nitidez não só quanto à ideologia pela forma calorosa como os congressistas sub-

linharam a alteração da designação do partido ocorrida na reunião em Cascais do Conselho Nacional quer ainda quanto à definição de uma nova estrutura interna, que, permitirá ao PSD ter, no futuro, uma outra capacidade de resposta a situações concretas imediatas?

"É inteiramente correcto esse ponto de vista" - declarou Francisco Sá Carneiro que analisou o congresso extraordinário assim:

"Depois de uma sessão intensiva de trabalho pudemos ultimar a revisão dos estatutos e isso só se tornou viável porque o projecto foi amplamente participado, sendo depois submetido ao Conselho Nacional, e, portanto, veio ao Congresso depois de um grande debate interno. Apesar disso, houve várias propostas de alteração (pie foram discutidas e votadas e em todo este Congresso se revelou um empenho em dinamizar o partido, forçando a sua união e a acentuação do carácter social-democrata do partido, através da identificação dos trabalhadores sociais-democratas da sua integração nos núcleos e na orgânica do PSD de maneira a poderem expandir a sua grande representatividade numa orgânica que assegurasse o mais eficaz apoio e uma melhor tradução da força dos trabalhadores sociais-democratas".

#### **UM PARTIDO DE TRABALHADORES FORTALECIDO**

"Foi este congresso extraordinário - prosseguiu - uma demonstração também da democracia interna do partido pela ampla discussão e votação das propostas, duma disciplina de trabalho e de rigor de análise das situações e das implicações, de modo que não há dúvida nenhuma que de Leiria o partido sai fortalecido, com os estatutos quer a nível nacional quer a nível regional e com uma nova capacidade de dinamismo e uma inteira fidelidade à linha social-democrata com todas as suas consequências. Considero-o um congresso extremamente feliz pela forma como decorreu e pela maturidade demonstrada pelos delegados e pelos resultados obtidos.

- Surgiu, creio, ao longo da discussão e precisamente pôr parte de um grupo sócio-profissional, o desejo de ver situado na Comissão Política Nacional um seu elemento eleito exactamente pelo sector. Essa proposta foi, no entanto, derrotada. Por outro lado do chamado "grupo do Porto" apareceu a ideia de uma maior representatividade dada a implantação que o PSD tem a Norte. Esta hipótese "jogada" em bastidores e defendida calorosamente no Congresso foi também derrotada. Que importância atribui a isso?

- Foi de facto um dos temas discutidos. Havia uma proposta no sentido dos núcleos sócio-profissionais estarem representados na CPN. Após uma discussão aprofundada e aberta sobre o tema, a conclusão a que a grande maioria chegou é que num partido social-democrata, que é um partido de trabalhadores e para trabalhadores, não há que haver uma representação específica dos sócio-profissionais na Comissão Política.

Há que assegurar, sim que essa Comissão Política, pelas suas funções e pela composição, tenha efectivamente o apoio dos trabalhadores, traduza os seus anseios e esteja atenta às suas lutas e às suas dificuldades. Por isso, se entendeu que a

melhor representação dos sócio-profissionais na Comissão Política era a da identificação do partido como partido de trabalhadores. Estruturando-se através dos sócios-profissionais, que estarão representados nas comissões distritais e constituem a grande força do partido, eles elegerão não um, mas todos os membros da Comissão Política.

Esse foi o sentido da votação. Não se pode inferir de modo nenhum que houve o sentido de afastar ou restringir a representação, pelo contrário, a de ter a consciência de que a Comissão Política é a representação dos sociais-democratas trabalhadores".

#### **NÃO PODE HAVER LUGARES CATIVOS...**

Quanto ao aspecto que apontou vindo do Norte ou do Porto, que propunha uma certa regionalização é de pensar que não pode haver lugares cativos para certas regiões. Há uma excepção para os Açores e a Madeira que têm uma estrutura própria, embora regionalizada, mas somente adaptada à região. O que se entende é que a Comissão Política deve ser formada pelas pessoas mais capazes, mais aptas. O partido tem de facto um grande peso no Centro e Norte, e sempre teve figuras preponderantes ligadas a essas regiões. Estou convencido que essa faceta prevalecerá".

"Mas não porque corresponda a uma regionalização - mas à própria realidade do PSD que não é nem nunca foi um partido lisboeta ou um partido cidadão. O PSD teve desde o princípio uma larga adesão do país real que não é o olhado de Lisboa e isso é que dá ao partido a grande força que tem. É que o PSD é um partido nacional com um Programa adaptado à realidade portuguesa e na sua representação, porque é um partido que se sente e que vive como partido nacional, não limitado aos jogos políticos das grandes cidades, e tem uma consciência de todos os problemas das questões reais que as populações vivem".

#### **NÃO CEDER À DEMAGOGIA**

- Há a convicção de que a nova orgânica prevê uma profissionalização da CPN. Como se entende, se é correcto este ponto de vista, essa profissionalização?

"É inteiramente certo. Apenas com esta perspectiva: a profissionalização significa aproveitar dos órgãos do partido um número de pessoas com capacidades e possibilidades de trabalharem a tempo integral ou com uma grande dedicação de tempo ao partido. Não só o partido, mas a vida política portuguesa, precisa disso e, tudo terá de ser contemplado. A Comissão Política reúne de quinze em quinze dias, havendo, no entanto, uma direcção política permanente (constituída pelo presidente e três vice-presidentes). Além disso, o Conselho Nacional reunirá com maior frequência, e, portanto, concedendo a possibilidade de uma audição maior do sentir nacional do partido".

- Há quem pense que a nova estrutura política do partido vem de algum modo eliminar uma certa imagem de dureza que, por vezes, o dr. Sá Carneiro apresentou e que foi mal recebida por alguns sectores, nomeadamente militares...



"Penso que não houve essa intenção. Se alguma vez, como diz, fui "duro", creio que não. Apenas me limitei - e em política isto é importante - a ser claro, a evitar demagogias fáceis".

(A primeira parte desta entrevista terminou ali. Prosseguiu depois na noite de domingo, poucos minutos após ter terminado o congresso quando já muitos dos delegados deixavam a cidade).

### **NÃO PROCURAMOS A PRESENÇA NO GOVERNO**

- Qual é a solução, afinal, para a questão política em Portugal? Um governo monocolor, obviamente minoritário, uma coligação bi ou tripartida ou um Governo de Salvação Nacional criado sobre um pacto interpartidário? Que solução propõe realmente o PSD, que, aqui em Leiria, criticou asperamente o Governo sem, claramente, definir uma estratégia a seguir imediatamente?

"Precisamos de uma política clara. De um governo competente e eficaz, que mostre dinamismo, ideias concretizadas em vez de propostas, sem demagogia, que não sirva mais o partido do que o interesse nacional. Qual governo será esse? Dependerá das circunstâncias concretas. Como sabe, o Governo depende, neste momento da confiança do presidente da República e do Parlamento. Um Governo de coligação é uma hipótese que agora para nós não se põe pois não estamos a procurar a nossa presença no Governo. Estamos a exigir que o Governo cumpra aquilo que dele se espera. É forçoso reconhecer que até agora não correspondeu à exigência da situação e à esperança dos portugueses. O Governo socialista tem de assumir as suas responsabilidades até final. Se fracassar, será da sua própria responsabilidade. O PSD não hostiliza o Governo, não dificultamos a sua acção. Parece-nos que é o próprio Governo que está a dificultar a sua própria acção."

### **NÃO À CRISE!**

- Espera-se, no entanto, um certo endurecimento no tal apoio crítico que o PSD tem vindo a manifestar ao gabinete de Mário Soares? Do congresso de Leiria não sai, apesar das muitas críticas formuladas, essa atitude. Porquê? Prudência....

"Mantemos a atitude inicial relativamente ao Governo e eu frisei-o ao citar a declaração que aquando da discussão do Programa na Assembleia da República. O Governo tem três meses de exercício, enferma de defeitos que criticámos, praticou erros que denunciámos, sofre de uma passividade que nos inquieta. Tudo isto o traduzimos sem quaisquer ambiguidades. Entendemos que manterá linha de exigência crítica sem provocar uma crise, sem desestabilizar a democracia, é o que impõe a situação política actual. Foi isso que resultou claro do congresso."

- Mas sabendo-se que o Plano e o Orçamento Geral do Estado para 77 terão de ser apresentados até ao dia 15 à Assembleia da República, irá conduzir esse facto a uma atitude à expectativa, já que aqueles dois importantes instrumentos irão apontar os caminhos do relançamento da Economia?

"Não há propriamente uma data fixa. A data da nossa mudança de atitude, ou se quiser, de uma oposição que se traduza em dizer que o Governo precisa de ser

imediatamente substituído, será determinada pelos actos do próprio Governo, pelos seus projectos, pelos seus planos...".

- No relatório que apresentou ao Congresso o dr. Mário Soares parece ter recuado, o que se traduz na defesa da tese da "democracia avançada"... Que significado atribui a isso? Concorda ou não?

- Não rejeitamos completamente essa tese. O que entendemos é que é preciso avançar com a Democracia e cumprir a Constituição. Usar termos como esse de "democracia avançada" é usar termos vagos para a premência e gravidade dos problemas nacionais. Compete ao Governo resolvê-los e a acuidade deles e a demora ou não de soluções é que mostrarão se o Governo é ou não capaz. Como aqui foi frisado no Congresso, estamos fartos de palavras e um país não se governa com discursos. Precisamos de acções de clareza, eficiência e eficácia. Por isso, o saldo é negativo. Tanto nos faz que o dr. Mário Soares fale de "democracia avançada" ou de "socialismo democrático", isso não modifica nada os problemas dos portugueses. O que queremos é vê-los resolvidos numa política sem ambiguidades que até agora não tem existido.

A entrevista chegara ao fim. O Congresso termina já também, mas os seus prolongamentos serão ainda tema de debate.

## 2.23. Entrevista ao "Tempo" - 16/12/1976

No dia da divulgação dos resultados finais das eleições para as autarquias locais, terça-feira, também dia de rescaldo da polémica dita mesa-redonda entre os quatro principais "leaders" políticos do país, julgámos importante ouvir, em breve entrevista, o Presidente do PSD, dr. Sá Carneiro, para nos conceder as suas impressões sobre o recente acto eleitoral e seus resultados o que também lhe proporcionou expressar publicamente a sua quota-parte de autocritica relativa ao que foi aquele programa e o seu polémico comportamento nele.

"TEMPO" - Sr. dr., sendo hoje já conhecidos os resultados praticamente definitivos das eleições para as autarquias locais, peço-lhe que faça, em termos sintéticos, a respectiva avaliação.

SÁ CARNEIRO - Em primeiro lugar, há que salientar o aumento das abstenções, que eu interpreto como significando um voto de descontentamento em relação à política em geral e em relação à política do Governo em especial; e também como reflexo de imperfeições graves da lei eleitoral, que o Governo não quis corrigir na altura em que ela foi discutida na Assembleia da República, assim como da indefinição da competência e da autonomia financeira das autarquias antes da eleição e da não utilização legal da Televisão e da Rádio na campanha eleitoral - e falo em utilização legal, pois há que ressaltar a utilização abusiva que o Governo fez destes órgãos de Informação, utilização que foi unanimemente condenada na própria Assembleia da República.

Quanto aos resultados em si, no tocante ao nosso partido, confirma-se um reforço da sua posição eleitoral e uma relativa quebra do Partido Socialista. Temos, relati-

vamente ao PS, uma larga margem de superioridade, no que se refere ao número de Câmaras em que dispomos de maioria absoluta de mandatos. Em termos de presidentes de Câmaras, estamos em igualdade de circunstâncias com o PS. Aumentámos a nossa percentagem eleitoral, em termos de mandatos, sobretudo em relação às Câmaras em que concorremos, nas quais essa percentagem é da ordem dos 45 por cento; em relação à totalidade das Câmaras, essa percentagem eleva-se a mais de 30 por cento. Reforçámos também a nossa posição em termos geográficos, com um certo alargamento a Sul e aumento no Centro e no Norte, tendo averbado vitórias novas em cerca de 15 concelhos.

Estamos, pois, satisfeitos com estes resultados, que são fruto do trabalho dos nossos militantes, da dedicação dos nossos candidatos e ainda da adequação da campanha que fizemos aos verdadeiros objectivos destas eleições, campanha que não quisemos centrada em figuras nacionais, isenta de qualquer caciquismo, assentando na competência dos candidatos apresentados e na correspondência aos interesses locais, procedimento que, como se vê, a população do país muito apreciou.

Relativamente aos outros partidos, não me parece que se tenham verificado variações apreciáveis tanto para o PCP como para o CDS. Estes resultados responsabilizam especialmente os partidos democráticos e devem levar os órgãos de soberania nacional a uma reflexão política e à promoção de uma autêntica descentralização proporcionada pelos adequados meios que aos órgãos autárquicos devem ser concedidos.

"T" - O Partido Socialista tem afirmado repetidamente ser o "único partido nacional". No entanto, os resultados destas eleições indicam que esse partido não tem nenhum presidente de Câmara em mais distritos do que aqueles em que o PSD também não elegeu nenhum. Esta é uma questão a ser posta aos dirigentes do PS, mas também, por exemplo, ao sr. dr.... Quer comentar o facto?

S.C. - Na verdade, os números dos resultados destas eleições têm de ser cuidadosamente analisados. Para já, no entanto, do que não pode haver dúvidas é de que a pretensão do PS em que é o único partido nacional foi desmentida por estas eleições. Nós, PSD, confirmámos a dimensão nacional do nosso partido.

De resto, foi muito significativo para mim que, no programa da Televisão de ontem - que não considero positivo nem de boa qualidade e com toda a franqueza o digo, - o Primeiro-Ministro tenha falado no Governo sempre em termos de Governo minoritário. Efectivamente é-o e cada vez mais como tal se confirma. E o próprio isolamento a que o Governo se remete reforça tal carácter minoritário, que, por outro lado, de forma nenhuma se adequa ao interesse nacional nem com uma perspectiva democrática de apoio parlamentar e maioritário a um Governo.

"T" - Já que se referiu ao programa de Televisão de ontem, eu aproveito para lhe pedir que explicita as suas impressões sobre essa dita mesa-redonda, da qual a opinião pública não parece ter colhido opinião lisonjeira, inclusive em relação ao comportamento do sr dr. nela.

S.C. - Não foi de facto um bom programa nem o achei um programa à altura daquilo que o povo português deve esperar dos dirigentes políticos. Foi um erro ter-se efectuado aquele programa sem se dispor ainda de resultados definitivos, sem ter havido tempo para os analisar previamente, com as pessoas extremamente fatigadas, depois da longa noite anterior. Foi também um erro, do ponto de vista da escolha dos temas a abordar. Compreendia-se um programa de análise dos resultados eleitorais pelos principais dirigentes políticos mais tarde, depois de feita essa análise cuidadosamente. Mas, mesmo assim, sendo esse apenas um dos pontos e estando outros também previamente marcados como pontos de debate, como os problemas do plano e orçamento, dos défices das balanças de pagamentos e comercial, na política económica e financeira. Além disso, como também já referi, as pessoas estavam muito cansadas. Caimos, muitas vezes, em discussões de "tricas". E houve nisso culpas mútuas. Da minha parte, fui alvo de interrupções despropositadas que me obrigaram a esse tipo de respostas, que tinham, aliás, de ser dadas, mas que numa avaliação de conjunto resultaram numa perda de qualidade do programa. Às interrupções do dr. Mário Soares tive eu que responder "taco-a-taco", embora talvez com demasiada vivacidade algumas vezes; não sei; isso é ao público que compete julgar.

Um programa deste tipo, eleitoralista afinal, teria todo o interesse mas era antes da realização das eleições. Nem que mais não lasse para ali vermos o secretário-geral do Partido Comunista a representar a FEPU. Mas também para debatermos a nossa concepção destas eleições, as suas perspectivas e os nossos programas. Isso teria muito interesse e até seria motivador de voto. Depois das eleições, não era este o tipo de programa que deveria realizar-se, mas sim um programa de maior seriedade e com discussão de problemas de fundo, o que permitiria uma maior serenidade, pelo menos se as pessoas não estivessem sempre a interromper-se e se o moderador do programa tivesse um maior controlo do ritmo da discussão, da extensão das intervenções e na condução do programa em geral.

"T" - Um pormenor da sua participação nessa dita mesa-redonda me chamou especialmente a atenção: foi o facto de o sr. dr. ter afirmado, repetidas vezes, que tencionava expor o seu ponto de vista sobre o seu conceito de alternativa democrática ao Governo PS, o que nunca chegou a fazer. Qual é, então, esse conceito?

S.C. - Ora aí está um dos pontos que o próprio moderador tinha obrigação de vir a levantar para eu ter de o expor. Entretanto, aproveito para referir que, embora não as creia intencionais, acho lamentáveis as deficiências de som que, pelo que depois me disseram, se verificavam quando eu falava e que não permitiam ouvir as minhas palavras tão perfeitamente como as dos outros intervenientes no programa.

Quanto à alternativa democrática que eu concebo para este Governo, repito-lhe o que já hoje afirmei numa conferência de imprensa. Entendo que uma alternativa ao Governo PS terá de ser, em primeiro lugar, um Governo constituído pelo Presidente da República, com pessoas da sua confiança, não apenas quanto ao Primeiro-Ministro, mas também quanto ao próprio elenco governativo, um Governo restrito em número - por ele começando, portanto a austeridade, com pes-

soas capazes de encontrar soluções adequadas aos problemas e de fazer com que elas sejam executadas e com um programa muito claro que corresponda à emergência nacional em que nos encontramos.

Devo salientar, no entanto, que não vejo possibilidade de num tal eventual Governo o nosso partido estar associado a membros do Partido Comunista. Foi uma decisão dos nossos congressos, que inteiramente mantemos, até pela experiência que proporcionou a participação desse partido nos governos provisórios e à sua actuação negativa. Por outro lado, aproveito para repetir que não me parece que não foi a simples condição de coligações que roubou eficácia aos governos provisórios. Foi uma insinuação que o dr. Freitas do Amaral fez ontem, mas eu respondi-lhe - não sei se se ouviu ou não - que não creio que se o CDS neles tivesse participado eles tivessem sido eficazes. Os condicionalismos da eficácia dos governos provisórios foram outros, completamente diferentes. Mas também é verdade que, em parte, houve muita política partidária nesses governos. Mas neste Governo do PS continua afinal, a verificar-se uma notável dose de política partidária.

"T" - Para finalizar, uma pergunta em termos simplistas: se o PSD quisesse ter já apresentado moções de censura formais ao Governo, quantas oportunidades lhe parece que já teve para fazer. E, se as houve, porque não o fez?

S.C. - A nossa estratégia não é a de derrubar o Governo. É a de acentuar a sua ineficácia e a de tomar posições, na Assembleia da República e fora dela, de harmonia com as declarações que sobre isso já antes apresentara e ontem repeti, ainda que só em parte. O Governo não tem estado a cumprir muita coisa do seu programa. Já há mais de 20 prazos que não cumpriu. O prof. Sousa Franco já os inventariou num artigo que publicou num jornal diário. O Governo não está a ter uma política económica e financeira definida. Não está a ter uma estratégia de actuação eficaz para resolver a crise. Orienta-se quase exclusivamente pelo aumento do endividamento externo, por uma política de austeridade para os portugueses em geral e não para o Governo em primeiro lugar, etc. E todos estes defeitos do Governo se encontram manifestamente revelados no Plano e no Orçamento, que iremos discutir em breve, como já se revelaram na questão do pagamento de parte do 13.º mês em títulos do tesouro.

"T" - Esses são motivos de censura genericamente considerados. Mas o que eu pergunto, então, é se algum desses ou outro não seriam considerados pelo PSD como podendo fundamentar uma moção de censura formal, não fora o critério estratégico que começou por referir?

S.C. - O Governo já foi, afinal, censurado pela Assembleia da República, em termos de protesto, pelo uso indevido da Televisão para campanha eleitoral. Mas os partidos têm de pensar bem na apresentação de uma moção de censura formal, não só pelas suas implicações, mas também pelas limitações que há: só se pode apresentar uma moção de censura por cada sessão legislativa.

Nós, PSD, temos procurado sempre colocar o interesse nacional acima do interesse partidário. E, portanto, um acto dessa gravidade tem de ser muito reflectido

e, a nosso ver, nunca deveria anteceder a discussão do Plano e Orçamento, embora isso não queira dizer que lhe deva suceder necessariamente.

"T" - Bom, esse argumento do interesse nacional faz-me concluir que, considerando salvaguardá-lo ao não fazer cair o Governo, o PSD com isso reconhece que a manutenção deste Governo é tão fundamental para a sobrevivência da democracia portuguesa quanto o sr. dr. Mário Soares o afirma, quando o qualifica como a última alternativa democrática...

S.C. - Não, não é isso, de modo nenhum. O que entendemos, embora discordando da formação deste Governo minoritário, é que devia dar-se-lhe tempo para mostrar do que era capaz. E daí a nossa expectativa inicial, expectativa exigente, em relação ao Governo, no seu conjunto, excepção para um ou outro sector.

Neste momento, a nossa postura de oposição aberta atem-se precisamente à defesa da democracia. A ineficácia deste Governo, compromete afinal, a própria estabilidade da democracia em Portugal. Portanto, na altura própria pode acontecer que o Governo venha a ser expressamente derrotado em termos de confiança, aqui, na Assembleia da República. Mas, repito a discussão do Plano e Orçamento parecem-me fundamentais, pois até irão marcar o futuro da actuação governativa e da vida nacional no próximo ano.

## 2.24. Entrevista ao "El País" - 11/1/1977

"El País" - Desde há alguns meses que tem vindo a ser falado numa intensificação das relações hispano-portuguesas. Acredita nisso? Pode falar-se de uma reorganização da vida política peninsular?

Sá Carneiro - Até ao momento não houve uma autêntica política peninsular, há que reconhecê-lo. Depois do 25 de Abril de 1974, as relações entre ambos os países deterioraram-se paulatinamente, sobretudo depois do assalto e incêndio da Embaixada espanhola em Lisboa. Mas existem perspectivas razoáveis de que estas relações melhorem e se intensifiquem de futuro. Em primeiro lugar, por conveniência mútua, a Espanha segue o seu caminho da democratização; Portugal terminou recentemente a institucionalização dos seus órgãos democráticos e deve agora estabilizar a sua vida política. Estas experiências são complementares e serviriam para estabilizar a vida política de ambos os países. Por outro lado, os campos de cooperação são enormes, ainda que, antes de tudo, convenha ter-se ideias claras sobre os objectivos que se desejam alcançar.

### UMA ESTRATÉGIA IBÉRICA COMUM

"El País" - Considera viável uma estratégia comum ibérica, em relação a certos temas fundamentais?

Sá Carneiro - Espanha e Portugal podem cooperar juntos, da mesma maneira que fizeram os países escandinavos. Mas antes deve iniciar-se, de ambas as partes, uma política mais imaginativa e realista. Os nossos países podem estabelecer uma estratégia comum para temas tão importantes como seja a Comunidade Europeia ou a OTAN.

"El País" - Existe todavia certo contencioso que ainda não foi resolvido e que impede o pleno desenvolvimento dessas relações?

Sá Carneiro - Há com efeito, problemas pendentes. Por exemplo, as indemnizações a cidadãos espanhóis expropriados durante os últimos anos, ou a indemnização ao Estado espanhol pela destruição da Embaixada, que está em boas vias. O Governo minoritário de Mário Soares quis dar prioridade às indemnizações a estrangeiros. Trata-se desde logo de uma política discutível, mas que uma vez definida, deve ser cumprida até às últimas consequências. Entre outras razões, porque é o único modo de tranquilizar os oponentes. Os intercâmbios comerciais, técnicos, financeiros e culturais entre Espanha e Portugal devem ser precedidos de certas medidas. Por exemplo, não compreendo muito bem como se pretende que entre os nossos povos hajam laços duradouros e estáveis se até agora não existe uma livre circulação de pessoas e bens através das fronteiras. Por isso diria que é necessário delimitar antes de mais, uma política de objectivos claros, que se deseja, na verdade, atingir. Até agora creio que por parte dos dois Governos houve boas intenções. Penso contudo, que os problemas pendentes devem resolver-se não só a nível de Estado, mas também a nível de partido político.

"El País" - Entre os motivos da sua viagem a Espanha, falou-se inclusivamente, de uma plataforma social-democrata ibérica.

Sá Carneiro - Existem probabilidades de se criar algo parecido. Creio que na Península, a Social-Democracia tem grandes possibilidades, ao contrário dos partidos socialistas marxistas. Sendo assim, não creio nem no chamado socialismo mediterrâneo, nem nos programas comuns com os comunistas. Pelo menos em Portugal, onde o Partido Comunista não é democrata... nós cremos numa aproximação realista com os nossos companheiros espanhóis, baseada na estabilidade da democracia. A similitude das situações históricas entre os dois países (e não a situação económica e social) favorece esta possibilidade. Além do mais, os sociais-democratas têm, primeiro, uma vocação peninsular, depois europeia, e por último, universal.

"El País" - E os seus contactos com os sociais-democratas espanhóis? Resumem-se apenas à federação?

Sá Carneiro - Em Madrid, sim, considerando que a federação engloba quase toda a família social-democrata, além dos partidos com este símbolo de carácter regional. Em Barcelona, teremos contactos com os sociais-democratas de Jaime Casanova. Consideramos que a federação social-democrata é o gérmen de uma força política que, no futuro, pode ser decisiva dentro do panorama político espanhol.

"El País" - Em que situação se encontra agora o Partido Social Democrata Português?

Sá Carneiro - Depois das eleições municipais, o partido continua a crescer e a consolidar-se. As eleições demonstraram a importância da opção social-democrata em Portugal. Neste momento, por exemplo, controlamos mais câmaras municipais que o Partido Socialista que segundo parece, é o primeiro partido do país. Porém,

este êxito espectacular é, para alguns, difícil de perdoar. Só assim se aplicam certos comentários mal intencionados e radicalmente falsos de que preparamos com "militantes das direitas" uma acção "não democrática". Ou que há graves cisões nas nossas fileiras.

"El País" - A quem responsabiliza por estas acusações?

Sá Carneiro - Conforme já disse, a reaparição com renovado ímpeto do nosso partido nas eleições municipais não agradou a alguns. Os "gonçalvistas" acusaram-nos, na sua época, de "golpismo". Agora quem diz isso é a extrema-esquerda e outros companheiros de viagem antidemocráticos. Quanto às cisões, são sempre membros de outros partidos quem as anuncia. A verdade é que o nosso Partido está cada vez mais forte, e somente crê numa alternativa democrática que dê voz às grandes maiorias nacionais.

"El País" - Sendo assim, o Governo socialista de Mário Soares não representa todo o País...

Sá Carneiro - Exactamente. O Governo de Soares é minoritário, e representa somente um terço do País.

"El País" - Não poderá, então, seguir para a frente?

Sá Carneiro - Já o dissemos muitas vezes, e repito-o agora, que não temos confiança no Governo de Soares. Este Governo não tem o apoio da maioria dos portugueses e, portanto, não está em condições de resolver os gravíssimos problemas que o meu país agora enfrenta. Portugal está à beira da bancarrota e nela cairá se não forem tomadas decisões urgentes e prudentes. O governo socialista demonstrou nestes meses que é incapaz de propor e levar a bom fim uma política coerente. Os portugueses estão muito desanimados, encontram-se perante uma falta de perspectivas que pode ser fatal. Ao País oferecem-se agora dois caminhos: ou o caos económico e social ou um desenvolvimento lento, apoiado internacionalmente. Este desenvolvimento não pode ser promovido por um Governo minoritário nem por um partido que enferma de gravíssimas contradições entre o seu programa de Governo e o seu programa ideológico.

#### **ATÉ AO ACORDO NACIONAL**

"El País" - Propõe, entretanto, um Governo de coligação com outros partidos da direita e do centro?

Sá Carneiro - Não se trata somente de formar um Governo de coligação, mas de impulsionar um acordo nacional entre os partidos democráticos que pode abrir novas perspectivas.

"El País" - Incluindo o Partido Comunista?

Sá Carneiro - Já disse antes, que o Partido Comunista não é um partido democrático, que nunca jogou o jogo democrático, e que portanto, nunca poderia integrá-lo entre os grupos democráticos. Mas os comunistas existem como força política e, por isso, há que tê-los na devida conta. Não se pode esperar dos comunistas uma cooperação democrática.



"El País" - Há quem fale, também, de um novo Governo militar como saída para o actual "impasse". Qual é a sua opinião?

Sá Carneiro - A nossa opinião sobre esse assunto já a expusemos, também, em muitas ocasiões. Não queremos mais militares no Governo. Os militares devem estar nos quartéis e não intervir na política conjuntural do País. A experiência destes últimos anos é significativa, e quando nós propusemos a neutralidade dos militares, aparte os ataques de certos partidos, sofremos a incompreensão de alguns oficiais. Agora mudaram de opinião, após vários meses difíceis no poder.

"El País" - Quais são, no seu entender, os erros mais graves cometidos pelo Partido Socialista desde que está sozinho no Governo?

Sá Carneiro - Além de ter sido incapaz de desenvolver um programa económico harmónico, que evitasse ao país ser traumatizado pela crise, sectorizou a vida nacional, impondo os seus homens de confiança nos postos-chaves e escolhendo-os, não pela sua capacidade, mas pela sua adesão. No país está a aumentar espectacularmente aquilo que eu qualifico de "sector clandestino", quer dizer, um sector económico que se baseia na realização de operações (financeiras profissionais, etc.), ilegais, segundo a legislação agora vigente. O que se torna necessário, neste momento, é superar a situação actualmente existente no país deixando de lado os interesses partidários e criando uma autêntica política nacional que seja reflexo do querer da grande maioria dos portugueses.

## 2.25. Conferência de Imprensa - 19/1/1977

**NOTA:** Ao regressar a Lisboa, ainda no aeroporto da Portela, Sá Carneiro concedeu uma conferência de imprensa, na qual respondeu a todas as perguntas que lhe foram formuladas, durante cerca de meia hora. Eis o relato integral dessa reunião com os representantes dos órgãos de informação portugueses:

Pergunta - Gostaria de comentar o impacte que tiveram as mas declarações em Espanha nos meios governamentais portugueses?

Sá Carneiro - Por um lado, as declarações aqui transcritas, peio "Diário de Notícias" e creio que por outros jornais, são uma interpretação deturpada daquilo que eu disse a "El País". Felizmente que a entrevista já está publicada na íntegra e, fazendo o cotejo, pode-se ver a base desses comentários, dessas afirmações. A partir daí se organizou todo um ataque na Imprensa e declarações de membros do Governo. Ora, parece-me que se se consideraram graves as minhas declarações, em primeiro lugar havia que confirmá-las, que vê-las integralmente. Por outro lado, pelo que vi hoje na Imprensa espanhola, teria havido um telefonema para o Encarregado de Negócios da Embaixada, que se referiria também às audiências concedidas pelo Rei e pelo Presidente do Governo. Nesse aspecto, parece-me a reacção do Governo totalmente injustificada e absolutamente inaceitável, tal como os comentários que foram feitos às minhas declarações. Estive com vários chefes de governo ao longo destes dois anos de vida de partido, designadamente com Helmut Schmidt, com Giscard d'Estaing, com Tindeman, Andrés Pérez, Trudeau; estive também com Kissinger e com várias outras personalidades na minha quali-

dade de simples secretário-geral ou presidente do Partido e nunca isso suscitou, nem devia suscitar, qualquer pequena objecção por parte do Governo. Creio que um Governo nacional se deveria, pelo contrário, felicitar por um representante de um partido português, por os Portugueses serem assim acolhidos em países estrangeiros. Isso mesmo se aplica à minha deslocação a Madrid e às visitas que aí fiz.

Por outro lado, as declarações feitas a propósito da minha entrevista a "El País" traduzem uma espécie de posição tutelar do Governo em relação aos partidos da oposição que considero também inaceitável e incompatível até com o verdadeiro conceito de democracia. E admira-se até como é que um Governo presidido por um homem que lutou pela democracia, que é um democrata, pode tomar posições destas que, além do mais, interferem até, na minha opinião, com a própria liberdade de Imprensa.

#### **NÃO TENHO UM DISCURSO NO MEU PAÍS E OUTRO NO ESTRANGEIRO**

Eu não tenho um discurso no meu país e outro no estrangeiro; não digo cá uma coisa e outra lá fora. É evidente que, no estrangeiro poderei dizer menos ou dizê-lo de forma diferente. Foram até moderadas as minhas declarações a "El País". Retomei as críticas que o partido aqui tem feito ao Governo e parece-me insustentável que se pretenda falar de um modo para a Imprensa estrangeira e de outro para a Imprensa nacional. Recordo até que no período do "gonçalvismo" fui também atacado por declarações prestadas a órgãos de Informação estrangeiros, que vieram até publicadas, salvo erro, em anexo ao relatório sobre 11 de Março; pois todos temos o direito e obrigação até de exigir que esses períodos estejam inteiramente passados e que se viva numa autêntica democracia pluralista em que a Imprensa cumpra a sua obrigação, não esteja ao serviço de partidos, nem ao serviço de determinadas estratégias de ataque pessoal ou partidário.

P. - Considera ter sido um sucesso a sua viagem a Espanha?

S.C. - Considero que a nossa viagem a Espanha, como sabem foram comigo o dr. Barbosa de Melo, vice-presidente do partido, o dr. Francisco Balsemão e o dr. António Patrício Gouveia, foi um grande êxito para a social-democracia, para o nosso partido e para as próprias relações entre Portugal e Espanha. E tive ocasião de verificar com muito agrado quanto essas relações interessam ao Rei, ao Presidente, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, a todos os políticos espanhóis e a própria cobertura que a Imprensa, a Rádio e a Televisão deram à nossa viagem, dando não apenas uma prova de interesse pelo nosso partido, pela social-democracia, mas também uma grande prova de interesse por Portugal.

#### **REACÇÕES INEXPLICÁVEIS E INACEITÁVEIS**

P. - Uma vez que não houve reacções idênticas quando dos seus contactos com outros dirigentes estrangeiros, como explica agora esta reacção depois da sua visita a Espanha, por motivo das suas declarações ao jornal "El País"?

S.C. - Acho inexplicáveis e inaceitáveis. Demonstram, parece-me, uma hipersensibilidade que tão pouco posso compreender.

P. - Alguns observadores têm posto a hipótese de este ataque que é movido à sua pessoa como presidente do PSD, possa ser uma maneira para afastar possíveis atenções da crise do Governo PS e mesmo no seio do próprio partido. O que diz quanto a isto?

S.C. - É possível que sim. Isso depende da interpretação e da opinião dos comentadores, pois é muito possível que se tenha querido chamar especialmente a imprensa afectada ao Partido Socialista, as atenções para um caso que afinal não existiu senão por aquilo que a imprensa portuguesa fez, a partir da inicial deturpação das minhas declarações que constam em "El País".

Na imprensa espanhola, nos meios políticos espanhóis, como verifiquei pelos vários contactos, a minha entrevista a "El País" não causou quaisquer reacções desfavoráveis, antes pelo contrário.

P. - Mas não lhe foi feita qualquer observação por parte de algum elemento do Governo espanhol sobre as suas declarações?

S.C. - Absolutamente nenhuma.

P. - É que um jornal tido como afecto ao partido Socialista afirmava ontem na primeira página que o Governo Espanhol, ele mesmo, estava surpreendido com as declarações do dr. Sá Carneiro.

S.C. - Bom, ontem tive um pequeno almoço de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol, e aquilo que acabei de fazer, de que ninguém me fez, do Governo ou da oposição, qualquer observação sobre as minhas declarações, é inteiramente verdade.

#### **ESTAMOS NUMA SITUAÇÃO ECONÓMICA EXTREMAMENTE DIFÍCIL**

P. - O eng.º Amaro da Costa prestou há momentos declarações sobre a entrevista que o dr. Sá Carneiro deu em Madrid, dirigindo-lhe um cerrado ataque. Como pode explicar ou comentar essa atitude?

S.C. - Eu ainda não conheço essas declarações. A circunstância do CDS fazer aquilo que na sua opinião foi um cerrado ataque, não me surpreende, porque também já não é o primeiro.

P. - Uma das coisas que têm sido mais focadas é a referência ao problema económico e financeiro, especialmente a expressão bancarrota. O sr. dr. pode adiantar-me mais alguma coisa sobre isso?

S.C. - Não é uma expressão a que não estejamos habituado especialmente desde a intervenção do Primeiro-Ministro na Televisão, no mês de Setembro passado. De resto, a última entrevista dada pelo ministro das Finanças ao "Diário de Notícias", precisamente, contém todos os elementos para concluir que estamos numa situação económica extremamente difícil. Podia ser mais sério se eu tivesse dito que não era viável. Pelo contrário, falei de desenvolvimento gradual da nossa economia. De resto, o próprio ministro das Finanças, num discurso posterior ao do primeiro-ministro, faz declarações semelhantes. E, como os senhores se recordam o primeiro-ministro falava, em Setembro, do colapso iminente, e falava até do

colapso do Estado, se não fosse resolvida a grave situação económica em que nos encontramos.

P. - O dr. Sá Carneiro pensa que o empolamento das suas declarações em Espanha poderá inserir-se na falada campanha para o afastar do PSD?

S.C. - Não sei se se insere ou não. É um elemento de ataque ao nosso partido e a mim pessoalmente, numa campanha que até já tinha começado antes de eu ir para a Espanha. Falou em empolamento das minhas declarações na transcrição feita no "Diário de Notícias", e a partir daí se gerou depois toda a campanha. Devo dizer, de resto, que na Imprensa espanhola não houve quaisquer ecos, até começaram a veicular aquilo que em Portugal se estava a passar na Imprensa portuguesa. Talvez tivesse sido esse um dos objectivos que se queriam atingir. Agora, o que tenho plena consciência, é que ele não foi atingido. No meio disto tudo, se há desprestígio para alguém, ou se alguém ficou menos bem colocado, pois não fomos nem nós, nem o nosso partido, nem as autoridades espanholas, nem a Imprensa espanhola.

P. - Também foi admitido, ou foi referido, que o sr. dr. admitiu casos de corrupção a nível governamental. Tem alguma coisa a dizer acerca disso?

S.C. - Se se deu ao trabalho de ler a minha entrevista a "El País", que veio transcrita nos diários de cá, verá que isso é inteiramente falso.

P. - Pois é o que aconteceu, mas simplesmente alguns jornalistas ou directores de jornais admitiram isso.

S.C. - Admitiram, mas em que declarações? Prestei declarações a vários jornais e nunca falei nesses termos.

#### **A ENTREVISTA EM ESPANHA NÃO CAUSOU REACÇÕES DESFAVORÁVEIS**

P. - Deduzindo das suas palavras.

S.C. - Isso podem deduzir o que quiserem. Simplesmente, se deduzem isso, deduzem muito mal. E, então, é o que eu chamo de deturpação. Fazem interpretações deturpativas.

De resto, verifiquei o agrado que causaram lá, especialmente as minhas declarações à Televisão, e fiz várias.

P. - Quer comentar a importância da criação da Associação Democrática Ibérica?

S.C. - Esse foi, um dos resultados concretos da nossa viagem; a decisão de constituir com a Federação Social Democrata, de que é presidente Francisco Ordonez, uma associação social-democrata ibérica. Vamos depois dar-lhe projecção, conteúdo, trabalharmos para realizações concretas, no âmbito dessa associação. De momento ela representa uma enorme possibilidade de cooperação, de estudo, e visa incrementar a social-democracia na península, demonstrando que, ao contrário do que muitos julgam, a social-democracia tem plena aplicação e é especialmente bem recebida na península Ibérica, tal como o caso de Portugal o demonstra.

P. - Acha que a evolução de uma social-democracia ibérica pode repercutir-se na influência do chamado socialismo mediterrânico?

S.C. - Creio que sim. A tese do socialismo mediterrânico é antagónica à da social-democracia. Baseia-a na impossibilidade da existência da social-democracia nos países do sul da Europa, e nós temos demonstrado, e estou convencido de que em Espanha isso se vai demonstrar também, que nos países da Península essa conclusão, ou esse pressuposto, é inteiramente inexacto. O socialismo mediterrânico, de resto, concebido ou como socialismo que se afasta da social-democracia ou, especialmente, que é o seu conceito mais rigoroso, como baseado numa cooperação, num programa comum, entre os partidos socialistas marxistas e partidos comunistas, não é uma realidade no Sul da Europa nem em qualquer outro sítio, afinal. Apenas em França há esse programa comum, e é a única excepção, e, além do mais, não nos parece que conviesse de modo algum à situação do sul da Europa e da Península Ibérica, designadamente.

#### **PROMOÇÃO DA SOCIAL-DEMOCRACIA IBÉRICA**

P. - Essa associação poderá de qualquer maneira influenciar a futura criação de uma outra internacional socialista?

S.C. - Não é esse o nosso intento e declarei muito claramente em Espanha que não visamos a fundação de outra internacional socialista. A criação desta associação é um meio de promoção da social-democracia ibérica e, posteriormente, ou à medida do seu desenvolvimento, das especiais relações que possa ter com a social-democracia da América Latina.

P. - Quais são os partidos espanhóis que fazem parte da Associação Social Democrata Ibérica.

S.C. - São os vários partidos regionais sociais-democrata visto que a federação está constituída por vários partidos regionais sociais-democratas, com cujos representantes me encontrei em Madrid, e a União Social Democrata, que foi o grupo fundado por Dionísio Ridruego, que esteve de resto no nosso primeiro congresso e que se mantém como União Social Democrata Nacional no quadro da Federação.

Além disso, tivemos ocasião de contactar em Barcelona, na Catalunha, o Partido Social Democrata Catalão, de Jaime Casanova, que tinha estado aqui em Lisboa, no nosso partido, e nessa mesma ocasião contactámos, como de resto fizemos em Madrid representantes de outros partidos de oposição.

Nesta deslocação a Barcelona, para além do interesse que tiveram os contactos com os representantes do Partido Social Democrata Catalão, destaco a conversa que tive, depois do almoço em que esteve presente, com J. y Pujol, que é uma conhecida e importante personalidade política catalã, presidente da Convergência Catalã.

P. - Os jornais portugueses aludiram à possibilidade de uma rotura ente o PS e o PSD. O que pretende comentar sobre isso?

S.C. - Não sei que tipo de rotura é que têm em mente. Não há, nem nunca houve, entre o Partido Social Democrata e o Partido Socialista, qualquer acordo, qualquer pacto, e, portanto, o que não existe não se pode romper. Houve, no decorrer do processo político, uma certa variação de relações entre os dois partidos, se assim se pode chamar, mas não vejo aí qualquer fundamento de rotura. Primeiro, porque não há qualquer motivo para ela, a não ser os ataques que nos foram dirigidos e a que já estamos habituados. Prosseguimos na mesma linha inalterável. Em segundo lugar, porque tão pouco vejo na entrevista a "El País" qualquer pretexto para que o Partido Socialista aí encontre uma qualquer razão para um corte total de relações com o nosso partido.

#### **ILEGALIDADES ECONÓMICAS?**

P. - Depois destes contactos que teve em Espanha, como vê a situação política no país vizinho?

S.C. - É uma situação política caracterizada por uma grande dinâmica, por uma aceleração do processo de democratização, aceleração de uma realidade efectiva que é a marcha para a democratização em que se mantém um diálogo muito intenso entre o Governo e os partidos de oposição, em que os partidos de oposição dialogam e cooperam também, entre si e em que da parte do Rei, da parte do presidente do Governo, há uma clara e determinada vontade de fazer a democratização efectiva em Espanha, o que, estou convencido, se vai conseguir como primeira fase com as próximas eleições gerais.

P. - Pode-se entender que isto tudo foi uma tempestade num copo de água?

S.C. - Sim. Eu não vivi o que foram aqui estes dias com a Imprensa. Creio que foi uma tempestade criada no copo de água da Imprensa lusitana. E nada mais, do que isso.

P. - Mas a Imprensa espanhola, segundo os jornais portugueses referem, comentava, de certa maneira, em tom depreciativo as suas declarações.

S.C. - Não. O que eu vi nos jornais espanhóis foi que se fizeram eco das apreciações depreciativas dos jornais portugueses. Mas por sua iniciativa nenhum vi que tivesse feito um comentário depreciativo das minhas declarações.

P. - Segundo os nossos jornais, uma das acusações que o sr. dr. teria feito ao Governo socialista seria a de ilegalidade em certas operações financeiras.

S.C. - Isso é inteiramente falso. Basta ver a entrevista a "El País". Nem a este nem em quaisquer outras declarações eu fiz essa ou parecidas acusações.

P. - Gostava que explicasse melhor a sua afirmação contida na sua entrevista a "El País" de "ilegalidade na vida económica portuguesa"?

S.C. - Não falei em "ilegalidade na vida económica portuguesa". Falei nas dificuldades económicas e em que havia um sector económico clandestino que se estava a desenvolver. Desenvolvem-se as construções clandestinas, este é um fenómeno conhecido por todos, há fenómenos de açambarcamento e devo recordar-lhes também que o Presidente da República mais do que uma vez nos seus

discursos falou da corrupção reinante, que se não podia mais tolerar. Aí tem alguns elementos.

## **2.26. Intervenção na Assembleia da República - Janeiro de 1977**

A democracia é difícil. É difícil no mundo de hoje, pelos problemas que põe, de contestação, de proximidade entre governantes e governados, pela crescente exigência de participação.

Mas às dificuldades da democracia tem ela correspondido com imaginação, com invenção, com encontro dos caminhos de uma sociedade nova assente no fim da exploração, na crescente participação das pessoas.

A democracia é mais difícil no nosso país, saído de cinquenta anos de regime ditatorial e com dificuldades económicas e sociais crescentes. E essas dificuldades mais nos responsabilizam.

E é por isso que hoje, aqui, depois de ouvir focar um episódio que considero que constitui apenas um passo e um pormenor do nosso caminho democrático quero assinalar que acima de pessoas, acima de protagonismos, acima de antagonismos está a causa do nosso país e de um Portugal democrático. Não estamos aqui nem aqui viemos, todos - disso estou convicto - para imputar derrotas ou averbar vitórias. Daquilo que se passou, julgarão os portugueses. E apenas nos compete tirar do incidente, que não considero nem relevante nem impeditivo de uma convivência democrática, para construirmos para o nosso país um futuro democrático, que o mesmo é dizer assente num clima de transigência mútua, de ausência de irredutibilidades, de negação de pessoalismos ou protagonismos. Foi uma experiência útil, não poderá ser aproveitada se dela nos servimos para nos assacarmos culpas recíprocas ou alheias. É nesse espírito que encaro as palavras aqui ditas e o apelo feito pelo meu companheiro de bancada.

Entre democratas não há comparação de currículos democráticos. E é por isso que um caminho seguro para um futuro democrático no nosso país tem de assentar num espírito de transigência, de compreensão e de se ir tirando positivamente a lição dos factos passados, visto que, creio, a nenhum de nós envergonhará dizer, como aqui já foi lembrado que estamos a aprender democracia praticando-a. Devemos, uns em relação aos outros, aceitar o direito de crítica, a livre expressão de opiniões, a existência de uma oposição activa que se opõe pelos meios democráticos a um governo de um só partido. Se isso soubermos fazer, se tivermos a serenidade e a distância suficientes para olhar para os factos sem neles nos vermos incluídos, nem pessoalmente nem partidariamente, poderemos mediante um entendimento que tenha por base a democracia, que aceite as divergências partidárias, que aceite a luta partidária, que aceite a oposição e as reacções do Governo, consolidar a democracia no nosso país.

É por isso que me parece que esta experiência pode e deve para todos ser útil, e que acima da luta pelo poder, cabe aos partidos, em Portugal, desempenhar um

papel fundamental na consolidação da democracia portuguesa, dar um contributo essencial para a resolução dos problemas concretos dos Portugueses.

## **2.27. Discurso no encerramento das Jornadas Municipais Sociais Democratas, realizadas no Porto em 29 e 30 de Janeiro de 1977**

Meus amigos:

Encerramos hoje as 1.<sup>as</sup> Jornadas Municipais Sociais Democratas, cujas conclusões apontam os principais rumos a seguir na linha de efectivação de um verdadeiro poder-local.

Os órgãos eleitos em 12 de Dezembro inserem-se num contexto democrático, de que são simultaneamente elemento básico e consequência.

O essencial do que tem de ser o autêntico poder local acaba de ser expresso nas conclusões.

Reflexão complementar será esta, acerca do que é e deverá ser a democracia portuguesa, com a consciência de que se trata apenas de salientar alguns aspectos de um contexto complexo e árduo.

A democracia é sempre um caminho difícil, mas é o único a seguir na política.

A realização dos pressupostos democráticos e a garantia do seu desenvolvimento implicam um consenso cívico sobre o conjunto dos valores e regras fundamentais da convivência social e sobre o funcionamento das instituições básicas da vida política.

Mas um tal consenso só é viável na base de estabilidade social, assente na confiança depositada nas instituições, na ordem democrática e na segurança económica.

Qualquer enfraquecimento destes factores implica a debilitação do regime democrático, e a inexistência de qualquer deles pode pô-lo em causa.

Ora à democracia portuguesa deparavam-se à partida desafios consideráveis.

Hoje, por não terem sido democraticamente enfrentados, converteram-se em riscos graves.

É natural que após uma Revolução as tarefas difíceis de harmonização social e de estabilização económica exijam tempo e esforço, tanto maiores quanto é certo que aos erros e injustiças de 50 anos antidemocráticos se somaram novos atropelos e desvios.

Mas se é certo que às dificuldades inerentes à democracia se somam as derivadas dos traumas e deturpações de um processo revolucionário conturbado e à própria aprendizagem do uso institucionalizado da liberdade, não menos evidente é a ur-



gência de uma acção reparadora e reunificadora que possibilite a estabilização da vida nacional.

Essa acção continua a faltar e daí decorre a degradação do funcionamento das instituições e o agravamento da instabilidade económica e social.

Temos instituições democráticas, sem dúvida. Mas não atingimos ainda um funcionamento eficaz da democracia por falta de um dos seus pressupostos básicos, o da regra da maioria.

Quaisquer que sejam os artificios usados, o certo é que a prática da democracia é inseparável do Governo da maioria.

É esse o sentido das eleições, que visam a escolha de forças maioritárias capazes, de, por o serem, reunirem o consenso dos cidadãos.

Por maioria absoluta foi eleito o Presidente da República, que assim encontra plena legitimação para o exercício das tarefas que a Constituição lhe comete.

Mas o Governo e a Assembleia da República carecem da maioria democrática estável. Estão ainda sob a regra da minoria que afecta o seu funcionamento e toda a vida nacional.

Todos estamos a pagar muito caro os artificios permanentes que se usam para possibilitar a governação partidária, cujo mal essencial não é o de provir de um partido, mas sim o de carecer de legitimidade maioritária.

Se, hoje, se começam a ouvir críticas crescentes aos partidos políticos e às suas lutas, é ainda porque se não encontra preenchido o requisito da maioria democrática.

O mal não está em que existam diversos partidos, com as inerentes divisões e afrontamentos. O mal está, sim, em querer transformar em maioria absoluta o domínio de um partido que é apenas o maior dos minoritários. O mal está em se querer conseguir através da submissão e do controle partidário aquilo que só pode obter-se por meio do consenso maioritário.

E daí advém, para além dos riscos que nos ameaçam, o próprio descrédito do funcionamento do regime partidário.

Foi por termos consciência desta situação que discordamos frontalmente da formação de um Governo minoritário.

Concretizada a experiência, mantendo embora todas as reservas, a atitude dos sociais democratas foi a de respeito, de expectativa e a de exigência, fundadas na esperança, comum aos portugueses, de que apesar de tudo talvez pudéssemos alcançar a Inabilidade.

Hoje, quase oito meses volvidos sobre a formação do 1.º Governo Constitucional da República, é evidente o seu fracasso.

Sem embargo de algumas actuações sectoriais positivas, o saldo de uma experiência de governo minoritário é fortemente negativo e a sua continuação está a

pôr em risco o futuro democrático português e o próprio funcionamento dos órgãos de poder local.

O 1.º Governo Constitucional não assegurou estabilidade, não demonstrou eficácia nem capacidade de concertação, recusou o consenso democrático e não foi, por tudo isso, capaz de desenvolver um projecto nacional. Substituiu-o por um mero projecto partidário.

As coisas vão mal apesar dos esforços do Governo, teria dito o Presidente da República, há dias, no Algarve.

Vão de facto muito mal, as coisas e os próprios esforços do Governo.

Comprovam-no as declarações de membros do Governo, designadamente as do Ministro das Finanças.

O seu último discurso bem pode considerar-se um balanço extremamente negativo da actuação governamental.

A situação agravou-se a um ponto insustentável, mas continua a não se ver outras medidas que não sejam as de constantes e inoportáveis agravamentos dos preços. A isso se chama austeridade.

Como vamos poder sobreviver com défices de dezenas de milhões contos, com reservas livres de ouro reduzidas a menos de 38 fralhões de contos, com uma relação de cobertura do escudo por reservas de 13,4%, menos de um décimo do que era em Dezembro de 1974, e com uma dívida pública directa que, dos 62 milhões de contos em 74 se elevará este ano, segundo o Ministro das Finanças, a 219 milhões de contos?

Como vamos poder evitar a ruptura numa situação mais de cinco e sete vezes pior do que a da Itália e da Inglaterra respectivamente, se atendermos às relações entre o défice da balança de pagamentos e o produto nacional, e a daquele défice com as exportações?

A actuação do 1.º Governo minoritário não contribuiu para resolver os problemas, antes os agravou seriamente.

E daí adveio também a própria deterioração da autoridade do Estado. Multiplicam-se as leis que se não cumprem, recomenda-se uma austeridade que se não pratica, vão proliferando as actividades marginais ou ilícitas como a droga, a prostituição, os assaltos e o sector paralelo da economia.

Desprestigia-se também o Governo quando a eficácia da acção substitui a vontade crescente de domínio. É o que se passa na informação, com parte da imprensa estatizada e muitas vezes com a rádio e a televisão.

Viu-se bem que este Governo não suporta a crítica, que caiu mesmo no ridículo de a identificar com traição e com injúria.

O grave é que, para além disso, ressurgem métodos de propaganda impróprios de um regime democrático.

A falta de uma maioria estável é também uma das razões do deficiente funcionamento da Assembleia da República.

Quando tudo se negocia ou tenta negociar, quando se multiplicam as dúvidas e as hesitações, quando se procura que a minoria governamental se aguarde no Parlamento negociando a abstenção dos demais grupos, nunca as comissões e o Plenário poderiam funcionar com a rapidez e eficiência que deles se espera e exige.

E daí pode resultar também o desprestígio da própria instituição parlamentar, o que constitui mais um sério risco para a democracia.

Ante estas sombrias pinceladas de um quadro que todos sentimos bem mais negro para um Povo que está a viver angustiado sem horizonte e sem ânimo, o que podem e devem oferecer os partidos políticos, designadamente o PSD? Por imperativo democrático a nossa atitude é de franca oposição ao Governo, iniciada como voto contra o Plano.

Essa atitude manter-se-á enquanto perdurar a actual situação de governo minoritário, que se vai transformando em domínio minoritário.

Manter-se-á essa nossa actuação enquanto além do pressuposto básico da maioria democrática faltarem também os pressupostos essenciais a uma democracia moderna os de eficácia e de competência.

Não nos transformaremos numa qualquer oposição arrependida, que está sendo afinal subordinação interessada.

A oposição da verdade e da coerência é imperativo democrático, e por ela nos norteamos.

Mas entendemos que é necessário e urgente um acordo entre partidos que formem uma maioria democrática, a fim de que se estabeleça um consenso estável acerca da resolução dos grandes problemas nacionais, e continuamos dispostos a dar para tanto o nosso contributo.

Não é com reajustamentos ou remodelações do Governo minoritário que os problemas nacionais se resolvem. Só poderão solucionar-se com uma cooperação democrática com vista à formação de uma maioria estável, tanto no plano nacional como no dos órgãos locais.

Alguns pontos são fundamentais para tal consenso ou compromisso democrático. Entre eles destaco a política económica, a política laboral e sindical e a política relativa aos órgãos de comunicação social.

Não cabe aqui detalhar o que pode e deve ser a política nacional em cada um destes pontos.

Lembrarei apenas que, quanto à política económica, é essencial que na delimitação entre sectores público e privado se não estrangule este, nem se privilegie a iniciativa privada estrangeira em detrimento dos empresários e dos investidores portugueses, como está a acontecer.

A concepção subjacente a uma política económica de recuperação e de relançamento não pode ser a de crescente ajuda e dependência externas. Tem de ser baseada, antes a da auto-ajuda, com apoio internacional. Este é necessário, mas como meio de suporte e desenvolvimento do esforço nacional.

Não pode supri-lo, como está a acontecer, estimulando apenas o parasitismo, a ineficácia e a irresponsabilidade.

Desde que haja uma política económica clara, desde que com justiça sejam pagas as indemnizações devidas a quem até agora se encontra espoliado, nós podemos e devemos lançar-nos no desenvolvimento com o nosso próprio esforço e trabalho. Essa é a auto-ajuda indispensável.

Por último, no campo económico há ainda que definir, por consenso maioritário, uma política agrícola nacional que ainda nem sequer existe.

Quanto à política laboral e sindical, ela tem de assentar na participação e audiência dos trabalhadores. Tem de partir da consciência clara da nossa situação económica, da nossa situação sindical.

As nossas propostas para a acção unitária dos sindicalistas democráticos têm sido sistematicamente rejeitadas pelo partido do Governo. Manteremos a linha seguida porque temos plena consciência de que não haverá unidade sindical, nem sindicalismo livre e consciente, enquanto os sindicalistas democratas se não unirem na disputa das eleições para os sindicatos e na sua condução não ao serviço e em benefício de um qualquer partido ou força política, mas sim na exclusiva defesa dos interesses dos trabalhadores, ao serviço da sua auto-promoção.

Isto não pode ser feita por um Governo, ou por um só partido, que são incapazes de obter a concertação nacional, porque se escusam, ou não são capazes, de obter a concertação política entre as forcas democráticas.

É indispensável que se chegue a um acordo quanto à política de formação, e à atitude face aos órgãos de comunicação estatizados. Há que rejeitar a partidarização dos órgãos de comunicação, e há que simultaneamente rejeitar a sua dependência do Governo, ou as tentativas de domínio, por parte do Governo, sejam elas directas através de um esquema de propaganda, como se está a montar, sejam indirectas, através da dependência dos créditos, através do estrangulamento económico.

A isso se opõe a natureza e o fim da informação; e um tal domínio ou dependência são também incompatíveis com a liberdade e independência da actuação dos profissionais da imprensa.

Meus amigos:

Há que apreciar estas considerações, que gostaria de aprofundar, salientando que o problema do Governo é um problema que seria resolvido se se estabelecesse o compromisso democrático e maioria democrática que nos faltam. Sabemos que nem tudo depende de nós. De nós depende apenas, e isso sempre o fizemos designadamente na linha das conclusões aprovadas no Congresso de Leiria, dar todos

os passos de aproximação necessários, estar abertos a todas as iniciativas, promover todas as ocasiões de encontro e de concertação. Um compromisso ou acordo de maioria democrática pode não ser fácil mas é imperativo e urgente. Damos a nossa contribuição, estamos abertos à sua concretização. A solução não depende apenas de nós.

Entre democratas não há fossos intransponíveis, nem há irredutibilidades que não possam ser superados, especialmente na actual situação de emergência nacional. Efectivado um compromisso democrático, consolidada uma maioria estável, poderia então surgir um Governo formado, não pela repartição dos cargos ministeriais pelos partidos, mas pela reunião das pessoas competentes, das mais competentes, seja qual for o partido democrático a que pertençam, ou não filiados em qualquer deles.

Esse Governo teria o nosso apoio, ainda que, dele não participasse nenhum dos nossos militantes. Mas para isso era também necessário que fosse um Governo austero, no próprio número dos seus membros. Portugal não comporta governos como os que temos tido, com mais de 60 ou 70 membros.

Teria de ser um governo coeso à volta de um programa de emergência nacional. E um governo que trabalhasse a tempo inteiro, para isso se vedando a acumulação de cargos governativos com o exercício de cargos partidários nacionais. Conscientes desta situação, expressamos também muito claramente a ideia de que um governo minoritário se pode aguentar enquanto tiver o apoio do Presidente da República, mas não pode funcionar com eficácia enquanto não dispuser de uma maioria democrática estável, tanto no Parlamento, como na opinião pública.

Um governo como aquele que acabamos de delinear teria necessariamente a confiança do Presidente da República e o apoio estável da maioria democrática, pela qual lutamos e continuaremos a lutar, pois ela parece ser o único modo de fazer face à grave emergência nacional.

Não podemos neste País viver mais do passado, das acusações mútuas, ou da reedição dos fantasmas do fascismo e do gonçalvismo. Um País que vive do passado, a ele regressa, cedo ou tarde. Um País que não sabe aproveitar do passado apenas as lições, para se virar para o futuro e dedicarão seu Povo um projecto de esperança, de desenvolvimento e de segurança, é um País que está em risco de perder a democracia.

Isto, como é evidente, não nos impede, antes estimula, a uma plena fidelidade e respeito pela nossa história.

Hoje, e aqui, recordo que este Teatro foi, nos tempos da campanha do General Humberto Delgado, teatro de arbitrariedades, prepotências e de agressões, que culminaram com uma tentativa de, pela força, fazer gorar uma manifestação pacífica e ordeira.

Hoje no Porto recordo também a data do 31 de Janeiro que amanhã se celebra.

Tendo presente estes e muitos outros factos do nosso passado, temos de caminhar com segurança para um futuro de estabilidade.

É essa a responsabilidade dos políticos portugueses. E essa a responsabilidade dos governantes locais ou nacionais. É essa a enorme responsabilidade dos democratas e dos órgãos de soberania.

Saibamos corresponder a ela. Saibamos olhar-nos e agir em convivência democrática; mas não nos iludamos quanto à gravidade da situação. Vamos, com o estímulo destas jornadas sociais democratas, encarar o futuro, sem optimismos, mas com confiança.

Vamos fazer substituir ao desânimo a esperança de um Povo que quer progredir pelo seu trabalho; Que quer saber encontrar-se com dignidade na comunidade internacional; Que quer beneficiar do apoio de que a dignidade e a democracia com que os portugueses trabalham e encaram o futuro, serão merecedores.

Só isso nos conduzirá à estabilidade democrática.

Só isso conduzirá a que sejamos, no futuro e na continuação da nossa Pátria de oito séculos, um País, que pode ser pobre em recursos materiais, mas que sabe dar lições de riqueza de trabalho, de dedicação à sua terra, de fidelidade à sua História.

**VIVA PORTUGAL!**

## **2.28. Intervenção na Assembleia da República - 10/2/1977**

Senhor Presidente

Senhores Deputados:

A decisão do passado dia 8 tomada pelo Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia constitui um marco fundamental na evolução da integração de Portugal nessa Comunidade.

Não podemos, como partido, deixar de nos regozijar profundamente com essas decisões comunitárias. Ela marca, em primeiro lugar, uma declarada vontade política de abertura do Mercado Comum a Portugal. Com consciência embora das dificuldades que constitui a adesão portuguesa para o nosso país no campo económico, social, financeiro e agrícola e para a própria Comunidade no campo do funcionamento das instituições, marca-se depois nessa resolução um desejo de cooperação e de busca de soluções conjuntas. Por último, tal deliberação traduz o predomínio da concepção política da Comunidade sobre a concepção económica. E também neste aspecto pensamos que se deu uma opção fundamental na orientação dos destinos da Europa. Entendido como Comunidade económica restrita aos países desenvolvidos o Mercado Comum cedo se tornaria fonte de desigualdades e de divisões profundamente nocivas para a causa da democracia e do progresso dos povos europeus.

Vozes do PSD: - Muito bem!

O ORADOR: - Uma Comunidade entendida como grupo de países ricos, auto-suficientes, divididos dos países menos desenvolvidos do Sul da Europa marcaria uma condenável divisão entre Norte e Sul numa Europa, infelizmente já dividida entre o Leste e o Oeste.

Vozes do PSD: - Muito bem!

O ORADOR: - Não podemos, pois, deixar de assinalar este facto histórico, esta nova orientação, que traduz no fundo a concepção justa da Europa, o reencontro da evolução europeia com o desejo dos seus fundadores. Vamos, assim o esperamos, a caminho da Europa pensada, na frase de Jean Monnet, não como coligação de Estados, mas como verdadeira união de Povos.

Vozes do PSD: - Muito bem!

O ORADOR: - Verdadeira união de povos que tem de traduzir-se, não apenas nem sobretudo como uma integração de Estados, mas sim como a expressão duma solidariedade internacional que, com imaginação, com ousadia e apontando a um horizonte de futuro internacional justo, solidário e igualitário, vai encontrar as soluções difíceis para harmonizar o funcionamento das instituições europeias, para coordenar os problemas económicos de que a Comunidade enferma, com os problemas muito sérios que se depararão aos novos membros.

Como partido, regozijamo-nos profundamente com esta decisão, qualquer que seja a solução imediata para que ela aponte. A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia é o objectivo desejável. Ela não pode ser imediata, mas pode ser imediatamente pedida. Dará lugar à abertura de negociações que, no desejo já expresso da Comunidade, que é também o do nosso país, possibilitem o encontro de soluções adequadas, o estabelecimento de um período de transição. O que consideramos indispensável é que essa fase de adesão não efectivada ou de pré-adesão como se quiser chamar, comporte desde já a possibilidade de participação nos fundos comunitários e a de apoio das organizações comunitárias no estabelecimento de mecanismos adequados a adaptação económica de que depende a plena integração.

Como partido, dizia, regozijamo-nos, visto que sustentamos desde Novembro de 1974, data da aprovação do nosso programa, que a integração de Portugal na Europa era possível e desejável, era o futuro do caminho do progresso e da democracia portuguesa.

Vozes do PSD: - Muito bem!

O ORADOR: - Sustentando também que não bastava olhar para a Europa com os olhos no Mercado Comum, mas sim com o pensamento numa verdadeira comunidade, favorecendo mesmo a institucionalização de órgãos supranacionais.

Quando aqui foi discutido o Programa do Governo tivemos ocasião através dos nossos pedidos de esclarecimento, de contribuir para que o Governo precisasse a sua ideia. Falando inicialmente apenas na integração, o Governo, pela boca do Primeiro-Ministro, veio finalmente a concretizar que o que se pensava, em matéria de política europeia, era requerer desde já a adesão, contando com um prazo de

negociações que poderia ir até três anos e com um período transitório de dez anos. Esclarecido este ponto, verificada a abertura da Comunidade ao desejo de Portugal de a ela aderir, nos termos do artigo 237.º do Tratado de Roma, como partido não temos qualquer dúvida em declarar, antes do início da visita do Primeiro-Ministro, que apoiamos a política do Governo, de requerer imediatamente a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

Aplausos do PSD

Fazêmo-lo também com a consciência de que este é o caminho certo para a consolidação da democracia portuguesa e para a participação de Portugal, na continuação da sua missão Histórica, no trabalho de união dos povos da Europa e dos povos dos países democráticos; de que este é o caminho de recuperação económica, da obtenção de igualdade de condições, designadamente para os nossos trabalhadores imigrados, e de uma prosperidade que seja encarada, não como fonte de riqueza, mas como meio de desenvolvimento da pessoa.

Trata-se de um projecto nacional e não de uma posição partidária. Trata-se de uma opção histórica, não de um recurso e um meio circunstancial para salvação económica.

Vozes do PSD: - Muito bem?

O ORADOR: - Como projecto nacional, como opção histórica, a opção europeia, o projecto de adesão vai marcar profundamente a nossa vida presente e futura.

Regressamos, ao fim de cinco séculos, às nossas fronteiras do século XV. Encontramo-nos, ao fim de cinco séculos, connosco próprios, com o nosso território europeu. Encaminhando-nos para a Europa correspondemos ao nosso destino histórico. Podemos encetar, como no passado aconteceu sempre que nos abrimos à Europa, um período de grandeza que será mais cultural porque mais humana, do que a grandeza artificial das descobertas ou do tráfico de escravos ou do ouro do Brasil, porque será uma verdadeira grandeza de pessoas e de povo unidos aos europeus.

Aplausos do PSD

E é por isto mesmo que, encarando este projecto e esta opção na sua verdadeira dimensão, nós podemos dizer que eles não são nem podem ser um projecto ou uma opção partidários. Uma decisão desta envergadura requer o consenso maioritário de todo um povo. Uma tarefa com estas dificuldades requer um empenhamento geral. Há pois que mobilizar os esforços de todos quantos acreditem na integração europeia como via histórica de um Portugal democrático e progressivo.

SOUSA FRANCO (PSD): - Muito bem!

O ORADOR: - Só com a mobilização das forças políticas, sindicais e económicas que acreditam na integração europeia será possível levar a cabo este desafio histórico, que o é simultaneamente para nós e para a CEE. É por isso que entendemos que todas essas forças e os partidos que apoiam a integração europeia,



devem ser chamados a um acompanhamento participativo, não só da evolução política do assunto como das próprias negociações. Estas vão desempenhar uma missão primordial, evitando que à nossa economia débil, à nossa agricultura anti-quada, mas sobretudo esquecida, se criem as condições que poderiam contribuir, não para o seu progresso, mas para a sua morte.

As negociações e o papel da respectiva Comissão vão ser, nestes três ou quatro próximos anos, decisivos para a evolução social, política e económica do nosso país. É, pois, necessário que pelo menos as forças e os partidos que apoiam a integração tenham uma informação oficial e imediata do que se vai passando e possam participar activamente, cada um na sua esfera, na evolução das negociações.

Vozes do PSD: - Muito bem?

O ORADOR: - Estamos mais uma vez abertos, como partido a uma cooperação democrática, pensando no bem do nosso país, nos interesses do nosso povo, no futuro da democracia, sem a qual Portugal carece de verdadeiro sentido histórico.

AMÂNDIO DE AZEVEDO (PSD): - Muito bem!

O ORADOR: - Que saibamos todos, aqueles que são favoráveis à integração europeia, unir-nos neste esforço, para que resulte a acção do Governo, para que seja um sucesso o esforço de Portugal e da própria Europa, encontrados consigo próprios dentro de fronteiras limitadas apenas pela liberdade e pela democracia e com o progresso e a justiça social como mola de desenvolvimento interior. É, este o nosso voto.

## **2.29. Entrevista ao "Jornal Novo" - 23/2/1977**

"J.N." - Dr. Sá Carneiro, vou começar por fazer-lhe uma pergunta polémica. Há quem diga que, na actual situação portuguesa, o Partido Social-Democrata está a mais, porque já existe um partido social-democrata: o Partido Socialista; como existe outro partido de alternativa, liberal, neo-capitalista, o C.D.S. Que responde a essa objecção?

S.C. - Para ajuizar do espaço político dos partidos importa atender aos seus programas, às suas opções políticas, aos seus resultados eleitorais, à sua base de apoio, à sua implantação. Se atendermos aos programas, nós verificamos que há um partido socialista colectivista marxista, em termos de programa, que é o Partido Socialista; há o P.S.D., partido social-democrata; e o C.D.S., partido de liberalismo social, centrismo, enfim tudo o que se quiser chamar, mas com uma opção diferente e mais favorável a uma economia liberal do que qualquer um dos outros. Se atendermos à prática política dos partidos, nós verificamos que o Partido Socialista, não é, nem sabe ser, social-democrata. O Partido Socialista, não sabe o que é a social-democracia em termos de concepção, nem em termos de prática; e, se olharmos à política do Partido Socialista, nestes meses de Governo, e à política que seguia nos governos anteriores em que teve a principal responsabilidade quanto às pastas económicas, se atendermos também ao seu programa de

governo, verificamos que não se encontra a si próprio, ainda que isso tenha tentado, como partido social-democrata. Continua a defender uma política ambígua, que partilha, por um lado, do radicalismo do programa do partido. Considero-a como opção política antiquada; teria validade aqui há uns cinquenta anos, mas hoje não corresponde às condições da nossa sociedade. O Governo P.S. não conseguiu encontrar soluções concretas, não soube fazer a síntese entre uma opção política, uma visão histórica, uma concepção de sociedade e o pragmatismo da política.

Se atendermos aos resultados eleitorais e à base de apoio, nós vemos que o Partido Social-Democrata, tem um lugar incontestável, firmado através das eleições nacionais, das eleições regionais, das eleições para os órgãos locais. Estas últimas constituíram uma surpresa para muitos observadores, que supunham efectivamente que o nosso partido iria diminuir muito a sua posição. Aumentou-a consideravelmente, não tanto em percentagens nacionais, que acho que são as que menos interessam nas eleições locais, mas em termos dos resultados obtidos para as autarquias. Por outro lado, se atendermos à evolução posterior às eleições, nós verificamos ainda que os militantes social-democratas têm obtido significativas vitórias no campo laboral e no campo estudantil. Casos como o Sindicato dos Professores do Centro, como as Comissões de Trabalhadores da T. A.P., da Caixa Geral de Depósitos, da EFACEC, da RABOR, as eleições nas Faculdades de Direito em Coimbra, Instituto Superior Técnico, Medicina, Agronomia, entre várias outras mostram que o espaço social-democrata está em alargamento. Isso é fruto do trabalho dos nossos militantes, mas também só é possível porque se consolida e alarga progressivamente o espaço da social-democracia portuguesa.

Ao querer-se raciocinar em termos de bipartidarismo, está a cometer-se um erro. Há ainda quem queira viver a realidade política portuguesa por aplicação estrita de figurinos estrangeiros. O bipartidarismo existe na Inglaterra; não existe em qualquer outra democracia europeia, nessa forma pura. O que vivemos hoje ao nível das democracias europeias, é um fraccionamento de partidos e a falta de maiorias, que tem levado a governos de coligação.

Portugal tem problemas específicos, que agravam as condições gerais das nações europeias; é perfeitamente utópico sonhar com um regime bipartidário. A filosofia que está na base da sua pergunta é, pois, irrealista por um lado e representa um certo desejo, mais que o resultado de uma análise.

"J.N." - O dr. Sá Carneiro falou nos aspectos que caracterizariam os dois principais partidos portugueses, o P.S. e o P.S.D., em termos de programas e de prática política. Gostaria que aprofundássemos mais este aspecto. Quanto aos programas, crê o dr. Sá Carneiro que os eleitores, quando votaram nesses dois partidos, fizeram uma opção em função dos programas? Nomeadamente os eleitores que votaram no P.S. e que fizeram dele o maior partido português, o fizeram pelo seu programa?

S.C. - Em parte, não totalmente. Os programas influenciam. Os militantes, devem influenciar em termos de sinceridade o discurso político e a mensagem eleitoral; é isso que chega aos eleitores. Quando há distorção entre a mensagem eleitoral, o

discurso político e o programa, a própria opção de voto sai em certa medida deformada. Se há um partido que se afasta do seu programa de partido, no caso português é o Partido Socialista. Claro que quem vota não vai ler os programas todos, mas os programas têm influência, são a base da opção ideológica e da prática política de um certo partido. Acho que se deve atender aos programas, embora não apenas.

"J.N." - Segundo esse ponto de vista, e aceitando a hipótese do Partido Socialista ser fiel ao seu programa, então talvez não andasse longe da realidade a tese do Partido Comunista da "maioria de esquerda", pois ter-se-ia de concluir que a maioria dos eleitores fez uma opção marxista...

S.C. - Tanto é assim que, numa primeira fase, o Partido Socialista defendia uma maioria de esquerda. Se renunciou a ela foi porque o Partido Comunista teve um comportamento que o impossibilitou, não sei se definitivamente. Lembro-me que, no verão de 1975, houve uma proposta do dr. Mário Soares para a realização de uma conferência dos partidos comunistas e socialistas europeus. Essa conferência não se efectivou por circunstâncias que ignoro, mas o Partido Comunista disse logo que não estaria presente, apesar de a proposta ter sido lançada pelo dr. Mário Soares.

Em termos de programas, há uma grande aproximação entre PS e PCP, isso é um facto.

### **"NÃO TEMOS MAIORIA DEMOCRÁTICA NO GOVERNO, NEM NO PARLAMENTO"**

"J.N." - Em contrapartida, não lhe parece que a grande base de apoio do Partido Socialista e o seu êxito resultaram também de ele, de alguma maneira, haver liderado o movimento anti-gonçalvista e anti-comunista?

S.C. - É exacto. Não foi ele o único protagonista, mas encabeçou essa luta; fê-lo com mérito. Mas mesmo então demonstrou a sua inspiração marxista. Talvez porque estava a lutar contra o domínio comunista e gonçalvista, o Partido Socialista entendeu defender-se à esquerda, acentuando a sua opção marxista de esquerda, foi nessa altura que houve uma insistência grande no slogan "Partido Socialista, partido marxista", que depois perdeu até antes das eleições. Há, pois, por um lado, toda essa base de inspiração marxista e de soluções colectivistas no programa do Partido Socialista. Há, por outro lado, toda a base de apoio que na sua maioria não perfilha essa opção. Daí uma certa contradição, uma certa frustração, uma ambiguidade que me parece muito nociva quando transposta para o Governo, e para a prática política.

"J.N." - Mas então, partindo do princípio de que o PS tem como votantes muitos elementos que repudiam o seu programa colectivista e marxista, e admitindo, que dentro do PS existe uma larga faixa, nomeadamente a nível dos eleitores, porventura até maioritária, de sociais-democratas, há ou não há dois partidos no mesmo espaço político, o PS e o PSD?

S.C. - Cada um tem o seu espaço político, o seu espaço eleitoral definido. Pode haver é um partido que está a ter um suporte eleitoral que não está de harmonia

com o seu programa; é o caso do Partido Socialista, mas estou convencido que isso com o tempo se esclarecerá.

"J.N." - Mas podem conceber-se fórmulas menos radicais que o desaparecimento do PSD. Por exemplo, pode pensar-se na constituição de um partido que aglomerasse todos os eleitores sociais-democratas, quer pertencentes ao Partido Socialista, quer pertencentes ao PSD, o que daria concerteza o grande partido português...

S.C. - Não seria eu que me oporia a um projecto desses. Já o disse claramente, até a alguns responsáveis doutros partidos. Mas isso não seria o desaparecimento do PSD, isso seria a formação de um novo partido, com o desaparecimento de dois partidos existentes e não apenas um. O que combato como irrealista e inadmissível é a absorção do PSD por outro partido. Se amanhã, dada a evolução política natural, se formar um grande partido social democrata, com incidência na maior parte dos dois partidos referidos, creio que seria um benefício para a causa da social democracia e da democracia em Portugal.

"J.N." - Qual será a causa da distorção que existe nos partidos políticos portugueses? Tem o dr. Sá Carneiro uma explicação para esse fenómeno?

S.C. - Acho que uma razão fundamental vem das condições em que os partidos nasceram. O Partido Socialista foi fundado em Bonn, em Maio de 1973. O nosso partido foi constituído em 1974. Não havia organização prévia, não havia prévio movimento de massas, nem quanto ao Partido Socialista, nem quanto ao nosso partido. Foram portanto movimentos criados rapidamente, com base em iniciativas de um grupo restrito de pessoas. E os partidos tiveram, antes de se poderem estruturar, de entrar imediatamente na luta eleitoral; mais que eleitoral, na luta política que assumiu aspectos revolucionários e contra-revolucionários, golpes e contra-golpes. Os partidos nasceram portanto, em condições que não permitiram um esclarecimento completo da sua base de apoio e da sua própria actuação. Estou convencido que esta situação ainda pode evoluir. Não há situações imutáveis; houve uma certa evolução nestes quase três anos e creio que ela continuará; pela minha parte acho que devemos estar abertos a uma evolução dessas.

"J.N." - O dr. Sá Carneiro pensa que a reunião de faixas dos dois partidos em causa, por si só, poderia clarificar a vida partidária do País?

S.C. - Não. Devo dizer que não considero isso um projecto que seja de encarar imediatamente, nem vejo condições para ele a curto prazo.

A nossa responsabilidade urgente é encontrar campos de convergência, canais de diálogo, possibilidades de concertação. Temos problemas urgentes a resolver a nível político, a nível de Governo. Têm que ser resolvidos pela cooperação dos partidos. poderá cada um ter o seu projecto histórico, poderá haver muito de comum ao projecto histórico de ambos, mas parece-me que temos de deixar projectos vagos de lado e concentrarmo-nos no urgente e essencial. Isso passa pela existência de um dos pressupostos da democracia que até agora se não têm verificado, que é o da regra da maioria. Neste momento há um órgão de soberania

apenas que reúne esse pressuposto: é o Presidente da República, que foi eleito por maioria absoluta. Não temos maioria democrática no Governo, nem no Parlamento; isso para mim é uma das razões fundamentais da deficiência ou falta de funcionamento do Governo e da Assembleia da República.

"J.N." - A curto prazo, tem o dr. Sá Carneiro algum projecto concreto para resolver a crise, estabelecendo a regra da maioria na Assembleia e no Governo? Qual a alternativa à situação presente?

S.C. - Em democracia há sempre alternativa. Quem se excluir da alternativa exclui-se da democracia. A nossa proposta, acentuada no último Conselho Nacional, é a criação de uma maioria democrática estável. Não me parece que a mera acalmia política que alguns preconizam resolva a situação. A acalmia tem o aspecto negativo de silêncio, de abdicação, que me parecem inaceitáveis. Os partidos políticos não podem demitir-se das suas responsabilidades, não podem aceitar fazer silêncio para deixar outro partido governar ignorando os problemas, silenciando as críticas.

Além dos partidos políticos há que contar com o Presidente da República. Nós vivemos num regime semi-presidencial de acordo com a Constituição. A prática tem acentuado a componente presidencial do regime. Este Governo foi formado e mantém-se por confiança exclusiva do Presidente da República. O Primeiro-Ministro, não quis pedir à Assembleia da República um voto de confiança. Não o fazendo acentuou o carácter presidencial do Governo. Parece-me que o acordo da maioria estável, que seria obtido com a conjugação de esforços dos partidos, sob a égide do Presidente da República, é a alternativa aconselhável para os próximos anos. Daria lugar a um Governo, que para além de ter a confiança do Presidente da República, e o apoio dos partidos, deveria ter como base a competência ligada à austeridade. Defendendo a existência em Portugal, de uma norma que impeça o exercício acumulativo de cargos governativos e de cargos partidários. Entendo que à semelhança do que se passa nalguns países, nem o Primeiro-Ministro, nem os ministros devem poder exercer simultaneamente cargos partidários. Isso permitiria dedicarem-se exclusivamente ao Governo, terem uma visão menos partidária dos assuntos. Teria esse Governo de ser de austeridade pelo número dos seus membros; estamos a viver numa inflação de cargos governativos, que não é compatível com as possibilidades do País.

Se houvesse esta plataforma ou compromisso de maioria estável, haveria possibilidades de termos um Governo competente e eficaz. Esta solução poderia implicar uma remodelação profunda do actual Governo. Não por mero arranjo, não por mudanças ocasionais, mas por alteração da sua composição, da sua própria concepção, das suas ligações com os demais partidos e com o Presidente da República. Seria talvez o primeiro passo para essa plataforma de maioria estável.

"J.N." - Mas quando fala numa maioria estável, concretamente o que é que o dr. Sá Carneiro pretende dizer?

S.C. - Refiro-me ao acordo fundamental entre os três partidos democráticos em cooperação com o Presidente da República, o que não impõe uma coligação clássica. Creio já ter passado a época das coligações.

A coligação poderia ter resolvido muitos problemas se tivesse sido feita logo após as eleições. Hoje não me parece que viesse a resolver a situação criada. Temos de ir para as soluções mais duradouras que permitam a constituição de um Governo, eficaz e competente, um Governo de competências, e não de composição partidária, que possibilitem a definição de um plano económico, social, político para os próximos três, quatro anos.

**"NÃO NOS MOVE O INTUITO DE DERRUBAR O GOVERNO"**

"J.N." - O PSD aceitaria que esse governo, fosse liderado pelo dr. Mário Soares?

S.C. - Não vejo óbice a que o dr. Mário Soares se mantivesse como Primeiro-Ministro desse Governo. Eu disse de resto recentemente que um Governo, com as características que aponte resumidamente, teria o apoio do nosso partido, ainda que nenhum militante do nosso partido nele participasse.

"J.N." - Portanto, as condições eram de natureza política e programática?

S.C. - Sim. Programa, definição de políticas, competências das pessoas que estivessem no Governo. Parece-me que tudo isto tem de passar, não só pelos partidos democráticos, como pelo próprio Presidente da República, que é afinal sumo responsável pela condução dos assuntos e dos negócios políticos e de quem em última análise depende o Governo; ele tem uma palavra decisiva a dizer.

"J.N." - Mas essa sugestão do ár. Sá Carneiro é, digamos, um convite à liderança do processo por parte do Presidente da República...

S.C. - Já dissemos publicamente que uma solução deste género podia ser feita sob a égide do Presidente da República. Não pode chegar-se a uma qualquer solução que não tenha como base o acordo entre partidos democráticos maioritários e a participação do Presidente da República, dados os poderes constitucionais que ele tem.

"J.N." - Quanto ao "timing" dessa solução, quando pensa o dr. Sá Carneiro que estariam criadas as condições para que viesse a constituir-se essa maioria estável?

S.C. - Eu creio que já estão. A situação está de tal modo deteriorada, os problemas são de tal modo graves e encontramos da parte do Governo, uma tal falta de competência para as soluções e actuações que são necessárias, que me parece que as condições já estão criadas.

"J.N." - Entretanto, parece que as relações entre os partidos, designadamente entre o P.S. e o P.S.D., também estão deterioradas...

S.C. - Tem-se criado um mito à volta das más relações pessoais entre mim e o dr. Mário Soares. É realmente um mito; nunca existiram más relações pessoais, nunca existiu qualquer incompatibilidade ou irredutibilidade que nos impedissem de falar sempre que necessário, que é o que é preciso em termos de relações entre partidos para que funcione uma solução destas e para que a democracia em geral ande para a frente no nosso País. É preciso que os partidos falem, que se possam reunir, que se falem francamente, que discutam os problemas à volta de

uma mesa, e condições para isso sempre existiram e existem. Isso sempre se fez entre o Partido Socialista, o Governo Socialista e o nosso partido e pode continuar a fazer-se. Ainda há pouco tempo, a solicitação do primeiro-ministro, lá fui ter uma conversa pessoal com ele. Não vejo que exista qualquer óbice pessoal ou político a esta solução.

"J.N." - O P.S.D. pensa, na Assembleia da República e fora dela, continuar uma contestação activa à acção do Governo, com vista a forçá-lo a uma solução do tipo que acaba de referir?

S.C. - A nossa intenção não é forçar ninguém a uma solução destas. Apresentamos o nosso projecto, sem procurar forçar ninguém a aderir a ele. A nossa orientação é continuar a oposição ao Governo socialista. Não é uma oposição sistemática, não é uma oposição intransigente. É uma oposição frontal que advém das próprias medidas que o Governo toma e da defesa daquilo que nós consideramos pouco consentâneo com o interesse do País. Ainda no último Conselho Nacional foi deliberado reafirmar a linha de democrática ao Governo minoritário de forma firme mas não sistemática e sempre pautada pelo interesse nacional. É isso que fizemos, é isso que vamos continuar a fazer. Não nos move o intuito de derubar o Governo, nem substituir o Governo socialista por um Governo nosso. Move-nos sim a intenção de conseguir um executivo eficaz e uma definição das políticas nacionais que estão ainda muito vagas e muito inseguras, com graves prejuízos para o País.

"J.N." - Mas, quando da discussão do Plano e Orçamento na Assembleia da República, o seu partido foi aquele que tomou uma posição mais frontal contra o projecto do Governo. Neste momento eu pergunto: o dr. Sá Carneiro previu a hipótese de o Governo cair em face de uma rejeição da proposta governamental?

S.C. - Sim previmos essa hipótese. Tínhamos obrigação de a prever. Ouvimos de resto, o primeiro-ministro falar em termos dramáticos dessa hipótese. Acho que se isso viesse a suceder, os partidos e o Presidente da República - saberiam encontrar alternativa, sem nenhum dramatismo, sem nenhuma tragédia.

#### **"PRESIDENTE DA REPÚBLICA GARANTE DA DEMOCRACIA"**

"J.N." - Pergunto, já nessa altura o dr. Sá Carneiro perfilhava a hipótese de o Presidente da República, vira liderar uma solução que criasse uma maioria estável?

S.C. - Sim; de vir a ter na sua formação um papel preponderante.

"J.N." - Houve alguns jornais, não tenho ideia agora quais foram, que referiram haver relações pouco amistosas entre o dr. Sá Carneiro e o seu partido e o Presidente da República...

S.C. - Isso foi um dos elementos do ataque que o nosso partido sofreu, aqui há algumas semanas, da parte de uma certa imprensa. É falso. Sempre tivemos boas relações com o senhor Presidente da República, continuamos a tê-las e temos reafirmado com toda a consciência o apoio que damos ao Presidente da República. Volto a citar uma das conclusões do nosso Conselho Nacional, que depois de reafirmar esse apoio, vê no Presidente da República, o principal garante da democra-

cia, em virtude da autoridade democrática assente na larga base de legitimidade eleitoral que lhe assiste e dos seus poderes constitucionais; exprime publicamente o P.S.D., a sua confiança na capacidade do general Ramalho Eanes, para mobilizar os portugueses para a tarefa de consolidação da democracia e para a superação da grave crise nacional em que o País se está a debater. Nunca houve efectivamente, como disse, más relações ou quaisquer problemas; mantivemos sempre diálogo, tanto por iniciativa do senhor Presidente da República, como por nossa iniciativa.

"J.N." - E quais são as relações do P.S.D., neste momento, como C.D.S.?

S.C. - Equivalentes às que sempre tivemos. Os grupos parlamentares falam, tratam de problemas a resolver. Não há, nem nunca houve, qualquer aliança, qualquer estratégia comum. Somos partidos independentes que estão aptos a estabelecerem diálogo.

"J.N." - O C.D.S. tem um programa que diverge mais do do partido Socialista do que o programa do seu partido. No entanto, o C.D.S. pratica uma política de maior aproximação com o P.S. e neste momento tem melhores relações com o Governo do que o seu partido. Como interpreta esta aparente contradição?

S.C. - Bom, o C.D.S., foi realmente, em termos de palavras, um forte partido de oposição; pelo menos declarou que ia sê-lo. Deixou de o ser especialmente depois da votação do Plano e Orçamento. Creio que isso se liga ao próprio resultado das eleições locais. A força de um partido dá-lhe possibilidades de defender claramente as suas opções, as suas posições. Um partido pode ser tanto mais de oposição quanto mais forte for. E nós sentimo-nos especialmente habilitados a tomar atitudes coerentes e frontais. A impressão que dá, e isto sem qualquer intuito polémico ou qualquer crítica interna ao C.D.S., é que o C.D.S., não pode prosseguir na linha que tinha traçado de oposição após as eleições locais.

"J.N." - Como vê o dr. Sá Carneiro a aceitação pelo PS, do apoio que o CDS lhe está a dar, face à grande divergência programática que existe entre ambos? Haverá nisso alguma relação com a posição internacional do CDS, como filiado na União Europeia das Democracias Cristãs, o que lhe poderá facilitar a política de integração de Portugal na Europa?

S.C. - Não deve ser assim porque a questão europeia, desde que definida a posição da Comunidade através da decisão do Conselho de Ministros do passado dia 8, não depende da influência do CDS nem da influência da União Europeia das Democracias Cristãs. Manifestada a vontade política de abertura da Comunidade em relação a Portugal, a adesão vai depender essencialmente da resolução dos nossos próprios problemas, resolução feita aqui em Portugal. Não vai depender nem de influências, nem de apadrinhamentos. Se formos capazes de apresentar um bom "dossier" económico, de definir políticas económicas, de apresentar uma organização estrutural viável da nossa economia, que ainda está por definir; se formos depois capazes de negociar as condições do período de transição e da fase anterior à própria adesão, estou convencido que teremos as portas da Europa abertas em condições vantajosas para nós. Se não formos capazes disso, não haverá influências que nos valham.



"J.N." - Então é irrelevante o pedido feito pelo professor Freitas do Amaral, em Espanha, às democracias cristãs, para apoiarem a integração de Portugal na CEE?

S.C. - Eu não digo que seja irrelevante; o que parece é pouco significativo e não ser de molde a influenciar o desenvolvimento do processo. Não me parece sobretudo ser de interesse nacional esse pedido. Interessa-nos aderir à Europa. Como projecto histórico como opção política, inevitavelmente nós apoiamo-lo, e apoiamos à política do Governo no sentido de pedir a adesão. Mas isso interessa aos portugueses desde que consigamos aqui resolver os nossos próprios problemas.

A política de desenvolvimento portuguesa, tem de ser de auto-ajuda com o apoio internacional e não de mera ajuda internacional. Até agora temos vivido da ajuda internacional; e qualquer dia corremos o risco de nos transformarmos num povo de pedintes, abdicando da nossa dignidade, abdicando do nosso trabalho. É contra isso que temos de lutar. O projecto Europa, é a boa via para chegarmos a uma solução de desenvolvimento, dignidade, de justiça social. Vai implicar custos imediatos, vai implicar sacrifícios, vai dar origem a problemas múltiplos. É um desafio. Ganhá-lo depende essencialmente da nossa capacidade de resposta como povo, como conjunto de forças mobilizadas para o relançamento da economia nacional, bem como da capacidade dos governantes.

"J.N." - A sua resposta sugere-nos que passemos a um ponto que é exactamente o dos apoios internacionais aos partidos portugueses. Diz-se aí nos "bastidores" que o Partido Socialista pode continuar a governar sozinho, pelo menos, até haver novas eleições para a Assembleia da República. E isso porque o dr. Mário Soares terá o apoio dos americanos e dos países da Europa Ocidental que nos podem dar uma ajuda mais significativa. Ora, dada a situação em que nos encontramos, carecendo de um auxílio substancial imediato desses países, na medida em que eles dêem confiança ao dr. Mário Soares, o Partido Socialista estaria em melhores condições que nenhum outro para governar.

S.C. - Acho que é um erro. Essa visão não é inédita em Portugal; sempre estivemos mais ou menos dependentes do auxílio externo, de factores externos, sobretudo nas épocas de crise, onde houve uma dependência muito forte. Isso levou-nos a uma diminuição da nossa projecção, do nosso papel, da nossa própria dimensão histórica. No caso concreto, de tudo quanto sei e tudo quanto tenho recolhido vejo que há um apoio internacional, à democracia portuguesa, ao Governo, seja este, seja outro. Não há dúvida nenhuma que o dr. Mário Soares e o seu partido, têm muito bons contactos internacionais. Mas o apoio internacional a Portugal não se determina por esses contactos, embora possa ser por eles facilitado. Determina-se pela solidariedade internacional com a democracia num país europeu, num país que passou por vicissitudes muito grandes, que nem sempre foi compreendido. A própria Comunidade Económica Europeia vê, com o fim das ditaduras em Portugal, na Grécia e em Espanha, aberta uma possibilidade e eliminado um espinho que tinha cravado, visto que eram regimes que não podia ignorar totalmente e com quem não podia cooperar.

Nós não podemos, repito, descansar na ajuda internacional ainda que fosse verdade que os países estrangeiros pagariam o que fosse preciso para este governo

continuar em exercício. Se aceitássemos essa solução, que estou convencido que nem o próprio governo aceitaria, isso seria ruinoso para o nosso país, seria transformar o apoio internacional em fomento do parasitismo, da inoperância e dar origem à formação de uma grande camada de novos situacionistas pondo em risco a democracia portuguesa.

Haverá apoio internacional, sim, desde que haja vontade dos portugueses se ajudarem a si próprios trabalhando para si próprios.

### **"NÓS ESTAMOS REALMENTE NUMA SITUAÇÃO CASTASTRÓFICA"**

"J.N." - Dr. Sá Carneiro, na impossibilidade de passarmos aqui longo tempo a ouvi-lo sobre os vários sectores do Governo, eu gostaria de pedir-lhe uma análise, embora sumária, sobre dois aspectos: economia e informação. No aspecto económico, pensa o dr. Sá Carneiro que nós poderemos resolver a grave crise em que o País se encontra sem recorrer a medidas de alteração da própria estrutura de produção que resultou da Constituição Política?

S.C. - Em primeiro lugar é preciso adoptar medidas de definição da estrutura. A estrutura ainda está por definir. Enquanto não forem definidas as fronteiras, entre o sector público e o sector privado, falta-nos um dado importante da estrutura económica. A Constituição consagra os três sectores o público, o privado e o cooperativo. Existe um projecto de limitação, que está a ser discutido por uma comissão parlamentar. A linha do projecto do Governo tem sido criticada pelos nossos deputados. Em grande parte ela equivalia a transformar, em sector público, as indústrias e empresas nacionalizadas; cremos que é um erro. A nossa posição constante no programa do Governo, que apresentámos antes das eleições do ano passado, é de reservar o sector público, às indústrias estratégicas, às indústrias de defesa, às indústrias de monopólio, e às grandes instituições financeiras, concentrando aí os esforços e as possibilidades, não muito vastas, de administração e de gestão do sector público.

As outras empresas deviam ser deixados ou ao sector privado ou ao sector cooperativo. Poderia prever-se um regime de controlo dos investimentos em certas áreas, mas não me parece que a economia nossa sobreviver transformando todas as empresas nacionalizadas em sectores vedados ao investimento privado. Por outro lado, há que garantir igualdade de condições nos investimento privados nacionais e estrangeiros. A orientação do Governo, designadamente o seu projecto, parece ser a de privilegiar os investidores estrangeiros. Creio que é injusto e até inadmissível na base da igualdade de tratamento. Temos uma situação económico-financeira muito grave. O próprio ministro das Finanças tem sido expositor e crítico implícito da política do Governo nesse aspecto. Recordo que, descrevendo a nossa situação, ele aludia há tempos que a nossa balança de pagamentos tinha um défice de 7,5% do produto nacional; a Itália, tem um défice na balança de pagamentos que representa 1,6% do produto; a Inglaterra 1,2%, nós 7,5%. O nosso défice é, por outro lado, de 40% das exportações, com 5,5% para a Inglaterra e 5,6% para a Itália. Mas isto atendendo a números do ano passado, porque só a dívida pública directa subiu de 63 milhões de contos em 1974 para

159 milhões em 1975, prevendo-se que neste ano esse número se cifre em 219 milhões de contos. Nós estamos realmente numa situação catastrófica.

O Estado não tem possibilidades económicas, técnicas nem humanas de se envolver num vastíssimo sector público. Há que criar confiança e segurança. Mas isso também não pode fazer-se sem resolver o problema das indemnizações devidas pelas expropriações e pelas nacionalizações, e sem se definir o que deve ser a Reforma Agrária. Ouvimos falar agora na segunda reforma agrária. Esperamos que seja uma verdadeira Reforma Agrária e não apenas uma colectivização de terras como foi a primeira. Estes são os pontos que já deviam ter sido definidos há muito, mas acerca dos quais o Governo mostra uma ambiguidade, uma lentidão, que estão a impossibilitar a recuperação.

"J.N." - E, no domínio do Trabalho, pensa o dr. Sá Carneiro, que não é necessário introduzir, também, mudanças de fundo para que seja possível a reconversão da economia?

S.C. - No campo laboral haverá que atender sobretudo à prática e às condições reais. Numa sociedade em regressão económica acentuada e em que o desemprego muito alto se combina com uma alta inflação, é natural e justo que os trabalhadores procurem assegurar a estabilidade dos seus empregos através de um estatuto de protecção legal que impeça totalmente os despedimentos, por exemplo ou que os dificulte de tal modo que lhes dê segurança. Mas com isto está também a fomentar-se o desemprego, visto que se está a impedir que se criem condições para novos postos de trabalho, para novos empregos. Há que começar pelo campo do relançamento económico e, através de uma melhoria das condições de emprego, e ir gradualmente, segundo o que a prática aconselhasse, e sempre com a participação dos trabalhadores até sem se poder chegar a soluções equitativas e justas que, defendam os interesses tanto daqueles que estão empregados, como daqueles que procuram emprego e não encontram.

#### **"NÃO DEFENDEMOS A CRIAÇÃO DE SEGUNDA CENTRAL SINDICAL"**

"J.N." - Mas será possível uma certa acalmia no domínio do trabalho, indispensável ao relançamento económico, mantendo-se a actual estrutura sindical, ou seja uma única central sindical que parece ser dominada pelo Partido Comunista?

S.C. - Nós, como partido, e os nossos militantes sindicalistas não defendemos a criação de uma segunda central sindical. Creio que aí está muito por fazer ainda: em parte porque ao isolamento do partido Socialista, corresponde também o isolamento das forças socialistas relativamente às demais forças sindicalistas, reformistas e democráticas. Isso implicou o reforço do movimento sindical ligado ao Partido Comunista.

Parece-me que ainda há possibilidade de tentar a unidade de acção dos sindicalistas, democráticos, quaisquer que sejam as suas opções políticas.

O simples facto da criação de uma segunda central sindical não ia resolver por si o problema. Se amanhã essa vier a ser a opção dos trabalhadores terá de ser respeitada.

"J.N." - Defende, então uma coligação nas bases sindicais entre o P.S., o P.S.D. e todas as outras forças democráticas?

S.C. - É isso que me tem sido proposto pelos sindicalistas social-democratas, o que tem sido raramente aceite pelos sindicalistas socialistas. A posição destes redundou em benefício das posições assumidas pelo Partido Comunista. Os trabalhadores sociais-democratas têm mantido a sua posição e alguns resultados têm conseguido. Não o fazem por uma questão de fraqueza, mas com consciência que efectivamente é necessária a união dos sindicalistas reformistas democráticos.

"J.N." - Um outro aspecto que, nos últimos dias, tem sido objecto de discussão é o das empresas intervencionadas e o da desintervenção dessas empresas por parte do Estado, que, segundo um decreto de 31 de Dezembro de 1976, deveria efectuar-se até ao fim do corrente mês. Há poucos dias, um vespertino anunciava que várias dessas empresas, no sector da habitação e da construção naval, iriam ser transformadas em empresas públicas, portanto nacionalizadas. Por outro lado, a entrega aos proprietários, está a ser objecto de forte contestação da Intersindical e outras forças. Qual a posição do P.S.D., nesta questão; aceita que o Governo proceda a mais nacionalizações, transformando essas empresas intervencionadas em empresas públicas?

S.C. - Não me vou pronunciar sobre os casos concretos mas apenas sobre as linhas gerais. Entendo que a intervenção em muitos casos foi uma forma de nacionalização indirecta. Ora o sector público não deve ser aumentado. O que se deveria fazer, nos termos da Constituição, é a desnacionalização de pequenas e médias empresas. Não me parece que se possa continuar a política de intervenção ou consolidá-la, quer através de subsídios, permanentes quer através de nacionalizações.

O Governo tem de manter o diálogo muito intenso com os trabalhadores das respectivas empresas, estar atento à defesa dos seus direitos, à possibilidade de manutenção e desenvolvimento dos seus empregos. Eles têm uma palavra muito importante a dizer directamente mais do que através de organizações que se preocupam muitas vezes, mais com os aspectos políticos ou ideológicos, do que com os aspectos sociais e económicos da empresa.

"J.N." - Mas admite novas nacionalizações dessas empresas?

S.C. - Não. Haverá soluções de cooperativas, de propriedade privada, de gestão, estudadas conforme cada caso, mas sem novas nacionalizações.

#### **"SUBSTITUIR TOMÁS ROSA SERÁ UM PASSO ATRÁS"**

"J.N." - Que pensa o dr. Sá Carneiro, da política de informação que tem sido seguida pelo Governo, nomeadamente na Televisão, na Radiodifusão e nos jornais estatizados?

S.C. - Não se chegou ainda a uma solução que garanta a liberdade dos profissionais da informação, a independência dos respectivos órgãos e o cumprimento dos deveres que têm para com o público. Há uma dependência excessiva em relação ao Governo, tanto da parte da imprensa estatizada, especialmente em Lisboa,

como no que se refere à Radiotelevisão e Radiodifusão. Há dependência funcional e dependência económica. A solução que preconizamos e que entendemos que devia ser adoptada, era a de os órgãos estatizados de comunicação social, não dependerem do Governo, mas duma Comissão Parlamentar ou até de um organismo ligado ao Parlamento em que estivessem representados os profissionais da informação, o público e os deputados eleitos. Essa solução não vingou, porque a ele se opuseram os votos do partido Comunista e do Partido Socialista. Há indícios preocupantes de se estar a caminhar no sentido de um progressivo alargamento da influência do poder nos órgãos de informação estatizados. Veja-se o caso "Século", verberado pelo Conselho da Imprensa. Acho mal, porque não pode confundir-se informação com propaganda. De resto num regime democrático não se justifica sequer a existência de uma secretaria de Estado ou de um Ministério da Comunicação Social. O melhor era acabar já com aquela. Os problemas de informação, na parte que se liguem com o Governo, podem ser tratados ao nível de uma Direcção Geral, se necessário. Os problemas de participação económica devem ser tratados em igualdade com quaisquer outras empresas em que o Estado tem a participação. A estruturação, funcionamento e organização, essa deve ser deixada aos próprios órgãos de informação, fiscalizados por órgãos isentos e não por partes interessadas como é o Governo. Isto não está a ser cumprido, não é esta a linha que está a ser seguida. Assistimos com inquietação a uma crescente influência do Governo nos órgãos de comunicação. Estamos a caminhar mal no campo da informação.

"J.N." - É conhecido de toda a gente que a Imprensa tem veiculado informações a esse respeito que existe um grave problema, neste momento, na Televisão. Sendo a Televisão o órgão de informação mais importante, o PSD, tem alguma opinião sobre o que se está a passar no interior da RTP? Designadamente em relação ao Presidente, que está a ser contestado e consta que pode vir a ser afastado de funções?

S.C. - Tenho visto o que a Imprensa tem veiculado. Lamento a falta de informação oficial a esse respeito. Há os boatos e ataques mais desconstruídos. Não se vê um esclarecimento da situação. Tenho a impressão que na base dessa luta, está uma tentativa de aumentar a influência partidária da Televisão, o que é preocupante e condenável.

"J.N." - Isso significa que o PSD dá o apoio ao capitão Tomás Rosa, na Televisão?

S.C. - Não conheço os termos concretos do conflito, se é que conflito há. O Capitão Tomás Rosa tem sempre procedido como pessoa isenta, desvinculada de partidos, uma pessoa com essas qualidades é necessária na Televisão. Se se quer substituí-lo por alguém mais cooperante que demonstre fidelidade à política de um Governo ou à política de um partido, estará a dar-se um grande passo atrás em matéria de liberdade de informação em Portugal.

"J.N." - O dr. Sá Carneiro saberá que o "Jornal Novo" promoveu em escrutínio interno, em que a nossa redacção elegeu, democraticamente os melhores e os piores políticos de 1976. O dr. Sá Carneiro ficou à cabeça dos "piores" desse ano. Isso deu origem, aliás, a uma grande polémica dos nossos leitores, de quem rece-

bemos inúmeras cartas protestando contra esse voto. Não sei se o dr. Sá Carneiro tem qualquer opinião sobre o assunto e se lhe parece que o "Jornal Novo" tem seguido, de facto, uma política anti-PSD, nomeadamente anti-Sá Carneiro ou se, pelo contrário, tem cumprido a sua obrigação de informação com objectividade?

S.C. - Não me senti nada atingido ou diminuído por es votação. Foi uma iniciativa que o jornal tomou, foi uma votação a que procederam os membros da redacção; têm todo o direito de n? qualificarem como entenderem quanto às minhas actividades políticas. Os políticos estão sujeitos a essas opções e não vejo que elas representem um ataque ao nosso partido. Não tenho visto o Jornal Novo utilizado para ataques políticos, nem ao nosso partido nem a outras forças políticas. Tenho verificado com agrado que se mantém aberto às várias posições, opções e correntes políticas, procurando veicular com isenção a informação e assegurar o pluralismo nas posições que o jornal transmite.

Continuando na linha em que está e não poupando críticas justas seja a quem for, mantendo a liberdade, estando atento à cobertura e ao pluralismo, como é seu dever, o "Jornal Novo" presta um bom serviço à informação.

## 2.30. Entrevista ao "Povo Livre" - 1/3/1977

"Povo Livre" - Dr. Sá Carneiro, o "Jornal Novo" entendeu fazer a chamada de primeira página para a entrevista que lhe concedeu, destacando: Sá Carneiro "não se oporia" à formação de um partido social-democrata PS/PSD. Ora, é sabido que o PSD, nos últimos meses e, nomeadamente, depois da votação do Plano e Orçamento, vem mantendo uma estratégia de oposição que, o último Conselho Nacional definiu como "firme mas não sistemática". Simultaneamente, a colagem do CDS ao PS mais tem feito realçar a oposição do PSD ao Governo minoritário. Tendo presentes estes dados, o "P.L." pergunta-lhe: representará uma viragem estratégica inesperada a hipótese de, num futuro, vira ser criado um novo partido social democrata, com o desaparecimento do PS e do PSD?

Sá Carneiro - Não há qualquer viragem estratégica do PSD. A hipótese da constituição dum grande partido social democrata não tem, por enquanto, nada a ver com a realidade política portuguesa. É uma possibilidade teórica, e foi perante ela que eu disse que me não oporia, e que essa hipótese poderia ser benéfica para a democracia portuguesa. Acontece que isso não seria um projecto certo, nem para curto prazo. Hoje em dia há outras tarefas a desenvolver. Noutra fase da nossa sociedade, posto perante a hipótese da reunião de todos os sociais-democratas num grande partido, não a rejeitaria. Porém, reafirmo que não se trata, nem como hipótese, do desaparecimento do nosso partido, mas sim da organização conjunta dos sociais-democratas, que somos nós, e dos que existem no PS. De facto, enquanto no PS há uma faixa social-democrata, o nosso partido é todo ele social-democrata, pelo programa, pelo comportamento dos nossos militantes, pela implantação e pela crescente base de apoio.

"P. L." - Uma das respostas que deu ao "Jornal Novo", e nu também conheceu impacto, foi a de que "creio já ter passado a época das coligações". Ora, o PPD fez

parte de cinco governos provisórios que, perante o povo português, apareceram sempre como de coligação. Como explica agora essa sua afirmação categórica?

S.C. - A coligação entre socialistas e sociais-democratas teria sido muito importante imediatamente após as eleições para a Assembleia da República. Tratava-se então de constituir um governo com uma maioria democrática de apoio que desse uma dinâmica propícia à aplicação e interpretação da constituição, na definição da política tendente à resolução dos problemas concretos do povo português. Nessa altura, com uma situação melhor que a que temos hoje, a coligação poderia ter dado ao Governo a operacionalidade de que tanto necessitamos. Hoje, entendo que o problema não é já de coligação, porque mais do que o entendimento de dois partidos ao nível do Governo e do seu programa, o agravamento da situação impõe o entendimento geral dos partidos democráticos sob a égide do Presidente da República. Esse o sentido do que afirmei no Porto.

"P. L." - Estavamo-nos a lembrar precisamente que no discurso que proferiu no encerramento das I Jornadas Municipais Sociais-Democratas, no Porto, Sá Carneiro avançara a ideia de um governo de competências, da confiança do Presidente da República, e apoiado pelos partidos democráticos. Em diversos sectores, por exemplo, o ministro Jorge Campinos, em Coimbra, suscitaram-se críticas à sua proposta, chegando a dizer-se que você pretendia ressuscitar a fórmula salazarista do "antipartidarismo e dos valores suprapartidários de interesse nacional", e que estaria a contribuir para a subalternização dos partidos na vida política portuguesa. Que pensa de tudo isto?

S.C. - Retomando a minha resposta anterior, devo acrescentar que, para além dos partidos e da maioria democrática estável que defendemos, há que considerar o papel decisivo do Presidente da República. A Constituição confere-lhe funções essenciais e consagra um regime que pode ser definido como de presidencialismo mitigado. Aliás, o carácter presidencialista do regime foi acentuado pelo primeiro-ministro ao optar por não pedir à Assembleia da República um voto de confiança, quando da formação do Governo. Este passou a depender da confiança do Presidente da República e apenas da não desconfiança da Assembleia da República. Este governo é, portanto, já um governo de confiança presidencial. E é isso que certos críticos, caso de Jorge Campinos, não vêem ou não querem ver. Aí, como disse o dr. Barbosa de Melo ao "Jornal de Notícias", do Porto, referindo-se àquele ministro, "ou ele não sabe nada de política, ou então não entende português".

Não se trata de qualquer intuito salazarista ou gonçalvista - tudo isso pertence ao passado e àqueles que dele vivem - mas de conseguir um futuro de estabilidade democrática, sem a qual os partidos serão os primeiros a desaparecer. É isto o que não vê a curteza de vistas de muitos políticos que, só por serem profissionais da política, se julgam homens de Estado ou donos da democracia portuguesa.

"P. L." - Também doutros sectores se vai insinuando, aberta ou veladamente, que o dr. Sá Carneiro estaria a pressionar o Presidente da República no sentido de este alargar decisivamente a sua intervenção directa na solução da crise nacional. Acha que têm razão? O sr. dr. considera-se um presidencialista?

S.C. - Nem o PSD nem eu somos mais presidencialistas do que aquilo que a Constituição consagra. Como acentuei nas jornadas do Porto, o Presidente da República é o único órgão de soberania que reúne um dos pressupostos essenciais da democracia, que é o da maioria. Não a tem o Governo, e ela não existe estavelmente na Assembleia da República. Mas o Presidente da República foi eleito por mais de 60% dos votos, o que, a par das suas qualidades, lhe confere indiscutível autoridade para se desempenhar com aceitação geral das tarefas constitucionais. E estas, na parte política, são as de supremo responsável pela coordenação da política portuguesa.

Numa situação de crise generalizada como a que vivemos, que ultimamente se agrava pelas dificuldades económicas e pela instabilidade civil e militar, não pode deixar de ver-se no Presidente da República o eixo da democracia portuguesa, e não podemos nós deixar de manifestar a manutenção da confiança que nele depositamos e a responsabilidade que advém da esperança que nele continua a ter a maioria dos Portugueses. Por isso estou convencido que não haverá solução possível sem a conjugação simultânea dos esforços do Presidente da República e dos partidos democráticos.

"P. L." - Para terminar esta entrevista sobre a conjuntura política nacional, gostaríamos de ouvir a sua opinião acerca da controversa entrevista do major Melo Antunes ao semanário "Cuadernos para el Diálogo" e que o matutino "O Dia" revelou.

S.C. - Surgiram nos últimos dias fortes sintomas de desestabilização da situação militar e é nesse contexto que aparecem as declarações do major Melo Antunes. Elas traduzem, a meu ver, a manifestação de um espírito pré-constitucional e de uma posição revolucionária que não se coadunam nem com o texto fundamental, nem com a democracia institucionalizada a partir da eleição do Presidente da República.

Há um engano fundamental que parece subjacente a essa e outras posições tornadas públicas nos "Cuadernos", que é a de pensar que "A Revolução continua" (o slogan salazarista começava por "enquanto houver um Português sem pão"...)

É preciso que todos tenhamos consciência que a revolução acabou, com a institucionalização da democracia. Do que se trata agora é de consolidar esta, o que se não consegue com o ressurgimento de quaisquer ímpetos revolucionários. Tão pouco revolução do 25 de Abril foi uma revolução socialista. Não é isso que se contém no programa do MFA. Tratou-se, sim, de uma revolução democrática de harmonia com esse Programa, e que, depois minorias quiseram transformar na imposição de um certo "socialismo". Estranho, mesmo, que o presidente da Comissão Constitucional do Conselho da Revolução invoque, de resto erradamente o Programa do MFA e o seu espírito, quando é certo que esse Programa deixou de vigorar e de ser invocável a partir do momento do início da vigência da Constituição da República Portuguesa. Ou será que se está a confundir Programa do MFA e Constituição da República com Plano de Acção Política, Documento-Guia, Primeiro Pacto MFA-Partidos, Assembleia-Geral do MFA ou Documento dos Nove? É indispensável que especialmente os responsáveis militares e os membros do



Conselho da Revolução demonstrem pela sua atitude que estão conscientes que toda essa fase do antes 25 de Novembro passou à História e que não mais surgirá, sob pena de se perder a democracia portuguesa, violando-se frontalmente a Constituição.

### **2.31. Entrevista ao "Tempo" - 3/3/1977**

"TEMPO" - Mais do que a aprovação ou reprovação, tornou-se-me notória a incompreensão manifestada pela maior parte dos sectores políticos, relativamente à posição na terça-feira assumida de algum modo surpreendentemente, pelo PSD. Resumida e objectivamente, quer o sr. dr. justificá-la?

Sá Carneiro - As pessoas reagiram com inesperado nervosismo à interpelação para debate que o PSD requereu na Assembleia da República. Mas é infundado esse nervosismo. Os portugueses esperaram demasiado tempo por determinadas medidas económicas e como que esperavam ver os partidos da Oposição a apoiá-las incondicionalmente. Talvez fosse isso.

As medidas recentemente decretadas pelo Governo são sérias e complexas. E vão ter consequências importantes na vida nacional. Por isso me parece que requerem um profundo estudo e um amplo debate. A Assembleia da República é o órgão de soberania adequado para esse debate. Aliás, o Primeiro-Ministro poderia ter anunciado essas medidas directamente na Assembleia. Não o fez e procedeu legitimamente. Mas também legitimamente procedeu o PSD ao entender dever trazer o assunto ao Parlamento

Por outro lado, estas medidas constituem um todo que não está ainda publicado que não é ainda totalmente conhecido. Encontra-se anunciado pelo Governo; depois desse anúncio houve algumas modificações, algumas propostas foram transferidas para a Assembleia da República, em vez de constarem no decreto-lei apresentado pelo Governo. E isto liga-se a outras propostas pendentes na Assembleia, como a que se refere ao sector público e ao sector privado, a do controlo de gestão, a da greve, etc. Portanto, há que ver qual a política global do Governo, qual a sua capacidade de fazer face à crise.

Trata-se, portanto, de proporcionar um debate mais de aprofundamento e de esclarecimento do que um debate que possa pôr em risco a manutenção do actual Governo. Esta interpelação não é isso que pretende.

Nem sequer este debate poderá dar vantagem a forças que não estão interessadas na recuperação económica nem, por exemplo na adesão de Portugal ao Mercado Comum. Estou mesmo convencido que desde o debate a política realista de recuperação económica, a política patriótica de adesão ao Mercado Comum sairão reforçadas.

Mas como partido responsável, o PSD não pode assumir outra posição de apoio ou oposição frontais a medidas que não estão devidamente debatidas pelo Governo. E o debate por nós requerido vai proporcionar um esclarecimento por parte do Governo, que a nosso ver, não está suficientemente feito. Não foram suficiente-

mente esclarecedoras as intervenções quer do Primeiro-Ministro quer do Ministro das Finanças. Há muito mais que aprofundar e que esclarecer por parte do Governo, que irá ter essa oportunidade na Assembleia da República, porque nós lha proporcionamos.

**"ESTA INICIATIVA NÃO FAVORECE EM NADA O PCP"**

"T" - Mas devo fazer-lhe notar, sr. dr., que eu próprio tive oportunidade de testemunhar, na terça-feira, na Assembleia da República, o facto curioso de um deputado e dirigente do PCP, no final da intervenção do dr. Sérvulo Correia e ao cruzar-se com um deputado do PSD, lhe ter expressado os seus parabéns "pela brilhante jogada política". E isto deve suscitar-lhe um comentário...

S.C. - Sabe, nós estamos ainda a começar a praticar a democracia e o parlamentarismo. Os mecanismos parlamentares da Constituição e do Regimento não estão ainda aprofundados, ainda não estamos muito habituados a trabalhar com eles. Mas o nosso partido conhece-os bastante bem. Por isso, teve a imediata percepção de que a resposta adequada a este conjunto de medidas governamentais seria a interpelação. Foi uma iniciativa atempada e que demonstrou conhecimento dos mecanismos parlamentares, que demonstrou capacidade técnica e política. Só nesse sentido compreendo os parabéns desse deputado ou de qualquer outro.

É óbvio que esta iniciativa não favorece em nada o Partido Comunista. Pelo contrário, irá contribuir para que a oposição do PCP se revele na sua contextura exacta, que é de isolamento e de franqueza.

Um debate deste género feito como deve ser, com serenidade e com seriedade, irá fortalecer uma política que não é partidária, que não é sectária, mas que deve ser de mobilização nacional. Sendo assim, estou convencido de que o Governo poderá até beneficiar do debate para aperfeiçoar, corrigir, certas medidas e suprir algumas lacunas. Através deste debate, pode e deve dar-se uma nova aceleração, um novo dinamismo nas medidas que vieram tarde, a meu ver, que no seu conjunto ainda não são suficientes, mas que, uma vez completadas, constituirão o estímulo necessário para a economia portuguesa, para a correcta organização da nossa sociedade. A vida do Governo e a vida política portuguesa em geral, em termos de realizações práticas, e concretas, tem carecido de dinamismo. Mas estou convencido de que será este debate que irá contribuir para essa dinamização e para a necessária isenção de sectarismos na vida política nacional.

**"AS PESSOAS QUE HOJE MOSTRAM UM CERTO NERVOSISMO IRÃO MAIS TARDE RECONHECER QUE FOI ACERTADA A NOSSA POSIÇÃO"**

"T" - Mas, sr. dr., o que me pareceu ainda mais notável foi que até alguns deputados do PSD, entre os quais alguns que são considerados especialistas económicos, manifestavam publicamente, nos corredores de S. Bento, a sua surpresa, mais do que discordância, pela posição assumida pelo partido...

S.C. - É possível que tenha havido alguns deputados do nosso grupo parlamentar que não estivessem informados. As medidas foram anunciadas, a nossa posição foi imediata. A direcção do grupo parlamentar tomou imediatamente a iniciativa de requerer o debate. E creio que não pode causar estranheza nenhuma tal ati-

tude, pois ela se insere na estratégia que o nosso partido tem seguido, com toda a coerência. Fizemos as nossas críticas ao Governo contundentemente algumas vezes, fizemos a nossa posição à política económica constante do Plano, grande parte das nossas razões têm agora acolhimento nestas próprias medidas, revelando-se a insuficiência da política económica anteriormente seguida, enfim, estamos a dar uma contribuição positiva para a recuperação económica do país e a consolidação da democracia.

Assim, os nossos economistas vão certamente ser chamados a desempenhar um amplo papel neste debate. Note que eu próprio ontem mesmo, informei pessoalmente o Primeiro-Ministro da posição que o PSD iria assumir, pois estive com ele antes de estar com o Presidente da República. E note também que o debate irá ter lugar após a visita do Primeiro-Ministro às capitais da CEE que lhe falta agora visitar. Até lá, vão ser publicadas as propostas de lei e poderá mesmo acelerar-se a proposta que há tanto tempo está pendente sobre a distinção entre sector público e sector privado, Entretanto, estou convencido de que isto foi uma iniciativa altamente positiva e as pessoas que hoje mostram uma certa estranheza, um certo nervosismo, por não estarem habituadas a esse tipo de iniciativa, irão mais tarde reconhecer que foi acertada a nossa posição.

### **"NÃO PREVEJO QUE ESTE PROCESSO PROPORCIONE UMA MOÇÃO DE CENSURA"**

"T" - Entretanto, o que diversos sectores de opinião adiantam é que esta iniciativa do PSD poderá ser um precedente lógico de uma moção de censura ao Governo, Pois não é isso, de facto, provável?

S.C. - Não. Uma visão dessas é uma visão dramática, que se explica, em parte, pelo ambiente em que vivemos neste país há quase três anos. Uma moção destas só visa um esclarecimento de posições e critérios e não termina necessariamente com nenhuma votação. O próprio Regimento e a própria Constituição regulam, em local separado e em processo distinto as moções de desconfiança e as interpelações para debate. Num debate destes, o Governo vai à Assembleia explicar-se e se eventualmente houver matéria para uma moção de confiança ou de desconfiança, então abrir-se-á um outro processo, que não se insere neste. Mas a nossa intenção não é essa. E o próprio processo desencadeado não comporta esse desenvolvimento. É uma simples regra parlamentar e democrática que o Governo venha à Assembleia dar explicações sobre medidas importantes e é isso que nós queremos para que, depois de devidamente esclarecidos e connosco todo o povo português, se puder seguir uma política ou alterá-la de harmonia com as críticas e sugestões que forem feitas no Parlamento, todas as necessidades de correcção que aí se revelarem.

"T" - Quer dizer com isso que não é previsível, à partida, que este processo de interpelação venha a desencadear um outro que dê lugar a uma moção?

S.C. - Não. Sinceramente não prevejo.

### **A OPORTUNIDADE DE HARMONIZAÇÃO QUE ESTE DEBATE PODERÁ CONSTITUIR**

"T" - Uma questão final: o sr. dr. parece-lhe que é possível uma evolução democrática e estável para o processo político português sem que se verifique uma harmonia, que agora não existe, entre o PS e o PSD?

S.C. - Mais uma vez repito que estou convencido de que os nossos problemas implicam uma cooperação entre os partidos democráticos, designadamente entre os dois maiores partidos democráticos, que são o PS e o PSD. E por nossa parte temos-nos manifestado dispostos a ela, sem subserviências, sem seguidismos, conservando a nossa independência. E têm-se feito alguns progressos nesse sentido. Parece-me inegável, aliás, que os últimos tempos os têm assinalado. Haverá muito mais ainda a consolidar nesse caminho. E esse debate poderá ser uma oportunidade para isso.

As medidas do Governo representam um esforço, são medidas corajosas e, portanto, são uma boa base para uma política económica coerente, aplicada com dinamismo e que habilite os portugueses a resolverem os seus próprios problemas na base do trabalho e da produção, em que todos somos chamados a participar. E uma política deste tipo, mais pragmática e menos ideológica do que aquela que se tem vivido pois estou convencido que terá o apoio das forças democráticas e possibilitará a consolidação da democracia.

### **"O CDS TEM AS SUAS POSIÇÕES (...) MAS ISSO SÃO PROBLEMAS DO CDS"**

"T" - Mas, entretanto, parece que o CDS se candidata a sucedâneo do PSD para esse efeito...

S.C. - Bem vê, o CDS tem as suas posições, que têm revelado uma certa identificação rápida com as do partido do Governo, mas isso são problemas do CDS. Nós mantivemos aquela posição que sempre assumimos e temos-nos dado muito bem com a nossa coerência e com a fidelidade ao nosso programa.

## **2.32. Entrevista a "O Jornal" - 11/3/1977**

"O Jornal" - Qual é a perspectiva do dr. Sá Carneiro sobre a próxima discussão na Assembleia da República das medidas económicas anunciadas pelo Governo na sequência da interpelação feita pelo seu partido?

Sá Carneiro - Estamos a estudar essas medidas, as que já se encontram publicadas, bem como as propostas de lei enviadas à Assembleia da República. Em nosso entender, o debate vai permitir uma clarificação, quer daquilo que se fez, quer daquilo que se poderá ainda fazer, para completar esta orientação que o Governo adoptou, e que apresenta em relação ao Plano muitas novidades.

Pareceu-nos que medidas desta importância, que vão ter um reflexo grande na vida dos portugueses, deveriam ser debatidas na A. R. - portanto, nos órgãos institucionais da democracia. E a própria crítica e análise de uma política económica deve contribuir para melhorar, se necessário, essa política.

Saliento que, já depois de anunciadas essas medidas, se chegou a acordo entre representantes do PS e do PSD quanto às alterações a introduzir na proposta ini-

cial do Governo sobre definição do sector público e sector privado. Que o debate se realize já com essa base parece-me muito útil, porque, sem ela, as medidas de recuperação económica poderiam não surtir o efeito desejado.

P. - Parece-me ter havido uma curva evolutiva nas reacções à vossa proposta. Inicialmente, ela causou um certo espanto, até entre elementos do PSD, houve alguns elementos do PS que parecem ter reagido um pouco emocionalmente (se não erro ouvi até o Jaime Gama, na RBP, fazer uma crítica acerba a essa iniciativa). Posteriormente o dr. Mário Soares declarou-me que via essa iniciativa como uma coisa normal e, enfim um comentador político, elemento destacado de um partido, o Marcelo Rebelo de Sousa, considerou essa iniciativa como das mais felizes que o PSD tomou nos últimos tempos. O que é que me pode dizer sob isto?

R. - É de certo modo compreensível que a reacção inicial da pessoas, dos comentadores, de alguns jornalistas, tenha sido a de surpresa, até de um certo nervosismo. É a primeira vez que se requer e se vai realizar um debate destes. Não há o hábito de ver a política do Governo discutida e fiscalizada pela A. R.

Vive-se ainda, em certa medida, sob uma impressão que vem de antes do 25 de Abril, e que é a de julgar que tudo o que o Governo faz está bem e não se deve discutir. Não é assim, e uma segunda reflexão das pessoas demonstrou que a intenção, a legitimidade e a oportunidade do debate estavam fora de causa. E daí, depois de passada essa reacção inicial de nervosismo, se ter qualificado adequadamente o debate.

### **O SENTIDO DE INTERPELAÇÃO DO PSD AO GOVERNO**

P. - Mas é exacta a interpretação feita pelo comentador, e membro da Comissão de Estratégia do PSD, de que essa interpelação visaria criar condições para uma votação parlamentar que, por um lado, reforce o Governo socialista em termos de adesão europeia e contestação sindical e, por outro, despolete os processos de ratificação parlamentar que o PC poderia desencadear sobre os diplomas?

R. - É possível que isso suceda. Vai depender do debate, das posições assumidas pelos partidos da oposição, dos esclarecimentos e posições assumidas pelo Governo: O que do debate resultar quanto à política económica do Governo é que vai permitir que se verifique se essas conclusões são exactas ou não. Podem vir a ser exactas, pode a discussão orientar-se noutro sentido. Julgo que há probabilidade, pelo que conheço das medidas, pelo estudo que já está feito, de tal suceder.

P. - Do estudo que já está feito, sem que eu queira que o dr. Sá Carneiro me adiante quais vão ser as posições definitivas do seu partido, gostaria de saber quais são as medidas que lhe parecem mais ou menos felizes.

R. - Ainda é cedo para dizer. De um modo geral, parece-me que se pode dizer que a orientação adoptada pelo Governo, de combinar medidas de austeridade com medidas de relançamento, é a adequada. A crise económica portuguesa não se resolve apenas com medidas restritivas, é uma tecla que nós, PSD temos batido muito, designadamente no nosso programa de Governo. Precisa de algumas medidas restritivas, mas precisa, sobretudo, de medidas positivas de relançamento. Ao fazer esse "pacote" de medidas, o Governo agiu com acerto. Se es-

sas são todas as medidas que devia tomar, ou se algumas das tomadas não o foram devidamente, é um problema de especialidade que será analisado no decorrer do debate. Vamos também ver qual é a posição sobre as propostas de lei que o Governo apresentou à A. R. Essa discussão poderia iniciar-se esta semana. Não sei se a marcação do debate para uma data posterior vai ou não levar a uma organização diferente do debate das propostas de lei.

P. - A partida, oposição do PSD parece, pois, simpatizante em relação a essas medidas. Mas, já agora gostaria que adiantasse quais são as que em vossa opinião não foram tomadas e que deveriam ter sido.

R. - Já falei na questão do sector público e sector privado. Há o problema do pagamento das indemnizações, e que se relaciona também com estas medidas. Nós apresentámos na comissão uma proposta de alternativa sobre o pagamento de indemnizações. A minha opinião é que o problema da balança de pagamentos, o problema do aumento da produtividade, a questão da criação de postos de trabalho, se resolve sobretudo com investimentos, público e privado.

É fundamental que se criem condições para um investimento privado em larga escala, e isso dependia da definição de sector público-sector privado, depende do pagamento das indemnizações. Se a dinâmica destas propostas for também a mesma, estou convencido que se criarão condições para um arranque do investimento privado, sem o qual não haverá recuperação económica possível.

**ACORDO QUANTO À DELIMITAÇÃO DOS SECTORES PÚBLICO E PRIVADO:  
"ORIENTAÇÃO CLARAMENTE SOCIAL-DEMOCRATA"**

P. - Do seu ponto de vista parece supor que pagas essas indemnizações, as pessoas que as recebam venham a investi-las no sector privado. Por outro lado, quando se fala tanto na falta de meios, considera que o pagamento das indemnizações é questão prioritária? E esse pagamento não se deverá fazer através de títulos?

R. - A proposta que o PSD apresentou vai nesse sentido, sendo as indemnizações pagas através de obrigações que poderiam ser utilizadas para investimentos, para aquisição de habitação própria e para outros fins, o que quer dizer que não haveria praticamente entrega de numerário. Criar-se-á a possibilidade de empregar esse potencial de investimento privado, que está parado porque as pessoas estão privadas, com injustiça, do que têm a receber de indemnização.

P. - Parece ter havido um acordo entre o PS e o PSD sobre a delimitação do sector público e privado. De que é que resultou esse acordo, que importância lhe atribui nas relações entre os dois partidos e na possível colaboração para a resolução dos problemas do País, nomeadamente do ponto de vista económico?

R. - No âmbito da subcomissão que estava a estudar a proposta do Governo havia desde há tempos contactos entre membros socialistas e sociais-democratas no sentido de se estudar em profundidade a proposta, ver as alterações que seriam necessárias à mesma. Foi um trabalho paciente em que as pessoas envolvidas demonstraram uma grande disponibilidade e a vontade de chegarem a um desfecho útil. O resultado desse trabalho foi submetido à comissão política do PSD na

sua reunião da semana passada e entendeu-se que, apesar de algumas divergências na especialidade, o resultado a que se chegara com as alterações introduzidas na proposta do Governo, conjugado com as medidas económicas tomadas pelo Governo, representavam um progresso e uma possibilidade económica. Por isso foi sancionado o resultado desse trabalho pela nossa Comissão Política.

Trata-se de uma orientação claramente social-democrata quanto ao entendimento do sector público-sector privado e portanto o encontro da perspectiva socialista e da perspectiva do nosso partido foi possível uma óptica realista. Quanto à definição das áreas em que não será admitida a iniciativa privada, esse problema prende-se com o das nacionalizações já efectuadas, e esta proposta de lei não toca como é evidente nessas nacionalizações; não visa nem tem como efeito a realização de quaisquer desnacionalizações. Visa sim, para o futuro, a definição das respectivas áreas do sector público, e do sector privado.

Creio que esta plataforma a que se chegou neste caso demonstra uma possibilidade de entendimento em vastos campos da política económica, e noutros sectores políticos, entre o PS e o PSD. De resto, foi focado durante a discussão do programa do Governo, e salientado até por mim, que historicamente se tem verificado que quando socialistas e sociais-democratas entram em luta aberta, ou pugna constante, o resultado tem sido o de beneficiarem as correntes políticas totalitárias de esquerda ou de direita. Espero que este caso, do sector público-sector privado, para além de demonstrar a possibilidade e a necessidade de acordo entre os dois partidos, sem nisto incluir qualquer coligação, proporcione uma base de estabilidade a uma política que seja realista, que atenta mais aos problemas nacionais do que as posições partidárias ou ideológicas. Em suma, creio que para além do resultado concreto este entendimento é importante pelas perspectivas que abre.

#### **MEDIDAS "SOCIAIS-DEMOCRATAS" DO PS E "MAIORIA DEMOCRÁTICA ESTÁVEL"**

P. - O dr. Sá Carneiro afirmou que estas medidas são tipicamente sociais-democratas. Corresponderá isso ao que, segundo alguns, é um progressivo afastamento do seu programa pelo PS, encaminhando-se mais num sentido social-democrata?

R. - Sem me pronunciar sobre quaisquer problemas internos do PS e sem pretender classificar a sua política, julgando apenas os factos em face destas medidas e da muito recente política do Governo, assim parece.

P. - Isso poderá querer dizer, sem pôr o problema da coligação política formal, que as medidas sejam no sentido de fazer urna aliança de facto com um dos sectores com que o PS não se deseja coligar (como não deseja com outro), estabelecendo essa tal maioria estável que o dr. Sá Carneiro tem falado...

R. - Nós nunca nos debatemos para estar no Governo, nunca nos debatemos por uma coligação, não consideramos a coligação um fim em si. Como partido da oposição entendemos que a nossa função é contribuir com a crítica para a definição de uma política adequada à resolução dos problemas nacionais. É con-

tribuir também para que essa política seja apoiada por aquilo que denominamos a maioria democrática estável. Se isso se puder concretizar (como é nosso desejo, para isso temos procurado contribuir), haverá possibilidades de criar um clima em que uma política eficaz seja desenvolvida num clima de estabilidade. E, nessa altura, o problema da coligação pode ficar ultrapassado. O que interessa é que haja um Executivo capaz e que se encontre preenchido, quer ao nível da política do Governo, quer no Parlamento, um dos pressupostos essenciais da democracia, que é o da regra da maioria. Até agora, assim não tem sucedido. Esperemos que de futuro a regra da maioria seja uma constante, visto que entendo que só ela assegura a estabilidade democrática.

P. - O PS em geral, e o dr. Mário Soares em particular ainda há dias nos declarou, têm salientado que um dos motivos porque não se aliam nem com o PCP, nem com o PSD, será que se fizessem uma aliança com o PSD (e/ou também com o CDS) poderiam não estar em condições de captar os trabalhadores, e sobretudo os meios sindicais, para a política que pretendem desenvolver; se fizessem uma aliança com o PC não captariam o apoio de outros sectores, e afectariam a confiança do sector privado, do investimento, etc. Entende que isto é assim? Caso positivo, não havendo essa aliança formal, mas sendo a política seguida mais num certo sentido, será possível estabelecer o pacto social que se considera indispensável para a recuperação económica?

R. - Não está em causa a existência ou a celebração de uma aliança entre o PS e o nosso partido. Não é disso que se trata. O que se trata é de ter, simultaneamente com a concertação social que se deseja, uma concertação política. Isto é; sem a definição de políticas realistas, que sejam apoiadas por uma maioria democrática é muito difícil, se não impossível, a concertação social. E daí que me parece que os acordos deste tipo, que não alianças, contribuem para o êxito de uma política de concertação social.

Hoje, os sindicatos e os trabalhadores têm consciência de que a resolução dos problemas não depende tanto de ideologias ou de alianças, como da capacidade do Governo para responder às solicitações e aos desafios que enfrenta, mediante políticas claras aplicadas com eficácia. Se isso é conseguido ou favorecido por acordos deste tipo, será bem aceite pelos sindicatos, pelos trabalhadores e pelos portugueses em geral. Se o Governo, com determinadas alianças, ou sem alianças nenhuma, demonstrar impossibilidade de resposta, deficiência na execução e quebras na competência, não haverá alianças que lhe valham.

Um dos requisitos da democracia, hoje em dia, é também a competência. Um Governo que não tenha por si a regra da maioria, que não demonstre competência, poderá aguentar-se, mediante determinados compromissos, mediante certos adiamentos. Mas um Governo de compromissos acaba por ficar comprometido. Creio que a frontalidade, a honestidade de posições e de processos, e a clareza de atitudes, são as armas fundamentais de um Governo democrático.

#### **GOVERNO DE CONFIANÇA PRESIDENCIAL E NÃO DESCONFIANÇA PARLAMENTAR**



P. - O dr. Sá Carneiro costuma insistir muito nesse problema da regra da maioria. E eu pergunto-lhe o seguinte: parece que o Governo não pode subsistir sem ter uma maioria, o que pode é ser uma maioria que se vá formando com apoio ora de um lado, ora de outro. Se este Governo não é de maioria, então porque é que a maioria não muda o Governo dado que tem mecanismos democráticos para isso?

R. - Não há uma maioria estável a favor do Governo; esperemos que se forme. Não há uma maioria contra o Governo, que leve à sua substituição. Note, de resto, que no esquema constitucional em que vivemos o regime é predominantemente presidencialista especialmente, neste aspecto da formação e da manutenção do Governo.

Como sabe, são muito apertadas as condições fixadas na Constituição para derubar o Governo mediante uma moção de censura. Isso faz com que na sua constituição e na sua manutenção este Governo seja um Governo de confiança presidencial. Tal foi acentuado, na altura da sua formação, quando o Primeiro-Ministro não pediu um voto de confiança ao parlamento. Se o tivesse pedido, e o tivesse recebido, ter-se-ia acentuado o carácter parlamentar do Governo e desta primeira experiência do regime. Não o tendo feito o Governo repousa apenas na confiança presidencial e na não desconfiança do Parlamento.

Pronunciei-me nesse sentido e continuo a dizer que é necessária guia maioria democrática estável, até para um funcionamento eficaz dos órgãos de soberania. Quando tudo se negoceia, quando tudo se discute, as coisas andam lentamente, não funcionam com a rapidez e com a eficácia que a situação exige. O acordo de que falamos, outros que porventura surjam, o próprio debate acerca das medidas económicas e sobretudo o projecto nacional e histórico que não é de nenhum partido, que é do País, de adesão à Europa, podem contribuir decisivamente para a formação dessa maioria.

#### **O PAPEL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E AS POSIÇÕES DO PSD**

P. - O PSD, e especialmente o dr. Sá Carneiro, têm feito muitas referências ao Presidente da República como garante da democracia e reafirmando-lhe amiúde o seu apoio. E é posto um destaque, como acaba de fazer, que o Governo dependerá principalmente da confiança do chefe de Estado. Por outro lado, não há apelo (pelo menos indirecto), a uma maior intervenção do general Ramalho Eanes eventualmente no sentido até deformatar o tal Governo de competência a que o PSD alude com frequência. Assim: Não pode haver, por um lado, um certo perigo de até ao contrário das intenções do PSD, essas afirmações constantes de um apoio (em face de uma certa tradução) poderem dar a entender, "ao contrário", que alguma vez este apoio esteve em causa? Por outro, não pode fazer com que se crie uma imagem de uma relação demasiado directa entre o Governo e o Presidente da República? Finalmente não poderá haver o perigo de se dar a ideia de que o PSD se pretende um pouco valer do Presidente da República para que intervenha no sentido que o próprio partido considera mais conveniente?

R. - Não. É evidente que esses riscos se não verificam. Nós exprimimos com liberdade a nossa opinião, damos o nosso contributo, o Presidente da República decide segundo a sua opinião no uso dos seus poderes. Não pretendemos uma identifica-

ção do Presidente da República com o nosso partido, nem tão-pouco uma influência não democrática, nas decisões do Presidente. É evidente que nem ele o aceitaria nem nós o queríamos fazer.

P. - Também entendo que o não aceitaria. O sentido da pergunta não era esse...

R. - Mas os riscos que enumerou apontavam para isso. É por isso que afirmo que não se verificam esses riscos. O problema do Governo existe. Tem sido por nós equacionado, o Presidente da República no uso dos seus poderes, no desempenho das suas funções está atento a ele. Não vejo que haja nas posições que temos defendido possibilidades de afectar o Presidente. Pode haver especulações nesse sentido, houve-as até intensamente quando declaramos apoiar a candidatura do general Ramalho Eanes à Presidência da República tudo isso se revelou infundado.

Vamos continuar na mesma linha com a consciência plena que o Presidente da República só atende às razões válidas, aos argumentos revelantes, à correspondência das soluções propostas com as necessidades nacionais, estando, como está, acima dos partidos.

É verdade que o temos acentuado, que o Presidente da República é um eixo fundamental da democracia portuguesa. Assim sucede no nosso esquema da Constituição. Ele reúne a regra da maioria democrática - é o único órgão da soberania que foi eleito pela maioria democrática - está numa posição especial suprapartidária, mas o seu papel não implica de modo algum o desprestígio ou a minimização dos partidos políticos.

P. - É evidente que estou absolutamente de acordo em que o Presidente da República é o garante fundamental da democracia, quer pelo cargo, quer pela pessoa que ocupa. Mas o sentido das perguntas não era esse. Insisto: primeiro, o dr. Sá Carneiro não entende que a afirmação muito repetida do apoio do PSD ao Presidente da República, que é eleito por sufrágio universal, e tem essa legitimidade que muito bem referiu, se não pode ainda dar a ideia, ainda que contra a. vossa intenção, que alguma vez esse apoio esteve em causa?; Segundo, porque acentua tanto o facto de o Governo depender sobretudo do Presidente da República, quando é certo que depende também, ou antes de tudo, da Assembleia da República, e aí nunca foi apresentada nenhuma moção de censura ou desconfiança...

R. - Entendo de facto que a circunstância de se afirmar o apoio não pode ser interpretado "a contrário" como dando a entender que alguma vez ele esteve em causa. Isso não sucede, não sucedeu. O Presidente da República, como qualquer órgão de soberania, vai desenvolvendo a sua actividade no tempo, actividade que aos partidos compete criar, apoiar ou a ela se oporem. Ao reafirmar o nosso apoio ao Presidente da República, muito claramente significa que no exercício do seu mandato o Presidente da República tem procedido bem, que continua a merecer o apoio do partido.

P. - E quanto à questão de, segundo o PSD, o Governo viver sobretudo do apoio presidencial? E se o Governo vive desse apoio e o PSD apoia o PR não se deverá concluir também que apoia o Governo?

R. - O Governo depende do apoio do Presidente da República.

E nós apoiamos o Presidente da República, mas fazemos as críticas ao Governo com a consciência de que o Presidente da República está atento às circunstâncias. Não resulta desta nossa exposição, expressa designadamente na última reunião do Conselho Nacional, nem um reforço da posição do Governo, nem uma hipotética conclusão de eventual falta de apoio anterior ao Presidente da República. As posições têm sido muito claras e têm-se mantido numa linha uniforme.

#### **GOVERNO ESTÁ "A MELHORAR" NOS SECTORES CRITICÁVEIS**

P. - Um dos pontos muito acentuados pelo seu partido, de resto sobre os quais em abstraio toda a gente estará de acordo (pois as dificuldades surgem na prática) é a necessidade da competência e da eficácia do Governo, que nem sempre se verificará. A essa luz como vê as últimas declarações que o dr. Mário Soares me fez para "O Jornal", de que não haverá remodelação governamental, ao contrário do que se dizia?

R. - O problema da remodelação não nos diz respeito, como partido da oposição que somos. Criticámos frontalmente o Governo, em muitas ocasiões, pela incapacidade que estava a demonstrar. Estas medidas, ultimamente tomadas, e sem prejuízo da nossa posição final ser tomada na Assembleia da República, parecem revelar que o Governo está a melhorar a sua capacidade, a sua competência - e ainda bem. Pareceu-nos muito negativa a prova dada pelo Governo na altura da apresentação do Plano e do Orçamento, e por isso lutamos contra o Plano. Há, agora, sinais positivos: esperemos que eles se acentuem e que o Governo encontre finalmente um rumo claro para a sua política económica e desenvolva uma acção eficaz.

P. - Uma das questões que também pus ao dr. Mário Soares, e sobre a qual disse que não se previam alterações, pelo menos a curto prazo, foi a da própria estrutura do Governo. O PSD, também se tem referido a isso, nomeadamente, penso eu, defendendo um Governo mais reduzido e com outras características. Sobre isso qual a opinião do dr. Sá Carneiro?

R. - A minha opinião é de que este Governo é demasiado numeroso. Tenho defendido, além disso, que haveria necessidade dos membros do Governo se dedicarem em exclusivo às suas funções, não acumulando o exercício de cargos governativos com o exercício de cargos partidários. Mantenho essa opinião. Entendo que se poderia melhorar muito a estrutura do Governo num clima de austeridade, até num clima de melhor funcionalidade.

P. - Ainda sobre este aspecto da competência, gostava que o dr. Sá Carneiro me dissesse quais os sectores em que lhe parece que as coisas têm funcionado pior?

R. - Dos melhores críticos à política económica e financeira do Governo tem sido o ministro das Finanças nos seus discursos. Tem com verdade e com frontalidade, denunciado uma situação. É tem-se verificado que essa situação piorou desde a entrada em funções deste Governo. Eis um sector em que me parece que haveria muito a melhorar, embora, repito, estas medidas pareçam traduzir já uma melhoria. A nossa situação económica financeira é muito séria. O montante das nossas reservas de ouro a preços de mercado é, inferior à dívida externa do País.

Estas e outras medidas deviam, em meu entender, ter surgido logo no início das funções do Governo. Vêm tarde. Mas vale mais tarde do que nunca.

Outro sector em que me parece que haveria bastante a melhorar é o do Trabalho. Tem-se notado aí, por vezes, uma certa flutuação anunciou-se determinadas medidas que depois são alteradas, e, tudo isto num contexto em que a política sindical do próprio partido do Governo parece ter flutuações.

No campo da Comunicação Social, também tem havido deficiências graves que o nosso partido tem apontado. Aí, parece-me que, para além dos defeitos e dos erros cometidos pela Secretaria de Estado da Comunicação Social, havia necessidade de repensar a própria estrutura do Governo. Outros países democráticos não têm uma secretaria de Estado da Comunicação Social ou um ministério, e menos ainda uma pesadíssima máquina como a nossa, e que aumentou muito em número de funcionários, em extensão e até em verbas. Creio que é uma perspectiva errada essa de concentrar grandes funções num organismo do Estado de que dependem os órgãos de Informação. Parece-me que se devia acabar com a Secretaria de Estado da Comunicação Social e fazer depender os órgãos da comunicação social estatizados dum organismo não governamental. Daí a nossa sugestão, apresentada na Assembleia da República, para criação de um órgão no parlamento do qual ficariam dependentes os órgãos de comunicação estatizados.

Para além dos problemas de comunicação, em sentido estrito, há um problema de cultura que interessa resolver. Por isso me inclino para dar uma predominância aos aspectos culturais integrando no respectivo departamento a maior parte dos problemas e dos sectores hoje dependentes da Comunicação Social, e criando eventualmente uma Direcção-Geral da Informação, não mais.

#### **OS PROBLEMAS DA INFORMAÇÃO E OS "CASOS" DA RTP E DO "SÉCULO"**

P. - Há um certo consenso em que a Informação, depois do 25 de Abril, geralmente marchou bastante mal. Há muitos problemas e um dos mais graves tem sido exactamente a da partidarização dos órgãos de Informação. Entende que a forma de resolver este problema grave, que tem estado na base de tantos dos males da Informação pode ser atribuir essa competência a um órgão que exactamente assenta nos próprios partidos?

R. - Esse órgão parlamentar não seria composto apenas por representantes dos partidos, teria também representantes dos profissionais da Informação e do sector público. É um esquema difícil, mas que se poderia realizar.

Entendo que o problema da partidarização é um problema da Informação portuguesa, mas não é o único e agora talvez não seja o mais grave. Hoje parece-me haver uma tendência crescente para sobrepor a propaganda à Informação, para identificar informações com posições do Governo ou política de Governo. Isso é a negação da própria informação.

Esse risco é um risco constante quando haja uma máquina como a que existe na secretaria de Estado da Comunicação Social. Quando tudo depende do Governo, nos mais variados aspectos, o Governo tem tendência a impor a sua opinião, as

suas posições. A nossa função, ao organizar as coisas do ponto de vista democrático, é evitar ao Governo essas tentações.

P. - Nesse domínio vou-lhe fazer uma pergunta muito directa. Como é que o dr. Sá Carneiro compatibiliza a defesa que o seu partido faz da eficácia e da competência, e que evidentemente também se deverá verificar neste campo de Informação e das respectivas empresas, com a defesa que, em relação à Televisão, recentemente o PSD fez da posição do capitão Tomás Rosa, que além do mais a conseguiu pôr pior do que estava?

R. - Eu não sei se ela está pior do que estava, mas parece que não tem melhorado. Também não tenho nenhuns elementos que me levem a dizer que isso foi por acção do capitão Tomás Rosa e não doutras pessoas que lá trabalham. A posição que expressei, recentemente, foi a de que considero o capitão Tomás Rosa uma pessoa isenta do ponto de vista partidário...

P. - ...Embora ele tivesse declarado na entrevista à "Luta" que era social-democrata...

R. - Não vi a entrevista, mas isso não implica necessariamente a filiação num partido. Este foi o aspecto que eu frisei, o da isenção partidária que tem que ter quem quer que assuma um lugar destes.

P. - Portanto, não concorda com a solução agora adoptada, com a nomeação de um membro do secretariado do PS?

R. - Não, não concordo de modo algum.

P. - Bem, mas a minha outra pergunta anterior era sobre a competência.

R. - Quanto à competência ela tem que ser averiguada em função duma situação concreta. O que não me parece é que se possam fazer acusações de incompetência ou afastar pessoas por suposta incompetência quando não estão averiguados os factos. Como sabe, em relação à comunicação social sucedeu isso. No "Século" foram afastados um administrador e um director por simples decisão do Primeiro-Ministro e do secretário de Estado da Informação, e o Conselho de Imprensa veio a verberar esse procedimento. Quaisquer que sejam as pessoas, quaisquer que sejam os órgãos, têm que seguir-se os processos adequados à averiguação dos factos, e não basear-se em campanhas de imprensa, em meras suposições, ou em conveniências partidárias.

P. - Dentro ainda da Informação: o dr. Sá Carneiro referiu-se ao caso do "Século". Parece-lhe também que a forma de resolver os problemas da Informação será colocar à frente de jornais pessoas como o dr. Nandin de Carvalho, que pode ser estimável do ponto de vista jurídico ou político, mas que não tem nada a ver com a Informação, e é um membro mais ou menos destacado do PSD? Não será cair, ao contrário, nos vícios em que outros já caíram ao contrário?

R. - Há membros destacados doutros partidos à frente de jornais que até não tinham experiência... O que importa é analisar o problema em conjunto. Vamos adoptar soluções de conjunto e não atitudes que, para além de não terem base

legal, representam uma decisão meramente pessoal, meramente individual. O problema da Imprensa portuguesa tem de ser estudado, tem de ser resolvido, e a posição de jornais não pode estar à mercê de decisões como aquelas que têm sido tomadas. De resto, o próprio problema financeiro da Imprensa portuguesa tem sido isolado do problema financeiro geral. Porque é que se fala apenas dos destas empresas jornalísticas separando essa questão das empresas nacionalizadas em geral? Não podem confundir-se duas coisas distintas. Adoptando esse procedimento está a desfocar-se a questão e iludir o problema principal. Ou seja: por um lado, o problema económico que é o das empresas nacionalizadas deficitárias; por outro o da independência da Informação, da sua qualidade, da sua isenção.

P. - Das suas palavras poder-se-á concluir que no caso do "Século" o PSD, defendeu esta posição, porque também há pessoas doutros partidos que foram nomeados para dirigir jornais em situação semelhante, mas não defende como bom em geral, esse princípio?

R. - O PSD nunca reivindicou a propriedade do "Século", na direcção do "Século". Foi nomeado um militante seu para director do jornal nas circunstâncias conhecidas, foi afastado por uma decisão arbitrária. Foi contra isso que o partido reagiu. O sistema de os partidos indicarem administradores para os jornais foi seguido em determinada altura. Devo dizer-lhe que não me parece um bom esquema para resolver o problema da Imprensa portuguesa. Quero acrescentar que a nossa atitude não foi determinada por haver posições partidárias noutros jornais. Também não concordamos com isso. Foi motivada por uma decisão arbitrária e inaceitável.

### **2.33. Discurso na Assembleia da República - Publicado no "Povo Livre" - 23/3/1977**

"O PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA foi aqui legitimamente louvado pelos partidos de oposição e por membros do Governo por termos tomado esta iniciativa. Fizemo-la no uso de um direito regimental, fizemo-la por imperativo democrático, fizemo-la porque entendemos que esse era o nosso dever perante o povo português.

Tratava-se de analisar a nova política económica do Governo socialista.

Pela primeira vez ficou claro que aos erros passados - passados durante mais de cinquenta anos - se propôs um correctivo. Não podemos esquecer-nos de que, no após-guerra, o desenvolvimento industrial em Portugal foi feito à custa de baixíssimos salários e da prática de preços irrealistas.

(...)

Baixos preços foram assim conseguidos aliando uma opressão económica à opressão política."

"Com o 25 de Abril, procurou-se corrigir o modelo, mas introduziram-se-lhe novas distorções e agravaram-se desigualdades. A alta de preços atingiu todos, mas só alguns e poucos, viram os seus salários aumentados.

Os agricultores do norte e do centro do país, em especial, as populações rurais em geral, viram mesmo diminuídos os seus salários reais - e agravado, em relação ao período anterior, muitas vezes - o seu nível de vida. Todos aqueles que não tiveram e que não têm poder reivindicativo e os que não têm mesmo salário - os reformados, os pensionistas - esses, viram-se privados da melhoria de condições de vida e suportaram eles, mais do que quaisquer outros, a inflação, o agravamento do custo de vida, os erros e as novas distorções praticadas.

### **O GOVERNO É O ÚNICO RESPONSÁVEL PELA NOVA POLÍTICA ECONÓMICA**

Certos partidos criticam especialmente as medidas da nova política económica do Governo com que procuram corrigir-se algumas destas distorções. E criticam-nos porque as suas clientelas eleitorais e partidárias foram as principais beneficiadas com os aumentos salariais que introduziram novos privilegiados no nosso país e que agravaram as desigualdades".

(...)

Tratou-se de um debate em que o partido interpelante cumpriu o seu dever que era o de perguntar, de criticar, de definir a sua posição. Não nos competia a nós vir apresentar aqui uma alternativa, porque não viemos aqui para tentar derrubar o Governo. Também não viemos para lhe trazer apoio. Viemos, sim, para procurar esclarecer. E se do debate resultou como felizmente sucedeu - um certo consenso, podemos todos felicitar-nos sem que ninguém se possa ornar de triunfalismo. E sem que muito menos o Governo procure sair daqui, dizendo: "afinal não apresentaram uma alternativa, afinal nós somos a única alternativa".

Esperamos que esse período tenha passado, esperemos que tenha passado o período de o Governo se julgar a única alternativa. Esperemos que tenha passado o período de qualquer dos partidos da oposição se julgar, ele, por si só, uma alternativa. Porque, se esse período tiver passado, então teremos progredido seriamente no caminho da consolidação democrática.

A política económica aqui analisada é a do Governo. Não é a nossa política económica, a do Partido Social Democrata, nem a política económica da oposição. Foi o Governo que a concebeu, formulou, e é o Governo o único responsável pela sua execução."

### **VIVEMOS NUMA CRISE ECONÓMICA GENERALIZADA**

"Estamos numa situação extremamente grave do ponto de vista económico e financeiro. Mais grave do que aquela que se verificava em 9 de Setembro de 1976 e que levou-o Sr. Primeiro Ministro a dizer que, se não se tomassem medidas rápidas para resolver a crise, se aproximava o colapso económico e colapso a curto prazo."

(...)

"Não vou repetir aquilo que o Sr. Ministro das Finanças hoje nos forneceu, mas vale a pena recordar que, contra o optimismo de alguns, a nossa situação como

país é a de só a dívida externa portuguesa ser superior ao montante das nossas reservas de ouro calculadas a preço de mercado."

(...)

"Mais de 130 milhões de contos, pois, de dívida externa.

Reservas de divisas esgotadas. Reservas de ouro, a preço de mercado, de 90 milhões de contos. Situação extremamente grave se pensarmos também que o défice da balança cambial continua a ser superior a 100 000 contos diários."

(...)

#### **NÃO HÁ QUE ESCOLHER ENTRE DOIS MODELOS**

"Trata-se de uma crise económica generalizada, dir-se-á, aos países do ocidente. E é verdade. Já não é o processo de contraposição que aqui se quis fazer das economias ocidentais às economias dos países do leste. As economias dos países do leste, dos países comunistas, estão em crise grave também."

(...)

"Mais significativo é o elemento resultante do negativo da balança dos países do COMECON, ou seja, dos países comunistas, com os países ocidentais: se considerarmos seis dos países ocidentais mais desenvolvidos, vemos que o saldo negativo da balança comercial dos países do COMECON com esses países ocidentais triplicou de 1975 para 1976 e que atingiu em 1976 a verba de 280 milhões de contos de saldo negativo."

(...)

"Não se trata, assim, de escolher entre dois modelos económicos. Trata-se de desenvolver o nosso próprio modelo económico: O modelo económico constante da Constituição e por ela definido."

"Também se recordou e não pode ser esquecido que estamos hoje a pagar os erros, os desvarios e os desvios do gonalvismo e do período revolucionário que, a revolução democrática quis substituir uma revolução imposta, e revolução para um certo socialismo que não era aquele que depois foi perfilhado em votação livre pelos portugueses.

Estamos a pagar esses desvios e não se julgue que nos países de leste, a que aludi também não há austeridade e que ela não é até imposta por forma mais violenta."

"Acontecimentos recentes demonstram que (...) esses países não tiveram e não têm apenas a austeridade, têm a austeridade acrescida de repressão e de repressão muitas vezes violenta."

#### **SIM... MAS, SIM... SE**

"A nossa posição como partido foi aqui expressa no início deste debate: às medidas de austeridade, das restrições, de recuperação económica do Governo, nós



dizemos sim... mas... dizemos sim..., se... Concluído o debate nada temos a retirar nem ao sim nem ao mas, nem ao se.

O "mas" foi condicionado à eficácia desta política. Apontámos lacunas, formulámos interrogações, algumas sugestões fizemos Parte das nossas interrogações ficou por responder."

(...)

"Apresentámos também as nossas sugestões especialmente pela reivindicação de um conjunto de medidas sociais positivas que levassem a corrigir as injustiças derivadas das medidas restritivas e de austeridade."

(...)

"Sim..., mas..., pois..., sim..., se..., se as medidas de austeridade se incluírem numa política de relançamento, de desenvolvimento, de progresso e de justiça social.

Só assim se compreende transitoriamente uma política de restrição, de austeridade e de sacrifícios.

Para que haja desenvolvimento e progresso é necessário a definição de uma política agrícola e industrial. Entendemos que a definição destas políticas deve ser feita num quadro mais amplo, de adesão de Portugal à Europa. Este foi também um tema que andou associado à discussão da política económica do Governo e ouvimos aqui pedir um referendo sobre a Europa. Defendemos, como partido a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia e apoiamos a política do Governo socialista nos seus esforços e nas suas acções para obter o mais rapidamente possível e nas melhores condições esta adesão.

Se amanhã houver dúvidas significativas quanto a esta política, justificar-se-á o referendo. Se esta política de adesão à Europa continuar a ser perfilhada e apoiada por partidos que representam mais de 60% do eleitorado português não se vê a necessidade de um tal referendo.

Creemos que o sentido deste debate se traduz também num apoio à política europeia, e que ultrapasse ainda o seu sentido económico."

#### **O ISOLAMENTO DO PCP E DA UDP FACE À MAIORIA DEMOCRÁTICA**

"Ficou claro nesta Assembleia que, para além das divergências naturais entre adversários políticos, que não inimigos, visto que em política só há inimigos relativamente aqueles que o são da liberdade e da democracia, foi possível um consenso, foi possível o esboço de uma maioria democrática. Salientaram-se pelas suas posições e fizeram-no isolando-se, a UDP e o PCP. Isolando-se em relação a uma recuperação económica racional, equilibrada e progressiva.

Rejeitamos como aqui ficou claro a alternativa entre um certo socialismo, o socialismo do PCP, e a ditadura fascista. Não é essa a alternativa que os portugueses enfrentam, mas, sim, a do descalabro económico e do colapso e a do desen-

volvimento progressivo, equilibrado e racional. Essa é que é a verdadeira alternativa.

E em face dela, ficou clara a existência de uma maioria democrática pelo desenvolvimento, pela justiça social, pelo progresso económico.

Não há que falar aqui em recuperação económica como recuperação capitalista, visto que a primeira há-de ser a recuperação dos três sectores previstos na Constituição: o sector público, o sector privado e o sector cooperativo, não podendo ver-se numa recuperação generalizada aquilo que se queria chamar de recuperação capitalista."

#### **A AUSTERIDADE PÚBLICA IMPÕE-SE**

"Há pois um sentido profundo neste debate, mas há também uma importante deficiência a salientar; (...) É que ainda não está suficientemente concebida, formulada e em execução uma política de austeridade pública e enquanto isto acontecer o conjunto destas medidas estará incompleto.

O Governo tem agora uma responsabilidade muito maior, responsabilidade essa de ter visto, no essencial, um consenso formado à volta das bases dos pressupostos e dos objectivos da sua política económica. Uma responsabilidade acrescida também, na medida em que se exigiu e exige que rapidamente ponha em prática uma política de austeridade pública."

#### **HÁ QUE FAZER PROGRESSOS NA CONCERTAÇÃO REGIONAL, SOCIAL E POLÍTICA**

"É indispensável que faça também progressos no campo da concertação. Da concertação entre o todo nacional e as regiões. Fala-se muito pouco disso, mas é muito importante que o Governo saiba pôr de acordo, por um lado as regiões, as autarquias, o poder local, os interesses da colectividade, com o interesse nacional, tanto a respeito de sacrifícios como de progresso e relativamente à definição de uma política positiva.

Isto tem sido feito pouco, é preciso que se faça mais e cabe salientá-lo em matéria de política económica porque não haverá verdadeira política económica nem uma autêntica concertação nacional enquanto se não derem passos significativos para a institucionalização das regiões e para a existência de um autêntico poder local.

É indispensável também concertação social. Conhece-se as dificuldades nesta matéria, que foram aqui salientadas assim como as instrumentalizações de que muitos sindicatos ainda hoje são vítimas por parte de certas forças políticas."

(...)

"A Europa construiu-se com o apoio dos sindicatos, das forças sociais, económicas e políticas. O projecto europeu que Portugal neste momento perfilha como um projecto histórico nacional e supra-partidário terá também de ser desenvolvido com o apoio das forças políticas.

Por último, é necessário a concretização política. Principalmente um Governo como o socialista, que é um governo minoritário necessita sem dúvida, de obter a concertação política."

(...)

"Que a concertação geral - regional, social e política - nos dê a garantia de que, unidos, no essencial, os portugueses, representados legitimamente pelos partidos democráticos, possam encontrar um rumo definido para a política económica e social, e para o futuro deste nosso país. Espero que, unidos no essencial, possam, como nós fazemos, reafirmar a sua fé na democracia, a nossa esperança num futuro de justiça e de progresso, apesar da austeridade, dos sacrifícios e das restrições que ao povo português são pedidos, que estou certo, os aceitará, desde que acompanhados de uma austeridade pública, desde que compreendidos nos seus desígnios, desde que justos na sua repartição."

Sr. Carlos Brito (PCP):

O Sr. Deputado Sá Carneiro disse,, e está no direito de o afirmar, que a alternativa não é entre o fascismo e um certo socialismo, que no seu entender, é aquele que nós defendemos. Gostaria de lhe pôr uma questão, tanto mais que é uma questão controversa na Assembleia e controversa com o seu próprio partido. Entende o Sr. Deputado Sá Carneiro que o fascismo constitui um perigo?

Sr. Sá Carneiro (PSD):

Perguntou pois o Sr. Deputado Carlos Brito se eu considerava que o fascismo é um perigo e uma ameaça. E eu digo-lhe que considero que uma ditadura de direita é um perigo e uma ameaça. Nessa medida, é um perigo e uma ameaça o fascismo, não tanto porque existam forças de direita organizadas e com apoio social neste país, mas porque as políticas seguidas por certas forças ditas de esquerda, designadamente pelo seu partido, estão a provocar e a agravar o caos que pode conduzir directamente a uma ditadura de direita.

## **2.34. Mensagem de Sá Carneiro - "Povo Livre" - 4/5/1977**

Meus amigos

Ausente embora não quis deixar de saudar calorosamente e de viva voz os sociais democratas presentes e em especial os trabalhadores e sindicalistas, que se empenham na linha sindical reformista e por ela têm lutado com tanto êxito.

Une-nos não uma visão ou uma dependência partidárias mas sim a ideologia social democrata, inspiradora do sindicalismo reformista e plenamente respeitadora da independência dos sindicatos.

As vitórias sindicais sociais democratas significam também, por isso, passos decisivos para o triunfo de um sindicalismo livre e independente em Portugal. Há que intensificar a sua construção. Impõem-no os princípios democráticos e o próprio

respeito pelos direitos do homem. Exige-o também a gravidade da presente situação portuguesa. Vamos sofrendo cada vez mais agudamente as consequências da demagogia, da incompetência, do oportunismo e do sectarismo que ensombraram o 25 de Abril.

A denúncia firme e clara dessa situação inaceitável foi feita pelo Presidente da República perante o Parlamento, ou seu último discurso. O que vai seguir-se a esse severo julgamento dos responsáveis, que é simultaneamente um apelo a todos nós? Não nos compete aguardar apenas as acções que o Presidente da República anunciou. Pela nossa parte temos demonstrado que sabemos pôr a nossa militância, a nossa competência, o nosso entusiasmo, não apenas ao serviço de um partido, de uma ideologia ou de uma classe, mas ao serviço de todo o país e de todo o nosso povo. Assim continuaremos a lutar e a exigir. A lutar por sindicalistas livres, pelo respeito pelos direitos dos trabalhadores e pela melhoria das suas condições de vida, pelo desenvolvimento integral das pessoas e das terras, dentro da ordem democrática. A exigir que se ponha termo ao império da incompetência, aos compadrios partidários, às manipulações da opinião pública, às campanhas de prestígio de alguns pagas com o dinheiro de todos, e sobretudo à deterioração da vida económica, da vida social e da vida cultural, que constituem o pano de fundo dos nossos males, e que são o mal essencial da nossa vida colectiva. Lutar e exigir com responsabilidade, competência e sentido democrático, são imperativos que justificam o nosso empenho e que explicam o êxito da Social Democracia, o vosso êxito, em especial o dos trabalhadores social democratas.

Sem optimismo mas com confiança. Essa é a mobilização que nos é pedida, esse é o esforço que despenderemos com a generosidade que sempre emprestámos aos nossos actos, certos de que com ele contribuimos para o progresso do nosso país e do nosso povo.

## **2.35. Discurso em Viseu - 18/5/1977**

Militantes do PSD,

Jovens da JSD,

Povo de Viseu,

Simpatizantes sociais democratas.

1. Apesar do mau tempo meteorológico, apesar do mau tempo político, que quiseram intencionalmente provocar nos Açores, estamos aqui reunidos para celebrar o 3.º aniversário da Social Democracia portuguesa.

Para além da homenagem que as palavras de Magalhães Mota constituíram à militância dos sociais democratas portugueses, estamos aqui para festejar a lição de coerência que são estes três anos de vida do nosso Partido.

Podemos, mais que todos os outros, gabar-nos de uma inteira fidelidade ao nosso Programa social democrata; podemos também gabar-nos de ter combatido, sem alardes mas com firmeza, as tentativas totalitárias que quiseram arrastar este

país para a ditadura comunista, que deu e ainda dá pelo nome de "gonçalvista". Dessa firmeza e dessa coerência, legitimamente, nos orgulhamos.

2. Temos que dizer claramente que não há nem pode haver democracia de partidos únicos, e que o primeiro na luta contra a ameaça comunista foi o Povo Português, e não qualquer partido.

Mas se as lutas políticas e as divergências partidárias são o próprio dinamismo da democracia, não podemos esquecer que, nas alturas de crise nacional, os partidos e os seus militantes têm que sobrepor às divergências partidárias a convergência democrática, pois é a salvação nacional que o impõe.

Convergência democrática e nacional, dizia. Há mais de seis meses que vimos afirmando que Portugal só sairá do plano inclinado para que o têm arrastado o partidarismo e o oportunismo quando houver um acordo fundamental entre os partidos democráticos

Foi por isso com agrado que vimos estas teses acolhidas no discurso que o Presidente da República pronunciou na Assembleia, em 25 de Abril.

Mas a convergência democrática não se confunde nem com a "maioria presidencial", nem com convergências pontuais, nem com a chamada "maioria constitucional".

Não se confunde com a "maioria presidencial", não porque esta não exista, mas porque só Ramalho Eanes a pode invocar.

Se o Presidente da República, na altura em que entender, fizer um apelo à maioria presidencial, ao apoio dos três partidos democráticos que apoiaram a sua candidatura, pode contar com o nosso apoio a uma política de salvação nacional. Mas essa altura ainda não chegou, porque o Presidente da República ainda não fez apelo à "maioria presidencial".

3. Entretanto, as convergências pontuais ao sabor das conveniências do Governo não substituem a maioria presidencial. O Governo é minoritário e pauta a sua política pelos interesses de um partido e não pelos interesses de um país.

O Governo sabe que continua a contar com a nossa oposição democrática, com as nossas críticas que cada vez mais se justificam, sobretudo em três sectores que mais as merecem; a Informação, os Negócios Estrangeiros e à Administração Interna.

Na Informação, vemos uma Televisão partidarizada, uma Radiodifusão sectária, uma Imprensa estatizada, em Lisboa, partidária; estes órgãos não fazem informação, mas sim propaganda do Governo e do partido do Governo.

Em democracia, nem se justifica a existência de uma Secretaria de Estado da Comunicação Social quando muito, deveria existir uma Direcção-Geral necessária, incluída na Secretaria de Estado da Cultura.

Quanto à política do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ela tem sido uma atitude de abdicação em relação aos governos marxistas-leninistas de Angola e

Moçambique. Deixam-se na desprotecção total os portugueses que ainda lá se encontram, assistindo-se ao seu regresso maciço para Portugal.

E qual a reacção do nosso Governo? Dizer no estrangeiro que tudo está bem e que as relações entre os governos de Samora e de Neto com Portugal são amistosas.

Neste sector, como na Informação e na Administração Interna, devia prevalecer, acima de tudo, o interesse nacional. Mas não é o que está acontecer.

Em relação à Administração Interna, devia haver apoio aos órgãos da administração local agora eleitos democraticamente. Mas o que vemos? Vemos o seu estrangulamento. Vemos governadores civis nomeados partidariamente praticar uma política sectária e subordinar o poder local às decisões do Terreiro do Paço.

Não queremos viver na órbita governamental nem queremos favores do Governo. Estamos abertos à convergência democrática com o PS e o CDS, mas somos, oposição ao Governo. Por isso rejeitamos a convergência pontual, quando ela sirva os interesses do Governo e não os do país, mas apoiamos todas as iniciativas sectoriais que visem a reconstrução nacional.

4. Rejeitamos também a "maioria constitucional". É um eufemismo lançado pelo PCP para tentar estar presente em qualquer Governo.

Não nos preocupa, a nós, estarmos ou não presentes no Governo. O que diremos é que tenha ou não o PCP roupagens democráticas ou eurocomunistas, nós não estaremos com ele no Governo.

Curiosamente, o único partido com que o PS se manifestou disposto a coligar-se foi o PCP, desde que fosse eurocomunista. Esteja está a sê-lo, com a fantasia que veste. Mas, mesmo assim, dizemos não ao PCP no Governo.

5. Os três anos passados dão-nos uma grande força, uma grande certeza, que nos vem da força dos nossos militantes.

Preocupa-nos, contudo, um incidente forjado por forças ainda obscuras, que tentam lançar o nosso partido contra o Presidente da República.

Vou daqui para Belém, pois o PSD e o Governo Regional dos Açores não estão dispostos a pagar os erros ou a colher as intrigas que nos querem lançar contra o Presidente da República.

É indispensável esclarecer este incidente e esclarecer qual o papel que nele têm o Governo Central, o Ministro da República e a Câmara Municipal de Ponta Delgada, pois foi um vereador do PS que propôs o hastear de bandeiras regionais.

O Ministro da República dos Açores não pode abstrair-se da responsabilidade política que tem neste caso.

Que se substituam os responsáveis, mas que não se procure substituir, por este modo, o nosso Governo, nem retirar ao Presidente da República o apoio que ele tem do PSD.

Temos confiança no Presidente da República, mas queremos o esclarecimento total dos factos que ocorreram esta madrugada em Ponta Delgada.

Que se substituam as pessoas que não têm sabido arcar com as suas responsabilidades - doa a quem doer!

6. Como Partido, recebemos em Leiria o mandato para continuar a linha programática aí confirmada: que o PSD seja o partido de todos os sociais democratas portugueses.

Atravessámos períodos críticos, ataques de fora e dissidências com a mesma força e o mesmo empenho com que participámos na história portuguesa destes três anos.

Fiéis ao nosso programa, resistiremos a quaisquer intrigas quaisquer intuitos de fusão, proclamando: uma só via, social democracia!

Rendemos a nossa homenagem à actuação dos nossos militantes, procurando responder à confiança dos nossos simpatizantes e eleitores.

## **2.36. Discurso na Assembleia da República - 18/5/1977**

Senhor Presidente

Senhores Deputados:

Desde domingo passado que o país tomou conhecimento, primeiro através duma nota oficiosa da Presidência da República, depois através de várias tomadas de posição, dos incidentes ocorridos nos Açores.

Tiveram lugar a propósito da presença duma bandeira, durante as festas religiosas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, que é a maior festa açoriana.

Não houve ainda um relato circunstanciado dos factos. Tomaram posições o Presidente da República, o Governo Regional e os diferentes partidos. O Governo da República não tomou, nem por si, nem pelo Ministro da República, qualquer posição.

Seguiram-se incidentes lamentáveis e condenáveis na madrugada de domingo para segunda-feira.

Felizmente, a situação está calma, não há a lamentar maior violência, nem ocorrências mais graves, sobretudo pela calma e pela disciplina que o povo de S. Miguel deu mostras e à serenidade do Governo Regional.

Quis ver-se no comunicado do Presidente da República uma censura ao Governo Regional.

O comunicado da Presidência fala na inacção do Governo Regional. Ora o Governo Regional, posto perante os factos, entendeu que em face do ambiente, dadas as festas que estavam a decorrer, seria preferível que o apear da Bandeira tivesse

lugar após a realização daquelas, e por iniciativa e actuação da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Assim não foi entendido e teve lugar uma operação militar que, na madrugada de sábado para domingo, procedeu ao apeamento da bandeira de autonomia - que é também usada por movimentos separatistas - e da bandeira nacional.

O Governo Regional por um lado não tinha poderes militares para determinar a actuação das Forças Armadas e em segundo lugar nunca poderia tomar a iniciativa e executá-la de mandar apear a bandeira nacional.

Estes incidentes foram apresentados como de extrema gravidade.

E, ouvimos aqui o deputado Jaime Gama, do PS, fazer uma proposta, antecedida de alguns considerandos colocados quase sob a forma de um ultimato ao PSD.

O PSD rejeita a visão separatista destes incidentes, que foi trazida a esta casa pelo deputado Jaime Gama porque eles têm que ser vistos no todo nacional. Só quem não entenda os Açores como fazendo parte do todo nacional, com a sua autonomia política administrativa, financeira consagrada na Constituição, pode querer esquecer a situação do todo português e deter-se apenas na situação dos Açores.

O PSD condena e condenou todo o separatismo, proveniente de certas forças que directa e indirectamente fomentam o separatismo do continente em relação aos arquipélagos, como de todas as forças que fomentam o do arquipélago em relação ao continente. Mas tão separatistas são uns como são outros.

O Governo Regional condenou o separatismo; a Assembleia Regional condenou o separatismo, o senhor deputado Jaime Gama deve saber que a moção aprovada na Assembleia Regional, na sua primeira reunião, contém a adesão expressa à autonomia constitucional e a condenação expressa do separatismo e foi feita por iniciativa do PSD e corresponde a idêntica tomada de posição do Governo Regional.

A situação nacional é no seu todo bem mais grave do que a situação açoriana, e ele explica muitos dos fenómenos separatistas sem os justificar. Quando o todo nacional no seu presente e em atenção à sua História se vê abalado nos seus alcances ao ponto de o Primeiro-Ministro actual falar de uma crise de identidade nacional, não se espantem as pessoas se há movimentos que mercê da força centrífuga dessa crise de identidade nacional procurem o separatismo, procurem "salve-se quem puder".

Agora essa realidade facilmente explicável não pode nem é justificado, nem justificável, nem pelo nosso Partido nem por qualquer Partido democrático o ter de ser combatida por meios políticos, tem de ser combatida pela resolução da crise nacional em que nos encontramos mergulhados.

Agora que se desiludam os que julgam que tendo o monopólio do poder ao nível do Governo da República podem impor a política aos outros partidos.



A declaração do deputado Jaime Gama que aqui ouvimos não é mais do que uma tentativa para dizer ao PSD como deve proceder, como não é mais uma tentativa para dizer ao PSD como deve organizar as viagens do seu Presidente aos Açores.

Preocupe-se o partido do Governo com os problemas do Governo, que são bastante grandes e não queira apesar de já dominar muito na vida nacional, impor ou ditar a vida aos outros Partidos porque encontrará sempre a resposta adequada.

E a resposta adequada para a crise nacional, é como há muito vimos dizendo:

- o entendimento fundamental entre partidos democráticos
- a obtenção de uma maioria estável democrática
- o processamento de todas as iniciativas para que se estabeleça a convergência democrática.

E nós, precisamente, porque não somos separatistas, não propomos nem aceitamos uma plataforma para os Açores, quando se recusa uma plataforma nacional; propomos e apoiamos uma plataforma nacional, da qual os Açores, porque não somos separatistas, nem nunca fomos, farão parte.

Vir pregar uma plataforma açoriana, quando se recusa uma plataforma nacional; vir pregar uma convergência entre partidos democráticos açorianos quando se recusam as iniciativas para uma convergência de partidos democráticos nacionais, isso sim, é, parece-nos, uma visão separatista, incompatível com uma verdadeira concepção constitucional.

A nossa resposta está pois dada. Estava-o antecipadamente.

O PSD promove, aceita e estudará todas as iniciativas para que seja possível um acordo fundamental entre os partidos democráticos acerca da política nacional a seguir nos próximos anos. Recusará qualquer seccionamento dessa perspectiva, seja em relação aos Açores, à Madeira ou ao Alentejo.

O PSD tem da situação nacional uma visão menos optimista do que aquela que muitas vezes transparece de certas declarações políticas e tem o sentido de proporção quando se trata de problemas locais. Os mesmo sentido de proporção que levou o primeiro-ministro, depois de há tempos ter feito um apelo para combater o separatismo, ter dito ontem que o separatismo nos Açores é um fenómeno ultra-minoritário, que constituía um fenómeno de somenos importância, praticamente limitado à ilha de S. Miguel.

E não foi por se não ter querido o diálogo ou uma participação numa suposta frente anti-separatista que estes incidentes se verificaram.

Foi, sim, pela circunstância de, aí mesmo, não se terem assumido as devidas responsabilidades. O Presidente da República assumiu frontalmente a situação, assumiu a responsabilidade duma resolução. O mesmo fez o Governo Regional.

O Governo Regional não dispõe do comando das várias instituições necessárias à prevenção e repressão criminal. Isso depende em grande parte dos chefes mili-

tares e depende do Governo da República. E não vimos, repito aqui, qualquer acção do Governo da República ou do ministro da República nos Açores. E mais uma vez, precisamente por uma certa inibição, para usar do termo do editorial de um director socialista, mais uma vez, em virtude dessa inibição dessa inacção, o Presidente da República se viu obrigado a assumir uma responsabilidade, que em bom rigor competia ao Governo da República.

O Presidente da República merece e tem o apoio do PSD e, nem por ter havido num comunicado do Secretariado Regional do PSD dos Açores uma frase menos feliz, isso modifica a posição do nosso Partido em relação ao Presidente da República.

O que não podemos de modo algum aceitar é que se queira transformar um incidente - que foi inicialmente uma tempestade num copo de água que teve depois repercussões de violência condenáveis na noite de domingo para segunda, que se queira transformar esse incidente num pretexto para por meios mais ou menos melífluos, tentar o derrube do Governo Regional dos Açores.

O Governo Regional dos Açores responde politicamente nos termos da Constituição, perante a Assembleia Regional. A intervenção do senhor deputado Jaime Gama e a sugestão que faz, quase de novo Governo esbarram com esta disposição. Esbarram, sobretudo, com a impossibilidade que é a de procurar trazer para aqui a responsabilização do Governo Regional, talvez porque se não sabe, ou se não pode actuar devidamente no quadro da Assembleia Regional.

É ali que os partidos que não estão no Governo Regional devem criticar, devem, se entenderem necessário, apresentar uma moção de desconfiança em relação ao Governo Regional. Que não se procure confundir as coisas, que se respeite a Constituição até ao fim.

Violência, agressões, assaltos - todos os lamentamos. Mas não os lamentamos, mais uma vez, separatisticamente, pensando só nos que ocorrem nos Açores. Eles são bem pouco se os compararmos com os que ocorrem no território continental.

E de quem é a responsabilidade no território nacional, em todo o território nacional, e em vastos sectores, senão do Governo da República?

Ora, ainda hoje vimos na Imprensa declarações recentes de um ministro do Governo da República acerca da criminalidade, que são desmentidas pelos lamentáveis factos diários. Hoje mesmo, nos jornais vimos noticiado mais um gravíssimo assalto.

Concluo a minha intervenção:

O PSD assumirá sempre e frontalmente as suas responsabilidades mas não permitirá de modo algum quaisquer manobras que procurem atirá-lo contra o Presidente da República ou fazer ver que o Presidente da República está contra ele. Nem permitirá que se não cumpra a Constituição e que se procure derrubar o Governo Regional por meios índios, por campanhas de Imprensa.

O Governo Regional dos Açores tem e continua a ter a confiança do PSD, e saberá dominar a situação como tem sabido até aqui.

Oxalá o Governo da República tivesse um tão grande apoio social, um tão grande apoio político, como tem o Governo Regional dos Açores.

### **2.37. Entrevista ao "Tempo" - 19/5/1977**

"TEMPO" - Passado este debate, na Assembleia da República, sobre o caso dos recentes acontecimentos nos Açores, pouco mais restará, de facto, para esclarecer. No entanto, pretendia ainda que o sr. dr. do caso me fizesse uma breve síntese, se possível voltada para a especificação da intencionalidade que já declarou atribuirão respectivo aproveitamento, à especulação que considera ter provocado.

SÁ CARNEIRO - Para além de tudo aquilo que eu já disse, creio que estes acontecimentos e sobretudo a exploração que deles se fez teriam como resultado, se não tivessem sido imediatamente combatidos e esclarecidas as posições, um enfraquecimento da posição do Presidente da República, do Governo Regional e da própria possibilidade de entendimento entre os partidos democráticos.

Foi muito claro, por aquilo que certa imprensa divulgou a propósito e até mais no decorrer desta sessão, que se procurou avolumar um conflito, numa situação em que o Presidente da República tomou uma atitude. Para quem, como eu e como o nosso partido, entende que a saída da situação de crise em agravamento impõe uma cooperação entre os partidos democráticos, sob a égide do Presidente da República, torna-se inevitável concluir que qualquer conflito entre o Presidente da República e um partido democrático iria enfraquecer as possibilidades de uma alternativa democrática ao actual Governo, de uma plataforma de maioria estável; enfim, iria impedir o encontro de uma solução política para saída da crise do país. E neste caso beneficiariam, imediatamente talvez, os que entendem que não há alternativa. Além de que a prazo beneficiariam todos aqueles que jogam no falhanço da democracia portuguesa.

Daí a gravidade da situação criada, que não dos incidentes em si mesmos. E daí as minhas diligências com o Presidente da República as quais foram, com excepção da reunião da manhã de domingo da minha própria iniciativa.

O Governo Regional, por sua vez desempenhou-se cabalmente da sua missão, procurando e conseguindo garantir a serenidade ordem e a segurança. E contribuiu, decisivamente, para que não se gerasse um conflito de maiores proporções.

Entretanto, pelo que eu aqui vi hoje pela declaração política do deputado Jaime Gama, concluo que continua, por parte do Partido Socialista, a não haver um entendimento da situação nacional coincidente com aquele que também aqui foi expresso, no passado dia 25 de Abril, pelo Presidente da República e que é coincidente com as tomadas de posição do nosso partido.

Apesar disso, acredito ainda e espero que venha a ser possível concretizar os passos necessários para a formulação de uma convergência democrática e de um acordo fundamental entre os partidos democráticos.

**"O GOVERNO DOS AÇORES NUNCA TRANSIGIRÁ EM QUE, NAS NEGOCIAÇÕES SOBRE A BASE DAS LAJES, OS INTERESSES DAS REGIÕES AUTÓNOMAS SEJAM MENOSPREZADOS"**

"T" - Mas o que hoje aqui lhe foi feito concretamente foi uma proposta de substituição do Governo Regional dos Açores...

S.C. - Eu creio, de facto, tal como acabei por dizer, no hemiciclo, ao deputado Jaime Gama, que o que ele quis, afinal, foi tentar derrubar o Governo dos Açores...

"T" - A ser assim, deveria tal objectivo ter uma explicação, na conjuntura política nacional...

S.C. - Pois, sem dúvida que o Governo social-democrata dos Açores é um Governo que, em certos aspectos, pode ser incómodo para quem quer ter o monopólio da vida política nacional, como é o caso do Partido Socialista. Por exemplo, o Governo dos Açores nunca transigirá em que, nas negociações sobre as bases das Lajes, os interesses da Região Autónoma sejam menosprezados...

E tendo-se desempenhado como tem, cabalmente da sua função, jamais poderia ser substituído por uma manobra deste estilo. Foi uma proposição velada que imediatamente rejeitei e que não tem qualquer fundamento, mas que pode justificar muita coisa.

NOS EUA: "AS PESSOAS FICAVAM ADMIRADAS COM A DESCRIÇÃO DA NOSSA SITUAÇÃO ECONÓMICA QUE EU LHE FIZ"

"T" - Mudando já completamente de assunto, aproveito a oportunidade para lhe pedir que faça uma resumida avaliação da sua recente deslocação aos Estados Unidos.

S.C. - A viagem decorreu como estava previsto. Particpei no seminário em Nova Iorque e nas conferências em Detroit, Minneapolis e Chicago. Foi uma útil troca de impressões e pude verificar que a situação portuguesa é dada como resolvida..., pois as pessoas ficavam admiradas com a descrição da nossa situação económica que eu lhes fiz, baseada, note-se, nos números oficiais, nos que eu conheço. Diziam-me então que julgavam que a estabilidade da democracia portuguesa estava garantida e que os nossos problemas económicos eram os problemas comuns a toda a Europa...

Quando, afinal, não é assim. E ouvi hoje aqui um ministro falar com algum optimismo da situação económico-financeira, quando me parece perfeitamente injustificado e irrealista esse optimismo. O défice cambial diário, nos primeiros 130 dias deste ano continua a ser superior a 100 mil contos. Neste momento o saldo negativo da balança cambial é superior a 14 milhões de contos, o que prova que a crise vai realmente em ascensão e não está em contenção. Para além de todos os

outros dados que referi, numa entrevista ao "Portuguese Times" - entrevista que aqui foi parcialmente transcrita e razoavelmente deturpada. E todos estes dados foram lá debatidos, esclarecidos, em auditórios altamente interessados, nos quais participavam professores universitários, jornalistas, outros especialistas de política e de assuntos europeus, além de homens de negócios.

**"CONVERGÊNCIA DEMOCRÁTICA PARA UMA MAIORIA DEMOCRÁTICA ESTÁVEL"**

"T" - Já deve ter tido conhecimento, entretanto, que em Portugal se especulou com uma afirmação que o sr. dr. teria por lá feito e segundo a qual preconizava, agora, um Governo apartidário para resolver a crise dopais. A ser exacto, parece-me que entrou em contradição com as posições antes mantidas a esse respeito...

S.C. - Não sei se foi alguma agência noticiosa que difundiu essa qualificação totalmente errada, assim como a transcrição truncada de diversas declarações minhas. Porque as minhas declarações, todas as declarações que fiz nos Estados Unidos, são as que estão reproduzidas com fidelidade no "Portuguese Times".

Defendi, como tenho defendido, a alternativa de um Governo com as pessoas mais competentes dos diversos partidos, que tivesse a confiança do Presidente da República e que fosse apoiado pelos três maiores partidos democráticos. Não se trata, portanto, de qualquer Governo apartidário.

"T" - Por outro lado, no seu discurso das comemorações do aniversário do partido, o sr. dr. rejeitou, se bem entendi, soluções com fórmulas governativas equivalentes à maioria presidencial como à maioria constitucional como rejeitou ainda à via das convergências pontuais. Foi assim?

S.C. - Foi assim. Nesse discurso, tive oportunidade de dizer que a maioria presidencial só o Presidente da República a pode invocar. E ainda não a invocou. A maioria constitucional é invocada pelo Partido Comunista, mas não corresponde, por isso, à maioria democrática; ou seja, porque continuo a considerar que o Partido Comunista, pelo conceito que tem de democracia e pela sua prática política, não pode ser considerado um partido democrático. Quanto às convergências pontuais, pois não me parecem capazes de resolver a situação, porque exige-se um acordo fundamental.

Daí eu defender, sim, a convergência democrática para uma maioria democrática estável, no seguimento das propostas que o nosso partido tem vindo a fazer, pelo menos desde Setembro, e que me parece necessário incentivar e promover. Estamos dispostos a isso e ainda hoje aqui o reafirmei, na Assembleia da República. Não me parece que o problema se tenha de pôr tanto em relação ao Governo ou aos contactos dos partidos com o Governo, mas sim entre partidos democráticos. Os contactos dos partidos com o Governo foram experimentados por Vasco Gonçalves, com muito mau resultado.

A questão que se põe neste momento não é uma questão de presença no poder ou de partilha do poder. E se interessa que o Governo mantenha a oposição informada, que a oposição dialogue com o Governo, não se esgotam aí os proble-

mas, pois é muito mais importante, é mesmo indispensável que os partidos democráticos entre si estabeleçam uma plataforma geral, um acordo fundamental.

"T" - Mas os entendimentos que tem havido com o PS sobre diplomas fundamentais não se podem considerar convergências pontuais?

S.C. - São convergências pontuais, sim senhor. Parece-me que são úteis e necessárias, mas não são suficientes.

## **2.38. II Jornadas Municipais Social-Democratas - "Povo Livre" - 25/5/1977)**

Terminaram as II Jornadas Municipais Sociais-Democratas promovidas pelo nosso Partido. Terminaram num momento em que os problemas do País se vão agravando dia-a-dia, e em que a situação política entra numa fase decisiva. O Poder Local tal como o defendemos, como o entendemos e queremos ver praticado supõe Instituições democráticas funcionando plenamente. Tal como eu disse no Porto em Janeiro deste ano, e como aqui foi repetido há pouco tempo pelo Comandante da Região Militar do Centro "não basta ter instituições democráticas, é necessário que o seu funcionamento as ponha efectivamente ao serviço da pessoa, do progresso do País e duma real participação". Isto não sucede ainda no nosso País, e daí o agravamento dos problemas portugueses. Agrava-se a crise económica não obstante o optimismo do Governo.

Tivemos no ano passado um défice total do sector público, de 90 milhões de contos. As medidas anunciadas pelo Governo em 25 de Fevereiro produziram alguns resultados negativos mercê da indefinição, da falta de dinamismo, da falta de eficácia da Administração. A partir daí aumentou intensivamente o custo de vida. Os preços em alguns sectores subiram em flecha e não houve da parte da Administração capacidade de resposta para uma situação que coloca em dificuldades cada vez maiores as famílias com rendimentos mais modestos.

Perante isto o Governo dispersa-se em contactos internacionais e apela para a ajuda financeira dos países amigos. Prometeram-se já há meses empréstimos muito grandes, que se dizia serem possíveis de obter, mercê do prestígio do Primeiro-Ministro, do Partido Socialista e da jovem democracia portuguesa.

Vimos que essa especulação sensacional se vai reduzindo afinal a contactos cada vez mais demorados, se vai reduzindo a esperas muitas vezes angustiantes.

Prometeu-se diminuir o saldo negativo da balança cambial trazendo-o para menos de 1/4 daquilo que foi o ano passado, mas nos primeiros 130 dias deste ano o saldo negativo da balança cambial portuguesa é superior a 14 milhões e 600 mil contos, o que dá uma média de saldo negativo diário de mais de 100 mil contos.

Estes números, que vêm no Boletim da Secretaria de Estado do Planeamento, são às vezes contrariados por números de outros sectores governativos, a provar uma desorganização e desentendimento entre os sectores do próprio Governo. Mas, na

questão dos empréstimos e nas dificuldades financeiras o mais importante ainda é que se está a criar ao País a ilusão de que se pode viver com recursos vindos de fora, que mais tarde terão de se pagar. E essa ilusão é extremamente perigosa para a democracia e para o futuro do País. Para a democracia, porque já devíamos ter aprendido a lição de 1926. Foi a falta de um grande empréstimo anunciado e propagado como salvador do País - o empréstimo que seria contraído junto da Sociedade das Nações - que levou directamente à perda da democracia e ao advento de Salazar.

Mas não é só a democracia que fica em causa com estes empréstimos.

Estamos agora a hipotecar os nossos haveres, as nossas receitas, o nosso futuro. Nós estamos a empenhar o futuro das próximas gerações. Estamos a viver daquilo que não temos e estamos a pedir emprestado às gerações seguintes.

### **TÊM DE ACABAR OS BANQUETES À MESA DO ORÇAMENTO**

Enveredando por esta senda fácil o Governo está a faltar as suas responsabilidades históricas, está a criar no País o mito de que se pode viver sem trabalhar para aumentar a produção, está a ocultar a verdade fundamental: que nenhum Povo pode sobreviver se não é capaz de encontrar no seu solo e na sua força de trabalho os recursos que lhe permitam sustentar-se. Sobreviver à custa da esmola alheia, transformar-nos num Povo de pedintes, é um atentado mortal à nossa História, ao nosso Povo, à nossa Terra.

E não pode aqui invocar-se nem a pesada herança do fascismo nem os males do gonalvismo. É certo que foi destruidor, o chamado período gonalvista - que se devia chamar, por respeito à verdade, período comunista, visto que Vasco Gonçalves foi apenas a figura de proa de que se serviu o Partido Comunista para tentar ocupar o poder - mas não é apenas desse período que nos vêm os males que agora nos afligem.

Levamos quase 10 meses de Governo Socialista. Antes do I Governo Constitucional da República, eram os ministros socialistas que detinham a responsabilidade das principais pastas económicas. Mas a política sistemática de endividamento agravou-se extraordinariamente nos últimos 10 meses.

É certo que temos, diz-se para defender o optimismo do Governo, ainda reservas de ouro muito grandes. É verdade. Também é verdade como disse o Sr. Ministro das Finanças, as reservas de ouro e divisas eram no final de Fevereiro apenas 15% daquilo que foram no final de 1973.

É chegada a hora de dizer muito claramente aos nossos governantes: acabe-se com a política de malbaratar as nossas já minguadas reservas de ouro. Elas têm de ter investimento produtivo, têm de se acabar os banquetes à mesa do orçamento que o Governo Socialista e o Partido Socialista têm aumentado com a sua administração.

Não podemos esquecer-nos que, se as nossas reservas de ouro valem, a preços de mercado, cerca de 120 a 130 milhões de contos, só a dívida externa portuguesa é também de 130 milhões de contos.

É bom que se saiba qual o destino que pensa dar-se às reservas de ouro. Porque nisto o Governo não está a informar devidamente o País, não está sequer a informar devidamente os Partidos da oposição. Estamos ainda sem saber as condições em que foi negociado e fechado o último empréstimo de 300 milhões de dólares, ou seja, cerca de 12 milhões de contos.

Vemos que se andam a negociar empréstimos por esse mundo fora sem que o Governo, que é um Governo minoritário, tenha o consentimento parlamentar ou sem que tenha sequer o acordo dos Partidos democráticos; pelo menos do nosso não tem. Nós não sabemos em que condições foram contratados os empréstimos anteriores. Nós não sabemos em que condições se andam a negociar os empréstimos fabulosos que se anunciam como meio de resolver os nossos problemas, mas que estão a ser uma fonte de inquietação, de inibição e até de dissolução, porque com o agravar dos problemas nós vemos que se está a gerar no País o espírito do "salve-se quem puder". O Governo e o seu partido estão a dar um mau exemplo nesse aspecto.

Ora, um País não pode sobreviver quando se perde o sentimento da responsabilidade colectiva. Quando cada um só pensa nos seus interesses, só pensa em resolver os seus problemas, quando não há a consciência de que aquilo que cada um faz é importante para todo o nacional, nós perdemos a nossa própria consciência como Nação. Para isso temos de alertar o nosso Povo, e para isso têm os governantes de alertar o nosso País. Mas a melhor maneira de o fazer é darem o exemplo, e não estão a fazê-lo.

Não é apenas no campo económico que a situação se agrava. Agrava-se também no domínio da Administração Interna e da Justiça. Já aqui se falou nas sessões anteriores, vi-o agora através das Conclusões, da política seguida quanto à nomeação e à actuação dos Governadores Cívicos. Era legítimo esperar que um Ministro que é militar, e que como tal não é, nem pode ser, membro do Partido Socialista, seguisse aí uma política de isenção. Vemos afinal que o Ministro se limita a receber os nomes que o PS lhe indica e a propô-los ao Conselho de Ministros. Isso é uma política sectária que se está a traduzir em estrangulamento do Poder Local.

Mas há também na acção conjunta do Ministério da Justiça e do Ministério da Administração Interna o grave problema da criminalidade, da segurança. Este problema é um factor de dissolução, que a par do factor económico agrava as condições de vida dos portugueses. E agrava-se numa altura em que tão pouco no que se refere ao emprego nós vemos seguir uma política adequada. Nós temos 500 mil desempregados, ou seja 15% da nossa população activa. E isto agravado com um número enorme de refugiados das antigas colónias que se estima em cerca de 800 mil. Seria o mesmo que se nos Estados Unidos entrassem de repente 20 milhões de refugiados. O mesmo não seria porque os Estados Unidos são um País rico e próspero, e nós somos um País pobre.

#### **UMA PASSIVIDADE PREOCUPANTE**

E quando se esperava uma acção decidida do Governo nesse aspecto, também vemos um silêncio e uma passividade espantosas. Quando somos humilhados por



uma decisão do governo de Maputo que expulsa os portugueses, quando vemos o drama de milhares e milhares de famílias e de pessoas que chegam em condições dramáticas, esperava-se que o Governo tomasse uma decisão, nomeadamente que o Ministro responsável pelo sector viesse à televisão explicar o que tinham feito, as diligências tentadas, as acções empreendidas, as posições que seriam assumidas. Mas não. Pior do que isso, vemos o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros dizer numa entrevista num semanário ontem aparecido que o Governo Português soube dessa decisão pelos jornais. É esta a nossa diplomacia? É esta a acção do Ministério dos Negócios Estrangeiros? Por muito menos do que isto, em qualquer país democrático, se demite um Governo ou pelo menos se demite um Ministro. Só aqui, infelizmente, tudo se passa em impunidade total. Isto é possível em grande parte porque os meios de informação, a Rádio, a Imprensa estatizada de Lisboa e a Televisão, em lugar de estarem ao serviço da informação, estão cada vez mais ao serviço do Governo, ao serviço do Partido Socialista. Diz-se que temos a Radiotelevisão Portuguesa, a Radiodifusão Portuguesa. Nós temos sim a Radiodifusão Socialista e a Radiotelevisão Socialista. E a maioria da imprensa estatizada faz a mesma política, que não é de informação, que é de propaganda.

Ouvimos há meses um senhor Secretário de Estado da Comunicação Social dizer lindas palavras, que quase rimaram, na Televisão. Passou-se o tempo, desfizeram-se as rimas, não se cumpre o que se prometeu e o senhor Secretário de Estado mudou de posto mas continua no Governo.

Nós não podemos continuar neste clima de irresponsabilidades em que tudo acontece e nenhuma conta são pedidas.

Temos também no sector da Educação gravíssimos problemas. Vemos as Universidades fechadas, vemos de repente num sector em que tudo parecia calmo, as Academias saírem para a rua, entrarem em greve, contestarem abertamente. Temos aqui ao lado, bem perto, o fantasma da Itália, em que um pequeno rastilho deitou fogo a uma violência extraordinária.

Perante tudo isto, perante uma situação tão grave como esta, o Governo faz um drama a propósito da bandeira da autonomia dos Açores. Percebemos bem que o queira fazer.

Convém-lhe muito que se foquem as atenções na bandeira da autonomia, se discute quais são as variantes entre as duas bandeiras, como se há-de pôr o açaor, as estrelas, o azul e branco, porque se isso se conseguisse, distraía-se a atenção dos portugueses dos problemas nacionais.

Simplesmente nós não somos, nunca fomos nem seremos, nós portugueses, da raça das pessoas que se deixam enganar numa maneira tão grotesca. O Governo ao fazê-lo agiu para uma plateia a que pode estar habituado dado o meio restrito em que se move, mas esqueceu que os portugueses têm grande sentido das realidades, tal como grande sentido das responsabilidades. E se o têm em si, também o querem ver nos seus governantes.

O Governo, ao fazê-lo, ao agitar, ao empolar, ao dramatizar a questão açoriana fez correr também um risco grave à nossa democracia.

Se não fora a serenidade, se não fora a diligência do nosso Partido, se não fora a serenidade do Povo Açoriano e do seu Governo Regional, nós poderíamos ter tido nessa altura um gravíssimo problema açoriano, que só o nosso Partido, a serenidade do Governo Regional e a disponibilidade do Senhor Presidente da República puderam evitar.

Porque se se tivesse tomado medidas contra o Governo Açoriano como pareceria querê-lo o Partido Socialista, teríamos com certeza um drama nos Açores que poderia, aqui, acarretar ao fim da democracia. Foi com a consciência dessas responsabilidades que nós não respondemos a provocações e esclarecemos uma situação. Mas é com a mesma consciência das responsabilidades, com a mesma segurança, que nós dizemos que a questão açoriana não pode ser transformada em bode expiatório dos erros do Governo da República, como não pode ser a mesma questão transformada em chantagem ou meio de pressão perante uma iniciativa que tomámos e que se destina a obter um acordo fundamental entre os três partidos democráticos.

#### **UM ENTENDIMENTO NECESSÁRIO**

Já há muito que o nosso Partido vinha dizendo que, numa situação como a que vivemos, só um entendimento entre os partidos democráticos quanto à política fundamental a seguir nos próximos anos permitiria uma consolidação da democracia e o ultrapassar da crise. Falei nisso pela primeira vez em Setembro do ano passado. A resposta do Partido Socialista foi muito típica, foi dizer que ao propor isso nós mostrávamos que estávamos com medo das eleições locais. Os factos o desmentiram e meses passados tivemos o gosto de ver que o próprio Presidente da República falava, no seu discurso de 25 de Abril, na possibilidade de obtenção de plataformas democráticas e na aproximação que havia entre os programas dos partidos democráticos. E foi por isso que no próprio dia em que se discutia no Parlamento a questão açoriana, eu falei ao Dr. Mário Soares e ao Prof. Freitas do Amaral dizendo-lhes que havíamos decidido convidar o Partido Socialista e o CDS, para encontros de delegações ao mais alto nível, a fim de discutir a situação actual e de procurar encontrar uma plataforma democrática. A resposta do CDS veio rapidamente e rapidamente se vai concretizar a iniciativa. A resposta do Partido Socialista ainda não veio, e não posso tomar por tal umas declarações de um membro do Secretariado do Partido Socialista, o Sr. Jaime Gama. E não posso tomar como resposta essas declarações, em primeiro lugar, porque tendo falado ao Secretário-Geral do Partido Socialista, dele espero directamente a resposta, como é evidente. E em segundo lugar porque o Sr. Jaime Gama não me parece representativo do Partido Socialista.

O Sr. Jaime Gama, que era um bom jornalista, revela hoje estar dominado por uma ideia obsessiva, a de ser o Mário Soares dos Açores. Simplesmente não o é, não o virá a ser. E sabe que não o pode ser nos Açores. Aí o seu Partido é mais que minoritário. E por isso o Sr. Jaime Gama, deputado eleito pelos Açores, ao propor reformar o Governo dos Açores, em vez de o fazer na Assembleia Regional, tenta fazê-lo na Assembleia da República. E ousa dizer que se o Partido Social Democrata quiser estudar acordos com o Partido Socialista deve apresentar uma declaração formal dizendo que está disposto a chegar a um acordo nos Açores.

Quer, como disse, reformar o Governo. Nós continuamos convencidos de que o Sr. Jaime Gama é um membro do Secretariado do Partido Socialista, visto que não consta que se tenha filiado no nosso Partido. E portanto dizemos muito claramente, que se quiser tratar dos problemas do Partido Social Democrata, poderá eventualmente ser estudada a sua filiação. Enquanto o não fizer os nossos problemas são só tratados por nós. E o Sr. Jaime Gama, como socialista, deve tratar de outros problemas. Deve tratar dos seus problemas e dos problemas do seu Partido. Talvez tenha mais dificuldade em o fazer do que nós. Nós, Partido Social Democrata, não temos Fraternidades Operárias, não temos deputados dissidentes, não temos nas nossas fileiras quem critique os nossos próprios Governos, e isso incomoda bastante os nossos adversários.

Quanto às diligências que fizemos de encontro com as delegações, o Partido Socialista está com certeza ciente de que vamos para conversações sem quaisquer condições prévias, dispostos e abertos a estudar todos os temas. Não aceitamos ultimatos nem aceitamos condições como aquelas que o Sr. Jaime Gama refere. Estamos empenhados na obtenção dessa plataforma mediante a convergência democrática e dela excluímos deliberadamente o Partido Comunista Português.

O Partido Comunista Português parece estar a querer fazer a sua evolução eurocomunista. Não sei se será disso sinal a renúncia do seu Secretário-Geral ao mandato de deputado. Mas é certamente significativo o empenho com que os deputados comunistas aparecem agora a falar na necessidade de que os partidos democráticos se entendam, se forme a maioria constitucional, ou seja a maioria PC-PS-PSD, a necessidade de distinguir na direcção do PSD os sectores democráticos.

Isto pode constituir um problema para o Partido Socialista e para o seu Secretário-Geral. Efectivamente, se recordarmos as posições do Partido Socialista quanto a coligações, vemos que só com um partido o Partido Socialista se dispôs a coligar-se. Disse que se coligaria com o Partido Comunista se ele fosse eurocomunista, se fosse um partido democrático. Portanto o aparente eurocomunismo do PCP pode ser efectivamente um problema para o Partido Socialista. Para nós não é. E não o é porque, reconhecendo embora que há entre os militantes e trabalhadores comunistas muitas pessoas sinceras e democratas e que acreditam na linha do seu partido, nós continuamos a entender que o Partido Comunista, como tal, é anti-democrático. A concepção de democracia que tem o Partido Comunista, não é a nossa concepção de democracia. E não estamos dispostos a esquecer nem o está, cremos o Povo Português. Aquilo que o Partido Comunista fez a partir do 28 de Setembro e especialmente em 1975. Não esquecemos.

Focou-o aqui Hugo dos Santos, que há pouco já citei. Não podemos efectivamente olvidar aquilo que nos preparou o Partido Comunista e de que ainda estamos hoje, infelizmente, a sofrer consequências. Desde Angola e Moçambique até ao próprio território nacional e à quase destruição de vastos sectores da nossa economia, da nossa própria sociedade. E é por isso, que seja qual for a roupagem que vista o PCP, nós não vamos negociar com ele nem estaremos no Governo com ele. Entendemos que há necessidade absoluta de o Partido Socialista, o Partido Social Democrata e o Centro Democrático Social se entenderem. Quanto à política de futuro seja qual for o Governo que viermos a ter. Não se trata de uma composição

de Governo. Nós não lutamos para estar no Governo Disse-o no Porto, e repito-o. Um Governo como descrevi nessa altura, que era um Governo de competência, de austeridade e desenvolvendo uma política nacional, teria o nosso apoio mesmo que nele não estivesse nenhum militante do nosso Partido. Não se trata pois do Governo, trata-se da política nacional. Trata-se acima de tudo do País e da recuperação de Portugal.

#### **POR UMA MAIORIA DEMOCRÁTICA ESTÁVEL**

E é por isso que me recuso a acreditar que, com o pretexto, ou na base das suas frustrações açorianas, o Partido Socialista, que é o mais importante Partido português em termos eleitorais, deixe de assumir as suas responsabilidades e se exclua, seja sob que pretexto fôr, numa plataforma democrática. Ela é necessária, ela é urgente, ela é defendida mesmo pelo Presidente da República no seu discurso.

Não posso acreditar que o Partido Socialista se exclua dela sob qualquer pretexto, porque, se se excluísse, então teríamos uma situação política muito séria, teríamos uma situação política radicalizada: um Partido Socialista que tentaria estar, possivelmente, orgulhosamente só, e que pouco significaria afinal. E um bloco democrático e um bloco anti-democrático. Numa situação destas, que seria aquela em que poderíamos cair se efectivamente não fôr concretizada a maioria democrática estável, sofreria concerteza a democracia portuguesa e sofreria também ainda mais o nosso País e o nosso Povo. É com os olhos postos neles que nós desenvolvemos esta iniciativa e que nos empenharemos na política de obtenção da maioria democrática estável.

Não quero terminar sem transmitir uma referência que aqui me chegou. Falou-se dos Açores, terra portuguesa que bem tem demonstrado o seu portuguesismo, terra iminentemente social democrata.

Assim o tem demonstrado pelos progressos verificados, pelo clima de tranquilidade e de paz social aí existentes. Se compararmos o número de assaltos, de roubos, de ataques, de explosões verificados no Continente e nos Açores, chegaremos à conclusão de que a tranquilidade na terra dos Açores é muito maior do que aquela que existe no Continente. Mas não se trata apenas disto. Trata-se também da tranquilidade política, visto que o Governo Açoriano ao contrário do que sucede com o Governo minoritário socialista tem o apoio da enorme maioria da população. E tem-no cada vez mais.

Perante estes factos chega a ser ridícula a alegação do Partido Socialista feita ontem de que nos Açores, e em Ponta Delgada especialmente reina um clima de terror incompatível com os direitos e as liberdades da pessoa. Direitos e liberdades da pessoa que devem ser e são cada vez mais, no mundo de hoje, uma preocupação para todos os governantes. Mas, deviam-no ser, para o Governo minoritário socialista, em relação a Angola e a Moçambique onde portugueses são maltratados, oprimidos, espoliados e presos.

Deviam ser também uma preocupação para o Governo Socialista no Alentejo onde não existe, em muitas zonas, uma real liberdade, visto que se vive sob a opressão dos sindicatos controlados pelo PCP.

Dizê-lo em relação aos Açores é estar de má fé. É fazer uma acusação que é simultaneamente um insulto ao Povo Açoriano e ao Povo Português. É uma deturpação das realidades. É querer arranjar um conflito para, como já disse, fazer esquecer gravíssimos problemas nacionais.

Os Açores são terra social-democrata, terra portuguesa e portanto de liberdade e de igualdade. E em Tomar, não quero deixar de recordar o que se passou nas Cortes, aqui reunidas, que sancionaram a união pessoal a Espanha que deu origem a que Filipe II, de Espanha, fosse Filipe I de Portugal.

Pois, nessas Cortes, foram representantes dos Açores os únicos a votar contra.

Esta é a homenagem merecida no momento em que o Partido Socialista insulta a população açoriana, e ao mesmo tempo comete um grave atentado contra a estabilidade da democracia portuguesa.

### **2.39. Mensagem - "Povo Livre" - 15/6/1977**

Através do "Povo Livre" faço, em nome do PSD e no meu, chegar aos Portugueses que trabalham no estrangeiro uma palavra de saudação amiga, de muita gratidão e de esperança.

Com amizade os saudamos porque são nossos compatriotas sacrificados pela ausência, pela dura luta pela vida, pela adaptação a um meio estranho, que apesar das lutas e desgostos souberam conservar o seu amor e o seu apreço a Portugal. Apesar, também, de todas as injustiças de que foram vítimas nesta nossa terra, mesmo depois do 25 de Abril. E triste dizê-lo mas é a triste verdade, que se usou o falso nome de uma revolução para insultar, e muitas vezes para espoliar mesmo, os portugueses que trabalham no estrangeiro.

Muito apreço é pois de justiça prestar aos portugueses emigrados, neles incluindo todos os que, não sendo já pela nacionalidade, continuam a sê-lo pelo coração e pelas atitudes, frequentemente mais patrióticas do que as de muitos que em Portugal vivem.

É imensa a obra realizada pelos portugueses emigrados. É uma obra grande de cultura, de desenvolvimento económico e humano, em suma, de civilização.

E essa obra não foi realizada apenas no estrangeiro, mas também, e muito, em Portugal. O que seria de nós sem os portugueses emigrados, sem o seu trabalho, as suas realizações e o seu apreço ao País? A gratidão aos emigrantes é um dever.

Dizia o Padre António Vieira que nós, portugueses, temos um pequeno pedaço de terra para nascer e o mundo inteiro para morrer.

Infelizmente ainda não nos organizámos como país e como Povo à medida da exiguidade e pobreza da nossa terra e da grandeza e dignidade da nossa gente.

Por isso é de esperança a última palavra. Esperança em que saibamos aproveitar a lição dos portugueses que trabalham no estrangeiro e que organizemos o nosso País com base na paz, na tolerância, na dignidade e no trabalho de que eles são exemplo.

Quando o conseguirmos sermos em Portugal uma democracia, não apenas ao nível das instituições, mas na vida real, baseada no respeito pelo homem e pelo trabalho.

## **2.40. Comunicado Conjunto do PSD e CDS após a Cimeira do Porto - 17/6/1977**

O CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL e o PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA reuniram-se hoje, no Porto, através de delegações constituídas por Francisco Sá Carneiro, António Sousa Franco, Joaquim Magalhães Mota e Artur Cunha Leal, pelo PSD e por Diogo Freitas do Amaral, Adelino Amaro da Costa, Basílio Horta e Eugénio Anacoreta Correia pelo CDS.

Aos apelos de colaboração e entendimento entre dirigentes partidários e forças democráticas contidos no discurso proferido em 25 de Abril pelo Presidente da República corresponderam o CSD e o PSD.

O Partido Socialista tem recusado contribuir para o estabelecimento de plataformas programáticas que pudessem formar uma ampla base social de apoio à política de salvação nacional que se impõe.

Fica assim nitidamente esclarecido aos olhos dos Portugueses que, se os apelos lançados à consciência democrática pelo Presidente da República não conduziram ainda a uma solução maioritária, sólida e eficaz, isso não se fica a dever a quaisquer obstáculos levantados pelo CDS ou pelo PSD mas exclusivamente ao apego do PS pelo exercício solitário do poder.

CDS e PSD concordam em que existe uma alternativa democrática ao actual Governo. Tal alternativa possível e indispensável consiste num governo formado na base de apoio parlamentar maioritária, embora não tenha de revestir necessariamente a natureza de um governo de coligação. Tal é o pressuposto da convergência democrática.

No mesmo espírito de convergência, PSD e CDS apresentaram na Assembleia da República uma proposta de organização dos próximos trabalhos parlamentares. A proposta visava um desenvolvimento eficaz e realista desses trabalhos, permitindo a análise conscienciosa e a votação em tempo útil dos diplomas essenciais à clarificação da vida económica e social do País. O Partido Socialista optou porém por uma fórmula vaga e dilatória de programação. Essa fórmula não é senão fruto da ambiguidade que leva a adiar problemas, pela incapacidade e falta de determinação para os resolver. E revela o receio de enfrentar, oportunamente, a mani-

festa impossibilidade de, fora de uma convergência democrática, se salvar a viabilidade da democracia e do País.

PSD e CDS reafirmam solenemente que tudo farão, pela sua parte, para que os trabalhos parlamentares permitam a apreciação dos textos fundamentais para a recuperação económica e a consolidação democrática. Declinam por isso, qualquer responsabilidade nos protelamentos que outros, por acção ou passividade, desejam ou consintam provocar. As delegações CDS e PSD examinaram também detidamente o agravamento notório da crise económica nacional e a crescente incapacidade do actual Governo para lhe fazer face. Ao contrário do que seria de esperar e se mostrava necessário, ao fim de quase um ano de exercício, os resultados da gestão governativa apontam para uma deterioração sensível do panorama económico e social: os preços aumentam cada vez mais, o poder de compra dos portugueses diminui, o desemprego tem-se agravado, a balança de pagamentos continua em sério desequilíbrio, as reservas em ouro e divisas baixam constantemente, o endividamento produtivo mantém-se em níveis tão baixos que, a persistirem, não consentirão qualquer êxito ao necessário e urgente esforço de relançamento económico.

Neste contexto, o projecto de Plano Económico Social para 1977/80 apresentado à Assembleia da República não é, como se impunha, uma revisão crítica da política económica do Governo, cujo insucesso está à vista, mas sim a insistência nos erros de concepção e de estratégia que tem vindo a impedir o arranque decisivo para a reconstrução económica, o desenvolvimento e o progresso social.

Por isso, o projecto de Plano para 1977/80, na sua versão actual, não poderá contar com a aprovação do PSD e do CDS.

CDS e PSD congratulam-se com o êxito assinalável do processo de democratização que se desenvolveu em Espanha e anteontem culminou na realização, pacífica e largamente concorrida, das primeiras eleições livres ali efectuadas ao cabo de quatro décadas. O PSD e o CDS regozijam-se com a vitória eleitoral da União do Centro Democrático. E formulam o voto de que deste modo se consolidem a democracia na Península Ibérica e as relações entre Portugal e Espanha.

Os dois partidos prosseguirão os seus contactos desenvolvendo a cooperação a nível parlamentar já iniciada e garantindo a intensificação de consultas mútuas que a situação exige. Neste quadro será concretizado o próximo encontro público das duas delegações.

Porto, 17 de Julho de 1977

Pelo PSD

Francisco Sá Carneiro

Pelo CDS

Diogo Freitas do Amaral

## 2.41. Entrevista a "O País" - 8/7/1977

"O País" - Vou começar por saber a sua opinião acerca da Reforma Agrária, antecipando-me um pouco, de certa maneira, àquilo que se vai passar, no próximo dia 18, ao que vai ocorrer na Assembleia da República. Se for certo aquilo que se fala nos "mentideros" de que é possível que o PCP não alinhe com o PS nessa proposta, pergunto: será esta a excelente oportunidade para o PSD procurar o entendimento tão desejado com o Partido Socialista?

Sá Carneiro - Bem vê, quanto aos textos que estão na Assembleia da República, como compreenderá, não lhe vou transmitir a opinião final do Partido, dado que ainda estão em estudo, ainda estão em comissão, mas também porque fazemos questão de anunciar a nossa posição na Assembleia da República, na altura da votação, o que, também, é normal.

Quanto à Reforma Agrária, pois parece-me que a proposta apresentada representa um franco progresso em relação à chamada Reforma Agrária e que nós não considerámos aqui, no Partido, nunca uma verdadeira Reforma Agrária. Mas, neste momento, não há quaisquer negociações com o Partido Socialista nem com o Governo acerca de Reforma Agrária.

- Mas eu permito-me insistir consigo e talvez seja um motivo de satisfação para algumas pessoas e de contrariedade para outras se eu conseguisse desvendar um pouco o véu. Parece, pelas suas recentes declarações e por outras que pronunciou anteriormente, que não lhe é adverso, antes pelo contrário, um entendimento com o Partido Socialista. Será que esta oportunidade da discussão do tema da Reforma Agrária permitirá ao PSD o criar condições para um entendimento político com os socialistas?

S.C. - Não me parece que a Reforma Agrária e a votação a respeito dela vá modificar as relações entre o PS e o PSD nem me parece, tão pouco, que vá constituir a base de um qualquer entendimento preferencial. De resto, o Conselho Nacional do Partido rejeitou a existência de alianças preferenciais fora da estratégia da maioria democrática estável ou da convergência democrática em que estamos empenhados.

- Mas as alianças mais completas começam, muitas vezes por alianças preferenciais. Não é esta a grande oportunidade do PSD?

S.C. - Não. Não é a grande oportunidade nem do PS nem do PSD. Parece-me que quem deveria estar, especialmente, interessado em obter qualquer tipo de entendimento com os partidos democráticos da Oposição é o Partido do Governo. Só demonstra que não está recusando o convite para conversações, pois teve aqui há meses uma grande oportunidade quando o Partido Social-Democrata, não só fez um acordo referente à lei do sector público, sector privado, como, embora criticamente, deu um contributo para aquilo que devia ser uma nova política económica do Governo e que afinal não foi. Refiro-me à interpelação que o Governo compreendeu mal; agradeceu mal e aproveitou mal. Essa época está passada, depois disso o Governo e o Partido Socialista, os dois sublinho, desencadearam uma ofensiva perfeitamente inadmissível, injusta, contra o meu Partido



e os governos dos Açores e da Madeira e isso foi também um dos factores que modificou a situação. Neste momento penso que qualquer plataforma deve abranger as linhas fundamentais da política nacional e não estar restrita a um outro projecto. O que se visa com a legislação que está em estudo na Assembleia da República é a estabilização da vida nacional. Isso só é conseguido se houver uma linha coerente subjacente a toda essa legislação.

- Desculpe interrompê-lo. Acha que esta nova lei da Reforma Agrária, da autoria do Ministério de António Barreto, tem condições para criar essa estabilização?

S.C. - Sim. Se forem eliminados alguns defeitos e algumas soluções muito discutíveis poderem ainda ser melhoradas. Se houver abertura para isso e se se chegar a alguma conclusão que melhore a lei - que necessita de ser melhorada -, sim. Mas não basta a Reforma Agrária, não basta uma lei razoável da Reforma Agrária, não basta uma lei de greve ou má lei de controlo de gestão...

Aquilo que eu noto é que o Governo está empenhado numa demagogia verbal de Esquerda. Enquanto vai fazendo no plano económico uma política de Direita, baseada no poder de compra das classes trabalhadoras e por essa via na redução do consumo. É evidente que nós não podemos aprovar nem uma coisa nem outra.

- Quer dizer que está ao centro dessas duas coisas...

S.C. - Não, o centro de dois males também seria um mal. Nós estamos numa linha que nem é demagogicamente de Esquerda, nem é da prática de Direita. É, efectivamente, uma linha progressista de Esquerda realista e pragmática que põe mais o acento numa política de preços, de rendimentos, de salários, de fiscalidade do que propriamente nas demagogias verbais que o Partido Socialista tem continuado a empregar.

- Será essa linha de Esquerda, a que se referiu agora, a que estará na origem da abstenção do PSD na votação na Assembleia da República da Lei da Greve?

S.C. - Sim, com certeza. Dado que foi uma votação na generalidade. Se fosse uma votação definitiva, possivelmente a nossa posição seria de voto contra.

- Mas uma abstenção é um voto contra?

S.C. - É, também.

- É uma forma original do Parlamento português...

S.C. - Não, não não. É uma forma muito normal de votação parlamentar, a abstenção. O que importa é que haja uma Lei da Greve que realmente contribua para os desígnios de estabilização, sem prejudicar os direitos dos trabalhadores. Se aquela Lei da Greve é, na sua especialidade, de rejeitar, na generalidade, desde que se reconheça a oportunidade e a conveniência de uma Lei da Greve, pois pode-se deixar passar, esperando-se que depois seja corrigida na especialidade. Se não acontecer, pois naturalmente que o nosso voto será contrário. Se houver correcções sim senhor, podemos vir a aprová-la. Este é o sentido de uma abstenção na generalidade.

- Em todo o caso certas bases do PSD não terão ficado desconsoladas com essa abstenção?

S.C. - Não tive qualquer sinal de reacções contrárias. Foi amplamente versado no grupo parlamentar e concluiu-se, quase por unanimidade, ser essa a melhor solução.

- Em seu entender, a votação conjunta do PS e do PCP terá constituído um aviso em relação à convergência democrática?

S.C. - Não. Não creio isso. Creio que, realmente, houve aí um entendimento de base e julgo que isso tudo corresponde a uma opção do Partido Socialista e isso não é, sequer, nem uma convergência nem uma reacção à chamada convergência.

- Já que estamos a falar da Assembleia da República, parece-me oportuno referir-me ao Plano. Quando este vier a ser discutido, qual irá ser a posição do PSD?

S.C. - Nós já fizemos críticas ao Plano e pessoalmente posso dar a minha opinião. Entendo que a lei quanto às opções fundamentais está mal feita, em forma de uma grande demagogia, tem contradições graves e se afasta muito da realidade. Por exemplo; quanto à evolução provável da balança comercial e da balança de pagamentos. Os saldos negativos estão a piorar, apesar do aumento

das remessas dos emigrantes, especialmente o saldo negativo da balança comercial teve um aumento muito sensível. Por outro lado não se coadunam as políticas sectoriais.

Como é que se vão fazer casas e escolas ao mesmo tempo, como é que há possibilidade de fazer o tal grande número de habitações (quem dera que houvesse), mas não se vê como é que há possibilidades de executar tais realizações o que é que se vai passar no ensino, que está numa situação perfeitamente explosiva, que resposta há para a contradição flagrante da baixa de salários reais?

- Refere-se ao poder de compra?

S.C. - Sim. Refiro-me ao relatório do Banco de Portugal, designadamente, que aponta baixas na ordem dos 5 por cento, salvo erro...

- Mas eu interrompo-o para fazer uma observação: o PSD tem dito que não pertence aos partidos da oposição a tarefa de apresentarem projectos, nem fazerem planos. Mas no nosso caso presente, em que o PSD e agora, concretamente, com o CBS, se propõem fazer uma política conjunta, não seria uma resposta àquilo que tem sido um desafio do PS, que tem referido, frequentes vezes, de que críticas há muitas mas projectos não há nenhuns, não seria de um Partido, neste caso específico o PSD, apresentar um plano nacional, ou que fosse assim considerado, dado que o problema mais importante é que há que salvar o País e as questões têm que ser postas de parte? Não seria, repito, uma forma de responder ao desafio que lhe foi feito?

S.C. - É claro que o Partido apresentou aquilo que devia apresentar. Apresentou o programa do governo com as grandes opções e com grandes linhas de política

económica. Mas é evidente que um Partido não pode apresentar um Plano, porque não tem condições materiais para o fazer. Só com uma máquina do Estado se pode apresentar alguma coisa digna do nome de Plano.

- Está certo. Mas o PSD alguma vez pediu ao Governo condições para efectuar esse estudo?

S.C. - Um Partido não pode pedir, nem ia pedir, que o Governo pusesse à sua disposição a máquina administrativa e burocrática, as entidades e as pessoas trabalham no Plano para preparar o seu próprio plano. Isso é absolutamente inviável.

- Mas podiam pedir elementos...

S.C. - Mas os elementos não bastam. É preciso ter uma máquina como é a máquina do Estado e nenhum Partido a possui. Mas voltando ao relatório do Banco de Portugal, verificamos que em 1976, comparando com o ano anterior, os salários reais baixaram, para os homens 7 por cento e para as mulheres 5,5 por cento, na agricultura e na indústria, baixaram, na cidade de Lisboa, 7,6 por cento e na cidade do Porto 5,7 por cento. Dada a inflação, os salários reais continuam a baixar e parece ser essa uma política malthusiana do Governo. Ora, a redução do consumo obtida por este meio irá provocar uma maior estagnação da economia. Claro que isto parecem ser políticas recomendadas por especialistas estrangeiros. Podem estar muito bem estudadas para economias industrializadas e desenvolvidas, mas não produzem efeitos adequados na nossa economia. No nosso plano de governo temos recomendado medidas de expansão conjugadas com medidas de austeridade, procurando evitar a redução de consumo para evitar o que se está a verificar, uma progressiva degradação do nível de vida dos portugueses.

- Tem-se falado muito na incompetência do actual Governo. Se admitíssemos que o PSD formaria agora Governo sozinho, tem a consciência de que existem no seu partido pessoas competentes em número suficiente ou teria que se recorrer a pessoas de outros partidos sempre na base da competência?

S.C. - Estou convencido que o nosso Partido tem, realmente, pessoas muito competentes mas que poderia ser necessário recorrer a outros elementos, não filiados em partidos ou até de outros partidos. Se o meu Partido estivesse no Governo deveria fazê-lo sem qualquer reboço. De resto, eu tenho dito que, no actual contexto, nenhum Partido sozinho pode resolver os problemas. Tem que haver uma conjugação dos partidos democráticos para isso. Tanto a nível do Governo como fora do Governo.

Creio mesmo que se houvesse um Governo que desse garantias de confiança e eficácia, muitas pessoas não filiadas em partidos aceitariam colaborar com esse Governo. Sabe-se que, quando foi da última remodelação, houve convites que foram recusados precisamente porque as pessoas não acreditam no Governo. E esse é o sentir geral da população. Isso explica muito a não existência de investimentos e outros males...

- Mas o exemplo do que se passou no VI Governo, das quezílias partidárias que se verificaram, não afasta, de certa maneira, a operacionalidade de um Executivo pluripartidário?

S.C. - As condições são totalmente diferentes. Não havia instituições democráticas, não havia um Presidente da República eleito, não havia um parlamento, e não tinha havido ainda eleições legislativas. Hoje temos instituições democráticas, embora a meu ver não tenhamos ainda uma Democracia real no dia-a-dia. Portanto, creio que as condições de um eventual Governo de coligação, e de um eventual Governo de competências, até pelo papel que desempenha o Presidente da República, seriam radicalmente diferentes daquelas que se verificam no VI Governo Provisório.

- Mesmo que o Primeiro-Ministro se mantivesse o mesmo...

S.C. - Mesmo que o Primeiro-Ministro se mantivesse o mesmo...

- Aceitava fazer parte do Governo com uma pasta, sendo Primeiro-Ministro o dr. Mário Soares?

S.C. - É um problema a que não se pode responder em teoria. Só se pode responder na prática, em face de circunstâncias concretas e é mais uma posição do Partido do que minha, pessoal. Isto equivale a dizer que não lhe posso dar uma resposta prática. Quero dizer com isto que aí não há uma posição de princípio, favorável ou desfavorável.

- Quer dizer: não fica aqui, nesta entrevista, uma porta aberta para um convite desse tipo?

S.C. - Não, não fica.

- Não há dúvida de que o PS assentou toda a sua campanha eleitoral com base numa afirmação de que não faria nunca alianças, nem à Esquerda nem à Direita...

S.C. - Sim, mas a meu ver, isso deve ser completado e esclarecido. Aquilo que o Partido Socialista disse, designadamente pela boca do actual primeiro-Ministro, foi que se o PS tivesse 40 por cento ou mais, governaria sozinho, se tivesse 37 por cento, o mesmo que teve nas eleições de 1975, passaria à oposição, se tivesse menos de 37 por cento, até sairia imediatamente do Governo provisório, pois que interpretaria isso como uma desautorização por parte do eleitorado.

Foi isto que o Partido Socialista disse e o PS teve menos de 37 por cento, mas mesmo assim manteve a sua opção de governar sozinho.

- Quer dizer com isso que, quando o Presidente da República convidou o Partido Socialista para formar Governo, este não devia ter aceite?

S.C. - Não, o problema é dele. Eu quero dizer com isto que o Partido está e estava já de facto agarrado ao Poder. E assim continua. O Partido precisa de ser Governo para se manter como Partido. Essa é, para mim, a realidade. Não está a fazer um sacrifício, não está sequer a preocupar-se com uma governação de tipo nacional, nem com uma política de salvação nacional, o Partido Socialista precisa de ser governo para manter a sua dimensão, para manter a sua coesão, para poder progredir e evoluir como Partido.

- Gostava de lhe fazer uma pergunta para o descontraír.

S.C. - Estou descontraindo, como vê...

- Admitindo a hipótese de que se conseguirá a tal convergência democrática, quem é que preferiria para Primeiro-Ministro? Freitas do Amaral, Mário Soares ou Sá Carneiro?

S.C. - Acho que o Primeiro-Ministro deveria ser, no caso de convergência democrática, que, repare, não equivale necessariamente a uma coligação, entendendo, apesar de tudo, e com essa "nuance", aquele que saísse do Partido mais votado, ou seja do Partido Socialista.

- Isso equivale a dar uma resposta sim à pergunta que fiz anteriormente, de se aceitava participar no Governo sendo Mário Soares primeiro-Ministro...

S.C. - É uma resposta, enfim, que o Partido Socialista é que devia indicar o primeiro-Ministro.

- No frente-frente realizado há dias na televisão, Jaime Gama afirmou que existiriam três alternativas possíveis para o PSD: formar governo, pedir ao Presidente da República para dissolver a Assembleia da República e efectuar novas eleições e apresentar uma moção de censura ao Governo. Qual das três hipóteses é a mais viável, segundo o seu ponto de vista, neste momento?

S.C. - Nenhuma. E isto prova que Jaime Gama não só conhece mal o nosso Partido como conhece mal a realidade política portuguesa. O aconselhável neste contexto era que o governo pedisse um voto de confiança da Assembleia da República, tal como está previsto na Constituição. Nunca o pediu. Eu sugeri que o fizesse quando o Governo apresentou o seu Programa, mas o Primeiro-Ministro recusou-se a fazê-lo.

- Mas Mário Soares tem referido várias vezes, que nunca foi apresentado pelos partidos da oposição um voto de desconfiança...

S.C. - Há um mecanismo na Constituição, salvo erro o artigo 196. O que prevê que o Governo solicite a confiança da Assembleia da República. O Governo não o faz porque se a resposta fosse negativa isso implicava na sua imediata demissão. E o Governo quer continuar.

- Mas se o Governo pedisse esse voto de confiança, o PSD não lho daria?

S.C. - Veríamos...O que lhe posso dizer é que este Governo não tem a confiança do PSD e portanto estou falar por mim, não estou aqui a falar em representação do Partido, esta é uma entrevista feita ao presidente do PSD, mas não uma entrevista ao Partido, na seu conjunto, e isso é um problema que deveria ser discutido na altura própria, mas o que lhe posso dizer é que o Governo, neste momento, tem a desconfiança.

- Mas haveria também a abstenção como sinal negativo? S.C. - Ai não há votação na especialidade nem aperfeiçoamento. A meu ver, sim, o voto seria negativo.

- E julga que teria companhia, nesse caso, no voto negativo?

S.C. - Estou convencido, pelo que se tem passado na Assembleia, pelas críticas formuladas, que o Governo não tem a confiança da Assembleia. E a prova é de que leis fundamentais são muitas vezes votadas apenas pelo Partido Socialista. Veja-se o que se passou o ano passado com o Plano e o Orçamento, por exemplo. Vejamos o que se vai passar este ano...

- Mas isso devido às abstenções, muitas vezes...

S.C. - Sim, sim. Mas é claro que não tem a confiança! Havia uma outra solução para obter a clarificação, até depois do discurso do 25 de Abril, que seria o primeiro-Ministro apresentar a sua demissão ao Presidente da República para que ele a confirmasse ou a aceitasse. Isso também o Governo não faz. O Governo tem efectivamente uma base negativa, o Governo assenta em que, em virtude da divisão de votos na Assembleia da República, é muito difícil, senão praticamente impossível, fazer aprovar moções de desconfiança que impliquem a queda do Governo. E portanto o Governo aguenta-se, mas não governa.

- A pergunta fundamental, neste momento, parece-me ser esta, por com ela, e tanto quanto me é permitido, interpretar as preocupações do povo português: tudo o que possa neste momento, para além das críticas fundamentadas ou não (não compete ao jornalista estar aqui a fazer juízos de valor), contribuir para uma desestabilização não é grave para o País?

S.C. - Com certeza que é. A maior desestabilização possível é o Governo não governar. Isso é a maior desestabilização e contra isso a Oposição deve lutar. É melhor para a Democracia portuguesa e para o País que haja uma substituição eventual do que continuar num desgoverno. Mas multiplicam-se os sintomas da degradação geral da situação de vários níveis e, multiplicam-se também os fenómenos que degradam - e com toda a razão - as pessoas, que são as inutilidades públicas. Vemos que este ano o País encheu-se de inutilidades públicas, tanto a nível pessoal como a nível das coisas que se publicam, que se fazem, que custam dinheiro, das pessoas que se colocam especialmente dos funcionários cujo número, aumenta extraordinariamente e com muito pouco rendimento. É a isso, especialmente, que chamo "inutilidades públicas".

- Desculpe se fujo do presidente do Partido para a personalidade do dr. Sá Carneiro. Quer dizer com isso que se fosse Primeiro-Ministro, não perdoaria as incompetências, mesmo que fossem membros do seu Partido?

S.C. - Eu não teria nenhum complexo de, quando verificasse que eram incompetentes, os substituir. Acho que isso é o que deve ser feito, o que compete fazer a um homem de Estado. E nós, neste momento, precisamos, efectivamente, de "homens de Estado".

- Mesmo correndo o risco de dentro do partido, criar alguns conflitos...

S.C. - De resto, como sabe, eu sustento que deve haver em Portugal, e nesta situação actual, incompatibilidade de funções entre os membros do Governo e os dirigentes do Partido. Os membros do Governo não devem poder ser dirigentes do Partido.

- Mas isso acontece em muitos países.

S.C. - Há muitos países em que isso acontece e acho que seria muito útil que isso acontecesse em Portugal.

- E verifica-se também, o contrário... os secretários dos Partidos serem membros do Governo...

S.C. - Pois claro... Mas no nosso caso é prejudicial a acumulação de funções e até partidariza bastante as funções do Governo e não permite aos governantes aplicarem-se inteiramente à sua função. Implica também a existência de governos grandes, como é o actual, e no florescimento das tais inutilidades públicas.

- Tem falado várias vezes com o general Ramalho Eanes. Não lhe vou pedir que diga mais do que tem afirmado, mas gostaria de saber se no aspecto da convergência, o Presidente da República é partidário da mesma?

S.C. - O Presidente da República não é partidário. Está acima dos Partidos, a convergência é um movimento de partidos. O que posso dizer é que continuamos com os nossos esforços dentro da nossa estratégia, depois das audiências que tive com o Presidente da República. Mais não lhe posso dizer. As opiniões do Presidente da República só ele é que se pode pronunciar sobre elas.

- Sobre o problema dos Açores que neste momento já passou para segundas páginas mas, em todo o caso, ainda se mantém vivo. Tem havido várias críticas também em relação ao Governo central de não cumprimento em relação àquilo que se pretende para os Açores, a autonomia administrativa. O que é que entende, em relação também à Madeira, que se deveria dar uma vez que já sabemos que separatismo não é uma opção do Partido Social-Democrata. Que passos acha que se poderiam dar neste momento, de concreto, como resposta às aspirações dos dois arquipélagos?

S.C. - Devo dizer que não se trata de autonomia administrativa. Trata-se da autonomia que a Constituição prevê e que é política, financeira e administrativa. É indispensável que, rapidamente, se faça a regionalização dos serviços periféricos, isto é, aqueles serviços existentes nas ilhas que ainda estão dependentes do Governo Central. Essa questão vai-se eternizando, houve uma comissão designada para isso que dependia do dr. Vítor Cunha Rego e tem-se eternizado (a Comissão parece que não tem funcionado) e não se faz regionalização dos serviços periféricos. Isso afecta decididamente a autonomia.

Era indispensável, também, que se desse o maior apoio, designadamente apoio económico, aos governos regionais. Mas tenho para mim como essencial a questão dos serviços periféricos. Tudo isto tem emperrado muito e não parece haver, da parte do Governo, interesse em que essas questões andem rapidamente. Pelo contrário, parece haver um interesse, que já foi infelizmente evidenciado em agravar a situação dos Açores e da Madeira, em criar um clima quase de histeria aqui no Continente em relação ao que se passa nos Açores e na Madeira, quando a situação é bastante mais favorável, muito mais calma lá do que cá. Quer dizer, o Governo não está a cumprir, efectivamente, uma linha de autonomia constitucional. Está a tentar criar a ilusão de que existem problemas, muito grandes

da parte dos governos regionais, o que não é verdade. E para isso serve-se, como serviu, antes de 6 de Junho, da Rádio, da Televisão, dos órgãos de comunicação estatizados. Isto é uma prova de que não temos, efectivamente, uma real Democracia em Portugal, enquanto a situação dos órgãos de comunicação estatizada se mantiver tal como está actualmente.

- Em relação ao Ministro da República nos Açores o PSD tem concordado com a sua actuação?

S.C. - O Ministro da República nos Açores tem-se pronunciado várias vezes sobre o Governo Regional e, portanto, este tem-se pronunciado sobre a actuação do Ministério da República pois tem havido divergências, mas não compete, ao Partido estar a julgar a actuação do Ministro da República. É um problema do Governo Regional, mais do que do Partido.

- Falemos agora de outro sector, que é o da Educação. A actuação de Sottomayor Cárdua. Não me lembro de ter visto referências da parte do PSD acerca da sua actuação. Quer isso dizer que esse silêncio significa uma concordância?

S.C. - Não, nós fizemos referências positivas e fizemos algumas críticas. E as referências positivas foram justas, na medida em que Sottomayor Cárdua se revelou uma pessoa com coragem, com decisão, que arrostou com dificuldades e que fez adoptar alguns princípios democráticos para o Ensino. Fizemos e continuamos a fazer críticas, designadamente na JSD, na medida em que a acção do Ministro não foi depois concretizada e prolongada pelo Ministério em que se deixou deteriorar muitíssimo a situação do Ensino. Neste momento ela pode revestir um aspecto explosivo na reentrada em Outubro. Deus queira que assim não suceda... Mas o problema do acesso ao primeiro ano da Universidade, o problema do ano propedêutico, o problema da formação dos professores, o problema da cultura e da investigação, são questões em aberto para as quais se não tem encontrado solução, para as quais nem sequer se tem anunciado uma linha coerente e que estão a degradar, muitíssimo, não só a vida do ensino mas a vida cultural portuguesa.

- Em todo o caso faço uma pergunta concreta: se o Governo actual fosse constituído, todo ele, por homens como Maldonado Gonelha, António Barreto e Sottomayor Cárdua, o PSD estaria mais satisfeito? Fazia menos crítica?

S.C. - Ah! estou convencido que sim. Eu próprio tenho dito que existem pessoas competentes neste Governo. Tenho feito referências favoráveis aos três que citou e creio que se realmente houvesse mais exemplos desses, se houvesse uma maior coesão no Governo e se houvesse uma linha clara e uma actuação de chefia em correspondência com ela, que a situação seria muito melhor da que é, mesmo que fossem só pessoas do Partido Socialista.

- Em relação ao problema da emigração e concretamente também ao Dia das Comunidades. Houve apoio de parte do seu Partido a esta manifestação?

S.C. - Houve. O Partido publicou um comunicado pela Comissão Distrital da Guarda em que se salientava a distinção que nos merecia a questão da composição da Comissão, que foi francamente condenável e a questão da ida do Pre-



sidente da República. Portanto o Partido apoiou a manifestação à ida do Presidente da República e todas as cerimónias em que ele esteve presente. Discordou da organização, da actuação da Comissão Nacional, e os factos revelaram que havia enormes deficiências. Felizmente que, da parte que respeita ao Presidente da República tudo correu o melhor possível, com toda a justiça, salvo o caso da Televisão.

- No aspecto objectivo fulcral da questão, que era aproximar os emigrantes da Pátria, esse objectivo foi conseguido?

S.C. - Tenho as minhas dúvidas. Creio que foi uma óptima ocasião para aproximar o Presidente da República dos portugueses e os portugueses do Presidente da República. Creio mesmo que em relação aos emigrantes e ao Presidente da República se deu essa aproximação, designadamente através do anúncio da decisão de restaurar o dia de Portugal no dia 10 de Junho, mas quanto à aproximação dos emigrantes em relação ao País, não me parece, porque por aquilo que soube, não me parece que tenham ficado encantados com a maneira como as coisas decorreram na Guarda, em matéria de organização e de contactos e até em matéria de bom acolhimento aos emigrantes.

- No ponto de vista do Turismo, que é um dos pontos fulcrais da economia portuguesa. Está de acordo com a política que se tem utilizado para captação de turistas em Portugal, dado que este realmente atingiu um número grande?

S.C. - A política do Governo não me parece estar muito bem definida. Parece ser uma política apostada apenas em aumentar o número de turistas e não em aumentar os rendimentos do turismo. Ainda não se atingiram nem se deverão atingir, tanto quanto se sabe este ano, os níveis de 1973 em matéria de número de turistas. Mas os preços praticados, a política de captação que está a ser seguida de um turismo por qualquer preço não me parece a mais aconselhável. De resto falta, ou continuam a faltar, os investimentos do sector de Turismo, investimentos que são essenciais à ampliação do nosso Turismo. Portanto, dá-me a situação que já se está a verificar que é a de uma super-lotação, a de problemas com operadores estrangeiros e tenho muito medo de que tudo isso, no final da época, redunde numa perda de prestígio, para o nosso País e nosso turismo, em lugar de redundar num benefício e numa consolidação e num aumento do nosso prestígio.

- Mas parece que há uma certa contradição. Quando diz que não atingimos os números de 73 e agora fala em super-lotação... Quer dizer com isso que este "overbooking" que está agora a processar-se já se processou mais ainda no ano de 73?

S.C. - Não. Falo de turismo do estrangeiro. Estou convencido que este "overbooking" se dá hoje por causa do aumento do turismo nacional, designadamente derivado das restrições.

- Quer dizer com isso que é partidário de um turismo de qualidade, em vez de um turismo de massas que é o que temos neste momento?

S.C. - Eu creio que a opção não se põe entre um turismo de qualidade e um turismo de massas, mas sim entre um turismo vindo do estrangeiro, que realmente

corresponda aos nossos interesses, e esse parece-me dever ser um turismo orientado para a obtenção de um maior número de divisas possível, nem que seja um turismo de qualidade, como deverá sê-lo, e um turismo interno em que realmente se fomente a possibilidade de os portugueses se deslocarem no território nacional, poderem aproveitar o descanso como meio de cultura, sem entrar em conflito com o turismo vindo do estrangeiro. Isso é possível mas implicava em largos investimentos. Requeria uma política mais esclarecida que me parece não está a ser seguida.

- Dado que a construção de hotéis é uma coisa que não se faz rapidamente e precisa de investimentos, como disse, eu perguntava-lhe, atendendo à tal política de austeridade que se fala muito neste País e de que os portugueses, portanto, têm que ser as suas vítimas, eu perguntava-lhe se seria partidário que se procurasse que os portugueses fossem de férias nas épocas baixas para deixar ficar espaço na época alta para os estrangeiros.

S.C. - Em princípio não me parece justo nem me parece necessário. Creio que se poderiam rapidamente através do sector privado, desenvolver os investimentos. Creio que se poderia, mesmo com custos relativamente limitados, aproveitar muitas instalações melhorando as que existem por esse País fora. Portanto, não me parece necessário que em princípio se tome essa posição de se mandar os portugueses de férias fora das épocas para que durante as épocas em que toda a gente quer ir de férias, inclusive os portugueses, pudessem vir para cá os estrangeiros.

- Mas quando fala em que se aumentasse os investimentos turísticos, parece que está convencido que há condições para que o investimento seja feito neste País. Isso implica logo um coisa com outra.

S.C. - Devia haver condições. Mas uma das razões é porque efectivamente não há condições para o investimento privado. Como sabe ele é praticamente nulo, uma pequena melhoria que se terá notado diz mais respeito ao investimento de substituição ou de racionalização, como se refere no relatório do Banco de Portugal, e não portanto ao novo investimento criador de postos de trabalho. Essa é uma situação altamente preocupante.

- Ainda no aspecto das intervenções no campo turístico que estão por fazer, caso da Torralta, Grão-Pará e outros. O PSD não se pronuncia, geralmente, sobre este caso? Qual é o seu pensamento?

S.C. - Não conheço suficientemente os "dossiers" para me poder pronunciar sobre eles, pois não lhes tenho acesso. Daquele que tenho mais elementos é do caso da Matur, na Madeira. Parece-me que a desintervenção é desejada pela generalidade dos interessados e seria aconselhável e adequada para os interesses da região.

- Falemos agora de empréstimos externos. Tem sido criticada a dívida que Portugal está acumulando com o estrangeiro. Considera que haveria outras formas de solucionar o problema português sem esses empréstimos externos?

S.C. - Em primeiro lugar devo dizer-lhe que esse é um problema que diz directamente respeito à Democracia e ao modo como estão a funcionar as instituições democráticas. O Governo não está aí, a agir democraticamente. Não está a infor-

mar a Assembleia da República do que se passa, na realidade, com os empréstimos externos. Não está tão pouco a informar os partidos da Oposição. E falo pelo nosso. Mas é na Assembleia da República que devem informar todos os partidos. Pedimos várias informações, insistimos por elas, não as recebemos. Portanto, quando falo dos empréstimos externos e quando lhe digo aquilo que lhe vou dizer, faço-o sem ter uma informação que se me afigura indispensável e que o Governo deveria, em qualquer Governo Democrático, fornecer ao Parlamento. Tirando isto e com base nas informações que se vão obtendo pelos jornais e nalguns contactos não governamentais, parece-me que a política de empréstimos externos que o Governo está a seguir é nociva para o País. A ideia com que se fica é de que, no fundo, estamos a substituir o dinheiro das colónias, o antigo dinheiro do Brasil, pelo dinheiro dos empréstimos. É dinheiro estrangeiro que vem, que se gasta, que não cria riqueza. É isto que se continua a passar. Continua-se a fazer uma enorme demagogia por parte do Governo em relação aos empréstimos externos, anunciam-se os empréstimos muito antes deles estarem garantidos, afirma-se que só o Governo, este Governo, é que poderia obtê-los e depois quando as coisas correm mal ou menos bem invoca-se a diplomacia do silêncio. Está a fazer-se, aí também, um jogo partidário em relação aos empréstimos. Está-se a enveredar por uma política de empréstimos, e isto é muito grave. Estão-se a contrair mesmo estes empréstimos sem a necessária autorização da Assembleia da República. Está-se a criar expectativa, tanto nos emprestadores como no público, que podem ser goradas se a Assembleia da República vier a não dar o seu assentimento. Está-se a utilizar o Banco de Portugal, para negociar os empréstimos, tentando fugir por aí à necessidade de autorização da Assembleia da República. E está-se, portanto, a criar toda uma situação falsa. Pergunta se haveria outra solução e se serão necessários os empréstimos? Sim havia outra solução e os empréstimos são necessários. Mas não para mero financiamento dos saldos negativos, das balanças comerciais e de pagamentos, não para serem consumidos em investimentos não reprodutivos. Seriam necessários empréstimos para um Plano de desenvolvimento para serem aplicados em investimentos. Alguns foram conseguidos para esse fim mas não foram utilizados por uma certa incapacidade de apresentar planos.

Creio, portanto, que a política que o Governo está a seguir, em matéria de empréstimos, está a ser prejudicial ao País. Está a ser prosseguida com quebra de respeito devido à Assembleia da República, com quebra dos poderes que a Constituição garante à própria Assembleia. Pode-nos colocar numa situação muito difícil. Isto para já não falar nos montantes. Quando o Governo tomou posse, na altura da discussão do seu Programa, o Primeiro-Ministro referiu que a dívida pública externa era da ordem dos setenta milhões de contos. No discurso de 9 de Setembro referiu mais de noventa milhões de contos. Em Março deste ano o Ministro das Finanças referiu, na Assembleia da República, um número de 130 milhões de contos, como dívida externa total do País. Neste lapso de tempo a Assembleia da República autorizou empréstimos que estão muito longe de cobrir esta diferença que é praticamente para o dobro. Como dobrou a dívida pública total externa, num ano de Governo socialista?

O serviço da dívida pública, que atingia o ano passado, na altura da posse, 14 por cento das exportações, hoje já deve ir em mais de 30 por cento das nossas expor-

tações, percentagem que é perfeitamente assustadora. E tudo isto se passa fora do quadro parlamentar, tudo isto pode acontecer com uma certa inconsciência, uma grande despreocupação dos nossos governantes. Mas de facto nós estamos a pedir emprestado sobre o País e estamos a fazê-lo em relação às gerações futuras que vão ter que pagar os empréstimos. E estamos a utilizá-los, não para criar riqueza mas para financiar consumos. Para mim é uma das gravíssimas responsabilidades que este Governo está a assumir, é uma das situações contra as quais a Oposição mais deve protestar. Ao contrário do que o primeiro-Ministro afirmou numa intervenção, creio que em Fevereiro, na Televisão, o PSD nunca apoiou o chamado "grande empréstimo de um milhão e meio" hoje reduzido a promessas de vários empréstimos no valor aproximado em 750 milhões de dólares. Nunca o fez nem podia fazê-lo, tanto mais que nunca lhe foi solicitada essa opinião, nunca a manifestou publicamente, nunca sequer lhe foram dados elementos para poder estudar a questão desse e dos outros empréstimos. Tudo isso se tem passado à revelia da Oposição. Tudo isto se tem passado e vem a passar com o nosso desacordo.

- E agora só para terminar em beleza. Falemos da convergência democrática e da chamada dissidência dentro do PSD. Um diário, um dia destes, publicou uma notícia dizendo que "a ausência diplomática no Conselho Nacional do PSD do "Grupo de Lisboa" é sintoma de que havia, realmente, divergências no seio do Partido, em relação à convergência". Gostaria que me dissesse alguma coisa sobre isto.

S.C. - O melhor desmentido a todas essas especulações e afirmações pouco exactas, que, no fundo, foram ataques políticos ao Partido transmitidos por uma certa Imprensa, ou a estatizada próxima do Partido Socialista, foi a reunião do próprio Conselho Nacional. O comunicado final é muito claro e foi aprovado por unanimidade dos presentes ao Conselho Nacional.

- Mas foi aí que não esteve presente o chamado "Grupo de Lisboa".

S.C. - Não há "Grupo de Lisboa". Houve pessoas que faltaram, que aliás justificaram a sua falta, uma delas fez questão de expressar, de antemão, na carta justificativa o seu voto em relação à situação política e à actuação da Comissão Política Nacional e o voto é inteiramente favorável e concordante. Era um dos apontados como possíveis dissidentes.

- Refere-se a António Rebelo de Sousa?

S.C. - Não, não falo, não vou revelar-lhe o nome, porque isso seria inconfidência, mas digo-lhe apenas que o deputado que fez isso era apontado como dissidente. Isso prova, bastante bem, o infundado destas afirmações.

- Mas houve afirmações, feitas por um membro do seu Partido...

S.C. - António Rebelo de Sousa fez declarações a um vespertino onde se pronunciava por uma aliança preferencial com o PS. Como se verificou, até pela reunião do Conselho Nacional, o problema não se põe entre alianças preferenciais com o PS ou com o CDS, o problema põe-se na linha da convergência democrática com vista à obtenção duma melhoria democrática estável e o comunicado do Conselho

Nacional confirmou inteiramente essa linha e a necessidade de prosseguir nela. Isso vai ser feito.

- Portanto tudo corre como entre os anjos no PSD...

S.C. - Tudo corre entre homens que continuam ligados por um programa, que continuam a ter confiança nos órgãos eleitos em Congresso. Tudo corre bem entre pessoas leais dum mesmo Partido em que há uma grande coesão e uma grande coerência.

- Mesmo quando há divergências...

S.C. - Mesmo quando há divergências... Mal seria se não houvesse divergências de opinião.

## **2.42. Notícia da ausência do dr. Sá Carneiro na Assembleia da República dia 21/7/1977**

**Nota:** "Expresso" - 23/7/1977

O EXPRESSO tentou, ontem à tarde saber mais qualquer coisa sobre as razões da ausência do Presidente do PSD, Francisco Sá Carneiro na sessão de quinta-feira à noite na Assembleia da República, pois foram votadas as teses gerais da Reforma Agrária, apresentadas pelo Governo e o projecto sobre o arrendamento rural, apresentado pelo PSD.

Fomos informados de que Sá Carneiro nada tinha a acrescentar ao que um porta-voz do seu partido nos afirmara ontem de manhã. Segundo esse porta-voz, a ausência de Sá Carneiro na votação de ontem ficou a dever-se à sua discordância quanto ao voto afirmativo do seu partido.

O informador do PSD disse-nos: "A posição de Sá Carneiro era no sentido de que a lei deveria ser aprovada na Assembleia da República, mas, para tal, seria suficiente a abstenção do partido". Acrescentou que a ausência do Presidente do PSD foi solicitada pelo próprio Sá Carneiro, nos termos do Regulamento do Grupo Parlamentar.

Segundo o art.º 3.º do referido Regulamento "são deveres especiais dos deputados votar, salvo motivo grave de consciência previamente reconhecido pelo Grupo Parlamentar ou Comissão permanente, no sentido estabelecido pelo Grupo, pela Comissão ou pelo Presidente (do Grupo Parlamentar).

Como se sabe, em reunião celebrada, ao fim da tarde de quinta-feira, e que durou um pouco mais de duas horas, o Grupo Parlamentar e a Comissão Política Nacional do PSD deliberaram, por margem muito elevada de votos que o partido deveria votar a favor da chamada Lei Barreto, por entenderem, na sequência do mandato conferido pelo Conselho Nacional do PSD, que reunira quarta-feira de manhã, que, desde então, se haviam verificado, nas negociações em curso, "resultados conducentes a uma melhoria significativa do texto".

Entretanto foi recebido no EXPRESSO, uma importante comunicação do Comité Permanente da Comissão Política do PSD explicando que não há qualquer conflito entre Sá Carneiro e o partido, e que a ausência na votação, ao abrigo do artigo 3.º do regimento do Grupo Parlamentar, se deveu apenas a uma atitude de coerência pessoal com a posição assumida na reunião da Comissão Política de 3.ª feira à noite, que foi objecto de fuga de informações (ver notícia na pág. 4).

## **2.43. Discurso no Comício de Valença do Minho - 3/8/1977**

A encerrar o período de intervenções falaria Sá Carneiro, tendo começado por referir "o esforço constante e árduo" que o PSD vem desenvolvendo ao longo da marcha democrática do nosso país. A propósito, verberou o comportamento de alguns políticos afirmando:

Meus amigos, permito-me citar palavras dum antigo poeta da língua portuguesa. Falava num homem dum "só rosto e duma só palavra, duma só fé, de antes quebrar que torcer. Ele tudo pode ser, mas homem da corte não é". Estas palavras encarnou-as muito bem o nosso povo, demonstrou a sua resistência, a sua virilidade, a sua verticalidade. Eu hoje digo-vos: é preciso que as encarnem os políticos. Dentro do nosso partido, dentro de todos os partidos democráticos. É preciso que os políticos portugueses sejam efectivamente homens de um só rosto, de uma palavra e de uma só fé. Que sejam de "antes quebrar que torcer" e que também não sejam homens da corte.

### **COERÊNCIA, RECTIDÃO E FIDELIDADE AOS IDEAIS DA SOCIAL DEMOCRACIA**

O nosso partido tem sido lição de coerência, rectidão e de fidelidade aos ideais da social democracia. E tem sabido resistir aos apelos da corte, qualquer que ela seja, mesmo que queiram implantar cortes em S. Bento, ou cortes em Belém, o nosso partido tem de resistir aos apelos do poder, porque um partido existe para disputar o poder. Ele próprio é centro de disputa do poder. Mas tem de resistir à atracção daqueles que procuram acenar-lhe com glórias... Mas tem de saber resistir-lhe, em nome da fidelidade aos eleitores, em nome da fidelidade aos seus militantes. Não é no centro do poder, não é na corte, que se traçam os destinos do País. Não é aí que se vivem os verdadeiros problemas do País. No contacto com os militantes, a responsabilidade tranquilizadora deve ser a norma de qualquer partido democrático, e, sobretudo dum partido social democrata. Mas um partido político, e, sobretudo, um grande partido de oposição, como é o nosso, está também sujeito às influências do poder. Os centros do poder têm a tendência para tentar influenciar a vida interna e a linha política dos partidos, sobretudo dos partidos de oposição. E surgem vários jogos, aproveitando as influências políticas, aproveitando certas rivalidades potenciais. Pois a isso deve um partido também resistir, deve confiar, ser fiel, digno à sua fidelidade e coerência interna.

Dizia há pouco Barbosa de Melo que temos a nossa posição própria e não andamos a reboque de ninguém. Assim o é. A linha política dum partido atinge-se de-

mocraticamente pelos seus órgãos. E a linha política do nosso partido foi há pouco reafirmada no Conselho Nacional de Viana do Castelo. E ela é, em síntese, a tentativa de formação de uma maioria democrática estável, entre os três partidos democráticos - o PS, o PSD e o CDS. Nós entendemos que os problemas nacionais são tantos e tão graves que é necessário que os democratas deste País se entendam por uma vez, que apoiem uma política de verdadeira construção e salvação nacional e que não continuem a guerrear-se. O País não compreende, não aguenta, nem tolera que, à medida que os problemas portugueses se vão agravando, as lutas partidárias e políticas se vão, também, agravando. Não compreende nem tolera porque tem um sentido inato da democracia. E a democracia é, no fundo, o esforço constante e diário, na luta contra a ditadura, da preservação da liberdade, contra qualquer espécie de ditadura, seja ela de esquerda ou de direita.

E quando os problemas se agravam maior é a responsabilidade dos políticos de se unirem contra qualquer tentativa autoritária e de se unirem também, numa afirmação positiva, num programa positivo, que dê satisfação, não aos interesses de um qualquer partido, mas aos interesses de todos os portugueses. E é por isso que, no Conselho Nacional de Viana de Castelo, nós reafirmámos que não estamos dispostos a fazer qualquer aliança preferencial, que não estaremos nunca dispostos a qualquer aliança ou entendimento com o Partido Comunista Português, porque continua a ser um partido antidemocrático.

E mais adiante acrescentou:

Esta linha reafirmada tem sido seguida. E hoje temos a satisfação de ver que estamos simultaneamente em contacto e em conversações com o CDS e com o PS, sendo assim um verdadeiro eixo de democracia portuguesa, não porque queiramos ter um papel a desempenhar maior do que os outros mas porque fomos os primeiros a defender a maioria democrática estável e continuamos empenhados na sua obtenção.

#### **SÓ A MAIORIA DEMOCRÁTICA ESTÁVEL PERMITIRÁ UMA VERDADEIRA PAZ POLÍTICA**

Só a maioria democrática estável permitirá uma verdadeira paz política, um verdadeiro sentimento entre democratas, um verdadeiro programa de Salvação Nacional. Quer isto dizer que o P.S.D. deixará de ser diferente do P.S. e do C.D.S.? Não! Os partidos continuam a ser diferentes, continuam com o seu programa. Continuarão mais tarde a disputar as eleições.

(...)

Mas nós somos e continuamos a ser um partido de oposição. Não estamos no Governo, estamos muitas vezes contra o Governo. Cabe-nos, como partido de oposição, dizer bem claro, bem alto frontalmente, que o povo português não está satisfeito com o actual Governo, que o povo português ao fim dum ano tem verificado que os problemas se têm agravado, mas não fazemos por isso obstrução ao Governo, não estamos empenhados em derrubá-lo.

E não estamos porque temos a consciência de que, neste momento, há problemas maiores e mais fundos do que os problemas do poder político. É por isso que dizemos, muito claramente, que a política portuguesa precisa de uma reformulação assente no entendimento entre democratas. Os problemas nacionais não se resolvem com uma qualquer remodelação, com uma reestruturação do Governo. Ela poderá surgir, mas em consequência de um entendimento partidário, que assente na vontade da maioria.

Eu digo que os problemas do Governo não são os principais deste País, porque os problemas principais dos portugueses e da democracia portuguesa são o agravamento do custo de vida, a subida dos preços, a falta de alguns bens, a desorganização da administração, o défice do sector público, a crise económica e a crise financeira. E é para resolver esses problemas que os políticos portugueses se têm de voltar. Não devem votar, votar, continuar a votar uns contra os outros, devem-se voltar para os problemas e para encontrar a sua solução.

Uma política económica e uma política social tem de ser uma política de programa, de desenvolvimento, e não pode ser uma política de contenção e de estrangulamento. Os problemas financeiros que são reais, não podem dominar os problemas económicos.

Durante mais de 40 anos nós vimos que a economia do País foi atrofiada em nome do interesse financeiro, da moeda forte, da constituição das reservas. Hoje, a moeda é fraca e as reservas esvaíram-se. Vivemos de empréstimos. Pois bem: temos de ter a consciência de que os meios financeiros são como a aspirina que se dá a um doente para baixar a febre, mas que não lhe resolvem o mal.

Nós sentimos na vida do dia a dia que as coisas neste País não vão bem no campo da economia, no campo da administração pública. É certo que este Governo continua a ter a confiança do Presidente da República. Mas não é menos certo que a todos os níveis e cada vez mais, os problemas, ao fim dum ano, continuam por resolver e têm-se agravado. Estamos - disse-o há pouco e repito-o aqui - numa situação de crise, de emergência, num momento decisivo da democracia portuguesa e da vida dos portugueses. E quando pensamos na vida dos portugueses e nos seus problemas, não nos podemos limitar ao território da Nação. Temos de pensar também que a Nação Portuguesa continua por esse mundo fora, espalhada pelos vários países, representada pelos emigrantes portugueses que labutam em cada país e que têm contribuído enormemente para o engrandecimento de Portugal.

Falaria depois de problemas dos emigrantes, do apoio que ainda não lhes foi dado nos países que escolheram, para depois entrar numa análise política, em termos de que nenhum partido "tem o direito de se servir do país para o dominar, de se servir da administração para nela colocar os seus militantes."

Os métodos financeiros não resolvem o mal da economia. Atenuam os efeitos duma crise económica. E é à raiz do mal que se tem de ir buscar uma política económica, que deve assentar no esforço colectivo e no esforço nacional e não no empenhamento ao estrangeiro, num endividamento progressivo que nos vai transformando num povo de pedir.



Temos de fazer, no campo económico, uma aposta positiva, que assente no trabalho, na iniciativa, na criação de riqueza. Não pode assentar apenas nas nacionalizações e no sector público. As nacionalizações não podem ser um luxo pago pelos portugueses e pelos trabalhadores portugueses. Devem ser uma fonte de progresso e de criação da riqueza para o País. É indispensável que o sector público deixe de ser deficitário, que se organize e seja produtivo. E é indispensável também que se dê o indispensável apoio ao incremento da iniciativa privada, que se fomente a actividade privada para se aumentar a riqueza. Sem isso não saímos do marasmo em que nos encontramos.

E a finalizar o líder social democrata acrescentou:

Para uma transformação profunda da sociedade, só há existência de dois caminhos; ou a via social democrata ou a linha comunista. Esta é que é a realidade do mundo de hoje. E como nós só admitimos que em Portugal se façam transformações profundas de que o nosso país carece dentro da liberdade e com respeito pela democracia, continuamos a lutar contra a linha comunista, continuamos a lutar pelo entendimento entre todos os sociais democratas e, hoje, em Portugal, no entendimento entre todos os democratas portugueses.

## **2.44. Intervenção na Convention Nationale Economie et Liberté - Paris**

**NOTA:** Publicado no "Povo Livre" 19/10/1977

Não disponho de texto nem de quaisquer apontamentos, mas tentarei expor o que pensa a social-democracia após a revolução de 1974. Nós pensamos que a social-democracia deve desde o início "ousar parecer o que ela é".

Em relação ao PSD verifica-se que é a primeira vez que um partido social-democrata surge como tal, sem resultar da evolução de um partido comunista ou de um partido socialista marxista.

Os partidos sociais-democratas apenas abandonaram a sua inspiração marxista, a sua concepção de partido de classe, o seu fundamento colectivista, no fim dos anos 50.

Mesmo os partidos socialistas que hoje são acusados, em Portugal, e penso que de certa maneira também em França, de fazerem uma política social-democrata, ou de propor uma política social-democrata, têm um programa de inspiração marxista.

Contudo, nós pensamos que as noções de justiça social, de solidariedade, de igualdade e de liberdade, não devem resultar do conceito de economia de colectivização. Para nós, a liberdade é indivisível. Eu prefiro falar em liberdade no singular do que em liberdades no plural.

Não há sociedade livre se somente algumas liberdades são estabelecidas. Recordemos a União Soviética, o Chile e Portugal antes da revolução de Abril. Em todos estes casos não existe liberdade no sentido moderno do termo, a liberdade que

nos interessa, a liberdade que é o fundamento de uma sociedade democrática, o que quer dizer: a liberdade de intervir na vida pública, a liberdade política.

Esta liberdade é também indivisível numa sociedade. Uma sociedade não é livre quando alguns dos seus cidadãos são oprimidos, ou não têm a possibilidade de empreender e de intervir.

Penso que no mundo actual, a liberdade é também indivisível no plano internacional. A solidariedade internacional, as relações que se estabelecem entre os diversos países fazem que não se possa ter a consciência tranquila quando os nossos vizinhos são oprimidos, quando os nossos próprios países, pelas relações económicas que mantêm com as ditaduras, suportam, de qualquer maneira, os países que têm um regime ditatorial.

Eu interrogo-me, como de resto nos apontam, Soljenitsine e Sakharov, se as coisas na União Soviética não caminhariam mais rapidamente para uma liberalização, se os países ocidentais não apoiassem comercialmente o regime soviético.

Pensamos que a liberdade exige também que se repense a noção de Estado. O Estado - ouvimos aqui dizer - deve ser defendido. Para preservar o estado democrático, é necessário reformá-lo. No mundo actual, o estado clássico é demasiado grande para os pequenos problemas e demasiado pequeno para os grandes problemas.

Eis porque, para nós, social-democratas portugueses, o poder local é a base de segurança de toda a verdadeira democracia: as municipalidades, as regiões, são fundamentais como centros de decisões locais e não podem ser absorvidas por um Estado centralizado, o qual se poderá tornar despótico, mesmo nos termos democráticos.

Por outro lado, cremos que a importância da economia não deve ser exagerada num regime democrático. Quero dizer que os socialistas, os comunistas e os partidos não socialistas e não comunistas por oposição, dão uma importância exagerada às nacionalizações e à colectivização.

Julgo que os problemas das sociedades modernas exigem que se encarem as nacionalizações como meios, para que o poder político assuma o controlo do poder económico, sem jamais os considerar um fim em si mesmo.

Uma economia estatizada é incompatível com um regime democrático. Não pode existir uma sociedade pluralista, quando uma economia se encontra inteiramente estatizada. Ser pluralista em termos políticos e colectivista em termos económicos são realidades absolutamente incompatíveis. Não se pode ser liberal em política e totalitário em economia.

Tem sido dito que mais importante que as nacionalizações são o controlo, a participação: esta é a linha do nosso partido social-democrata. Aumentar a participação dos operários, a participação de todos os elementos da empresa, fazer com que os elementos humanos da empresa sejam olhados e tratados como sujeitos económicos e não como objectos económicos.

Eis então no seu conjunto, com uma política de salários, de rendimentos, de preços, de redistribuição, de qualidade de vida, um fim muito mais interessante, muito mais atractivo, muito mais positivo, muito mais democrático que a estatização da economia.

Foi-me perguntado ainda agora se era verdade que Mário Soares, actual primeiro-ministro português, era social-democrata, como dizem os comunistas?

Pois bem, eu diria que não me cabe responder em seu lugar, mas penso que ele não o é, não pode ser, de acordo com o programa do seu partido. Mas o seu Governo tenta sê-lo, somente, não o sabe ser. Tenta tornar-se social-democrata porque tenta esboçar e aplicar uma política social-democrata, a única que convém à situação em Portugal.

O meu partido tem lutado desde o início para que a linha dos governos após a revolução seja uma linha realista, pragmática, uma linha de progresso e uma linha de justiça social.

Infelizmente, não se conseguiu, ainda que não nos tenhamos recusado a empenharmo-nos nisso, a participação directamente, nomeadamente participando nos governos provisórios.

Eu próprio fui ministro de Estado no primeiro governo provisório, após o 25 de Abril. Mas em seguida recusei participar nos governos seguintes, com um primeiro-ministro minoritário.

Sempre defenderemos as reformas e as reformas democráticas, baseadas no sufrágio, mais do que as medidas impostas pelos militares, após a queda do primeiro governo provisório. Obteve-se um sucesso relativo; nós somos o segundo partido português, com 24 por cento dos votos, e o primeiro partido da oposição ao Governo socialista.

Algumas palavras ainda sobre a situação em Portugal. A economia portuguesa foi duramente atingida pelas nacionalizações. O sector nacionalizado português, em termo de capitais, é de cerca de 60 por cento. Porém, este sector nacionalizado coexiste com um sector privado, e este sector privado, muito mais pequeno, contribui com 3/1 do produto, 55 por cento do investimento total e 90 por cento das exportações de Portugal.

O sector nacionalizado, que compreende os bancos, as sociedades de seguros, as principais indústrias de Portugal, e a maioria dos "mass media", foi o responsável nestes últimos anos por prejuízos de mais de 20 milhões de contos.

O desemprego aumenta; havendo uma taxa de desemprego da população activa de 15 a 16 por cento. Os salários reais já desceram aos níveis de 1973. Nós tivemos uma taxa de inflação de 30 por cento no ano passado; este ano será forçosamente maior.

A economia portuguesa apresenta, como se vê graves perigos para a democracia. Nós pensamos que a nossa experiência pode ser interessante, infelizmente também a par de faltas que se deviam evitar.

Penso que para preservar a democracia portuguesa dos riscos que provocam as enormes dificuldades económicas e as tentações totalitárias de direita e de esquerda, há uma única solução, que é a união das forças democráticas.

Em Portugal, temos um Governo minoritário do Partido Socialista, com 35 por cento, e apoiando-se, no Parlamento, até há pouco tempo, tanto no Partido Comunista como no centrismo como no meu partido.

Nós pensamos que para fazer face aos problemas actuais, para corrigir todos os males de uma sociedade, para tentar ultrapassar a crise da nossa civilização, para triunfar, é necessária a união das forças democráticas, no plano nacional e no plano internacional. E termino com uma pequena sugestão: porque não uma Internacional Democrática?

Verifica-se que as forças democráticas estão divididas em tantos movimentos internacionais, quando no fundo existe um projecto de base comum. Ora, há uma filosofia democrática comum que poderia originar uma Internacional Democrática, que se oporia no plano internacional à ofensiva real que a Internacional Comunista continua a desenvolver, mesmo sob o nome, talvez mais atraente, de eurocomunismo.

## **2.45. Conferência de Imprensa após o Conselho Nacional de Bragança - 16/10/1977**

### **Resumo do texto-base**

I

A deterioração crescente das condições políticas, culturais, económicas e sociais em que vive o Povo Português contraria as suas profundas aspirações de liberdade, bem-estar e justiça social, podendo, a continuar, pôr em risco a própria democracia e anular os principais benefícios que o novo regime já trouxe à comunidade nacional.

O Partido Social Democrata repudia qualquer tentativa de designar como culpados desta situação a democracia ou os princípios que verdadeiramente inspiraram a revolução de Abril, apesar das perversões e desvios que logo sofreram. O regresso ao passado, apenas lançaria a comunidade nacional em novas provações, agravaria a divisão entre os portugueses, em vez de iniciar a tão necessária reconciliação nacional.

O Partido Social Democrata deve reafirmar os aspectos positivos que, apesar dos seus defeitos, a recente fase de transição para o regime democrático assumiu e nos quais, em primeira linha, se honra de ter participado. Consolidou-se a democracia política e instaurou-se, após um período de expoliações e violações arbitrárias, o respeito pelos direitos do homem embora urga completar a reparação de injustiças cometidas e lançar as bases de uma autêntica reconciliação e coesão nacional. Construiu-se a paz, pondo termo à guerra colonial, apesar da descoloni-

zação ter sido conduzida por forças antidemocráticas que, em alguns casos, a fizeram à margem dos interesses dos povos colonizados e dos do Povo Português, provocando o drama dos desalojados e destruindo os alicerces de uma comunidade social, económica e cultural de língua portuguesa, que importará reedificar em bases sólidas.

O Povo venceu a tentativa totalitária comunista de 1975 conseguindo, por eleições sucessivas, institucionalizar órgãos de soberania e de poder local verdadeiramente representativos da vontade popular. Algumas medidas tomadas - como a instauração do salário mínimo e a criação de um forte sector público produtivo, que pode ser poderoso instrumento ao serviço da comunidade - corrigiam injustiças ou situações de domínio ilegítimo que vinham do passado permitindo criar condições para um efectivo arranque para o desenvolvimento e para instaurar a democracia económica, social e cultural. Começou-se, embora sem a desejada eficácia, imaginação e criatividade, a traçar as bases de uma sociedade realmente democrática, descentralizada e participada - no Estado e Administração, nas regiões e no poder local democrático, nas empresas e nos sindicatos - mesmo quando o centralismo passadista, as práticas anárquicas, o golpismo comunista que persiste teimosamente, o partidarismo do Partido Socialista e certa inoperância das instituições, não permitem, de tantas tentativas bem intencionadas, tirar ainda hoje um balanço que seja claramente positivo. A Assembleia da República, os partidos e outras instituições democráticas, começaram a funcionar com maior eficácia do que seria de esperar, face à exiguidade dos seus meios de actuação. Definiu-se, em princípio, um novo modelo de Forças Armadas democráticas e modernas que, corrigidas as excecências do período de transição, deverá executar-se e aperfeiçoar-se com determinação. Foi-se criando consenso em torno de uma orientação da política externa virada para a Europa, para o mundo de língua portuguesa e para o mundo atlântico e mediterrânico. Apesar dos desvios e dos erros cometidos, apesar de se encontrar apenas no começo da caminhada, o balanço da experiência democrática é positivo.

A democracia venceu o regime ditatorial e as tentativas comunistas ou militaristas de confisco do poder. Hoje, batidos os inimigos externos, que são ainda um risco mas já não dominam o poder, a democracia tem de saber vencer os seus inimigos internos: o partidarismo negativo e a tentação supra-partidária, o bonapartismo, as divisões entre democratas, a mediocridade, a incompetência, a ineficácia, a corrupção, a crise económica, o inquietante aumento da criminalidade, a degradação social e a bancarrota financeira.

II

Quanto foi feito deve-se ao esforço conjugado das várias forças democráticas, principalmente representadas pelos três grandes partidos democráticos, e na sua execução coube ao PSD papel de charneira é de primeira linha. A necessidade de consolidar a ordem democrática e pluralista, segundo o modelo ocidental e o sentido de serviço, que se afere pelo desprendimento perante o poder e não pelo seu ávido monopólio, levaram o PSD a uma atitude de expectativa e de tolerância perante a situação criada pela designação do primeiro Governo Constitucional. Tal atitude não pode mais manter-se. A degradação acelerada da situação política,

económica e social lançou o País numa emergência grave de salvação nacional, a qual só pela conjugação dos esforços de todos os portugueses e mediante a busca de soluções políticas por parte de todos os democratas poderá ser vencida. A crise pode ser vencida: basta que o Povo queira e que as instituições democráticas respeitem a sua vontade. Mas a crise é de carácter global: só uma solução global - política, económica, social e cultural permitirá ultrapassá-la.

O balanço da acção do Governo Constitucional, sem prejuízo de alguns aspectos positivos em domínios parcelares, deve considerar-se muito negativo, especialmente pela ambiguidade e irrealismo das orientações e pela deterioração da crise económica, sem que uma estratégia coerente de ataque à crise haja até hoje sido definida, bem como pela ineficácia e incoerência da sua acção administrativa. Falta ao país um projecto nacional mobilizador e o impulso necessário para o executar. A sobrevivência das instituições democráticas depende da capacidade de vencer a gravíssima crise económica e financeira de manter níveis aceitáveis de justiça social e de afirmar a independência nacional no quadro das solidariedades europeia e mundial. A mobilização do Povo Português para o esforço de desenvolvimento e defesa da democracia passa, pois, necessariamente, por uma nova forma de governo.

Ou, em democracia, o nosso Povo se salva e salva Portugal, ou não haverá figuras providenciais que salvem a democracia e o País.

**(Respostas a perguntas de jornalistas)**

SÁ CARNEIRO:

O Sr. Presidente da República, no seu discurso, referiu que tem dado o seu apoio ao Governo porque a Assembleia da República tem maioritariamente aprovado os diplomas fundamentais, o que quer dizer que se esse apoio fosse negado, ou se fosse votada uma moção de desconfiança, o Presidente da República seria colocado perante as suas responsabilidades.

Esse é o sentido da nossa afirmação. Nunca suspeitámos ou sequer admitimos a possibilidade de um autoritarismo ligado ao actual Presidente da República. Há sim riscos de sonhos messiânicos autoritários ligados à decepção da democracia, mas não vemos qualquer ligação entre esses sonhos ou frustrações e a figura do Presidente da República.

SOUSA FRANCO:

Encontram-se na imprensa propostas políticas vindas dos mais diversos quadrantes das franjas daquilo que nós chamamos a esquerda e direita anti-democráticas, para ver uma tentação bonapartista e um apelo a formas de Governo é a soluções políticas supra-partidárias. A tentação bonapartista, naturalmente, apela para que, no País, se encontra uma figura providencial que seja capaz, só por si, de superar as dificuldades em que nos encontramos.

## **2.46. Notícia da apresentação do pedido de demissão do Dr. Sá Carneiro - "Diário de Notícias" - 1/8/1977**

Francisco Sá Carneiro apresentou ontem o seu pedido de demissão de membro do PSD, através de carta dirigida ao presidente do Congresso do Partido, Nuno Rodrigues dos Santos.

Entretanto - soube-se à hora em que fechamos esta edição - outro dirigente social-democrata, Sousa Franco teria, também, apresentado, de igual modo, o seu pedido de demissão.

As primeiras horas da madrugada de hoje, a situação apresentava-se relativamente confusa. Assim, enquanto a Anop noticiava que as informações que colhia lhe permitiam afirmar que a carta de demissão de Francisco Sá Carneiro era um facto, um porta-voz não identificado dos sociais-democratas afirmava à Anop que "os rumores sobre as demissões de Sá Carneiro e de Sousa Franco tinham algum fundamento".

Quase ao mesmo tempo, a equipa de reportagem do "DN" que se deslocara à sede do PSD em Lisboa ouvia da boca de Amândio de Azevedo, da Comissão Política Nacional do PSD, um desmentido do eventual pedido de demissão de Sá Carneiro. Amândio de Azevedo, que falava em nome pessoal, salientou a inexistência de qualquer documento formal, ou carta referida pela Anop.

Instado a pronunciar-se sobre uma eventual campanha de alguns órgãos de Informação com o intuito de criar problemas de divisão ou de atacar o partido, Amândio de Azevedo admitiu essa hipótese recordando, nomeadamente, as campanhas jornalísticas que se verificaram, em seu entender, aquando do regresso de Sá Carneiro de Espanha, considerando, por outro lado, que essas campanhas sempre existiram e continuam a existir.

Amândio de Azevedo consideraria, ainda, que a ausência de um qualquer documento, comunicado, ou tomada de posição sobre o assunto da Comissão Política Nacional do PSD, se devia ao facto de se tratar de um órgão colegial que não tinha sido possível reunir até ao momento.

Admite o dirigente social-democrata que a Comissão Política se reunisse ainda de madrugada, se tal fosse possível. Esta estava, de qualquer modo, convocada para hoje, em reunião extraordinária.

A reportagem do "DN" apurara entretanto que o prof. Barbosa de Melo teria vindo expressamente de Coimbra para falar com o dr. Sá Carneiro e que, algures na capital, estaria a decorrer uma reunião durante a qual se pretendia dissuadir Sá Carneiro da sua decisão.

Entretanto, e já datados de hoje, telexes da Anop, chegados do Funchal, confirmaram o pedido de demissão dos dirigentes sociais-democratas atrás citados, aos

quais se juntara o nome de Eurico de Melo, de Braga, informação que o "DN" também obtivera através da sua reportagem.

Ainda segundo a Anop, o "leader" parlamentar do PSD na Madeira, Alberto João Jardim, fora informado telefonicamente pelo próprio Sá Carneiro, e viria hoje mesmo para Lisboa a fim de assistir à reunião da Comissão Política Nacional do Partido Social-Democrata.

A essa reunião da Comissão Política Nacional dos sociais-democratas, segundo conseguiu apurar a reportagem do "DN", não compareceriam já os dirigentes demissionários.

Entretanto, e ainda de acordo com a Anop, o Partido Socialista teria entregue ontem ao Partido Social-Democrata o texto-base para as negociações de uma plataforma de entendimento entre o Governo e a Oposição.